

Cadernos do *Lepaarq*

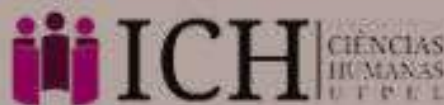
Vol. XII nº24 2015



*Textos de
Antropologia, Arqueologia e Patrimônio*



ISSN 2316 8412



Cadernos do
Lepaaraq

Textos de
Antropologia, Arqueologia e Patrimônio

Vol. XII | n°24 | 2015 | ISSN 2316 8412



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Reitor:

Mauro Augusto Burkert Del Pino

Vice-Reitora:

Denise Petrucci Gigante

Pró-Reitor de Graduação:

Alvaro Luiz Moreira Hypolito

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:

Luciano Volcan Agostini

Pró-Reitora de Extensão e Cultura:

Denise Marcos Bussoletti

Pró-Reitor Administrativo:

Antonio Carlos de Freitas Cleff

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento:

Luiz Osório Rocha dos Santos

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor:

Sidney Gonçalves Vieira

Vice-Diretor:

Sebastião Peres

LABORATÓRIO DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA

Coordenador:

Rafael Guedes Milheira



Editora e Gráfica Universitária

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS CEP 96010-150

Fone/fax:(53)227 3677

e-mail: editoraufpel@uol.com.br

Ficha catalográfica: Aydê Andrade de Oliveira – CRB 10/864

Cadernos do LEPAARQ - Textos de Antropologia,
Arqueologia e Patrimônio. Laboratório de Ensino e Pesquisa em
Antropologia e Arqueologia. Pelotas, RS: Editora da Universidade
Federal de Pelotas, v.12, n.24,2015.

Semestral

ISSN impresso 1806-9118

ISSN eletrônico 2316-8412

1. Arqueologia - Periódico. 2. Antropologia - Periódico. 3.
Patrimônio - Periódico. I. Laboratório de Ensino e Pesquisa em
Antropologia e Arqueologia.

CDD 930.1

EDITORIA – CADERNOS DO LEPAARQ

Editores Responsáveis:

Rafael Guedes Milheira

Fábio Vergara Cerqueira

Conselho Editorial:

Airton Pollini (Université de Haute-Alsace, Mulhouse - França)

Ana Maria Sosa Gonzalez (UFPEL)

Carolina Kesser Barcellos Dias (UFPEL)

Charles Orser Jr. (New York State Museum – EUA)

Francisco Pereira Neto (UFPEL)

Helen Gonçalves (UFPEL)

Jean-Louis Tornatore (Université de Bourgogne - França)

Lourdes Domínguez (Oficina del Historiador – Cuba)

Luiz Oosterbeek (Instituto Politécnico de Tomar – Portugal)

Maria Dulce Gaspar (UFRJ)

Mariano Bonomo (Conicet – Facultad de Ciencias Naturales y
Museo – Argentina)

Marisa Coutinho Afonso (USP)

Paulo Deblasis (USP)

Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP)

Reinhard Stuperich (Universidade de Heidelberg - Alemanha)

Sandra Pelegrini (UEM)

Conselho Consultivo:

Ana Inez Klein (UFPEL)

Arno Alvarez Kern (PUC-RS)

Camila Alejandra Gianotti (CURE – Uruguai)

Claudia Turra Magni (UFPEL)

Edgar Barbosa Neto (UFMG)

Gustavo Peretti Wagner (UFBA)

Mártin Cesar Tempass (UFPEL)

Maria de Fátima Bento Ribeiro (UFPEL)

Rafael Corteletti (USP)

Rafael Suárez Sainz (Facultad de Humanidades y Ciencias de la
Educación – Uruguai)

Renato Pinto (UFPE)

Secretaria Editorial:

Rafael Guedes Milheira

Carolina Kesser Barcellos Dias

Editoração e Projeto Gráfico:

Josiel Dos Santos

SUMÁRIO

PÁGINA

EDITORIAL

Rafael Guedes Milheira, Carolina Kesser Barcellos Dias

3

DARDO OU FLECHA? TESTES E REFLEXÕES SOBRE A TECNOLOGIA DE USO DE PONTAS DE PROJÉTEL NO SUDESTE E SUL DO BRASIL DURANTE A PRÉ-HISTÓRIA

Mercedes Okumura

7

O CONJUNTO LÍTICO DO SAMBAQUI ILHA DAS PEDRAS, LITORAL SUL, PARANÁ: TÉCNICAS DE PRODUÇÃO E USO DO ESPAÇO

Fabiana Terhaag Merencio, Laércio Loiola Brochier, Manoel Ramos Junior

33

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS SÍTIOS TUPI NA ILHA DE SÃO LUÍS – MARANHÃO

Arkley Marques Bandeira

59

OS “VALORES” DA CERÂMICA TERENA CAMPO-GRANDENSE: UM SILENCIOSO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL

Katya Vietta

97

A FAUNA AMERICANA SOB ATAQUE: AS DUAS ONDAS DE IMPACTO DA PRESENÇA HUMANA SOBRE A FAUNA DO CONTINENTE AMERICANO E UM PEQUENO DEBATE SOBRE A QUESTÃO DOS DIREITOS DOS ANIMAIS EM NOSSOS DIAS

Orestes Jayme Mega, Melina Figueiredo Lopes, Áldima Ambrozina Araújo

133

"EGITO É UM DOM DO NILO": ANÁLISE DA INUNDAÇÃO A PARTIR DAS FONTES GREGAS

María Engracia Muñoz-Santos

153

RELATO SOBRE A CRIAÇÃO DO MUSEU DA COLÔNIA FRANCESA DE PELOTAS

Leandro Ramos Betemps

165

**RESENHA DO LIVRO CONSERVATION PRACTICES ON
ARCHAEOLOGICAL EXCAVATION: PRINCIPLES AND METHODS.
CORRADO PEDELI E STEFANO PULGA, 2013.**
Paula de Aguiar Silva Azevedo

177

**EL CASCO HISTÓRICO DE LA GUAIRA: UN PATRIMONIO
EDIFICADO EN ESPERA DE RECUPERACIÓN**
Humberto Jose Mayora

183

**OS TEXTOS LITERÁRIOS ANTIGOS E O HISTORIADOR: DESAFIOS E
ABORDAGENS**
Anderson de Araujo Martins Esteves

199

**UMA PERSPECTIVA METODOLÓGICA PARA O ESTUDO
EPIGRÁFICO: O CASO DE SAGUNTO (I D.C.)**
Carlos Eduardo da Costa Campos

211

**ARQUEOLOGIA ROMANA EM ISRAEL: O USO DA PETROGRAFIA
CERÂMICA PARA ANÁLISES DE CULTURA MATERIAL**
Marcio Teixeira Bastos

223

**APORTES ARQUEOLÓGICOS NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO
HISTÓRICO.**
Camila Diogo de Souza

251

**INTERDISCIPLINARITY IN ARCHAEOLOGY AND HISTORICAL
LINGUISTICS: THE CASE OF ALPHA**
Maria Mertzani

269

**TRAGÉDIA GREGA OU AS FRATURAS DO ESPAÇO POLITICO E
SOCIAL**
Matheus Barros da Silva

291

**POSSIBILIDADES DE TRAJETÓRIA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR
EM ESTUDOS CLÁSSICOS**
Lidiane Carderaro

305

PROJETOS DESENVOLVIDOS PELO LECA-POIEMA NA UFPEL
Carolina Kesser Barcellos Dias, Andréia da Rocha Lopes, Dayanne Dockhorn
Seeger, Diego Souza da Rosa, Lidiane Carolina Carderaro dos Santos, Matheus
Barros da Silva, Rafael Oliveira Mansan, Ricardo Barbosa da Silva

317

E D I T O R I A L

Os Cadernos do LEPAARQ em seu volume XII, número 24, traz uma série de trabalhos cobrindo variados temas nas áreas de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio e que abordam desde a pré-história das populações indígenas sul-americanas, passando pelo mundo do mediterrâneo antigo, até problemáticas etnoarqueológicas contemporâneas.

O trabalho de Mercedes Okumura inaugura os Cadernos discutindo a variabilidade e funcionalidade das pontas de projétil da tradição Umbu do sul e sudeste brasileiro. Ainda no campo das tecnologias líticas, o artigo de Fabiana Merencio, Laércio Brochier e Manoel Ramos Junior apresenta as técnicas de lascamento do material lítico associado à cerâmica proto-Jê meridional do Sambaqui Ilha das Pedras, localizado no litoral do estado do Paraná.

O artigo de Arkley Marques Bandeira aponta informações inéditas sobre os sítios Tupi localizados na Ilha de São Luís – Maranhão, com foco na distribuição espacial e inserção dos sítios arqueológicos na paisagem.

Através de uma abordagem etnoarqueológica Katya Vietta apresenta as técnicas de produção da cerâmica terena para discutir o espaço das oleiras no contexto social, informando sobre questões domésticas e a relação com indivíduos não indígenas, além de discutir questões de políticas públicas.

Orestes Mega, Melina Lopes e Áldima Araújo abordam a temática da luta do direito dos animais analisando os impactos do avanço da pecuária sobre a fauna nativa do Brasil e sobre as paisagens naturais brasileiras.

Maria Engracia Muñoz-Santos compreende como o tema das cheias do rio Nilo, no Egito, foi observado pelos gregos antigos, o que pode elucidar questões importantes sobre esses momentos da história egípcia.

Na seção de relatórios, Leandro Betemps traz um breve histórico da criação do Museu da Colônia Francesa, localizado na Vila Nova, no 7º Distrito do Município de Pelotas. Na seção de resenhas temos uma análise da obra *Conservation Practices on Archaeological Excavation: Principles and Methods*. Corrado Pedeli e Stefano Pulga, 2013, por Paula de Aguiar Silva Azevedo. Finalizam a miscelânea dos Cadernos do LEPAARQ o ensaio visual de Humberto Mayora sobre o Guaíra, onde o patrimônio arquitetônico e histórico aguarda por ações eficazes de preservação.

As miscelâneas dão lugar ao Dossiê Arqueologia Clássica e História Antiga, resultado da XV Jornada de História Antiga - Edição Especial LECA-POIEMA – UFPel, “Formação em Estudos Clássicos no Brasil: abordagens, trajetórias e perspectivas para as pesquisas em Antiguidade”, que ocorreu entre 25 e 28 de novembro de 2014. Esse evento foi promovido pelo Laboratório

de Estudos sobre a Cerâmica Antiga e o Polo Interdisciplinar de Estudos sobre o Mundo Antigo (LECA-POIEMA), com o objetivo principal de discutir a formação, a pesquisa e extensão promovidas por núcleos de estudos dedicados à Antiguidade Clássica. As apresentações - conferências, mesas redondas e minicursos - discutiram a maneira como os pesquisadores têm contribuído para a construção do conhecimento de temas clássicos, por meio de projetos e metodologias com perspectivas inter e multidisciplinares, desenvolvidos pelos laboratórios, grupos de estudo, núcleos de pesquisa, entre outras denominações, nas instituições de ensino brasileiras. Esta Edição Especial teve apoio e participação dos membros do Núcleo de Estudos da Antiguidade, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (NEA-UERJ), do Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga (LABECA), do Grupo de Pesquisas em Práticas Mortuárias no Mediterrâneo Antigo (TAPHOS), e do Laboratório de Arqueologia Romana Provincial (LARP), os últimos três, laboratórios do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP).

Neste volume dos Cadernos do LEPAARQ, são apresentados os trabalhos e os resultados das discussões durante o evento. O Dossiê da XV Jornada de História Antiga - Edição Especial LECA-POIEMA – UFPel inicia-se com o texto de Anderson Martins Esteves (UFRJ), “Os textos literários antigos e o historiador: desafios e abordagens”. No artigo, o autor procura demonstrar as possíveis abordagens dos textos literários, sobretudo quando utilizados por historiadores como fontes históricas, discutindo as noções de épocas e gêneros literários, evidenciando que diferentes documentos merecem diferentes interpretações e valorações específicas para adequarem-se às análises especializadas nos Estudos Clássicos.

Em “Uma perspectiva metodológica para o estudo epigráfico: O caso de Sagunto no século I d. C.”, Carlos Eduardo da Costa Campos (UERJ), propõe uma metodologia para análise epigráfica que seja útil aos pesquisadores de História. Por meio de um estudo de caso sobre a cidade romana de Sagunto, no século I d. C., o autor procura analisar informações contidas em inscrições epigráficas, estabelecendo um catálogo para seus objetos e analisando-os de acordo com métodos de classificação, descrição e interpretação, cujos resultados contribuirão para as análises contextualizadas historicamente.

Marcio Teixeira Bastos apresenta em “Arqueologia Romana em Israel: o uso da Petrografia Cerâmica para análises de cultura material” as contribuições de métodos físicos. Em seu texto, o autor discute questões a respeito da manipulação, relações de produção e consumo, assim como comércio e agência dos artefatos nas províncias do Império Romano, demonstrando como diferentes abordagens, por exemplo, a arqueometria para o estudo mineralógico do material cerâmico, contribuem para o desenvolvimento da arqueologia romana, e dos Estudos Clássicos no Brasil.

Camila Diogo de Souza discute em “Aportes arqueológicos na produção do conhecimento histórico” aspectos da relação entre a História e a Arqueologia por meio da contribuição do estudo da cultura material e de seus diferentes elementos constitutivos. Seu estudo versa sobre a História da Grécia Antiga com o objetivo de debater e apresentar os aportes da Arqueologia Clássica, particularmente da Arqueologia Funerária, enquanto disciplina fundamental no entendimento das sociedades antigas, possibilitando questionar e desconstruir determinados “fatos históricos”.

Em “Interdisciplinarity in Archaeology and Historical Linguistics: the case of ALPHA”, Maria Mertzani propõe a adoção de uma metodologia interdisciplinar que combine abordagens da epigrafia, arqueologia e fono-semântica, entre outros, para estudos linguísticos. No artigo, a autora apresenta, a partir de análises comparativas do alfabeto grego arcaico, Linear A e B, e outros exemplos da escrita antiga mesopotâmica e egípcia, uma discussão sobre continuidades, influências e derivações na maneira como a letra ‘alfa’ era escrita, sugerindo, ainda, o valor fonético adquirido ao longo de uma extensa cronologia.

Matheus Barros da Silva procura compreender como a tragédia grega trabalha questões políticas e sociais durante sua performance em “Tragédia Grega ou as fraturas do espaço político e social”, em que discute como a tragédia “toma como sua matéria o pensamento político, social e jurídico elaborado na e pela pólis” e, como o teatro passa a representar, portanto, os conflitos e tensões de uma sociedade que, de fins do século VI ao V século a. C., passa a se organizar em torno da democracia.

No artigo “Possibilidades de trajetória acadêmica multidisciplinar em estudos clássicos”, Lidiane Carolina Carderaro dos Santos traz as reflexões que permearam a proposta deste evento. O texto autobiográfico deixa claro que a perspectiva multidisciplinar não é apenas benéfica, como imprescindível para os estudos especializados em Antiguidade e que “a História Antiga, a Arqueologia, as Artes, a Literatura, a Filosofia e as demais áreas científicas de humanidades estão em permanente diálogo e são interdependentes, e que é importante considerar essa relação não apenas no âmbito da pesquisa, mas também na formação do pesquisador”.

Fecha o dossiê o artigo “As atividades do LECA-POIEMA na UFPel (2013 e 2014): colaboração dos pesquisadores discentes”, em que são reunidos os textos apresentados pelos pesquisadores discentes dos núcleos LECA-POIEMA. O texto traz um breve histórico, o desenvolvimento e alguns resultados dos projetos desenvolvidos pelos núcleos sobretudo nos anos 2013 e 2014.

Todas essas atividades evidenciam o constante e crescente interesse por temas relativos à Antiguidade e a importante dimensão que os núcleos de pesquisa temáticos tomam na

universidade. A determinante participação dos colaboradores docentes, discentes e pesquisadores colaboradores demonstram que os núcleos de pesquisa da Universidade Federal de Pelotas, e das demais instituições de ensino no país, devem prosseguir como relevantes espaços de discussão para o fortalecimento dos Estudos Clássicos no Brasil.

Desejamos um mergulho estimulante nas leituras.

Dr. Rafael Guedes Milheira

Dra. Carolina Kesser Barcellos Dias

Editores dos Cadernos do LEPAARQ volume XII, número 24.

**DARDO OU FLECHA? TESTES E REFLEXÕES SOBRE A TECNOLOGIA DE USO DE
PONTAS DE PROJÉTIL NO SUDESTE E SUL DO BRASIL DURANTE A PRÉ-HISTÓRIA**
DART OR ARROW? STATISTICAL TESTS AND REFLECTIONS ON THE TECHNOLOGY OF
PROJECTILE POINTS IN SOUTHEASTERN AND SOUTHERN BRAZIL DURING PREHISTORY

Mercedes Okumura

Vol. XII | nº24 | 2015 | ISSN 2316 8412



Dardo ou flecha? Testes e reflexões sobre a tecnologia de uso de pontas de projétil no Sudeste e Sul do Brasil durante a pré-história

Mercedes Okumura¹

Resumo: Conhecidas popularmente como “pontas de flecha”, as pontas de projétil associadas à Tradição Umbu no sul e sudeste brasileiros carecem de investigação acerca do modo como foram utilizadas. Há variações importantes de tamanho entre pontas de flecha e pontas de dardo, dadas as diferenças tecnológicas associadas aos meios de propulsão utilizados. Este trabalho visa explorar de maneira preliminar, através da técnica proposta por Shott (1997), a questão sobre o uso de dardos e flechas no sudeste e sul do Brasil durante a pré-história. Foram analisadas pontas de oito sítios do sul e sudeste do Brasil, datados desde o Pleistoceno tardio até o Holoceno final. Pelo menos um conjunto de pontas, datado do início do Holoceno, apresentou uma proporção relativamente alta de pontas classificadas com “flecha”, indicando a presença de pontas que potencialmente poderiam ser usadas nesse sistema.

Palavras-chave: Arqueologia, Dardo, Flecha, Líticos, Tradição Umbu.

Abstract: Popularly known as "arrowheads", the projectile points associated with the Umbu Tradition in southern and southeastern Brazil have been lacking research about how they have been used. There are important variations in size between arrowheads and dart points, given the differences in their associated technological propulsions. Using the technique proposed by Shott (1997), this work aims, in a preliminary way, to better understand the use of darts and arrows in southeastern and southern Brazil during prehistory. The sample comprised points from eight sites from southern and southeastern Brazil, dating from the late Pleistocene to the late Holocene. At least one set of points, dated from the early Holocene, presented quite high proportion of points that could be considered as arrowheads, indicating the presence of points that could be potentially used as arrows.

Keywords: Archaeology, Dart, Arrow, Lithics, Umbu Tradition.

INTRODUÇÃO

Artefatos líticos lascados em formato de ponta são muitas vezes chamados de “pontas de flecha” ou “pontas de projétil”. No entanto, a rigor, a designação “ponta de flecha” não deveria ser usada em artefatos cujo modo de propulsão fosse desconhecido. Há pelo menos quatro dispositivos pré-históricos que podem utilizar pontas de pedra lascada. Um deles, seria a lança (em inglês, “thrusting spear”), que é uma arma de confronto direto (HUGHES, 1998). Esse tipo de lança não é considerado como projétil, uma vez que a pressão é induzida pela força muscular de quem manuseia o artefato e transmitida diretamente por meio de uma haste. Os outros três sistemas implicam em diferentes meios pelos quais uma ponta de projétil pode

¹ Programa de pós-graduação em Arqueologia (PPGARq) do Depto. de Antropologia, do Museu Nacional na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil. E-mail: mercedes@mn.ufrj.br. Financiamento: CNPq (159776/2010-4; 443169/2014-4; 303566/2014-0) e FAPESP (2010/06453-9).

ser lançada: usando apenas a força muscular; com ajuda de um propulsor (também conhecido como atl-atl) ou através de um arco. As pontas de projétil utilizadas em cada meio de lançamento são conhecidas, respectivamente, como lança (em inglês, “throwing spear”), dardo e flecha. Esses sistemas podem ser usados na caça, na pesca ou na guerra (CATTELAIN, 1997). Neste artigo, daremos especial atenção aos sistemas de propulsão que utilizam o propulsor ou o arco.

O propulsor de dardos é composto por um cilindro ou prancha, em cuja extremidade há um gancho ou canaleta, responsável pelo engate na porção traseira (ou seja, a haste) do dardo. O objetivo do uso do propulsor é aumentar a velocidade inicial do projétil, tornando o lançamento mais eficiente. O movimento envolve a pélvis, o ombro, o cotovelo e o pulso, este último fornecendo a força propulsora no fim do movimento. É possível obter uma boa acurácia e grande impacto através do seu uso (CATTELAIN, 1997). Já o arco (em sua versão mais simples) é basicamente feito de uma parte flexível e elástica tensionada por um cordão. Ao puxar o cordão para trás, a energia se acumula e é transmitida diretamente à flecha quando aquele é solto (HAMILTON, 1982, p. 1).

A questão sobre a origem e dispersão do arco e flecha no Novo Mundo apresenta implicações importantes para entender as histórias culturais locais, as mudanças na tecnologia, na organização de trabalho e as interações sócio-políticas. De modo geral, a adoção do arco e flecha está ligada a um novo período histórico-cultural e, às vezes, à chegada de um novo grupo humano (HILDEBRANDT, KING, 2012).

Muito já foi discutido acerca das vantagens e desvantagens de se utilizar o arco ou o propulsor. As duas tecnologias têm sido tentativamente associadas ao aumento da importância da caça de grandes animais e da guerra, de forma que seu aparecimento indica um aumento na importância de ao menos um destes fatores (SHEA, 2006). De todo modo, as vantagens e desvantagens do uso de cada sistema tem sido alvo de controvérsia entre autores. Há aqueles que defendem uma superioridade do arco e flecha, o que justificaria a ideia de uma quase total substituição da tecnologia de propulsores e dardos por uma tecnologia do arco e flecha em diversos locais do mundo.

Muitas vantagens associadas ao uso do arco e flecha em relação ao propulsor de dardos têm sido relatadas. Um dos pontos positivos seria a maior distância de alcance das pontas de flecha em relação às de dardo (vide CATTELAIN, 1997 para uma discussão mais detalhada). Além do maior alcance das pontas de flecha, outras vantagens têm sido listadas. Entre elas, maior acurácia e velocidade (DICKSON, 1985; CHRISTENSON, 1986; CATTELAIN, 1997; HUGHES, 1998; VANPOOL, 2006) e maior velocidade de carregar e disparar flechas em relação a dardos (CHRISTENSON, 1986; RAYMOND, 1986; ODELL, 1988; HUGHES, 1998). Além disso, pontas de flecha e suas hastes são mais fáceis de ser manufaturadas e usam menos matéria-prima (COLLINS, 1975; CHRISTENSON, 1986; RAILEY, 2010), são mais leves para transportar (EVANS, 1959; MAU, 1963; DICKSON, 1985; VANPOOL, 2006) e existe uma maior facilidade de atirar em ambientes fechados porque não há movimentos bruscos no momento de disparar (HILL, 1948; DICKSON, 1985;

HUGHES, 1998; NASSANEY, PYLE, 1999; VANPOOL, 2006). CATTELAINE (1997) afirma que é mais fácil se obter proficiência no arco e flecha (HUTCHINGS, BRUCHERT, 1997) e, uma vez obtida a proficiência, a acurácia é mantida de forma mais fácil (WHITTAKER, 2010, 2013).

No entanto, o uso do propulsor e dardo apresenta algumas vantagens importantes sobre o arco e flecha. Por exemplo, o uso do arco torna-se quase impossível com as mãos molhadas ou oleosas (KELLAR, 1955; RAYMOND, 1986). Do mesmo modo, é impossível se proteger com um escudo e usar o arco e flecha ao mesmo tempo (SWANTON, 1938). Relatos etnográficos descrevem os Tarairiu² do interior do Rio Grande do Norte utilizando propulsores na mão direita e porrete de madeira na mão esquerda em ocasião de conflitos com inimigos (PRINS, 2010). A vantagem de ter uma das mãos livres também é apreciada no caso do uso quase simultâneo de “fending stick³” (GEIB, 1990; LEBLANC, 1997, 1999) ou remo (DICKSON, 1985; WHITTAKER, 2010).

Além disso, dardos apresentariam poder de penetração superior às flechas, ou seja, apresentariam maior dificuldade de ser “parados” (seja pelo couro ou pelos ossos no caso de caça; seja por armaduras, no caso de guerras), podendo causar extensas hemorragias, que seriam o mecanismo principal de morte causado por um projétil. Assim, pode-se supor que o propulsor seria uma arma vantajosa na caça de animais de grande porte e com menor velocidade de fuga, como é o caso dos bisões. Já no caso de animais como antílopes e veados de médio porte, cuja velocidade de fuga é alta, a adoção do arco pode ter representado uma vantagem devido à maior velocidade das flechas e, portanto, o menor tempo disponível para detectar o perigo e fugir (TOMKA, 2013). No entanto, inúmeros exemplos, tanto arqueológicos quanto etnográficos, sugerem que essa relação entre tamanho da ponta e porte da caça não é tão simples. A associação entre pontas de flecha e conjuntos faunísticos sugere que grupos pré-históricos estariam empregando o sistema de arco e flecha para caçar animais de grande porte, incluindo bisão (RICKLIS, 1994). Estudos etnográficos também apontam para grupos abatendo espécies de grande porte com arco e flecha (BRANCH, 1962; SCHAEFFER, 1978; HITCHCOCK, BLEED, 1997). No caso dos relatos etnográficos, sabe-se que as potenciais limitações descritas por Tomka (2013) seriam dribladas pelo uso de armadilhas, emboscadas (CHURCHILL, 1993) ou veneno para imobilizar parcial ou totalmente a presa (HITCHCOCK, BLEED, 1997).

² Os Tarairiu faziam parte do grupo nomeado genericamente como Tapuia, isto é, grupos falantes de língua Gê. O uso do propulsor de dardos por esse grupo pode ser verificado em duas famosas obras de meados do século XVII de autoria do pintor holandês Albert Eckhout: “A Dança dos Tapuias” e “Índio Tarairiu” (PRINS, 2010).

³ Sem tradução para o português, “fending stick” é o nome dado por arqueólogos norte-americanos a uma espécie de bastão achatado de madeira cujo uso sugerido seria defletir os dardos atirados por outro indivíduo (WILCOX, HAAS, 1994, p. 223).

O ARCO E FLECHA NAS AMÉRICAS

No Velho Mundo, os projéteis teriam sido inventados de forma independente na Europa, no Levante e na África, com uma data aproximada de 40 mil anos para a presença mais antiga dessa tecnologia nas três regiões (FARMER, 1994; SHEA, 2006). Não há muitas evidências de flechas até o fim do Paleolítico Superior Europeu (período que abrange entre 50.000 e 10.000 anos), mas no período subsequente (o Mesolítico, que se inicia por volta de 10.000 anos atrás) estas parecem estar bem distribuídas nesse continente (BERGMAN *et al.*, 1988; BACHECHI *et al.*, 1997; LANSAC, 2001). No Japão, assim como no leste e sudeste da Ásia, a presença de pontas de flecha tem sido proposta a partir do fim do Pleistoceno e começo do Holoceno (CHÊNG TÊ-K'UN, 1974; BARTON *et al.*, 2009; NAKAZAWA *et al.*, 2011). Desta forma, o Novo Mundo já teria sido colonizado por grupos com conhecimentos sobre a tecnologia de projéteis (provavelmente dardos; SHEA, 2006). A existência de poucas evidências diretas do uso tanto de propulsores quanto de arcos nas Américas (WHITTAKER, 2010) faz com que essa discussão seja construída quase que exclusivamente a partir das pontas de projétil que são tentativamente atribuídas a um ou a outro sistema.

No caso do atual território dos Estados Unidos, têm sido propostas diversas datas para o aparecimento da tecnologia de arco e flecha, uma vez que se assume que os propulsores de dardos estariam presentes desde o período Paleoíndio (termo relacionado aos primeiros americanos, LYMAN *et al.*, 2008). Embora o arco mais antigo seja datado em apenas 950 anos AP (WEBB, MCKINNEY, 1975), evidências indiretas como a diminuição no tamanho das pontas de projétil sugerem uma cronologia mais recuada. Datas antigas, porém polêmicas, têm sido propostas para o sudoeste do Alasca, onde pequenas pontas ósseas foram datadas entre 10.410 ± 40 AP (12.250 cal AP) e 8.150 AP (8.800 cal AP, MASCHNER, MASON, 2013). Depois de 8.000 AP, há uma escassez de pontas pequenas que poderiam ser consideradas como sendo de flecha, embora AMES *et al.* (2010) proponham a presença dessa tecnologia em torno de 8.500 AP no Platô da Colúmbia. O sistema de arco e flecha teria aparecido (ou reaparecido) no Ártico (região do Alasca), entre 5.000 e 4.000 anos AP (cerca de 3.000 anos AC, BLITZ, 1988), como parte da Tradição "Arctic Small Tool" (MASCHNER, MASON, 2013). A seguir, evidências apontam para datas de 4.000 anos AP a leste de Washington (AMES *et al.*, 2010), seguidas de possivelmente 2.500-3.000 anos AP na região dos atuais estados norte-americanos de Idaho, Oregon e Utah (SCHALK, OLSON, 1983; YOHE, 1998). Entre 2.000 e 1.800 anos AP, pontas estariam presentes nas regiões de Great Basin, Intermontane West, Planícies do norte e Alberta (HAMILTON, 1982; BLITZ, 1988). Já nas regiões dos Grandes Lagos, no nordeste das Woodlands, no Meio-Oeste, no Sul e nas Planícies, as evidências apontam para uma introdução em 1.500 anos AP ou posterior (BLITZ, 1988; WEIDERHOLD *et al.*, 2003). De acordo com Blitz (1988), fica claro que o arco e flecha se torna o sistema dominante em praticamente toda a América do Norte por volta de 1.300 anos AP.

Na Mesoamérica e na América do Sul, o uso do propulsor encontra-se relativamente bem documentado de forma indireta através de cronistas como Duran, Torquemada, Sahagun (CAPITAN, 1911) e Garcilaso de la Vega (SWANTON, 1938), de pinturas rupestres (HOSTNIG, s.d.; 2003; MARRINER, 2002) e de experimentos de lançamento de projéteis semelhantes aos pré-históricos (FLEGENHEIMER *et al.*, 2010). A presença de propulsores também se encontra bem documentada de forma direta, através de exemplares de propulsores bem preservados que se encontram atualmente em museus (UHLE, 1909, 1919; VIGNATI, 1936; LATCHAM, 1938; BIRD, 1943, 1946; CASANOVA, 1944; NÚÑEZ, 1963, 1992; MUNIZAGA, 1964; GAMBIER, SACCHERO 1969; DE LOBERA *et al.*, 1970; FOCACCI, 1974; RIVERA, 1975; FERNÁNDEZ DISTEL, 1977; BITTMANN, MUNIZAGA, 1979; BRUECHERT, 1998; SUÁREZ, LÓPEZ, 2003). No entanto, a evidência de quando aparece pela primeira vez o sistema de arco e flecha é menos bem documentada.

Em termos de Mesoamérica, Aoyama (2005), a partir de valores de medidas lineares e de análises de microdesgaste, sugere a presença de flechas nas terras baixas Maias em um período anterior ao previamente sugerido (1.600 a 1.400 AP ou AD 400 a 600). O arco teria sido utilizado pelos Maias no Período Pós-Clássico Tardio (AD 1.200 a 1.525). No entanto, provavelmente devido ao fato de o propulsor ser um símbolo de poder (FREIDEL, 1986; HALL, 1997, p. 110; HASSIG, 1992, p. 73), a iconografia deste período apresenta uma ênfase maior neste do que no arco (LEBLANC, 2003).

Há poucos estudos que exploram a questão dos dardos e flechas na América do Sul. Na Colômbia, há evidências do uso tanto de propulsores quanto de arco e flecha no Império Muisca (1.300 a 400 AP ou AD 700 a 1.600), como é o caso das inúmeras estatuetas antropomorfas de metal (chamadas “tunjo”) que apresentam arco e flecha (MARRINER, 2002). Bittmann e Munizaga (1979) descrevem a presença de um arco de 156 cm usado como estrutura de suporte de uma múmia Chinchorro (norte do Chile), colocando uma data mínima para a ocorrência do arco e flecha na América do Sul entre 7.000 e 3.700 AP (5.050 e 1.720 anos AC, que seria o período associado ao processo de mumificação na cultura Chinchorro, ARRIAZA, 1995). Outros achados descritos confirmam a presença de arcos em associação a múmias Chinchorro⁴ (UHLE, 1917, 1919, 1922, p. 52-53, 1974; MUÑOZ *et al.*, 1991). Métraux (1949) chama a atenção para a presença de arcos desenhados nos têxteis encontrados em Tihuanaco, sem dar mais informações sobre o período. Em Chiribaya Alta, um conjunto de arco e flechas foi descrito; a cronologia mais conservadora para essa cultura

⁴ Lavallée (1995, p. 87, 133) afirma que a identificação dessa peça de madeira utilizada para reforçar e manter estável a estrutura da múmia como sendo um arco permanece incerta. No caso específico do achado descrito por Uhle (1922, p. 52-53), Owen (1998) considera que a evidência a favor da peça de madeira encontrada dentro da múmia ser um arco é bastante fraca. Em relação ao achado descrito por Muñoz *et al.* (1991), Owen (1998) afirma ser bastante plausível que se trate de um arco, porém, há problemas com a sequência de datações obtidas para o sítio. De todo modo, de acordo com o autor, a data aproximada de 990 AP (2.840 ± 100 14C) obtida para um sepultamento do mesmo setor do sítio sugere a presença de arco e flecha na costa norte do Chile nesse período. A associação entre os grupos Chinchorro e o arco e flecha se mostra um pouco problemática, uma vez que Arriaza *et al.* (2008) mencionam que os Chinchorro seriam grupos bastante adaptados à pesca e que os artefatos comumente encontrados nos sítios arqueológicos seriam arpões e lançadores de dardos. Nenhuma referência ao arco e flecha é feito por estes autores.

a coloca entre 1.025 e 625 AP (AD 975 e 1375, OWEN, 1998). Alguns autores (FERNÁNDEZ DISTEL, 1977; FOCACCI, CHACÓN, 1989; DE SOUZA, 2004) sugerem uma data entre 2.500 e 3.500 AP (500 e 1.500 anos AC) para a presença do arco no norte do Chile. Outros afirmam que essa presença se daria certamente entre 1.000 e 650 AP (AD 1.000 e 1.350, Período Intermediário Tardio) nos grupos na costa sul do Peru e na costa norte do Chile (OWEN, 1998).

No Brasil, não há informação sobre o uso do arco e flecha na pré-história. Três bastões de osso de baleia que poderiam ser propulsores foram encontrados em dois sambaquis do litoral norte de Santa Catarina: Morro do Ouro (4.030 ± 40 AP, 4500 ± 60 14C, WESOLOWSKI, 2000) e Conquista (PROUS, 1991a, p. 221, 238). Algumas pinturas rupestres apresentam figuras segurando possíveis propulsores, como é o caso da Tradição Nordeste no Piauí e da Tradição São Francisco no Piauí e no norte de Minas Gerais. No entanto, não há cenas explícitas de caça usando o propulsor: no Piauí, essa arma parece ter sido usada em conflitos entre grupos humanos. Também na Tradição Planalto, presente majoritariamente no centro de Minas Gerais, há figuras de animais com hastes no dorso, às vezes cercados por figuras antropomorfas (PROUS, 1991b). Não há datas associadas a tais representações rupestres, embora a Tradição Planalto seja tentativamente associada ao período entre o Holoceno médio e tardio em Minas Gerais (PROUS, BAETA, 1992-1993). Não há evidência de quando o arco e flecha aparece pela primeira vez em território brasileiro.

Apesar da escassez de datas para o aparecimento do arco e flecha na América do Sul, estas sugerem uma cronologia mais recuada em relação à América do Norte. Não é impossível que tal tecnologia tenha sido inventada de maneira independente nos dois subcontinentes (OWEN, 1998).

No Brasil, não temos notícia de nenhum estudo que tenha sido desenvolvido levando-se em conta o sistema de propulsão das diferentes pontas de projétil durante a pré-história. Portanto, este trabalho tem por objetivo apresentar dados e ideias preliminares sobre essa questão nas regiões sudeste e sul do Brasil.

MATERIAL E MÉTODOS

Embora diversos autores tenham sugerido técnicas para distinguir pontas de dardo de pontas de flecha (BROWNE, 1938; FENENGA, 1953; EVANS, 1957; THOMAS, 1978; FAWCETT, KORNFELD, 1980; RATTO, 1994; BRADBURY, 1997; HUGHES, 1998; AMES *et al.*, 2010), a principal técnica utilizada para estimar a proporção de dardos e flechas em uma amostra de pontas de projétil é a apresentada por Shott (1997), que será usada neste trabalho. Tomando por base o trabalho de Thomas (1978), o autor utilizou medidas lineares tomadas em exemplares de museus cujo modo de uso era conhecido (isto é, como dardo ou flecha) devido ao fato das pontas ainda se encontrarem presas às suas hastes originais. A amostra de flechas utilizada por Shott (1997) já tinha sido estudada por Thomas (1978), consistindo em 132 espécimes; já a amostra de

dardos foi aumentada por Shott nesse trabalho, chegando a 39 exemplares. Utilizando quatro medidas lineares, foram calculados quatro pares de equações a partir de Análises de Funções Discriminantes. Tais equações utilizam quatro, três, duas ou apenas uma variável para estimar a proporção de dardos e flechas em uma dada amostra. A Tabela 1 apresenta as quatro equações e a Figura 1 apresenta as variáveis utilizadas em cada equação. As medidas de um mesmo exemplar devem ser utilizadas nas duas equações, sendo que a equação que resultar no maior valor indica a qual classe pertence o exemplar em questão.

Para aplicar o método em questão, selecionaram-se oito sítios arqueológicos do sudeste e sul do Brasil. O critério de seleção levou em conta a presença de um número razoavelmente grande de pontas de projétil nos níveis arqueológicos e a existência de datações radiocarbônicas para cada sítio. A Tabela 2 apresenta os sítios arqueológicos e suas respectivas datações absolutas e calibradas.

Embora Shott (1997) conclua que a equação com apenas uma variável seja a que apresenta melhor discriminação entre os dardos e as flechas, optou-se neste trabalho por utilizar todas as quatro equações devido ao fato de que o número de exemplares que pôde ser incluído em cada análise (isto é, com quatro, três, duas ou uma variável) é bastante variável. A Tabela 3 mostra o número de exemplares utilizado em cada análise.

RESULTADOS

A Tabela 4 apresenta o número de exemplares de cada sítio classificados como dardos ou flechas em cada equação. Pode-se verificar que o tamanho amostral utilizado em cada equação é variável, sendo que a equação com quatro variáveis apresenta o menor tamanho amostral (241) e a que inclui apenas uma variável apresenta o maior número de exemplares (366). As equações com três e duas variáveis incluíram 346 e 422 exemplares, respectivamente.

A Figura 2 mostra o gráfico de barras com a porcentagem de classificação de cada sítio quando se utiliza cada equação. Como as porcentagens de dardos e flechas são complementares, escolheu-se apresentar apenas a proporção de dardos. No caso da equação que utiliza quatro variáveis, é possível verificar que todos os sítios, exceto Pedro F. Schmitz, apresentam uma maior proporção de dardos em relação a flechas. No entanto, esta proporção é mais similar (ou seja, equilibrada) no caso dos sítios Tunas, Garivaldino e Bom Princípio. Alguns sítios mantêm essa proporção maior de dardos em relação a flechas independentemente da equação utilizada. Este é o caso de Adelar Pilger, Alice Boer, Dalpiaz, Pedro F. Schmitz e Morro da Flecha 1. Sítios que, em alguns casos, dependendo da equação, apresentam porcentagens de dardos abaixo de 55% são Tunas, Garivaldino e Bom Jardim Velho. Verifica-se que o sítio Tunas apresenta porcentagens de dardos próximas de 40% em três das quatro equações. Esses resultados

podem indicar de modo mais enfático a presença de pontas pequenas que potencialmente poderiam ter sido usadas como flechas (Figura 3).

DISCUSSÃO

Os resultados mostram que, em geral, os sítios analisados apresentaram uma maior proporção de dardos em relação a flechas e que esta proporção pode mudar de acordo com a equação aplicada, mantendo-se equilibrada (50%-50%) ou até mesmo apresentando porcentagens abaixo de 55% de dardos. O sítio Tunas apresentou porcentagens de dardos próximas de 40% na maioria das equações, o que pode ser indicador da presença de pontas de dimensões reduzidas e que potencialmente poderiam ser usadas como flechas. Chama atenção o fato desse sítio apresentar datas do início do Holoceno, ao passo que os sítios mais recentes apresentam proporções inferiores às observadas nesses sítios mais antigos. Esse padrão mostra-se contrário à expectativa gerada levando-se em conta a ideia que a presença de flechas é sempre posterior à de dardos em termos cronológicos e, portanto, encontrar uma proporção maior de flechas em relação a dardos em sítios mais recentes não seria surpresa. Vale ainda ressaltar que esses dados sugerem a presença de pontas de projétil cuja morfologia seria passível de ser considerada como de “flecha” em sítios cujas datas estão muito além das datas mais antigas propostas para o surgimento da tecnologia de arco e flecha, tanto na América do Norte, quanto no restante da América do Sul (mesmo ao considerarmos as datas antigas de arcos presumidamente associados a múmias Chinchorro).

A discussão acerca dos diferentes sistemas associados a pontas de projétil nas Américas leva em conta tanto as evidências diretas, ou seja, a presença de partes orgânicas (geralmente hastes, propulsores e arcos) bem preservadas, quanto informações indiretas, geralmente tamanho ou massa das pontas de projétil. Devido à grande escassez de partes orgânicas bem preservadas em contextos arqueológicos (ERLANDSON *et al.*, 2014), não é surpresa verificar que a maioria dos estudos se utiliza de evidências indiretas para inferir a presença de pontas de dardos ou de flechas. Conforme mencionado anteriormente, um dos métodos mais aceitos na atualidade é o proposto por Shott (1997), na qual pontas de projétil são classificadas como sendo de dardo ou de flecha a partir de equações derivadas de funções discriminantes obtidas a partir de amostras de pontas cujo sistema utilizado (propulsor ou arco) eram conhecidas. Este método parece apresentar resultados mais satisfatórios do que o uso de medidas limite para a classificação de pontas em dardo ou flecha (SHOTT, 1997). No entanto, deve-se levar em conta que não é porque existe uma porcentagem de pontas classificadas como flechas que há necessariamente flechas na amostra. Isso decorre da porcentagem de erros de classificação observadas para cada uma das quatro equações na amostra de Shott (1997). Segundo o autor, é mais provável que pontas de dardo, em oposição às de flecha,

sejam sub-representadas em uma dada amostra (VANPOOL, 2006). Segundo Shott (1997), a largura das aletas seria a variável que melhor discriminaria os diferentes tipos de pontas e, embora um valor limite possa ser usado, parece haver uma porcentagem maior de classificação correta quando a equação com uma única variável é utilizada. Essas porcentagens de classificação incorretas devem-se principalmente ao fato de existir uma sobreposição na distribuição das medidas de dardos e flechas (SHOTT, 1997). Por exemplo, pontas com pescoços largos podem ter sido utilizadas como flechas e pontas com pescoços estreitos podem ter sido utilizadas como dardos (VANPOOL, 2006). Dessa forma, VanPool (2006) destaca que determinar se uma ponta pode ser associada a dardo ou flecha é um argumento estatístico. Assim, torna-se quase impossível determinar se uma dada ponta é de dardo ou de flecha, porém, é possível estimar se uma amostra razoavelmente grande contém primariamente mais flechas, mais dardos ou uma proporção similar de ambos (FENENGA, 1953; SHOTT, 1997). Sítios que mostram tendência a uma menor proporção de dardos em relação a flechas, como é o caso do sítio Tunas, podem estar sinalizando a presença de conjuntos de artefatos com potencial para ser usados como pontas de flecha. É importante também verificar que dentre todos os sítios amostrados, apenas Garivaldino, Alice Boer e Dalpiaz apresentam um tamanho amostral consideravelmente grande, de modo que os resultados observados para estes sítios seriam mais confiáveis do que aqueles observados para sítios cujo tamanho amostral é pequeno.

Outros aspectos que podem causar ruído em análises que levam em conta o tamanho das pontas para inferir seu uso é o fato de pontas pequenas poderem ser usadas como dardos (THOMAS, 1978), desde que sua massa menor seja compensada por uma haste mais pesada (WHITTAKER, 2007). Ainda, de acordo com alguns autores, a baixa qualidade da matéria-prima pode acarretar uma diminuição no tamanho das pontas (FAWCETT, KORNFELD, 1980; ANDREFSKY Jr., 1994). Finalmente, o reavivamento das pontas pode alterar o comprimento, largura e espessura das mesmas (HOFFMAN, 1985; REED, GEIB, 2013), embora Lyman *et al.* (2009) afirmem que apesar disso causar algum ruído, não há a alteração do quadro geral. De fato, algumas partes das pontas estão mais sujeitas a mudanças relacionadas ao seu reavivamento do que outras. É notório que o corpo da ponta é o que apresenta maior potencial para ser modificado, ao passo que regiões como o pescoço e o pedúnculo seriam menos afetadas por tal processo (CHARLÍN, GONZÁLEZ-JOSÉ, 2012). Assim, pode-se sugerir que a equação de Shott (1997) que seria mais afetada pelo reavivamento seria aquela que utiliza quatro variáveis, incluindo o comprimento (que, na maioria dos casos, apresenta maior potencial de modificação). De todo modo, as variáveis que parecem ser as mais importantes na discriminação (largura das aletas e espessura, SHOTT, 1997) seriam pouco afetadas por possíveis eventos de reavivamento.

A presença de flechas de dimensões relativamente grandes em níveis arqueológicos recentes pode ser devido à descoberta e ao reaproveitamento destas por grupos mais recentes (VANPOOL, 2006; WHITTAKER, 2007). O uso de pontas antigas como adorno ou itens de valor ritual poderia explicar a presença

de algumas pontas de dardo em contextos recentes. Este é o caso observado nos grupos Pueblo, onde foi sugerido que pontas do Arcaico Inicial e Médio eram amarradas junto a outros amuletos (HAURY, 1975, prancha 21) e itens rituais por xamãs (THOMAS, 1976) nos períodos mais tardios. Harper e Andrefsky Jr. (2008) propõem que essas pontas estariam sendo recicladas pelos grupos Pueblo em períodos mais recentes na forma de ferramentas para cortar e serrar. No caso dos grupos Navajo, pontas de flecha antigas seriam reaproveitadas para a caça, uma vez que aquelas confeccionadas por eles poderiam ser utilizadas somente para fins rituais (HILL, 1938; GUNNERSON, 1959 *apud* HARPER, ANDREFSKY Jr., 2008).

Outro aspecto problemático do uso de equações é a impossibilidade de distinguir pontas que teriam sido usadas para outras finalidades que não projétil. Sabe-se que pontas podem ser também utilizadas como furadores, facas, lanças, arpões, entre outros usos (PITT RIVERS, 1906, p. 101, 117; FENENGA, 1953; AHLER, 1971; KAY, 1996; GREAVES, 1997; SUÁREZ, 2006; MORRISEY, 2009, p. 153; ERLANDSON *et al.*, 2014; NAMI, 2015). Dessa forma, faz-se necessário, em estudos futuros, incluir o exame de marcas de uso nas pontas para determinar como tais artefatos foram utilizados (KAY, 1996), a análise de cicatrizes de lascamento para entender como a ferramenta foi feita e (se for o caso) reavivada (HARPER, ANDREFSKY Jr., 2008), assim como um estudo acerca dos padrões de fraturas das pontas quebradas para entender o tipo de impacto (ODELL, COWAN, 1986; MORRISEY, 2009, p. 153).

Deve-se levar em conta que, apesar da substituição total dos dardos pelas flechas ter acontecido em muitos locais na América, há diversos estudos na América do Norte que mostram uma coexistência das duas tecnologias (ou seja, a persistência do uso de dardos) após a introdução da flecha ao longo de um período bastante extenso (YERKES, PECORA, 1990; SHOTT, 1996, 1997; FAWCETT, 1998; NASSANEY, PYLE, 1999; VANPOOL, 2006; RAILEY, 2010), especialmente em áreas marginais (KELLAR, 1955, p. 33). Por exemplo, sabe-se que o dardo foi bastante utilizado em contextos de guerra pelos Mexicas (também conhecidos como Astecas) e pelos Maias, mesmo após a introdução do arco e flecha (WEBSTER, 2000; VANPOOL, 2006). Da mesma forma, parece haver a coexistência das duas tecnologias de propulsão no norte do Chile e no sul do Peru por até 1.500 anos ou minimamente por 500 anos (OWEN, 1998). No atual território dos Estados Unidos, na região chamada de *Woodlands Eastern*, o dardo persiste após a introdução da flecha ainda na pré-história (HALL, 1977) e parece ter continuado em uso mesmo no período histórico (SWANTON, 1938). O mesmo fenômeno foi observado na Califórnia e Baja Califórnia (HEIZER, 1938; MASSEY, 1961). Nas Planícies norte-americanas, ambos os sistemas eram utilizados conjuntamente para a caça de bisões (CHATTERS *et al.*, 1995). Outros locais dos Estados Unidos onde esse fenômeno teria ocorrido durante a pré-história seriam o sudoeste do Wyoming, a região do Noroeste do Pacífico e a região central do Arizona (AIKENS, 1978; VANPOOL, 2006). Em Ventana Cave (Arizona), ocupada desde o período Paleoíndio até os tempos históricos (10.000 até 600 anos AP), a importância da caça de grandes animais pode estar ligada à retenção do uso de propulsores e dardos até tempos mais recentes (VANPOOL, 2006). Shott (1993) cita diversos grupos (a

maioria caçadores-coletores) para as quais há relatos etnográficos do uso tanto de propulsor e dardo, quanto de arco e flecha. A mesma situação é descrita por etnógrafos para diversos grupos brasileiros, como os Jivaro no século XVI (STIRLING, 1938, p. 79), os Ticuna (NIMUENDAJÚ, 1948, p. 714), os Trumai (MURPHY, QUAIN, 1955, p. 35) e os Warao (WILBERT, 1980, p. 7). Dessa forma, a contemporaneidade do uso dos dois sistemas mostra que dardos e flechas podem ser considerados como tecnologias complementares (ERWIN *et al.*, 2005). Em alguns casos, é possível que a existência de dardos após o advento do arco e flecha seja uma manifestação do que Borrero (2011) chamou de tecnologias adormecidas, ou seja, tecnologias que não são utilizadas intensamente por um dado grupo, mas que ainda são conhecidas e que podem, dependendo da situação, ser empregadas. Embora nossos resultados estejam longe de serem conclusivos, não se pode descartar que o fenômeno da coexistência de duas tecnologias distintas não esteja representado nos sítios analisados.

Ainda, há casos onde a retenção dos propulsores após o advento do arco e flecha pode estar relacionada a motivos simbólicos. Nesse sentido, VanPool (2006) apresenta o caso de Paquimé (Chihuahua, noroeste do México), um sítio considerado como o centro político e econômico da região entre 800 e 550 AP (AD 1.200 e 1.450), associado à irrigação, horticultura e arquitetura monumental. Neste caso, segundo o autor, a presença de propulsores em períodos mais recentes teria conotações simbólicas, compartilhadas com outros grupos contemporâneos da Mesoamérica. O uso não “utilitário” dos propulsores tem sido relatado por etnógrafos para diversos grupos do território brasileiro que os utilizam (ou utilizavam até recentemente) para fins de competição. Tal era o caso dos Karajá do Araguaia, com seu “jogo dos Tapirapé” (EHRENREICH, 1940, p. 46; KRAUSE *apud* BALDUS⁵, 1970, p. 101) e dos grupos do Xingu com o Yawari (GALVÃO, 1979): os Kamayurá (MENEZES BASTOS, 2004), os Wauja (BARCELOS NETO, 2004), os Auety e os Trumai (STEINEN, 1940, p. 284; MURPHY, QUAIN, 1955, p. 35, 71).

Finalmente, questões frequentes relacionadas à má preservação de restos orgânicos não somente dificultam a descoberta de partes importantes dos dois sistemas (hastes, arcos e propulsores), como também podem impedir o entendimento dos primeiros estágios da tecnologia de arco e flecha nos casos onde esta apresenta pontas feitas em materiais perecíveis. Este é o caso de pontas feitas em madeira ou como no caso das mais antigas pontas de flecha do sul do Peru e do Norte do Chile, confeccionadas com espinhos de cactos e fragmentos ósseos (OWEN, 1998).

⁵ Baldus não explicita a qual trabalho de Krause ele se refere.

CONCLUSÕES

Embora o método aqui utilizado para inferir a presença de pontas de dardo ou de flecha em sítios arqueológicos do sudeste e sul do Brasil deva ser entendido dentro de suas limitações, os resultados sugerem fortemente a presença de pontas de tamanho reduzido que podem ser consideradas como compatíveis com o sistema de arco e flecha. O sítio Tunas, datado do início do Holoceno, apresentou maiores proporções de pontas classificadas como sendo “de flecha”, sugerindo a presença de projéteis de tamanho reduzido e compatíveis com essa tecnologia.

Embora essas pontas sejam consideradas como pontas de projétil, não é possível certificar-se, por enquanto, acerca do seu uso, uma vez que não há estudos a esse respeito. Desta forma, não é possível excluir a possibilidade de que alguns desses espécimes tenham sido utilizados de outros modos (furador, faca, lança, uso ritual, etc.). Conforme Erlandson *et al.* (2014) afirmam, a interpretação dessas tecnologias de pontas de projétil baseadas apenas no tamanho ou na morfologia das pontas deve ser feita de modo cauteloso, especialmente quando não há dados detalhados sobre os contextos culturais, os restos faunísticos, o desgaste, entre outros.

Seja como for, não podemos descartar a possibilidade de que os resultados mostram uma tecnologia de dardos muito específica, cujas pontas são menores do que o esperado, mas é igualmente válido começar a pensar sobre a possibilidade de uma invenção independente da tecnologia de arco e flecha durante a transição Pleistoceno / Holoceno no leste da América do Sul. De fato, a invenção independente da tecnologia de arco e flecha na América do Norte e na América do Sul não foi descartada por Owen (1998). Tal caso não seria inédito, já que uma invenção independente desse sistema provavelmente teria acontecido em três regiões do Velho Mundo (Europa, Levante e África, FARMER, 1994; SHEA, 2006).

Estudos futuros que busquem aprimorar ou modificar o método de Shott (1997), assim como estudos que incluam amostras maiores para cada sítio arqueológico aqui analisado e de outros sítios arqueológicos não incluídos neste trabalho poderão complementar ou contrastar os resultados obtidos até o momento. A realização de escavações que originem informações mais detalhadas acerca da posição estratigráfica das pontas de projétil, assim como datações de diversos níveis arqueológicos de um mesmo sítio poderão também ajudar a refinar o nosso entendimento acerca das origens da tecnologia de uso de pontas de projétil no Sudeste e Sul do Brasil durante a pré-história.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a três revisores anônimos e a Astolfo Araujo (MAE/USP) pelas sugestões. Agradeço também a todos que colaboraram com esta pesquisa através do generoso acesso às coleções, em especial: João Boer, Igor Chmyz (CEPA/UFPR), Adriana Schmidt Dias (UFRGS), Jefferson Dias (Marsul); Sérgio Klamt

(CEPA/UNISC) e Pedro Ignacio Schmitz (IAP/Unisinós). Esta pesquisa teve o apoio financeiro do CNPq (159776/2010-4; 443169/2014-4; 303566/2014-0) e FAPESP (2010/06453-9).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AHLER, S. A. *Projectile point form and function at Rodgers rockshelter*. Missouri: Missouri Archaeological Society, 1971.
- AIKENS, C M. The Far West. IN: JENNINGS, J. D. *Ancient Native Americans*. San Francisco: W. H. Freeman and Company, 1978. p. 131-181.
- AMES, K. M.; FULD, K. A.; DAVIS, S. Dart and arrow points on the Columbia Plateau of Western North America. *American Antiquity*, v. 75, p. 287-325, 2010.
- ANDREFSKY JR, W. Raw-material availability and the organization of technology. *American Antiquity*, v. 59, p. 21-34, 1994.
- AOYAMA, K. Classic Maya warfare and weapons: spear, dart, and arrow points of Aguateca and Copan. *Ancient Mesoamerica*, v. 16, p. 291-304, 2005.
- ARRIAZA, B. Chinchorro bioarchaeology: chronology and mummy seriation. *Latin American Antiquity*, v. 6, p. 35-55, 1995.
- BACHECHI, L.; FABBRI, P.-F.; MALLEGNI, F. An arrow-caused lesion in a Late Upper Paleolithic human pelvis. *Current Anthropology*, v. 38, p. 135-140, 1997.
- BALDUS, H. The Tapirapé: a Tupi tribe of Central Brazil. *Revista do Arquivo Municipal*, v. 96-105, 107-124, 127, 1970.
- BARCELOS NETO, A. Processo criativo e apreciação estética no grafismo Wauja. *Cadernos de Campo*, v. 13, p. 87-108, 2004.
- BARTON, H.; PIPER, P. J.; RABETT, R.; REEDS, I. Composite hunting technologies from the Terminal Pleistocene and Early Holocene, Niah Cave, Borneo. *Journal of Archaeological Science*, v. 36, p. 1708-1714, 2009.
- BERGMAN, C. A.; McEWEN, E.; MILLER, R. Experimental archery: projectile velocities and comparison of bow performances. *Antiquity*, v. 62, p. 658-670, 1988.
- BIRD, J. B. Excavations in Northern Chile. *Anthropological Papers of the American Museum of Natural History*, v. 27, 1943.
- BIRD, J. B. The cultural sequence of the North Chilean coast. In: STEWARD, J. H. *Handbook of South American Indians*. Washington: United States Government Printing Office, 1946. v. 2, p. 587-594.
- BITTMANN, B.; MUNIZAGA, J. R. El arco en América: evidencia temprana y directa de la Cultura Chinchorro (norte de Chile). *Indiana*, v. 5, p. 229-251, 1979.
- BLITZ, J. Adoption of the bow in prehistoric North America. *North American Archaeologist*, v. 9, p. 123-145, 1988.

- BORRERO, L. A. The Theory of evolution, other theories, and the process of human colonization of America. *Evolution: Education and Outreach*, v. 4, p. 218-222, 2011.
- BRADBURY, A. P. The bow and arrow in the Eastern Woodlands: evidence for an Archaic origin. *North American Archaeologist*, v. 18, p. 207-233, 1997.
- BRANCH, J. F. *The Hunting of the Buffalo*. Lincoln: University of Nebraska Press, 1962.
- BROCHADO, J. P.; SCHMITZ, P. I. Aleros y cuevas con petroglifos e industria lítica de la escarpa del Planalto Meridional en Rio Grande do Sul, Brasil. *Anales de Arqueologia y Etnologia (Mendoza)*, v. XXVII-XXVIII, p. 39-66, 1972-1973.
- BROWNE, J. Antiquity of the bow. *American Antiquity*, v. 3, p. 358-359, 1938.
- BRUECHERT, L. W. Mummy burial of the Muisca Empire. *The Atlatl*, v. 11, 1998.
- CAPITAN, L. Une arme des anciens Péruviens: l'estolica; son identification par l'iconographie céramique. *Comptesrendus des Séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, 55e année, p. 407-410, 1911.
- CASANOVA, E. Una estolica de La Puna Jujeña. *Relaciones de la Sociedad Argentina de Antropología*, v. 4, p. 115-132, 1944.
- CATTELAINE, P. Hunting during the Upper Paleolithic: bow, spearthrower, or both? In: KNECHT, H. *Projectile technology*. New York: Plenum, 1997. p. 213-240.
- CHARLIN, J.; GONZÁLEZ-JOSÉ, R. Size and shape variation in Late Holocene projectile points of Southern Patagonia: a geometric morphometric study. *American Antiquity*, v. 77, p. 221-242, 2012.
- CHATTERS, J. C.; CAMPBELL, S. K.; SMITH, G. D.; MINTHORN JR, P. E. Bison procurement in the Far West: a 2,100-year-old kill site on the Columbia Plateau. *American Antiquity*, v. 60, p. 751-763, 1995.
- CHÊNG TÊ-K'UN 鄭德坤. The prehistory of China. *T'oung Pao*, p. 1-11, 1974.
- CHMYZ, I.; SGANZERLA, E. M.; VOLCOV, J. E.; BORA, E.; CECCON, R. S. A arqueologia da área da LT 750kV Ivaiporã-Itaberá III, Paraná - São Paulo. *Arqueologia (Revista do CEPA)*, v. 5, p. 1-305, 2008.
- CHRISTENSON, A. L. Projectile point size and projectile aerodynamics: an exploratory study. *Plains Anthropologist*, v. 31, p. 109-128, 1986.
- CHURCHILL, S. E. Weapon technology, prey size selection, and hunting methods in modern hunter-gatherers: implications for hunting in the Paleolithic and Mesolithic. In: PETERKIN, G. L.; BRICKER, H. M.; MELLARS, P. *Hunting and animal exploitation in the later Paleolithic and Mesolithic of Eurasia*. Washington, D.C.: Archaeological Papers of the American Anthropological Association, 1993. p. 11-24.
- COLLINS, M. B. Lithic technology as a means of processual inference. In: SWANSON, E. H. *Lithic technology: making and using stone tools*. The Hague: Mouton, 1975.
- DE LOBERA, P. M. *Crónica del Reino de Chile*. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 1970.

- DE SOUZA, P. H. Tecnologías de proyectil durante los períodos Arcaico y Formativo en el Loa Superior (Norte de Chile): a partir del análisis de puntas líticas. *Chungara (Revista de Antropología Chilena)*, Volumen Especial: Simposio Perspectivas Teóricas y Metodológicas en los Estudios Líticos, p. 61-76, 2004.
- DIAS, A. S. Hunter-gatherer occupation of South Brazilian Atlantic Forest: paleoenvironment and archaeology. *Quaternary International*, v. 256, p. 12-18, 2012.
- DICKSON, D. B. The atlatl assessed a review of recent anthropological approaches to prehistoric North American weaponry. *Bulletin of the Texas Archaeological Society*, v. 56, p. 1-36, 1985.
- EHREINREICH, P. Contribuições para a etnologia do Brasil. *Revista do Museu Paulista, Nova Série*, v. 2, p. 7-135, 1949.
- ERLANDSON, J. M., WATTS, J. L., JEW, N. P. Darts, arrows, and archaeologists: distinguishing dart and arrow points in the archaeological record. *American Antiquity*, v. 79, p. 162-169, 2014.
- ERWIN, J. C.; HOLLY JR, D. H.; HULL, S. H.; RAST, T. L. Form and function of projectile points and the trajectory of Newfoundland prehistory. *Canadian Journal of Archaeology*, v. 29, p. 46-67, 2005.
- EVANS, O. F. Probable use of stone projectile points. *American Antiquity*, v. 23, p. 83-84, 1957.
- EVANS, O. F. The development of the atlatl and the bow. *Bulletin of the Texas Archaeological Society*, v. 30, p. 159-162, 1959.
- FARMER, M. F. The origins of weapons systems. *Current Anthropology*, v. 35, p. 679-681, 1994.
- FAWCETT Jr, W. B.; KORNFELD, M. Projectile point neck-width variability and chronology on the Plains. *Wyoming Contributions to Anthropology*, v. 2, p. 66-79, 1980.
- FAWCETT, W. B. Chronology and projectile point neck-width: an Idaho example. *North American Archaeologist*, v. 19, p. 59-85, 1998.
- FENENGA, F. The weights of chipped stone points: a clue to their functions. *Southwestern Journal of Anthropology*, v. 9, p. 309-323, 1953.
- FERNÁNDEZ DISTEL, A. A. Nuevos hallazgos de estólicas en el borde de la puna jujeña (Argentina), y reactualización del problema según recientes investigaciones en los Andes Meridionales. *VII Congreso de Arqueología de Chile Altos Vilches*. Talca, 1977.
- FLEGENHEIMER, N.; MARTÍNEZ, J. G.; COLOMBO, M. Una experiencia de lanzamiento de puntas cola de pescado. In: BERÓN, M.; LUNA, L.; BONOMO, M.; MONTALVO, C.; ARANDA, C.; CARRERA AIZPITARTE, M. *Mamül Mapu: pasado y presente desde la arqueología pampeana*. Ayacucho: Editorial Libros del Espinillo, 2010. p. 215-231.
- FOCACCI, G. Excavaciones en el cementerio Playa Miller-7 (Arica). *Chungara (Revista de Antropología Chilena)*, v. 3, p. 23-74, 1974.
- FOCACCI, G.; CHACÓN, S. Excavaciones arqueológicas en los faldeos del Morro de Arica: sitios Morro 1/6 y 2/2. *Chungara (Revista de Antropología Chilena)*, v. 22, p. 15-62, 1989.

- FREIDEL, D. A. The Mesoamerican world. *Latin American Research Review*, v. 21, p. 231-241, 1986.
- GALVÃO, E. O uso do propulsor entre as tribos do Alto Xingu. In: GALVÃO, E. *Encontro de Sociedades: Índios e Brancos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 39-56.
- GAMBIER, M.; SACCHERO, P. Excavaciones en los morrillos de Ansilta. Trabajos preliminares. *Actas del V Congreso Nacional de Arqueología*, La Serena, Chüe, p. 389-395, 1969.
- GEIB, P. R. A Basketmaker II wooden tool cache from Lower Glen Canyon. *Kiva*, v. 55, p. 265-277, 1990.
- GREAVES, R. D. Hunting and multifunctional use of bows and arrows: ethnoarchaeology of technological organization among Pumé hunters of Venezuela. In: KNECHT, H. *Projectile technology*. New York: Plenum, 1997. p. 287-320.
- GUNNERSON, D. Tabu and Navajo material culture. *El Palacio*, v. 64, p. 1-19, 1959.
- HALL, R. L. An anthropocentric perspective for Eastern United States prehistory. *American Antiquity*, v. 42, p. 499-518, 1977.
- HAMILTON, T. M. *Native American bows*. Columbia: Missouri Archaeological Society, 1982 (Special Publication n. 5).
- HARPER, C.; ANDREFSKY JR., W. Exploring the dart and arrow dilemma: retouch indices as functional determinants. In: ANDREFSKY Jr, W. *Lithic technology: measures of production, use and curation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 175-194.
- HASSIG, R. *War and society in Ancient Mesoamerica*. Berkeley: University of California Press, 1992.
- HAURY, E. W. *The stratigraphy and archaeology of Ventana Cave*. Tucson: University of Arizona Press, 1975.
- HEIZER, R. F. An inquiry into the status of the Santa Barbara spear-thrower. *American Antiquity*, v. 4, p. 137-141, 1938.
- HILDEBRANDT, W. R.; KING, J. H. Distinguishing between darts and arrows in the archaeological record: implications for technological change in the American West. *American Antiquity*, v. 77, p. 789-799, 2012.
- HILL, M. W. The atlatl or throwing stick: a recent study of atlatls in use with darts of various sizes. *Tennessee Archaeologist*, v. 4, p. 37-44, 1948.
- HILL, W. W. *The agricultural and hunting methods of the Navajo Indians*. New Haven: Yale University Publications in Anthropology, 1938. v. 18.
- HITCHCOCK, R.; BLEED, P. Each according to need and fashion: spear and arrow use among San Hunters of the Kalahari. In: KNECHT, H. *Projectile Technology*, New York: Plenum Press, 1997. p. 345-370.
- HOFFMAN, C. M. Projectile point maintenance and typology: assessment with factor analysis and canonical correlation. In: CARR, C. *For concordance in archaeological analysis: bridging data structure, quantitative technique, and theory*. Kansas City and Fayetteville: Westport Publishers, 1985. p. 566-612.
- HOSTNIG, R. Macusani y Corani, repositorios de arte rupestre milenario en la Cordillera de Carabaya, Puno – Perú. *Boletín SIARB*, n. 17, p. 17-35, 2003.

- HOSTNIG, R. *Pinturas rupestres arcaicas de la provincia de Espinar, Cusco*. Rupestreweb. Sinus data. Disponível em: <<http://www.rupestreweb.info/espinar.html>>. Acesso em: 16 jun. 2015.
- HUGHES, S. Getting to the point: evolutionary change in prehistoric weaponry. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 1, 345-406, 1998.
- HUTCHINGS, W. K.; BRUCHERT, L. W. Spearthrower performance: ethnographic and experimental research. *Antiquity*, v. 71, p. 890-897, 1997.
- KAY, M. Microwear analysis of some Clovis and experimental chipped stone tools. In: ODELL, G. *Stone tools: theoretical insights into human prehistory*. New York: Plenum Press, 1996. p. 315-344.
- KELLAR, J. H. *The atlatl in North America*. Indiana: Indiana Historical Society, 1955. (Prehistory Research Series, v. 3, p. 280-352).
- LANSAC, J. P. *Discussion d'un cadre chronologique pour l'utilisation du propulseur et de l'arc*. 2001. Dissertação (Mestrado) - Université Bordeaux, Bordeaux, 2001.
- LATCHAM, R. E. *Arqueología de la región atacameña*. Santiago: Prensas de la Universidad de Chile, 1938.
- LAVALLÉE, D. *The first South Americans: the peopling of a continent from the earliest evidence to high culture*. Salt Lake City: University of Utah Press, 2000.
- LEBLANC, S. A. Modeling warfare in Southwestern prehistory. *North American Archaeologist*, v. 18, p. 235-276, 1997.
- LEBLANC, S. *Prehistoric warfare in the American Southwest*. Salt Lake City: University of Utah Press, 1999.
- LEBLANC, S. Warfare in the American Southwest and Mesoamerica. In: BROWN, M. K.; STANTON, T. W. *Ancient Mesoamerican warfare*. New York: Altamira Press, 2003. p. 265-286.
- LYMAN, R. L.; VANPOOL, T. L.; O'BRIEN, M. J. Variation in North American dart points and arrow points when one or both are present. *Journal of Archaeological Science*, v. 35, p. 2805-2812, 2008.
- LYMAN, R. L.; VANPOOL, T. L.; O'BRIEN, M. J. The diversity of North American projectile-point types, before and after the bow and arrow. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 28, p. 1-13, 2009.
- MARRINER, H. A. Dart-thrower use depicted in Colombian rock art. *International Newsletter on Rock Art*, n. 32, p. 25-28, 2002.
- MASCHNER, H.; MASON, O. K. The Bow and Arrow in Northern North America. *Evolutionary Anthropology*, v. 22, p. 133-138, 2013.
- MASSEY, W. C. The survival of the dart-thrower on the peninsula of Baja California. *Southwestern Journal of Anthropology*, v. 17, p. 81-92, 1961.
- MAU, C. Experiments with the spear thrower. *The New York State Archaeological Association Bulletin*, v. 29, p. 1-13, 1963.

- MENEZES BASTOS, R. J. The Yawari ritual of the Kamayurá: a Xinguano epic. In: KUSS, M. *Music in Latin American and the Caribbean: an encyclopedic history, volume 1, Performing Beliefs: Indigenous peoples of South America, Central America, and Mexico*. Austin: University of Texas Press, 2004. p. 77-99.
- MÉTRAUX, A. Weapons. In: STEWARD, J. H. *Handbook of South American Indians*. Washington, D.C.: United States Government Printing Office, 1949. v. 5, p. 229-263.
- MILLER, E. T. Pesquisas arqueológicas em abrigos-sob-rocha no Nordeste do Rio Grande do Sul. In: SIMÕES, M. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: resultados preliminares do quinto ano (1969-1970). *Publicações Avulsas do Museu Paranaense Emílio Goeldi*, v. 26, p. 11-24, 1974.
- MORRISEY, G. *Tools and change: the shift from atlatl to bow on the British Columbia Plateau*, British Columbia. 2009. Dissertação (Master of Arts) – Simon Fraser University, Burnaby, 2009.
- MUNIZAGA, C. Nota sobre una estólica y una estatuilla antropomorfa supuestamente vinculadas al complejo precerámico de la costa de Arica (Chile). *Revista Universitaria (Santiago)*, v. 49, p. 169-172, 1964.
- MUÑOZ, I.; ROCHA, R.; CHACÓN, S. *Camarones 15: asentamiento de pescadores correspondiente al periodo Arcaico y Formativo en el extremo norte de Chile*. Santiago: Museo Nacional de Historia Natural / Sociedad Chilena de Arqueología, 1991 (Actas del XI Congreso Nacional de Arqueología Chilena, v. II).
- MURPHY, R. F.; QUAIN, B. H. *The Trumai Indians of Central Brazil*. New York: Locust Vally, 1955.
- NAKAZAWA, Y.; IWASE, A.; AKAI, F.; IZUHO, M. Human responses to the Younger Dryas in Japan. *Quaternary International*, v. 242, p. 416-433, 2011.
- NAMI, H. G. Paleoamerican artifacts from Cerro Largo, Northeastern Uruguay. *PaleoAmerica*, v. 1, n. 3, p. 288-292, 2015.
- NASSANEY, M. S.; PYLE, K. The adoption of the bow and arrow in eastern North America: a view from central Arkansas. *American Antiquity*, v. 64, p. 243-263, 1999.
- NIMUENDAJÚ, C. *The Tucuna: habitat, history, and language*. Washington: Smithsonian Institution, 1948.
- NÚÑEZ, L. En torno a los propulsores prehispánicos del Norte de Chile. *Boletín de la Universidad de Chile*, v. 44, p. 4-8, 1963.
- NÚÑEZ, L. Ocupación arcaica en la Puna de Atacama: secuencia, movilidad y cambio. In: MEGGERS, B. J. *Prehistoria Sudamericana: Nuevas Perspectivas*. Washington: Taraxacum, 1992. p. 283-307.
- ODELL, G. H.; COWAN, F. Experiments with spears and arrows on animal targets. *Journal of Field Archaeology*, v. 13, p. 195-212, 1986.
- OKUMURA, M.; ARAUJO, A. G. M. Long-term cultural stability in hunter-gatherers: a case study using traditional and geometric morphometric analysis of lithic stemmed bifacial points from Southern Brazil. *Journal of Archaeological Science*, v. 45, p. 59-71, 2014.
- OWEN, B. Bows and spearthrowers in Southern Peru and Northern Chile: evidence, dating, and why it matters. 63rd Annual Meeting of the Society for American Archaeology, Seattle, WA, 1998. Disponível

- em: <<http://bruceowen.com/research/Owen1998-SAA-BowsAndSpearthrowersInSouthernPeruAndNorthernChile.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2015.
- PITT RIVERS, A. H. L.-F. *The evolution of culture and other essays*. Oxford: Clarendon Press, 1906.
- PRINS, H. E. L. The atlatl as combat weapon in 17th-century Amazonia: Tapuya Indian warriors in Dutch Colonial Brazil. *The Atlatl*, v. 23, p. 1-10, 2010.
- PROUS, A. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Editora UnB, 1991a.
- PROUS, A. Alimentação e “arte” rupestre: nota sobre alguns grafismos pré-históricos brasileiros. *Revista de Arqueologia*, v. 6, p. 1-15, 1991b.
- PROUS, A.; BAETA, A. Elementos de cronologia, descrição de atributos e tipologia. *Arquivos do Museu de História Natural da UFMG*, v. XIII-XIV, p. 241-332, 1992-1993.
- RATTO, N. Funcionalidad versus adscripción cultural: cabezales líticos de la margen norte del estrecho de Magallanes. In: LANATA, J. L.; BORRERO, L. A. *Arqueología de cazadores-recolectores: límites, casos y aperturas*. Buenos Aires: Arqueología Contemporánea 5, 1994. p. 105-120.
- RAILEY, J. A. Reduced mobility or the bow and arrow? Another look at "expedient" technologies and sedentism. *American Antiquity*, v. 75, p. 259-286, 2010.
- RAYMOND, A. Experiments in the function and performance of the weighted atlatl. *World Archaeology*, v. 18, p. 153-177, 1986.
- REED, P. F., GEIB, P. R. Sedentism, social change, warfare, and the bow in the Ancient Pueblo Southwest. *Evolutionary Anthropology*, v. 22, p. 103-110, 2013.
- RIBEIRO, P. A. M.; KLAMT, S. C.; BUCHAIM, J. J. S.; RIBEIRO, C. T. Levantamentos arqueológicos na encosta do planalto entre o Vale dos Rios Taquari e Caí, RS, Brasil. *Revista do CEPA*, Santa Cruz do Sul, v. 16, p. 49-89, 1989.
- RIBEIRO, P. A. M.; RIBEIRO, C. T. Escavações arqueológicas no sítio RS-TQ-58: Montenegro, RS, Brasil. *Série Documento (Editora da FURG)*, v. 10, p. 1-86, 1999.
- RICKLIS, R. A. Toyah Components: evidence for occupation in the Project Area during the latter part of the Late prehistoric period. In: RICKLIS, R. A.; COLLINS, M. B. *Archaic and Late Prehistoric Human Ecology in the Middle Onion Creek Valley, Hays County, Texas*. Austin: Texas Archeological Research Laboratory, University of Texas at Austin, 1994. p. 207-316.
- RIVERA, M. A. Una hipótesis sobre movimientos poblacionales altiplánicos en las costas del norte de Chile. *Chungara (Revista de Antropología Chilena)*, v. 5, p. 7-31, 1975.
- SCHALK, R. F.; OLSON, D. L. Archaeological testing of the prehistoric site at Lyons Ferry. In: SCHALK, R. F. *et al. Cultural resource investigations for the Lyons Ferry Fish Hatchery Project, near Lyons Ferry*. Pullman: Laboratory of Archaeology and History, Washington State University, Pullman Project Report No. 8, 1983. p. 141-178.

- SCHMITZ, P. I. *Sítio Pedro Fridolino Schmitz, Bom Princípio, RS. Número do Sítio RS 217*. Anais do V Encontro do Núcleo Regional Sul da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB/Sul, Rio Grande, RS. 2006. Disponível em: <<http://www.anchietano.unisinos.br/sabsul/V%20-%20SABSul/simposio/atlantica/9.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2015.
- SHEA, J. J. The origins of lithic projectile point technology: evidence from Africa, the Levant, and Europe. *Journal of Archaeological Science*, v. 33, p. 823-846, 2006.
- SHOTT, M. J. Spears, darts, and arrows: Late Woodland hunting techniques in the Upper Ohio Valley. *American Antiquity*, v. 58, p. 425-443, 1993.
- SHOTT, M. J. Innovation and selection in prehistory: a case study from the American bottom. In: ODELL, G. H. *Stone tools: theoretical insights into human prehistory*. New York: Plenum Press, 1996. p. 279–309.
- SHOTT, M. J. Stones and shafts redux: the metric discrimination of chipped-stone dart and arrow points. *American Antiquity*, v. 62, p. 86-101, 1997.
- STEINEN, K. V. den. *Entre os aborígenes do Brasil central*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1940.
- STIRLING, M. W. *Historical and ethnographical material on the Jivaro Indians*. Washington: United States Government Printing Office, 1938. (Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, Bulletin 117).
- SUÁREZ, R.; LÓPEZ, J. M. Archaeology of the Pleistocene-Holocene transition in Uruguay: an overview. *Quaternary International*, v. 109, p. 65-76, 2003.
- SUÁREZ, R. Comments on South American Fishtail points: design, reduction sequences and function. *Current Research in the Pleistocene*, v. 23, p. 69-72, 2006.
- SWANTON, J. R. A historic use of the spear-thrower in Southeastern North America. *American Antiquity*, v. 3, p. 356-358, 1938.
- THOMAS, D. H. A Diegueño shaman's wand: an object lesson illustrating the "Heirloom Hypothesis". *The Journal of California Anthropology*, v. 3, p. 128-132, 1976.
- THOMAS, D. H. Arrowheads and atlatl darts: how the stones got the shaft. *American Antiquity*, v. 43, p. 461-472, 1978.
- TOMKA, S. A. The adoption of the bow and arrow: a model based on experimental performance characteristics. *American Antiquity*, v. 78, p. 553-569, 2013.
- UHLE, M. Peruvian throwing sticks. *American Anthropologist*, v. 11, p. 624-627, 1909.
- UHLE, M. Los aborígenes de Arica. *Publicaciones del Museo de Etnología y Antropología de Chile*, v. 1, p. 151-176, 1917.
- UHLE, M. La arqueología de Arica y Tacna. *Boletín de la Sociedad Ecuatoriana de Estudios Históricos Americanos*, v. 3, p. 1-48, 1919.
- UHLE, M. *Fundamentos étnicos y arqueología de Arica y Tacna*. Quito: Imprenta de la Universidad Central, 1922.

- UHLE, M. Los aborígenes de Arica y el hombre americano. *Chungara (Revista de Antropología Chilena)*, v. 3, p. 13-21, 1974.
- VANPOOL, T. L. The survival of Archaic technology in an agricultural world: how the atlatl and dart endured in the North American Southwest. *Kiva*, v. 71, p. 429-452, 2006.
- VIGNATI, M. A. El uso del propulsor en el noroeste argentino. *Notas del Museo de la Plata*, v. 1, p. 349-358, 1936.
- WEBB, C. S.; MCKINNEY, R. R. Mounds Plantation (16CD12), Caddo Parish, Louisiana. *Louisiana Archaeology*, v. 2, p. 39-127, 1975.
- WEBSTER, D. The not so peaceful civilization: a review of Maya war. *Journal of World Prehistory*, v. 14, p. 65-119, 2000.
- WEIDERHOLD, J. E.; SHAFFER, H. J.; PERRIN, D. A study of two ancient bows from Trans-Pecos Texas. *Bulletin of the Texas Archaeological Society*, v. 74, p. 89-101, 2003.
- WESOLOWSKI, V. *A prática da horticultura entre os construtores de sambaquis e acampamentos litorâneos da região da Baía de São Francisco, Santa Catarina: uma abordagem bio-antropológica*. 2000. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- WHITTAKER, J. C. Late survival of atlatls in the American Southwest?. *The Atlatl*, v. 20, n. 1, p. 10-12, 2007.
- WHITTAKER, J. C. Weapon trials: the atlatl and experiments in hunting technology. In: FERGUSON, J. *Designing experimental research in archaeology: examining technology through production and use*. Boulder: University Press of Colorado, 2010. p. 195-224.
- WHITTAKER, J. C. Comparing atlatls and bows accuracy and learning curve. *Ethnoarchaeology*, v. 5, p. 100-111, 2013.
- WILBERT, J. The Warao Indians of the Orinoco Delta. In: WILBERT, J.; LAYRISSE, M. *Demographic and biological studies of the Warao indians*. Los Angeles: University of California, 1980. p. 3-9.
- YERKES, R. W.; PECORA, A. M. The introduction of the bow and arrow. In: NIQUETTE, C. M.; HUGHES, M. A. *Late Woodland archaeology at the Parkline Site (46PU99), Putnam County, West Virginia*. Lexington: Cultural Resource Analysts, Inc., 1990. p. 95-106.
- YOHE II, R. M. The introduction of the bow and arrow and lithic resource use at rose spring (CA-INY-372). *Journal of California and Great Basin Anthropology*, v. 20, p. 26-52, 1998.

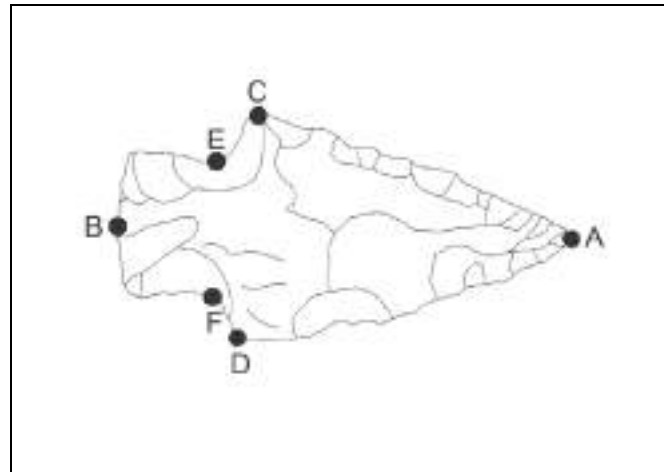


Figura 1: Medidas lineares utilizadas por Shott (1997) nas equações (a medida de espessura não está demonstrada na figura). AB: comprimento, CD: largura entre aletas e EF: largura do pescoço.

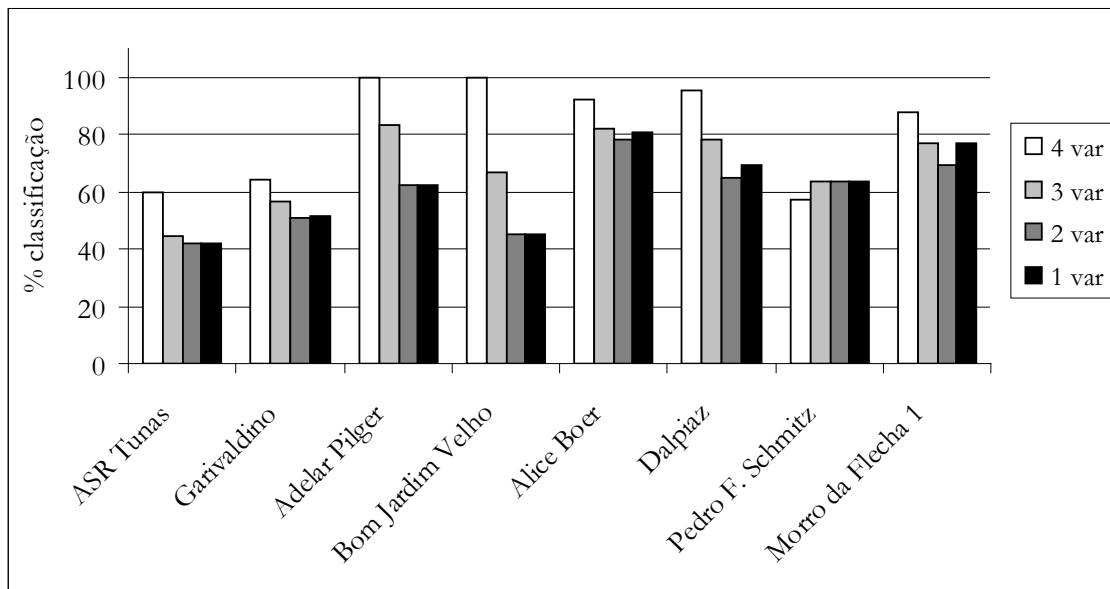


Figura 2: Gráfico de barras apresentando a porcentagem de classificação dos exemplares de cada sítio como “dardo”.



Figura 3: Exemplares de pontas bifaciais do sítio Tunas que foram classificados como “ponta de flecha” em pelo menos três das quatro equações. A barra equivale a 1 cm.

Variáveis	Equação
4	Dardo: $0,18(\text{comprimento}) + 0,87(\text{largura das aletas}) + 0,72(\text{espessura}) + 0,21(\text{largura do pescoço}) - 18,79$
	Flecha: $0,07(\text{comprimento}) + 0,49(\text{largura das aletas}) + 1,28(\text{espessura}) + 0,14(\text{largura do pescoço}) - 8,60$
3	Dardo: $1,24(\text{largura das aletas}) + 1,94(\text{espessura}) + 0,38(\text{largura do pescoço}) - 22,7$
	Flecha: $0,69(\text{largura das aletas}) + 2,05(\text{espessura}) + 0,19(\text{largura do pescoço}) - 10,7$
2	Dado: $1,42(\text{largura das aletas}) + 2,16(\text{espessura}) - 22,50$
	Flecha: $0,79(\text{largura das aletas}) + 2,17(\text{espessura}) - 10,60$
1	Dardo: $1,40(\text{largura das aletas}) - 16,85$
	Flecha: $0,89(\text{largura das aletas}) - 7,22$

Tabela 1: As quatro equações de funções discriminantes apresentadas por Shott (1997).

Estado	Sítio	14C Anos AP	Anos Cal AP
PR	PR-WB-16: A. S. R. Tunas	9.630 ± 40 (Beta 210872)	10.980 ± 140
		7.170 ± 60 (Beta 210871)	7.980 ± 70
RS	RS-TQ-58: Garivaldino	9.430 ± 360 (Beta 44739)	10.720 ± 470
		8.290 ± 130 (Beta 32183)	9.260 ± 170
		8.020 ± 150 (Beta 33458)	8.920 ± 240
		7.250 ± 350 (Beta 44740)	8.090 ± 330
RS	RS-C-61: Adelar Pilger	8.430 ± 50 (Beta 260455)	9.440 ± 60
		8.150 ± 50 (Beta 260456)	9.130 ± 80
		8.030 ± 50 (Beta 229583)	8.930 ± 130
		6.180 ± 50 (Beta 227856)	7.080 ± 90
RS	RS-217: Pedro Fridolino Schmitz	7.800 ± 50 (Beta 204345)	8.560 ± 70
		1.400 ± 40 (Beta 211727)	1.320 ± 30
SP	Alice Boer	7.680 ± 40 (Beta 320199)	8.470 ± 50
		7.200 ± 40 (Beta 320198)	8.020 ± 60
RS	RS-LN-01: Dalpiaz	5.950 ± 190 (SI 234)	6.800 ± 240
		5.680 ± 240 (SI 235)	6.490 ± 270
		4.280 ± 180 (SI 233)	4.870 ± 280
RS	RS-C-14: Bom Jardim Velho	5.655 ± 140 (SI 1199)	6.470 ± 150
RS	RS-S-308: Morro da Flecha 1	575 ± 80 (SI 804)	590 ± 50

Tabela 2: Sítios arqueológicos e seus respectivos estados de origem, datações absolutas (14C Anos AP) com o código do laboratório e datações calibradas (Anos Cal AP). As datações podem ser encontradas em BROCHADO & SCHMITZ, 1972-1973; MILLER, 1974; RIBEIRO et al., 1989; RIBEIRO & RIBEIRO, 1999; SCHMITZ, 2006; CHMYZ et al., 2008; DIAS, 2012; OKUMURA & ARAUJO, 2014). As datas foram calibradas com o software CalPal e a curva de calibração Intcal98.

Sítio Arqueológico	4 var	3 var	2 var	1 var	Total
Tunas	10	18	75	19	122
Garivaldino	95	133	146	146	520
Adelar Pilger	6	6	8	8	28
Bom Jardim Velho	8	9	11	11	39
Alice Boer	39	77	79	79	274
Dalpiaz	68	79	79	79	305
Pedro F. Schmitz	7	11	11	11	40
Morro da Flecha 1	8	13	13	13	47
Total	241	346	422	366	1375

Tabela 3: Sítios arqueológicos e o número de exemplares utilizado em cada análise com quatro, três, duas e uma variável.

	4 var		3 var		2 var		1 var		Total
	Dardo	Flecha	Dardo	Flecha	Dardo	Flecha	Dardo	Flecha	
A. S. R. Tunas	6	4	8	10	8	11	8	11	66
Garivaldino	61	34	75	58	74	72	75	71	520
Adelar Pilger	6	0	5	1	5	3	5	3	28
Bom Jardim Velho	8	0	6	3	5	6	5	6	39
Alice Boer	36	3	63	14	62	17	64	15	274
Dalpiaz	65	3	62	17	51	28	55	24	305
Pedro F. Schmitz	4	3	7	4	7	4	7	4	40
Morro da Flecha 1	7	1	10	3	9	4	10	3	47
Sub-totais	193	48	236	110	221	145	229	137	1319
Total	241		346		346		366		

Tabela 4: Número de exemplares de cada sítio classificado como dardo ou flecha em cada equação.

**O CONJUNTO LÍTICO DO SAMBAQUI ILHA DAS PEDRAS, LITORAL SUL,
PARANÁ: TÉCNICAS DE PRODUÇÃO E USO DO ESPAÇO**
THE LITHIC ASSEMBLAGE OF THE ILHA DAS PEDRAS SHELL MOUND
(SAMBAQUI), SOUTHERN COAST OF BRAZIL, PARANÁ: PRODUCTION TECHNIQUES
AND SPACE USE

Fabiana Terhaag Merencio
Laércio Loiola Brochier
Manoel Ramos Junior

Vol. XII | n°24 | 2015 | ISSN 2316 8412



O conjunto lítico do Sambaqui Ilha das Pedras, litoral sul, Paraná: técnicas de produção e uso do espaço

Fabiana Terhaag Merencio¹

Laércio Loiola Brochier²

Manoel Ramos Junior³

Resumo: Este artigo apresenta os resultados da análise tecnológica do material lítico associado à cerâmica proto-Jê meridional do Sambaqui Ilha das Pedras, localizado no litoral do estado do Paraná. O objetivo foi identificar as técnicas utilizadas para lascamento de diferentes matérias-primas e quais etapas de redução foram realizadas na área do sambaqui Ilha das Pedras. A partir dessas informações, buscou-se discutir os estigmas de lascamento de lascas unipolares e bipolares em quartzo leitoso e comparar a composição da amostra com a caracterização dos conjuntos líticos de outros sambaquis, com e sem cerâmica associada.

Palavras-chave: Tecnologia Lítica, Sambaqui, Lascamento Bipolar.

Abstract: This article presents the results of the technological analysis of the lithic assemblage associated with southern proto-Jê ceramics from Ilha das Pedras shell mound, located in the coast of the state of Paraná, southern Brazil. The aims were to identify the techniques employed in knapping different raw materials and to identify which activities involved in the production of the lithic artifacts were performed at the Ilha das Pedras shell mound. Based on this information, we discuss the characteristics of unipolar and bipolar milky quartz flakes and compare the sample from the lithic assemblage of Ilha das Pedras with the lithic industries of other sambaquis, associated or not with ceramics.

Keywords: Lithic Technology, Shell Mound (Sambaqui), Bipolar Knapping.

INTRODUÇÃO

Os artefatos líticos provenientes de sítios arqueológicos do tipo sambaqui não foram alvos de análises sistemáticas até a década de 1990 e, até então, tiveram como foco a caracterização de artefatos brutos e polidos (LAMING-EMPERAIRE, 1967; PROUS, 1992; SCHEEL-YBERT *et al.*, 2003; MILHEIRA, 2005; ALVES, 2010). A análise do material lítico de sambaquis se delineou em duas abordagens principais (MILHEIRA, 2005; BELÉM, 2012): uma linha descritiva, cujo foco foi a identificação do zoólito como artefato guia da ocupação dos sambaquis, indicando uma “sociedade sambaqueira”, e uma linha analítica, onde

¹ Mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná (PPGAS-UFPR), Brasil.

² Doutor em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP), Brasil; Professor Adjunto do Departamento de Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná (PPGAS-UFPR), Brasil; e Coordenador do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná (CEPA-UFPR), Brasil.

³ Mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná (PPGAS-UFPR), Brasil.

houve uma diversificação dos objetivos descritivos e analíticos, como a caracterização da tecnologia lítica (LAMING-EMPERAIRE, 1967; ALVES, 2010), a aplicação de modelos interpretativos com direcionamento para os significados simbólicos e de organização social dessas indústrias líticas. Na abordagem analítica, percebe-se ainda a permanência do uso do zoólito como artefato guia (SCHMITZ, 1984, 1987; MILHEIRA, 2005), sendo incluídos também os amoladores-fixos e machados polidos como marcadores culturais da “sociedade sambaqueira” (BELÉM, 2012).

Em suma, esses trabalhos indicam a dificuldade de se caracterizar os sistemas tecnológicos dos artefatos líticos desse tipo de sítio, sobretudo pela presença de instrumentos multifuncionais, associados a processos de reciclagem (percutores/quebra-cocos), bem como pela uniformidade nos suportes empregados para produção dos artefatos. Além disso, os artefatos possuem cadeias operatórias curtas nos processos de produção, o que, em muitos casos, resulta na descrição e caracterização desses conjuntos como expedientes ou “grosseiros” (BECK, 2007 [1972]; BELÉM, 2012, 2015).

Apesar desse panorama, Belém (2012, 2015) verificou, a partir de um enfoque tecnológico, a presença de variabilidades funcional, morfológica e tecnológica para os conjuntos líticos provenientes de sambaquis do litoral de Santa Catarina, desfazendo a relação estabelecida entre complexidade tecnológica e complexidade social, na qual grupos sambaqueiros eram considerados sociedades simples, tomando-se como base a tecnologia lítica simples. Essa nova abordagem desses conjuntos líticos enfatiza que um sistema tecnológico é composto por certo número de elementos que interagem, e que o foco para produção de instrumentos “curados”⁴ será centralizado em alguns desses elementos, e não em todos os artefatos que compõem o sistema tecnológico (LEMMONIER, 1986; NELSON, 1991; MERENCIO, 2014).

Este artigo, nessa perspectiva, tem como objetivo apresentar os resultados da análise tecnológica do material lítico proveniente do Sambaqui Ilha das Pedras, localizado no litoral do estado do Paraná, na baía de Paranaguá. Na porção superior desse sítio, foram identificados materiais cerâmicos proto-Jê meridionais associados a camadas de terra preta com sepultamentos humanos. O foco da análise foi identificar as técnicas utilizadas para lascamento de diferentes matérias-primas, bem como quais etapas de redução foram realizadas na área do sambaqui Ilha das Pedras. Em uma perspectiva comparativa, buscou-se discernir

⁴ A definição de artefatos expedientes e curados foi realizada a partir dos trabalhos etnográficos de Binford (1980) junto aos Nunamiut. Os artefatos curados correspondem a peças onde são identificadas mais etapas de redução (retoques), apontando alto investimento de tempo na produção, são confeccionados em antecipação ao uso, possuem alto nível de reciclagem e raramente são descartados (ANDREFSKY, 1998, 2008; DIAS, 2003). Artefatos expedientes, por sua vez, são aqueles com baixo investimento de tempo em sua produção, com poucas etapas de redução e com alta taxa de descarte. A adoção de tal terminologia tem trazido muitos problemas, principalmente pelo fato de Binford não ter oferecido uma definição clara do que seria curado: ora são artefatos, ora indústrias, conjuntos ou tecnologias. Além disso, o termo engloba uma diversidade de comportamentos, como transporte de instrumentos, produção em antecipação ao uso, eficiência de uso de instrumentos, design para usos múltiplos, entre outros. A mensuração de cada tipo de comportamento descrito anteriormente ocorre de maneiras diferentes, e querer englobar todos esses comportamentos sob um conceito é perigoso (ODELL, 1996; NASH, 1996).

sobre os resultados apresentados frente às caracterizações de conjuntos líticos de sambaquis com e sem cerâmica proto-Jê meridional.

A amostra coletada é composta por um total de 1.034 fragmentos de blocos naturais e 219 artefatos líticos, como instrumentos bifaciais, brutos e polidos, sendo que a maior parte do conjunto é composta por resíduos de lascamento, sobretudo lascas unipolares em quartzo leitoso. Considerando as informações da bibliografia a respeito das técnicas de lascamento, observou-se que o quartzo leitoso normalmente é lascado a partir da técnica bipolar, especialmente no litoral paranaense. A técnica bipolar clássica consiste no apoio do núcleo sobre uma bigorna e posterior impacto com percutor no centro, com o objetivo de se criar um abalo na estrutura interna do suporte. Isso possibilita maior aproveitamento de matérias-primas que não possuem aspectos morfológicos, como planos de clivagem ou fraturas naturais, além de respostas uniformizadas à quebra, tais como o quartzo (DIEZ-MARTÍN, 2011; PROUS *et al.*, 2012). A partir dessas informações, buscou-se discutir os estigmas de lascamento de lascas unipolares e bipolares em quartzo leitoso, e a possibilidade de se obter lascas com características unipolares através do lascamento bipolar. Essa é uma discussão inicial dos resultados obtidos no contexto do sambaqui Ilha das Pedras, mas fundamental para identificação adequada das técnicas utilizadas na produção de artefatos líticos.

CARACTERIZAÇÃO DO SAMBAQUI ILHA DAS PEDRAS

O Sambaqui Ilha das Pedras está localizado no litoral do Paraná, no município de Paranaguá, nos limites entre as baías de Paranaguá e Antonina (Figura 1). O sítio apresenta uma área de aproximadamente 113 x 117 metros de extensão e 11,5 metros de altura máxima, com implantação em depósitos areno-argilosos, com arcabouço de grânulos e cascalhos de quartzo na base, visíveis na maré baixa. Está implantado em ilha homônima, próximo à foz do Rio das Pedras, em ambiente de mangue. Foi registrado no final da década de 1940 por Bigarella (1950-51, 2011), com o nome de sambaqui Barra do Rio das Pedras. Na década de 1960, outro levantamento registrou presença de uma camada de terra preta nos níveis iniciais com associação de fragmentos de cerâmica com características vinculadas à tradição Itararé (CHMYZ, 1962, 1976), que atualmente tem sido correlacionada a grupos proto-Jê meridionais.

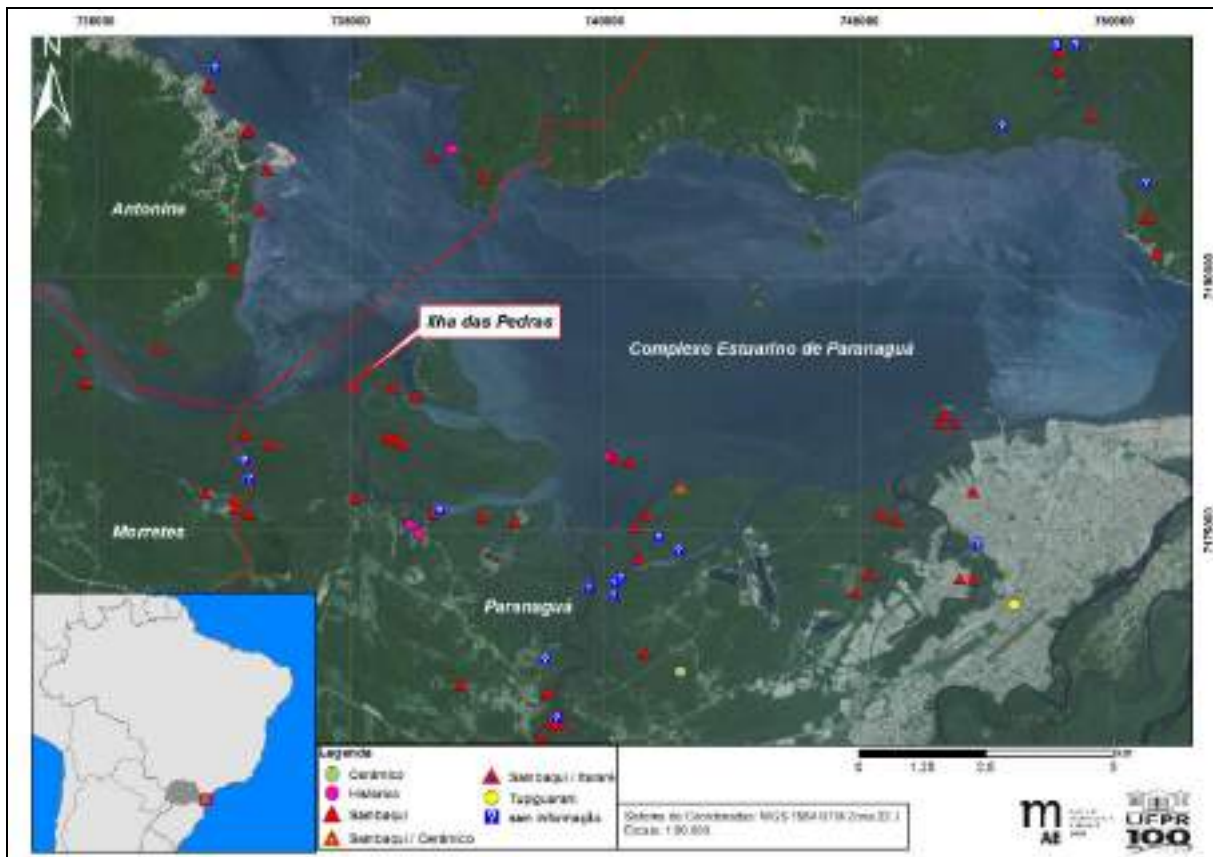


Figura 1: Mapa de localização do sambaqui Ilha das Pedras. Base de dados: Andreatta (1968); Arcgis World Imagery (2011); Blasi (1988, 2001); Blasi, Gaissler e La Pastina (1991); Brochier (2004, 2009); Cavalheiro (2011); CEPA-UFPR (2007); Herberts (2000); Merencio (2012); Parellada e Neto (1994).

A atividade de exploração do sambaqui para produção de cal a partir da década de 1940, registrada por Bigarella (op. cit.) e Chmyz (1962), provocou a exposição de perfis e a destruição de 2/3 da área do sambaqui Ilha das Pedras (Figura 2). Chmyz (1976) indicou a presença de quatro camadas estratigráficas nos perfis expostos: a primeira caracteriza-se pela ocorrência de solo escuro associado à presença de fragmentos de cerâmica e artefatos líticos semipolidos e em osso, estendendo-se por aproximadamente 30 cm de profundidade. Na segunda camada foram registrados fragmentos cerâmicos em menor densidade, em meio às conchas moídas e "*Ostrea sp.*"; e, nas inferiores, são identificados instrumentos líticos lascados, sem a presença de cerâmica, entre conchas moídas.

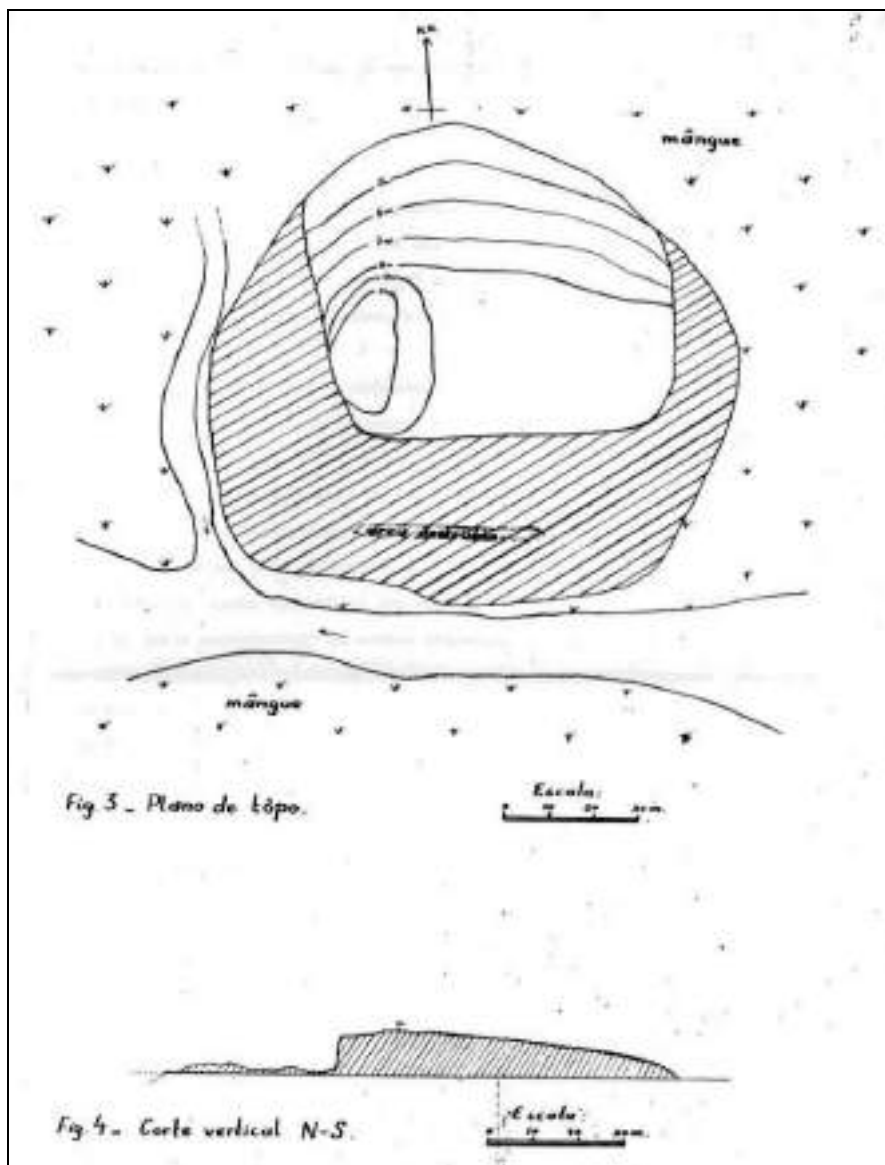


Figura 2: Levantamento topográfico do sambaqui Ilha das Pedras. A parte hachurada corresponde à área destruída pela exploração comercial (CHMYZ, 1962).

Recentemente, foram realizadas novas intervenções no Sambaqui Ilha das Pedras junto ao “Programa de Arqueologia das Ocupações Costeiras do Litoral do Paraná”, promovido por meio de uma parceria entre o Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (CEPA-UFPR), o Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE/UFPR), e o Departamento de Antropologia da UFPR (DEAN) (BROCHIER & SYMANSKI, 2011). Até o momento foram realizadas duas etapas de campo: em julho de 2011 e maio de 2013. A primeira resultou na abertura de unidades de escavação no topo e na proximidade da base do sambaqui, possibilitando o estudo estratigráfico do sítio, na coleta de material faunístico, artefatos líticos, fragmentos de cerâmica, e também no registro de dois sepultamentos, com retirada de um desses em bloco para pesquisas futuras. Na segunda etapa, realizaram-se novas coletas de material para análise zooarqueológica (RAMOS JUNIOR, 2014), além da aplicação de ferramentas geotecnológicas, como GPS Geodésico e GPR (ANDRADE, 2014).

As datações obtidas até o momento indicam que a ocupação da porção média-superior (cerca de 1,5 metro de profundidade) e final do sítio abrange uma faixa temporal de 1.000 anos: entre 1860 +/- 30BP (BETA-386599) e 850 +/- 30 BP (BETA-331259). O estudo arqueofaunístico das camadas da sequência superior do sambaqui (camadas com conchas e de terra preta) aponta para uma continuidade do registro da ictiofauna, principalmente em termos de diversidade e tamanho de peixes capturados (RAMOS JUNIOR, 2014).

Com respeito ao material lítico recuperado nas pesquisas, ressalta-se que parte da amostra foi proveniente de coletas superficiais ou derivadas de contextos possivelmente perturbados pelo processo de exploração comercial histórica do sambaqui⁵. Apesar disso, considerou-se neste trabalho a perspectiva de caracterização desse conjunto de forma ampla, tendo-se em conta as informações provenientes de contextos controlados de coleta. Contudo, enfatiza-se a necessidade de se realizarem intervenções complementares na área do sambaqui Ilha das Pedras, para que se possa definir com acurácia se houve, ou não, ocupações distintas com relação ao material lítico. A seguir, são apresentados os pressupostos teórico-metodológicos que foram utilizados na análise do conjunto lítico do sambaqui Ilha das Pedras.

ABORDAGEM TECNOLÓGICA

A análise do material lítico do sambaqui Ilha das Pedras teve como objetivo a identificação das técnicas utilizadas para lascamento de diferentes matérias-primas e quais etapas de redução foram realizadas na área do sambaqui Ilha das Pedras. O intuito dessa abordagem foi compreender como o espaço do sítio foi ocupado, considerando-se a amostra coletada nas etapas de campo feitas até o momento. Todavia, como apontado, este trabalho enfatiza a necessidade de se realizarem abordagens complementares no local, sobretudo nas áreas que não sofreram com as intervenções comerciais.

O objetivo almejado neste trabalho pode ser alcançado a partir de diferentes metodologias provenientes de análises tecnológicas, também denominadas tecnotipológicas ou sequências reducionais. Dentro desse quadro se destacam a *chaîne opératoire* (LEROI-GOURHAN, 1985; LEMONNIER, 1986, 1992; BOËDA, 1990, 2004, 2005), a *cadeia comportamental* (SCHIFFER, 1972; LAMOTTA, SCHIFFER, 2001), e a *proposta conductal* (COLLINS, 1975; ANDREFSKY, 1998).

⁵ Levanta-se a hipótese de que o material proveniente da área impactada pela exploração comercial do sambaqui Ilha das Pedras também corresponda ao que foi denominado de “estrado R” por Hurt e Blasi (1960), no sambaqui do Macedo, Paraná. O estrado R corresponde a uma feição que abrange desde o topo até a periferia do sambaqui, podendo atingir até 1 metro, e que apresenta material rolado de diferentes camadas. Contudo, especificamente para o sambaqui Ilha das Pedras, aponta-se que os levantamentos realizados até o momento não possibilitaram identificar, adequadamente, os processos de formação do sítio.

Este trabalho incorporou uma metodologia de análise pautada na proposta conductal (COLLINS, 1975; DIAS, HOELTZ, 1997), incorporando-se os procedimentos de redução lítica como definidos pela *chaîne opératoire*, a saber, a debitagem⁶ e a façongem⁷. Por ser considerada uma tecnologia redutiva, na qual a matéria-prima utilizada tem seu volume inicial subtraído em consequência das modificações realizadas ao longo do processo de produção, a tecnologia lítica é limitada pelas características e formas de controle da fratura concoidal de rochas criptocristalinas, usualmente empregadas na produção de instrumentos líticos (COLLINS, 1975, p. 16).

A partir dessas limitações, Collins (1975) apontou cinco estágios básicos na confecção de instrumentos líticos, que são observados tanto na debitagem quanto na façongem, e que possibilitam identificar se os instrumentos receberam uma façongem inicial/primária ou secundária:

- 1) aquisição da matéria-prima;
- 2) preparação inicial do núcleo (debitagem) ou redução inicial do suporte (façongem);
- 3) redução primária (produção de bifaces e unifaces);
- 4) redução secundária;
- 5) reavivamento ou reciclagem.

O diagrama a seguir (Figura 3) apresenta a relação linear entre as diferentes etapas de lascamento identificadas por Collins (1975) no modelo da proposta conductal. Como aponta o diagrama, o foco desse tipo de análise é inter-relacionar todos os produtos resultantes da produção de instrumentos líticos, a saber, lascas, núcleos e instrumentos.

⁶ A debitagem consiste na obtenção de suportes para produção de instrumentos, sendo que esses suportes são obtidos a partir de núcleos preparados dos quais se extraem lascas (os suportes propriamente ditos) que possuem algumas das características básicas (seja forma, volumetria ou gume) do instrumento que se deseja produzir. Em suma, “a debitagem consiste em produzir retiradas, em detrimento de um bloco, que servirão imediatamente como instrumentos ou que será objeto, num segundo momento, de uma transformação em instrumento” (FOGAÇA & BOËDA, 2006, p. 675-6).

⁷ Na façongem são realizados lascamentos no suporte, seja uma lasca ou núcleo, com o objetivo de definir gumes, ou para regularizar a zona de prensão. Assim, a façongem “[...] consiste na redução por etapas sucessivas de um bloco de matéria-prima tendo em vista conseguir um instrumento ou uma matriz cujas bordas serão, num segundo momento, arranjadas para a obtenção de vários instrumentos” (FOGAÇA & BOËDA, 2006, p. 676).

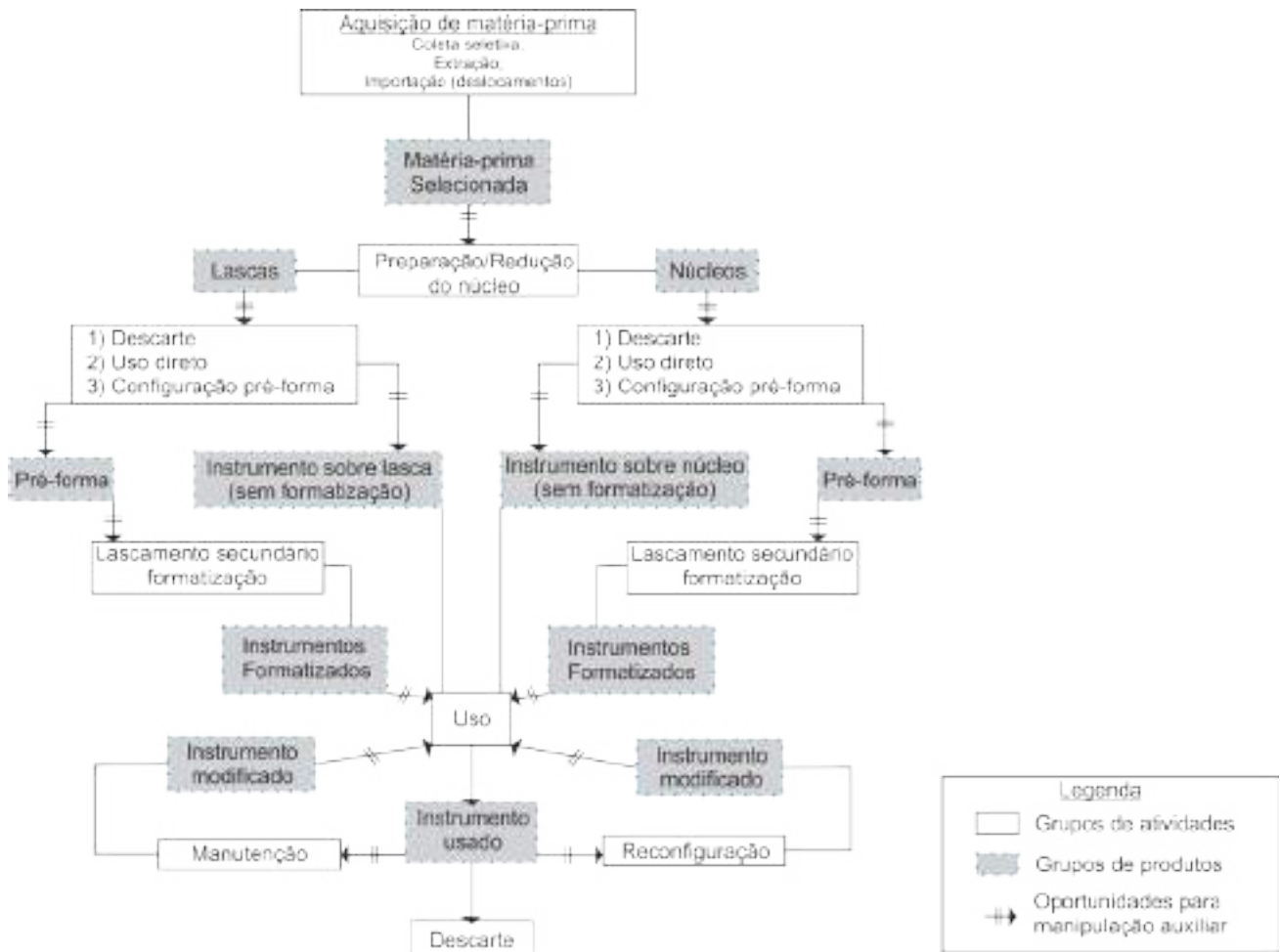


Figura 3: Relação linear das etapas identificadas na proposta conductal. Adaptado de Collins (1975), tradução livre.

A análise dos cinco estágios propostos por Collins possibilita identificar a intensidade da redução realizada na produção dos instrumentos lascados. Os instrumentos com façonagem inicial/primária apresentam poucas retiradas para formação do(s) gume(s), geralmente apresentam córtex, mas isso dependerá do suporte, pois caso tenha sido utilizada uma lasca secundária como suporte, esse instrumento não terá córtex devido às características prévias do suporte. Por outro lado, instrumentos com façonagem secundária, além da façonagem primária, apresentam uma etapa de façonagem secundária no gume, não possuem córtex, mas quando há, é muito pouco, e geralmente corresponde à zona preensiva do instrumento. Cabe ressaltar que a forma final de um instrumento não corresponde necessariamente à forma desejada pela pessoa que o produziu, mas também a acidentes, readequações, reciclagem e até mesmo uso por diferentes pessoas e fins.

Os resíduos do processo de façonagem dos instrumentos fornecem informações mesmo na ausência destes ou dos núcleos. Compreende-se que as lascas apresentam atributos que possibilitam identificar o nível e a intensidade da redução envolvida na produção de instrumentos. Podemos classificá-las em quatro categorias (MARWICK, 2007):

- 1) Lascas corticais/iniciais: relacionadas com a preparação inicial dos núcleos para obtenção de suportes ou com a redução inicial (retirada do córtex) dos instrumentos. Apresentam a cobertura total a $\frac{3}{4}$ de superfície cortical na face dorsal;
- 2) Lascas primárias: são lascas normalmente grandes e espessas, possuem negativos de retiradas referentes ao descortçamento inicial juntamente com uma pequena porção de córtex ($\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$). Complementam a etapa de redução inicial;
- 3) Lascas secundárias: lascas com dimensões e espessura variadas, apresentam negativos de retiradas anteriores e não possuem córtex na face dorsal. Correspondem a uma etapa de configuração secundária do instrumento;
- 4) Lascas de redução de biface ou retoque: são aquelas resultantes da configuração e reavivamento de gumes e partes preensivas dos instrumentos. Apesar de também não terem córtex, são diferenciadas das lascas secundárias por apresentarem pequenas dimensões e espessura, além de um perfil curvo, negativos na face dorsal e talão, resultantes dos estágios anteriores de redução do instrumento.

Além desses procedimentos, incorporou-se à análise a proposta de relação entre variabilidade do conjunto lítico e função/permanência do sítio (ANDREFSKY, 1998): quanto maior a diversidade artefactual, maior será o número de atividades desempenhadas e o tempo de permanência no local. Assim, sítios efêmeros e/ou de atividades específicas seriam indicados pela baixa variedade artefactual e por apresentarem apenas algumas das etapas de redução, por exemplo: em locais onde há apenas instrumentos, e não são encontrados vestígios referentes às etapas de redução (lascas iniciais, primárias e secundárias), indicam que os instrumentos foram produzidos em outro lugar, ou sítios que só apresentam lascas iniciais e primárias apontam a produção de instrumentos no local, ou pelo menos o descortçamento inicial dos suportes, que teriam sido transportados para outro local.

Por fim, levantaram-se informações sobre caracterizações tecnológicas de conjuntos líticos de outros sambaquis com e sem cerâmica proto-Jê meridional, para realizar uma abordagem contrastiva inicial com os resultados obtidos para o sambaqui Ilha das Pedras. Para tal, foi utilizada a compilação de dados realizada por Belém (2012) e a caracterização apresentada para o sambaqui Galheta IV, no litoral sul do estado de Santa Catarina (FERNANDES, 2011), que possui nas camadas superiores cerâmica proto-Jê meridional e cujo material lítico foi analisado sob uma perspectiva tecnológica⁸.

⁸ Há outros sambaquis com registro de cerâmica proto-Jê meridional nos níveis superiores, destacando-se no Paraná o sambaqui Ilha das Cobras, na baía de Paranaguá, e Tromomo, na foz do Rio Poruquara, na baía de Guaraqueçaba, e em Santa Catarina o Forte Marechal Luz e Enseada I em São Francisco do Sul; Laranjeiras II em Camboriú; Rio Lessa, Base Aérea e Praia da Tapera, em Florianópolis; e Balneário das Cabeçadas em Itajaí (BEBER, 2004; PARELLADA, 2005). Contudo, como explicitado na introdução do artigo, o material lítico de sambaquis não foi alvo, na maior parte das publicações, de uma abordagem tecnológica. O que se nota nos trabalhos prévios realizados nesses sambaquis é muito

RESULTADOS DA ANÁLISE

A triagem do material em rocha proveniente da escavação do sambaqui Ilha das Pedras evidenciou a coleta de 1.034 fragmentos de blocos naturais, totalizando 83% da amostra. Apesar desse material não apresentar estigmas de lascamentos intencionais, indica-se que os blocos presentes são resultado da ação humana no sítio, com a realização do transporte dessa matéria-prima para a área do sítio.

O restante do material em rocha recuperado corresponde a 219 artefatos líticos. Desse total, 81% são resíduos de lascamento, totalizando 177 peças, e o restante compreende: 11% de instrumentos lascados, com 24 exemplares, 4% de instrumentos brutos, com 9 peças, 3% de instrumentos polidos, com 8 exemplares, e 1% com um fragmento de hematita. O Gráfico 1 representa a composição geral do material em rocha e dos artefatos líticos provenientes do sambaqui Ilha das Pedras.

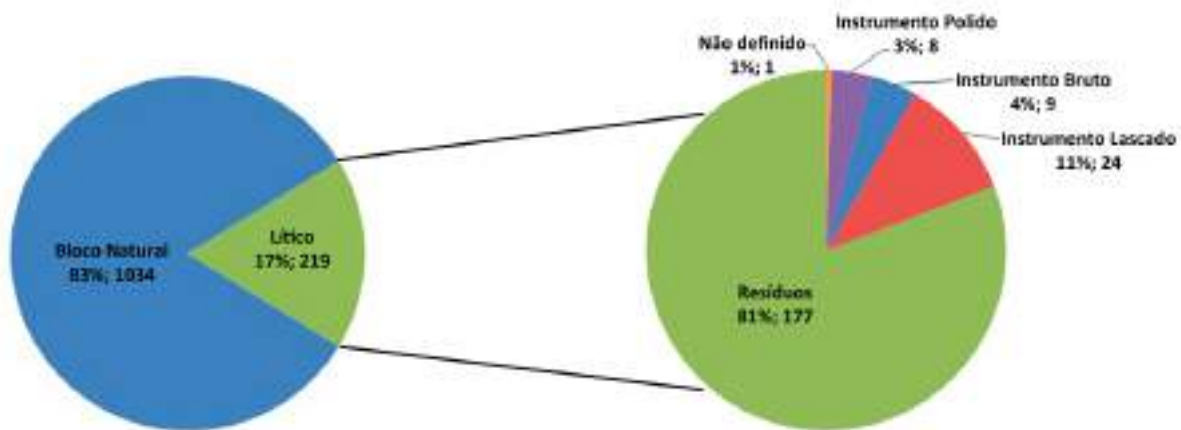


Gráfico 1: Composição geral e de artefatos líticos do sambaqui Ilha das Pedras.

A Tabela 1 apresenta a quantificação de todas as classes de tecno-tipos⁹ identificados na análise. Sobre o conjunto com maior representatividade, os resíduos, notou-se a presença majoritária de lascas unipolares secundárias, com 44 exemplares, seguida de 28 lascas unipolares de retoque, 27 lascas unipolares primárias, 23 lascas unipolares iniciais, 18 lascas bipolares, 15 lascas unipolares com face dorsal polida, 7

mais uma descrição geral das amostras do que necessariamente uma análise tecnológica. Desse modo, há descrição de registro de artefatos polidos e semipolidos, tais como machados, tembetás, facas, pingentes, amoladores, além de lascados, como lascas corticais, semicorticais, sem córtex, raspadores, talhadores, facas. As matérias-primas identificadas são o diabásio, basalto, quartzo e granito (BEBER, 2004).

⁹ Hoeltz apresenta o seguinte procedimento para caracterização de tecno-tipos: “No que diz respeito aos objetos identificados como núcleos e instrumentos, observamos que existem peças distintas umas das outras segundo as variações de determinados elementos e caracteres técnicos. Essas diferenças podem ser constatadas primeiramente na concepção estrutural de suas produções, e, neste caso, as classificamos em distintas categorias. Essas categorias, por sua vez, podem ser classificadas em distintos tecno-tipos, segundo as suas construções volumétricas e a organização de UTFs transformativas.” (2005, p. 198). Dessa forma, um tecno-tipo é definido a partir das características tecnológicas, tais como suporte, técnica de produção, tipos de retoque e configuração dos gumes.

detritos, 5 microlasas, 5 núcleos unipolares multidirecionais e 4 fragmentos de lascas unipolares. A segunda categoria corresponde aos instrumentos lascados, dos quais 10 são bifaces (exemplos na Figura 4 e Figura 5), 8 fragmentos de instrumentos não identificados, 3 instrumentos sobre lasca que apresentam marcas de uso (Erro! Fonte de referência não encontrada.Figura 6), 2 fragmentos de bifaces e 1 fragmento de machado lascado. Em seguida há os instrumentos brutos, com 4 percutores, 3 artefatos não definidos e 2 bigornas. Por fim, os instrumentos polidos, sendo 8 peças sem identificação de uso devido ao nível de fragmentação, impossibilitando a identificação do suporte.

Tabela 1: Composição artefactual Sambaqui Ilha das Pedras		
Tecno-tipo	Quantidade	Percentual
Instrumento Polido	8	3,67%
Não definido	8	3,67%
Instrumento Bruto	9	4,13%
Bigorna	2	0,92%
Não definido	3	1,38%
Percutor	4	1,83%
Instrumento Lascado	24	11,01%
Machado lascado	1	0,46%
Lasca com marcas de uso	3	1,38%
Não definido	8	3,67%
Biface	12	5,50%
Resíduos	177	81,19%
Núcleo unipolar multidirecional	5	2,29%
Microlasca	5	2,29%
Detrito	7	3,21%
Lasca unipolar com polimento	15	6,88%
Lasca bipolar	18	8,26%
Lasca unipolar inicial	25	11,47%
Lasca unipolar de retoque	28	12,84%
Lasca unipolar primária	28	12,84%
Lasca unipolar secundária	46	21,10%
Total Geral	218	100,00%

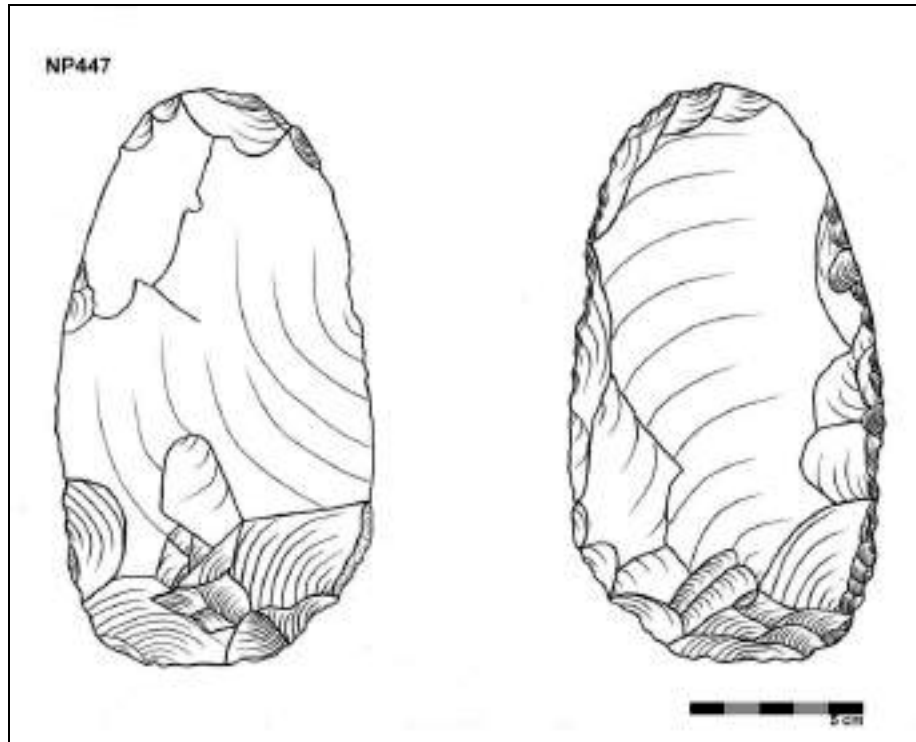


Figura 4: Instrumento bifacial em basalto sem informação de proveniência, possivelmente sobre lasca unipolar, com retoques na parte proximal para regularizar a apreensão, e marcas de uso e retoques na zona mesial direita e esquerda e distal da face inferior.

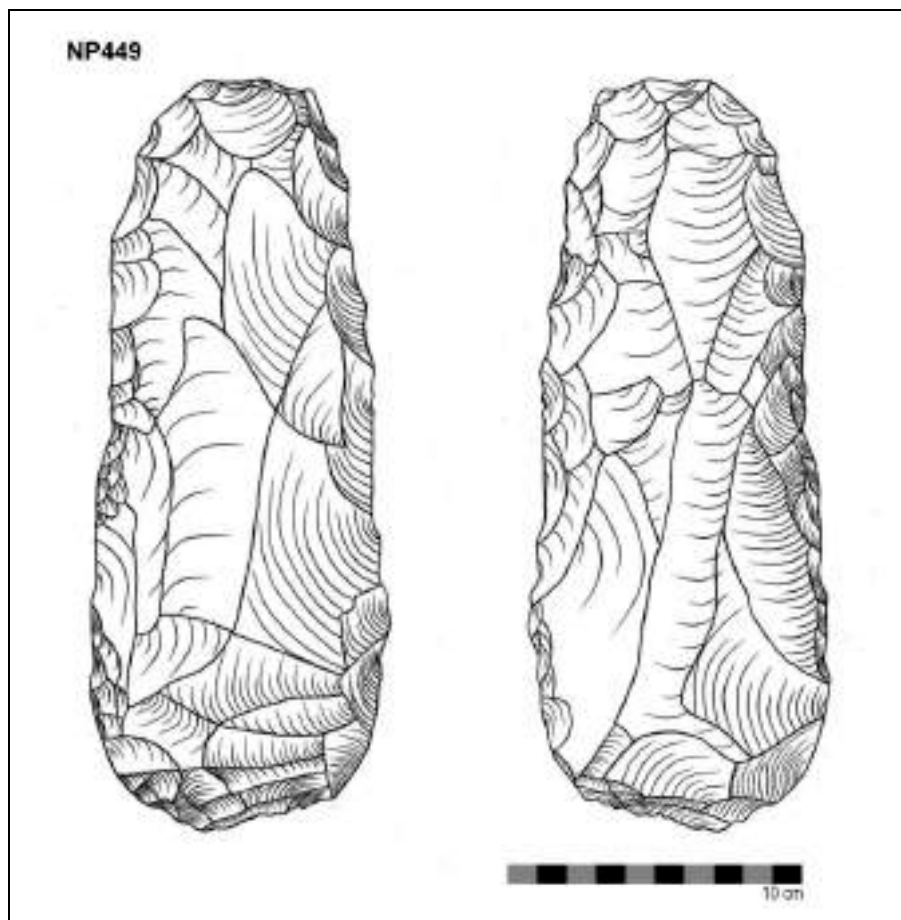


Figura 5: Biface em diabásio com retoques extensivos em ambas as faces.



Figura 6: Instrumento sobre lasca unipolar em quartzito de proveniência fluvial com marcas de uso na porção distal.

Com relação à matéria-prima utilizada (Gráfico 2), há o predomínio do quartzito leitoso (37%), seguido de rochas vulcânicas, como o diabásio (27%) e basalto (23%). Em menores proporções apareceram também o quartzito (6%), granulitos (3%), seguido do sílex, andesito, quartzo hialino e hematita (cada um com 0,5%), além de rochas não identificadas, que totalizaram 2%. Como aponta o gráfico, há a predominância de rochas basálticas (diabásio e basalto) para escolha de produção de artefatos líticos, representando 50% da amostra total.

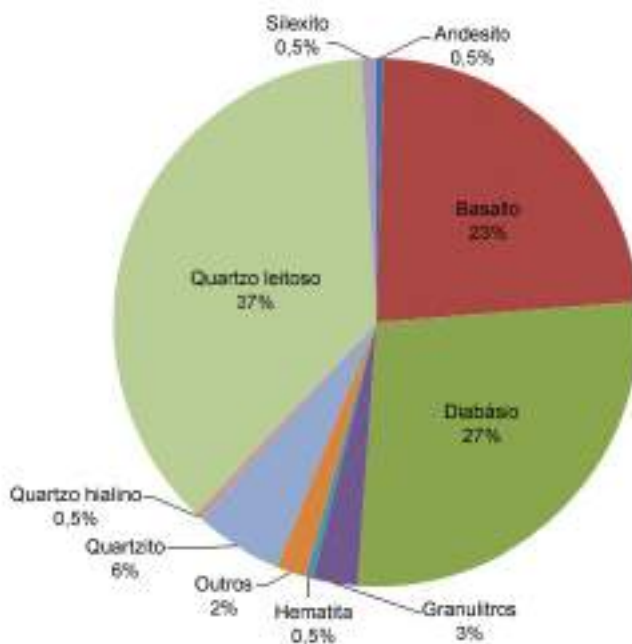


Gráfico 2: Quantificação geral matéria-prima no sambaqui Ilha das Pedras.

O gráfico a seguir representa a quantificação de matéria-prima em cada classe identificada na análise: instrumentos brutos, polidos, lascados e resíduos (Gráfico 3). Se observarmos os percentuais das matérias-primas utilizadas para cada, nota-se que não há predominância de rochas basálticas em todos os conjuntos. Isso ocorre justamente na classe de maior representatividade na amostra, os resíduos de lascamento, onde, de forma geral, há predominância do quartzo leitoso, seguido do diabásio. Os tipos que apresentam essa configuração são as lascas unipolares secundárias, primárias e bipolares. As microlascas¹⁰ são todas em quartzo leitoso (2,29%), enquanto no conjunto das lascas de retoques¹¹ (12,84%) há uma leve predominância do diabásio (5,96%), seguida do quartzo leitoso (5,05%). A maior variabilidade de matéria-prima é localizada no conjunto das lascas unipolares iniciais, onde não há a predominância de uma ou mais matérias-primas.



Gráfico 3: Tipos de matérias-primas identificadas nos instrumentos líticos do sambaqui Ilha das Pedras.

DISCUSSÃO DOS DADOS

A análise tecnológica teve como objetivos identificar as técnicas utilizadas para lascamento de diferentes matérias-primas e apontar quais etapas de redução foram realizadas na área do sambaqui Ilha das

¹⁰ As microlascas identificadas apresentam dimensões médias de 1,2 x 1,1 x 0,2, perfil reto, talão acortical liso, sem superfície cortical, e podem ser resultantes do lascamento bipolar.

¹¹ AS lascas de retoque possuem dimensões médias de 1,5 x 1,6 x 0,3, perfil curvo, talão acortical facetado, sem superfície cortical.

Pedras. Com relação ao primeiro ponto, a grande presença de quartzo leitoso nas lascas unipolares sugere, a princípio, que essa tenha sido a técnica preferencial para se lascar essa matéria-prima. Contudo, considerando as informações da bibliografia a respeito das técnicas de lascamento, observou-se que o quartzo leitoso normalmente é lascado a partir da técnica bipolar, sobretudo no litoral paranaense (PROUS *et al.*, 2012). O uso de tal técnica possibilita aproveitamento maior de matérias-primas que não possuem aspectos morfológicos, como planos de clivagem ou fraturas naturais, além de respostas uniformizadas à quebra, tais como o quartzo (DIEZ-MARTÍN, 2011; PROUS *et al.*, 2012).

A partir dessas informações, buscou-se discutir os estigmas de lascamento de lascas unipolares e bipolares em quartzo leitoso, e a possibilidade de se obter lascas com características unipolares (com presença de talão de espesso e bulbo na face interna) através do lascamento bipolar. Apesar de lascas unipolares e bipolares apresentarem, de acordo com a literatura, estigmas de lascamento bem característicos e distintos (COTTERELL & KAMMINGA, 1987; ANDREFSKY, 1998; DIAS & HOELTZ, 1998), as tentativas precedentes de análise de conjuntos líticos lascados em quartzo leitoso de sambaquis ressaltaram as dificuldades de identificação dos estigmas de lascamento nessa matéria-prima, como aponta Prous (1992, p. 227). Em técnicas utilizadas pelos Xetás e descritas por Miller (2009), cujo objetivo é provocar um abalo na estrutura interna da rocha por meio de golpes verticais com percutores duros na parte central do núcleo (um procedimento gestual muito similar ao utilizado no lascamento bipolar), também são obtidas lascas com estigmas unipolares (MERENCIO, 2014).

Complementando ainda a questão, em sítios da região de Olduvai Gorge, Tanzânia, também foi verificada a presença de lascas unipolares e bipolares em quartzo, sendo ressaltada a dificuldade em se identificar os estigmas de lascamento de lascas bipolares, que foram interpretadas anteriormente como resultantes de lascamentos unipolares. A partir dessa problemática, realizaram-se experimentações de lascamentos bipolares com matéria-prima proveniente da região (DIEZ-MARTÍN *et al.*, 2011). Para tal, empregaram-se duas técnicas de lascamento bipolar¹²:

1. Axial, que se trata do lascamento bipolar clássico, que consiste em posicionar o bloco sobre uma bigorna e golpeá-lo de forma perpendicular com um percutor, provocando, assim, duas forças de impacto opostas;
2. Não axial ou oblíqua, onde bloco também é posicionado sobre uma bigorna, contudo o golpe realizado com o percutor é oblíquo ou é aplicado fora da zona de contato com a bigorna. Prous *et al.* (2012, p. 9, 12) indicam que nessa técnica o bloco também pode ser posicionado

¹² Prous *et al.* (2012) identificam ainda uma terceira técnica de lascamento bipolar, denominada retoque indireto sobre bigorna. De acordo com os autores, o uso dessa técnica tem como objetivo provocar a retirada de lascas de uma face do instrumento, sendo que tal face é apoiada em uma bigorna, geralmente um suporte de madeira para diminuição do risco de fragmentação durante a aplicação dos golpes. A partir dessa técnica, são obtidas lascas com características conchoidais (talão espesso e bulbo proeminente na face interna) (op. cit, p. 13).

sobre a bigorna de forma inclinada, com a aplicação do golpe com o percutor de forma vertical.

Assim, segundo os resultados dos experimentos, no lascamento bipolar oblíquo não há um contato distal ou de duas forças opostas, o que resulta em lascas com características distintas dos resíduos obtidos no lascamento bipolar axial. Os resíduos do lascamento bipolar axial não apresentam bulbos, contrabulbos, não sendo possível distinguir faces interna e externa, lascas e núcleos, e em alguns casos, apresentam dois talões (na parte proximal e distal), que são resultado do ponto de impacto do percutor sobre a bigorna (no entanto, a presença do talão estará presente em uma parcela diminuta do total de resíduos, já que corresponde somente à porção que esteve em contato direto com o percutor e a bigorna). Já os resíduos do lascamento não axial ou oblíquo apresentam fratura conchoidal que pode ser confundida como resultante do uso de técnica de lascamento unipolar.

Nesses casos, como ressaltam Prous *et al.* (2012), é fundamental avaliar contextualmente o conjunto, em vez de se considerar os atributos tecnológicos individualmente de cada resíduo. Assim, ressalta-se neste trabalho que os resíduos de lascamento classificados como resultantes do uso de técnicas unipolares podem ter sido provocados pelo lascamento bipolar oblíquo, e que estes apresentam características de fratura conchoidal¹³. De todo modo, essas são considerações iniciais que necessitam de uma investigação mais apurada, sobretudo para o contexto do sambaqui da Ilha das Pedras, com a realização de experimentação de lascamento a partir de matéria-prima local.

Com relação às atividades de lascamento realizadas no sítio, os resultados da análise, como a proporção das classes de líticos e composição de resíduos, indicam que boa parte da formatação inicial dos blocos, ou seja, a debitagem para obtenção dos suportes e posterior façonagem inicial para produção de bifaces (sobretudo de rochas basálticas) foi realizada em outro local, e não na área do sítio. As atividades de formatação/façonagem secundária, manutenção e, possivelmente, reconfiguração dos gumes, foram efetuadas na área do sítio, tendo em vista a proporção de lascas de retoque em diabásio. Com relação ao quartzo, foi identificado somente um instrumento sobre quartzo, correspondendo a um biface sem identificação do suporte. Como apontado anteriormente, os estigmas de lascamento no quartzo são de difícil interpretação, e faz-se necessário a realização de estudos experimentais direcionados para caracterização traceológica dos estigmas de uso em instrumentos em quartzo, para identificação adequada de instrumentos sobre lascas com marcas de uso.

Belém (2012, p. 43) discorreu sobre sete aspectos da indústria lítica de sambaquis apresentados pelos estudos realizados até a década de 1990: 1) categoria de artefatos predominante; 2) matéria-prima predominante; 3) suporte para produção de instrumentos; 4) técnicas utilizadas para produção de artefatos;

¹³ Rodet (com. pess., 2015) também resalta que os resíduos de lascamento bipolar oblíquo/axial são de difícil interpretação e identificação quando comparados com lascas obtidas com uso da técnica unipolar.

5) oposição entre artefatos cotidianos e mobiliários funerários; 6) presença de zoólitos, e 7) contradições nas tecnologias que compõem o sistema tecnológico de sambaquis.

Com relação à **categoria predominante de artefatos**, os conjuntos líticos provenientes de sambaquis apresentam a presença predominante de instrumentos polidos e brutos, também designados de “ocasionais” e não modificados¹⁴ (PROUS, 1992; SOUZA, 2008; ALVES, 2010; BELÉM, 2012). Os dados apresentados anteriormente para o conjunto de lítico do sambaqui Ilha das Pedras, quando comparado com informações provenientes de outros sambaquis, apontam para uma discrepância na composição do conjunto lítico, pois de acordo com a amostra coletada, predominam resíduos de lascamento, correspondendo a 81% do conjunto, seguido de 11% de instrumentos lascados, 4% de instrumentos brutos e 3% de instrumentos polidos.

A **matéria-prima predominante** nas amostras de sambaquis corresponde às rochas basálticas (basalto, diabásio, etc.), que são facilmente encontradas em áreas litorâneas, além de quartzos e quartzitos para produção de artefatos lascados (BELÉM, 2012, 2015). No sambaqui Ilha das Pedras, as rochas basálticas predominam apenas em determinadas categorias de artefatos, como os instrumentos polidos e brutos, que são justamente as categorias de artefatos mais abundantes nos conjuntos líticos de outros sambaquis. Como apontado anteriormente, na classe de maior representatividade do conjunto lítico do sambaqui Ilha das Pedras, os resíduos de lascamento, há a predominância do quartzo leitoso¹⁵, seguido do diabásio. Schmitz (1984, 1987) e Prous (1992) indicam que o quartzo leitoso é predominante na produção de resíduos (lascas) em sambaquis, mas como mencionado anteriormente, os estigmas das técnicas de lascamento são de difícil interpretação. Apesar desse dado, em todo o conjunto lítico do sambaqui Ilha das Pedras há ainda a predominância de rochas basálticas para a produção de instrumentos líticos lascados, com 50% da amostra.

A indústria lítica “sambaqueira” foi caracterizada por pesquisadores pelo uso de seixos como **suporte para produção de instrumentos** (PROUS, 1992; ALVES, 2010; BELÉM, 2012). No sambaqui Ilha das Pedras, há uma predominância de blocos para produção de instrumentos, com o total de 14 peças, sendo identificadas apenas nove cujo suporte é um seixo. Soma-se ainda ao conjunto lítico do sambaqui Ilha das Pedras, 14 artefatos cujos suportes não foram identificados devido à inexistência de superfície cortical.

Com relação às **técnicas empregadas na produção de artefatos**, Belém (2012) e Souza (2008) ressaltam o uso de técnicas mistas para produção de artefatos, como lascamento, polimento e picoteamento (SOUZA, 2008; BELÉM, 2012). No sambaqui Ilha das Pedras, apesar de os artefatos polidos estarem todos fragmentados, é possível inferir a partir da presença dessa categoria de artefato que foram incorporadas

¹⁴ Corresponde à categoria de instrumentos que foram utilizados sem a realização de modificações técnicas, provocadas pelo lascamento ou polimento, sendo aproveitadas as formas naturais de blocos ou seixos. São incluídos nessa categoria tecnopológica artefatos classificados como “batedores, moedores, quebra-cocos, mós, almofarizes, seixos moedores” (BELÉM, 2012, p. 42).

¹⁵ A proporção do quartzo-leitoso no sambaqui Ilha das Pedras pode ser maior, considerando-se que há uma área de concentração de resíduos de lascamento no topo do sítio, em que não foi realizada coleta.

técnicas mistas para produção de artefatos, como o lascamento (devido à alta representatividade de instrumentos lascados e dos resíduos de lascamento), polimento e picoteamento (considerando a presença de artefatos polidos). Todavia, é preciso ressaltar que a presença de artefatos polidos não significa que esse tipo de artefato fosse produzido na área do sambaqui Ilha das Pedras, pois não há evidências até o momento que possibilitem afirmar tal hipótese.

Considerando os resíduos de lascamento (grande presença de lascas secundárias, primárias e de retoques) aponta-se que a produção de instrumentos lascados, sobretudo a fase de descorticação dos suportes (blocos ou seixos), tenha sido efetivada em outro local e assim, de acordo com a amostra, predominou a realização de atividades de configuração secundária, comumente associadas à manutenção de artefatos, seguida de redução primária. Assim, considerando essa hipótese para a baixa representatividade de resíduos das primeiras etapas de redução dos instrumentos lascados, pressupõem e extrapola-se essa informação para a produção dos artefatos polidos. No entorno imediato do sambaqui Ilha das Pedras, bem como na própria Ilha, não foram identificados polidores fixos, indicando uma circulação maior para produção dessa categoria de artefato.

Belém (2012, p. 43) aponta para oposição criada por pesquisas anteriores nos conjuntos líticos de sambaquis entre **artefatos de uso cotidiano e mobiliário funerário**. Isso corresponde a uma diferenciação de produção e uso dos respectivos conjuntos, sendo associada uma indústria simples (com poucas etapas de redução) à produção dos artefatos de uso cotidiano, ressaltando-se o uso frequente de instrumentos brutos, que não sofrem alterações físicas. O mobiliário funerário, por sua vez, é composto por artefatos cujas cadeias de produção apresentam mais etapas, sendo dedicado mais tempo para a produção desses artefatos. Entre os artefatos analisados do sambaqui Ilha das Pedras, recuperados até o momento, não foi observada uma dicotomia entre artefatos cotidianos e mobiliários funerário no conjunto lítico, tampouco nas cadeias de produção, exceto pela presença de instrumentos bifaciais com retiradas de façanagem extensivas, como indicado pelo instrumento NP-449 (Figura 5).

Uma característica dos conjuntos líticos provenientes de sambaquis de Santa Catarina é a **presença de zoólitos** e outros artefatos cujo processo de polimento foi realizado com cuidado (PROUS, 1992; MILHEIRA, 2005; ALVES, 2010; BELÉM, 2012). Nas pesquisas produzidas até o momento no sambaqui Ilha das Pedras, não foram recuperados zoólitos e tampouco instrumentos finamente polidos.

Por fim, Belém (2012, p. 43) ressalta uma **contradição nas tecnologias que compõem o sistema tecnológico de sambaquis** de Santa Catarina, com uma oposição entre tecnologias simples, observadas no uso de instrumentos sem alterações (artefatos brutos) ou no lascamento “grosseiro” de instrumentos e resíduos, a uma tecnologia elaborada, com várias etapas de redução na cadeia operatória, verificada em zoólitos e peças com polimento. Essa oposição está intrinsecamente relacionada com as técnicas mistas para produção de instrumentos líticos e a oposição entre artefatos de uso cotidiano e mobiliário funerário,

discutidos anteriormente. Comparando os dados da análise do conjunto lítico do sambaqui Ilha das Pedras com as informações levantadas por Belém (2012), aponta-se para uma caracterização diferenciada do sistema tecnológico de produção lítica do sambaqui Ilha das Pedras. A princípio, como não há elementos na amostra, até o momento, que indiquem a presença de uma oposição entre mobiliário funerário e artefatos de uso cotidiano, e tampouco foi observada a presença de dois subsistemas tecnológicos (tecnologia simples x tecnologia elaborada), conclui-se, sob uma perspectiva comparativa, que o sistema tecnológico do sambaqui Ilha das Pedras apresenta peculiaridades não observadas na indústria lítica usualmente associada a uma ocupação “sambaqueira”.

A partir desses resultados, este trabalho buscou caracterizações tecnológicas de conjuntos líticos provenientes de sambaquis e associados a fragmentos de cerâmica proto-Jê meridional, sendo essa uma situação semelhante à encontrada no sambaqui Ilha das Pedras.

Nessa perspectiva, há o sambaqui Galheta IV, identificado em 2005 pelas equipes do MAE-USP e GRUPEP-Arqueologia/UNISUL, localizado no município de Laguna, no litoral sul do estado de Santa Catarina. Esse sambaqui apresenta feição ponticular, com 30 metros de diâmetro e 3 metros de altura, tendo sido cortado ao meio para construção de uma estrada, em uso até os dias atuais (FERNANDES, 2011). Nesse sítio, foi verificada a presença de elementos associados a uma ocupação de grupos proto-Jê meridionais, registrada a partir dos fragmentos de cerâmica. Na porção sul desse sítio, localizaram-se sulcos de polimento em um afloramento de rochas basálticas. Nos trabalhos de escavação realizados no sambaqui Galheta IV, obteve-se uma datação de 980 AP. Os artefatos líticos do sambaqui Galheta IV são oriundos de um contexto funerário (FERNANDES, 2011, p. 25).

No total, foram feitas três etapas de salvamento no sambaqui Galheta IV (2005, 2006 e 2007), resultando na coleta total de 7.410 peças líticas, verificando-se a predominância de detritos (68,4%), seguidos de lascas unipolares (10,5%), blocos naturais (6,7%), e presença minoritária de lascas bipolares (2,4%), bem como de artefatos polidos (0,6%) (FERNANDES, 2011, p. 38).

Os dados da composição total do conjunto lítico do sambaqui Galheta IV aproximam-se dos resultados obtidos na análise da amostra proveniente do sambaqui Ilha das Pedras, quando observada a presença minoritária de artefatos polidos e brutos. Contudo, nota-se maior variabilidade artefactual nos conjuntos de artefatos polidos e brutos do sambaqui da Galheta IV em relação aos do sambaqui Ilha das Pedras. Verifica-se no sambaqui da Galheta IV, por exemplo, a presença de percutores, afiadores, bigornas e percutores multifuncionais nos artefatos brutos, além de lâminas de machados, pesos de rede, mãos de pilão, adornos, quebra-coquinho e amoladores nos artefatos polidos. No sambaqui Ilha das Pedras foram detectados fragmentos de artefatos polidos, e somente bigornas e percutores como artefatos brutos.

Com relação à matéria-prima identificada no sambaqui Galheta IV, constatou-se o predomínio do granito (74%), seguido do diabásio (16%), quartzo, xisto e arenito (com 3%) e, em menor quantidade, o

basalto (1%) no conjunto geral. Como apontado, no sambaqui Ilha das Pedras há o predomínio de rochas basálticas na amostra geral; contudo, em determinadas classes, como nos resíduos, observou-se maior representatividade do quartzo. As matérias-primas identificadas em ambos os conjuntos apresentam diferenças, porém não é informado se há predomínio de determinadas matérias-primas em diferentes classes de artefatos. De todo modo, houve o emprego de matérias-primas locais em ambos os sambaquis, assim como ocorre nos conjuntos provenientes de outros sambaquis sem cerâmica proto-Jê meridional.

CONCLUSÃO

Este artigo apresentou os resultados da análise tecnotipológica do material lítico proveniente do Sambaqui Ilha das Pedras. Os resultados apresentados provêm predominantemente de amostras de coletas superficiais, associadas ao material cerâmico proto-Jê meridional, ou derivadas de contextos possivelmente perturbados pelo processo de exploração comercial e histórica do sambaqui. Entretanto, verifica-se que a análise de sítios sob tais condições pode ser proveitosa no sentido de identificar os processos e escolhas tecnológicas realizadas pelos grupos, além de propiciar dados para estudos comparativos.

Considerando os resultados da análise em uma perspectiva comparativa com os dados de caracterização de indústrias líticas de sambaqui de Santa Catarina, apontou-se que o conjunto lítico do sambaqui Ilha das Pedras apresenta semelhanças na constituição do conjunto com os dados obtidos em sambaquis que apresentam fragmentos de cerâmica proto-Jê meridional nas camadas iniciais, como ocorre com o sambaqui Ilha das Pedras.

Constatou-se também, durante a realização da pesquisa bibliográfica, um déficit de informações relacionadas com a caracterização de sistemas tecnológicos de artefatos líticos provenientes de sambaquis que apresentam elementos associados à ocupação de grupos proto-Jê meridionais. O material lítico associado à tradição Itararé-Taquara tem sido foco de pesquisas realizadas desde 2000, com problemáticas voltadas para a caracterização dos sistemas tecnológicos provenientes de diferentes contextos, propiciando um conjunto de dados adequados para identificação de variações regionais dentro dessas tradições, como, por exemplo, preferências de matérias-primas e esquemas de produção específicos (DIAS, 2003; SANTOS, 2012).

No entanto, indica-se a necessidade de se realizar um aprofundamento das análises dos conjuntos líticos provenientes de contextos de sambaqui (sejam esses com ou sem cerâmica proto-Jê). Especificamente nesse ponto, aponta-se para o potencial informativo de coleções, que mesmo com problemas de contexto e documentação, apresentam resultados satisfatórios a partir da aplicação de novos referenciais teórico-

metodológicos nas análises. Os objetos de coleções, desse modo, possuem a capacidade e potencial de serem ressignificados por diferentes pesquisadores.

Devido a grande presença de lascas unipolares em quartzo leitoso, e a partir da observação na bibliografia de que a técnica preferencial para o lascamento dessa matéria-prima seria técnica bipolar, sobretudo no litoral paranaense (PROUS *et al.*, 2012), realizou-se uma discussão dos estigmas de lascamento de lascas unipolares e bipolares em quartzo leitoso. A partir da discussão, verificou-se a possibilidade de se obter lascas com características unipolares (fratura conchoidal – com presença de talão de espesso e bulbo na face interna) através do lascamento bipolar oblíquo/não axial. Assim, conforme Prous *et al.* (2012), sugerem, avaliou-se contextualmente a amostra proveniente do sambaqui Ilha das Pedras, e indicou-se que os resíduos de lascamento classificados como resultantes do uso de técnicas unipolares possam ter sido provocados pelo lascamento bipolar oblíquo, e que estes apresentam características de fratura conchoidal.

Ressaltou-se, ainda, a necessidade de se realizarem estudos de experimentação das diferentes técnicas de lascamento bipolar e unipolar com uso de matérias-primas provenientes do entorno do sambaqui Ilha das Pedras (quartzo leitoso), para assim se obter uma definição adequada dos estigmas de lascamento bipolar, e, conseqüentemente, identificar adequadamente as técnicas empregadas no sistema tecnológico de produção de artefatos líticos do sambaqui Ilha das Pedras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, D. M. *A indústria lítica do Sambaqui Mar Casado e outros sítios do litoral do estado de São Paulo*. 2010. Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- ANDRADE, K. F. *Geotecnologias aplicadas à Arqueologia: uso do GPS geodésico e estação total no sambaqui Ilha das Pedras, Paranaguá-PR*. 2013. Monografia (Graduação em Geografia) – Departamento de Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.
- ANDREATTA, M. D. Notas sobre pesquisas realizadas no Planalto e Litoral do estado do Paraná. In: II SIMPÓSIO DE ARQUEOLOGIA DA ÁREA DO PRATA, São Leopoldo, 1968.
- ANDREFSKY, W. *Lithics: macroscopic approaches to analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- ANDREFSKY, W. *Lithic technology: measures of production, use and curation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- BEBER, M. V. O sistema de assentamento dos grupos ceramistas do planalto sul-brasileiro: o caso da tradição Taquara/Itararé. 2004. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004.
- BECK, A. *A variação do conteúdo cultural dos Sambaquis do litoral de Santa Catarina*. Erechim: Habilis, 2007 [1972].
- BELEM, F. R. *Do seixo ao zoólito*. A indústria lítica dos sambaquis do sul catarinense: aspectos formais, tecnológicos e funcionais. 2012. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Etnologia e Arqueologia, São Paulo, 2012.
- BELEM, F. R. A indústria lítica do sambaqui do Morrete, SC. *Cadernos do LEPAARQ*, v. XII, n. 23, 2015.
- BIGARELLA, J. J. Contribuição ao estudo dos sambaquis no estado do Paraná I, regiões adjacentes às baías de Paranaguá e Antonina. *Arquivos de Biologia e Tecnologia*, Curitiba, n. 5/6, p. 231-292, 1950/51.
- BIGARELLA, J. J. (Org.). *Sambaquis*. Curitiba: Posigraf, 2011.
- BINFORD, L. R. 'Willow smoke and dogs' tails: hunter-gatherer settlement system and archaeological site formation. *American Antiquity*, v. 45, n. 1, p. 4-20, 1980.
- BLASI, O. *Serviços de levantamento e cadastramento de sítios arqueológicos*. Região de Guaraqueçaba, PR. Convênio Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA e Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES. Curitiba, 1988.
- BLASI, O. *Zoneamento da área de proteção ambiental de Guaraqueçaba*. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Curitiba: IPARDES, 2001. p. 74-76.
- BLASI, O.; GAISLER, M. L.; PONTES FILHO, A. As primeiras notícias sobre os serviços de levantamento e cadastramento de sítios arqueológicos em Guaraqueçaba, Paraná. *Dédalo*, São Paulo, Pub. Avulsa, v. 1, p. 108-132, 1989.

- BOËDA, E. *Technogenèse de systèmes de production lithique au Paléolithique Inférieur et Moyen en Europe Occidentale et au Proche-Orient*. 1997. Tese (Doutorado) – Université de Paris X, Nanterre, 1997.
- BOËDA, E. Uma antropologia das técnicas e dos espaços. *Revista Habitus*, Goiás, v. 2, n. 1, p. 19-49, 2004.
- BOËDA, E. Paléo-technologie ou anthropologie des Techniques? *Arob@se*, v. 1, p. 46-64, 2005.
- BOËDA, E.; GENESTE, J.-M.; MEIGNEN, L. Identification de chaînes opératoires lithiques du Paléolithique ancien et moyen. *Paléo*, v. 2, p. 43-79, 1990.
- BROCHIER, L. L. *Diagnóstico e manejo de recursos arqueológicos em unidades de conservação: uma proposta para o litoral paranaense*. 2004. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- BROCHIER, L. L. *Controles geoarqueológicos e modelos morfoestratigráficos: implicações para o estudo das ocupações pré-históricas na costa sul-sudeste do Brasil*. 2009. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- BROCHIER, L. L.; SYMANSKI, L. C. *Projeto sítio escola: pesquisas arqueológicas e a viabilização de práticas interdisciplinares no litoral do Paraná*. Plano de Trabalho de Pesquisa apresentado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Curitiba, 77p. 2011.
- CAVALHEIRO, A. C. M. *Relatório final da revisão do plano de manejo da Estação Ecológica da Ilha do Mel e elaboração do plano de manejo do Parque Estadual da Ilha do Mel, Paranaguá, Paraná – temática: história e arqueologia*. 2012
- CEPA/UFPR. *Sítios arqueológicos cadastrados e/ou pesquisados pelo CEPA/UFPR*. Mapa. Curitiba: Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas, 2007.
- CHMYZ, I. *Relatório de vistoria das condições do Sambaqui de Ilha das Pedras*. Curitiba: IPHAN, 1962.
- CHMYZ, I. A ocupação do litoral dos estados do Paraná e Santa Catarina por povos ceramistas. *Estudos Brasileiros*, Curitiba, v. 1, p. 79-143, 1976.
- COLLINS, M. B. Lithic technology as a mean of processual inference. In: SWANSON, E. (Ed.). *Lithic technology: making and using stone tools*. Chicago: Mouton Publishers, 1975.
- COTTERELL, B.; KAMMINGA, J. The formation of flakes. *American Antiquity* v. 52, n. 4, p. 675-708, 1987.
- DIAS, A. S. *Sistemas de assentamento e estilo tecnológico: uma proposta interpretativa para a ocupação pré-colonial do alto vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul*. 2003. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- DIAS, A. S.; HOELTZ, S. E. Proposta metodológica para o estudo das indústrias líticas do sul do Brasil. *Revista do CEPA*, v. 21, n. 25, p. 21-62, 1997.
- DIEZ-MARTÍN, F.; YUSTOS, P. S.; DOMÍNGUEZ-RODRIGO, M.; PRENDERGAST, M. E. An experimental study of bipolar and freehand knapping of naibor soít quartz from Olduvai Gorge (Tanzania). *American Antiquity*, v. 76, n. 4, p. 670-708, 2011.

- FERNANDES, F. M. *Arqueologia no município de Laguna – Litoral Sul de Santa Catarina: ênfase no sítio Galheta IV*. Monografia (Graduação em História) – Curso de História, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2011.
- FOGAÇA, E.; BOËDA, E. A antropologia das técnicas e o povoamento da América do Sul Pré-histórica. *Revista Habitus*, Goiás, v. 4, n. 2, p. 673-684, 2006.
- HERBERTS, A. L. *Avaliação arqueológica na área de influência direta do acesso rodoviário ao Porto de Antonina*. Relatório de Pesquisa, 2000.
- HOELTZ, S. *Tecnologia lítica: uma proposta de leitura para a compreensão das indústrias do Rio Grande do Sul, Brasil, em tempos remotos*. Tese (Doutorado Internacional em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, 2005.
- HURT, W. R.; BLASI, O. O Sambaqui do Macedo: A.52.B. – Paraná – Brasil. *Revista Arqueologia*, Curitiba, n. 2, p. 1-98, 1960.
- LAMING-EMPERAIRE, A. Guia para estudo das indústrias líticas da América do Sul. *Manuais de Arqueologia, Centro de Pesquisas Arqueológicas*, Curitiba, n. 2, 1967.
- LAMOTTA, V. M.; SCHIFFER, M. B. Behavioral Archaeology: Toward a New Synthesis. IN: HODDER, I. *Archaeological Theory Today*. Cambridge: Polity Press, 2001.
- LEMONNIER, P. *Elements for an Anthropology of Technology*. Ann Arbor: University of Michigan/Museum of Anthropology, 1992.
- LEMONNIER, P. The study of material culture today: toward an anthropology of technical systems. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 5, p. 147-186, 1986.
- LEPOT, M. *Approche techno-fonctionnelle de l'outillage moustérien: essai de classification des parties actives en termes d'efficacité technique*. Mémoire de Maîtrise de l'Université de Paris X - Nanterre, 2 t, 1993.
- LEROI-GOURHAN, A. *O gesto e a palavra*. Memória e ritmos. Lisboa: Ed. 70, 1985.
- MARWICK, B. What attribute are important for the measurement of assemblage reduction intensity? Results from an experimental stone artefact assemblage with relevance to the Hoabinhian of mainland Southeast Asia. *Journal of Archaeological Science*, v. 35, p. 1189-1200, 2008.
- MILHEIRA, R. G. *Esculturas líticas sambaquieiras: Algumas possibilidades interpretativas. Reflexões a partir de uma Coleção Lítica do LEPAARQ - UFPEL*. 2005. Monografia (Graduação em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2005.
- MERENCIO, Fabiana T. *Levantamento de Sítios Arqueológicos no Paraná*. Disponível em: <http://www.academia.edu/2171685/Mapa_de_Levantamento_de_Sitios_Arqueologicos_no_Parana_-_2012>. Acesso em 20 de junho de 2015.

- MERENCIO, F. T. *Tecnologia Lítica Xetá: Um olhar arqueológico para a coleção etnográfica de lítico lascado e polido do MAE-UFPR*. 2004. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Departamento de Antropologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.
- NASH, S. E. Is Curation a Useful Heuristic? In: ODELL, G. H. (Ed.). *Stone tools: theoretical insights into human Prehistory*. New York: Plenum Press, 1996. p. 81-99.
- NELSON, M. C. The study of technological organization. *Archaeological method and theory*, v. 3, p. 57-100, 1991.
- ODELL, G. H. Economizing behavior and the concept of curation. In: ODELL, G. H. (Ed.). *Stone tools: theoretical insights into human Prehistory*. New York: Plenum Press, p. 51-80, 1996.
- PARELLADA, C. I.; NETO, A. G. Inventário de Sambaquis do Litoral do Paraná. *Boletim paranaense de geociências*, n. 42, p. 121-152, 1994.
- PARELLADA, C. I. *Estudo arqueológico no Alto Vale do Rio Ribeira: área do gasoduto Bolívia-Brasil, trecho X, Paraná*. 2005. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade, São Paulo, São Paulo, 2005.
- PROUS, A. *Arqueologia brasileira*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.
- PROUS, A.; SOUZA, G. N.; LIMA, Â. P. A importância do lascamento sobre bigorna nas indústrias líticas do Brasil. *Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico*, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 283-322, 2012.
- RAMOS JUNIOR, M. *Pescando, capturando ou coletando?: Interpretação zooestratigráfica de um sambaqui com terra preta na baía de Paranaguá, Paraná*. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.
- SANTOS, C. S. *A análise tecno-tipológica do material lítico de sítios lito-cerâmicos de Pinhal da Serra, RS*. Monografia (Graduação em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.
- SCHEEL-YBERT, R.; EGGERS, S.; WESOLOWSKI, V.; PETRONILHO, C.; BOYADJIAN, C. H. C.; DEBLASIS, P.; BARBOSA-GUIMARÃES, M.; GASPAR, M. D. Novas perspectivas na reconstituição do modo de vida dos sambaquieiros: uma abordagem multidisciplinar. *Revista de Arqueologia*, v. 16, p. 109-137, 2003.
- SCHMITZ, P. I. *Caçadores e coletores da pré-história do Brasil*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1984.
- SCHMITZ, P. I. Prehistoric hunters and gatherers of Brazil. *Journal of World Prehistory*, v. 1, n. 1, p. 53-126, 1987.
- SOUZA, G. N. *O material lítico polido de interior de Minas Gerais e São Paulo: entre a matéria e a cultura*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS SÍTIOS TUPI NA ILHA DE SÃO LUÍS, MARANHÃO
SPATIAL DISTRIBUTION OF TUPI SITES IN SÃO LUÍS ISLAND, MARANHÃO

Arkley Marques Bandeira

Vol. XII | n°24 | 2015 | ISSN 2316 8412



Distribuição espacial dos sítios Tupi na Ilha de São Luís, Maranhão

Arkley Marques Bandeira¹

Resumo: Este artigo apresenta informações inéditas sobre os sítios Tupi localizados na Ilha de São Luís – Maranhão, com foco na distribuição espacial e inserção dos sítios arqueológicos na paisagem. A literatura arqueológica associada aos relatos históricos possibilitou sistematizar dados relacionados a 64 sítios arqueológicos, representados por camboas, acampamentos, sítios a céu aberto, dentre outros. A esse respeito tais sítios foram correlacionados com as bacias hidrográficas e a topografia permitindo aferir que a presença Tupi se distribuiu por toda a Ilha de São Luís, legando para posteridade um importante acervo arqueológico que começa a ser conhecido.

Palavras-chave: Tupi, Arqueologia, Ilha de São Luís, Espacialidade, Paisagem.

Abstract: This article presents new information about the Tupi sites located in São Luís Island - Maranhão, focusing on spatial distribution and integration of archaeological sites in the landscape. The archaeological literature associated with historical accounts made it possible to systematize data related to 64 archaeological sites, represented by camboas, camps, open-air sites, among others. In this regard such sites were correlated with watersheds and the topography allowing assess the Tupi presence was distributed throughout São Luís Island, bequeathing to posterity an important archaeological collection that begins to be known.

Keywords: Tupi, Archeology, São Luís Island, Spatiality, Landscape.

INTRODUÇÃO

Nos primeiros anos da colonização brasileira uma situação bastante incomum para os europeus foi registrada: os povos recém contatados falavam uma língua bastante semelhante em uma grande faixa de terra, que se estendia desde o litoral setentrional até o meridional, além de regiões interioranas, nos cursos dos rios Araguaia, Tocantins, São Francisco, Tietê, Paraná, dentre outras.

Essas línguas, aparentadas entre si, foram agrupadas em um tronco linguístico denominado de Tupi, que segundo Rodrigues e Cabral (2007) é constituído por dez famílias linguísticas para as quais é admitida uma origem pré-histórica comum, possivelmente uma língua ancestral Prototupi².

¹ Brandi e Bandeira Consultoria Cultural e Coordenador da Casa da Memória do Instituto do Ecomuseu Sítio do Físico. Doutor em Arqueologia.

² As dez famílias foram classificadas como Arikém (AR), Awetí (AW), Jurúna (JU), Mawé (MA), Mondé (MO), Mundurukú (MU), Puruborá (PU), Ramaráma (RA), Tuparí (TU) e Tupi-Guarani (TG), totalizando atualmente 40 línguas. Os linguistas costumam dividir as famílias e línguas do Tronco Tupi em ocidentais, aglutinando as famílias AR, MO, PU, RA e TU, que se situam na bacia do rio Madeira, no sudoeste da Amazônia e orientais, cujas línguas se distribuem da bacia do Madeira para leste, nas bacias do Tapajós e do Xingu. Por fim, a Tupi-Guarani ocorre também na bacia do Tocantins e na bacia platina, assim como na costa atlântica (RODRIGUES, CABRAL, 2007).

Do ponto de vista arqueológico, a apropriação do termo Tupi para nominar a cultura material associada a esses povos ocorreu ainda na década de 1960, no âmbito do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – PRONAPA (SCHIMITZ, 2010), sob os auspícios de Betty Meggers e Clifford Evans.

Nesse bojo, a cultura material arqueológica recebeu uma denominação que fazia clara referência a um grupo étnico, que no caso seriam os falantes Tupi-Guarani, principalmente pelo fato dos sítios arqueológicos se situarem em locais próximos as aldeias desses povos ou em regiões historicamente ocupadas pelos Tupi. Além disso, houve uma forte associação dos vestígios arqueológicos, principalmente a cerâmica com os objetos descritos pelos cronistas, sendo que algumas características como vasilhas pintadas em policromia e tratamentos plásticos foram tomados como elementos diagnósticos definidores para associar os vestígios arqueológicos pré-coloniais com os povos Tupi conhecidos historicamente.

Com vistas a evitar possíveis confusões entre antropólogos, linguistas e arqueólogos quando se tratava da temática Tupi, os pronapianos convencionaram denominar a cultura material associada aos povos de língua Tupi-Guarani de Tradição Tupiguarani (sem o hífen) para evitar conotações ou associações diretas.

Portanto, a arqueologia Tupi engloba o estudo dos grupos filiados ao Tronco Tupi, em particular a cultura material associada aos falantes das línguas Tupi, além da Tradição Tupiguarani. Essa tradição arqueológica foi criada para denominar uma indústria cerâmica de populações indígenas que, ao tempo da colonização da América do Sul, viviam em numerosas aldeias, nos espaços densamente florestados da bacia do Rio da Prata, na bacia do rio São Francisco e no litoral atlântico do Brasil. Essas populações falavam, predominantemente, línguas aparentadas do tronco linguístico Tupi-Guarani (SCATAMACCHIA, 1981).

Quando se pensa em arqueologia Tupi no Brasil alguns modelos para compreensão desses grupos são fartamente observados na literatura. Além disso, termos como migração, difusão, expansão, pressão, messianismo e fuga são constantemente empregados para explicar tamanha distribuição espaço-temporal, seja pela perspectiva antropológica e histórica, como também pela linguística e arqueológica.

O presente artigo não abordará o estado da arte da arqueologia Tupi no Brasil e nem os modelos para compreensão da ampla dispersão espacial da cerâmica no país. Contudo contribuirá com as discussões mais recentes sobre a arqueologia desses povos com apresentação de dados empíricos que foram recentemente sistematizados e que estão auxiliando na compreensão da distribuição espacial dos sítios Tupi na Ilha de São Luís, Maranhão.

ASPECTOS GEOGRÁFICOS DA ILHA DE SÃO LUÍS

A Ilha de São Luís, também denominada de Ilha Grande, Ilha de *Upaon Açu* e Ilha do Maranhão, é composta por quatro municípios: São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa e possui

aproximadamente 831,7 km² de área. Situa-se no Nordeste do Brasil, porção norte do Maranhão e limita-se ao norte com o Oceano Atlântico; ao sul, com a baía de São José e Estreito dos Mosquitos; a leste com a baía de São José e a oeste com a baía de São Marcos. Insere-se nas coordenadas 02°22'23" e 02°51'00" Latitude Sul; 44°26'41" e 43°59'41" de Longitude Oeste, em feição geológica-geomorfológica do Golfão Maranhense, sendo esta uma articulação regional da costa brasileira caracterizada por um grande e complexo sistema estuarino, delimitado pelas baías de São Marcos e de São José (IMESC, 2001).

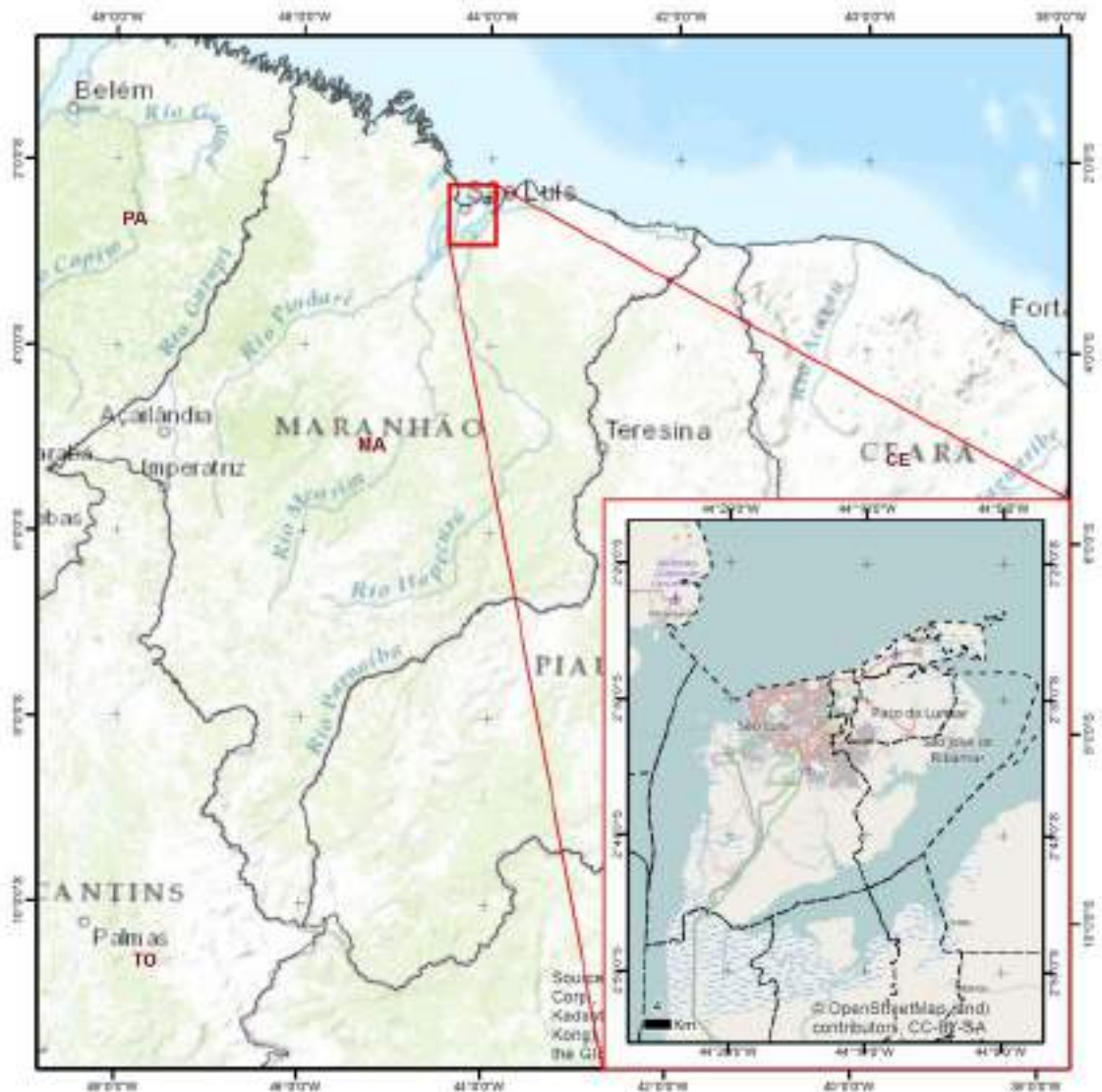


Figura 1: Inserção geográfica da Ilha de São Luís e municípios formadores. Fonte: Do autor.

A planície flúvio-marinha é formada por estuários afogados dos rios Mearim, Itapecuru e Munim, constituindo uma região rebaixada com numerosas lagoas fluviais e extensas várzeas inundáveis (PREFEITURA DE SÃO LUÍS, 2006). A costa é recortada por pequenas reentrâncias, rios e igarapés que recebem a incursão das marés pelos estuários, uma vez que a região apresenta um regime de macro marés (SILVA, 2012).

A Ilha de São Luís possui doze bacias hidrográficas, a exemplo de Tibiri, Paciência, Inhaúma, Praias, Santo Antônio, Estiva, Geniparana, Cachorros, Guarapiranga, Itaqui, Bacanga e Anil. Os maiores rios são Bacanga e Anil, que deságuam na baía de São Marcos e os rios Paciência, Santo Antônio, Jeniparana e Tibiri, que deságuam na baía de São José.

Na área litorânea encontram-se formações de apicuns, baías, braços de mar, cordões arenosos, furos, ilhas, manguezais, áreas de várzeas e praias. A proximidade com o Equador e a configuração do relevo favorecem a amplitude das marés, que alcançam até 7,2 m, com média aproximadamente de 6,6 m, e penetram os leitos dos rios causando influências até cerca de 150 km continente adentro (FEITOSA, TROVÃO, 2006).

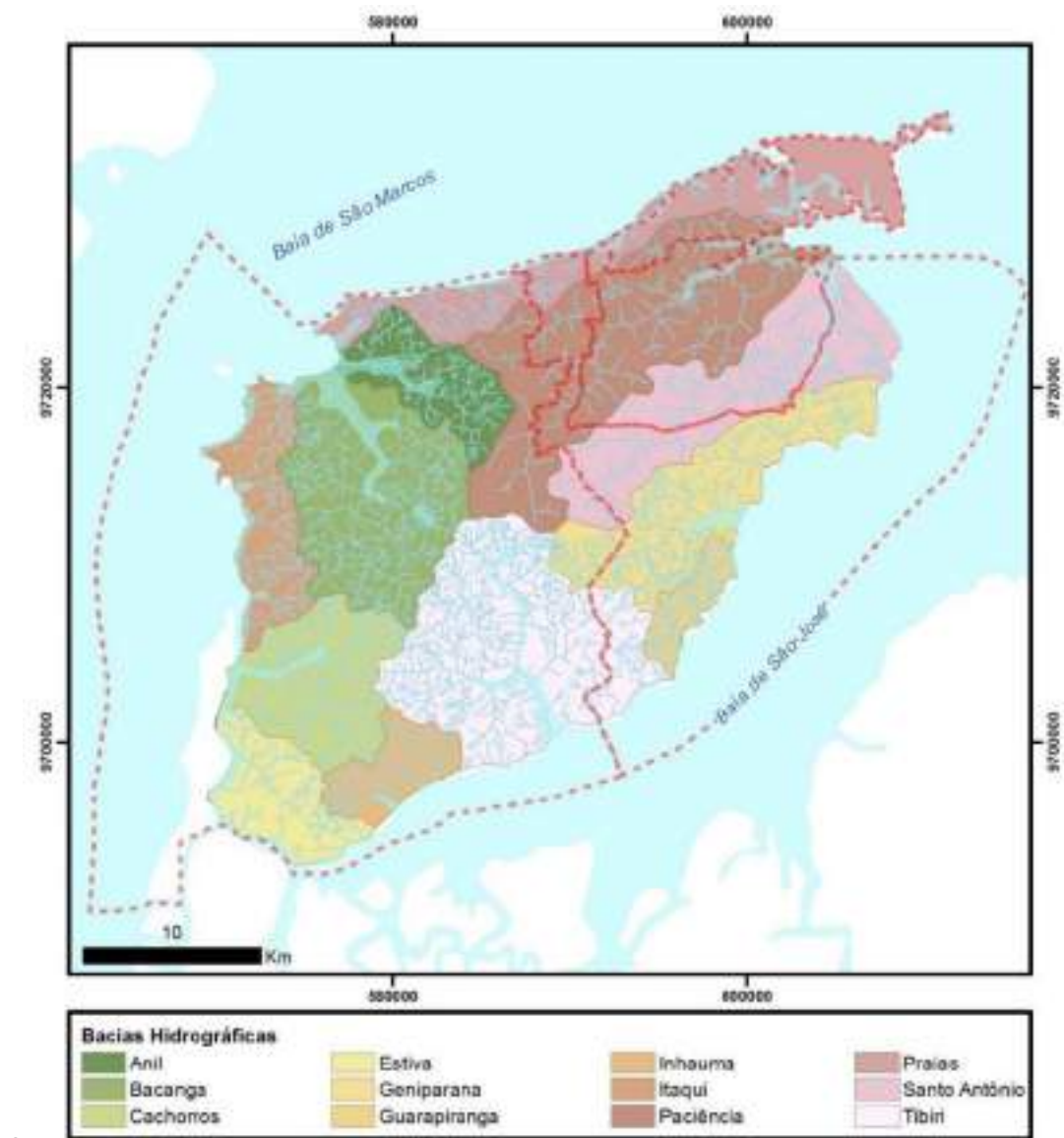


Figura 2: Bacias hidrográficas da Ilha de São Luís. Fonte: Do autor.

Conforme apresentado no mapa que se seguiu, as nascentes das maiores bacias hidrográficas estão localizadas na porção central da Ilha e se direcionam de forma divergente em direção a área costeira, resultando em uma região de grande riqueza hídrica e de recursos naturais.

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS SÍTIOS TUPI NA ILHA DE SÃO LUÍS

A presença Tupi na Ilha de São Luís é referenciada desde o século XVII, datada dos primeiros momentos da colonização francesa, quando os padres capuchinhos Claude d'Abbeville e Ives d'Évreux, entre os anos de 1612 e 1614, conviveram com os Tupinambá da região, legando para posteridade importantes relatos sobre essa experiência:

Haverá sete anos que certo personagem, cujo nome e qualidade calarei por circunstâncias, vendo que os índios Tupinambás que antigamente moravam no Trópico de Capricórnio se haviam refugiado na Ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças, evitando o domínio dos portugueses, saiu de Pernambuco com um seu companheiro, trazendo alguns portugueses, e oito a dez mil índios, entre homens, mulheres e meninos, todos da mesma nação aí existente... Fazia pequenas viagens por dia por causa dos mais fracos da sua comitiva. Durante a viagem, os membros desta grande comitiva alimentavam-se somente de raízes que extraíam da terra, de frutos de árvores, de peixes que apanhavam, de pássaros, e de outras espécies de animais que agarravam, com farinha, que traíam, e onde lhes faltou esta, aí ficaram para plantar mandioca, e se demoraram até que pudessem fabricar farinha (D'ABBEVILLE, 2002, p. 93).

A referência fundamental da obra de Claude d'Abbeville para a etnohistória da Ilha de São Luís foi a descrição das aldeias visitadas pelos capuchinhos franceses durante sua curta permanência. Participaram da empreitada os padres Claude d'Abbeville, juntamente com Reverendo Arsênio, Senhor de Rasily, Senhor de Launay e o Senhor Des Vaux, que saíram do Convento de São Francisco em 28 de setembro, em companhia de alguns criados e indígenas (D'ABBEVILLE, 2002). O capuchinho relatou a existência de 27 aldeias, conforme a citação:

Está a primeira aldeia na ponta de terra vizinha ao lugar de desembarque na Ilha Grande, vindo da Ilhazinha de Santa Ana: chama-se **Timboú**, nome significativo de raiz de uma certa árvore chamada *euue*, que serve para embriagar os peixes. Tem esta aldeia dois principais, *Uaruma-Uaçu*, nome da árvore e dos ramos com que fazem os crivos para passar ou peneirar a farinha. Chama-se outro *Sauçuacã*, "cabeça de onça". Chama-se a segunda aldeia de

Itapari, isto é, “tapada, curral, ou camboa de peixe”, porque aí existem dois ou três currais destes. Tem também dois principais, um chamado *Metarupua*, isto é, “pedra branca”, que costumam a trazer embutida no beijo. É um bom índio, muito amigo dos franceses, que de ordinário o chamam pelo nome de caranguejo. Chama-se o segundo *Auati*, ou “milho negro”. A terceira aldeia é a **Carnaupió**, nome derivado da árvore carnal. Tem dois principais, chama-se o primeiro de *Marcoia-Pero*, nome derivado da casca de um fruto amargoso chamado *morgoiaue*, e o segundo *Araruçuaí*, que significa “cauda de arara”, pássaro vermelho, misturado com outras cores. Chama-se a quarta **Euaíne**, “água velha” ou água turva”. Também tem dois principais: *Uíra-Uassupinim*, pássaro grande e caçador, enfeitado de diversas cores, e o outro *Jereuçu*, nome de certa ave. A quinta aldeia é **Itaenddaue**, isto é, “largo de pedra”. Chama-se o principal *Uaignon-Mondeuue*, “lugar onde se apanham pedras azuis”. Chama-se a sexta **Araçuí – Ieue**, isto é, o bonito pássaro que tem tal nome. O principal tem o nome de *Tamano*, isto é, “Pedra Morta”. Chama-se a sétima **Pindotuue**, em vez de *Pindó*, que são as folhas das palmeiras com que cobrem suas casas. Os seus habitantes estão agora com o de *Carnaupió*, tendo o principal *Margoia-Pero*, que significa a casca amargosa de um fruto com tal nome. A oitava aldeia chamada **Uatimbup**, raiz de timbó. Chama-se o principal Uirapoutian, “Brasil”. É um grande guerreiro, muito amigo dos franceses. Esta aldeia é vizinha do Junipará. A nova aldeia, a maior e mais saliente de todas, chama-se **Junipará**, que significa jenipapo amargo, fruto mui amargo quando não está maduro. Chama-se seu principal *Japi-Uaçu* ou simplesmente *Japiaçu*, isto é, um passarinho mosqueado de várias cores, um dos mais raros e mais bonitos da Índia. É o primeiro e o maior *Boruuichau*, não só desta aldeia, mas também de todas a Ilha Grande. Além deste, ainda aí existem quatro principais a saber: *Jacupém*, que significa faisão, *Tatu-açu*, “fogo grande”; *Tecuare-Ubui*, “maré de sangue”; *Paquarrabeu*, “barriga de uma paca cheia d’água”. Chama-se a décima **Toroippeep**, isto é, calçado, há dois principais nessa ilha, um chamado *Perauuiá*, “abraço de peixe”, e outro *Auapaã*, isto é, “homem que não sabe atravessar”. A undécima chama-se **Januarém**, “cão fedorento”. Tem dois principais: um chamado, *Urubuanpã*, “corvo inchado”, e outro, *Taicuiú*, nome derivado de um passarinho. A duodécima é conhecida por **Uarapirã**, “cova vermelha”. Tem por principal *Itapucusã*, que significa grilheta ou ferro com que se prendem os pés. Chama-se a décima terceira Coieup, isto é, “uma cabaça, que serve de prato”. Tem dois principais, um, chamado *Mutim* “miçanga branca”, e o outro, seu irmão, *Ouíra-uaçu*, que significa o olho de um pássaro grande. A décima quarta chama-se **Eussauap**, isto é, “lugar onde se come caranguejo”. É uma das maiores aldeias da Ilha, e onde há quatro principais. Chama-se o primeiro *Tatuaçu*, “tatu grande”; o grande o segundo uma vez; o segundo uma vez *Corassaçu*, “pescoço comprido”, e outras *Mauariaçu*, nome tirado de um grande pássaro branco; o terceiro, *Taiaçú*, “o javali”, o quarto *Tapireuíra*, “coxa de vaca”. A décima quinta aldeia chama-se **Maracanã – pisip**, nome derivado da ave grande maracanã. Tem três principais, sendo o primeiro *Terere* “nome”, o segundo *Aiuru-uaçu* “papagaio

grande”, o terceiro *Uara-aubuí*, “pássaro azul”. Chama-se: a décima sexta, **Taperuçu**, aldeia grande e velha, e seu principal é *Quatiare-Uçu*, “carta ou letra grande”. A décima sétima **Torupé**, “a bebida: tem dois principais, um chamado *Uirapapeup*, “arco chato”, e outro *Carautá-uare*, “comedor de carautá”. A décima oitava, **Aqueteuye** “praça de peixe”. É seu principal *Tupiaçu*, nome derivado da cinta em que, presa ao pescoço, trazem seus filhos. A décima nona, **Caranavue** “palmeira”, e o seu principal *Boi*, “cobrazinha”. A vigésima, **leuireé** (os franceses chama de *luret*) “pernas finas”, e o seu principal *Canuaaçu*, “tintura”. A vigésima primeira, **Eucatu**, “água boa”, e o seu principal **Januare-uaeté**, “onça feroz”, ou o “cão grande”, bom índio e muito amigo dos franceses. A vigésima segunda, **Jeuireé**, a pequena, e o seus principais são *Canuamiri*, “tintura pequena”, e *Euuaiuantim*, “fruto picante”. A vigésima terceira, **Uri-Uaçuupé**, “lugar onde existem *macorãs*, que são peixes assim chamados, e o seu principal, *Ambuá-açu*, nome derivado de uma espécie de baga, que tem um pé de comprimento. A vigésima quarta, **Maiue** ou **Maioba**, “nome de certas folhas de árvores muito compridas e largas”. Tem dois principais, um, *Jacuparim*, “faisão adunco”, e o outro, *Juantim*, “cachorro branco”. A vigésima quinta, **Pacuri-euue**, “árvore de bacuri, e o seu principal, *Taiapuã*, “raiz grossa”. A vigésima sexta, **Euapar** “água torcida”, e o principal, *Tocaiáçu*, “galinheiro grande”. A vigésima sétima, **Meuroti-euue**, “cacete ou árvore de palmeira” e o seu principal, *Conronron-açu* “grande roncador” (grifo nosso) (D’ABBEVILLE, 2002, p. 185-88).



Figura 3: Reconstituição hipotética da localização das aldeias indígenas em São Luís, no início do século XVII, quando da chegada dos franceses. Fonte: Noberto (2012).

Sobre a espacialidade das Aldeias, Ives d' Evreux (2002, p. 104-105) comentou:

As aldeias são divididas em quatro habitações, sob o governo de um muruichaue, para o temporal, em um pagy-uaçu, isto é, um feiticeiro para as moléstias e bruxarias. Cada habitação tem o seu o seu Principal: estes quatro principais estão sob as ordens do maioral da aldeia, o qual, conjuntamente com outros de várias aldeias, obedecem ao principal soberano da província. Cada cabana é dividida em duas partes é subdividida em várias habitações, que se chamam Ok ou Cherok, quer dizer, meu lado, minha habitação; a cabana é chamada Cheretan. Essas habitações medem cerca de três toesas entre duas vigas, nas quais eles suspendem suas redes de algodão. Nestas habitações mora cada família sob o comando de um pai de família, e todos os pais de família de cada cabana reconhecem o Principal da mesma cabana.

Sob o viés arqueológico, algumas aldeias referenciadas pelos franceses foram recentemente descobertas, constituindo importantes sítios remanescentes dos Tupi que habitaram a Ilha de São Luís. A esse respeito, o doutorado de Bandeira (2013a) apontou cerâmicas não filiadas a Fase Mina, ocorrendo nas camadas mais superficiais dos sambaquis, possivelmente relacionadas a grupos Tupi Amazônicos e Tupinambá.

No entanto, somente após a sistematização de uma gama de dados advindos de estudos arqueológicos aplicados ao licenciamento ambiental foi possível delinear com maior precisão a ocorrência de cultura material associada aos grupos Tupi, em específico aos Tupinambá, ocorrendo em vários sítios na Ilha de São Luís.

A sistematização da literatura arqueológica possibilitou identificar e georreferenciar 64 sítios Tupi na Ilha de São Luís, conforme apresentado no Quadro a seguir.

ITEM	SÍTIO	UTM	
		X	Y
1	Anajatuba	577275	9720219
2	Antiga Camboa dos Frades	571310	9713855
3	Antiga Tupi	573835	9715542
4	Araçagy	591475	9725058
5	Arraial	583090	9698188
6	Batatã	580667	9713074
7	Boa Viagem 01	600672	9714395
8	Cajupari	588574	9707322
9	Camboa da Caúra	606709	9717256
10	Camboa da Panaquatira 01	608687	9722888
11	Camboa da Panaquatira 02	608617	9722399
12	Camboa da Panaquatira 03	608574	9722240
13	Camboa da Panaquatira 04	608528	9722172
14	Camboa da Panaquatira 05	608541	9722120
15	Camboa da Panaquatira 06	608601	9721974
16	Camboa da Panaquatira 07	608194	9721583
17	Camboa da Panaquatira 08	608032	9723753
18	Camboa da Panaquatira 09	608190	9723663
19	Camboa da Panaquatira 10	608536	9723771
20	Camboa da Panaquatira 11	608103	9720316
21	Camboa de Boa Viagem 01	600915	9714427
22	Camboa de Boa Viagem 02	600833	9714131
23	Camboa de Boa Viagem 03	600833	9714131
24	Camboa de Boa Viagem 04	600833	9714131
25	Camboa do Terere	588457	9699639
26	Campina do Maracanã	580623	9707118

ITEM	SÍTIO	UTM	
		X	Y
27	Campo dos Índios	606972	9717564
28	Caúra	606562	9717516
29	Cemitério Cutim do Padre	582776	9717955
30	Chácara Rosane	584546	9723242
31	Curupu	604770	9731900
32	Da Mata	595786	9715420
33	Estreito dos Mosquitos	571084	9695548
34	Estrutura de Pedras da Boa Viagem	600756	9715061
35	Guarapiranga	589726	9703430
36	Ilha do Tererê	588108	9700113
37	Itapari	607113	9720182
38	Itapera	580880	9705514
39	Madureira	572712	9714350
40	Maiobinha 1	587649	9717534
41	Maiobinha 2	587732	9717242
42	Mamão	580088	9714754
43	Mandioca	585938	9707190
44	Maracanã	577018	9712225
45	Maracujá	583467	9705518
46	Mojo	602948	9723307
47	Morro do Meio de Igarau	576624	9694750
48	Ponta Verde	604770	9731900
49	Portal do Paço	596430	9718632
50	Quebra-pote	586340	9702564
51	Riod	590950	9710256
52	Salinas	602559	9724039
53	Sambaqui da Maiobinha	587623	9717610
54	Sambaqui da Panaquatira	606373	9720244
55	Sambaqui do Bacanga	579823	9714986
56	Sambaqui do Paço do Lumiar	598860	9724342
57	Santo Antônio	598294	9717470
58	São Brás	594538	9713908
59	Saramanta	588957	9717718
60	Summer Ville	607702	9721481
61	Turiúba I	598684	9715662
62	Turiúba II	598684	9715662
63	Vila Conceição	582951	9724376
64	Vinhais Velho	581083	9721515

Tabela 1: Sítios Tupi identificados na Ilha de São Luís.

Os sítios arqueológicos listados estão distribuídos por toda a Ilha de São Luís e apresentam distintas características relacionadas à natureza, tamanho, deposição, tipologia, densidade dos vestígios e associação com outros sítios arqueológicos, a exemplo dos sambaquis. Além disso, o estado atual do conhecimento é bastante heterogêneo, pois poucos sítios foram escavados; alguns mais foram delimitados e a maioria foi apenas georreferenciada.

O mapa a seguir apresenta os sítios Tupi georreferenciados na Ilha de São Luís.

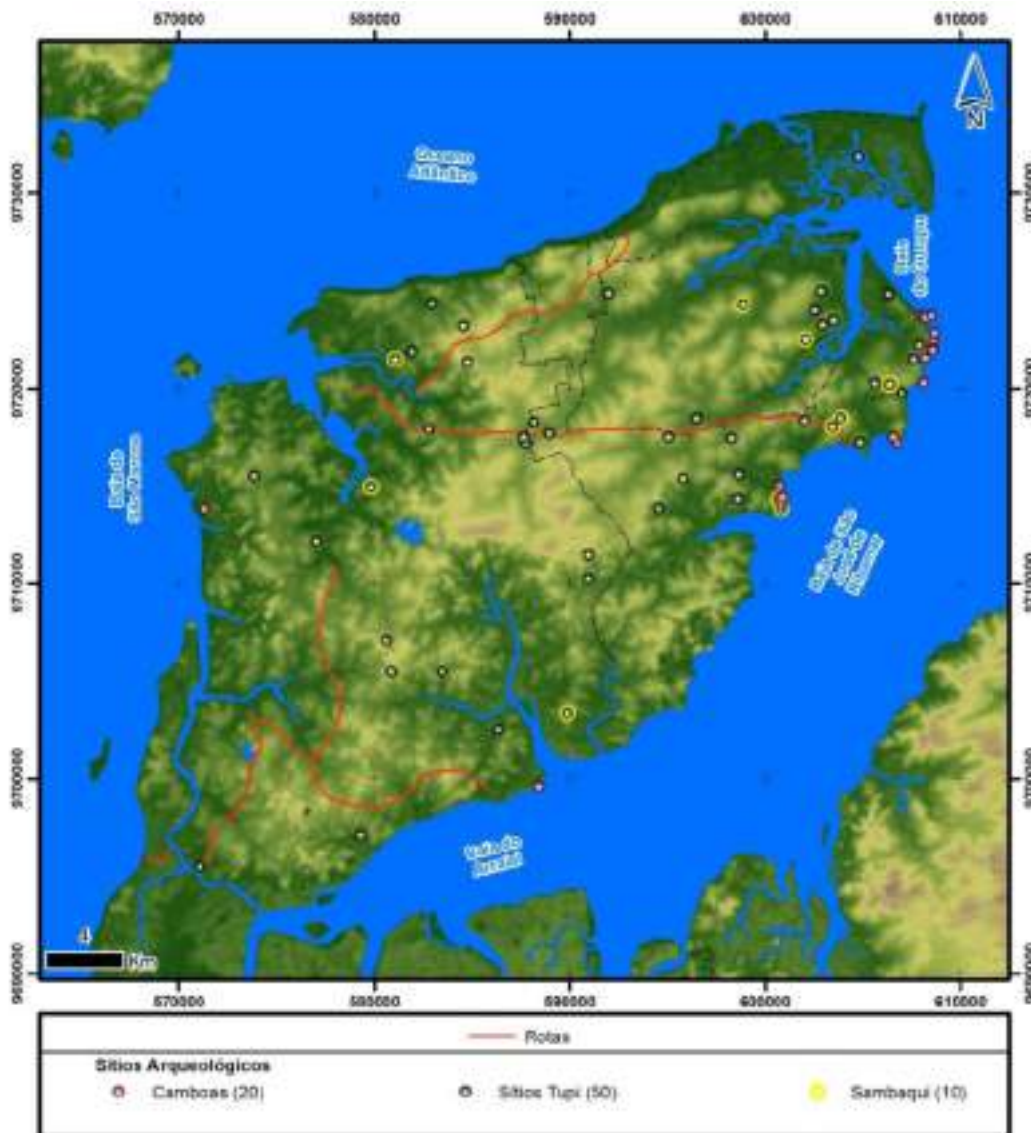


Figura 4: Distribuição espacial dos sítios Tupi na Ilha de São Luís – Maranhão. Fonte: Do autor.

Além do avanço das pesquisas, relatos etno-históricos possibilitaram associar alguns sítios arqueológicos conhecidos atualmente com as aldeias Tupinambá descritas pelos capuchinhos franceses, a exemplo da Ponta da *Jevirée* (Núcleo fundacional de São Luís) *Essauap* (Sítio Vinhais Velho); *Torupé* (Sítio Alto do Calhau ou Sítio Chácara Rosane) *Maioba* (Sítios Maiobinha I e II); *Pindaí* (Sítio Santo Antônio); *Itapary* (Sítio

Itapary); *Araçuí – Ieue* (Sítio Araçagi), *Timbouú* (Sítio Paço do Lumiar); *Meuroti-euue* (Sítio Turiúba I e II) e Aldeia São José dos Índios (Sítio São José dos Índios), conforme o Mapa a seguir.

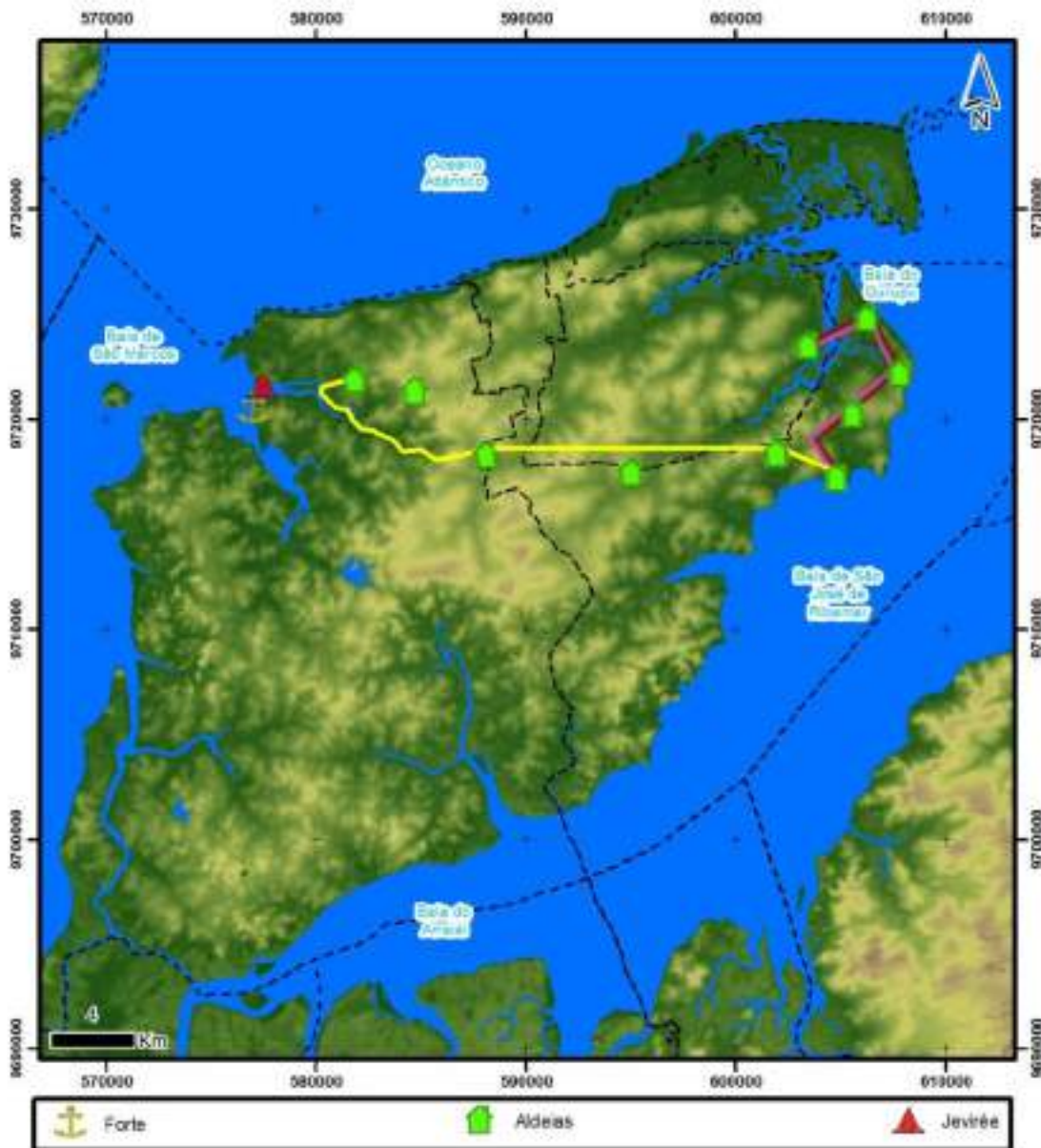


Figura 5: Sítios Tupi correlacionados com as aldeias conhecidas historicamente. Fonte: Do autor.

Em termos gerais, os sítios Tupi ocorrem em bacias hidrográficas de diversas ordens, a exemplo de Santo Antônio (4ª Ordem), Guarapiranga (4ª Ordem), Geniparana (5ª Ordem), Anil (5ª Ordem) e Tibiri (6ª Ordem), conforme a classificação hierárquica de Strahler (1952). Além disso, existe maior quantidade de sítios em bacias médias (dimensão entre 10 a 100km² de área) e em padrões de drenagem dendrítica, paralela e de treliça.

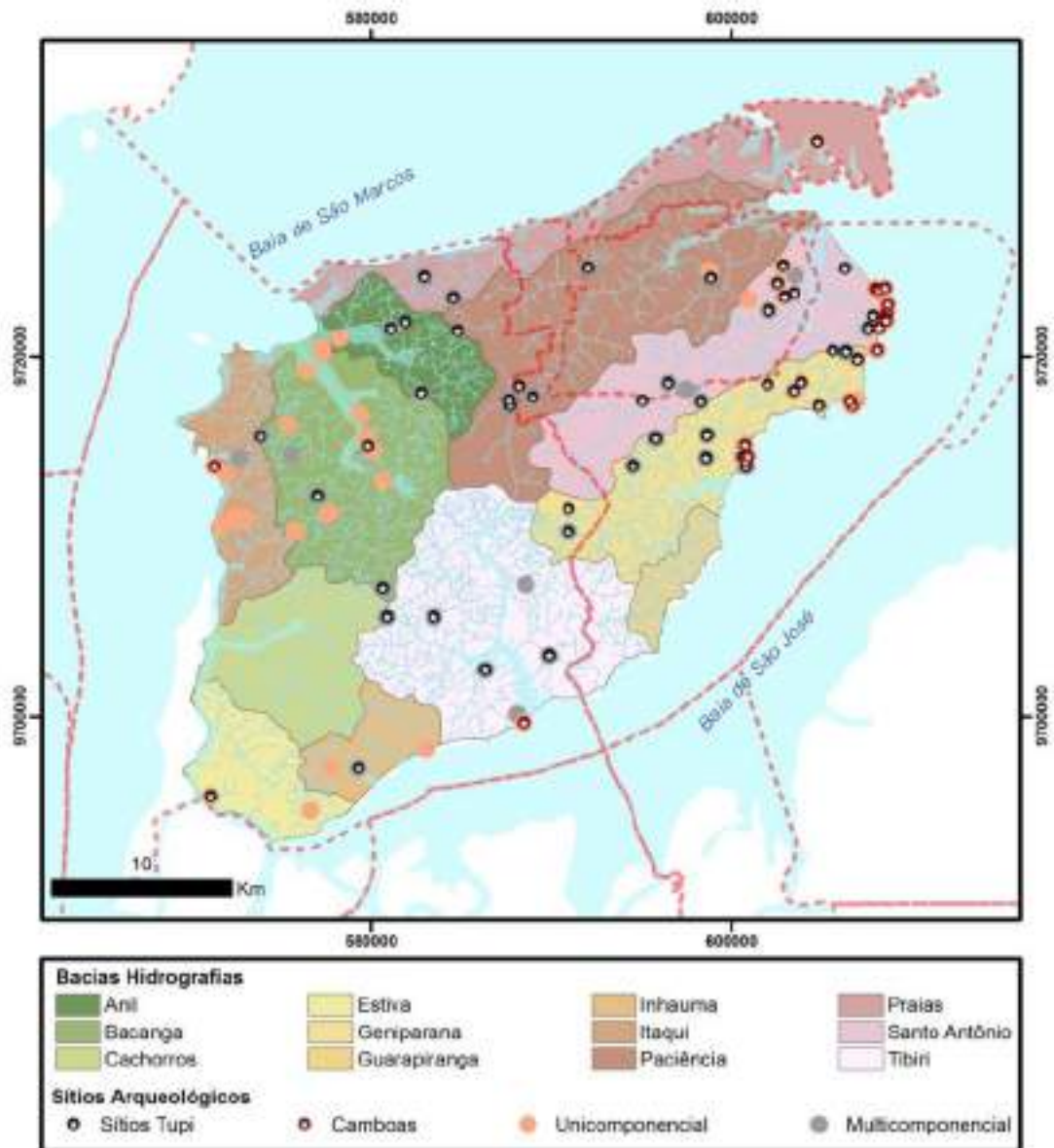


Figura 6: Distribuição espacial dos sítios Tupi nas bacias hidrográficas da Ilha de São Luís. Fonte: Do autor.

No entanto, o crescimento de São Luís e o adensamento populacional por mais de 400 anos, a partir do estuário dos rios Bacanga e Anil, na baía de São Marcos podem ter destruído os sítios arqueológicos situados em bacias maiores, a exemplo do Bacanga, Paciência e Praias. Por outro lado, a ausência de sítios arqueológicos nas bacias da Estiva, Inhaúma, e Cachorros pode ser explicada pelo desconhecimento e a falta de pesquisa nessas áreas, tratando-se da porção menos acessível da Ilha de São Luís.

O mapa a seguir sobrepõe os sítios Tupi e a zona urbana da Ilha de São Luís.

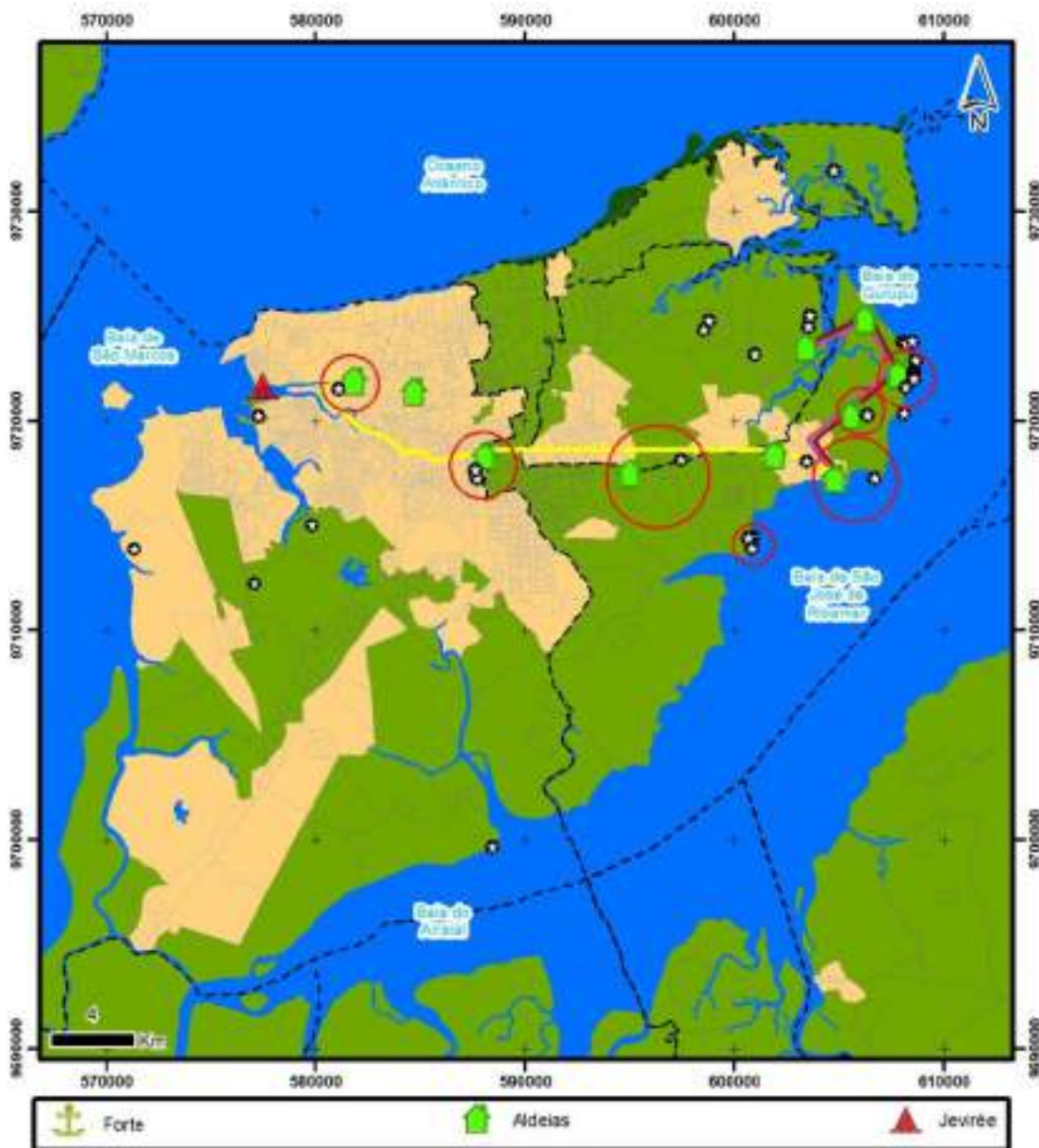


Figura 7: Sítios Tupi distribuídos em áreas com intensa ocupação urbana. Fonte: Do autor.

Logo, uma análise da distribuição espacial dos sítios Tupi na Ilha de São Luís pautada apenas no uso e ocupação do solo no presente pode causar a falsa impressão que esses sítios estão majoritariamente situados em bacias que drenam para as baías de São José e Curupu, pelo fato de existirem poucos sítios na baía de São Marcos. Ocorre que a baía de São Marcos representa a porção densamente ocupada da Ilha, como também se situa o Distrito Industrial de São Luís. O uso e ocupação do solo ao longo dos séculos podem ter destruído os sítios arqueológicos nessa região.

A respeito da implantação dos sítios Tupi na paisagem, esses se associam as características ambientais relacionadas à própria rede de drenagem da Ilha de São Luís. São observados sítios em unidades morfo-esculturais, a exemplo de relevos agradacionais representados por apicuns, planícies de maré, praias

arenosas, dunas e paleodunas, terraços marinhos e planícies fluviais; e em relevos denudacionais representados por falésias, formas tabulares com topos planos, em colinas, platôs e vertentes elevadas.

Os sítios Tupi mais comuns nas áreas de apicuns, planícies de maré e praias arenosas são os popularmente chamados de *camboas* ou *gamboas* (BANDEIRA, 2013a; COLONESSE *et al.*, 2015), tratando-se de armadilhas de pescas (*fish traps*) ou currais de pesca estruturados em pedra, barro ou madeira, cuja função seria a de capturar, aprisionar e até mesmo criar peixes e outros animais aquáticos utilizando o ciclo das marés e a dinâmica hídrica costeira³.

Na Ilha de São Luís, as camboas são referenciadas pelos cronistas franceses no século XVII, a exemplo de uma passagem sobre a Aldeia *Itapari* (Sítio Ponta Verde e Sambaqui do Panaquatira), que ganhou esse nome graças a grande quantidade de currais e camboas de pesca existentes nas praias de Panaquatira, Boa Viagem, Ponta Verde e Ponta Vermelha, nas baías de São José e Cururpu:

Chama-se a segunda aldeia de Itapari, isto é, “tapada, curral, ou camboa de peixe”, porque aí existem dois ou três currais destes. Tem também dois principais, um chamado Metarupua, isto é, “pedra branca”, que costumam a trazer embutida no beijo. É um bom índio, muito amigo dos franceses, que de ordinário o chamam pelo nome de caranguejo. Chama-se o segundo Auati, ou “milho negro” (D’ABBEVILLE, 2002, p. 185).

Nos relatos franceses não existe clara associação das camboas aos grupos Tupi, nem menção ao período de sua construção. Contudo, os mesmos indicam que a aldeia de *Itapari* era ocupada por Tupinambá desde o século XVII.

Essas camboas foram construídas utilizando matérias-primas locais. A estrutura observada na margem do Igarapé do Coelho, tributário do rio Bacanga, foi feita de argila extraída do leito lamoso dos manguezais da região. O seu tamanho não chega a 60 m de extensão por 30 m de largura, com paredes alcançando 1 m de altura. Ao passo que as camboas das praias da Panaquatira e Boa Viagem foram construídas com o empilhamento de blocos de rocha laterítica que afloraram naturalmente das falésias da região. Tratando-se de um complexo constituído por 12 (doze) estruturas com formatos diferenciados, sendo observados tipos circulares e semicirculares, sempre em ângulo aberto.

³ Está em curso um projeto de pesquisa sobre as Camboas da Ilha de São Luís com financiamento da *British Academy Newton Mobility Grants* (2015), em colaboração com diversos profissionais e instituições, a exemplo da *University of York* (UK), Universidade Santa Cecília (UNISANTA), Universidade Estadual de Campinas e a *Fisheries and Food Institute* (FIFO), Casa da Memória do Instituto do Ecomuseu do Sítio do Físico. A primeira etapa de campo está prevista para junho de 2015.

O uso das camboas é bem simples e até os dias atuais elas permanecem úteis nas pescarias e coletas, indicando forte resiliência. Inclusive, as camboas são um dos únicos sítios arqueológicos da Ilha de São Luís que são claramente associados pela população tradicional aos povos indígenas⁴.



Figura 8: Camboas da Panaquatira observadas em imagem de satélite.



Figura 9: Camboa da Panaquatira. Foto: Arkley Bandeira, 2013a.



Figura 10: Paredes de pedra formando uma das camboas da Panaquatira. Foto: Arkley Bandeira, 2013a.

⁴ A implantação das estruturas é feita na linha do estrêncio onde a baixamar e preamar ocorrem devido a variação diária da maré. Especificamente para a Ilha de São Luís, existem dois movimentos de variação da maré por dia, com as cotas variando em determinados períodos do ano em mais de 7 m. Quando a maré alcança seu máximo transgressivo às camboas ficam totalmente encobertas pela água, fazendo com que os peixes cheguem mais próximos a linha da costa. Quando o movimento de baixamar ocorre discretamente no decorrer do dia, a maré torna-se vazante e os animais ficam aprisionados no interior das camboas. O passo seguinte seria despescar os peixes e mariscos aprisionados com redes, arpões e flechadas.

Os sítios Tupi encontrados em dunas e paleodunas são formados por concentrações de materiais cerâmicos, lítico lascados e polidos e malacológicos, principalmente gastrópodes depositados em superfície, geralmente associados com cultura material do período histórico e sem formar estratos relacionados aos períodos de ocupação. Tais sítios sofrem com processos deposicionais intensos, que dificultam a preservação do pacote arqueológico remanescente, devido à forte dinâmica dunar e o movimento gravitacional do sedimento causados por fatores climáticos (ação eólica e pluvial), além de fatores antrópicos.

Tais sítios ocorrem, principalmente, na Ilha de Cururupu, nas praias de Carimã e Canto e na região da Panaquatira, nas praias de Ponta Verde e Vermelha. Os mesmos são de difícil delimitação, devido à distribuição irregular do material arqueológico em superfície, a dificuldade de se escavar sedimentos arenosos com fina granulometria e a mudança e mobilidade constantes dos cordões dunares, que evidenciam e mascaram diariamente os vestígios arqueológicos.

Exemplos desses sítios são: Cururupu, Ponta Verde, Itapari e Ocupação Tupi no Sambaqui da Panaquatira (BANDEIRA, 2013a) e Sítio Summer Ville (BRANDEIRA, 2014a).



Figura 11: Vista geral do Sítio Summer Ville. Fonte: Brandeira, 2014a.



Figura 12: Fragmentos cerâmicos observados na superfície do Sítio Summer Ville. Fonte: Brandeira, 2014a.



Figura 13: Lascas observadas na superfície do Sítio Summer Ville. Fonte: Brandeira, 2014a.



Figura 14: Formas de bordas associadas a cerâmica Tupi. Fonte: Brandeira, 2014a.



Figura 15: Ocupação Tupi associada a terra preta sobre o Sambaqui da Panaquatira. Fonte: Arkley Bandeira, 2013a.



Figura 16: Escavação da camada de terra preta correspondente a Ocupação Tupi do Sambaqui da Panaquatira. Fonte: Arkley Bandeira, 2013a.



Figura 17: Sepultamento em urna evidenciado na camada correspondente a ocupação Tupi no Sambaqui da Panaquatira. Fonte: Arkley Bandeira, 2013a.



Figura 18: Urna emborcada sobre sepultamento associado a camada correspondente a ocupação Tupi no Sambaqui da Panaquatira. Fonte: Arkley Bandeira, 2013a.

Os sítios arqueológicos são extensos, com ampla distribuição espacial dos vestígios arqueológicos, variando entre cerca de 571.000 m² a 350. 000 m², conforme o quadro a seguir.

Sítio	Área estimada
Ocupação Tupi no Sambaqui da Panaquatira	571.000 m ²
Sítio Summer Ville	438.000 m ²
Itapari	350. 000 m ²
Cururpu e Ponta Verde	Desconhecida

Quadro 1: Área dos sítios arqueológicos.

Os sítios arqueológicos situados em dunas estáveis ou paleodunas ocorrem em regiões mais afastadas das praias, na interface dessas com os tabuleiros e as falésias, geralmente em regiões com vegetação rasteira e arbustiva, a exemplo das áreas mais elevadas das praias de Panaquatira, Ponta Verde, Ponta Vermelha, Boa Viagem e Caúra. Esses sítios são formados por grande quantidade de material arqueológico, principalmente cerâmica, associada a carapaças de bivalves, e instrumentos líticos lascados (lascas e raspadores) e polidos (lâminas de machado, almofarizes e batedores).

Exemplos desses sítios são: Iguaíba e Ocupação Tupi do Sambaqui do Paço do Lumiar (BANDEIRA, 2013a); Araçagy (BRANDEIRA, 2014b) e Morro do Meio de Igaráú (BRANDEIRA, 2013a).



Figura 19: Ocupação Tupi sobre o Sambaqui do Paço do Lumiar associado a uma paleoduna. Fonte: Arkley Bandeira, 2013a.



Figura 20: Cerâmica depositada em superfície associada a Ocupação Tupi sobre o Sambaqui do Paço do Lumiar. Fonte: Arkley Bandeira, 2013a.



Figura 21: Vista geral do Sítio Araçagy assentado sobre uma paleoduna. Fonte: Brandeira, 2014b.



Figura 22: Fragmento cerâmico aflorando em superfície no Sítio Araçagy. Fonte: Brandeira, 2014b.



Figura 23: Fragmento de machado polido depositado em superfície no Sítio Araçagy. Fonte: Brandeira, 2014b.



Figura 24: Batedor ou quebra-coquinho depositado em superfície no Sítio Araçagy. Fonte: Brandeira, 2014b.



Figura 25: Lascas de sílex depositadas em superfície no Sítio Araçagy. Fonte: Brandeira, 2014b.



Figura 26: Gastrópode com marca de uso depositado em superfície no Sítio Araçagy. Fonte: Brandeira, 2014b.

Esses sítios apresentam um pacote sedimentar menos afetado pela movimentação hidrogravitacional, por se tratar de áreas com sedimentos mais estáveis e protegidos dos ventos e chuvas pela vegetação dunar. Tais condições favorecem a existência de um pacote arqueológico passível de escavação, com vestígios depositados em superfície e sub-superfície.

Os sítios são menos extensos que os existentes em dunas móveis, com distribuição espacial dos vestígios arqueológicos equânimes entre a superfície a sub-superfície dos assentamentos, mas com ampla variação de tamanho entre os assentamentos, oscilando entre 467.188 m² a 5.625 m², conforme o quadro a seguir.

Sítio	Área estimada
Araçagy	467.188 m ²
Ocupação Tupi do Sambaqui do Paço do Lumiar	391.000 m ²
Morro do Meio de Igarauá.	10.000m ²
Iguaíba	5.625 m ²

Quadro 2: Área dos sítios arqueológicos.

Os sítios Tupi situados em terraços costeiros estão associados a depósitos sedimentares de origem marinha, mas em áreas protegidas da variação das marés. Ocorrem no nordeste da Ilha de São Luís, na confluência dos rios Paciência e Santo Antônio e a noroeste, na confluência dos rios Bacanga e Anil. Em outras regiões, os sítios estão implantados nas cotas mais altas e próximas as planícies de maré, que se interioriza por meio dos canais de drenagem, em decorrência de macromarés, que adentram o médio e baixo cursos dos rios, a exemplo do Cachorros, Tibiri e Guarapiranga.

Os sítios apresentam um pacote arqueológico preservado por densa vegetação, principalmente nas áreas menos habitada da Ilha e apresentam sedimento de coloração escura, caracterizado como terra preta e mulata, chegando a alcançar mais de 1m de espessura. Nessas áreas existe grande quantidade de materiais arqueológicos, principalmente cerâmica, associada a carapaças de bivalves, e instrumentos líticos lascados (lascas e raspadores) e polidos (lâminas de machado, almofarizes e batedores). Em alguns sítios ocorrem bolsões de restos alimentares formados por ossos de peixe e carapaças de moluscos, que não podem ser confundidos com os sambaquis.

Exemplos de sítios são: Mojó e Salinas (BRANDEIRA, 2013a), Guarapiranga (BRANDEIRA, 2014c), Madureira (ERM, 2008); Quebra-Pote (ERM, 2008), Arraial e Estreito dos Mosquitos (SCIENTIA, 2008) e Altos do Calhau (LEITE FILHO, LEITE, 2005; ALBUQUERQUE, 2010; CORRÊA, 2014).



Figura 27: Vista geral do Sítio Estreito dos Mosquitos. Fonte: Brandeira, 2013a.



Figura 28: Fragmento cerâmico depositado na superfície do Sítio Estreito dos Mosquitos. Fonte: Brandeira, 2013a.



Figura 29: Vista geral do Sítio Madureira. Fonte: Brandeira, 2013a.



Figura 30: Fragmento cerâmico depositado na superfície do Sítio Madureira. Fonte: Brandeira, 2013a.



Figura 31: Vista geral do Sítio Guarapiranga. Fonte: Brandeira, 2014c.



Figura 32: Mancha com material malacológico associada à terra preta no Sítio Guarapiranga. Fonte: Brandeira, 2014c.



Figura 33: Fragmento cerâmico com aplique depositado na superfície do Sítio Guarapiranga. Fonte: Brandeira, 2014c.



Figura 34: Concentração de fragmentos cerâmicos depositada na superfície do Sítio Guarapiranga. Fonte: Brandeira, 2014c.



Figura 35: Fragmento cerâmico pintado coletado no Sítio Guarapiranga. Fonte: Brandeira, 2014c.



Figura 36: Lâmina de machado polida coletada no Sítio Guarapiranga. Fonte: Brandeira, 2014c.



Figura 37: Vestígios malacológicos associados à ocupação Tupi no Sítio Guarapiranga. Fonte: Brandeira, 2014c.



Figura 38: Gastrópodes depositados na superfície do Sítio Guarapiranga. Fonte: Brandeira, 2014c.

Os sítios variam bastante em extensão e profundidade, principalmente por ausência de delimitações mais sistemáticas dos assentamentos já conhecidos, oscilando entre 622.000 m² a 2.500 m², conforme o quadro a seguir.

Sítio	Área estimada
Guarapiranga	622.000 m ²
Madureira	9.600 m ²
Estreito dos Mosquitos	6.250 m ²
Salinas	5.625 m ²
Mojo	2.500 m ²
Quebra-Pote, Arraial e Altos do Calhau	Desconhecida

Quadro 3: Área dos sítios arqueológicos.

Os sítios Tupi observados em planícies fluviais situam-se na porção mais interiorizada da Ilha de São Luís, onde existem grandes terraços, que contornam os canais fluviais, nos fundos dos vales e em topos mais elevados, que estão protegidos das macromarés, mas apresentam saídas para o mar por meio dos canais flúvio-marinhos. As principais bacias hidrográficas da Ilha de São Luís apresentam essa conformação topográfica, onde a expansão urbana se desenvolveu.

Os sítios situados nesses compartimentos foram intensamente pesquisados, principalmente no âmbito do licenciamento ambiental, a exemplo de Cajupari (SCIENTIA, 2008, 2009) e Maracujá (SCIENTIA, 2010; PANACHUK, 2014) e em projetos acadêmicos, a exemplo do Vinhais Velho (BANDEIRA, 2013b; GUEDES, 2013), Maiobinha I e Maiobinha II (BANDEIRA, 2013a).



Figura 39: Escavação arqueológica realizada no Sítio Maiobinha I. Fonte: Bandeira, 2013a.



Figura 40: Material cerâmico depositado na superfície do Sítio Maiobinha I, com detalhe para um fusão. Fonte: Bandeira, 2013a.



Figura 41: Vista geral do Sítio Vinhais Velho. Fonte: Bandeira, 2013b.



Figura 42: Gastrópode e instrumento lítico depositado em superfície. Fonte: Bandeira, 2013b.



Figura 43: Fragmento cerâmico com pintura policroma depositado na superfície do Vinhais Velho. Fonte: Bandeira, 2013b.



Figura 44: Aplique zoomorfo depositado na superfície do Vinhais Velho. Fonte: Bandeira, 2013b.



Figura 45: Concentração de fragmentos cerâmicos evidenciados na escavação do Vinhais Velho. Fonte: Bandeira, 2013b.



Figura 46: Concentração de gastrópodes com marcas de uso evidenciada na escavação do Vinhais Velho. Fonte: Bandeira, 2013b.

Esses sítios estão bastante antropizados, pois situam-se em regiões com densa ocupação urbana. Apresentam um pacote sedimentar marrom claro com consistência arenosa, oriundo de deposição fluvial. Nesses assentamentos existe grande quantidade de materiais arqueológicos, principalmente cerâmica e refugos de lascamento (estilhas e resíduos), bem como instrumentos polidos (lâminas de machado e batedores) e carapaças de gastrópodes.

Os sítios apresentam dimensão variada, sendo o maior deles o Vinhais Velho, seguido dos sítios Maiobinha I e II, que são contíguos, mas separados por um tributário do rio Santo Antônio. O menor deles é o Maracujá, conforme o quadro a seguir.

Sítio	Área estimada
Vinhais Velho	78.000 m ²
Maiobinha I	44.000 m ²
Maiobinha II	37.000 m ²
Maracujá	13.200m ²
Cajupari	Desconhecida

Quadro 4: Área dos sítios arqueológicos

Os sítios Tupi observados em falésias situam-se nas cotas mais altas, em vertentes abruptas nas porções sub-retilíneas da Ilha de São Luís, sendo que em algumas regiões margeiam a costa, a exemplo das falésias da praia da Guia, Ponta do Farol, Olho d'água, Araçagi, Panaquatira, Ponta Verde, Ponta Vermelha e Boa Viagem. Nesse compartimento, os sítios arqueológicos estão muito susceptíveis aos processos erosivos resultantes da ação combinada de ventos, ondas, correntes de maré e chuvas. Contudo, nas porções mais interiores da Ilha essas elevações estão menos suscetíveis às ações naturais, a exemplo das bacias do Anil, Geniparana e Paciência.

Os materiais arqueológicos estão depositados, em sua maioria, na superfície das falésias ou nas paredes erodidas pela ação das marés, a exemplo de cerâmica e carapaças de bivalves. Dada a proximidade desses sítios com a linha da praia aventa-se a possibilidade de se tratar de acampamentos temporários de pesca e coleta.

Exemplos desses sítios são: Caúra e Ponta Verde (BANDEIRA, 2013a) e Campo dos Índios (BRANDEIRA, 2013a).



Figura 47: Vista Geral do Campo dos Índios. Fonte: Brandeira, 2013a.



Figura 48: Fragmentos cerâmicos depositados na superfície do Campo dos Índios. Fonte: Brandeira, 2013a.



Figura 49: Vista Geral do Sítio Ponta Verde. Fonte: Bandeira, 2013a.



Figura 50: Fragmentos cerâmicos e bivalves depositados na parede da falésia do Sítio Ponta Verde. Fonte: Bandeira, 2013a.

Os sítios Tupi situados em áreas com morfologia denudacional estão implantados em topos, platôs, colinas esparsas e porções com vertentes elevadas, situados entre 30 a 50m acima do nível do mar. Tais áreas ocorrem predominantemente na porção central, centro-nordeste e sudoeste da Ilha de São Luís, a exemplo das bacias do Bacanga, Anil, Santo Antônio, Paciência, Geniparana e Tibiri.

Estas regiões compreendem o núcleo mais antigo da Ilha de São Luís, a exemplo do Centro Histórico, as Vilas do Paço do Lumiar e São José e as áreas de crescimento urbano densamente ocupadas. Por esse motivo muitos sítios arqueológicos vêm sofrendo impactos antrópicos ou sendo descobertos acidentalmente em obras de engenharia.

Exemplos desses sítios são: Portal do Paço, Turiúba I, Turiúba II, Itapera, Mandioca, Campina do Maracanã, Riod, Maracanã, São Brás, Mamão, Da Mata, Anajatuba, Antiga Tupi, Santo Antônio, Cemitério Cutim do Padre, Chácara Rosane, Boa Viagem 01 e ocupação Tupi no Sambaqui do Bacanga.

Igualmente aos sítios Tupi situados nas planícies fluviais, muitas pesquisas já foram realizadas nesse compartimento ambiental, principalmente em sítios descobertos no âmbito do licenciamento ambiental e em pesquisas acadêmicas, a exemplo do Sambaqui do Bacanga (BANDEIRA, 2013a); Maracanã, Santo Antônio, Portal do Paço, Turiúba I e Turiúba II (BRANDEIRA, 2013b, 2014d, 2014e, 2015); Da Mata, São Brás, Itapera, Antiga Tupi, Riod e Campina do Maracanã (SCIENTIA, 2008, 2009, 2012, 2013; PANACHUK, 2014).



Figura 51: Vista Geral do Sítio Portal do Paço. Fonte: Brandeira, 2014e.



Figura 52: Mão de pilão depositada na superfície do Sítio Portal do Paço. Fonte: Brandeira, 2014e.



Figura 53: Escavação no Portal do Paço. Fonte: Brandeira, 2014e.



Figura 54: Fragmentos cerâmicos coletados no Sítio Portal do Paço. Fonte: Brandeira, 2014e.



Figura 55: Escavação do Turiúba I, com evidência de bivalves. Fonte: Brandeira, 2015.



Figura 56: Fragmentos cerâmicos depositados na superfície do Sítio Turiúba I. Fonte: Brandeira, 2015.



Figura 57: Fragmento cerâmico com pintura policrômica coletado no Sítio Turiúba I. Fonte: Brandeira, 2015.



Figura 58: Aplique zoomorfo coletado no Sítio Turiúba I. Fonte: Brandeira, 2015.



Figura 59: Escavação do Turiúba II. Fonte: Brandeira, 2015.



Figura 60: Fragmentos cerâmicos depositados na superfície do Sítio Turiúba II. Fonte: Brandeira, 2015.



Figura 61: Evidenciação de um almofariz no Turiúba II. Fonte: Brandeira, 2015.



Figura 62: Evidenciação de um almofariz e mão de pilão no Turiúba II. Fonte: Brandeira, 2015.



Figura 63: Aplique zoomorfo coletado no Sítio Turiúba II. Fonte: Brandeira, 2015.



Figura 64: Fragmento cerâmico com decoração incisa em espiral coletado no Sítio Turiúba II. Fonte: Brandeira, 2015.



Figura 65: Vista Geral do Sítio Maracanã. Fonte: Brandeira, 2013b.



Figura 66: Perfil do Sítio Maracanã. Fonte: Brandeira, 2013b.



Figura 67: Perfil do Sítio Maracanã. Fonte: Brandeira, 2013b.



Figura 68: Concentração de cerâmica e lítico evidenciada no Sítio Maracanã. Fonte: Brandeira, 2013b.



Figura 69: Vista Geral do Sítio Santo Antônio. Fonte: Brandeira, 2014d.



Figura 70: Escavação no Sítio Santo Antônio. Fonte: Brandeira, 2014d.



Figura 71: Fragmentos cerâmicos depositados na superfície do Sítio Santo Antônio. Fonte: Brandeira, 2014d.



Figura 72: Alça cerâmica depositada na superfície do Sítio Santo Antônio. Fonte: Brandeira, 2014d.



Figura 73: Fragmento de fuso depositado na superfície do Sítio Santo Antônio. Fonte: Brandeira, 2014d.



Figura 74: Gastrópode depositado na superfície do Sítio Santo Antônio. Fonte: Brandeira, 2014d.

Os sítios apresentam sedimento de coloração marrom escura, entremeada por bolsões formados por ossos de peixe e carapaças de moluscos, cujo pacote arqueológico variou entre 50 cm a mais de 1m de espessura. Nos assentamentos existe grande quantidade de materiais arqueológicos, principalmente

cerâmica, associada a carapaças de bivalves e gastrópodes; instrumentos líticos lascados (lascas e raspadores) e polidos (lâminas de machado, almofarizes e batedores). A cerâmica apresenta pintura em policromia, decoração plástica e apliques zoomorfos e antropomorfos.

A maioria dos sítios desse compartimento foi delimitada por metodologias interventivas, possibilitando maior precisão acerca da dimensão dos assentamentos. A literatura consultada apresentou informações variadas em relação ao tamanho dos sítios, oscilando entre os maiores, com 467.000 m² e os menores, com 9.000 m², conforme o quadro a seguir.

Sítio	Área estimada
Ocupação Tupi no Sambaqui do Bacanga	467.000 m ²
Portal do Paço, e	334.600 m ²
Santo Antônio	131.000 m ²
Sítio Turiúba I,	62.103 m ²
Maracanã	56.333 m ²
São Brás	52.800m ²
Da Mata	35.200m ²
Sítio Turiúba II,	33.384 m ²
Itapera	28.000m ²
Riod	20.178 m ²
Antiga Tupi	10.000 m ²
Batatã	9.000 m ²
Mandioca, Campina do Maracanã, Mamão, Anajatuba, Cemitério Cutim do Padre, Chácara Rosane e Boa Viagem 01	Desconhecida

Quadro 5: Área dos sítios arqueológicos.

RESULTADOS

Conforme apresentado, a presença Tupi na Ilha de São Luís é referenciada desde o período colonial, quando os colonizadores franceses registraram a presença de 27 aldeias Tupinambá distribuídas por distintas regiões, ainda no século XVII. Mais de 400 anos após esses primeiros relatos, o avanço das pesquisas

arqueológicas nas esferas acadêmica e de licenciamento ambiental possibilitou incorporar novas informações sobre os assentamentos Tupi na região, sendo que atualmente são conhecidos 64 sítios arqueológicos associados a esses povos.

A sistematização da literatura possibilitou identificar, georeferenciar e sistematizar as informações sobre os sítios Tupi na Ilha de São Luís, ficando evidente a grande disparidade relacionada ao conhecimento arqueológico sobre esses assentamentos.

Em relação à distribuição espacial, os sítios Tupi estão situados em quase todas as bacias hidrográficas que banham a Ilha de São Luís e inseridos em ambientes variados, a exemplo de apicuns, planícies de maré, praias arenosas, dunas e paleodunas, terraços marinhos, planícies fluviais, falésias, topos planos, colinas e platôs.

Os sítios apresentam distintas características relacionadas à natureza, tamanho, deposição, tipologia e densidade dos vestígios arqueológicos, sendo observados camboas, sítios superficiais a céu aberto, sítios superficiais com deposição primária e secundária e acampamentos.

A cultura material está representada majoritariamente por fragmentos cerâmicos, com exemplares pintados em policromia ou com decorações plásticas, bem como apliques modelados zoomorfos e antropomorfos. Foram observados materiais líticos lascados e polidos e restos alimentares, a exemplo de carapaças de moluscos e ossos de peixes.

Do ponto de vista temporal, apesar de muitos sítios serem referenciados na documentação histórica, datações apontam para a presença Tupi na Ilha de São Luís muito antes da chegada dos colonizadores europeus, corroborando com alguns modelos existentes para explicar a grande dispersão desses povos pelo Brasil. Contudo, o contexto temporal dos sítios Tupi e as correlações intra e inter-sítios serão abordados em outro artigo.

Pelo exposto, as informações levantadas nesse artigo contribuem para a compreensão regional sobre a presença Tupi nos limites da costa nordestina e o litoral amazônico. A esse respeito, a Ilha de São Luís se reverte de uma região muito particular e que pode fornecer subsídios empíricos para reconhecimento de rotas e caminhos utilizados por esses povos ao longo da história.

Contudo, outras regiões da Ilha de São Luís deverão ser mais bem investigadas, principalmente as bacias situadas em zonas menos habitadas e de difícil acesso, a exemplo das bacias dos Cachorros, Estiva, Inhauma e porção mais interior da Geniparana. Nesses locais, a presença de assentamentos Tupi não está totalmente confirmada, permanecendo lacunas para compreensão das ocupações humanas por toda a Ilha de São Luís.

Outro ponto que merece atenção é a correlação entre a quantidade de sítios Tupi conhecido versus a quantidade de sítios Tupi escavados. Conforme demonstrado neste artigo, menos de 50% dos assentamentos Tupi apresentados foram objetos de pesquisas arqueológicas mais sistemáticas,

permanecendo muitos hiatos relacionados ao padrão de assentamento e dúvidas sobre a formação do registro arqueológico e sua correlação com os locais de implantação dos sítios na paisagem.

De todo modo, a iniciativa desse artigo já aponta para uma reavaliação do conhecimento arqueológico sob a luz de novos dados advindos de pesquisas recentes. Além disso, o reconhecimento da importância arqueológica da Ilha de São Luís em função da alta densidade de sítios arqueológicos contribui para a proteção, preservação e divulgação do patrimônio arqueológico maranhense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, M. Recipientes cerâmicos de grupos Tupi, no Nordeste Brasileiro. In: PROUS, A.; LIMA, T. A. *Os ceramistas Tupiguarani*. v. 1 – Sínteses regionais. Belo Horizonte: Superintendência do IPHAN de Minas Gerais, 2008.
- BANDEIRA, A. M. *Ocupações humanas pré-coloniais na Ilha de São Luís – MA: inserção dos sítios arqueológicos na paisagem, cronologia e cultura material cerâmica*. 2013. Tese (Doutorado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- BANDEIRA, A. M. *Vinhais Velho: arqueologia, história e memória*. São Luís: Foto Studio Edgar Rocha, 2014.
- BRANDEIRA CONSULTORIA CULTURAL. Laudo de Avaliação Arqueológica do Residencial dos Pássaros II, III e IV, em São José de Ribamar – MA. São Luís, 2012.
- BRANDEIRA CONSULTORIA CULTURAL. Relatório do Zoneamento Arqueológico da Ilha de São Luís – MA. São Luís, 2013a.
- BRANDEIRA CONSULTORIA CULTURAL. Relatório de Prospecção Arqueológica do Residencial Luiz Bacelar, em São Luís – MA. São Luís, 2013b.
- BRANDEIRA CONSULTORIA CULTURAL. Relatório de Diagnóstico Arqueológico Interventivo e Prospecção Arqueológica do Loteamento Summerville - São José de Ribamar – MA. São Luís, 2014a.
- BRANDEIRA CONSULTORIA CULTURAL. Relatório de Diagnóstico Arqueológico Interventivo e Prospecção Arqueológica do Loteamento Parque Bob Kennedy - Paço do Lumiar – MA. São Luís, 2014b.
- BRANDEIRA CONSULTORIA CULTURAL. Relatório de Diagnóstico Arqueológico Interventivo e Prospecção Arqueológica do Residencial Mato Grosso – Minha Casa Minha Vida - São Luís – Maranhão. São Luís, 2014c.
- BRANDEIRA CONSULTORIA CULTURAL. Relatório de Resgate Arqueológico do Sítio Santo Antônio, em São José de Ribamar – MA. São Luís, 2014d.
- BRANDEIRA CONSULTORIA CULTURAL. Relatório de Prospecção Arqueológica do Residencial Portal do Paço, em São José de Ribamar – MA. São Luís, 2014e.
- BRANDEIRA CONSULTORIA CULTURAL. Relatório de Prospecção Arqueológica do Loteamento Ilha Verde, em São José de Ribamar – MA. São Luís, 2015.
- COLONESE, A. C. *et al.* Bridging ancient and modern artisanal fisheries in Latin America: assessing the role of cultural heritage in poverty alleviation in coastal Brazil. *Antiquity Journal*, Department of Archaeology, 2015.
- CORRÊA, Â. A. *Pindorama de Mboîa e Îkaré: continuidade e mudança na trajetória das populações Tupi*. 2014. Tese (Doutorado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- D’ABBEVILLE, C. *História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e circunvizinhanças*. São Paulo: Siciliano, 2002.

- D'ÉVREUX, Y. *Viagem ao norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614*. São Paulo: Siciliano, 2002.
- ERM. Diferencial Energia Empreendimentos e Participação Ltda. Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Empreendimento da Usina Termoelétrica Porto do Itaqui (UTE Porto do Itaqui), 2008.
- FEITOSA, A. C.; TROVÃO, J. R. *Atlas escolar do Maranhão: espaço geo-histórico e cultural*. João Pessoa: Grafset, 2006.
- GUEDES, L. B. *Le site de Vinhais Velho en Île de São Luís MA – Brésil: Approche Geoarchéologique d'un complexe palimpseste*. Master 2. 2013. Universidade de Paris I Panthéon Sorbonne, 2013.
- IMESC. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. *Situação Ambiental da Ilha do Maranhão/ Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos*. São Luís: IMESC, 2011.
- LEITE FILHO, D. C.; GASPAR LEITE, E. Ocupação Pré-histórica na Ilha de São Luís: Ocorrência de Grupos Cerâmicos Proto-Tupi. *Boletim da Comissão Maranhense de Folclore*, São Luís, n. 32, 2005.
- NIMUENDAJU, C. *Mapa etno-histórico de Curt Nimeundaju*. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.
- NOBERTO, A. (Org.). *França Equinocial: uma história de 400 anos em textos, imagens, transcrições e comentários*. São Luís: Projeto Gráfico Editora, 2012.
- PANACHUK, L. Os ceramistas Tupi na Baía de São José, Maranhão: arqueologia como história indígena. In: BANDEIRA, A. M. BRANDI, R. A. (Ed.). *Nova Luz sobre a Arqueologia do Maranhão*. São Luís: Foto Studio Edgar Rocha, 2014.
- PREFEITURA DE SÃO LUÍS. *São Luís: uma leitura da cidade*. São Luís: Instituto de Pesquisa e Planificação da Cidade, 2006.
- RODRIGUES, A. D.; CABRAL, A. S. A. C. Investigando a origem e o desenvolvimento de orações dependentes nas famílias do tronco lingüístico Tupi. *Revista da ABRALIN*, v. 5, n. 1 e 2, p. 11-32, dez. 2006.
- SCTAMACCHIA, M. C. M. Tentativa de Caracterização da Tradição Tupiguarani. 1981. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências, 1981.
- SCIENTIA Consultoria Cultural. Relatório de Prospecção arqueológica nas áreas de expansão do Complexo Ponta da Madeira. Arqueólogo Coordenador: Solange Bezerra Caldarelli. São Luís, 2008.
- SCIENTIA Consultoria Cultural. Relatório de Prospecção Arqueológica na Área de Implantação da UTE Porto de Itaqui e Área de Assentamento Quebra-Pote. Arqueólogo Coordenador: Solange Bezerra Caldarelli. São Luís, 2009a.
- SCIENTIA Consultoria Cultural. Projeto: Arqueologia preventiva nas áreas de intervenção da Linha de Transmissão São Luís II – São Luís III, MA. Belém: Scientia Consultoria, 2009b.
- SCIENTIA Consultoria Cultural. Resgate dos sítios arqueológicos identificados no trajeto da Linha de Transmissão São Luís II – São Luís III/MA. Relatório final de campo. Belém: Scientia Consultoria, 2010.

SCHMITZ, P. I. A decoração plástica na Cerâmica da tradição Tupiguarani. In: PROUS, A.; LIMA, T. A. (Ed.). *Os Ceramistas Tupiguarani*. v. 2 – Elementos Decorativos. Belo Horizonte: Superintendência do Iphan em Minas Gerais, 2010.

SILVA, Q. D. *Mapeamento geomorfológico da Ilha do Maranhão*. 2012. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

Recebido em:11/08/2015
Aprovado em:10/09/2015
Publicado em:27/10/2015

**OS “VALORES” DA CERÂMICA TERENA CAMPO-GRANDENSE: UM SILENCIOSO
PATRIMÔNIO INTANGÍVEL**
THE “VALUES” OF TERENA CERAMIC FROM CAMPO GRANDE: A SILENT INTANGIBLE
HERITAGE

Katya Vietta

Vol. XII | n°24 | 2015 | ISSN 2316 8412



Os “valores” da cerâmica terena campo-grandense: um silencioso patrimônio intangível¹

Katya Vietta²

Resumo: Utilizando textos e imagens, procuro apresentar as técnicas de produção da cerâmica terena, mostrando que esta atividade feminina, envolta em interditos físicos e rituais, organizada a partir dos vínculos de parentesco, ao ser transformada em atividade comercial redefine o lugar da oleira no contexto social e informa a respeito do universo doméstico e da relação com os não índios. A partir da noção, inclusive no campo jurídico, de patrimônio cultural relacionado à produção destas ceramistas, o estudo aqui proposto visa também trazer para a discussão questões pertinentes às políticas públicas voltadas para as populações indígenas do Mato Grosso do Sul, de uma forma geral, e para as populações indígenas urbanas e suas ceramistas, em particular.

Palavras-chave: Terena, Índio Urbano, Patrimônio Intangível.

Abstract: Using text and images, I look forward presenting techniques of Terena ceramic production, showing that this female activity, wrapped in physical and rituals limits, organized from family ties, when transformed into commercial activity resets the place of the potter in the social context and informs about the domestic world in relation with non-Indians. Based on the notion, including the legal field of cultural heritage related to the production of these potters, the study proposed here is also intended to bring to the discussion issues related to public policies for indigenous peoples from Mato Grosso do Sul, in general, and to urban indigenous people and their potters, particularly.

Key-words: Terena, Urban Indian, Intangible Heritage.

Em Campo Grande habitam diversas ceramistas terena, porém dificuldades para acessar à matéria-prima e escoar a produção levou a maioria delas a abandonar o ofício, o que também significa abandonar a transmissão das técnicas de coleta dos barros e das madeiras, de fabrico e de queima das peças e dos demais saberes associados a estas práticas. Apesar da cerâmica terena, desde 2009, ser reconhecida como *patrimônio intangível do Mato Grosso do Sul*, pesam naquele quadro, a ausência de políticas públicas eficazes para a salvaguarda e promoção da produção cultural indígena e para o apoio à geração de renda entre famílias indígenas urbanas. Entretanto, a categoria índio urbano já é um indicativo de que estas não são as únicas demonstrações da ausência do poder público entre eles.

¹ Esta análise é resultante de pesquisa realizada em 2012 com recursos do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura da Fundação de Educação, Artes e Cultura da Prefeitura Municipal de Campina Grande (Fmic-Fundac/PMCG), Brasil; e consiste em uma versão reduzida do relatório apresentado na ocasião. Parte dos trabalhos de campo contou com o apoio de Yuri Matsunaka a quem eu agradeço a valiosa participação.

² Possui graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS -1986), Brasil; mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS - 1992), Brasil; e doutorado em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP - 2007), Brasil.

CAMPO GRANDE ENTRA NA ROTA TERENA

A exigência do êxodo de famílias indígenas para os centros urbanos não é um fenômeno recente e tem crescido nas últimas décadas, devendo ser visto como uma das tantas consequências da perversa história de contato e do persistente descompasso entre necessidades socioeconômicas, direitos juridicamente reconhecidos e políticas governamentais. Hoje, a venda de produtos e de mão de obra é uma exigência para garantir o sustento familiar, levando índios e índias terena de diferentes idades a investir no comércio, principalmente, de itens da roça e da cultura material - adornos, tecelagem, cerâmica.

As características socioeconômicas do entorno das TIs não garantem um comércio satisfatoriamente lucrativo, enquanto a baixa escolaridade e a mão de obra não especializada os direciona para trabalhos árduos e mal remunerados. Buscando oportunidades mais generosas, além do investimento na formação escolar e profissional, muitas famílias terena engrossam a população que vive na periferia dos centros urbanos. A elas se somam outras que buscam um atendimento médico-hospitalar mais sofisticado, ou, ainda, o apartamento de crises familiares e políticas. Algumas vezes são habitações sazonais, mas, é fácil encontrar famílias que optaram por deixar para trás a escassez da terra natal para se fixar nos centros urbanos. Mussi (2011, p. 209) informa que o contingente mais sensível a este êxodo está faixa dos 20 aos 40 anos.

Como mostra Roberto Cardoso de Oliveira (1968 *apud* SANT'ANA, 2004, p. 24), a presença terena começou a ser percebida em Campo Grande, ainda de forma esparsa, no início dos anos 1920, mas engrossada na década seguinte em decorrência da epidemia de febre espanhola que assolou as suas reservas indígenas. Conforme os registros do autor, em 1960, a população terena na capital era de 88 pessoas, organizadas em 15 grupos domésticos. Ao que parece, o interesse e a habilidade para o comércio fez encurtar as distâncias e contribuir para o êxodo.

Eu, minha cunhada e as irmãs dela, nós começamos a vir em Campo Grande, vender na Casa do Artesão. A Casa do Artesão, antigamente, valorizava o nosso trabalho, nós chegávamos lá com um monte de peças e nós ganhávamos dinheiro... Isso foi antes de eu conhecer Campo Grande, antigamente nós não conhecíamos Campo Grande. Nós vínhamos de trem! Na época tinha peixe na estrada, era bolo, pessoal [terenas] do Bananal vendia, nós comprávamos dos nossos patrícios. Nós pousávamos [na cidade] uma noite, no outro dia de ia volta (Élida Fátima Júlio Antônio)³.

³ Élida tem 59 anos e mora em Campo Grande desde meados dos anos 1980. Ela não lembra em que ano passou a comercializar suas peças na *Casa do Artesão*, mas era solteira quando começou a se aventurar nestas viagens. Projeto criado pelo governo estadual, a *Casa do Artesão*, hoje administrada através da *Fundação de Cultura do Mato Grosso do Sul* - Fcms foi inaugurada em 1975 visando contribuir para o fomento desta categoria de profissionais. (<http://www.fundacaodecultura.ms.gov.br/>).

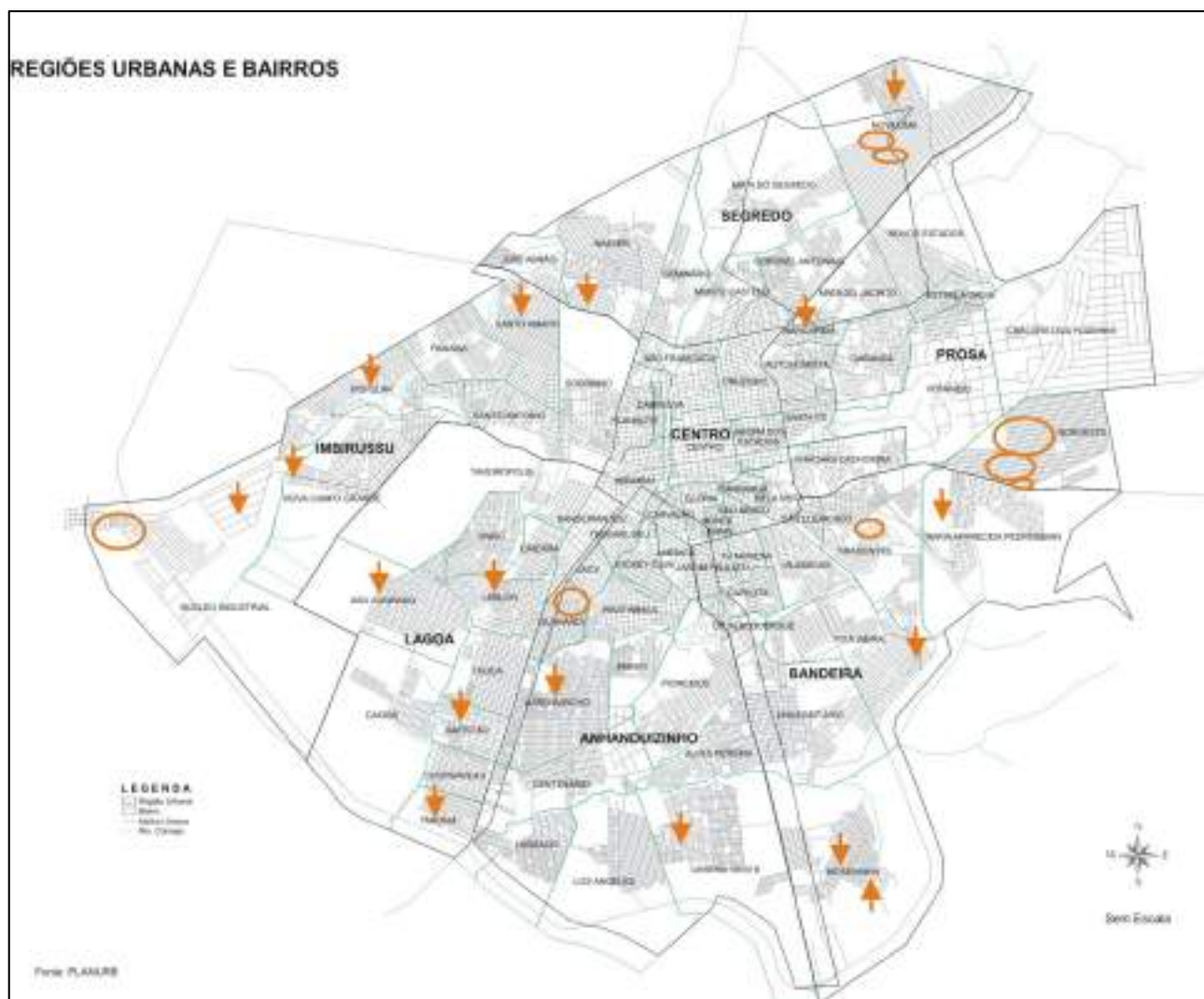
O movimento comercial promovido a partir do mercado municipal e seu entorno igualmente atraiu o interesse terena. De acordo com Jurandir Ximenes, já em 1967 índios oriundos do interior utilizavam este espaço para o comércio⁴. Inicialmente eram mulheres vindas de Aquidauna - TIs Ipegue, Bananal, Limão Verde - e Miranda - TI Cachoeirinha -, não raro acompanhadas por seus maridos. Na ausência de qualquer conforto, elas improvisavam tendas para expor os produtos da roça e da mata de cerrado para o comércio: feijão verde (ou de corda), palmito, mandioca, milho, jatobá, coquinho, cajamanga, caju, manga, pequi, guariroba, guavira. A cerâmica, em geral proveniente da Cachoeirinha, referência na arte do barro terena, também encontrou aqui o seu lugar. A reivindicação por uma estrutura mais adequada foi atendida pelo prefeito Juvêncio da Fonseca, que em 1988 construiu três quiosques à frente do mercado municipal, na Praça Oshiro Takimori, localizada entre as ruas 26 de Agosto e 07 de Setembro, criando a Feira Indígena ou Feirinha como é mais conhecida. Desde então ela conta com associação própria. Muitas daquelas primeiras feirantes hoje moram em Campo Grande. Entretanto, a Feirinha e sua associação organizam apenas uma pequena parte do comércio terena na capital. Mulheres de diferentes idades carregando bacias, carrinhos, trouxas percorrem os bairros oferecendo os produtos da sua roça, das roças dos seus parentes, além de algum utensílio de cerâmica e tapetes feitos de retalho ou crochê. Muitas moram nas TIs, mas passam longos períodos na cidade comercializando seus produtos. Outras moram na cidade e dependem das roças das TIs para abastecer o seu comércio⁵.



Figura 1: Feira Indígena. Fonte: Da autora.

⁴ Entrevista ao jornal *A Crítica*. 24/082008. Na matéria Jurandir se apresenta como presidente *da Associação dos Vendedores da Feira Indígena e do Mercado*.

⁵ As roças podem pertencer a parentes, porém algumas famílias que moram em Campo Grande mantêm roça própria na TI de origem, a qual é cultivada, mais de perto, por um filho ou parente próximo.



Mapa 1: População terena em Campo Grande. Fonte para a base do mapa: <http://www.pmcg.ms.gov.br/planurb/> Em Campo Grande, as maiores concentrações terena estão nas “aldeias urbanas” Marçal de Souza (Tiradentes), Darcy Ribeiro (Jardim Noroeste), Água Bonita (Nova Lima), Tarsila do Amaral (Nova Lima) e nos bairros Guanandi e Vila Entroncamento (Indubrasil), mas eles ainda se fazem presentes em outros pontos do Jardim Noroeste, e nos bairros Conjunto Aero Rancho, Moreninhas, Jardim Sayonara (Popular), Jardim Anache (Nova Lima), Estrela Parque (Tiradentes), São Conrado, Vila Margarida, Dom Antonio Barbosa, Alves Pereira, Vila Santa Carmélia (Santo Amaro), Vila Romana (Bosque Santa Mônica). Mussi (2008, p.18) informa a presença terena também nos bairros: Jardim Itamaracá (Rita Vieira), Tarumã, Parque do Laranjal (Coophasul), Jardim Talismã (Mata do Segredo), São Jorge da Lagoa (Jardim Batistão), Jardim Carioca (Nova Campo Grande), Jardim Leblon, Morada Verde (Moreninhas II).

Atualmente a capital abriga cerca de 15.000 índios - todos migrantes ou descendentes deles⁶ -, um dos maiores contingentes populacionais indígenas do Mato Grosso do Sul. Entretanto, se ilude quem pensa que a vida na cidade suprime regras políticas, alianças e solidariedades calcadas no parentesco e em outras

⁶ Informação divulgada em 2011 por funcionários da Funasa (hoje Secretaria Especial de Saúde Indígena – Sesai) que atuam em Campo Grande. Para índios e indigenistas mais cautelosos a população indígena campo-grandense é de cerca de 11.000 pessoas, mas para outros ela já ultrapassou a casa dos 15.000. Os 5.657 índios apontados pelo IBGE, em 2010, são contestados por lideranças indígenas que residem na capital, pois muitos índios não se identificaram como tal para os recenseadores.

noções da socialidade indígena, ou as formas de expressão destes índios, entre os quais os terenas são a absoluta maioria. Dispondo de poucos recursos para alugar ou adquirir imóveis, a maioria das famílias que chega a capital depende dos favores de parentes ou buscam ocupar terrenos devolutos na periferia da cidade. As “aldeias urbanas” e as demais ocupações se consolidam em terrenos particulares mais ou menos avizinados. Todas possuem lideranças políticas e/ou associação de moradores próprias, indicando a reinvenção dos modos de fazer política. Mas a experiência urbana não é suficiente para romper os vínculos com a parentela de origem ou com o cotidiano das terras indígenas. Via de mão dupla a alimentar ambas experiências e a oferecer novas leituras para a noção de ser índio terena, pois a rota que sustenta o vínculo com as raízes é a mesma que ampara o êxodo, uma vez que o caminho para as cidades se dá na rota daqueles parentes que já se tornaram urbanos.

A noção de “aldeia urbana” suscita debates que passa pelo sublinhamento do já esboroadado conceito de aldeia, aqui acoplado ao inusitado contexto urbano. A origem do termo “aldeia urbana” em Campo Grande parece servir para enfatizar, digamos, a benemérita intervenção do então prefeito André Puccinelli⁷, que assumiu como ação de governo substituir barracos de lona e madeira por um projeto habitacional, no qual as casas se espremem em minúsculos terrenos e o espaço coletivo não vai além de ruas e calçadas, criando a Marçal de Souza⁸, apregoada como a “primeira aldeia indígena urbana brasileira”. Termo rapidamente consolidado pelo uso, especialmente, entre os índios.



⁷ Puccinelli tem o nome associado a outras políticas ligadas aos terenas, ele foi deputado estadual e federal entre 1987-1996, prefeito de Campo Grande entre 1997-2004 e governador do estado entre 2006-2014.

⁸ O nome Marçal de Souza homenageia uma liderança Guarani, morta em 1983, no contexto das disputas territoriais no Mato Grosso do Sul.

Figura 2: Marçal de Souza vista do piso superior do Memorial da Cultura Indígena. Fonte: Repórter Brasil CAMPOS, 13/03/2006.

Para estes, muito mais que uma alusão as suas terras de origem, a expressão “aldeia urbana” tem a função de explicitar um local dentro da gigantesca malha metropolitana onde moram exclusiva ou majoritariamente índios, geralmente ligados por estreitas redes de parentesco, compadrio, solidariedade, mas também por disputas políticas e outros desafetos. População cultural e juridicamente diferenciada, são vieses úteis para o pleito de políticas públicas adequadas voltadas para o trato de saúde, educação escolar, trabalho, respeito à produção cultural, chamando a atenção da Funai, do Sesai⁹ e de outras instituições públicas, bem como na sustentação de uma oposição mais consistente ao preconceito e ao descaso de seus demais vizinhos campo-grandenses. Neste sentido, a noção de “aldeia urbana” parece priorizar a esfera da articulação política-familiar, sustentada em noções socioterritoriais. A eficácia do emprego do termo tem levado as famílias que habitam em diferentes bairros reivindicar a “criação” de novas “aldeias urbanas”. Portanto, elas vêm se constituindo num bom “espaço” de resistência político-cultural para os “índios urbanos” que já foram largamente designados “desaldeados”.

A CONSOLIDAÇÃO DAS “ALDEIAS URBANAS” E OUTRAS FORMAS DE OCUPAÇÃO

A Funai dispunha de um terreno - lote 13 do bairro Desbarrancado - na periferia da malha urbana de Campo Grande, doado em 1973 pela prefeitura para a construção da Casa do Índio. Nos anos 1990, ele foi ocupado por posseiros não índios. Tendo em vista preservar o que entendiam ser seu patrimônio e buscar uma solução para os seus problemas habitacionais, em 1995, 20 famílias terena ocuparam o terreno¹⁰. Em pouco tempo o número subiu para 55 famílias, das quais 38 já residiam em Campo Grande (FERNANDES *apud* SANT’ANA, 2010, p. 30). Os barracos de lonas pretas e madeira, as ligações clandestinas, trazendo luz elétrica, e a bica de água ao centro do acampamento permitiram algum conforto. Como parte do mesmo movimento, em 1995 foi criada a associação de moradores, registrada em 2000 como *Associação dos Moradores Indígenas da Aldeia Urbana Marçal de Souza* (JORDÃO, 2001 *apud* SANT’ANA, 2010, p. 68), que desempenhou papel fundamental para o êxito da regularização da ocupação, a construção da escola e do *Memorial da Cultura Indígena*.

⁹ A Funai e a antiga Funasa reconheceram a responsabilidade de atendimento aos habitantes indígenas de Campo Grande apenas em 2011, após muita reivindicação por parte destes.

¹⁰ ALBUQUERQUE. *A voz indígena* 2011, p. 06-07; PELLEGRINI. *Campo Grande News* 30/11/2008; CARVALHO. *Repórter Brasil* 24/04/2007; *MS Notícias*. 21/05/2012.

Em 1999, a prefeitura de Campo Grande realizou o loteamento de 135 terrenos, com 10x20 metros e forneceu o material para que os moradores, em sistema de mutirão, construíssem as casas¹¹. Não há um consenso quanto à população contemporânea. Conforme Enir Bezerra da Silva moram na Marçal de Souza cerca de 170 famílias, chegando a pouco mais de 700 habitantes, além de uma família Kinikinau e uma dezena de famílias não indígenas¹². Para Ênio Metelo¹³, a Marçal de Souza abriga 1.050 terenas, além de um número considerável de não índios.

Entretanto, 32 famílias acampadas em terras contíguas ao lote 13, no mesmo período, não foram atingidas por tais benefícios, sendo desalojadas, mediante ação de reintegração de posse. Elas foram provisoriamente transferidas para um terreno no bairro Jardim Noroeste, onde permanecerem acampados por cerca de um ano, quando o governo do estado propôs o assentamento de 60 famílias indígenas em 36 hectares da chácara Água Bonita, localizada no bairro Nova Lima. Devido à necessidade da formalização dos acordos entre governo e índios estar articulada a partir de uma organização registrada, entrou em cena a *Associação Indígena Kaguateka*, criada nos 1980, por índios Kaiowá, Guarani, Terena e Kadiweu. Em 2001, as 60 casas que compunham a “comunidade indígena”¹⁴ Água Bonita e uma reserva ambiental de cinco hectares - administrada pelo Ibama - foram entregues às famílias Kaiowá, Guarani, Guató, Terena e Kadiwéu que, posteriormente, criaram a *Associação de Moradores da Comunidade Água Bonita*¹⁵, hoje composta por 69 casas e cerca de 340 moradores daquelas etnias. Mas, Água Bonita representa apenas 13 dos 36 hectares inicialmente destinados aos índios, pois a prefeitura destinou o restante do terreno para a construção do Conjunto Habitacional Tarsila do Amaral. Tendo em vista fazer valer o acordo inicial com o governo estadual, em 2006, famílias indígenas ocuparam parte do terreno. Dois anos depois o acampamento abrigava cerca de 500 pessoas, articuladas a partir da *Associação de Moradores Indígenas do Tarsila do Amaral - AMITA* e do *Clube de Mães* fundado por índias lideradas por Alicinda Tibério¹⁶. Após muita espera, reivindicação e resistência a um pedido de reintegração de posse, em 2008, famílias indígenas receberam 70 das 286 casas do conjunto habitacional, criando a “aldeia urbana” Tarsila do Amaral, onde habitam 80 famílias indígenas ou 230 pessoas das etnias Guarani, Terena e Kadiweu, conforme dados da AMITA.

¹¹ ALBUQUERQUE (idem); CARVALHO (idem); MUSSI, 2008, p. 17.

¹² ALBUQUERQUE. *A voz indígena* 2011, p. 08; *MS Notícias* 21/05/2012. Enir esteve à frente da ocupação em 1995 e está em seu segundo mandato como cacique da “aldeia urbana”.

¹³ Ênio é natural da TI Cachoeirinha e reside na Marçal de Souza desde 1995. Ele mudou para Campo Grande em 1978, em busca de melhores condições de trabalho e formação escolar para os filhos.

¹⁴ O termo *comunidade* parece se vincular mais a uma distinção ideológica do que relacional. Criadas por governos distintos, a Marçal juridicamente recebeu a identificação *aldeia*, enquanto Água Bonita é *comunidade* e Darcy Ribeiro é *residencial*. De qualquer maneira, os índios se referem a elas como “aldeias urbanas”.

¹⁵ ALBUQUERQUE. *A voz indígena* 2011, p.09; FERNANDES. *Campo Grande News* 04/07/2011; CARVALHO (idem); MUSSI 2008:18; SANT’ANA 2010, p. 68.

¹⁶ Alicinda tem 40 anos, nasceu na TI Limão Verde (Aquidauana) e se mantém como importante liderança da Tarsila do Amaral. Ela também foi presidente do *Conselho Municipal de Direitos e Defesa dos Povos Indígenas de Campo Grande*, gestão 2012-13.



Figura 3: Tarsila do Amaral. Fonte: Da autora.



Figura 4: Darcy Ribeiro. Fonte: Da autora.

As dificuldades para pagar aluguel ou comprar imóveis também foram o motor para a ocupação da parte centro-sul do Jardim Noroeste, onde 100 famílias terena, na maioria oriunda dos municípios de Miranda, Aquidauana, Nioaque, Anastácio, mas já dispersas pelos bairros da cidade ou coabitando com parentes na então superlotada Marçal de Souza, permaneceram acampadas, entre 2003 e 2007, reivindicando políticas públicas habitacionais para os índios que optaram por se tornar campo-grandenses. Eles criaram a *Associação dos Moradores da Aldeia Urbana Darcy Ribeiro* e - com a conivência da prefeitura -, em regime de mutirão, identificaram os limites do loteamento de quase 2.500m², demarcando as suas ruas. Na gestão do prefeito

Nelson Trad Filho, foi construído o “residencial indígena” Darcy Ribeiro, com 98 casas, entregue aos terenas em 2007¹⁷. Neste "residencial", proclamado por seus habitantes como a "segunda aldeia indígena de Campo Grande", moram 119 famílias que ainda aguardam o cumprimento da promessa de construção de uma escola, um centro cultural e um posto de saúde.

Entretanto, a ocupação indígena do Jardim Noroeste ocorre de forma mais ou menos espontânea desde o final dos anos 1980. Oriundos destes movimentos ou egressos dos acampamentos de 1999-2001 e 2003-2007, de acordo com Getro Fonseca Mendes, presidente da *Associação de Moradores da Aldeia Urbana Darcy Ribeiro*, na gestão 2012-2013, para além dos limites da "aldeia", muitas famílias terena, e algumas guaranis e kaiowas, habitam de cerca de 50 casas espalhadas pelo bairro. Porém estes números não incluem o acampamento vizinho a Darcy Ribeiro, erguido em 2011, composto por 48 barracos onde habitam outras tantas famílias daquelas etnias.



Figura 5: Acampamento vizinho a Darcy Ribeiro. Fonte: Da autora.

Entre os moradores mais antigos do bairro está Élide Fátima Júlio Antonio, esteio de uma parentela – composta por uma dezena de famílias elementares incluindo alguns de seus nove filhos, sobrinhos, parentes de suas noras ou de seus genros. Ela chegou a Campo Grande em meados dos anos 1980 acompanhando o marido que necessitava de cuidados médicos. Durante muitos anos o casal morou com parentes, enquanto os filhos permaneceram na Cachoeirinha com os avós. Com pouco tempo disponível, sem recurso ou qualquer formação profissional, para garantir o sustento, Élide trabalhou como diarista até se estabelecer como comerciante na periferia do mercado público. Aqui ela vendia parte da roça e da produção de cerâmica de

¹⁷ Os terenas queriam dar a "aldeia" o nome de Mario Turiba, liderança kaiowa, falecida em 2006, que participou da ocupação em 2003, desempenhando um importante papel nas negociações com a prefeitura (*Diário Digital* 30/05/2011), mas prevaleceu a homenagem a Darcy Ribeiro, proposta pelo vereador Djalma Blans (PDT). Veja: ALBUQUERQUE *A voz indígena* 2011, p. 09; *A Crítica*. 22-04-2007.

seus parentes, participando mais tarde da formação da *Feira Indígena* e de sua associação¹⁸. O ingresso na atividade comercial trouxe a família maior estabilidade para o recém adotado modelo de vida urbano¹⁹.

A família de Élide passou a utilizar um lote do Jardim Noroeste, onde colocou em prática as formas de produção terena. O terreno que já possuía algumas árvores frutíferas foi manejado para garantir a oferta de caju, jaca, manga, guavira, guariroba, pequi, tamarindo, palmito, banana, abacate, pokã, coco, laranja, limão galego, limão rosa, lima, associados a feijão de corda, mandioca, cana de açúcar e plantas medicinais. Produtos para o consumo familiar e para o comércio na *Feirinha*. O novo espaço permitiu Élide voltar a trabalhar com o barro, atividade para a qual reuniu um pequeno número de mulheres, dando origem ao *Núcleo de Produção da Cerâmica Terena*, oficialmente instituído neste formato em 2007, com o apoio da prefeitura municipal. No entanto uma intervenção da prefeitura, em 2011, a fim ampliar a mobilidade no bairro fez uma nova rua dividir o lote de Élide em dois. Aberta onde estavam o pomar e a roça, destruiu parte significativa da plantação, comprometendo o comércio da família.



Figura 6: Espaço residencial de Élide, já dividido por uma rua. Fonte: Da autora.

Na Vila Entroncamento (InduBrasil) vivem 150 famílias indígenas, na maioria terenas vindos de Aquidauana - TIs Água Branca, Taunai/Ipegue, Bananal -, mas também há famílias Kinikinaus e Guaranis, estas últimas vindas de Dourados. No InduBrasil, Oide Felipe da Silva é o presidente da associação denominada: *Organização Indígena Núcleo Industrial InduBrasil*, congregando aquelas famílias, mas também apoiando a

¹⁸ Elida foi presidente da *Feirinha* entre 1992 e 1997.

¹⁹ A estabilidade alcançada com o comércio permitiu trazer os filhos mais jovens para Campo Grande. Os mais velhos permaneceram em Cachoeirinha, cuidando dos avós maternos, onde moram até hoje. Entretanto, em 2012, Euslene, filha de sua filha mais velha, veio morar com Élide. Entre os argumentos para trazê-la estão: atender a sua formação escolar e garantir um maior controle de suas relações sociais, visando prevenir um casamento precoce. Euslene divide o seu tempo entre os estudos, o trabalho com a tia na *Feirinha* e o aprendizado do ofício de ceramista com a avó.

recém fundada *Organização dos Moradores Indígenas da Vila Romana*, localizada no mesmo bairro, onde moram mais 50 famílias terenas. A ocupação do InduBrasil tem início em 2008, quando 20 famílias indígenas receberam 20 casas construídas no contexto dos projetos habitacionais promovidos pela prefeitura. Hoje, esta população reivindica a construção de novas casas e a criação da “aldeia urbana”. O bairro Aero Rancho conta com uma população terena organizada a partir de uma associação de moradores, mas não possui dados consistente a respeito deles, nem para o bairro Dom Antonio Barbosa, onde habitam 80 famílias indígenas. Na Vila Margarida mora a família de Evanisa Mariano da Silva, lugar escolhido por já ser morada de parentes quando a família retornou do Rio de Janeiro, onde o marido de Evaniza serviu ao exército.

Augustinho Muchacho tem 76 anos e é uma das lideranças terena do bairro Guanandi, onde nasceu²⁰, conheceu sua esposa e auxiliou a fundar, em 1988, a *Associação dos Moradores Indígenas do Guanandi*, hoje presidida por seu cunhado Laucídio Polidoro. Os Muchacho e os Polidoro são famílias extensas já interligadas pelo parentesco desde os tempos de Cachoeirinha e, juntamente com os Gonçalves, oriundos de Ipegue, e os Candelária, também vindos de Cachoeirinha, compõem uma parcela considerável da população terena do Guanandi. Parte deste grupo esteve presente na ocupação do Desbarrancado, mas devido a desacordos políticos desistiu da empreita.

AS CERAMISTAS E SEUS BARROS

Ainda no princípio *Yurikoyuvakai* deu armas e instrumentos agrícolas aos homens, o fuso e os conhecimentos da arte com o barro para as mulheres, indicando que a roça, a caça e a defesa são afazeres masculinos, e as confecções e a lida doméstica são tarefas femininas (SANT’ANA 2008, p 10; BITTENCOURT e LADEIRA 2000, p. 119.)²¹. Há muito transformada em atividade comercial, a produção oleira redefiniu contornos e conferiu a mulher terena novos espaços no interior da família e fora dela, mas continua sendo uma atividade feminina, envolta em interditos físico-rituais, organizada essencialmente a partir dos vínculos de parentesco.

Como ressalta Gomes, quando envolvidas com o barro, as ceramistas buscam um lugar reservado: uma varanda, um quintal, deixando para as filhas o restante da rotina doméstica. A lida com a cozinha, mais especificamente com o sal é inviável neste dia, pois ele compromete o barro. Também não se maneja o barro durante a lua nova, pois “*a cerâmica é governada pela lua*”, que a faz sair da terra. A menstruação é outro

²⁰ Seus pais, sua esposa e os pais dela são originários de Cachoeirinha.

²¹ Posteriormente *Yurikoyuvakai* se divide em dois, dando origem à organização dualista terena composta pelas metades *sukirikionó* e *xumonó* (idem). Idealmente os Terenas se organizam a partir destas duas metades, mas parentelas, constituídas por grupos domésticos ligados por laços agnáticos (linha de germanos masculinos) constituem a unidade social de maior densidade, política e social entre a população contemporânea, inclusive para os que vivem nos centros urbanos, definindo proximidade residencial e diferentes níveis de cooperação entre eles (LADEIRA, AZANHA, 2004).

interdito, pois “se você está menstruada não dá para entrar no buraco do barro” (GOMES, 2006 *apud* GOMES, KABAD, 2008, p. 09)²². Como afirma Laucídio Polidório²³: “Tudo que é cerâmica tem um mistério. Se não fizer a cerâmica dentro dos ensinamentos ela estoura”.



Figura 7: Ceramistas na TI Cachoeirinha durante atividades desenvolvidas em 2003 pelo CTI. Foto: Rogério Rezende. Fonte: www.trabalhoindigenista.org.br/Imagens/galeria/terena/arte_quintais/images/.

Ao longo da pesquisa conheci as ceramistas Teresa, Sabina, Élide, Sueli, Márcia, Ilda, Maurícia, Maria, Maria Euzébio, Adélia e ouvi falar a respeito de Suzana, Lucila, Eva, Ramona e Alvina, mas há outras, para as quais me foi indicado apenas o bairro onde residem. Suzana trocou a produção da cerâmica pelo comércio na feira. Maria e sua irmã preferiram trocá-la pela estabilidade de empregos fixos, assim como Maurícia que hoje é diarista. Às dificuldades para obter a argila ou as madeiras adequadas para a queima do barro, além do desconhecimento das redes comerciais locais, fizeram com que Ilda, Maurícia, Maria Euzébio e Adélia deixassem de trabalhar com o barro quando mudaram para Campo Grande. Eva e sua filha Ramona eventualmente se envolvem com a produção de peças, mas não tive oportunidade de conversar com elas²⁴. Desconheço a origem delas e de Alvina, mas as demais nasceram e viveram parte de sua vida na TI Cachoeirinha.

²² No Dossiê de Registro da Cerâmica Terena como Patrimônio Imaterial de MS, 2009 (*apud* CASTILHO, SANTOS, GOMES, 2010, p. 233) ainda consta o interdito ao consumo de farinhas.

²³ Importante liderança no bairro Guanandi, Laucídio nasceu em Cachoeirinha. Ele é filho, neto e irmão de ceramista.

²⁴ Eva e Ramona residiram na Marçal de Souza, mas se mudaram antes que eu pudesse conhecê-las.

A habilidade das ceramistas da Cachoeirinha e a beleza de suas peças são largamente conhecidas, mas a expressão do seu trabalho em detrimento das demais parece ser mais que competência local. Cachoeirinha parece ter sido a única TI a manter barreiros no interior de seus limites. Leopoldo Vicente²⁵ nasceu em Ipegue (Aquidauana) e afirma que suas avós, que viveram nesta TI, eram excelentes ceramistas, mas hoje ali ninguém mais sabe trabalhar com o barro. Alicinda Tibério diz o mesmo a respeito de Limão Verde (Aquidauana), porém acrescenta que o barreiro utilizado pelas ceramistas não foi incluído às terras demarcadas e rapidamente teve o seu acesso impedido pelos novos ocupantes. A mãe de Alicinda era ceramista, mas sem acesso à matéria-prima, abandonou o ofício antes transmiti-lo as filhas.

Na Cachoeirinha estão disponíveis os três tipos de barro utilizados: o cinza escuro (ou preto), empregado na confecção dos roletes para compor o corpo da peça; o vermelho, empregado no banho externo, onde são aplicados os motivos florais ou geométricos pintados com o barro branco. De acordo com Sabina Candelária²⁶ o barro cinza está associado às águas dos córregos, o barro branco às águas das lagoas e o vermelho às pedras e águas. Atualmente, o acesso aos barros da Cachoeirinha, para quem não habita a TI, depende da autorização das lideranças, além do pagamento pelo trabalho do extrator permanece extrator, pois atualmente alguns homens realizam este trabalho calculado a partir do número de latas (de 18 litros) coletadas. Em geral o valor do barro cinza é um pouco inferior ao pago pelos barros vermelho e branco. Possuir roças e parentes em Cachoeirinha facilita a extração e reduz custos.

²⁵ Vicente é terena, tem 83 anos e reside na Água Bonita desde a sua consolidação, quando era membro do Kaguateka.

²⁶ Sabina mora em Campo Grande há mais de uma década. Ela é casada com Walter Candelária, tem oito filhos e três netos. A família deixou a TI Cachoeirinha em busca de trabalho para Walter e escola para os filhos. O casal chegou à capital contando com apoio de irmãos e cunhados assentados na Marçal de Souza, onde a família se hospedou antes de ingressar no acampamento formado em 2003 no Jardim Noroeste, se beneficiando da criação da Darcy Ribeiro, onde mora até hoje.



Figura 8: Ceramista preparando roletes. Fonte: CTI http://img.socioambiental.org/d/235011-1/terena_6.jpg.



Figura 9: Foto: Murilo Santos/1989. Fonte: Bittencourt e Ladeira, 2000, p. 124.

Algumas ceramistas já se utilizaram de barreiros localizados em Campo Grande. O barro cinza – único existente nesta região – pode ser encontrado nos bairros União, Moreninhas e Nova Lima, junto à nascente localizada na reserva ambiental da Água Bonita. Para a maioria das ceramistas, estes depósitos contêm um barro "sujo" e de pouca consistência. Mas de acordo com Ilda Antonio Francelino²⁷, pelo menos “*o barro encontrado na Moreninhas é bom. É que o pessoal está acostumado com o barro de Miranda [Cachoeirinha]. O barro da aldeia é bem pretinho, esse daqui [da Moreninhas] parece que tem ferrugem*”.

A seleção das madeiras para queimar a cerâmica é outro dado importante. Geralmente são os seus cônjuges que absorvem esta tarefa na cidade.

Lá na aldeia, meu marido não me ajudava e aqui ele já me ajuda, porque aqui não tem mais lenha. Ele que vai no mato [terrenos ainda desocupados do Jardim Noroeste], vai atrás de lenha pra mim. E lá [em Cachoeirinha] não! Lá, nós íamos em carreira, nós que somos mulheres! Iam cinco, seis mulheres para apanhar lenha no mato! Quando queimávamos as peças, fazíamos quatro viagens por dia, carregando a lenha na cabeça! Argila a mesma coisa! Nós vamos lá, onde nós arrancamos a argila. Nós fazemos duas viagens por dia, porque a argila é mais pesada do que a lenha! Antigamente nós não tínhamos recurso para nada, não tinha nem cavalo, nem carroça! Era só na cabeça, para carregar a argila e as lenhas. Aqui não, meu marido me ajuda, ele vai catar, leva o carrinho de mão vai pegar lenha para eu queimar as minhas peças! (Élida).

²⁷ Ilda tem 56 anos e é casada com Calixto Francelino, importante liderança terena, cuja história se liga à Marçal de Souza. A família Francelino é originária de Cachoeirinha. Duas de suas filhas vieram para a capital em busca de trabalho, mas sob o olhar do pai, que permanecia longos períodos na cidade. Em 1996, eles deixaram a casa alugada para integrar o acampamento no Desbarrancado. Calixto se envolveu com a consolidação da Marçal de Souza, trazendo o restante da família para a cidade, permitindo a Ilda estreitar as suas relações com a *Casa do Artesão* e a rede de comércio indígena próxima ao mercado público, que originou a *Feirinha*.



Figura 10: Ceramista acomoda peças para a queima. Ceramistas na TI Cachoeirinha durante atividades desenvolvidas em 2003 pelo CTI. Foto: Rogério Rezende. Fonte: www.trabalhoindigenista.org.br/Imagens/galeria/terena/arte_quintais/images/.

Márcia Miguel Marques²⁸ e Sueli Polidório²⁹ têm mais sorte, pois suas casas margeiam a reserva de mata da Água Bonita. Para Márcia, aqui na cidade, a melhor queima é oferecida pelo *repipi*, um cipó facilmente encontrado nesta mata. Ele não provoca oxidações, ou manchas pretas, na superfície das peças. Ela também elogia a qualidade da casca do angico. Otávio lembra que a sua avó só utilizava o *repipi*, a casca do guatambu e a taboca para queimar suas peças. Porém, como qualquer madeira utilizada na queima, deve estar bem seca, do contrário é estouro na certa. Élida prefere a barba timão, mas recomenda o angico e o eucalipto. Sabina e Walter elogiam o resultado do angico, do eucalipto e destacam a eficiência do caule do mamoneiro para manter o calor do fogo. Ilda não gosta do angico, pois ela “*altera a cor do barro durante a queima, [porque] o angico é madeira muito forte para usar, deixa a peça esbranquiçada*”. Para ela o *puikexoty*³⁰ é a madeira ideal.

²⁸ Márcia e seu esposo Otávio Marques nasceram em Cachoeirinha, mas mudaram para Campo Grande, onde o comércio dos produtos da roça e da cerâmica é mais promissor. A roça permanece em Cachoeirinha, pois no terreno onde está a casa conquistada há 11 anos na Água Bonita não há espaço para o plantio. Porém, depois de enfrentar, por um ano, as dificuldades de um acampamento no Jardim Noroeste, a família não reclama. A busca de educação escolar para os filhos foi outro item a impulsionar o êxodo da família. Márcia e Otávio têm sete filhos e alguns netos.

²⁹ Sueli nasceu em Cachoeirinha. Para se desvencilhar do comportamento violento do marido fugiu para a casa de parentes no bairro Guanadi, onde morou por um ano. Ela também morou nos bairros Alves Pereira e Dom Antonio Barbosa e, ainda, retornou ao Guanandi antes de conquistar a sua casa em Água Bonita. Durante um longo período garantiu o sustento dela e dos filhos com o comércio da cerâmica e de produtos da roça, ambos realizados na *Feira Central* ou *Feirona*, feira de maior expressão em Campo Grande. Fundada em 1925 por japoneses, produtores de verduras e legumes, a *Feirona* já mudou de endereço pelo menos três vezes. Hoje está na Rua 14 de Julho.

³⁰ Ilda desconhece o nome equivalente em português.

Frente à dificuldade de obter madeiras, Walter já se habituou a fazer coletas em um lixão próximo à Darcy Ribeiro, onde o descarte de caibros usados em construções é bastante comum.



Figura 11: Ceramistas na TI Cachoeirinha durante atividades desenvolvidas. Fonte: www.trabalhoindigenista.org.br/Imagens/galeria/terena/arte_quintais/images/.

Proprietária de um pequeno terreno, Sabina prepara o barro e produz as peças na varanda da sua casa, mas a queima é feita no forno preparada no terreiro de sua filha, que mora algumas ruas acima da sua. Em geral os fornos são buracos rasos, cavados próximo ao local em que as ceramistas produzem as peças. Élida e Sabina utilizam fornos deste tipo, mas as mulheres da família de Sueli não cavam buracos, apenas dispõem as peças, apoiadas por tijolos, sobre uma base de cascas e gravetos, como também fazem as demais ceramistas em seus buracos. Esta base é inflamada antes de dispor as peças, que são cobertas com este mesmo material, formando uma espécie de cone. A disposição das lenhas garante a temperatura desejada. Em aproximadamente meia hora, a lenha vira cinzas, deixando as peças com uma coloração marrom escura, que se converte em vermelho durante o esfriamento. Uma cerâmica muito queimada fica amarelada,

comprometendo a sua estética, no entender das oleiras (Gomes e Kabad 2008, p. 10)³¹. A brevidade da queima não compromete a peça, informando a alta qualidade do barro utilizado (BARBOSA, 2003). A resistência é um item importante, pois se engana quem as vê apenas como um objeto decorativo. Os pratos e panelas podem ser levados ao forno, fogão ou à mesa.



Figura 12: As madeiras e o forno de Élide. Fonte: Da autora.



Figura 13: Local onde Sueli queima as suas peças. Ao lado os pedaços de uma vasilha estourada separada para ser triturada e usada como tempero (*katipe* ou, segundo Sueli, *akaroke*). Fonte: Da autora.

Um barro precisa ser limpo de todo elemento que possa comprometer a peça: pedrinhas, folhas, gravetos. Os rejeitos maiores são recolhidos com a mão, mas as pequenas impurezas exigem o uso de peneiras. O barro cinza deve ser sovado para ganhar plástica, leveza e eliminar as bolhas de ar, que provocam o estouro da peça durante a queima. O tempero, denominado *katipe* ou *akaroke*, é lentamente acrescentado até que a

³¹ As autoras registram o uso de barras de ferro no interior dos fornos, para segurar a lenha (idem).

massa atinja a plasticidade ideal. Minúsculos grãos de cerâmica, anteriormente preparados a partir de peças quebradas ou rejeitadas após a queima, o tempero regula a plasticidade do barro (BARBOSA, 2003; GOMES, KABAD, 2008, p. 10).



Figura 15: Éilda banhando a peça com o barro vermelho. Fonte: Da autora.

O fabrico da peça, em geral, se inicia a partir de uma base redonda onde são superpostos roletes de argila, unidos um a um, por mãos permanentemente umedecidas. As peças prontas são acomodadas em local fresco e limpo para secar³². O engobe, ou banho com o barro vermelho é aplicado a peça totalmente seca³³. Três banhos são necessários para garantir uma coloração uniforme. As peças são colocadas novamente para secar, a fim de receber o polimento, produzido através do atrito persistente de um seixo de cristal à peça.

³² Éilda e Sabina informam, respectivamente, que as peças levam entre três a quatro dias e entre sete a dez dias para secar. CARVALHO (2007) menciona um período de até quinze dias. GOMES e KABAD (2008) falam em apenas um dia.

³³ Richard Rohde esteve entre os Terena no final do século XIX e registrou a confecção de incisões, com uso de corda, no barro ainda mole, bem como a pintura iniciada com resina de pau-santo na peça ainda em brasa, para depois, com a louça fria, ser concluída com as cores vermelho e branco. Kalervo Oberg, que esteve entre os Terena em 1949, diz que os potes depois de queimados eram decorados com tinta preta feita da resina de jatobá (BITTENCOURT e LADEIRA. 2000, p. 119).



Figura 16: Euslene polindo um prato confeccionado pela avó Élida. Fonte: Da autora.



Figura 17: Ceramistas na TI Cachoeirinha durante atividades desenvolvidas em 2003 pelo CTI. Foto: Rogério Rezende. Fonte: www.trabalhoindigenista.org.br/Imagens/galeria/terena/arte_quintais/images/.

AS CERAMISTAS E O COMÉRCIO DE SUAS PEÇAS

Dentre as ceramistas entrevistadas, apenas quatro mantêm uma produção comercial mais ou menos regular, mas todas já integraram ou estiveram à frente de um grupo de produção. Ofício ensinado prioritariamente pela mãe, irmã da mãe ou avó faz com que estas artistas do barro se organizem em grupos de parentesco, encabeçados a partir da ceramista melhor qualificada, responsável pela difusão dos saberes associados ao barro.



Figura 18: Sueli e Sabina. Fonte: Da autora.

Apreendi com a minha mãe! Lá na Cachoeirinha... Era eu minha irmã, minha mãe... Desde de pequenininha, desde os 12. Eu aprendi a trabalhar com o barro quando tinha 12 anos! Apreendi tudo: a tirar a argila, a pegar argila branca, a pegar a argila vermelha, a carregar a lenha na cabeça... Eu aprendi com minha mãe! Minha mãe aprendeu com a mãe dela aí vai embora, aí passa para o outro!... [Com o barro] trabalha só mulher! Homem trabalha com a roça... (Sabina)

Apreendi a trabalhar com o barro com a minha mãe! Minha mãe falava pra mim: - vamos aprender fazer cerâmica?! Vamos que eu vou ensinar vocês! Ia eu e minhas irmãs, porque nós somos seis [irmãs] mulheres. Ai, nós fazíamos cerâmica com ela. Todas as minhas irmãs trabalham com o barro... Eu sou caçula! Até agora as minhas irmãs ainda me ensinam! [Em Cachoeirinha, onde moram as cinco irmãs de Sueli] Todo mundo trabalha junto! Quando eu vou para lá, trabalho com elas. (Sueli)

Segundo Gomes e Kabad (2008, p. 08) em Cachoeirinha, as meninas desde pequenas, ficam perto das mulheres, observando o trabalho e brincando com o barro. Nos dias de buscá-lo nos barreiros vão juntas, divertindo-se e distraíndo-se com o que encontram pelo caminho. Porém, na adolescência começam a ser cobradas por algum tipo de produção: pilar e peneirar, amassar, dar forma a pequenas vasilhas. Esta cobrança

se associa à necessidade de uma escala comercial de produção, pois no passado somente as meninas que tinham “dom” e paciência permaneciam envolvidas com o barro.

Sabina recentemente herdou de sua mãe Teresa Candelária³⁴, a frente do grupo de ceramistas composto por suas filhas, noras e sobrinhas. Teresa afirma ter deixado o ofício por conta da idade avançada, mas as dificuldades para obter barro e comercializar as peças pesaram na decisão. Márcia apreendeu a arte do barro com a sua mãe e com a irmã desta. Hoje Márcia trabalha com as filhas e noras. Sueli e Élide não tiveram a mesma sorte, nenhuma das cinco filhas de Sueli ou das quatro filhas de Élide se interessou pelo barro. A labuta excessiva, o pouco lucro, o descaso com a produção cultural indígena, aliados ao preconceito enfrentado pelos índios que escolheram viver na capital as afastam do ofício. O reforço recentemente oferecido pela neta Euslene vem deixando Élide animada, pois ela ainda não desistiu de ver a continuidade de seu trabalho entre as mulheres de sua família. Sensibilizar as netas tem sido um cuidadoso investimento.



Figura 19: Márcia mostrando seu vaso. Otávio Marques ao fundo. Fonte: Da autora.

³⁴ Teresa nasceu em Cachoeirinha e mudou para Campo Grande acompanhando os filhos. Ela é vizinha de Sabina e Walter na Darcy Ribeiro.



Figura 20: Élide corrigindo imperfeições da superfície de seu prato, antes de conferir-lhe o banho vermelho. Fonte: Da autora.

A experiência de aprendizado de Élide não difere das demais ceramistas:

Eu aprendi a fazer cerâmica junto com a minha mãe e com a minha cunhada. Com 13 anos de idade eu comecei a trabalhar com artesanato para ajudar o meu pai. Ele só trabalhava na lavoura, ele plantava arroz, feijão, milho verde, abóbora, moranga! Tudo isso nós tínhamos na fartura, mamão, abobrinha. E nisso a mãe começou a trabalhar para ajudar meu pai. Ela vendia em Aquidauana, em Miranda... E quando eu comecei me envolver mais com artesanato ela começou a andar comigo, porque eu fazia artesanato melhor que ela! Ela só fazia panela, pote, gamela, só isso que ela aprendeu a fazer. E eu fui inventando: fiz moringa,

fiz vaso, jarra, fruteira... Nós fomos inventando! Por exemplo: quando nós íamos à casa de um, vender um pote: - Você não faz vaso? Você não faz uma fruteira? Você não faz uma jarra pra gente colocar na mesa? Então, nisso a gente foi fazendo o que os nossos fregueses pediam para nós. Então, eu, minha cunhada, as irmãs delas começamos a fazer jarras, começamos a fazer fruteira. E hoje nós fazemos bicho do pantanal, tudinho, onça. Tudo isso ai nós ceramistas, já mamãe já não fazia!



Figura 21: Moças Terena descansando em cima do *jirait*. Foto: Murilo Santos/1989. Fonte: Bittencourt e Ladeira 2000, p. 117. Detalhe: pratos, panela e moringa dispostos sob o *jirait*. As peças não apresentam decoração externa

Mamãe falava pra mim: - Ah, deixa a minha argila! É pesado para eu carregar argila lá de longe, na minha cabeça e você vem aqui brincar com a minha argila! Minha cunhada [cônjuge de seu irmão] falou: - Deixa ela falar, vem aqui! Senta na minha frente, você começa a fazer, eu vou arrumar [barro] pra você! Minha cunhada falou!... Quando eu aprendi fazer, ela [mãe] parou de fazer. Eu fiquei sozinha fazendo...

A gente começou a andar para vender em Aquidauana, porque isso nos ajudava a comprar açúcar, café, macarrão, enquanto os outros [itens] tinha na nossa lavoura. Ai, eu vi que dava renda para nós. Nós comprávamos carne, comprávamos roupa! Quando eu casei ajudei meus irmãos a comprar meu enxoval, preparo de bolo, essas coisas. Só com a venda de artesanato! Nós andávamos na rua, carregava as peças na cabeça. Meu pai com dois potes nas costas e nós na cabeça. Nós carregávamos prato, vaso, na nossa cabeça. Pouquinho, mas fazia

dinheiro na época... (Élida)

Élida indica como há muito o barro deixou de ser matéria prima para a produção de utensílios do cotidiano, para se transformar em um bem de valor comercial. Ela também informa que uma ceramista bem sucedida deve ter disposição para se adequar ao gosto do freguês, descobrindo como dar novas formas ao barro, o que parece marcar o seu bom desempenho comercial, capaz de desenvolver técnicas para a confecção de pratos, jarras, bichinhos do pantanal, enquanto a sua mãe abandonou o ofício, quando ainda fabricava potes, panelas e gamelas. Como consta em outra fala de Élida transcrita acima, ela, a cunhada e as irmãs desta ganharam espaço lucrativo junto a *Casa do Artesão*, na segunda metade dos anos 1970. Para a mãe de Élida a venda da cerâmica funcionava como mais um item do pacote de produtos com valor de mercado, noção também presente para a oferta de gêneros que dá origem à *Feirinha*. Inicialmente, Élida e a mãe auxiliavam o pai com o comércio, mas estes se tornaram coadjuvantes nas vendas das peças da filha, cujo lucro foi capaz de desobrigar os seus irmãos de contribuir com seu enxoval e bolo de casamento. Ao ganhar um valor mais estético que utilitário, a cerâmica angariou nova posição no comércio familiar. O crescente ingresso no comércio urbano, atividade facilmente conciliada com o cuidado dos filhos e da casa, e a gradativa especialização das ceramistas aparecem como portas para a mulher terena extrapolar o universo doméstico.

Como dito acima, durante os primeiros anos vividos em Campo Grande, quando Élida atendia o marido enfermo, ela esteve longe da produção oleira, mas rapidamente desvendou os caminhos para se inserir no comércio indígena da capital. Em meados dos anos 1990, quando presidia a *Associação das Feirantes Indígenas*, ela se sentiu provocada, pelo então deputado André Puccinelli, a retomar o ofício de ceramista.

Quando eu trabalhei como presidente na feira, eu conheci Dr. André. Quando eu vim para a feira, não deixei os meus patrícios! Eu trazia artesanato de lá [da Cachoeirinha]. Eu colocava na banca! Eu enchia a banca de artesanato. Ai o Dr. André falou pra mim: - Esse artesanato, Élida, você faz? - Eu sei fazer, eu faço, eu sou artesã! - Será que é verdade ou você está mentindo? Falou pra mim! - Eu não estou mentindo, eu estou falando sério! Mas só que agora eu não estou fazendo, porque eu não paro mais lá. Meu marido está doente, então eu vim pra cá! Ele está em tratamento e estou fazendo feira aqui. Mas eu sei fazer!

Daí eu fui pensando! Eu quero fazer o meu artesanato aqui! E agora, o que eu vou fazer? Procurar um espaço melhor [para morar. Momento em que a família de Élida se transferiu para o Jardim Noroeste]. Quando ele [André Puccinelli] foi prefeito eu falei: - Dr., o senhor duvidou de mim, duvidou que eu sou artesã. Eu vou mostrar para o senhor! Primeira peça que eu fiz aqui [no Jardim Noroeste]. Entre quatro mulheres, nós começamos a trabalhar. Fizemos as peças. Na época nós fizemos jirau. Eu não tinha mesa. Eu fiz jirau em baixo das árvores, neste local onde eu comecei a trabalhar! E nesse jirau encheu de peças feitas por nós! ... Nessa época eu fiz bastante vaso! Eu fiz pensando em mostrar para o prefeito...

Quando ele viu [as peças feitas por Élida], então ele acreditou! Ai ele falou: - E agora Élida, o que você precisa? - Eu preciso de um lugar para trabalhar. Eu preciso de uma casinha para esconder as minhas peças, que eu já perdi várias peças por causa de chuva, falei pra ele. Ai ele fez projeto e ele fez [uma casa para] o Núcleo [de Produção de Cerâmica Terena] para mim. O Núcleo foi inaugurado no ano de 2007³⁵, até hoje não recebeu nenhuma reforma. Até hoje meu Núcleo está tão acabadinho... Ele fez essa casinha, esse Núcleo aqui, pra eu guardar as minhas peças...

Até carro Dr. André ofereceu pra eu pegar lenha no mato! Ele falou pra mim no discurso dele, quando ele veio inaugurar meu Núcleo: - Élida precisando de carro da prefeitura para pegar lenha está ai... (Élida)



Figura 22: Informação visual que chama a atenção dos passantes. Fonte: Da autora.

Élida sempre agregou artesãs, amigas e vizinhas, que não raro se reúnem em seu terreiro para trabalhar e conversar. Assim, a construção do prédio foi mais um incentivo para consolidar a *Associação de Artesãs Indígenas*, igualmente criada em 2007, quando chegou a contar com cerca de 50 associados (SANT'ANA, 2010, p. 249) de ambos os sexos. Hoje, com um número menor de sócios ativos, mantém diferentes formas de inserção no projeto econômico-cultural conduzido por Élida, que desde a criação da *Associação* ocupa a sua presidência. Para ela, tanto a *Associação* como o *Núcleo* estão concebidos como espaços para produção, exposição, divulgação e comércio da cerâmica e outras artes indígenas³⁶, mas paralelamente dão conta de ações assistenciais voltadas prioritariamente aos associados. Entretanto,

³⁵ O *Núcleo de Produção de Cerâmica Terena*, incluindo um mapa indicando formas de acesso, ganhou duas páginas em publicação produzida durante a gestão do prefeito André Puccinelli (*Mãos que falam... Artesanato Campo Grande, MS*. Associação de Fomento e Apoio às Artes e à Cultura/Funcesp. Prefeitura de Campo Grande, s/d).

³⁶ A respeito da *Associação das Artesãs Indígenas* veja Sant'ana (2010, p. 250-254), Mussi (2008, p. 12).

localizado na periferia da cidade, fora da rota das políticas públicas, dos turistas e demais interessados, todo o empenho promocional de Élide tem trazido poucos resultados.

Nas últimas décadas as associações apareceram como uma solução mais à mão para alavancar diferentes lutas políticas e culturais dos povos indígenas. Porém, os resultados nem sempre fizeram jus às expectativas e aos investimentos pessoais e financeiros. As associações encerram conceitos de liderança (presidência) adversos às concepções sociais e políticas de organização destes povos, fazendo com que seus membros enfrentem dificuldades para submeter as suas formas de construir lideranças calcadas em redes de parentesco, posições sociais, prestígio, etc., quando precisam escolher um único presidente com o qual, não raro, apresentam vínculos sociais escassos ou nulos. Daí a fluidez, o descrédito ou a inoperância de muitos dos vencedores destes pleitos e das instituições que representam.

Com menos espaço, pois seus terrenos se originam de projetos habitacionais estatais, Sueli, Sabina e Márcia improvisam, com eficiência, seus locais de trabalho, mantendo uma produção regulada pelo sucesso das vendas, que nem sempre é animador. Parte significativa das vendas do grupo de Sabina depende de encomendas. Elas também produzem tapetes e outros artefatos feitos de crochê ou de retalhos³⁷. Márcia recebe encomendas, mas a maior parte de suas vendas se dá na feira do bairro ou pela oferta de porta em porta. Ela e as filhas também se dedicam à produção de tapetes de fios e retalhos. Sueli, atualmente, com fortes dores nas costas, tem uma jornada de trabalho reduzida, mas sempre que chega algum produto de Cachoeirinha ela não perde a oportunidade de se dedicar ao comércio, seja na feira ou de porta em porta. Ela, irmãs e as filhas destas têm conseguido algum mercado para a cerâmica no interior do estado. Élide também recebe encomendas e já manteve uma banca na *Feira Central*, abandonada devido aos altos custos para a sua manutenção e com o transporte da cerâmica.

Nos últimos meses, Sueli e “suas parentes” ceramistas viajaram para Bonito e Dourados a fim de deixar peças em consignação em espaços comerciais e culturais, numa relação que às vezes carece de transparência. Mas esta estratégia ainda é melhor que a venda de porta em porta, diz Sueli. Em cidades com um bom fluxo de turismo, como Bonito, Miranda, Aquidauana os comerciantes tendem acolher as ofertas das índias apenas no final da tarde. Depois de um dia de perambulação, às vezes com os filhos pequenos, falta alimento, sobra cansaço e nenhum interesse de voltar para casa com a mercadoria. As ceramistas entregam as peças por qualquer valor ou em troca de alimento. A responsabilidade do transporte das peças é sempre da ceramista, é ela quem arca com os custos do frete e com eventuais prejuízos com a quebra das peças.

³⁷ Cursos e oficinas voltadas à confecção de peças em crochê, retalhos, miçangas e outros são oferecidos através de iniciativas governamentais, porém sem propor alternativas para superar os principais impasses da produção artesanal terena: criação de uma rede de comércio minimamente eficiente, fácil acesso às matérias primas. Portanto, mantendo os desafios da produção da arte-artesanato étnica, mas através de peças incapazes de agregar qualquer valor deste tipo. Contudo, os tapetes vêm servindo de moeda para a obtenção de produtos da roça e de cerâmica trazidos para a cidade.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SEUS ESPAÇOS

A consignação e a responsabilidade com o transporte da peça são também as formas utilizadas pela *Casa do Artesão* e pelo *Memorial da Cultura Indígena*. Aquela, como já dito, é administrada pelo estado, através da Fcms e esta, pela prefeitura, através da *Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Turismo e do Agronegócio - Sedesc*. Nas duas lojas, as índias deixam seus produtos e são informadas para buscar o pagamento quando as vendas são efetivadas. Elas reclamam dos pequenos lucros decorrentes das poucas vendas, dos baixos preços atribuídos às peças, da priorização do comércio promovido por intermediários - índios e não índios que, muitas vezes, obtêm peças por baixos custos -, da concorrência de peças produzidas por não índios, que mescladas às suas ganham valor indígena. Em Campo Grande, a cerâmica terena também pode ser encontrada na loja do *Fórum Economia Solidária-MS*³⁸ e, como já dito, na *Feirinha*, mas esta foi concebida para atender as índias que vêm do interior do estado e mantém esta especificidade.

Sueli estende o seu comentário a respeito da pouca eficiência nas vendas da cerâmica nas feiras de Campo Grande à *Casa do Artesão* e ao *Memorial*, para afirmar que não tem conseguido apoiar o seu comércio nestes espaços. Ao contrário de Élide e Sabina que se beneficiam deles, mas informam que já obtiveram resultados mais promissores. A este respeito Élide informa:

A primeira pessoa que colocou a peça ali fui eu. Antigamente, o *Memorial* era bem organizado. Nós tínhamos reunião todo mês. Eu tinha um carro da prefeitura que vinha aqui pegar as minhas peças, eu não gastava nada!... As minhas peças eram contadinhas. Quando eu recebia, por mês, vinha a lista das peças que foram vendidas e o valor total que deu naquele mês. Hoje não existe mais isso! Nem sei mais quantas peças são vendidas por mês! Nem sei quanto dinheiro! O que eu recebo aqui pra mim está ótimo, porque vou reclamar para quem? O que eu recebi aqui, se eles quiserem me mandar...

p.19. www.pmcg.ms.gov.br/egov/.

³⁸ O *Fórum de Economia Solidária* tem proposto aos índios sul-mato-grossenses a produção e o comércio de diferentes produtos. Aqui, como em outros projetos econômico-sociais trazidos aos índios, a concepção de produção e de comércio não considera às suas formas de trabalho ou seus saberes e geram dependências de contextos externos, contribuindo para a sua volatilidade.

O *Memorial da Cultura Indígena*, localizado na Marçal de Souza, Rua Terena s/n, foi inaugurado em 1999, juntamente com a “aldeia urbana”. A arquitetura, inspirada na ema (animal importante na cosmologia terena), é comumente descrita como simulando “duas ocas” (ou casas circulares). O prédio maior representa o corpo, o espaço menor a cabeça e o corredor que os interliga, o pescoço do animal. O prédio maior, fechado e parcialmente envidraçado, abriga no térreo a exposição e o comércio. O mezanino é reservado para as oficinas de artesanato e depósito de material. O prédio menor é aberto, abrigando diferentes eventos sociais e culturais promovidos pela população local ou por órgãos públicos. A área é de 340m², sendo 280m² no primeiro piso e 60m² de mezanino³⁹. O acervo do *Memorial* contempla peças Terena, Kadiwéu e Guarani. Seus preços são estipulados pelos próprios artesãos e 10% do valor final é revertido à casa para custear a sua manutenção (Barbosa, 2003). Conforme Ênio Metelo, o *Memorial* foi concebido como um espaço para a promoção de manifestações culturais indígenas e para incentivar o comércio com vista a gerar renda a ser revertida para o pagamento das mensalidades das casas entregues aos índios pela prefeitura em 1999.



Figura 23: Memorial da Cultura Indígena Fonte: Relatório... Capítulo II Experiências anteriores e projetos relacionados.

Atualmente, o *Memorial* integra o projeto *City Tour*, administrado pela Sedesc em parceria com o *Convention Bureau*⁴⁰, que compreende um passeio de ônibus por 42 pontos turísticos da capital. Existem críticas, mas o *Memorial* e o *City Tour* são bem vistos pela população indígena urbana. Élide tem pleiteado a

³⁹ BARBOSA. *Campo Grande Notícias*. 19/04/2010 e 14/07/2009.

⁴⁰ De acordo com seu estatuto, a Confederação Brasileira Convention & Visitors Beraux–CB&VB é uma associação civil sem fins lucrativos, de âmbito nacional, com sede em Brasília, voltada ao apoio e promoção do turismo, podendo atuar junto ao poder público mediante sugestões e alternativas. http://www.fbcvb.org.br/docs/downloads/cbcvb_estatuto.pdf

inclusão do seu *Núcleo* no trajeto do ônibus. A população da Darcy Ribeiro ainda cobra da prefeitura a criação de um centro cultural, entendendo que ele também deva integrar este trajeto, como forma de garantir opções de geração de renda para a sua população. No entanto, todos concordam que tais projetos precisam criar uma interlocução muito mais intensa com seu público alvo. A ideia do turismo cultural não é nova, mas para que seus resultados atinjam positivamente todos envolvidos, se faz necessário uma proposta alavancada por discussões técnicas e metodológicas consistentes, desencadeadas a partir de ações participativas e, de fato, calcadas no apoio e na divulgação da produção cultural da população alvo. Pois, a promoção da valorização e do respeito a ambas - população e sua produção cultural - deve ser o carro-chefe do turismo e do comércio de bens culturais, do contrário eles perdem o melhor dos seus objetivos.



Figura 24: Loja e espaço Cultural do Memorial. As cadeiras à esquerda servem para acomodar os visitantes enquanto recebem informações a respeito do acervo, oferecidas pelos profissionais que atuam no Memorial. Fonte: Da autora.

Por ser simbolicamente construído e elencado enquanto tal, o *patrimônio cultural* possui um caráter mediador de diversos domínios sociais, entre os quais pode criar pontes e cercas, como afirma Gonçalves (2005, p. 17). Neste sentido, em uma análise de relevantes discussões a respeito das noções de patrimônio e das questões epistemológicas pertinentes aos trabalhos dos *antropólogos inventariantes*, Tomaso (2006, p. 04) aponta que entre os bons legados do *patrimônio* estão a criação de vínculos entre cidadãos e entre as suas gerações, na medida em que referenda símbolos ou bens coletivos representativos; propicia o desenvolvimento econômico ao atrair o turismo cultural; aumenta a autoestima do grupo portador e herdeiro daquele legado. Enquanto expressão étnica, a arte indígena traz linguagens próprias que transcendem a noção

de peça com valor de uso cotidiano, estético ou comercial, enquanto promovem reflexões relativas aos saberes indígenas, ao direito ao exercício da diversidade, no contexto da nossa condição pluriétnica e da necessidade de políticas públicas que a respalde. Caminhos sólidos para alcançar a "inclusão" de povos sociocultural e economicamente distintos, e, assim, contribuir para redimir o preconceito e a desigualdade que repercute uma história regional persistentemente permeada por todo o tipo de desconsideração aos povos indígenas.

Por se sustentar em saberes ancestrais de técnicas de confecção, de manuseio e de coleta de diferentes tipos de barros e lenhas, os quais perpassam conhecimentos a respeito da natureza e da cosmologia, além de envolver regras expressas em interditos sociais, alimentares e de gênero, a cerâmica é uma forma de expressão portadora de referência à memória, à ação e à identidade do povo que a produz. Na medida em que a produção oleira deixa o universo doméstico para ganhar o mercado, também se transforma em um meio de expressão das noções de suas criadoras a respeito dos não índios ou pelo menos a respeito dos consumidores de suas peças, mostrando como as leis de mercado se comunicam com a tradição para originar novos produtos, renovando os significados e os usos dos trabalhos das ceramistas. Portanto, através da arte com o barro é possível falar de si, dos outros, dos parentes, de homens e mulheres, jovens e adultos, do tempo, de mudanças, da natureza dos deuses, de arte, do trabalho, de economia, de memória, de patrimônio, de políticas públicas e também de técnicas de confecção, entre outros saberes. A interlocução entre estes universos - capaz de gerar as pontes ou as cercas preconizadas por Gonçalves - indicam a abrangência e os significados da produção oleira terena.

Há muito, o governo brasileiro vem consolidando políticas de reconhecimento, apoio e preservação das manifestações culturais de sua população, inclusive incorporando normativas oriundas de organismos internacionais. Conforme a legislação vigente, independente das chancelas de registro ou tombamento, a produção das ceramistas terena constitui *patrimônio cultural brasileiro*, cabendo ao Estado a responsabilidade de apoiar, proteger e incentivar a sua valorização e difusão, inclusive, pelo destaque de seu caráter étnico e regional. Competências compartilhadas com instâncias similares do governo estatal e municipal. Neste sentido, o decreto estadual 12.847/2009 determinou a inclusão no *Livro de Registro dos Saberes* a produção da cerâmica terena, como *patrimônio imaterial histórico, artístico e cultural do estado do Mato Grosso do Sul*⁴¹. Contudo, como se vê, tais dispositivos ainda não produziram a necessária repercussão. Parte significativa da população terena que habita Campo Grande, incluindo as ceramistas, desconhecia o registro da produção cerâmica como patrimônio estadual. Para elas sobram dificuldades, custos e faltam oportunidades para um comércio organizado e eficiente, capaz de gerar lucros pertinentes aos investimentos pessoais, materiais e culturais. Aqui também pesa o olhar pouco valoroso da população local à produção indígena, transformando

⁴¹ Veja decreto em: Castilho, Santos, Gomes, 2010, p. 234.

o turista no seu melhor consumidor. Mas Campo Grande não é propriamente uma cidade turística, portanto é necessário ampliar espaços de consumo para um produto que é comercial apenas em uma de suas concepções.

Mesmo uma rápida pesquisa junto à imprensa local mostra que o governo do estado não está alheio, ele já criou projeto de geração de renda, promoveu exposições na *Casa do Artesão* e fora do estado, lançou catálogos incluindo peças kadiwéu, kinikinawa e terena. Algumas prefeituras também investiram em cursos, oficinas, feiras, na criação de *Pontos de Cultura*⁴². No entanto, as falas das ceramistas mostram um descompasso entre legislação, investimentos públicos e resultados, que pode ser atribuído a diferentes situações, mas tem muito a ver com a distância entre quem as formula e quem usufrui delas. O formato do comércio de bens culturais, assim como o do turismo que lhe é associado, precisa ser constituído na interlocução entre população alvo, produtora dos bens, e estado, promotor de ações. É preciso que este chegue mais perto do terreiro das ceramistas para compreender a necessidade de substituir uma política de promoção do comércio de peças indígenas anônimas, às vezes intermediadas por terceiros, por uma forma de comércio de peças do patrimônio artístico, cultural, étnico, produzido por redes de parentesco femininas, formadas por mulheres que dominam e ensinam geração após geração, diferentes técnicas de produção associados a uma imensa gama de saberes, enquanto deixam as suas próprias marcas de criação em cada peça produzida, seja por exigência do mercado, seja por seu senso estético ou por conta de seu talento.

⁴² BREDA (idem); NYELDER. *Campo Grande News* 09/04/2012; COLOMBO. *Notícias Fcms* 23/11/2009 e 22/09/2010. *Notícias Fcms*; MS *Notícias* 15/04/2011; CARDOZO. *Campo Grande News*. 14/03/2012; LOPES. *Campo Grande News* 16/06/2012; KURATONE. *Midiamax*. 15/09/2008; COLOMBO. *Overblog*. 23/01/2009. BARBOSA. *Campo Grande Notícias*.14/08/2009. *Agora Campo Grande* 05/08/2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, D. W. *Cerâmica terena*. Rio de Janeiro/Funarte: IPHAN, CNFCP, 2003.
- BITTENCOURT, C. M.; LADEIRA, M. E. *A história do povo terena*. Brasília: USP/MEC, 2000.
- CASTILHO, M. A.; SANTOS, M. C. L. F.; GOMES, R. M. Cerâmica Terena: patrimônio imaterial. *Tellus*, Campo Grande, ano 10, n. 19, p. 231-238, jul./dez. 2010.
- CLIFFORD, J. Museologia e contra-história: viagens pela Costa Noroeste dos Estados Unidos. In: ABREU, R. CHAGAS, M. (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A/FAPERJ/UNIRIO, 2003. p. 255-302.
- FUNCESP-PMCG. *Mãos que falam... Artesanato Campo Grande, MS*. Associação de Fomento e Apoio às artes e à cultura/Funesp. Prefeitura de Campo Grande, s/d.
- GALLOIS, D. Expressão gráfica e oralidade entre os Wajãpi do Amapá, Brasil. Dossiê de candidatura submetido à segunda proclamação das obras-primas de patrimônio oral e imaterial da humanidade–Unesco. *Boletim do Museu do Índio*. Documentação, n. 9, outubro 2002.
- GOMES, L. S. *Cerâmica terena: uma discussão sobre gênero e cultura material*. Disponível em: <<http://xa.yimg.com/kq/groups/18584263/804389870/name/ensaio+Luciana+Seminaros.pdf>>.
- GOMES, L. S.; KABAD, J. F. A produção da cerâmica pelas mulheres Terena: interfaces entre cultura material, gênero e território tradicional. In: 26ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 2008, Porto Seguro. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2014/luciana%20Scanoni%20gomes.pdf>.
- GONÇALVES, J. R. S. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Org.). *Memória e patrimônio: Ensaos contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj/Unirio, 2003. p. 21-29.
- GONÇALVES, J. R. S. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan./jun. 2005.
- LADEIRA, M. E.; AZANHA, G.. Terena. *CTI*. Disponível em: <www.trabalhoindigenista.org.br/>.
- MUSSI, V. P. L. Questões indígenas em contextos urbanos: outros olhares, novas perspectivas em semoventes fronteiras. *Revista História Unisinos*, v. 15, n. 2, p. 206-215, mai./ago. 2011. Disponível em: <www.unisinos.br/revistas/index.php/historia/article/>.
- MUSSI, V. P. L. Tronco velho ou ponta da rama? A mulher indígena terena nos entrelugares da fronteira urbana. *Revista Patrimônio e Memória*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 1-18, 2008.
- OLIVEIRA, R. C. *Urbanização e Tribalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

- SANT'ANNA, M. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, R. CHAGAS, M. (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, FAPERJ, UNI-RIO, 2003. p. 46-55.
- SANT'ANA, G. R. *História, espaços, ações e símbolos das associações indígenas Terena*. 2010. Tese (Doutorado) – Departamento de Antropologia, UNICAMP, Campinas, 2010.
- SANT'ANA, G. R. Incorporando o “componente mulher”: o associativismo da mulher Terena. 26ª RBA-GT 14 Temas atuais relacionados à questão de gênero entre os povos indígenas. 2008, Porto Seguro. Disponível em: http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2014/Graziella%20Reis%20de.pdf.
- SANT'ANA, G. R. Uma análise do processo migratório dos índios terena para o perímetro urbano da cidade. *Revista de Iniciação Científica da FFC*, v. 4, n. 1, 2004. Disponível em: www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/ric/article/view/68/70.
- SIMÃO, L. Certificando culturas: inventário e registro do patrimônio imaterial. *Publicação do Departamento de História e Geografia da UFRN e Centro de Ensino Superior do Seridó*, v. 07. n. 18, p. 01-24, out./nov. 2005. Disponível em: www.cerescaico.ufrn.br/mneme.
- TOMASO, I. A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos: outros desafios... *Série Antropologia*, Brasília, 390, 2006. Disponível: <http://www.dan.unb.br/index>.

JORNAIS E SITES DE NOTÍCIAS E OUTROS

- ALBUQUERQUE, S. A união trouxe a conquista. *A voz indígena*, Campo Grande, ano I, p. 1, edição I, nov. 2011.
- ALBUQUERQUE, S. Água Bonita um espaço modesto. *A voz indígena*, Campo Grande, ano I, p. 09, edição I, nov. 2011.
- ALBUQUERQUE, S. Depois de lutas surge a primeira. *A voz indígena*, Campo Grande, ano I, p.06-07, edição I, nov. 2011.
- ALBUQUERQUE, S. Marçal ainda reivindica melhorias. *A voz indígena*, Campo Grande, ano I, p. 08, edição I, nov. 2011.
- ALDEIA Urbana Terena comemora conquistas desde a ocupação. *MS Notícias*, 21 mai. 2012. Disponível em: <http://www.msnoticias.com.br/>.
- BARBOSA, A. Campo Grande recebe na Praça Ary Coelho, a 1ª Feira Cultural Indígena. *Campo Grande Notícias*, 14 ago. 2009. Disponível em: <http://www.campograndenoticias.com.br/cultura>.
- BARBOSA, Á. Prefeito de Campo Grande entrega nesta segunda, o Memorial da Cultura Indígena. *Campo Grande Notícias*, 19 abr. 2010. Disponível em: <http://www.campograndenoticias.com.br/cultura/5402->.

- BARBOSA, Á. Reforma no Memorial da Cultura Indígena de Campo Grande traz melhoria ao turismo local. *Campo Grande Notícias*, 14 jul. 2009. Disponível em: <<http://www.campograndenoticias.com.br/campo-grande-ms/2198->>.
- BREDA, M. Fundação de Cultura do Estado valoriza o artesanato sul-mato-grossense. *Fundação de Cultura do MS*, 4 fev. 2011. Disponível em: <<http://www.fundacaodecultura.ms.gov.br/index>>.
- CAMPOS, A. Índio na cidade. *Repórter Brasil*, 3 mar. 2006. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.org.br>>.
- CARDOZO, E. Semana do artesanato será comemorada com exposição e lançamento de livro. *Campo Grande News*, 14 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br/lado-b/artes/>>.
- CARVALHO, P. D. Moradia ocupa posição de destaque entre problemas enfrentados por índios. *Repórter Brasil*, 24 abr. 2007. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.org.br>>.
- CENTRO de Trabalho Indigenista – CTI. Disponível em: <www.trabalhoindigenista.org.br/>.
- COLOMBO, G. Artesanato de MS é divulgado em catálogo pela FCMS. *Overblog*, 23 jan. 2009. Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br/overblog/>>.
- COLOMBO, G. FCMS inaugura a exposição “Cerâmica Terena”. *Fundação de Cultura do MS*, 22 set. 2010. Disponível em: <<http://www.fundacaodecultura.ms.gov.br/index>>.
- COLOMBO, G. III Coletiva do Artesanato de MS acontece na Casa do Artesão. *Fundação de Cultura do MS*, 23 nov. 2009. Disponível em: <<http://www.fundacaodecultura.ms.gov.br/>>.
- CONFEDERAÇÃO Brasileira Convention & Visitors Bureaux – CB&VB. Disponível em: <http://www.fbcvb.org.br/docs/downloads/cbcvb_estatuto.pdf>.
- DIÁRIO Digital, ano 1, Edição 99, 30 mai. 2011. Disponível em: <<http://www.diariodigital.com.br/>>.
- EXPOSIÇÃO Artesanato Indígena começa dia 20 na Capital. *MS Notícias*, 15 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.msnoticias.com.br/>>.
- FERNANDES, P. Índios pedem regularização na Aldeia Água Bonita. *Campo Grande News*, 04 jul. 2011. Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br>>.
- KURATONE, K. Catálogo do Patrimônio Histórico de MS será lançado hoje. *Midiamax*, 15 set. 2008. Disponível em: <<http://www.midiamax.com.br/>>.
- LOPES, M. Feira Junina do Artesanato começa na próxima sexta-feira. *Campo Grande News*, 16 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br/lado-b/artes/>>.
- NA FEIRA do mercadão, território de resistência da cultura indígena. *A Crítica*, 24 ago. 2008. Disponível em: <<http://www.acritica.net/index>>.
- PELLEGRINI, F. Eleição em aldeia urbana tem duas candidatas a cacique. *Campo Grande News*, 30 nov. 2008. Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br>>.
- SIASI-FUNASA. Disponível em: <http://sis.funasa.gov.br/transparencia_publica/siasiweb/Layout/quantitativo_de_pessoas_2010.asp>.

A FAUNA AMERICANA SOB ATAQUE: AS DUAS ONDAS DE IMPACTO DA PRESENÇA HUMANA SOBRE A FAUNA DO CONTINENTE AMERICANO E UM PEQUENO DEBATE SOBRE A QUESTÃO DOS DIREITOS DOS ANIMAIS EM NOSSOS DIAS
THE AMERICAN FAUNA UNDER ATTACK: THE TWO WAVES OF IMPACT ON THE AMERICAN CONTINENT FAUNA AND A SHORT DEBATE ABOUT THE QUESTION OF ANIMAL RIGHTS IN CURRENT DAYS

Orestes Jayme Mega
Melina Figueiredo Lopes
Áldima Ambrozina Araújo

Vol. XII | n°24 | 2015 | ISSN 2316 8412



**A fauna americana sob ataque:
As duas ondas de impacto da presença humana sobre a fauna do continente
americano e um pequeno debate sobre a questão dos direitos dos animais em
nossos dias**

Orestes Jayme Mega¹
Melina Figueiredo Lopes²
Áldima Ambrozina Araújo³

Resumo: É cada vez maior a necessidade de se abordar questões da atualidade através de uma perspectiva arqueológica assim como se torna cada vez maior o interesse dos arqueólogos em expandirem seus horizontes epistemológicos ao abordarem temas da atualidade. Neste artigo tratamos de um tema que está se tornando cada vez mais presente na sociedade brasileira: a luta pelos direitos dos animais. Partimos dos estudos a respeito da extinção da megafauna no continente americano, apresentando um amplo conjunto de teorias sobre este assunto. Depois discutimos as questões relacionadas aos impactos do avanço da pecuária sobre a fauna nativa do Brasil e sobre as paisagens naturais brasileiras. Concluimos este artigo mostrando que o atual ritmo de consumo de produtos de origem animal, principalmente carne, constitui séria ameaça à fauna brasileira.

Palavras-chave: Megafauna, Pecuária, Carne, Direitos dos Animais, Antropoceno.

Abstract: There is an increasing necessity to study questions of the actuality through an archaeological perspective as there is an increasing desire of the archaeologists in expand their epistemological horizons in studying current themes. In this article we discuss a theme that is becoming more present in the Brazilian society: the fight for animal rights. We start with the studies about the extinction of the megafauna in the American continent, showing a wide set of theories about this issue. After we discuss the questions related to the impacts of the progress of the big herds above the Brazilian native fauna and above the natural Brazilian landscapes. We conclude this article showing that the current rhythm of consume of animal products, mainly meat, constitutes a serious threat to the Brazilian fauna.

Keywords: Megafauna, Big Herds, Meat, Animal Rights, Anthropocene.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por intenção propor uma reflexão a respeito do uso da arqueologia em questões de crescente interesse social da atualidade. A questão abordada neste artigo é o da luta pelos direitos dos animais. Tal questão ganha espaço na mídia e no dia a dia de um número crescente de pessoas que adotam

¹ Bacharel em arqueologia e preservação patrimonial pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Brasil; e mestrando em antropologia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Brasil. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Brasil.

² Licenciada em ciências biológicas pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Brasil.

³ Bacharelanda em arqueologia e preservação patrimonial pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Brasil.

novos comportamentos alimentares, políticos, ecológicos, sociais e éticos que, por sua vez, acabam influenciando na produção e consumo da cultura material. Nosso propósito neste artigo é trazer a arqueologia para dentro deste debate sobre os direitos dos animais, podendo assim contribuir para uma visão de “longuíssima duração” sobre o tema. Acreditamos que com isso possamos dar à arqueologia um teor mais público, ao abordamos temas relacionados aos debates que se desenvolvem atualmente na sociedade brasileira.

É crescente a demanda pela inserção da arqueologia em debates concernentes às questões da atualidade. Estes debates vão muito além das questões sobre patrimônio cultural. Neste artigo, defendemos a ideia de que a arqueologia, em suas múltiplas formas, só tem a ganhar se inserindo em temas atuais. Além dos ganhos para a arqueologia (e muito mais importante que isto!), consideramos que as questões atuais, tais como a aqui tratada, só têm a ganhar quando recebem contribuições da arqueologia. Acreditamos que a arqueologia pode (e deve!) ser usada como um elemento importante nos debates sobre questões atuais por permitir uma visão de longo alcance temporal sobre os temas tratados.

Um dos exemplos desta crescente demanda pela inserção da arqueologia em debates da atualidade é expresso pelo volume 20 do *Archaeological Dialogues*, jornal eletrônico da Universidade de Cambridge especializado em temas arqueológicos. Nesta publicação estão presentes artigos que expressam a preocupação em tornar a arqueologia não só mais acessível para o público em geral, mas também mais engajada em questões da atualidade. Uma passagem encontrada em um desses artigos nos chamou a atenção:

Nós estamos acostumados em anos recentes a ouvir economistas, sociólogos, cientistas políticos, filósofos e cientistas naturais a contribuir com ideias e opiniões, através de plataformas públicas, com a intenção de dar forma a debates e políticas. Mas poderiam arqueólogos fazer este tipo de contribuição? A arqueologia tem alta visibilidade na mídia e tende a possuir forte apoio de um público interessado. Entretanto, as narrativas que o público espera de nós são, geralmente, a respeito do passado e raramente sobre o presente. Muitos arqueólogos sentem que a popularidade que o campo possui com o público ironicamente contribui para deixá-los de fora dos debates sobre assuntos contemporâneos. Isto ocorre devido ao fato de que as expectativas sobre o que faz um arqueólogo são simplórias e já estão tão fixadas nas mentes da mídia e do público em geral que se faz necessário um esforço extra para desafiar estes limites e fazer contribuições para além do restrito território do passado⁴ (TARLOW, STUTZ, 2013, p. 2).

⁴ Tradução nossa do texto original: We have been accustomed in recent years to hearing economists, sociologists, political scientists, philosophers and natural scientists contributing ideas and opinions through public platforms, with the intention of shaping debate and policy. But could archaeologists make this kind of contribution? Archaeology has high visibility in the media and tends to have strong support from an interested public. However, the narratives we are expected to provide to the public are generally about the past, and rarely about the present. Many archaeologists even feel that the popularity the field holds with the public ironically contributes to stacking the odds against their making a contribution to a debate about contemporary issues, since the expectations of what an archaeologist is supposed to do are simply so

Portanto, neste nosso artigo, procuramos adentrar em um dos inúmeros dilemas de nossa era, fazendo assim uma pequena contribuição ao debate sobre os direitos dos animais. Para isso, enfocamos as relações nem sempre amistosas entre as culturas humanas do passado e os animais, mostrando como as relações entre sociedades humanas e animais podem deixar marcas arqueologicamente perceptíveis.

Vivemos numa época de intensa crise ecológica diretamente relacionada com o acúmulo de transformações que afetaram as mais diversas paisagens do mundo e que foram promovidas pelas diversas sociedades humanas. O final do século XX e o início do século XXI são caracterizados pelo desequilíbrio socioambiental causado pelo crescimento populacional e econômico da humanidade, principalmente a partir da revolução industrial. Tal desequilíbrio tem alcance mundial. Hoje, são poucos os habitats que não foram consideravelmente impactados pela ação humana. O atual estado de desequilíbrio tem uma longa história de pelos menos 10.000 anos. Faremos um brevíssimo resumo desta história, abordando as principais alterações no meio ambiente causadas pelos seres humanos, focando nos processos de povoamento do continente americano e seus impactos sobre a paisagem, principalmente sobre a fauna. Atenção especial foi dada à segunda onda de povoamento da América, protagonizada pelos colonizadores europeus.

BREVÍSSIMO RESUMO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS DOS SERES HUMANOS NOS ÚLTIMOS DEZ MILÊNIOS NUMA PERSPECTIVA ARQUEOLÓGICA

Novas práticas econômicas e novas tecnologias, surgidas ao longo de pelo menos dez milênios, proporcionaram aos diferentes grupos humanos um controle bastante eficaz sobre os recursos ambientais. Entre estas novas práticas podemos citar a agricultura, que, surgida na alvorada do neolítico, há menos de dez mil anos antes do presente (MAZOYER, ROUDART, 2010, p. 45) multiplicou a quantidade de alimentos à disposição dos grupos que a praticavam e que, a partir do cultivo cada vez mais intenso e especializado das áreas disponíveis para a agricultura, ampliaram seus contingentes populacionais até o ponto em que surgiram civilizações tais como a Egípcia, a Suméria, a Olmeca, a Chavín, entre outras. A criação de animais foi outra destas novas práticas. Como exemplo disso podemos verificar que os grandes rebanhos bovinos de hoje são descendentes de animais selvagens que, ao serem paulatinamente domesticados pelos seres humanos, geraram variantes domésticas, mais produtivas, dóceis e fáceis de serem gerenciadas que seus ancestrais selvagens. A partir do momento da domesticação dos bovinos, um novo alimento entrou na dieta dos grupos humanos que, pouco a pouco, foram abandonando o regime de caça-e-coleta, que garantiu a existência da

clearly articulated in the minds of both the media and the public that it requires an extra effort to challenge those assumptions and make a contribution beyond the staked-out territory of the past.

espécie por milhares de anos, e o substituindo por um regime de agricultura e pastoreio. Este novo alimento, o leite, passou a ser uma importante fonte de proteína e cálcio, aumentando ainda mais a quantidade de nutrientes disponíveis aos seres humanos, ao mesmo tempo em que gerou novas pressões sobre os recursos ambientais nos habitats ocupados pelos grandes rebanhos que necessitavam de novas áreas a fim de garantirem sua expansão.

Entretanto, mesmo antes do surgimento da agricultura e da criação de animais para alimentação, a humanidade já poderia ser considerada uma espécie bem-sucedida na luta pela vida. O regime de caça-e-coleta do paleolítico provou sua eficácia ao proporcionar não apenas a sobrevivência da espécie, mas também sua dispersão por todos os continentes com a possível exceção da Antártida. Surgida, na África, há aproximadamente 200.000 anos (HISCOCK, 2013, p. 1), nossa espécie, o *Homo sapiens*, migrou para a Eurásia e de lá para a Oceania e a América. Não é de nossa intenção aqui fazer uma análise aprofundada de tais migrações transcontinentais e também não entraremos em detalhes sobre quão antigas são as primeiras evidências arqueológicas da presença humana nos continentes, principalmente no caso do continente americano, onde a polêmica sobre a antiguidade do ser humano é muito grande. Nosso foco nesse artigo é analisar o impacto que estas migrações causaram sobre os habitats dos “novos mundos” então descobertos pela humanidade. Tal análise estará centrada no impacto sobre a megafauna⁵ do continente americano. Em nosso estudo, analisamos as principais teorias sobre a extinção da megafauna no continente americano que se deu, grosso modo, durante a transição do pleistoceno para o holoceno, que ocorreu aproximadamente num período que vai entre 11.000 a 9.000 antes do presente (RIVERO, 2008). Além da extinção da megafauna, abordaremos a problemática das grandes alterações sobre a fauna e a flora do continente americano que se iniciaram a partir da colonização europeia há cinco séculos atrás e que continua até hoje (início do século XXI). A fim de melhor explicarmos os impactos que estes distintos momentos causaram à paisagem americana, fizemos a análise separada destas duas grandes ondas de impacto. Seguiremos a ordem cronológica dos acontecimentos ao analisarmos, primeiramente, as teorias sobre a extinção da megafauna pleistocênica para, logo em seguida, analisarmos os impactos da colonização europeia.

⁵ Segundo Karina Vanessa Chichkoyan, em sua tese de doutorado denominada *Grandes mamíferos del Sur: Extinciones Sudamericanas y la Colección Rodrigo Botet del Museo de Ciencias Naturales de Valencia, España* (2011) a megafauna é caracterizada por animais cujo peso supera os 1.000 kg. Entretanto tal definição não goza de unanimidade. De acordo com Koch e Barnosky (2006) os animais da megafauna seriam aqueles com massa corporal superior a 44 quilos (p. 216).

A PRIMEIRA ONDA DE IMPACTO: A CHEGADA DOS GRUPOS HUMANOS AO CONTINENTE AMERICANO E SUAS POSSÍVEIS RELAÇÕES COM A EXTINÇÃO DA MEGAFUNA

Como dito anteriormente, não há pleno acordo entre os arqueólogos a respeito do quão antigo é o povoamento do continente americano. As discordâncias entre os pesquisadores de tal assunto são de cunho científico e paracientífico. Questões nacionalistas, questões de orgulho pessoal e até mesmo questões de disputas por financiamentos para pesquisa estão presentes neste debate (ANDRADA, MATOS, 2012). Contudo, posições hegemônicas existem, fazendo com que este debate seja muito parecido com uma luta desigual. Neste artigo utilizaremos da teoria do povoamento do continente americano mais difundida, embora reconheçamos que esta não seja uma questão já plenamente respondida.

Segundo a teoria denominada Clovis First, o povoamento do continente teria se dado via Beríngia, isto é, a faixa de terra que, há aproximadamente entre 15.000 e 14.000 anos atrás, ligava a Ásia à América (LIMA-RIBEIRO, DINIZ-FLIHO, 2013, p. 86). Por esta faixa de terra, grupos pré-históricos, ancestrais distantes de alguns grupos indígenas atuais, teriam entrado no continente e iniciado sua colonização num eixo, grosso-modo, norte-sul. Tais grupos seriam caçadores especializados em grandes animais, capazes de proporcionar aos seres humanos uma rica fonte de proteínas e peles que seriam usadas como vestimentas eficientes contra o frio glacial. As evidências arqueológicas mais famosas destes grupos são as pontas de lança conhecidas como Clovis e que foram encontradas pela primeira vez nos Estados Unidos e cuja datação é de aproximadamente entre 12.000 e 11.000 anos (LIMA-RIBEIRO, DINIZ-FLIHO, 2013, p. 86). Estes colonizadores trouxeram para a América uma situação até então inexistente. A presença humana nestas áreas ainda desconhecidas logo foi sentida pela fauna local. Um novo, eficiente e temível predador havia se juntado aos demais e isso, por si só, já poderia ocasionar alguns balanços nos novos habitats alcançados.

A corrida rumo ao sul do continente parece ter seguido um ritmo bastante rápido, pois após poucos milênios da entrada dos primeiros colonizadores Clovis no Alasca, a Terra do Fogo, no extremo sul do continente americano, já estava ocupada. Esta rápida corrida rumo ao sul do continente gerou uma onda de impacto sobre a fauna e a flora. Segundo uma das principais teorias sobre a extinção da megafauna, os grupos de caçadores-coletores que adentraram na América começaram uma obra de extermínio sem precedentes no continente. Houve, por assim dizer, uma “sobrematança” (*overkill*) da megafauna. Os defensores de tal teoria argumentam que não é fruto do mero acaso que a extinção da megafauna se deu concomitantemente com a chegada dos seres humanos e de sua rápida dispersão pelo vasto território continental. Alguns defensores mais radicais da teoria da sobrematança enfatizam o caráter de “guerra de extermínio” empreendida, mesmo que não deliberadamente, pelos seres humanos à megafauna. Tais pesquisadores dizem que houve um período de ao menos quinhentos anos onde houve uma verdadeira blitzkrieg (guerra relâmpago) contra os grandes animais que vagavam pelo continente (MARTIN, 1975, 1984 *apud* CHICHKOYAN, 2011, p. 14).

Entretanto, o pequeno número de sítios arqueológicos onde existem evidências inquestionáveis de matança de grande número de animais da megafauna constitui uma forte crítica a esta teoria. Diante da possibilidade de ter existido tal extermínio, que pressões socioambientais existiam para que isto ocorresse? Quais seriam os motivos por trás desta matança generalizada? Será que todo este extermínio se deu somente pela busca de alimentos por parte dos grupos humanos de então? Será que havia uma guerra de extermínio deliberada movida contra a megafauna por ela representar algum tipo de ameaça aos grupos humanos? Não há respostas satisfatórias para tais perguntas.

Os teóricos da sobrematança enfatizam o fato de que as evidências arqueológicas de tal evento são escassas devido à natureza do registro arqueológico que, em si, é escasso, e também devido ao fato de que a cultura material utilizada pelos grupos caçadores nestas matanças não necessariamente seria numerosa (MARTIN, 1975 *apud* CHICHKOYAN, 2011, p. 14). Grupos armados de projéteis com ponta de pedra poderiam, através de táticas de caça bem planejadas e articuladas, abater um grande número de animais da megafauna sem que tal evento deixasse um grande depósito de cultura material. Além disso, reconhecidamente não há um número elevado de pesquisas arqueológicas para podermos dar uma resposta satisfatória sobre a existência ou não de eventos como estes.

A teoria da sobrematança, entretanto, não escapou às críticas sem sérios ferimentos. Defensores menos radicais desta teoria argumentam que o extermínio não foi tão rápido quanto o defendido pelos defensores mais radicais e que as populações de animais da megafauna não existiam em grandes números. Desta maneira, haveria um número menor de animais para matar num período maior de tempo, fazendo com que a tarefa tenha sido mais exequível (FIEDEL, HAYNES, 2004 *apud* CHICHKOYAN, 2011, p. 14).

Uma versão alternativa da teoria da sobrematança, denominada Second Order Predation, apresenta um quadro onde os seres humanos e os predadores entraram em um conflito mortal. Tal teoria, defendida por Elin Whitney-Smith em seu artigo intitulado *Clovis and Extinctions – Overkill, Second Order Predation, Environmental Degradation in a Non Equilibrium Ecosystem* (2003) enfatiza as relações conflituosas que existem entre predadores quando um novo elemento entra num hábitat e abala o equilíbrio entre predadores e presas que existia antes da entrada deste novo elemento. Os seres humanos, ao adentrarem na América, tiveram que competir com predadores poderosos tais como o *Smilodon fatalis*, também conhecido como tigre-dente-de-sabre. Conforme os grupos humanos iam aniquilando os predadores rivais, o número de herbívoros aumentou para além da capacidade de suporte dos hábitats, levando-os à exaustão. Com esta exaustão, a fome (e não os grupos humanos) se encarregou de ser a protagonista da grande mortandade de herbívoros.

Também existem autores que afirmam que as mudanças climáticas foram as principais responsáveis pela extinção da megafauna, e que os grupos humanos apenas atuaram como um fator secundário neste processo (MARSHALL, 1984 *apud* CHICHKOYAN, 2011, p. 19). Tal teoria, conhecida como *golpe de misericórdia*, retira dos seres humanos o peso da culpa pelo extermínio da megafauna. Segundo esta teoria, a megafauna

já estava fadada à extinção quando da chegada dos primeiros grupos humanos na América. Os caçadores-coletores de então somente teriam acelerado um processo que já estava em andamento. As mudanças climáticas da transição entre o pleistoceno e o holoceno geraram mudanças na vegetação que, de alguma forma, tiveram um grande impacto sobre a megafauna herbívora, o que, conseqüentemente, também ocasionou um forte impacto em seus predadores. Estes eventos geraram um efeito dominó, tendo a humanidade contribuído, de maneira não deliberada, para a queda das últimas peças.

Já uma outra teoria defende que houve uma relação mais estreita entre as mudanças climáticas e os fatores antrópicos no desaparecimento da megafauna americana. Esta teoria, denominada *Zigue-Zague Roto* (CIONE *et al.*, 2003, 2009 *apud* CHICHKOYAN, 2011, p. 19), propõe que os grupos humanos teriam um papel fundamental dentro das extinções que, embora já em andamento por causas ambientais, poderiam ter durado um tempo muito maior caso não existisse a ação humana para dar uma nova dinâmica a este processo.

Há ainda a teoria dos refúgios florestais, exposta no artigo do geógrafo Pedro Hauck intitulado *Teoria dos Refúgios Florestais: distribuição e evolução das paisagens ao fim do pleistoceno* (2009). Neste artigo, abordam-se as mudanças climáticas que existiram no planeta Terra durante o final do Pleistoceno devido à glaciação que então ocorria, chamada de Würm-Wisconsin. Durante esta glaciação, houve a retração da água do mar, modificando as paisagens litorâneas da Terra. Com o resfriamento do planeta, o nível dos oceanos caiu, fazendo com que houvessem modificações nas correntes marítimas localizadas no litoral brasileiro, o que ocasionou uma grande perda de umidade e, conseqüentemente, alterando os padrões de vegetação em extensas áreas continentais. Os animais da megafauna, acostumados a determinados padrões vegetacionais, viram seus habitats diminuir consideravelmente e, com isso, tiveram que ocupar regiões menores, os ditos refúgios florestais, que se localizavam em determinados planaltos, serras e alguns relevos propícios à manutenção dos antigos padrões vegetacionais, onde ainda predominavam condições ambientais que podiam sustentar a megafauna. Entretanto, a diminuição do espaço aumentou a competição pelos recursos escassos, fazendo com que, ao prazo de alguns milênios, houvesse a extinção da megafauna nos refúgios. Desta forma, os grupos humanos constituiriam um fator secundário na extinção.

É preciso salientar que a ausência de um grande volume de pesquisas, principalmente de escavações e análises laboratoriais dos materiais encontrados em sítios arqueológicos que apresentem sinais de caçada da megafauna no continente americano, faz com que toda e qualquer teoria sobre a extinção da megafauna apresente uma grande dose de conjecturas. Um bom exemplo disso é a teoria do Zigue-Zague Roto que, conforme Chichkoyan (2011, p. 70) é a que melhor explica o desaparecimento da megafauna na região dos pampas. Entretanto, a autora é clara ao afirmar que nesta região da América do Sul seres humanos e megafauna conviveram por um período de 3000 a 4000 anos (2011, p. 11).

Existem outras teorias que tentam explicar o desaparecimento da megafauna do continente americano. Todas elas, assim como as apresentadas aqui de maneira extremamente resumida, parecem

procurar uma posição numa gangorra que ora pesa para o lado da humanidade e seu papel desestabilizador e ora pesa para as questões climáticas, retirando da humanidade o peso da “culpa”.

De qualquer maneira, independente do grau de influência exercido pelos grupos humanos sobre a extinção da megafauna, o desaparecimento destes grandes animais marcou uma transição de enormes proporções sobre a paisagem do continente americano. A partir de tal desaparecimento, novas relações ecológicas foram estabelecidas. Nestas novas relações, o ser humano passou a ser não apenas uma novidade desestabilizadora, mas um elemento a mais nos diferentes ecossistemas que emergiram na transição entre o pleistoceno e o holoceno.

Não há suficientes pesquisas para estabelecermos qual o espectro temporal da primeira onda de impacto sobre a fauna americana exercida pelos grupos pré-históricos que se estabeleceram no continente. Será que este impacto ficou restrito à megafauna? Outras espécies também foram impactadas no mesmo nível que as espécies da megafauna? Existe, com absoluta certeza, a necessidade de estudos de caráter regional que possam ampliar nosso conhecimento a respeito deste tema. Os povos ameríndios, após sua rápida dispersão pelo continente, criaram estruturas socioeconômicas bastante diferenciadas onde os recursos ambientais eram utilizados em maior ou menor grau, causando um maior ou menor estresse nos ecossistemas em que habitavam. Sociedades estatais, como a Maia, por exemplo, parecem ter usado os recursos ambientais da região que habitavam de maneira intensa, gerando fortes impactos na paisagem tais como o desmatamento que, conseqüentemente, ocasionaria impactos sobre a fauna. Já outras sociedades perseveraram no modelo de caça-e-coleta, gerando um impacto menor sobre a paisagem.

A SEGUNDA ONDA DE IMPACTO: A CHEGADA DOS INVASORES EUROPEUS AO CONTINENTE AMERICANO

Se ainda pairam dúvidas a respeito do quão impactante foi a ação humana sobre a megafauna pleistocênica, não resta nenhuma dúvida a respeito do impacto gerado por uma segunda migração humana ao continente americano e cuja datação não vai muito além dos quinhentos anos. A invasão e subsequente colonização europeia da América foi um evento traumático não só para os povos ameríndios, mas também para toda a paisagem americana. Os invasores não vieram sozinhos. Eles trouxeram consigo uma flora e uma fauna completamente alienígenas ao continente americano. Desta forma, a invasão e colonização não se deram apenas por seres humanos que poderiam, depois de um espaço temporal relativamente pequeno, adaptarem-se perfeitamente aos novos ambientes por eles encontrados, integrando-se perfeitamente aos mesmos. Muito pelo contrário, os invasores empreenderam a árdua tarefa de transformarem os territórios recém-dominados, tornando-os lucrativos através da implementação de plantações tais como as de cana-de-açúcar, por exemplo, que ocupou uma grande extensão de terras no litoral do nordeste do Brasil.

Esta segunda onda de impacto sobre a fauna americana foi analisada por nós a partir de suas bases socioeconômicas. Se na análise da possível primeira onda de impacto sobre a fauna americana nos utilizamos de uma abordagem que pouco se adentra nos fatores socioeconômicos por serem estes de difícil apreciação, sendo necessárias um número muito maior de pesquisas para uma maior compreensão dos mesmos, na análise que faremos da segunda onda de impacto os fatores socioeconômicos são inequívocos pois são os principais, quando não os únicos envolvidos. Em outros termos, se na primeira onda de impacto ainda subsiste a possibilidade dos seres humanos serem um fator secundário na extinção de um grande número de espécies animais, na segunda onda não temos a menor chance de escaparmos da condenação. Há sangue em nossas mãos, e muito!

Não é de nosso propósito aqui traçar um quadro histórico pormenorizado a respeito de como se deu a invasão europeia e de qual foi seu impacto sobre as diversas faunas regionais existentes no continente americano. Pretendemos apenas traçar um quadro histórico geral que possa nos servir de orientação. Focaremos nossa análise nos capítulos mais impactantes desta invasão, focando nos acontecimentos ocorridos em território brasileiro.

Se na primeira onda de impacto os grupos humanos que adentraram o continente americano poderiam ser considerados como uma nova espécie predadora e, com isso, ter causado importantes alterações no equilíbrio ecológico então existente, na segunda onda de impacto os novos grupos humanos que chegaram ao continente não constituíam somente mais uma espécie predadora e sim uma espécie *transformadora*, capaz de fazer grandes modificações nos ecossistemas em que se instalava num prazo extremamente curto de tempo. Muito além de tão somente predação em altíssima velocidade os recursos ambientais locais, os novos grupos humanos trouxeram uma enorme gama de novas espécies vegetais e animais para o continente, isso sem contar o enorme número de microrganismos que atravessaram o Atlântico. Tais microrganismos acarretaram uma grande catástrofe para os grupos indígenas já há milênios instalados no continente. Só a enorme e rápida queda da população indígena deve ter acarretado modificações ambientais em larga escala. Muitas destas novas espécies animais e vegetais introduzidas pelos invasores europeus suplantaram as nativas em número e em área ocupada, alterando drasticamente a paisagem americana. Desta forma, podemos ver como a zona da mata do nordeste brasileiro foi, num espectro temporal extremamente curto, ocupado por uma nova espécie vegetal, a cana-de-açúcar. Também temos que considerar o rápido desmatamento da mata atlântica em todo seu espaço ocupado e sua substituição por pastagens, plantações e cidades. O gado bovino, hoje estimado em cerca de 209 milhões de cabeças somente no Brasil (Associação Brasileira de Indústrias Exportadoras de Carnes, 2014), talvez seja a marca mais característica da “nova fauna” do continente americano.

Esta nova fauna do continente americano possui uma característica marcante que a singulariza e a torna um objeto de reflexão para a arqueologia e para todas as demais disciplinas humanas e naturais. Esta

nova fauna, representada por bois, porcos, caprinos, cavalos, galináceos etc., foi trazida intencionalmente para cá⁶. Sua presença aqui deriva da determinação dos invasores em modificar a paisagem a fim de tirar maior proveito dela. Uma forma de compreendermos o impacto que esta decisão causou sobre a fauna nativa da América e, mais especificamente, do Brasil pode ser medido observando-se a área destinada a estes animais e a área onde a fauna nativa ainda não enfrenta sua competição.

Analisemos a questão do gado bovino. Não havia no continente americano nenhum exemplar nativo das espécies *Bos Taurus* (gado europeu) e *Bos Indicus* (gado Zebu) isto é, algumas variedades do gado tal como o conhecemos hoje antes da chegada dos europeus. Um parente próximo no continente americano é o bisão que, até há algumas décadas, corria sério risco de extinção. A chegada do gado bovino ao continente americano é reconhecidamente um feito humano historicamente datável e sua expansão tanto demográfica quanto geográfica pode ser estudada através de farto material documental. Este animal representava não apenas uma importante fonte alimentar para os invasores europeus, mas também representava uma “força-de-trabalho” bastante apreciada pois, com o uso da força deste animal, podia-se transportar materiais pesados com os quais a infraestrutura colonial foi se constituindo (SILVA, BOAVENTURA, FIORAVANTI, 2012). Portanto, a cultura material relacionada com a pecuária não se limita aos espaços rurais, mas se encontra disseminada, de maneira difusa, pelos edifícios coloniais das cidades brasileiras assim como com as estradas que ligavam as cidades mais importantes. Tais características de animal de tração e animal de abate fizeram com que esta espécie tenha sido uma das preferidas para ser trazida para cá.

O gado bovino adaptou-se bem aos diversos novos habitats em que ele foi introduzido pelos europeus durante a expansão marítima dos séculos XV nas ilhas Açores e nas Canárias; XVI na América do Sul, Central e México; XVII na América do Norte e XVIII na Austrália e Nova Zelândia (CROSBY, 1993). Em muitos desses lugares o gado, mesmo sem a presença constante do colonizador europeu ao seu lado, foi extremamente bem-sucedido, multiplicando-se em grande quantidade e tornando-se, em muitos casos, selvagem e arredio (CROSBY, 1993). No Brasil, o gado encontrou terreno fértil, multiplicando-se em enorme número até superar a própria população humana no início do século XXI. Ao gado também pode ser dada parcela significativa do sucesso no processo da conquista europeia das áreas interioranas do Brasil pois acompanhou os colonizadores rumo a novas terras, como destacam (SILVA, BOAVENTURA, FIORAVANTI, 2012, p. 36):

Com a crescente ocupação de terras e o fortalecimento da economia no litoral, a interiorização rumo ao Brasil Central e Nordeste era questão de tempo. Entre os séculos XVII e XVIII, a introdução e disseminação de gado eram correlatas ao crescente populacional

⁶ Uma incômoda exceção a este fato é o rato doméstico, que não chegou aqui pela vontade do invasor europeu mas que se instalou com enorme sucesso nas cidades brasileiras.

humano e à busca por áreas de mineração. A busca por minérios e a captura de índios foram catalisadores do processo de interiorização dos rebanhos bovinos no Brasil Colônia.

Contudo, o sucesso do gado significa o desastre para muitas espécies nativas que veem seus habitats rapidamente sendo tomados por pastagens. Hoje, aproximadamente 20% do território brasileiro está ocupado por pastagens, o que corresponde a cerca de 174 milhões de hectares (Associação Brasileira de Indústrias Exportadoras de Carnes, 2014). O país exporta carne e este fato constitui um dos mais fortes argumentos para a manutenção e crescimento do rebanho bovino.

Entretanto, o crescimento do rebanho bovino gera uma grande alteração na paisagem devido ao fato deste crescimento se dar em prejuízo da cobertura florestal. O gado bovino precisa das pastagens para se alimentar. As florestas não são bons lugares para a fixação do rebanho bovino pois são pobres em vegetação rasteira devido ao fato de que as copas das árvores não permitirem que suficiente luz do sol atinja o solo. Com isso, os pecuaristas desmatam grandes extensões de cobertura florestal para dar espaço à crescente demanda de pastagens. Este desmatamento é, em si, um fator importante na diminuição e eliminação da fauna americana e sua substituição pela “nova” fauna, pois destrói os habitats das espécies nativas. Com a diminuição de seus habitats, é natural que o número de indivíduos pertencentes às espécies nativas se reduza devido às novas pressões ambientais.

AS LIGAÇÕES ENTRE A PRIMEIRA ONDA DE IMPACTO E A SEGUNDA ONDA DE IMPACTO SOBRE A FAUNA AMERICANA

Embora sejam eventos separados por aproximadamente 14.500 anos, a chegada dos primeiros seres humanos ao continente americano e a posterior chegada dos invasores europeus, em certos aspectos, marcam a chegada de novas espécies animais ao continente e que, em intensidades diferentes, causaram sérios danos à fauna americana. Os migrantes que formariam as populações Clovis constituíam uma novidade por eles mesmos. A fauna americana de então (mais especialmente a megafauna) não estava preparada para enfrentar as táticas de caça dos seres humanos e, pode-se conjecturar, foram vítimas da inexperiência diante de um novo predador. Já a chegada dos invasores europeus trouxe ao continente estruturas socioeconômicas que demandavam transformações intensas na paisagem, incluindo a introdução de espécies animais alóctones tais como o gado bovino, os cavalos, os galináceos, etc. Portanto, novidades faunísticas (incluindo a espécie humana como uma destas novidades) marcam um dos pontos de ligação entre as duas ondas de impacto sobre a fauna do continente americano. Nos dois casos, as “espécies invasoras” trouxeram modos de ocupação da paisagem que ocasionaram sérios danos às espécies nativas.

É provável que os migrantes que formariam as populações Clovis tenham trazido com eles ao menos uma espécie animal, o cão (RICK *et al.*, 2008). Embora não haja evidências materiais, é possível que o trabalho em equipe destas duas espécies de mamífero tenha alcançado um mortífero grau de eficiência, levando diversas espécies da fauna americana de então à extinção num prazo bastante curto. Os cães podem ter sido um fator decisivo para que os humanos pudessem extinguir a megafauna do continente americano. Tal hipótese levou o paleontólogo Fiedel a escrever um artigo com o interessante título de: *Man's best friend – mammoths worst enemy? A speculative essay on the role of dogs in Paleoindian colonization and megafaunal extinction* (O melhor amigo do homem – o pior inimigo do mamute? Um ensaio especulativo sobre o papel dos cães na colonização paleoíndia e na extinção da megafauna).

Mas, se ainda pairam muitas dúvidas sobre a possível parceria entre humanos e cães na primeira onda de impacto sobre a fauna americana, não resta nenhuma dúvida sobre a parceria entre os invasores europeus e as espécies que os acompanhavam nas caravelas. A colonização europeia não pode ser entendida como se fosse apenas uma colonização feita por seres humanos sobre os territórios tradicionais de outros seres humanos. Em nosso entendimento, todo um coletivo de espécies, sob o comando dos seres humanos, conquistou e colonizou os territórios de um outro coletivo de espécies até ao ponto em que alcançou a supremacia, relegando o coletivo nativo a uma parcela cada vez menor de seus territórios tradicionais.

AS EXTINÇÕES DO ANTROPOCENO

Embora o foco deste artigo seja a análise das duas ondas de impacto sobre a fauna do continente americano, algumas poucas palavras sobre a questão das rápidas transformações ambientais pelas quais passa todo o planeta atualmente se fazem necessárias.

É cada vez maior o número de estudiosos que pesquisam algo que ainda não goza de plena aceitação no mundo acadêmico e nem ao menos é algo famoso, conhecido pelo público em geral. Mas este algo cresce e começa a chamar cada vez mais a atenção devido ao fato de ser algo “vivo”. Estamos falando de um novo tempo caracterizado pelos inequívocos e inquietantes sinais de nossa presença no planeta. Este novo tempo já recebeu um nome que é cada vez mais divulgado e conhecido: antropoceno (STEFFEN, CRUTZEN, MCNEILL, 2007).

O conceito de antropoceno nasceu da necessidade de se nomear uma época da história geológica do planeta que é caracterizada pelos sinais deixados por uma de suas espécies de mamífero que, num tempo bastante curto, deixou marcas que atestam rápidas alterações das paisagens naturais tais como: extinções de diversas espécies, modificações abruptas da flora e fauna de diversos lugares, alterações nos relevos de

algumas regiões, além de modificações em cursos de rios, criação de grandes lagos, desaparecimento ou diminuição de grandes corpos d'água, etc..

Os intensos debates em torno do antropoceno são entendidos por nós como sendo de enorme importância para a arqueologia. A enormidade da produção material da humanidade desde o advento da revolução industrial no século XVIII pode ser comparada à uma das grandes forças da natureza que modelam paisagens continentais e que deixam marcas duradouras de suas existências. Portanto, acreditamos que se faz necessário um aprofundamento da arqueologia nesta questão de alcance universal. Em outras palavras, propomos uma arqueologia do antropoceno, isto é, uma arqueologia voltada para a questão do impacto humano sobre o meio ambiente a partir de eventos tais como o domínio do fogo, da agricultura e domesticação de animais, mas que tenha como foco as rápidas alterações acontecidas desde o advento da revolução industrial no século XVIII.

Neste sentido, é sempre necessário lembrar o quão impactante tem sido nossa presença no planeta nos últimos milênios:

A partir de los años setenta, en primer lugar, empezaron a cobrar pujanza aquellas teorías que ponían el énfasis en la intervención humana. El papel de nuestra especie, e incluso de alguna otra emparentada con nosotros como el Homo neanderthalensis, pudieron haber jugado un papel decisivo al convertirse en un depredador muy eficaz o en un fuerte competidor. Por otro lado, en lo que respecta al Holoceno, la acción humana ha sido determinante. Quizá el término de Sexta Extinción sea demasiado precipitado y catastrofista, pero el paso de las sociedades de cazadores-recolectores a agrícolas-ganaderas, más o menos sedentarias, conllevó una clara modificación del medio en respuesta a las necesidades de estas poblaciones. El desarrollo de la sociedad industrial de forma incipiente en el siglo XVIII, claro en el XIX y máxime en las centurias XX y XXI, ha llevado este impacto a sus cotas más altas. La singularidad de nuestra especie, dentro del reino animal, nos posibilita aumentar la calidad de vida a expensas de la modificación del medio ambiente (habitualmente degradándolo) lo que, potenciado por el elevado crecimiento demográfico sufrido en el pasado S. XX, ha dado lugar a un aumento de las tasas de extinción de las especies o lo que comúnmente se ha llamado Sexta Extinción. A pesar de que hoy día parece haber cierta consciencia de los efectos de la actividad humana, cabe remarcar que existe una “deuda de extinción” pendiente, fruto del desfase entre la causa (la destrucción de los hábitats) y los efectos (es decir, las extinciones) (GUAL & POLO, 2011, p. 9)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso impacto sobre o meio ambiente deve fazer parte de nossa reflexão diária como cidadãos de um mundo cada vez mais globalizado e como contemporâneos de uma era marcada pela crescente presença de nossas marcas no planeta. As grandes extinções ocorridas na transição entre o pleistoceno e o holoceno foram vistas por nossos ancestrais que, talvez, tenham participado ativamente no processo. No caso de terem eles protagonizado estas extinções, será que tinham consciência do impacto destas matanças sobre o ambiente? A pergunta é interessante mas não faz mais sentido. Está feito e ponto final. Mas uma outra pergunta pode ser formulada a partir desta. Será que nós, seres humanos viventes na transição entre o holoceno e uma nova era que já começa a ser chamada por alguns estudiosos de antropoceno, temos consciência de nosso impacto no meio ambiente global?

A necessidade de mudarmos nossas atitudes em relação ao meio ambiente começa a gerar um novo conjunto de ideias e práticas. Estas ideias e práticas começam a interferir na cultura material, tornando-se parte, desta forma, do interesse arqueológico. Entre estas novas ideias destacamos aqui uma que recebeu o nome de antiespecismo. Para explicarmos o conceito de antiespecismo é necessário explicarmos a sua antítese, o especismo, termo que foi cunhado a partir das ideias do psicólogo britânico Richard H. J. D. Ryder que, em 1970, cunhou o termo especeísmo que, mais tarde, foi modificado para especismo. Para explicarmos o conceito de especismo nos utilizaremos de dois conceitos mais antigos e por isso melhor conhecidos (o racismo e o sexismo). Estes conceitos mais antigos estão relacionados à ideia de especismo e, por este motivo, serão valiosos para a explanação do mesmo, assim como de sua antítese, o antiespecismo.

O racismo é atitude de atribuir a diferentes etnias diferenciados graus hierárquicos onde umas etnias são consideradas superiores às outras. Desta forma, o nazismo, uma das muitas formas de racismo, conferia à etnia “ariana” o título de superior a todas as demais. Outras etnias, tais como aquelas dos povos africanos, eram consideradas inferiores. O racismo, ao elevar uma etnia como superior às demais, faz com que as reivindicações das “raças inferiores” não sejam levadas em consideração. O que realmente importa, segundo a visão racista de mundo, é que os objetivos da “raça superior” sejam alcançados.

O sexismo é a atitude de atribuir a um dos sexos em que se divide a espécie humana um grau hierárquico superior ao outro, fazendo com isso com que as reivindicações do sexo “inferior” não sejam levadas a sério. O machismo é um sexismo centrado nos interesses masculinos. Tal atitude se encontra bastante disseminada em todas as esferas sociais. Dentro da arqueologia o machismo se manifesta em pesquisas onde o papel das mulheres é apagado ou menosprezado, fazendo-as aparecerem apenas como coadjuvantes numa história eminentemente masculina. Tal atitude foi combatida dentro da arqueologia pelas pesquisadoras que desenvolveram vertentes dentro da disciplina tais como a arqueomitolgia e a arqueologia de gênero.

O especismo se iguala ao racismo e ao sexismo na medida em que também ele hierarquiza um conjunto complexo de relações. O especismo confere um grau de superioridade a uma única espécie do planeta (a humana), fazendo com que outras milhões de espécies que compartilham o planeta conosco sejam consideradas apenas como recursos econômicos a serem utilizados, pragas a serem evitadas, ameaças a serem combatidas, obstáculos a serem removidos, dados estatísticos a serem contabilizados, cobaias a serem usadas em laboratórios, curiosidades a serem expostas em zoológicos, diversões a serem usufruídas e companhias a serem amadas durante um tempo e abandonadas nas ruas mais tarde. Em outras palavras, o especismo é a atitude de não nos importamos com os interesses das milhões de outras espécies do planeta.

Hoje existe um crescente número de pessoas que se declaram antiespecistas. As organizações antiespecistas defendem agendas de mudanças que vão do nível das atitudes individuais tais como o veganismo (hábito de não utilizar de nenhum produto que contenha qualquer forma de exploração e sofrimento animal) até agendas de espectro mais amplo como a promulgação de leis de defesa dos animais em diversos países. Chama a atenção o fato de a cultura material de nosso tempo (início do século XXI) demandar um número impressionante de animais e de transformação de habitats. As grandes pastagens que substituem florestas; as florestas “bem organizadas” de eucaliptos que substituem enormes extensões de florestas nativas a fim de alimentarem a indústria de celulose; os megaempreendimentos de infraestrutura tais como hidrelétricas, sistemas de irrigação, portos, etc., que demandam grandes transformações nos habitats impactados, e até os milhões de animais usados como cobaias nos laboratórios de produtos tão diversos como medicamentos e cosméticos. Participamos de uma era ultradependente de produtos de origem animal ou de produtos testados em animais.

Mas, alguém poderia perguntar: o que esta discussão sobre especismo e antiespecismo tem a ver com a extinção da megafauna e com o processo de invasão e colonização da América pelos europeus? O que esta discussão tem a ver com arqueologia?

Nosso impacto sobre a paisagem natural vai depender, em grande medida, de nossas atitudes e de nossos valores, expressos em nossa estrutura socioeconômica, em nossas crenças religiosas, em nossa ideologia e em nossa cultura material. Não sabemos como os animais da megafauna eram vistos pelos imigrantes Clovis. Talvez fossem vistos como recursos alimentares ou como ameaças a serem combatidas, mas certamente sabemos como os animais eram vistos pelos imigrantes europeus que chegaram ao continente americano muitos milênios mais tarde. Não restam dúvidas de que os animais eram vistos, em grande medida, como mercadorias pelos colonizadores europeus. A “mercadorização” dos animais é uma forma de “mercadorização” das paisagens. E esta “mercadorização”, colocada em prática a partir da colonização europeia, produziu, em cinco séculos, profundas alterações no meio ambiente, levando a um elevado número de extinções. Devemos salientar que enquanto os grupos caçadores-coletores necessitavam, na maioria das vezes, caçar animais que haviam nascido em liberdade, os consumidores de carne de hoje têm a sua disposição

milhões de animais que já nasceram como produtos. E é este “nascer como produto” que constitui uma ponte a mais para a arqueologia no estudo desta questão, pois representa o ponto de interface entre o animal como elemento da natureza e o animal como elemento da cultura material. As enormes transformações físicas sofridas pelos bovinos (apenas para citarmos um exemplo) através da seleção artificial a eles aplicada há milênios pelos pecuaristas igualmente atestam esta interface entre natureza e cultura material. A seletividade genética imposta a estes animais pelos pecuaristas representa o mais alto grau de dominação que uma espécie pode ter sobre outra, já que atua como uma “segunda natureza”, um “segundo ambiente” a impor processos seletivos.

Mas, afinal de contas, onde esta situação vai parar? Onde vamos chegar se continuarmos na mesma trajetória? Talvez não seja nenhum exagero dizer que já existe no mundo uma *antropofauna*, isto é, uma fauna disseminada pelo mundo através da determinação de algumas sociedades humanas a partir da seletividade artificial imposta a diversas espécies animais que se iniciou, timidamente, no paleolítico superior com a domesticação do cão, avançando aceleradamente pelo neolítico e impondo-se sobre o mundo inteiro a partir da revolução industrial. Os imensos rebanhos bovinos pastando em território brasileiro constituem exemplos claros da antropofauna. Mas, será que existe alguma maneira de reverter ou, ao menos, minimizar o impacto da antropofauna que, cada vez mais, se expande às custas das faunas nativas? Se depender do atual modelo de consumo a resposta é um retumbante não.

Embora nossa intenção não seja realizar um estudo aprofundado da questão do quão impactante o consumo de produtos de origem animal na atualidade está sendo para o meio ambiente, algumas poucas palavras se fazem necessárias.

Segundo o documento intitulado *Projeções do Agronegócio: Brasil 2012/2013 a 2022/ 2023. Projeções de longo prazo* (BRASIL, 2013), documento elaborado pelo ministério da agricultura, pecuária e abastecimento, no ano de 2012 foram abatidas 31.117.549 cabeças de gado bovino somente no território brasileiro (BRASIL, 2013, p. 45) a fim de atender a demanda de 142 diferentes mercados nacionais (BRASIL, 2013, p. 50). Os números da matança se tornam ainda mais assustadores quando entramos em contato com os relatórios que tratam da mesma questão em nível mundial. De acordo com o *Meat Atlas – facts and figures about the animals we eat*, relatório desenvolvido pela fundação Heinrich Boll e pela *Friends of the Earth Europe* (2014, p. 15), no ano de 2011 foram abatidas 296.000.000 de cabeças de gado bovino, 1.383.000.000 de porcos, 58.110.000.000 de galináceos, além de outros milhões de animais tais como búfalos, carneiros, patos, etc. Por trás da frieza destes números é necessário pensar a respeito dos imensos recursos naturais necessários para alimentar estes animais antes que eles se transformem em nosso alimento. O avanço de culturas agrícolas tais como a soja sobre áreas florestais tais como as da Amazônia se dá, em grande parte, devido ao fato de que os milhões de animais abatidos anualmente precisam de suplementos alimentares a base de ração. A soja se torna ração para os animais que criamos enquanto avança sobre a paisagem florestal

que durante milênios serviu de hábitat para milhares de espécies nativas (APROSOJA MT, 2014). Desta forma, não apenas os animais de criação sofrem os impactos do atual modelo de produção e consumo. Os animais selvagens são vítimas ainda maiores, pois perdem seus habitats, que são substituídos pelas monoculturas e pastagens necessárias para a atual produção de alimentos. Neste processo, os povos tradicionais perdem seus territórios para os grandes pecuaristas e monocultores, causando uma perda cultural de grandes consequências. O abismo se torna mais largo e profundo a medida que começamos a relacionar a questão da produção e consumo de produtos de origem animal com questões ambientais, sociais, econômicas, filosóficas, etc.

Mas qual a ligação entre a discussão apresentada acima e a questão dos direitos dos animais em nossos dias? Para que a fauna nativa do continente americano possa sobreviver é necessário preservar seus habitats. O direito primordial da fauna nativa, pelo nosso entendimento, é o de usufruir de seus habitats naturais. Conforme a pecuária e a monocultura avançam sobre áreas florestais, os habitats de diversas espécies vão desaparecendo e, desta forma, as próprias espécies nativas também vão desaparecendo. Neste processo, poucas espécies de uma fauna alóctone ocupam o lugar de muitas espécies da fauna nativa. É preciso ressaltar que ambas as faunas apresentadas (a nativa e a alóctone) sofrem com a perda de seus direitos: a fauna nativa sofre a perda de seus habitats e o risco de extinção, enquanto a fauna alóctone (neste caso o gado bovino e outras espécies de uso comercial) sofre com o fato de ser manipulada a um grau extremo, ultrapassando um limiar ainda a ser discutido sobre até que ponto são animais e até que ponto podem ser considerados como um elemento da cultura material.

Não temos plena noção do quão impactante foi nosso papel na extinção da megafauna pleistocênica no continente americano. Isso se deve ao número ainda insuficiente de sítios arqueológicos e paleontológicos pesquisados. Muitas mais pesquisas precisam ser realizadas a fim de tirar nossas dúvidas a este respeito. Entretanto, a matança de animais tanto selvagens quanto de criação em nossos dias não deixa dúvidas quanto ao nosso papel. Se as ações humanas no passado e suas consequências constituem uma fonte inesgotável de interesse para os arqueólogos e pessoas interessadas em arqueologia, as ações humanas atuais, e suas consequências de médio e longo prazo, constituem uma fonte inesgotável de interesse não só para arqueólogos e pessoas interessadas em arqueologia, mas para qualquer pessoa com suficiente discernimento para saber que alguma coisa precisa mudar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADA, A. C.R.M.S.; MATOS, L. O. Entre a Ciência, a Propaganda e o Poder: Onde Está o “Berço do Homem Americano”? *Revista de Arqueologia Pública*, Edição especial referente à I semana de arqueologia da UNICAMP – arqueologia e poder, Campinas, p. 1-28, 2013.
- APROSOJA MT. *Os usos da soja*. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/sobre-a-soja/Paginas/Os-usos-da-Soja.aspx>>. Acesso em: 14 mar. 2014.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNES – ABIEC. *Pecuária Brasileira*. Disponível em: <http://www.abiec.com.br/3_pecuaria.asp>. Acesso em: 04 mar. 2014.
- BRASIL. *Projeções do Agronegócio: Brasil 2012/2013 a 2022/ 2023*. Projeções de Longo Prazo. Brasília, 2013.
- CHICHKOYAN, K. V. *Grandes mamíferos del Sur: Extinciones Sudamericanas y la Colección Rodrigo Botet del Museo de Ciencias Naturales de Valencia, España*. 2011. Tese (Doutorado) – Universidad nacional de Rio Negro, San Carlos de Bariloche, 2011.
- CROSBY, A. W. *Imperialismo Ecológico. A Expansão Biológica da Europa: 900 – 1900*. São Paulo: Editora Schwarcz, 1993.
- GUAL, J. F.; POLO, F. C. El Concepto de Extinción en el Cuaternario. *Ab Initio*, n. 4, p. 3-14, 2011.
- FIEDEL, S. J. Man’s best friend – mammoths worst enemy? A speculative essay on the role of dogs in Paleoindian colonization and megafaunal extinction. In: *World Archaeology*, v. 37, p. 11-25, 2005.
- HAUCK, P. A. Teoria dos Refúgios Florestais: distribuição e evolução das paisagens ao fim do pleistoceno. In: *Revista Geografar: VII Seminário Interno de Pós-Graduação em Geografia*, p. 76- 77, 2009.
- HEINRICH BOLL FOUNDATION; FRIENDS OF THE EARTH EUROPE. *Meat Atlas -Facts and Figures About the Animals We Eat*. Berlim, 2014.
- HISCOCK, P. Early Old World Migrations of Homo Sapiens: Archaeology. In: *The Encyclopedia of Global Human Migrations*. Oxford: Blackwell Publishing Ltda, 2013.
- KOCH, P. L.; BARNOSKY, A. D. Late Quaternary Extinctions: State of the Debate. *The Annual Review of Ecology, Evolution and Systematics*, n. 37, p. 215-250, 2006.
- LIMA-RIBEIRO, M. S.; DINIZ-FILHO, J. A. F. *Modelos Ecológicos e a Extinção da Megafauna: Clima e Homem na América do Sul*. São Carlos: Editora Cubo, 2013.
- MAZOYER, M.; ROUDART, L. *História das Agriculturas no Mundo: do Neolítico à Crise Contemporânea*. Brasília: Editora da UNESP, 2010.
- RICK, T. C.; WALKER, P. L.; WILLIS, L. M.; NOAH, A. C.; ERLANDSON, J. M.; VELLANOWETH, R. L.; BRAJE, T. J.; KENNETT, D. J. Dogs, humans and island ecosystems: the distribution, antiquity and ecology of domestic dogs (*Canis familiaris*) on California’s Channel Islands, USA” *The Holocene*, n. 18, p. 1-11, 2008.

A FAUNA AMERICANA SOB ATAQUE:

AS DUAS ONDAS DE IMPACTO DA PRESENÇA HUMANA SOBRE A FAUNA DO CONTINENTE AMERICANO E UM PEQUENO DEBATE SOBRE A QUESTÃO DOS DIREITOS DOS ANIMAIS EM NOSSOS DIAS

RIVERO, D. E. La Transición Pleistoceno-Holoceno (11.000 – 9.000 AP) En las Sierras de Córdoba (Rep. Argentina). *Revista del Instituto de Arqueología*, n. 16, p. 175-189, 2010.

SILVA, M. C.; BOAVENTURA, V. M.; FIORAVANTI, M. C. S. História do Povoamento Bovino no Brasil Central. *Revista UFG*, n. 13, p. 34-41, dez. 2012.

STEFFEN, W.; CRUTZEN, P.; MCNEILL, J. The Anthropocene: are humans now overwhelming the great forces of nature? *Ambio*, v. 36, n. 8, p. 614-621, Dez. 2007.

TARLOW, S.; STUTZ, L. N. Can an Archaeologist be a Public intellectual?. *Archaeological Dialogues*, Cambridge, v. 20, p. 1-5, 2013.

WHITNEY-SMITH, E. *Clovis and Extinctions – Overkill, Second Order Predation, Environmental Degradation in Non-Equilibrium Ecosystem*. Disponível em: <<http://quaternary.net/WhitneySmithExtinctionSD2004.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2014.

Recebido em:16/08/2015
Aprovado em:15/09/2015
Publicado em:27/10/2015

**“EGIPTO ES UN DON DEL NILO”: LA INUNDACIÓN ANALIZADA DESDE EL
PUNTO DE VISTA GRIEGO**

‘Egypt is a gift of the Nile’: the flood analyzed from a Greek point of view

María Engracia Muñoz-Santos

Vol. XII | n°24 | 2015 | ISSN 2316 8412



“Egipto es un don del Nilo”: La inundación analizada desde el punto de vista griego

María Engracia Muñoz-Santos¹

Resumen: El espíritu científico e investigador de los antiguos griegos no pudo resistirse a indagar sobre las causas de las crecidas del río Nilo. Muchos de ellos solo señalaron el desbordamiento y otros conjeturaron sobre este. A veces, desde el punto de vista egiptológico, olvidamos cuán interesantes son las fuentes clásicas para desarrollar una metodología pluridisciplinar y conocer mejor aquellos momentos.

Palabras-clave: Río Nilo, Inundación, Fuentes Griegas, Egipto Ptolemaico.

Abstract: The scientific and research spirit of the ancient Greeks could not resist to investigate the causes of the flooding of the Nile River. Many of them just remarked its overflow, and others just speculated about its causes. Sometimes, from the point of view of the Egyptology, we forget how interesting are the classical sources to develop a multidisciplinary approach as well as a better understanding of those times.

Keywords: Nile River, Flood, Greek Sources, Ptolemaic Egypt.

Egipto ha despertado desde siempre una importante fascinación, curiosidad y atracción en otras culturas y civilizaciones. Se considera que fueron los griegos los primeros en ser seducidos por el país del Nilo ya que los primeros contactos entre habitantes de ambos lugares comienzan a darse muy pronto, exactamente desde el III milenio a.C. Son sus textos los que han perpetuado, hasta nuestros días, esta pasión. Por ello, y por ser la fuente más temprana sobre temas considerados científicos y que los egipcios nunca trataron, es importante tener en cuenta sus textos y analizarlos con detenimiento ya que pueden aportarnos una gran información.

La visión del otro por parte de Grecia, considerada como la civilización en toda la extensión de la palabra, desde su posición de centro, les hizo concebir a la periferia de su mundo heleno como “el resto del mundo” y, por tanto, el resto era bárbaro pero, al mismo tiempo, era proveedor de bienes lujosos y de prestigio. Grecia tenía una visión de estas tierras como de lo exótico. Pero también de lo subordinado y “helenizable”, es decir, civilizable. Grecia era el centro cósmico y geográfico.

Es con estos ojos con los que los viajeros griegos fueron hasta las tierras del Nilo: filósofos, eruditos, sabios, estudiosos, indagaron y buscaron respuestas a grandes preguntas que, en muchos casos, ni los sacerdotes, en muchas ocasiones, podían responder. Es esa necesidad de conocimiento insaciable, por parte de Grecia, la que creó grandes obras referidas a Egipto y, en el caso que nos ocupa, al Nilo.

¹ Albert-Ludwigs Universität Freiburg (Investigadora invitada), Alemania; y estudiante de Máster interuniversitario “Mediterráneo Antiguo” en la Universitat Oberta de Catalunya (UOC), España; y Universidad Autónoma de Barcelona (UAB), España.

Egipto era un lugar muy rico, esto se debía a las crecidas del río que lo atraviesa y fertiliza: el Nilo. Filósofos, geógrafos e historiadores helenos, que llegan al país del Nilo hacia finales del siglo VII a.C., comienzan a indagar sobre los secretos que provocaban que Egipto fuese un lugar con unas características tan especiales (PÉREZ, GÓMEZ, 2003).

Es interesante el acercamiento que estos primeros eruditos realizan. Teorizan sobre los motivos de la crecida y también sobre las consecuencias del aumento del caudal y el desbordamiento del Nilo. Pero siempre lo hacen desde un punto de vista helenocéntrico (FUTRE, 1995). Llegan incluso a comparar los hechos acontecidos al respecto con ríos de su propia patria que, por supuesto, conocen perfectamente. Egipto era un mundo bárbaro para ellos, no era un espacio civilizado, así que, salvo pocas excepciones, tendrán en cuenta las teorías y los testimonios de los propios egipcios.

“Egipto es un don del Nilo” parafraseaba Heródoto: “Egipto a la que los griegos llegan con sus naves es, para los egipcios, una tierra ganada al mar y un don del río” (HERODOTUS. II, 5, 1) a Hecateo según Arriano (ARRIAN. *Anabasis Alexandri* V, 6, 5).

El propio nombre del río, el Nilo (Νεῖλος), ha llegado hasta nosotros desde el griego a través del latín (*Nilus*). Los egipcios de la antigüedad lo denominaban *itrw* (Iteru) que literalmente significa simplemente “río” (FAULKNER, 1962) y estaba personificado en el dios Hapy (CORTEGGIANI, 2007) que según dice Pausanias tenían en Psófides las imágenes de los ríos personificados, junto con otras de otras riveras, todas ellas realizadas en mármol blanco, pero la del Nilo había sido realizada en mármol negro, aunque la verdadera explicación se pierde en este texto (del c. 150 d.C.): “Las imágenes de todos los ríos, excepto la del Nilo egipcio, están hechas de mármol blanco. Pero las imágenes del Nilo, porque baja hasta el mar a través de la región de los etíopes, acostumbran a hacerlas de mármol negro” (PAUSANIAS. *Description of Greece* VIII, 24, 11). La elección específica de este color podría deberse al limo tan beneficioso para la tierra o una herencia de la propia representación del dios en la mitología egipcia, Hapy, que era de color oscuro, o incluso del mismo Osiris, representado en este color debido a su relación con la regeneración y el renacimiento, en íntima conexión con la vida de la naturaleza del Nilo, observada por los egipcios desde los primeros tiempos de la neolitización.

Pero el primer autor griego en denominar al río como “Nilo” fue Hesíodo (c. 700 a.C.) en la *Teogonía* cuando escribe “Tetis con el Océano parió a los voraginosos ríos: el Nilo, el Alfeo, el Eridano de profundos remolinos [...]” (HESIOD. *Theogony* 340). Según Aristóteles, el nombre “Nilo” vendría dado por el limo que arrastra durante la crecida.

“Él trae cada año el nuevo limo, y de ahí que se llame Nilo” (HELIODORUS. XXII, 5) y Heliodoro nos cuenta que “el Istro y el Nilo son los mayores de los ríos que desembocan en este mar” (HELIODORUS. IX, 21, 5). En algunos autores hay una confusión entre el nombre del río y del país, así al Nilo lo llaman “Egipto”, como hace Homero en la *Iliada*, cuando en realidad quieren referirse al río (HOMER. *Iliad* II, 57; *Odisey*. III, 300; IV,

355, 477, 581; XIV, 258; XVII, 427), como apuntan Pausanias (PAUSANIAS. IX, 40, 7) o Porfirio (PORPHYRIO. *Himns* XLII, 10).

Heródoto, Hecateo y Aristóteles, tenían razón, y es que Egipto no sería nada sin su preciado Nilo. Decía este último autor sobre este país que “parece todo acabado de formar y ser obra del río” (ARISTOTLE. *Metaphysics* 352b). Estas afirmaciones se deben a la famosa crecida del Nilo que aporta nutrientes (PARRA, 2009). Eran las inundaciones anuales las que condicionaban las actividades económicas, la religión, la política y la vida en general a los antiguos egipcios. La inundación ocurría entre los meses de julio y octubre, el desbordamiento del Nilo sumergía las tierras cultivables de gran parte del valle fluvial y del delta. El Nilo regresaba a su cuenca durante los meses de abril y junio. De noviembre a abril los campos eran fértiles, cultivándose en esos momentos los alimentos que se consumirían durante todo el año. La inundación, por lo tanto, permitía una cosecha anual (BOLAÑOS, 2003).

Son muchos los autores griegos que se preguntaron sobre cómo se producía la inundación nilótica. Todos ellos tienen en común que llegan a conclusiones mediante una metodología deductiva, ya que nunca llegaron a estar en las fuentes del río. Su descubrimiento, y por tanto el conocimiento del verdadero funcionamiento del curso hidrológico del río no ocurrirá hasta el siglo XIX. De los primeros autores no han quedado testimonios directos, pero nos han llegado noticias de forma indirecta, ejemplos son Tales de Mileto (VII-VI a.C.), Anaxágoras de Clazómenas (V a. C.) y Enópides de Quíos (V a.C.).

Los primeros autores griegos que escriben sobre el Nilo son Eurípides (480-406 a.C.), Heródoto (484-425 a.C.), Esquilo (525-456 a.C.), Sófocles (496-406 a.C.) y Platón (427-347 a.C.), y además lo hacen sobre la crecida del río. Eurípides comienza su obra *Helena*, justamente haciendo referencia, tanto a esta como al origen de la misma, poniendo las siguientes palabras en boca de la protagonista, la bella Helena: “He aquí las bellas ondas virginales del Nilo, que, en lugar de la divina lluvia, riega los campos y el país de Egipto cuando la blanca nieve se disuelve” (EUR., *HEL.* 1). Para este autor es la nieve la que, al deshelarse, provoca la crecida. Otro autor del mismo siglo, Sófocles, también nos cuenta sobre la crecida y además añade las teorías sobre el motivo de esta, así nos cuenta que Anaxágoras (500-428 a.C.) pensaba que era por la nieve derretida en “las regiones por encima de Egipto”, coincidiendo por lo tanto con Eurípides. No podemos olvidar que ambos eran maestro y discípulo. Es Diodoro quien nos transmite sus palabras: “Dejando el agua del Nilo, la más bella de la tierra, el cual desborda sus corrientes desde la tierra etiópica de hombres negros, cuando se derrite la nieve” (DIODORUS SICULUS. I, 38, 4) y la misma teoría es la defendida por Esquilo (AESCHILUS. *Suppliants*, 558) y por Sófocles (SOPHOCLES. *Schol. a Apolonio de Rodas* ODAS I, V 269-7 la). Platón también hace referencia al motivo de la crecida, aunque para este autor es de abajo (desde el interior de la tierra) hacia arriba “es natural que suba, en su totalidad, desde el interior de la tierra” (PLATO. *Dialogues Timaeus*. 22e). Filón (15 a.C.-50 d.C.) retomará la idea de “hacia arriba” cuando describa el río: “Aquel envía desde lo alto la lluvia sobre la tierra, este lloviendo desde abajo hacia arriba, cosa en extremo paradójica, riega las tierras laborables” (PHILO

IUDAEUS. *Fragmenta* 180). Heródoto es el que más se explaya al respecto: “Pues bien, el Nilo, durante sus crecidas, inunda no solo el Delta, sino también parte del territorio que suele decirse que pertenece a Libia y a Arabia, y ello hasta una distancia de dos días de camino a una y otra margen; y a veces incluso más y a veces menos” (HERODOTUS. II 19,1), aunque esto último parece una exageración ciertamente, sigue diciendo “una vez alcanzado ese número de días, vuelve a su cauce y baja el nivel de su corriente, de manera que durante todo el invierno continúa bajo hasta un nuevo solsticio de verano” (HERODOTUS. II 19,2). Este autor alude al motivo del crecimiento, y es curioso que haga referencia a tres teorías de autores helenos y no egipcios, probablemente debido a ese razonamiento griego sobre la barbarie de los habitantes del Nilo *versus* al conocimiento y civilización griega, que pensaría el autor, probablemente tenía mucho más peso el razonamiento.

La primera teoría de Heródoto, compartida con Tales (624-546 a.C.), pero que conocemos a través de Aecio, autor muy posterior que lo analiza (396-454 d.C.) y que no hay que olvidar que es un general romano: “Tales cree que los vientos etesios, al soplar cara a Egipto, elevan la masa de agua del Nilo...” (AËTIUS IV 1,1), por Diodoro (90-30 a.C.): “Pues Tales, considerado uno de los Siete Sabios, afirma que los etesios al soplar contra las desembocaduras del río, le impiden verter al mar su corriente y, completamente desbordado por eso, inunda Egipto, que es bajo y llano” (DIODORUS SICULUS. I, 38, 2). Tanto Heródoto como Diodoro creen que esta explicación es imposible, el primero argumentando que el Nilo sigue inundándose aún sin que soplen los vientos etesios, a lo que añade que otros lugares con ríos que sufren estos vientos deberían comportarse como el Nilo y no ocurre así (HERODOTUS. II 20, 2); y para el segundo es “fácil” desmontar este razonamiento “todos los ríos que poseen desembocaduras contrarias a los etesios realizarían la misma subida” (DIODORUS SICULUS. I, 38, 3). La segunda explicación que aporta Heródoto y que él mismo califica de “exótica” es que “el Océano corre alrededor de toda la tierra” (HERODOTUS. II, 21). Heródoto tampoco da crédito a la tercera teoría, ya comentada arriba por otros autores, que es la de la nieve procedente de Libia a través de Etiopía (HERODOTUS. II, 21); Heródoto piensa que en Libia no puede existir nieve debido a que es una zona mucho más cálida que Egipto, lo razona defendiendo que es un lugar seco y muy caluroso y es por este motivo por el que sus habitantes, los etíopes, tienen la tez “negra” (HERODOTUS. II, 22, 4).

Resumiendo, aunque son mayoría los autores, de los que damos aquí cuenta, que defienden la teoría de que la crecida del río se debe a la nieve derretida corriente arriba (Eurípides, Anaxágoras, Esquilo y Sófocles), otros como Tales abogan por los vientos etesios y algunos como Platón o Filón se aventuran a dar explicaciones que podríamos denominar como fuera de lo razonable que hablan de agua que va de abajo a arriba, quizás haciendo referencia a una fuente de agua interior.

Es curioso que autores que no tenían una formación científica como Eurípides, Esquilo y Sófocles, que fueron dramaturgos, y que, por lo que sabemos, nunca visitaron Egipto, hagan mención al curso fluvial del Nilo en sus obras, un hecho tan específico. Quizás dentro de ese helenocentrismo su objetivo fuese el de

ambientar sus obras en un lugar lejano y exótico, e incluso puede que también proporcionasen a sus textos cierto nivel erudito incluyendo comentarios “científicos”, pero que siempre estarían basados en conocimientos de teóricos que circularían por Atenas en los ambientes intelectuales donde estos autores se movían.

En el caso de Tales y Anaxágoras, aunque se cree que solo el primero estuvo en el valle del Nilo, son dos filósofos que intentaron dar una visión cierta, con una metodología científica, al caso que nos ocupa.

Por último, Platón y Filón, del primero sí que sabemos con seguridad que visitó Egipto y el segundo que era nativo de Alejandría, además de neoplatónico; curiosamente dan las teorías más extrañas, aunque esto podría deberse a que el segundo apoya las teorías del primero que es su modelo a seguir, y el primero en realidad querría expresar algún tipo de metáfora didáctica como era tan habitual en sus obras.

A pesar del gran interés que despertaba este enigma para los griegos, pocos se aventuraron a buscar las fuentes del Nilo. Incluso Alejandro Magno estuvo interesado en conocerlas, aventurándose a decir, por error, que el Indo, como le había enseñado su maestro Aristóteles, era el comienzo del río Nilo (ARRIANUS. *Anabasis* II, 2). Dando por certera la hipótesis de su maestro, no intentó encontrarlas; grave error, puesto que, como sabemos, el Indo desembocaba en el océano. La muerte le llegó antes de su vuelta a Egipto por lo que no sabemos si hubiese sido el primer descubridor de las fuentes reales del Nilo ya que en sus planes de futuro estaba primero la conquista de Arabia y posteriormente la de África.

Hubo una expedición en que tomó parte Agatárquides, intelectual y erudito, durante el reinado de Ptolomeo II, que remontó el Nilo Azul buscando elefantes para cazar (ALBALADEJO, 2009), y llegó a la conclusión de que era la lluvia la que causaba la inundación: “Afirma que cada año se producen continuas lluvias en las montañas de Etiopía desde el solsticio de verano hasta el equinoccio de otoño” (DIODORUS SICULUS. I, 41,4). Parece, por lo tanto, que ya en este momento se comienza a conocer cuál era el fenómeno causante de la inundación.

Pero no siempre las crecidas del Nilo eran constantes y los autores también dejan por escrito la fuerza destructora del río, tanto por exceso como por defecto de la tan buena inundación. Platón, aludiendo a la muerte que produce en las ciudades la llegada del agua nos dice que “cuando los dioses purifican la tierra con aguas y la inundan, se salvan los habitantes de las montañas, pastores de bueyes y cabras, y los que viven en vuestras ciudades son arrastrados al mar por los ríos” (PLATO. *Dialogues Timaeus*. 22e). Por Calímaco (310-240 a.C.), en cambio, conocemos qué ocurría cuando la necesidad de agua era acuciante: “Busiris, rey de Egipto, siguiendo los dictados de una profecía, sacrificaba a los extranjeros que arribaban a sus dominios, creyendo así librar al país de una ya prolongada falta de las habituales crecidas del Nilo” (CALLIMACUS. *Fragmenta. Busiris y Fálaris*). Hoy se conoce a estos hechos naturales como “Nilo alto” y “Nilo bajo”, denominación que deriva del excesivo o escaso aumento de caudal, respectivamente, mientras que a la crecida óptima se le llama “gran Nilo” (BRESCIANI, 2001).

No volvemos a tener noticia de interés por la naturaleza del río hasta los textos de autores posteriores, ya a caballo entre las dos eras. Se trata, por ejemplo, de Estrabón (63 a.C.-19 d.C.) que retoma el tema de la inundación y nos aporta datos sobre el aspecto que tendría el valle inundado: “con la crecida del Nilo todo el país está bajo el agua y se convierte en un lago, a excepción de los asentamientos; y estos están situados en colinas naturales o en montículos artificiales, y contienen ciudades de tamaño y aldeas considerable, que, cuando se ven desde lejos, se asemejan a las islas” (STRABO. XVII, 788-789). Quiero destacar que, hasta este momento, los autores se habían limitado a dar datos técnicos sobre la crecida del río y sobre las causas, ninguno a describirnos cómo era la situación en ese momento; este autor, que sepamos, es el primero.

Diodoro (50 a.C.), al que ya hemos hecho referencia más arriba, utiliza la teoría de Heródoto que nos dice: “el Nilo es por naturaleza tal cual se vuelve durante su desbordamiento, pero, en invierno, el sol, al discurrir a través de Libia, atrae hacia sí mucha humedad del Nilo, y, por eso, durante esa época, el río se vuelve más pequeño contra su naturaleza; pero, llegado el verano, al retirarse el sol en su recorrido hacia el norte, seca y disminuye los ríos de Grecia y los de todo otro territorio situado igual que aquella” (DIODORUS SICULUS. I, 38, 8) y llega a la conclusión de que el autor “fantasea” porque justamente esta argumentación del de Halicarnaso no se da en Libia, para Diodoro la crecida del Nilo es claramente debida a “la multitud de lluvias producidas” (DIODORUS SICULUS I, 38, 12).

Autores posteriores, ya de nuestra era, continuaban asombrados por la crecida del río y podemos leer sobre este acontecimiento en Elio Arístides (117-181 d.C.) que nos dice “creo que soy capaz de resolver esta pequeña cuestión. ¿Por qué crece el Nilo y cuál es el motivo de que este río experimente lo contrario que los demás en el transcurso de las estaciones del año?” (ARISTIDES. XXXVI, 1-2), en su argumentación no solo apoya las refutaciones de Heródoto a las teorías sobre el motivo del crecimiento del río, haciendo una larga argumentación, incluso llega a calificar la teoría de los vientos etesios de “procaz” (ARISTIDES. XXXVI, 1, 9), la argumentación de Eurípides, sobre la nieve de Libia, más arriba reseñada, tampoco sale bien parada de su análisis, diciendo de ella “es aún más ridícula” (ARISTIDES. XXXVI, 1, 13) y la tercera y última teoría, la de la lluvia en el Alto Egipto, defendida por Trasialces (mediados del siglo V a.C.), desarrollada también por Demócrito de Abdera (460-370 d.C.), leemos: “Posidonio dice que fue Calístenes quien aseguró que las lluvias de verano eran la causa de la crecida, aunque Calístenes tomó esta afirmación de Aristóteles y Aristóteles de Trasialces” (Str. XVII 1, 5). Tampoco Heródoto se salva de la crítica, del que dice “llegó a decir pocas verdades” y que “siempre estuviera exagerando”, en realidad sigue una corriente que criticaba al “padre de la historia” de la que también era partícipe Plutarco (PLUTARCH. *De malignitate Herodoti* 854 E- 874 C). Este último autor (45-120 d.C.) defenderá la teoría de Demócrito en su *Isis y Osiris*, introduciendo en su texto mítico-religioso la idea científica de la crecida: “La insidia y la tiranía de Tifón representan el poder de la sequedad que se impone y evapora la humedad que da origen al Nilo y lo acrecienta, mientras que la reina etíope, su aliada, simboliza

los vientos del sur que soplan desde Etiopía; pues siempre que estos se imponen a los etesios, que empujan las nubes hacia Etiopía, e impiden que caigan las lluvias que acrecientan al Nilo” (PLUTARCH. *De Iside et Osiride* 366D).

Otro dato, tratado específicamente por algunos autores, es el relacionado con el principio de la inundación que venía marcado por varios hechos. Por un lado, está el texto de Heródoto que narra la aparición de una garza justamente al amanecer del día que comenzaba la estación de la inundación (akhet) y que asocia al Ave Fénix, mito mucho más factible para su mentalidad griega, siempre intentando buscar explicaciones o paralelismos desde su propio mundo para dar explicaciones de aquellos de la periferia (HERODOTUS. II, 73, 1). Arato (310-240 a.C.) nos cuenta que es la estrella Sirio la que anuncia que la crecida se avecina (ARATUS. *Phaenom.* 330). Coincidió en esta fecha el año nuevo egipcio, es decir, en la estación de verano. “Las características del medio natural no solo se plasman en los mitos cosmogónicos, sino también en la concepción cíclica que los egipcios tenían de la naturaleza” (BOLAÑOS, 2003). Plutarco nos cuenta al respecto “sus almas brillan en el cielo cual astros, y que el alma de Isis es llamada ‘Perro’ por los griegos, y por los egipcios ‘Sotis’” (PLUTARCH. *De Iside et Osiride* 359D) y es que los egipcios solían, según la tradición heliopolitana, identificar a los dioses con los astros, relacionando los hechos naturales con estas estrellas y con el dios (CLERC, 1978). En referencia a esta relación entre Isis y el Nilo, Pausanias (180 d.C.) nos cuenta: “En este tiempo el Nilo comienza a subir, y muchos del lugar dicen que lo que hace crecer el río y regar las tierras de labor son las lágrimas de Isis” (PAUSANIAS. IX, 18). Elio Arístides destaca el orden que guardaba el río en sus crecidas: “el Nilo no solo crece con orden sino que también retrocede de forma ordenada y retoma a su primer estado casi en el mismo tiempo que necesitó para la inundación” (ARISTIDES. XVII, 28).

Para terminar, haré referencia a los testimonios que nos quedan sobre las características beneficiosas de las aguas de la crecida del río con su aportación de limo que hacía del valle un lugar tan ubérrimo. Esquilo nos habla de la “fertilidad de la tierra” (AESCHYLUS. *Persae.* 34) y de que “el agua que hace brotar y crecer la sangre que da vida a los mortales” (AESCHYLUS. *Supplices.* 855) referencia a la que hace mención Heródoto también (HERODOTUS. II, 7, 1). Este último autor nos cuenta: “Desde la costa y hasta Heliópolis, tierra adentro, Egipto es ancho, totalmente llano, y rico en agua y limo” y “su tierra es negra y aterronada en cuanto que se compone de limo y aluviones traídos de Etiopía por el río” (HERODOTUS. II, 12, 3); en Calímaco leemos: “y el Nilo cuando arrastre sus muy fecundas anuales” (CALLIMACHUS. *Hymnus in Delum,* 384, 25); y a Licofrón “y llegará Menelao a Egipto, donde podrá ver las tierras fecundadas periódicamente por el limo de las inundaciones y el propio Nilo que las produce” (LYCOPHRO. *Alexandra.* 855). Asimismo, leemos en Máximo de Tiro: “Entre los ríos el más bello panorama es el Nilo, mas no por la abundancia de sus aguas, pues también es el Istro de buena corriente; sin embargo, el Istro no es fértil, mientras que el Nilo es fértil” (MAXIMUS TYRIUS. *Dissertationes* II, 7) en su comparación entre los ríos más importantes conocidos en aquel momento.

No fue hasta ya el siglo XV de nuestra era cuando aventureros europeos consiguieron llegar a las fuentes del Nilo. Y no fue hasta el siglo XIX cuando realmente se conocieron las fuentes, el descubrimiento se lo debemos a R.F. Burton y J.H. Specke (SPECKE, 2013). El misterio de la crecida del Nilo ya no fue desde ese momento un enigma y hoy en día conocemos su funcionamiento. Sabemos que el río Nilo, a pesar de que actualmente, desde la construcción de la presa de Asuán en los años 60 del siglo XX, no sigue el mismo régimen hidrológico, tenía su crecida anual debido a varios hechos: el denominado Nilo Blanco, cuyo abastecimiento del caudal principal es debido al desagüe en él de otros ríos de grandes dimensiones como el Kagera (Burundi) que al mismo tiempo debe su caudal tanto a las lluvias como al lago Victoria (Uganda), y al Nilo Azul, cuyo nacimiento se encuentra en el lago Tana en las montañas de Etiopía y que es el responsable tanto de la inundación como del limo que arrastra con ella (PARRA, 2009).

Aunque la “egiptomanía” (PÉREZ, GÓMEZ, 2003) entre los sabios griegos fue mayoritaria, hubo también quienes no veían en el Nilo un río paradisíaco. Uno de ellos fue Teofrasto (371-287 a.C.) que dice sobre el río: “Tal vez sea una gran cosa y algo digno de admiración contemplar el hermoso Nilo. [...] El célebre Nilo es, en efecto, hermoso, pero está infestado de alimañas y no es posible ni poner un pie en él, ya que es una auténtica trampa por los grandes peligros que encierra. Ojalá me sea dado tener un túmulo y una sepultura en mi propia tierra. Ojalá me sea posible, rey Ptolomeo, ser coronado siempre con la hiedra ática y cantar en honor de Dioniso todos los años” (ALCIPHRO. *Epistles* IV, 15), parece que el autor no sentía demasiada pasión por Egipto, menos por el Nilo, y tenía deseos de volver a su tierra donde quería ser enterrado.

No quisiera terminar este trabajo sin una frase escrita por Elio Arístides: “este egipcio, poniéndose de pie sobre la muralla de Tebas, levantó un puñado de tierra y una copa con agua proveniente del Nilo, queriendo indicar con ello que mientras no pudiera trasladar a otra parte el mismo Egipto y su río, el Nilo, y no pudiera llevárselos arrastrándolos, nunca se apoderaría de la riqueza de los egipcios sino que, mientras permanecieran en su sitio, con rapidez ellos volverían a tener tales bienes y jamás la riqueza abandonaría Egipto” (ELIUS ARISTIDES. *Discurses*, 86).

La pasión que hoy en día mucha gente siente por Egipto no es nueva. Ya los antiguos griegos la sintieron. Visitaron el país. Investigaron e intentaron responder preguntas que desde su punto de vista heleno creían necesario responder, algunas de ellas probablemente creyesen que el propio hombre egipcio nunca se había planteado, en esa visión de la periferia como bárbara, y por lo tanto, falta de cultura y de sabiduría, así que imaginaban que sin interés por conocer su espacio, como sí lo sentían los helenos. Gracias a estos eruditos nos han llegado datos sobre la visión que tenían los griegos del Nilo. No podemos olvidar que debido a su concepción de que la tierra griega era el centro del mundo, el Nilo era un lugar periférico, así que no intentaban responder a sus interrogantes acudiendo a los sabios egipcios, ellos mismos, considerándose sabios y más sabios que los sacerdotes y funcionarios egipcios, querían resolver los enigmas que se les planteaban. No

podemos olvidar, además, esa visión del otro, por parte del hombre griego, como “resto del mundo”, pero que en el caso egipcio fue a un nivel muy distinto que las otras periferias destacando el sentido de lo exótico, lo extraño, e incluso mágico. Hubo interrogantes sobre el río que nunca pudieron ser respondidos correctamente debido a la falta de un verdadero conocimiento del mismo que aún tardaría muchos siglos en llegar pero no hay duda de que la erudición griega y esa necesidad intrínseca de los amantes de la sabiduría intentó responderlos.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBALADEJO, M. Acerca de las fuentes empleadas por Agatárquides en su *Sobre el mar Eritreo*. *Libyae Iustrare extrema. Realidad y literatura en la visión grecorromana de África*, Sevilla, p. 305-318, 2009.
- BOLAÑOS, J. I. El valle del Nilo: de la geografía al mito. *Cuadernos Geográficos*, n. 33, p. 75-103, 2003.
- BRESCIANI, E. *A orillas del Nilo. Egipto en tiempos de los faraones*. Barcelona: Ediciones Paidós, 2001.
- CLERC, G. Isis-Sothis dans le monde romain. *Hommages à Maarten J. Vermaseren*, Leiden, v. I, p. 247-281, 1978.
- CORTEGGIANI, J.-P. *L'Egypte ancienne et ses dieux: Dictionnaire illustré Relié*. París: Fayard, 2007.
- FAULKNER, R. O. *Concise Dictionary of Middle Egyptian*. Londres: Griffith Institute, 1962.
- FUTRE PINHEIRO, M.P. A atracção pelo Egipto na literatura grega. *Hvmanitas*, v. 47, 1995.
- PARRA, J. M. *El Antiguo Egipto*. Madrid: Marcial Pons, 2009.
- PÉREZ LARGACHA, A.; GÓMEZ ESPELOSÍN, F. J. *Egiptomanía*. Madrid: Alianza, 2003.
- SPECKE, J. H. The discovery of the source of the Nile, edición Kindle, 2013.
- AECIO. *De placitisreliquiae*. Disponible en: <<http://www.filosofia.org/cur/pre/talesfy.htm>>.
- ALCIFRÓN. *Cartas de pescadores, campesinos, parásitos y cortesanas*. Traducción de Elisa Ruiz García. Madrid: Gredos, 1988.
- ARATO. *Fenómenos*. Traducción de Esteban Calderón Dorda. Madrid: Gredos, 1993.
- ARISTÓTELES. *Meteorológica*. Traducción de Miguel Candel. Madrid: Gredos, 1996.
- ARRIANO. *Anábasis de Alejandro Magno*. v. 2. Traducción de Antonio Guzmán Guerra. Madrid: Gredos, 1982.
- CALÍMACO. *Himnos, epigramas y fragmento*. Traducción de Luis Alberto de Cuenca y Prado y Máximo Brioso Sánchez. Madrid: Gredos, 1980.
- DIODORO DE SICILIA. *Biblioteca histórica*. v. 1. Traducción de Francisco Parreu Alasa. Madrid: Gredos, 2001.
- ELIO ARÍSTIDES. *Discursos*. v. 5. Traducción de Juan Manuel Cortés Copete. Madrid: Gredos, 1999.
- ESQUILO. *Tragedia*. Traducción de Bernardo Perea Morales. Madrid: Gredos, 1986.
- EURÍPIDES. *Helena*. Traducción de Alfonso Martínez Díez. Madrid: Gredos, 1998.
- FILÓN DE ALEJANDRÍA. *Obras completas*. Traducción de José María Triviño, 1976. Disponible en <<http://www.diostellama.com/pdf/26filondealejandriaobrascompletas.pdf>>.
- HELIODORO. *Las Etiópicas*. Traducción de Emilio Crespo Güemes. Madrid: Gredos, 1979.
- HERÓDOTO. *Libro II, Euterpe*. Traducción de Carlos Schrader. Madrid: Gredos, 1992.
- HESÍODO. *Teogonía*. Traducción de Aurelio Pérez Jiménez y Alfonso Martínez Díez. Madrid: Gredos, 1978.
- HOMERO. *Ilíada*. Traducción de Emilio Crespo Güemes. Madrid: Gredos, 1996.
- HOMERO. *Odisea*. Traducción de José Manuel Pabón. Madrid: Gredos, 1993.
- LICOFRÓN. *Alejandra*. Traducción de Manuel y Emilio Fernández-Galiano. Madrid: Gredos, 1987.
- MÁXIMO DE TIRO. *Disertaciones filosóficas*. v. 2. Traducción de Javier Campos Daroca. Madrid: Gredos, 2008.

- PAUSANIAS. *Descripción de Grecia*. v. 6. Traducción de María Cruz Herrero Ingelmo. Madrid: Gredos, 2008.
- PAUSANIAS. *Descripción de Grecia*. v. 9. Traducción de María Cruz Herrero Ingelmo. Madrid: Gredos, 2008.
- PLATÓN. *Diálogos*. v. 6. Traducción de M. Ángeles Duran y Francisco Lisi. Madrid: Gredos, 1992.
- PLUTARCO. *Obras morales y de costumbres (moralia)*. v. IX. Traducción de Vicente Ramón Palerm y Jorge Bergua Cavero. Madrid: Gredos, 2002.
- PLUTARCO. *Obras Morales y de Costumbres*. v. 6. Traducción de Francisca Pordomingo Pardo y José Antonio Fernández Delgado. Madrid: Gredos, 1995.
- PORFIRIO. *Himnos Órficos*. Traducción de Miguel Periago Lorente. Madrid: Gredos, 1987.
- SÓFOCLES. *Fragmentos*. Traducción de José María Lucas de Dios. Madrid: Gredos, 1983.
- STRABO. *Geography*. v. VIII. Translated by Horace Leonard Jones. Harvard: Loeb, 1932.

Recebido em:18/08/2015
Aprovado em:15/09/2015
Publicado em:27/10/2015

RELATO SOBRE A CRIAÇÃO DO MUSEU DA COLÔNIA FRANCESA DE PELOTAS
RECIT A PROPOS DE LA CREATION DU MUSEE DE L'IMPLANTATION AGRICOLE
FRANÇAISE A PELOTAS

Leandro Ramos Betemps

Vol. XII | nº24 | 2015 | ISSN 2316 8412



Relato sobre a criação do Museu da Colônia Francesa de Pelotas

Leandro Ramos Betemps¹

Resumo: Este relato pretende registrar os principais momentos que levaram à criação e à implantação do Museu da Colônia Francesa, localizado na Vila Nova, no 7º Distrito do Município de Pelotas. Trata-se de um relato, em primeira pessoa, do historiador Leandro Ramos Betemps que pelo menos desde 1994 realiza pesquisas sobre a presença francesa no município, sobretudo sobre a contribuição do grupo étnico francês que inicialmente se radicou em terras de João Antônio Pinheiro e criou a Colônia Francesa de Santo Antônio em 1880. Neste texto, é narrada sua visão sobre o surgimento do projeto de museu, os passos para sua criação e implantação até o ano de seu sétimo aniversário em julho de 2014.

Palavras-chave: Museu, Colônia Francesa, Etnia Francesa, Pelotas.

Résumé: Ce rapport vise à enregistrer les moments clés qui ont conduit à la création et la mise en œuvre du Musée de l'Implantation Agricole Française, située à Vila Nova, sur le 7ème arrondissement de la commune de Pelotas. C'est un récit, à la première personne, par le Historien Leandro Ramos Betemps qu'au moins depuis 1994 réalise des recherches sur la présence française dans la municipalité, en particulier sur la contribution du groupe d'ethnie française qui peuplée à l'origine dans terrains de João Antônio Pinheiro et qui a créé l'Implantation Agricole Française de Saint-Antoine en 1880. Dans ce texte, est raconté sa vision de l'apparition du projet de musée, les étapes de sa création et la mise en œuvre jusqu'à la septième année d'anniversaire en Juillet 2014.

Mots-clé: Musée, Implantation Agricole Française, Ethnie Française, Pelotas

Com este relato pretendo registrar os principais momentos que levaram à criação e à implantação do Museu da Colônia Francesa. Meu nome é Leandro Ramos Betemps, sou historiador, licenciado em História pela UFPel (1997), com especialização em patrimônio cultural e conservação de artefatos pela UFPel (2000), com especialização em formação do Rio Grande do Sul pela UCPel (2003) e mestrado em memória social pela UFPel (2009). Ao longo deste período publiquei artigos e livros sobre os franceses no município de Pelotas, entre eles: “A heroificação e o imaginário social na construção da identidade étnica”, “Vinhos e Doces ao Som da Marselhesa”, “Povoadores de Pelotas” e “A Presença Francesa no Sul do Brasil”.

Desde a graduação em História, concluída em 1997, meu tema predileto de pesquisa foram os franceses que viveram em Pelotas. Em 2003, apresentei as conclusões de uma pesquisa acadêmica² comprovando a existência de um grupo étnico de origem francesa no município de Pelotas. Tal comprovação se deu a partir do conhecimento dos traços culturais utilizados pelos descendentes de famílias francesas. Até o momento, havia dois importantes trabalhos sobre os franceses em Pelotas escritos por Marinês Grando e

¹ Historiador, licenciado em História, mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil; e voluntário do Museu da Colônia Francesa, Brasil.

² Publicado com o título “Vinhos e Doces ao som da Marselhesa”, ver referências bibliográficas no final.

por Luiza Pestano, ambos focando a economia e a história, respectivamente. O “Vinhos e Doces” veio tratar do tema sob o viés da etnicidade. O que possibilitou uma leitura mais ampla, aproximando da população e não apenas da comunidade acadêmica.

As frequentes pesquisas e visitas³ que realizei desde 1994 para investigar e levantar dados empíricos sobre os emigrantes foram movimentando as famílias de origem francesa em relação a suas memórias. Aos poucos, a comunidade étnica foi sentindo necessidade de celebrar essa memória. Um fato marcante foi a publicação da monografia “Vinhos e Doces” que em seus anexos, trouxe a público a genealogia das famílias fundadoras da Colônia Francesa em Pelotas. Isso gerou muito interesse dos descendentes e o reconhecimento de pertencimento a um mesmo grupo étnico.

A partir da minha constatação durante o contato com as famílias e de uma partilha com o professor Dr. Fábio Vergara Cerqueira, a ideia do Museu começou a ser delimitada. O Professor Fábio, da UFPel, vinha trabalhando com etnias e povoamento de Pelotas desde 2000, a partir de um projeto de pesquisa desenvolvido pelo Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas (LEPAARQ/UFPEL). O projeto tinha como objetivo investigar a trajetória da imigração italiana em Pelotas, entre os alunos envolvidos estavam os historiadores Luciana Peixoto e Cristiano Gehrke. Após cedência de um prédio pela Prefeitura, o Museu Etnográfico da Colônia Maciel pode ser inaugurado em 04/06/2006.

Outro incentivo para a criação do Museu da Colônia Francesa foi a existência do Museu Grupelli, criado por esta família em 1988 em um prédio antigo onde funcionava a adega da família, junto de sua pousada e demais propriedades na Colônia Municipal, a beira do arroio Quilombo, limite entre os Distritos do Quilombo e da Colônia Maciel. O objetivo da família e voluntários era de guardar e expor objetos típicos da zona rural de Pelotas e de seus colonizadores italianos, alemães e franceses. Sim, havia objetos de famílias francesas, também expostos neste museu, alguns doados pelos Crochemore. O Museu Grupelli ganhou mais visibilidade a partir de um trabalho voluntário feito pela professora Margareth Acosta Vieira.

Por essa época, um grupo de professores da UFPel começou a desenvolver a proposta da criação de museus tendo em vista a futura implantação de um Curso em Museologia, o que de fato ocorreu em 2006. Na época, o Professor Fábio era diretor do Instituto de Ciências Humanas (entre 2002-2010), coordenador do Curso de História (2000-2002) e coordenador do Laboratório de Antropologia e Arqueologia (2001-2012).

Por volta de 2004, partilhei com ele minhas pesquisas e a ideia de um espaço de memória para a etnia francesa e ele concordou. As conversas seguiram envolvendo o Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas (LEPAARQ/UFPEL) e a ONG Instituto de Memória e Patrimônio (IMP), de Pelotas. Os trabalhos passaram a andar em paralelo com meu curso de mestrado.

³ Ver referências bibliográficas no final.

Em 02/08/2005, o adido cultural da Embaixada da França em São Paulo, Jean Yves Mérian esteve em Pelotas para lançamento do livro “*Cartas/Lettres*”, de Ignácio de Loyola Brandão, com desenhos de Alfredo Aquino e tradução de Mérian, publicado pela Editora Iluminuras em 2005. Essa visita movimentou a comunidade na Vila Nova, professores da UFPel, a prefeitura Municipal e descendentes de franceses em Pelotas.

Para o Museu da Colônia Francesa, o ano importante foi 2005. É quando a ideia da criação do Museu da Colônia Francesa em Pelotas fica delimitada. Optou-se que Museu estaria voltado à *valorização da cultura étnica francesa e ao desenvolvimento da população e do espaço* onde este grupo étnico esteve inserido originalmente, ou seja, na Colônia Santo Antônio e adjacências.

Em 14/12/2006, o então Prefeito Adolfo Fetter Júnior assinou a cedência à UFPEL, de um imóvel destinado ao *Museu* e em 14/07/2007, numa cerimônia ocorrida nos pavilhões da FENADOCE, tem-se o ato de fundação do Museu e o recebimento da primeira doação para o acervo. Mensagens de incentivo foram enviadas por email, pelo Sr. Christophe Benest, da Aliança Francesa de Porto Alegre, pelo Sr. Ronner Guerra Fabris, Cônsul Honorário da França em Porto Alegre, e pela Sra. Erica Kriger, em nome de Jean-Marc Gravier, Cônsul Geral da França em São Paulo.⁴

Entre 14 e 18 de maio de 2007, eu já participava do Sistema Municipal de Museus de Pelotas e organizamos uma mostra coletiva de banners dos museus de Pelotas. O Museu da Etnia francesa participou com um banner, divulgando o projeto. A mostra aconteceu no hall da Prefeitura Municipal tendo como um dos objetivos marcar a passagem da Semana dos Museus. O Museu da Etnia fazia parte do Sistema Municipal de Museus de Pelotas, e eu era o representante. Participamos também de outras mostras de divulgação do Museu como na Fenadoce em 2007 e 2008, na Feira do Livro de Pelotas de 2007, e em dois eventos do Fala Pelotas, uma programa realizado pela Prefeitura Municipal de Pelotas, um na Vila Nova e outro no Rincão da Cruz. O Museu estava no folder publicado pela Prefeitura Municipal com o objetivo de divulgar todos os museus e projetos museológicos de Pelotas.

Em 14/01/2008, eu tive oportunidade de realizar a conferência “*Une implantation haut-alpine au Brésil, la colonie française Santo Antonio de Pelotas*” na *Société d'Études des Hautes-Alpes*, na cidade de Gap, na França. Em setembro de 2010, no Seminário de Hotelaria e Gastronomia na Costa Doce, falei sobre a influência dos franceses na gastronomia pelotense. Em abril de 2012, tive a oportunidade de participar da comitiva do Vice-Prefeito Fabrício Tavares em visita a França e Portugal, para divulgar aos 200 anos de Pelotas às cidades amigas. Neste momento realizei, na cidade de Angoulême, a conferência “*Pelotas à la rencontre de ses racines en Charente*”, falando sobre a relação de Pelotas com os franceses daquela região da França. Em setembro de 2012, falei sobre os franceses de Pelotas na Semana do Turismo, no SENAC. Em setembro de

⁴ Documentos originais no acervo do Museu da Colônia Francesa.

2013, enviei texto para apresentação da Colônia Francesa de Pelotas em Seminário de História, na cidade francesa de La Rochele, organizado pelo estudante francês Gregory Corps.

Em relação à implantação efetiva do Museu, inicialmente, a Prefeitura Municipal, na pessoa do Prefeito Adolfo Fetter Júnior que apoiou o projeto, ofereceu um prédio construído no início do século XX para servir de cadeia distrital e que serviu também para administração do distrito. O prédio fica numa praça, próximo ao antigo prédio dos Bachini, onde também funcionou a Sociedade Bailante União Camponesa, criada pelos franceses e demais famílias de imigrantes. O prédio possuía muitos significados históricos para a comunidade, assim como seu entorno, sendo apropriado para a implantação do Museu.

Universidade, Prefeitura Municipal e voluntários iniciaram o projeto, porém o prédio necessitava de muito investimento para reforma, o que não era viável no momento. Outros prédios foram cogitados, entre eles uma sala do antigo prédio dos Bachini, uma sala na Fábrica dos Crochemore na Vila Nova, uma casa próximo ao Cemitério dos franceses, ou uma das casas existentes junto ao obelisco dos franceses na Colônia Francesa. Por motivo ou outro, nenhuma das opções vigorou e a escolha se deu pelo prédio da antiga escola Professor José Domingues, na Vila Nova, em frente à Capela de São Pedro. Esse prédio fica a menos de três quilômetros do prédio antigo. A vantagem é de que fica na Vila Nova, local mais urbanizado, próximo de parada de ônibus, da escola, da fábrica dos Crochemore, de mercado, da Igreja, de posto de saúde, de lancheria... Isso auxiliaria a logística para os bolsistas e se pensava que seria melhor para novas parcerias. Um abaixo-assinado dos moradores dessas localidades consentiu na mudança do projeto para o prédio da Vila Nova e se iniciou o processo de troca junto à Prefeitura Municipal.

Esse terreno foi doado em 22/01/1947, pelo casal Afonso Elizeu Crochemore, para a Prefeitura Municipal, para que ali fosse construída uma escola, como de fato aconteceu. Em 1980, no centenário da Colônia Francesa, arrecadou-se dinheiro para a construção de nova escola, sendo transferida a escola e mudando seu nome para Nestor Eliseu Crochemore, como de fato também aconteceu. Com a transferência da escola, o prédio ficou para uso comum dos moradores. Por alguns anos, na década de 1980, uma comunidade de religiosas da Igreja Católica morou no local. Depois, ali também ocorreram velórios, reuniões de moradores, aulas de catequese, convívio de idosos, pessoas carentes guardaram pertences no prédio, e até massagens eram ministradas.

A ideia de ser um “espaço cultural” foi uma proposta que fiz desde o início do projeto. Tinha o interesse de que fosse um espaço que além de servir de museu, pudesse ser um ponto de referência para toda a localidade, um lugar onde pudessem se encontrar e reforçar a ideia de comunidade. Seria um local para encontro, por exemplo, com os técnicos da Emater, para formação com palestras das universidades para os moradores, um local que pudesse abrigar o posto dos Correios, que a Igreja e catequistas pudessem se reunir, que pudesse ali funcionar uma mesa eleitoral, etc... Ou seja, a ideia de que o local continuasse a ser um ponto de referência da comunidade. Assim, pensávamos que o Museu pudesse ser envolvido pela comunidade e

reconhecido mais facilmente como algo deles e para eles. Mas, essa ideia não ficou clara, e acabou não acontecendo.

Com o registro do museu como um projeto de extensão da UFPel, foi possível conseguir bolsistas para abrir o museu e realizar alguns trabalhos no sentido de organizar acervo, realizar pesquisas e divulgação. Uma das primeiras bolsistas foi Andreia Rodriguez, do Curso de Museologia. Até o momento não se havia conseguido realizar pesquisa de campo no sentido de constituir acervo para o Museu.

Essa pesquisa de campo ficou de ser realizada pelos bolsistas do projeto que acabaram nunca tendo condições de fazê-la. Ora pelo tempo que ficavam no museu, só iam aos domingos e deviam ficar com o museu aberto, sem poder realizar visitas pela Colônia. Eles não tinham como ir durante a semana, não tinha transporte para levá-los, também não tinham um programa definido do que iriam fazer. Outro problema era que mesmo que algumas pessoas oferecessem doações, não havia local seguro para receber e armazená-las. Na medida do possível foram registradas pelos bolsistas do projeto (na maioria alunos dos cursos de Museologia e História da UFPel). Na maioria das vezes, se optou fazer o registro da oferta, uma breve descrição da peça, contatos com o ofertante, e se possível uma foto. A preocupação era de aceitar os objetos e correr o risco de extraviá-los, uma vez que não se tinha espaço físico para reserva técnica ou armazenamento seguro e adequado. Com a troca de prédio, questões políticas arrastaram por anos a ocupação efetiva do novo prédio. A regularização somente aconteceu por insistência e persistência do Sr. Gilberto Ebersol. Muitas famílias da Vila Nova, Colônia Santo Antônio, Rincão do Andrade e adjacências apoiaram o projeto e incentivaram a equipe.

No ano de 2008, o Professor Fábio sugeriu que fosse criado um Circuito de Museus Étnicos na região colonial de Pelotas. Sua ideia era de que os turistas e visitantes pudessem usufruir de um roteiro de visita em diversas localidades na zona rural. Dessa forma, haveria uma rede de museus que privilegiariam determinadas etnias em diferentes locais, abrangendo a riqueza étnica do município e contemplando a todos. Os italianos com o Museu da Maciel e dos Grupelli, os franceses com o Museu na Vila Nova, depois se cogitava a criação de um museu para alemães em Morro Redondo, um para pomeranos em Santa Silvana, um para irlandeses e ingleses em Monte Bonito, e quem sabe até um para espanhóis e japoneses. Isso dependeria de pesquisas e trabalhos acadêmicos que fossem realizados para essas e outras etnias. O projeto era ambicioso, mas traria uma movimentação turística para a colônia de Pelotas. Infelizmente, com a saída do Professor Fábio dos cargos que ocupava junto a UFPel, e seu afastamento para estudos na Europa, acabaram impossibilitando o avanço efetivo do projeto, que acabou adormecendo entre as questões políticas.

Uma ideia que eu tive para alavancar a inserção do museu como um local de oportunidades para os moradores da comunidade, foi de criar projetos de geminação de Pelotas com alguma cidade francesa. Entre as cidades que fiz contatos e propostas estiveram as cidades e localidades francesas de Langeais, Montlouis sur Loire, Angoulême, Puymoyen, Gap e Champoléon. Embora tivessem interesse em criar projetos em

comum, as tratativas acabaram esfriando por questões de interesse político e de desenvolvimento econômico. Uma das questões apontadas pelas cidades francesas era de que o Museu não era pessoa jurídica, sendo por isso, incapaz de receber doações em dinheiro. Organizações francesas que poderiam contribuir financeiramente, não queriam ou podiam fazer doações para pessoas físicas, somente para alguma associação, ONG ou entidade jurídica, legalmente estabelecida no Brasil. Não se conseguiu avançar quanto a isso, embora, houve tentativas de reunir interessados ou até mesmo de propor um convênio com uma associação de moradores já existente na Vila Nova.

Em 20/09/2008, organizei uma exposição de fotografias em comemoração aos 128 anos de fundação da Colônia Francesa. A exposição ocorreu no novo prédio que serviria de museu, na futura sala de exposições, que se encontrava praticamente vazia. Embora tenha recebido público, as pessoas vinham em horários diferentes e assistiam a apresentação das fotos que eram projetadas em telão por meio de um Datashow. Os comentários da comunidade da Vila Nova foram positivos, porém queriam que as coisas andassem mais rápido. Porém, ainda continuávamos sem definição sobre a cedência do novo prédio, embora já o estivéssemos utilizando.

Eu seguia envolvido com o curso de mestrado e em maio de 2009 apresentei minha dissertação de mestrado, a partir de pesquisa sobre a relação entre a memória do grupo étnico e os suportes de memória utilizados pelos descendentes. Esse trabalho possibilitou o surgimento de um inventário do acervo cultural, que poderia servir de núcleo para a organização museológica do projeto, tendo a frente o Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira. Surgiram algumas opções de exposições: de objetos do clube de futebol do Cruzeiro (junto ao prédio dos Bachini, já propriedade do Sr. Getúlio), ou de buscar refazer a exposição de objetos dos imigrantes franceses que foram expostos nos festejos do centenário em 1980, ou de objetos dos atuais moradores das comunidades para assim envolver os moradores das comunidades vizinhas com o Museu.

No dia 04/07/2009, como parte das comemorações da Semana de Pelotas, do ano França Brasil e da proximidade da data comemorativa do 14 de Julho, o poder público municipal promoveu a entrega solene do prédio para a instalação do Museu que foi aberto ao público com sua primeira exposição. Essa exposição apresentava objetos relacionados à fabricação de doces e vinhos, além de reproduções de fotos antigas. A mostra foi organizada às pressas, pois não tendo acervo e não tendo conseguido negociar o empréstimo de peças da comunidade, a opção foi expor reproduções de fotos do acervo do Sr. Lino Ribes e utilizar objetos dos acervos dos museus da Maciel e do Grupelli. As fotos utilizadas para reprodução faziam parte de meu acervo pessoal, ou em sua maioria eram de álbuns do Sr. Lino que foram escaneados por bolsistas do museu com autorização de familiares do Sr. Lino, que guardam o acervo. Esse trabalho de escaneamento foi realizado pelos estudantes Antônio Vergara e Paulo Faber em setembro de 2008.

Desde o início, o grupo concordou que o “Museu e Espaço da Etnia Francesa em Pelotas” pudesse representar os descendentes de famílias francesas não só da zona rural, mas também dos franceses que

viveram na cidade de Pelotas⁵. Em 2006, eu criei um logo com a figura estilizada do obelisco erguido pelos franceses em 1930, mais as inscrições “Etnia Francesa” e logo abaixo “museu e espaço cultural”. A ideia era criar um ícone da etnia que servisse para o museu. Era intenção de que o Museu representasse a etnia, não a comunidade em si. Isso para reforçar a ideia de circuito étnico de museus e oferecer um atrativo turístico diferencial para que a comunidade o utilizasse como bem cultural que pudesse ajudar no desenvolvimento econômico da localidade. A expectativa era de que surgissem restaurantes, lancherias, pousadas ou outros atrativos próximos à Vila Nova.

Em 2007, participei de um Encontro de Museus Comunitários, realizado pela UFPel, onde expliquei que o Museu da Etnia Francesa não era para ser comunitário no sentido de representar a comunidade do entorno, mas ser comunitário no sentido de que a comunidade fizesse uso dele para desenvolver a si própria e a localidade entorno do museu. Tipologicamente, o museu foi inicialmente pensado em ser histórico, para representar a contribuição de um grupo étnico em determinado período da história pelotense. Traria a história da Colônia Francesa de Santo Antônio⁶ foi fundada em 1880 por 50 famílias de regiões diferentes da França, a 35 km da cidade de Pelotas, na Serra dos Tapes. Contaria que estes imigrantes foram os primeiros a pensarem um produto para o mercado e não apenas para autoconsumo, como fizeram os outros imigrantes em Pelotas. Diria que os franceses na Colônia Santo Antônio produziram alfafa, depois uva e por fim o pêssego. Mostraria que foi a valorização de um *traço típico* trazido pelos franceses (vinho e compota) que surgiu o legado mais importante desse grupo étnico. Seguindo os passos do francês Amadeu Gastal, que fez a primeira compota de pêssegos na região, no ano de 1878, os franceses de Santo Antônio e seus descendentes fundaram as *primeiras fábricas artesanais* de vinhos, doces e conservas que deram origem às agroindústrias alimentícias de Pelotas na década de 1960. Influenciando até mesmo a tradição dos doces pelotenses e da Fenadoce. Assim, o Museu teria a preocupação em preservar essa cultura étnica e o legado dos franceses, que primeiro produziram compotas e doces cristalizados, que por sua durabilidade, eram levados para outros lugares, trazendo a fama de terra doceira à Pelotas. Esse era o principal motivo do museu, a contribuição dos franceses para Pelotas como um todo. Não houve o interesse de focar as famílias francesas por elas mesmas, nem de focar as atuais famílias e moradores da Vila Nova ou da Colônia Santo Antônio, o foco era o legado dos franceses e daquela região para toda a zona rural e o município de Pelotas. Essa ideia acabou sendo mal conduzida e interpretada pela comunidade e até mesmo pelos envolvidos pelo projeto. Hoje percebo melhor os equívocos que fizemos, mas aqui não vem o caso de elencá-los.

Porém, imbuídos pelo espírito de colaboração, que envolveu pesquisadores, comunidade, instituições e poder público, trabalhou-se pelo Museu como um espaço cultural. Além de famílias de origem

⁵ Deixo aos museólogos envolvidos com o projeto, discutir e apresentar em outro momento as diretrizes e fundamentações com que foi construído o Museu da Colônia Francesa.

⁶ Para conhecer detalhes sobre as pesquisas históricas realizadas e citadas neste relato, sugiro a leitura dos dois textos apresentados nas referências bibliográficas, pois apresentam os resultados de maneira mais plena.

francesa, outras famílias, de origem italiana, alemã, portuguesa e espanhola, também apoiavam o projeto por reconhecerem a influência histórica francesa na valorização de toda a comunidade e região. Da mesma forma, contava com o apoio dos pelotenses da cidade para aumentar e valorizar o acervo a ser constituído. Na Vila Nova, entre as principais famílias apoiadoras, sempre estiveram os Crochemore e os Ribes. Mas também, a direção da Escola Nestor Crochemore, o pároco, a responsável pelo Cemitério dos Franceses e outras lideranças locais.

A partir de 2008, o Professor Fábio procurou compartilhar a coordenação dos museus da colônia envolvendo colegas professores que ingressaram no curso de Museologia, seja pela dificuldade em bem coordenar ao mesmo tempo quatro museus (agora já acrescidos do museu de Morro Redondo), seja pelo enriquecimento e maior envolvimento que os museus demandavam.

Dessa forma, a Professora Carla Rodrigues Gastaud assumiu a coordenação do projeto, a articulação dos bolsistas e a organização da exposição. A partir de 2009, a Professora Carla obteve uma bolsista para o projeto, museóloga Sheila Fleming. Em 2013, o projeto obteve 3 bolsas que ficaram com as alunas Eliana Souza, Daiane Insaurriaga e Juliana Ulguim. Em 2014 as bolsistas eram as alunas Eliana Souza e Franciele Gonçalves. Ficando o primeiro semestre de 2015, sem bolsista, mas com trabalho voluntário da museóloga Eliana Souza.

Importante presença foi a do Professor Gilberto Ebersol, voluntário que realizou diversos almoços e jantares no sentido de divulgar o projeto, envolver pessoas e arrecadar fundos para as reformas que o prédio precisava para que pudesse funcionar. Entre as primeiras necessidades do prédio estavam: conserto do telhado, alpendre, reforma de portas e janelas, instalação hidráulica, construção de banheiro e acesso ao museu que era dificuldade pelo barro gerado em dias de chuva. Os eventos realizados por Ebersol foram: o primeiro jantar em 28/07/2010 no salão da Associação Cultural Italiana de Pelotas. Em março de 2013, Gilberto aplicou o dinheiro arrecadado no jantar de 05/09/2012 para instalar na estrada uma segunda placa indicativa do museu, a primeira, foi colocada em novembro de 2012, na frente do museu. Depois em 04/09/2013 e 04/09/2014, outros jantares, todos na Associação Italiana. O dinheiro sempre foi aplicado em melhorias no prédio ou na divulgação do projeto.

O museu sempre tentou ser um ponto de contribuição para o crescimento econômico da colônia, auxiliando com o avanço turístico através da história dos franceses na região. Entre as famílias que originaram a localidade no século XIX, estavam: Arbes, Beauvalet, Bertholon, Betemps, Bichet, Capdeboscq, Carret, Charnaud, Charrois, Chollet, Colomby, Conte, Cousen, Crochemore, Ebersol, Escallier, Fouchy, Fournier, Fuzeri, Gaume, Gerard, Giroux, Guiot, Jacquôt, Jouglard, Lahude, Lardot, Laurant, Leroy, Lesauvage, Lhomme, Longchamp, Magallon, Martin, Ney, Palavet, Pastorello, Petit, Raffy, Ribes, Steinle, Thoreux e Wahast.

A presença dos franceses em Pelotas tornou esta, a única colônia agrícola do Rio Grande do Sul que manteve sua existência. Sua contribuição foi para o crescimento da economia agroindustrial e para o

reconhecimento de Pelotas como “a capital nacional do doce”. Era esse tema que se buscava divulgar e atrair olhares para Pelotas. Isso funcionou para pessoas de fora de Pelotas, mas não para os pelotenses, e principalmente, para os moradores da zona rural.

O que se percebeu como tempo, foi que os moradores próximos ao Museu não o frequentavam, nem tinham interesse pelo Museu. Os interessados no Museu eram pessoas de fora da cidade, até mesmo franceses de passagem por Pelotas e região, que vinham conhecer essa história de seus compatriotas em solo brasileiro. Porém, estes quando chegavam ao local, não encontravam nenhum outro atrativo turístico. Não havia onde fazer refeições (a Cantina Ribes funcionou em apenas um período), não havia outros passeios a fazer, não tinha casas em pedra, lavouras ou fábricas para visitar, não havia doces para comprar, não havia nenhuma camiseta, livros, cartões postais ou qualquer outro objeto que pudesse ser usado como lembrança turística a ser comprada como souvenir da viagem ao interior de Pelotas.

Em julho de 2013, o Prof. Fábio e eu participamos do documentário Sal e Doce, que realizou filmagens na colônia de Pelotas. O trabalho gerou certa divulgação do Museu e do projeto étnico de museus na Serra dos Tapes, divulgando a contribuição dos franceses para a fama doceira de Pelotas. Outras reportagens e filmagens ocorreram, antes e depois desta. Participei na maioria delas em outras o Gilberto Ebersol participou, mas sempre tentamos estar presente e divulgar a projeto do Museu promovendo o turismo na Vila Nova e zona rural de Pelotas. Uma importante divulgação que participei, foi a que recebemos ao participarmos do episódio sobre franceses e suíços, na série Mundo Grande do Sul, realizado pela RBSTV e TVCOM, dirigido pelo Baroni. Na época destas gravações, ainda era vivo o Sr. Lino, tornando o trabalho como de referência. Em 2014, o Gilberto Ebersol e a estudante de Museologia e bolsista do projeto, Eliana Souza, participaram do vídeo realizado por Janaína Nazari Gomes sobre francofonia em Pelotas.

A impressão que tenho é de que a comunidade local parece ter se acomodado em viver sem perspectivas envolvendo o Museu. Um dos fatores que percebo como negativo para esse envolvimento com a comunidade foi a propaganda negativa de algumas pessoas influentes. Como alguns utilizavam o prédio para seus trabalhos e atividades de forma específica, sentiram-se como que preteridos do uso do prédio, ou seja, entenderam que o projeto do Museu tinha subtraído deles o direito de uso do prédio. Alguns comentários que ouvi foram de que “roubaram o prédio de nós”, que “esse museu não me representa”. Houve uma propaganda negativa devido a percepção errada por parte destas pessoas que se sentiram excluídas, isso fez com que outros moradores não quisessem saber do museu. Diversas atividades e tentativas foram realizadas no sentido de dirimir essa interpretação e de envolver ou aproximar o museu dos moradores. Mas, nenhuma resultou de forma positiva e eficiente. Percebo também que em alguns casos houve erro da parte do comitê que dirigiu o museu, quando, por exemplo, marcamos uma reunião com os moradores e não comparecemos por falta de comunicação. Pela dificuldade por estar mais presente na comunidade da Vila Nova, se deixou muito espaço para conversas equivocadas e entendimentos paralelos, que dificultaram o trabalho.

Para tentar resolver isso, foi trocado o nome de “Museu e Espaço Cultural da Etnia Francesa de Pelotas” passou a “Museu da Colônia Francesa de Pelotas”. Mas isso também parece não ter modificado a visão que a comunidade tem do Museu. Algumas outras ideias para o futuro do Museu foram repassadas para o Professor Fábio que retornou a coordenação do Museu em junho de 2015. Eu, particularmente, penso em pelo menos duas opções: uma delas seria a municipalização através da unificação dos museus coloniais existentes, possibilitando o surgimento de um Museu das Colônias de Pelotas e criando novas unidades expográficas, preferencialmente, uma em cada distrito do município. Isso poderia ajudar para que as comunidades se vissem representadas em diferentes museus, sejam eles etnográficos, étnicos, históricos ou comunitários. Outra opção seria alterar o nome para “Museu da Presença Francesa em Pelotas” e transferi-lo para a cidade de Pelotas. O local, hoje utilizado na Vila Nova, poderia continuar abrigando um museu, e poderia ser criado o Museu do Distrito do Quilombo. Entre estas, outras opções melhores podem surgir, contribuindo com a cultura rural e o patrimônio étnico em nosso município.

Durante todo esse tempo de abertura do Museu, bolsistas do projeto abrem o museu para visitação regularmente aos domingos. O Museu tem contado com a ajuda da comunidade e benfeitores com apoio financeiro e material para as pequenas reformas, adaptações e manutenção do prédio. Para ajudar na divulgação, algumas bolsistas criaram um perfil e página no facebook “*MuseuDaColoniaFrancesa*” que conta com diversos seguidores. Alunos e professores do Curso de Francês, da UFPel também sempre apoiaram o Museu e participam com frequência dos eventos propostos.

Embora localizado na zona rural, o Museu se destina a valorizar toda a presença e legado dos franceses que se localizaram no município de Pelotas e região. Uma contribuição recente e importante foi a visita da historiadora Mônica Corrêa, representante do projeto “Memória da Aéropostale - Raide Latécoère” em maio de 2014. O objetivo do projeto é promover a investigação de vestígios da passagem da antiga Aéropostale pelas cidades que faziam parte da rota da aviação francesa e futuramente propor o tombamento pela Unesco como patrimônio universal. Inicialmente, a exposição “Das linhas Latécoère à Aéropostale” foi instalada no Mercado Público de Pelotas e ficou aberta à visitação do público por dois meses e no dia 06/06/2014 foi transferida e inaugurada nas dependências do Museu da Colônia Francesa. Nessa nova etapa a exposição pretendeu atrair o público das escolas e desenvolver atividades de educação patrimonial unindo o Museu da Colônia Francesa com a passagem dos aviadores franceses por Pelotas.

Outra exposição inaugurada nesse momento foi a que se refere à presença da etnia negra no Distrito do Quilombo, a partir da pesquisa da Professora Cristiane Ávila.

Entre as últimas iniciativas realizadas pelos amigos do Museu da Colônia Francesa, juntamente com a equipe coordenadora do projeto, vinculada à UFPel, foi a de festejar os 7 anos de fundação do Museu e 5 anos de abertura ao público. A comemoração ocorreu em 06/07/2014. Contou com a presença da Vice-Prefeita Professora Paula Mascarenhas durante uma cerimônia que homenageou 7 descendentes de famílias

de origem francesa que auxiliaram na implantação do Museu, durante estes 7 anos. Os homenageados foram: Edithe Beatriz Fouchy Jouglard, Celina Fouchy Longchamp, Nelson Antônio Crochemore, Ayrton Lino Ribes, Olmar Wahast, Sidney Charnaud Betemps e Gilberto Luiz de Castro Ebersol.

Para finalizar essa memória, registro meu desejo de que a contribuição dos franceses para a formação de Pelotas e do pelotense não seja esquecida. E que a riqueza cultural e histórica dadas pelas diversas etnias que nos geram, possam ser mais bem investigadas e trazidas à luz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BETEMPS, L. R. *Vinhos e Doces ao Som da Marselhesa: Um estudo sobre os 120 anos da Tradição Francesa na Colônia Santo Antônio em Pelotas-RS*. Pelotas: EdUCat, 2003. Coleção História e Etnias de Pelotas – Volume 6.

BETEMPS, L. R. *A Presença Francesa no Sul do Brasil: o caso de Pelotas, RS*. Porto Alegre: EST Edições, 2010.

Recebido em:21/08/2015
Aprovado em:19/09/2015
Publicado em:27/10/2015

RESENHA DO LIVRO *CONSERVATION PRACTICES ON ARCHAEOLOGICAL EXCAVATION: PRINCIPLES AND METHODS*. CORRADO PEDELI E STEFANO PULGA, 2013.

Paula de Aguiar Silva Azevedo

Vol. XII | n°24 | 2015 | ISSN 2316 8412



Resenha do livro *Conservation Practices on Archaeological Excavation: Principles and Methods*. Corrado Pedeli e Stefano Pulga, 2013.

Paula de Aguiar Silva Azevedo¹

Na busca da conservação de qualquer material é necessário entender as suas particularidades, perceber as suas necessidades e aprender as características do contexto desse material. Quando falamos de remanescentes arqueológicos, nosso entendimento deve alcançar toda a sua trajetória. Ele foi produzido, utilizado, passou pelo processo de enterramento para ser descoberto e estudado. Durante esse caminho o material pode se apresentar de diversas formas, sendo imprescindível que o monitoramento de seu estado de conservação se dê desde a escavação arqueológica. Mas a conservação *in situ* ainda é um desafio, não só pela complexidade das ações que essa envolve, como também a dificuldade da formação de um profissional qualificado para essas ações, além das barreiras que podem surgir na comunicação entre o profissional conservador e o arqueólogo. Isso implica no reconhecimento dos arqueólogos da necessidade das ações de salvamento ao mesmo passo da busca contínua de uma dupla-formação do conservador-restaurador, onde este possa compreender e participar do processo de uma pesquisa arqueológica.

No livro *Conservation Practices on Archaeological Excavation: Principles and Methods* de Corrado Pedeli e Stefano Pulga, temos importantes informações sobre princípios e métodos de conservação *in situ*, numa visão ampla que abarca diversas tipologias de materiais e sítios arqueológicos. Aborda desde o planejamento da escavação até a conservação de estruturas a longo prazo. Apesar de ainda não possuir uma tradução para o português, o texto é desenvolvido numa linguagem simples e de fácil compreensão dos termos técnicos, comumente usados na área de conservação e restauração. É um tipo de leitura que pode ser feita por ambas as áreas pois, enquanto o arqueólogo pode se familiarizar com os conceitos que implicam a conservação, o próprio conservador encontra um guia sobre as ações que envolvem a conservação em escavações arqueológicas. É um texto direcionado para o profissional da conservação, apontando as necessidades e desafios que podem acometer uma escavação arqueológica, incluindo a conservação do sítio em si. É importante ressaltar que o livro foi escrito num contexto italiano/europeu trazendo sempre referências de sítios históricos. Ao aplicar as medidas apresentadas no livro devemos levar sempre em consideração o contexto do sítio arqueológico e, se necessário, fazer adaptações.

Um dos problemas que podem surgir entre o conservador e arqueólogo é a diferente visão que os envolvidos numa escavação podem ter sobre uma mesma situação. Há pontos no texto onde os autores

¹ Graduanda do Curso de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; de Iniciação Científica no Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas (LEPAARQ-UFPEL), Brasil.

demonstram as diferentes expectativas que esses profissionais podem ter, por exemplo, na retirada de um objeto do solo. Enquanto o conservador pode considerar apenas a fragilidade do objeto, preferindo por intervenções imediatas ao mesmo, o arqueólogo pode preferir ações mais demoradas para que sejam feitos todos os registros necessários. Essa divergência deve ser resolvida através do diálogo em que se encontre a melhor abordagem, respeitando a materialidade do objeto em consonância com as necessidades das pesquisas arqueológicas.

Logo no primeiro capítulo *Excavation and Conservation* os autores colocam a necessidade do planejamento das medidas de conservação. Para isso, é necessário o envolvimento do conservador-restaurador desde o início dos preparativos. Assim, pode-se coletar informações sobre os diversos fatores que influenciam a conservação *in situ*, como a tipologia do sítio, o tipo de escavação, a sua localização, condições climáticas e questões relativas à logística geral e econômica. Esses e outros dados ajudam o profissional da conservação a planejar uma margem de ação, podendo assim separar tipos de materiais que podem ser necessários, a viabilidade de algumas técnicas, inclusive contribuir para esquematização de logísticas, como o transporte adequado desse material. Nas palavras dos autores, na página 06: “[...] *conservation as an integral part of archaeological process, starting with the act of excavation, continuing through the period of study and interpretation, and concluding with publication of the final report*”.

O tipo de solo também influencia na preservação do material, havendo variações de permeabilidade, componentes minerais, etc. Solos argilosos, por sua facilidade de absorver água, tornam-se menos permeáveis a gases atmosféricos, enquanto solos arenosos, mais permeáveis. A temperatura também desempenha um papel importante na preservação desses materiais, mesmo que enterrados. Pode propiciar o aparecimento de microrganismos, acelerar reações químicas e na sua variação provocar a dilatação e contração dos materiais, causando-lhes estresse físico.

Durante o enterramento o material passa por um processo natural de alterações e com passar do tempo cria-se um equilíbrio. Essa interação entre meio e o objeto nunca cessam por completo, mas a sua aceleração diminui consideravelmente conforme passar do tempo. Quando um material é recuperado do contexto arqueológico, ele passa por uma drástica mudança ambiental em que os fatores de degradação podem começar a agir rapidamente sobre eles. A madeira, por exemplo, tem boas possibilidades de preservação em ambiente ácidos ou mesmo alcalinos, desde que este seja um ambiente molhado e com pouca presença de ozônio. Ao retirar esse objeto deve-se ter extremo cuidado pois, uma mudança drástica para um ambiente incorreto pode acarretar o colapso da estrutura e conseqüente perda do objeto. No planejamento de uma escavação um conhecimento prévio das características do sítio arqueológico é um diferencial na conservação do objeto, dando assim a possibilidade do conservador se preparar para casos mais delicados.

As medidas de conservação apresentadas abarcam não apenas os objetos móveis, mas levam em consideração também os registros arqueológicos imóveis, como estruturas e pinturas murais. Durante o processo de desenterramento o objeto é evidenciado progressivamente a medida que as camadas de terra são retiradas. Pode levar dias até que este seja completamente retirado do solo, trazendo assim, implicações a conservação do objeto que fica exposto a ambientes diferentes. Nesse caso é preciso um olhar atento para perceber o comportamento desse objeto, e se necessário aplicar alguns cuidados, como a instalação de algum tipo de cobertura além de processos de estabilização ou consolidação.

As coberturas ajudam a evitar a incidência excessiva de luz solar, chuva e até mesmo neve. Alguns tipos podem inclusive ajudar no controle de umidade relativa e temperatura. É importante ressaltar que a eficiência do abrigo vai depender diretamente do material utilizado para a sua construção, assim como as próprias características ambientais do local onde ocorre a escavação. No caso de estruturas, ainda há a possibilidade desses abrigos serem utilizados na proteção do sítio a longo prazo. No capítulo seis *Covering and Shelters*, encontramos indicações dos possíveis materiais a serem utilizados na construção dos abrigos, assim como possibilidades de construção.

Nesse processo de equilíbrio do objeto com o meio, o solo pode representar um papel importante na estabilidade estrutural do objeto. Consequentemente, muitos remanescentes arqueológicos durante e depois de sua retirada do solo podem apresentar uma certa fragilidade, fazendo-se necessário medidas de estabilização. Ela acontece com uma intervenção na estrutura do material, utilizando-se de meios de escoramento, bandagens e até mesmo cintas. Ou uma intervenção mecânica, envolvendo a utilização pontual de um material aderente. A decisão de qual a melhor forma de se estabilizar deve levar em conta as necessidades que se apresentarem e observar como ela funciona a longo prazo, tendo em vista que qualquer decisão deve permitir a continuação do trabalho do arqueólogo e ser reversível.

A consolidação envolve ações que visam devolver ao material as suas propriedades naturais, permitindo a sua manutenção. No entanto, os autores nos alertam para a subjetividade dessa definição e lembram que as características originais do objeto não podem ser recuperadas. Toda ação de conservação deve ser bem pensada e executada. No caso do excesso de consolidantes num objeto, alterações físicas e químicas podem acomete-lo, provocando a sua deterioração a longo prazo. A consolidação pode acontecer em objetos, pinturas murais e mosaicos, como também nas paredes estratigráficas do sítio arqueológico, sendo esta técnica de alta complexidade. É preciso entender o estado em que esse material se apresenta, conhecer as propriedades do adesivo a ser utilizado e decidir pelo melhor método de aplicação. Utiliza-se a impregnação quando se deseja substituir a perda do ligante original do material e a injeção para o preenchimento de fissuras ou rachaduras. É oferecido ao leitor no apêndice quatro do livro, um método de preparação dos consolidantes que podem ser utilizados e suas concentrações.

Quando falamos de biodegradação estamos acostumados a pensar em micro-organismo, mas na conservação de sítios arqueológicos é preciso levar em conta também os macro-organismos. Plantas trepadeiras e outros tipos de vegetação que, podem provocar a desintegração ou decomposição dos materiais. O fenômeno da biodegradação acontece em relação a outros fatores como temperatura favorável e acúmulo de umidade. Uma forma de tratar esse problema é agindo sobre esses fatores, sendo este um método indireto que atua no ambiente que propicia essas manifestações. Em casos como grandes estruturas onde o controle do ambiente é difícil, podem ser aplicados métodos diretos que implicam em ações sobre o objeto. Atentando sempre para fato de o tratamento não ser mais prejudicial ao material do que a própria biodegradação.

A limpeza faz parte da escavação arqueológica, mesmo se limitando a uma pré higienização do objeto e esta pode oferecer risco quando aplicada de maneira abusiva. A limpeza é uma ação irreversível, ela nunca deve ser executada para se ter um objeto mais limpo, mas sim com o objetivo de tornar as suas características mais compreensíveis. Existe a técnica de limpeza seca utilizando-se pequenos pinceis, a limpeza úmida com o auxílio de esponjas, tendo-se o cuidado para não abrasar a superfície dos objetos. O tipo de limpeza mais comum é a molhada, onde ocorre a submersão dos objetos em água. Ela é desaconselhada em alguns materiais como metais ou vidros com iridescência. Os autores ainda salientam que a água é um solvente universal eficiente, não havendo necessidade de submeter o material a outros solventes orgânicos.

Após a limpeza, os materiais devem ser adequadamente colocados em embalagens que não interajam com os achados arqueológicos, além de separados por tipologia. As peças que são guardadas úmidas devem ter furos em suas embalagens permitindo a circulação de ar. Ao guardar um objeto molhado que deva permanecer dessa forma, deve-se usar embalagens selantes que mantenham a umidade. Essas mesmas embalagens também podem ser usadas para objetos secos que não podem ser expostos à umidade, com o auxílio de sílica gel. É preciso estar atento à documentação e registro desses materiais, tanto o registro arqueológico quanto as informações de conservação que podem ser desde observações feitas durante a escavação, até intervenções realizadas no objeto *in situ*. É preciso também saber as condições do armazenamento que esse material recebe até chegar a sua área de guarda. Mesmo que sejam guardados temporariamente num espaço, podem ocorrer danos devidos as condições ambientais adversas como chuva, temperatura e umidade relativa incorreta. Sempre ressaltado que esses depósitos temporários de fato devem se comportar como temporários e que o material fique o mínimo de tempo possível neles.

Ainda em 1990 a Carta de Lausanne nos coloca a necessidade da conservação dos sítios arqueológicos, preservando esse patrimônio em seu contexto original, tendo em vista a necessidade contínua de sua gestão e manutenção. No capítulo *Long-Term Conservation of Site Features* são apresentadas as dificuldades envolvidas nas ações de preservação desses sítios arqueológicos. Podendo-se

fazer o re-enterramento, nesse caso é necessário considerar o material que será utilizado, pois não deve prejudicar os registros arqueológicos que permanecem em campo ao mesmo passo que permite futuras escavações. E mesmo para aqueles que são deixados a exposição ou grandes estruturas, questões de logística, orçamento e profissionais precisam ser observados para que haja uma manutenção e preservação desses espaços.

O livro tem uma grande amplitude no seu desenvolvimento, desde a preparação para escavação, degradação dos materiais, características do solo, consolidação de objetos e estruturas, passando por prevenção de ataques biológicos e incluindo ações de preservação posteriores ao sítio. Ele se constitui como um importante guia para o conservador, entretanto não aplaca a necessidade de se aprofundar nos temas expostos, assim como a ir a campo e adquirir experiência em escavações arqueológicas. As ações que envolvem a conservação em escavações são complexas e demandam uma grande área de conhecimento. E da mesma forma que a conservação deve ser vista desde o início da escavação, também deve prorrogar-se além dela. Para preservação dos materiais escavados será necessário pensar numa conservação a longo prazo envolvendo o acondicionamento desse material, sua conservação preventiva e mesmo a necessidade de restaurações. Ainda se faz necessário uma bibliografia brasileira que trate especificamente da conservação em escavações arqueológicas que trate das particularidades dos sítios brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ICOMOS, Carta para a proteção e a gestão do patrimônio arqueológico ICOMOS/ICAHM. Carta de Lausanne, 1990. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=262>>. Acesso em: Mar. 2015.
- PEDELI, C.; STEFANO, P. *Conservation Practices on Archaeological Excavation – Principles and Methods*. Translated by: Erik Risser. Los Angeles: The Gatty Conservation Institute, 2013.

Recebido em:20/08/2015
Aprovado em:17/09/2015
Publicado em:27/10/2015

**EL CASCO HISTÓRICO DE LA GUAIRA: UN PATRIMONIO EDIFICADO EN ESPERA DE
RECUPERACIÓN**

THE HISTORIC CENTER OF LA GUAIRA: A BUILT HERITAGE WAITING FOR RECOVERY

Humberto Mayora

Vol. XII | n°24 | 2015 | ISSN 2316 8412



El casco histórico de la Guaira: un patrimonio edificado en espera de recuperación

Humberto Mayora¹

Resumen: Una mirada al pasado es el reflejo de un puerto por el cual entraron el comercio, esclavos y los colonizadores que trajeron un pujante desarrollo de esta civilización. En las construcciones de La Guaira se erigieron edificios con estilos arquitectónicos imponentes como la Casa Guipuzcoana, el Castillo de San Carlos y la creación de uno de los Puertos más importantes; el Puerto de La Guaira. Hoy día se irrumpen entre la improvisación de lo contemporáneo junto al abandono producto del deslave ocurrido en el año 1999 que sepultó en gran parte el sueño de reconstrucción. Parte de estas reformas realizadas hasta el momento han estado a cargo por parte de la Universidad Simón Bolívar y expertos regionales en Patrimonio mediante el rescate de algunos edificios patrimoniales. La metodología a emplear será de tipo documental e historia de vida algunos de sus involucrados y son fundamentales para transmitir a los lugareños y constructores un progresivo sentido de conservación para una futura transformación.

Palabras-clave: La Guaira, Puerto, Reconstrucción, Patrimonio e Historia.

Abstract: A look at the past is a reflection of a port through which entered the trade, slaves and settlers who brought dynamic development of this civilization. In the constructions of La Guaira buildings with imposing architectural styles as the Guipuzcoana House, San Carlos Castle and creating one of the most important ports were erected; the port of La Guaira. Today it burst into contemporary improvisation product by the abandonment landslide in 1999 that buried much of the dream of reconstruction. Some of these reforms so far have been in charge by the Simon Bolivar University and regional experts in heritage by rescuing heritage buildings. The methodology used will be documentary and life stories and some of its stakeholders are fundamental to transmit to the villagers and builders a progressive sense of preservation for future transformation.

Keywords: La Guaira, Port, Reconstruction, Heritage and History.

INTRODUCCIÓN

El presente artículo tiene por finalidad recrear la memoria histórica de un pasado que permanece en un casco histórico bastante renombrado por su valor patrimonial que en un pasado asomó una de las primeras civilizaciones que trajeron consigo el pujante desarrollo de Venezuela. El Puerto de La Guaira fue fundamental

¹ Doctorando en Patrimonio Cultural de la Universidad Latinoamericana y del Caribe (ULAC), Venezuela. Msc Integración Regional-Perspectivas Comparadas América Latina y Europa de la Universidad Latinoamericana y del Caribe (ULAC), Venezuela. Licenciado en Ciencias Fiscales Mención Aduanas y Comercio Exterior. Docente a tiempo integral. Universidad Simón Bolívar, Sede del Litoral, Venezuela. Correo electrónico: hmayora@usb.ve, humbertomayora@yahoo.es.

para el crecimiento la Provincia de La Guaira entidad que tiene entre sus edificios emblemáticos a la Casa Guipuzcoana donde operó la Compañía que lleva su mismo nombre e influenció el desarrollo político y colonial del país. Este artículo inicia con una síntesis de los valores asociados a este tipo de patrimonio cultural, hablando de su Casco Histórico; la entidad, los impulsores y gestores que han creado una propuesta para la recuperación de algunas zonas indicadas en una historia de vida que consiste en señalar las áreas por recuperar y finalmente las conclusiones y recomendaciones.

ANTECEDENTES DEL ESTUDIO

La Guaira ha sido un escenario de belleza que estuvo a merced de corsarios y piratas quienes constantemente visitaron ésta ciudad en búsqueda de tesoros que reposaban en imponentes edificaciones con diseños de la arquitectura del siglo XVIII. El desarrollo de las construcciones de la Ciudad Histórica La Guaira se realizaron en la parte baja de la ciudad lo alto de las montañas para el resguardo y protección de posibles ataques, como el Fuerte San Carlos, que era el sistema de defensa del Puerto de La Guaira ante las invasiones de buques marítimos; también destaca el Fuerte la Pólvara un almacén donde las tropas militares se guarecían y el Fortín El Vigía un mirador con murallas y cañones que también resguardó a los militares de la época en sus diversos recorridos en ese entorno.

La Guaira se estableció como el principal puerto de Venezuela en 1589. Fue creado originalmente como una protección para el capital y un importante puerto. Debido a estas actividades, se construyó una carretera entre Caracas y es el puerto conocido como "El Camino de los Españoles". Este camino sería de un valor estratégico y económico a lo largo de los años. No hay ningún fundamento real de la ciudad, pero la configuración de almacenes y bodegas cercanas al río finalmente conducir a la construcción de áreas residenciales. La Guaira ha sido el principal puerto de la capital desde antes de 1580"....la ciudad en sí es su arquitectura. Si se observan por separado los edificios, es difícil encontrar valores arquitectónicos, pero son esenciales para completar toda la percepción. Tipología distributiva y formal de la casa es prácticamente el mismo, aunque las dimensiones determinan una jerarquía entre los más grandes en la parte baja de la ciudad y los más pequeños en la parte superior. Algunos de éstos fueron concebidos como residencial en ambas plantas y otros como comercial en las plantas inferiores y residencial en los superiores (Unesco.org).

La Guaira se fundó el 29 de junio de 1589 por Diego de Osorio y la asumió como domicilio por su puerto de fácil acceso. La construcción de las primeras edificaciones fue mediante la creación de su puerto, una ciudad amurallada por sus fuertes o fortines y el asiento de comunidades conformadas por migraciones de las islas caribeñas y del occidente y oriente venezolano. Esta ciudad y su casco histórico fueron considerados en la lista tentativa de patrimonios por recuperar de la Unesco y coincidió con el Instituto de Estudios Regionales y Urbanos (IERU) de la Universidad Simón Bolívar en labor conjunta con el Instituto de Patrimonio Cultural (IPC) de Venezuela, los cuales realizaron un inventario de Bienes Culturales tanto muebles como inmuebles relativos a la Memoria Histórica, Sitios Naturales del Patrimonio Cultural del Municipio Vargas, sin olvidarse de los valores estéticos, sociales, geohistóricos y ambientales.

En la “Carta de Venecia” (1964), señala en su Artículo 1: La noción de un monumento comprende la creación arquitectónica aislada así como también el sitio urbano o rural que nos ofrece el testimonio de una civilización particular, de una fase representativa de la evolución o progreso o de suceso histórico. Se refiere no sólo a las grandes creaciones sino también a las obras modestas que han adquirido con el tiempo un significado cultural.

Los marcos normativos internacionales dan la pauta en la conservación y preservación de la arquitectura como aporte al patrimonio cultural, la invocación de Carta de Venecia es pertinente porque de ella surge de la necesidad de reconstruir gran parte de las edificaciones, monumentos e infraestructura que trajo consigo la destrucción de Europa producto de la Segunda Guerra Mundial. Para este Casco Histórico de casi 500 años y haber experimentado terremotos, deslaves abre el camino hacia su valoración desde diferentes perspectivas.

Valorar es precisamente hacer la diferencia entre unas cosas y otras, preferir esto a aquello, elegir lo que debe ser conservado porque presenta mayor interés que lo demás. La tarea de valorar es el empeño humano por excelencia y la base de cualquier cultura humana. En la naturaleza reina la indiferencia, en la cultura la diferenciación y los valores (SABATER, 1999, p. 55).

Fernando Sabater abre el camino de estos valores partiendo de que sus habitantes forman parte de la cultura humana y la idea de preservar reside en el ser humano y en las acciones que realice. El ICOMOS, en la “Carta de Venecia” (1964), Artículo 5, expresa que: “La conservación de monumentos siempre resulta favorecida por su dedicación a una función útil a la sociedad; tal dedicación es por supuesto deseable pero no puede alterar la ordenación o decoración de los edificios. Dentro de estos límites es donde se debe concebir y autorizar los acondicionamientos exigidos por la evolución de los usos y costumbres.

Antes de argumentar se ha tenido en consideración la percepción de cómo se han captado las informaciones partiendo de imágenes, estas imágenes se convierten en un pequeño discurso argumentativo transformándose en un valor que define un aspecto patrimonial. La primera imagen observada es la catedral de esta ciudad cuya fotografía se tomó desde un puente y se distingue a mano derecha la acumulación de desperdicios; una pared roja con letras blancas. La edificación luce emblemática e impecable pero se percibe la falta de armonía en los colores de las paredes y las puertas. Las primeras de color salmón y las segundas en verde brillante. Por lo tanto no se observa un valor de conservación porque en la época colonial estos colores no existían por lo cual si se pretende destacar una edificación patrimonial, sus puertas deben ser del color de la madera y las paredes en tonos blancos con sus posibles matices o combinaciones.



Imagen 1: Catedral de La Guaira. Tomada por Humberto Mayora en Junio (2014).

VALOR ARQUITECTÓNICO

Impacto positivo en el patrimonio a intervenir en tiempo y espacio. En el caso de las casas que conservan la fachada, rejas gastadas por el salitre y antiguos portones de madera desvencijada encierran el mismo panorama. El denominador común es la ausencia de techos, y las casas, con el cielo como tope, se convierten en simples terrenos baldíos rodeados de muros de tierra, adobe y piedra.



Imagen 2: Casco Histórico de La Guaira. Tomada por Humberto Mayora en Junio (2014).

VALOR ARTÍSTICO

Reflejo de estilo, técnica de realización en diferentes naturalezas. La imagen actual es de la Casa Vargas ubicada en la calle Bolívar y se observa como se ha mantenido en esta estructura algunos ornamentos de sus columnas y fachadas. Las calles El Comercio y Bolívar son hoy una mezcla de estilos arquitectónicos, donde se levantan edificios contemporáneos, casas coloniales y republicanas e, inclusive, construcciones art decó. La Casa Vargas es una construcción conservada y es un espacio perteneciente a la Universidad Simón Bolívar donde se

dictan clases y actividades de extensión para la capacitación de jóvenes y adultos en el Casco Histórico de La Guaira.



Imagen 3: Casa Vargas (USB). Tomada por Humberto Mayora en Junio (2014).

VALOR ESTRUCTURAL

Son los valores relacionados a la construcción y estructura destacando su importancia en los elementos de construcción como muros, fachadas. Aseguran la estructura física y su comportamiento ante los terremotos, salitre, viento y precipitaciones. En la imagen se refleja las huellas de los deslaves tanto del año 1999 y 2005 de cómo los aludes de tierra permanecen intactos dentro del inmueble.



Imagen 4: Casco Histórico de La Guaira. Tomada por Humberto Mayora en Junio (2014).

VALOR SIMBÓLICO

De acuerdo a su conservación, restauración o demolición, qué se olvida o se recuerda y qué importancia tienen estas dinámicas en nuestra memoria nacional. A fin de cuentas, el colectivo es quien otorga cuáles elementos culturales mantener y cuáles no, manifestando cierto olvido debido a reformas, adaptaciones, construcciones nuevas, etc., acciones que dejen los anteriores en el pasado.



Imagen 5: Edificio Plaza Sucesores, Casco Histórico de La Guaira. Tomada por Humberto Mayora en Junio (2014).

VALOR DE USO

Uso apropiado del patrimonio que tiene por objeto satisfacer una necesidad precisa. A pesar de la gran significación de la Compañía que lleva por nombre Guipuzcoana. En la actualidad es un edificio administrativo de la Gobernación del estado Vargas. Por lo tanto no tiene un uso patrimonial adecuado.



Imagen 6: Casa Guipuzcoana de La Guaira. Tomada por Humberto Mayora en Junio (2014).

VALOR CIRCUNSTANCIAL

El pasivo es el olvido en donde el hombre no interviene, es el abandono de un sentimiento, un objeto ceremonial, una obra arquitectónica, en donde el tiempo se encarga de que su recuerdo se desgaste, se destruya, se descuide; logrando la omisión de su presencia.



Imagen 7: Casco Histórico de La Guaira. Tomada por Humberto Mayora en Junio (2014).

VALOR ÉTICO

Pautas de acción para el arquitecto o restaurador conducente a la conservación y respeto por el patrimonio en caso de una intervención transitoria para participar sin menoscabar o deteriorar la edificación. El arquitecto es un eslabón pasajero apegado a la humildad y a su conocimiento traducido en prudencia. Es el accionar que construye sobre lo construido. En ciertas áreas como las paralelas a la Catedral de La Guaira se tienen estos principios de conservación de la arquitectura.



Imagen 8: Parte lateral Catedral de La Guaira. Tomada por Humberto Mayora en Junio (2014).

HISTORIA DE VIDA POR TERESA MONTESANO

La recuperación del Casco histórico de la ciudad histórica La Guaira ha presentado diversos acontecimientos que aceleren su inmediata reconstrucción. El World Monuments Watch u Observatorio Mundial de Monumentos recibió una solicitud de la evaluación del casco histórico que funciona con la entrega de aporte económico y asesoría con miras a la realización de reformas y declaró ser uno casco histórico en vías de desaparición. Esto se hizo en cooperación con Universidad Simón Bolívar y la Escuela de Formación de cooperación Artesanía Española y la Fundación Cisneros.

"La primera institución que creyó en el casco colonial fue la USB, y ha desarrollado un trabajo de más de una década para darle vida a El Guamacho. Luego en la calle Bolívar hubo un cambio contundente tras la instalación de la Escuela Taller La Guaira, que con una doble función, educativa y restauradora han regresado a la vida cinco edificaciones coloniales" explica la arquitecto Teresa Montesano, experta en patrimonio y quien se ha dedicado a dar una lucha por su valor arquitectónico y urbano (NORIEGA, 2012).

El Instituto de Estudios Regionales Urbanos de la Universidad Simón Bolívar ha tomado una importante participación invitando a los entes gubernamentales como el Ministerio del Poder Popular para la Cultura y otras instituciones expertas en patrimonio. En febrero pasado se instaló una comisión de recuperación para una ciudad histórica que se encontraba en el abandono, el deterioro y la desidia. Falta una mayor voluntad política que contribuye a una mejor restauración para impulsar el turismo. También se creó una Comisión de Embellecimiento para el estado Vargas como iniciativa del Gobernador Jorge Luis García Carneiro.

Por iniciativa de la Organización Nacional Antidrogas se hizo posible la construcción del parque biosaludable al frente de la Catedral de La Guaira y la Casa Guipuzcoana fue declarada Monumento Histórico Nacional en Gaceta Oficial de la República de Venezuela N° 27564 de fecha 09/10/64 y acuerdo de Cámara de fecha 01/07/1996 autorizando el funcionamiento del Museo Municipal del Patrimonio Cultural y Natural teniendo como sede la Casa Guipuzcoana.

Los consejos municipales ubicados en el Casco Histórico de La Guaira son los siguientes: Luisa Arrembide, Casco Colonial, El Colordo, Plazoleta, El Gavilán, El Guamacho, Puente de Jesús, Ballajá, Pueblo Nuevo y Cabrería, estos son fundamentales para la cohesión social y trabajar mancomunadamente entre los entes gubernamentales y las comunidades vistas como parte del proceso de recuperación de este patrimonio.

REFLEXIONES FINALES

El recorrido del casco histórico se inició con el edificio que en la actualidad es el Instituto Postal Telegráfico Ipostel, desde la perspectiva como docente y estudiante del Doctorado en Patrimonio Cultural noto ciertas incongruencias en este tipo de preservación; ciertas fachadas intervenidas por los profesionales de la arquitectura y restauración han hecho las respectivas refracciones a algunos edificios emblemáticos como antes mencionado y los colores se aprecian de manera distorsionada. La casa Guipuzcoana tiene una conservación impecable y se respetaron todos sus colores y hasta la ornamentación se observa en buen estado. Al lado se encuentra el Edificio Plaza Sucesores.



Imagen 9: Edificio Plaza Sucesores. Imagen tomada de wikigogo <http://en.wikigogo.org/en/22348/>.



Imagen 10: Imagen tomada de Abrebrecha.com http://www.abrebrecha.com/330872_Infravargas-recupera-emblem%C3%A1tica-casa-amarilla-de-la-Guaira.html.

Las dos imágenes superpuestas como ejemplo de intervención sobre la edificación: la fachada de lado izquierdo se pudo preservar en el tiempo incluso cuando no se tenían nociones esenciales de patrimonio, y se mantuvieron en armonía de colores observables en su fachada; se aprecia un color blanco con tonos de ligero azul degradado que hace pensar en el imaginario que son de la escasa paleta de colores que en la colonia existió y hasta nuestros días se pudo distinguir.

A la derecha y luego de la intervención, se le agregaron balaustas y se obtiene un segundo ambiente o balcón y esta casa cambió por completo al colocarle ese color amarillo incandescente que desestima o rompe la estructura original, es decir, se mejora estructuralmente pero el valor simbólico de lo que representa esta edificación se transgrede por completo en armonía visual y estética.

Una vez expuestos los valores del patrimonio cultural objeto de este artículo e historia de vida presentadas se puede concluir que este tipo patrimonio cultural amerita la urgente intervención de todos los involucrados con la preservación, reconstrucción y una sólida formación educativa en valores de patrimonio cultural para todos los involucrados. A pesar de que la iniciativa privada está interesada en la compra de casas con el objeto de reconstruirlas y crear hoteles y espacios propicios para en un futuro desarrollar el turismo en la zona, se debe proporcionar un acompañamiento intergubernamental que complemente las tareas de seguridad, mejoras en la vialidad y la creación y formación de empleos directos e indirectos que tengan un sentido de pertenencia llamando a significativas iniciativas de emprendimiento turístico.

Así como el Observatorio Mundial de Monumentos (WMF), Unesco, la Fundación Cisneros han informado con una visión desalentadora a futuro el verdadero destino del Casco histórico de la ciudad histórica La Guaira, tanto los lugareños como los cronistas, investigadores y estudiantes del Doctorado en Patrimonio

Cultural apuestan por una visión más constructiva que debe estar sincronizada con un gran apoyo de los Consejos Comunales del Casco histórico, el Instituto de Patrimonio Cultural y también con apoyo de la Gobernación de Vargas y Alcaldía del Municipio Vargas con un personal altamente capacitado con competencia en patrimonio cultural, arquitectura, restauración.

Iniciativa en educación y capacitación en cultura e identificación vinculada al patrimonio que no permanezca en manuales de trabajo bajo las gavetas de escritorios y archivadores sino que den a conocer y difundir la realidad del patrimonio del Casco Histórico de La Guaira e ir cultivando una conciencia de preservación iniciando por sus habitantes que lo conozcan y empiecen no arrojando demasiados desperdicios y escombros que aunados a los deslaves del año 1999 y 2005 no ha parado la contaminación y no se establecen medidas de conservación que eviten un mayor deterioro.

Por último si ciudades como Cuzco, Lima y Quito han hecho del turismo la mayor sustentabilidad económica para atracción y promoción de su historia éste Casco Histórico también lo puede lograr. El camino no será sencillo pero se pueden lograr mayores cambios con una nueva perspectiva hacia lo que nos identifica y por ende a valorar, cuidar y preservar aún más lo que se tiene.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Carta Internacional Sobre la Conservación y la Restauración de Monumentos y Sitios (Carta de Venecia 1964). II Congreso Internacional de Arquitectos y Técnicos de Monumentos Históricos, Venecia 1964. Adoptada por ICOMOS en 1965. Disponible en: <http://www.icomos.org/charters/venice_sp.pdf>. Acceso en: 18 jul. 2014.
- NORIEGA, N. Casco guaireño cobra vida con propuestas de renovación. *Diario el Universal*. (2012). Disponible en: <<http://www.eluniversal.com/caracas/121104/casco-guaireno-cobra-vida-con-propuestas-de-renovacion>>. Acceso en: 12 ago. 2015.
- Observatorio Mundial de Monumentos. *Casco de la ciudad histórica La Guaira*. (2010). Disponible en: <<http://www.wmf.org/project/la-guaira-historic-center>>. Disponible en: 18 jul. 2014.
- Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (Unesco). *Ciudad de La Guaira*. (s/f). Disponible en: <<http://whc.unesco.org/en/tentativelists/1306/>>. Disponible en: 18 jul. 2014.
- SAVATER, F. *Las preguntas de la vida*. Barcelona: Editorial Ariel, 1999.
- SERRA, M. Gestión del Patrimonio Cultural. II Encuentro nacional de destinos jurídicos. Universidad Nacional Autónoma de México. Tlaxcala, México. (s/f).

Recibido em:19/08/2015
Aprovado em:15/09/2015
Publicado em:27/10/2015

OS TEXTOS LITERÁRIOS ANTIGOS E O HISTORIADOR: DESAFIOS E ABORDAGENS
ANCIENT LITERARY TEXTS AND THE HISTORIAN: CHALLENGES AND APPROACHES

Anderson Martins Esteves

Vol. XII | n°24 | 2015 | ISSN 2316 8412



Os textos literários antigos e o historiador: desafios e abordagens

Anderson Martins Esteves¹

Resumo: Ao abordar os textos literários e paraliterários da Antiguidade Clássica, o historiador se vê diante de um duplo desafio. Primeiramente, a língua original em que foram escritos representa um obstáculo não negligenciável e só parcialmente transponível por meio de uma tradução. Em segundo lugar, não menos importante é situar o texto estudado dentro de um quadro de gêneros e épocas literárias, que servem como balizamentos que ajudam a compreender os documentos dentro de seu contexto estético de produção. O objetivo deste artigo é discutir as noções de gênero e época literária, propor um panorama da literatura, a partir dessas grades teóricas e ressaltar como textos pertencentes a gêneros diferentes merecem interpretações e valorações específicas.

Palavras-chave: Literatura antiga, gêneros literários, história antiga.

Abstract: When approaching literary and paraliterary texts in Classical Antiquity, the historian faces a double challenge. First, the language in which they were originally written represents a non-negligible obstacle, which one can only partially overcome by means of a translation. Second, and no less important, to place the text in a grid of genres and literary epochs, which work as landmarks helping to understand each document in its aesthetical context of production. The purpose of this paper is to discuss the notions of genre and literary epoch, to propose a general view of the ancient literary system and to indicate how texts related to different genres must have different interpretation and evaluation.

Keywords: Ancient literature, literary genres, Ancient History.

De maneira geral, a História Antiga, tal como é entendida e praticada no Brasil, vem se afirmando como campo cada vez mais dependente da História e mais apartado dos Estudos Clássicos, na sua definição tradicional, ou seja, das Letras e Literaturas Clássicas, Filosofia Antiga e História Antiga. Em razão disso, reputo cada vez mais relevante e oportuno levantar algumas questões atinentes à formação inicial dos profissionais de História Antiga. São questões que, embora advenham de um campo de saber chamado filológico, tem grande impacto para os que se ocupam dos textos literários antigos, seja como historiadores, seja como filósofos, helenistas ou latinistas. E digo isso porque essas questões remetem a abordagens dos textos, algumas das quais desafiadoras, quando se considera a formação universitária brasileira. Daí o subtítulo deste artigo: “desafios e abordagens”. Pretendo, assim, levantar três questões fundamentais para a compreensão do texto literário antigo: 1. A língua original versus tradução; 2. O gênero literário; 3. A época, entendida no sentido de estilo de época. Meus objetivos são meramente informativos, isto é, de apresentar problemas preliminares atinentes à análise dita filológica dos textos literários antigos.

¹ Doutor em Letras Clássicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 2010), Brasil; é professor do Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil.

Antes de tudo, um esclarecimento sobre a expressão “texto literário”, que utilizo no título. Saber o que é literário e o que é extraliterário em um contexto contemporâneo de produção cultural é um tópico de discussão infinita na teoria literária moderna. Distinguir um poema de Manoel de Barros de, por exemplo, uma bula de remédio, é tarefa muito simples empiricamente, mas a definição precisa de literatura e, a partir daí, a atribuição da chancela de “literário” a certos textos em detrimento de outros é um problema que deixo para meus colegas de teoria literária. Quando tratamos dos textos antigos – e por antigos me refiro a um grande conjunto de textos que vai da *Ílida*, no século VIII AEC, até a antiguidade tardia, com, por exemplo, Amiano Marcelino, Símaco e Ausônio, todos no século IV EC – as tendências filológicas mais recentes têm tendência a incluir no conceito de “literatura” quaisquer textos transmitidos pela tradição dos manuscritos (cf. FUHRMANN, 2005, p. 17). Assim, entram na definição de texto literário tanto as obras canônicas, como os poemas épicos, as tragédias e comédias, a poesia lírica; como outras obras, antes entendidas como subliteratura, a exemplo da epistolografia, dos tratados “científicos” ou filosóficos e os discursos. Sobre isso, voltaremos mais adiante, quando tratarmos de gênero.

David Potter, em um livro que trata precisamente sobre os textos literários e o historiador de Roma, ao comentar quais seriam os elementos de uma questão histórica viável no campo da História Antiga, destaca:

1. Qual é a evidência disponível para responder esta questão?
2. Eu compreendo a transmissão da evidência: a tradição dos manuscritos é sólida, estou citando o texto em seu contexto original de produção ou em outro *etc.*?
3. Eu compreendo com precisão a língua da evidência?
4. Quais são as circunstâncias sob as quais a evidência foi composta?
5. Existem problemas com a evidência que limitam o modo pelo qual ela deva ser utilizada (erros factuais, parcialidade do autor *etc.*)?² (POTTER, 1999, p. 18-19).

Ressalto que, em pelo menos três dessas premissas de viabilidade, encontram-se questões de que trato hoje. O item 3 se refere à compreensão do texto original, e os itens 2 e 4, ao gênero literário e a Época, os quais, como veremos, remetem ao contexto original de produção do texto e interferem no modo como a evidência contida nos textos deva ser valorada.

Em países de grande tradição clássica, como Alemanha, Itália, França e Inglaterra, normalmente os alunos que chegam às graduações de História já tiveram acesso a um conhecimento prévio de latim e, em alguns casos, também de grego. Obviamente isso varia de acordo com os sistemas educacionais de cada país – e também é digno de nota que a carga horária de latim e grego no ensino pré-universitário vem caindo, sobretudo em países como a França – entretanto, a premissa básica de que o graduando em História, antes de aceder à Universidade, pôde optar por ter acesso às línguas clássicas continua tendo validade em grande

² Todas as traduções são nossas, exceto indicação em contrário.

parte da Europa. Esse conhecimento prévio é expandido ao longo da graduação, caso o aluno opte pela História Antiga. E, acrescente-se, em regra o graduando candidato aos Estudos da Antiguidade deve dominar pelo menos uma das duas línguas – precisamente a língua mais relevante para suas pesquisas – e ter um conhecimento intermediário da outra. Assim, um aluno hipotético, que estuda em Oxford e que se dedique às Guerras do Peloponeso, deve ter um conhecimento relevante de grego, que lhe permita estudar as suas fontes, mas não pode prescindir de algum conhecimento de latim, o que pode lhe abrir as portas para outros documentos, posteriores, escritos nesta língua e que lhe informem, por exemplo, sobre a recepção do seu objeto de pesquisa no contexto romano republicano ou imperial. Outro aluno, que estuda na Universidade de Paris IV e se dedica às guerras civis do fim da República Romana, deve obviamente saber ler latim, mas também será incentivado a aprender grego, para ter acesso a outros documentos nessa língua – e são muitos os autores gregos que se dedicaram ao período, diga-se.

Nas universidades brasileiras, entretanto, percebemos outro quadro. Primeiro, os Estudos Clássicos – esse conjunto formado pela História Antiga, pelas Letras Clássicas e pela Filosofia Antiga – tem uma tradição muito mais recente em nosso país do que na Europa e mesmo Estados Unidos. Continuamos, ainda que nas pegadas de valorosas gerações anteriores, dando os primeiros passos para a formação de uma massa crítica comparável à de muitos países do Norte. Segundo, porque, em regra, as várias disciplinas dos Estudos Clássicos se encontram separadas dentro da estrutura universitária, enquanto que, em alguns países, sobretudo os anglo-saxões, existem faculdades de *Classics*, que congregam História, Filosofia e Letras e Literatura antigas, o que facilita enormemente a integração entre os saberes. Terceiro, e mais importante para esta apresentação, porque os nossos alunos, regra geral, não sabem grego e latim. Esse desconhecimento das línguas clássicas é, antes uma decorrência do próprio sistema educacional brasileiro. De um lado, os alunos chegam à Faculdade de História sem qualquer conhecimento de grego ou latim, muitas vezes sem saberem o que é grego ou latim – isso advém da reforma educacional instituída pela Lei de Diretrizes e Bases, de 1961, seguida por outra em 1971, durante a Ditadura Militar, que extinguiram completamente o ensino do latim e do grego no ensino médio, para dar lugar a uma educação que atendesse mais à qualificação para o trabalho e, em 1971, que desse lugar a matérias como Moral e Cívica e OSPB. Assim, neste modelo educacional de matriz militar, saem Latim, Filosofia, Francês e entram Moral e Cívica, Educação Física e matérias ligadas à saúde pública. O latim, como disciplina obrigatória, só se manteve por dois semestres nas Faculdades de Letras. Em virtude disso, e também em função da inexistência de um curso que congregue os Estudos Clássicos em uma Faculdade, o graduando em História que se interesse por História Antiga, na grande maioria das vezes, não é incentivado a aprender latim e grego ou, se o é, não vê atendida esta demanda. Com efeito, como competir com dezenas de outras disciplinas, como História do Brasil, História da América, História Contemporânea, que são obrigatórias em sua grade e lhe tomam o tempo necessário para se aprender latim

e/ou grego, os quais, costumeiramente, nem figuram entre as optativas? A culpa, portanto, não é dos graduandos, mas sim dos responsáveis pela criação e aperfeiçoamento dos currículos.

A questão que coloco é: como fazer pesquisa em História Antiga sem um conhecimento, mesmo que básico ou intermediário do latim e do grego? Alguns dirão, como já tenho ouvido em algumas ocasiões, que basta se munir de uma “boa” tradução. E é aqui que eu me detenho para tentar demonstrar que, para os historiadores, bem como para os filósofos ou para os que se dedicam à literatura, não existe uma tradução, por melhor que seja, que corresponda às suas expectativas e ao rigor que se espera da pesquisa científica. E isso é um próprio corolário da atividade de tradução, que, como quer Umberto Eco (2007, p. 9) não significa “dizer a mesma coisa em outra língua” – uma tarefa impossível pelas operações de paráfrase, definição, explicação reformulação e substituições sinonímicas – mas antes, “dizer quase a mesma coisa” (p. 10). Para o autor, a grande questão prática que envolve a tradução está em se estabelecer a extensão desse “quase”. Ou, em suas palavras: “Estabelecer a flexibilidade, a extensão do *quase* depende de alguns critérios que são negociados preliminarmente. Dizer quase a mesma coisa é um procedimento que se coloca, como veremos, sob o signo da negociação” (ECO, 2002, p. 11). O que o autor define como negociação, como explica mais à frente, corresponde a um conjunto de conceitos que circulam na teoria da tradução, como equivalência, fidelidade, aderência ao escopo, iniciativa do autor³. Quer dizer, subjacente à afirmação de Eco está a noção de que a tradução se baseia em procedimentos de negociação, entendida como um processo em que se renuncia a alguma coisa para se obter outra. Essas duas coisas são os textos na língua original e o texto traduzido. Assim, para se traduzir, por exemplo, a *Eneida*, o tradutor precisa abrir mão de uma estrutura rítmica (lembremo-nos de que a *Eneida* foi escrita em versos, mais precisamente em hexâmetros datílicos), de figuras de linguagem, de uma estrutura sintática e estilística próprias ao latim, que não seriam compreendidas – ou só muito dificilmente seriam compreendidas – em português. Assim, temos, de um lado, o **texto-fonte**, e a cultura em que foi criado, e, do outro, o **texto de chegada**, e a cultura em que está inserido, com todo o horizonte de expectativas dos leitores (ECO, 2007, p. 20).

Para tornar mais clara a discussão de Eco, citamos o polígrafo alemão Schleiermacher, que em um livro de 1838, traduzido para o português agora em 2010, nos apresenta o que a seu ver seriam os dois únicos caminhos possíveis da atividade tradutória:

Mas, agora, por que caminhos deve enveredar o verdadeiro tradutor que queira efetivamente aproximar estas duas pessoas tão separadas, seu escritor e seu leitor, e propiciar a este último, sem obrigá-lo a sair do círculo de sua língua materna, uma compreensão correta e completa e o gozo do primeiro? No meu juízo, há apenas dois. **Ou bem o tradutor deixa o escritor o mais tranquilo possível e faz com que o leitor vá a seu**

³Para uma boa introdução sobre essas questões conferir, por exemplo, Berman (2002).

encontro, ou bem deixa o mais tranquilo possível o leitor e faz com que o escritor vá a seu encontro⁴ (SCHLEIERMACHER, 2010, p.10).

Para Schleiermacher, no primeiro caso, o tradutor busca cunhar, em sua língua, a “mesma imagem”, a “mesma impressão” presentes na língua original, com o objetivo de transmiti-las aos leitores. Isso lhes causa estranheza, já eles se veem deslocados para outro lugar, o da língua de origem. O segundo caso se opõe ao primeiro, à medida que a obra e o autor são deslocados para o universo dos leitores; por outras, força-se o autor antigo a se exprimir de acordo com a expectativa dos leitores contemporâneos. No dizer de Snell-Horby (2012, p. 6), o primeiro método se fundamenta no alheamento e o segundo, na familiarização.

Temos, aqui, um impasse: ou a tradução é clara e compreensível para os leitores, e nesse caso, provavelmente, se afasta do original; ou, por outro lado, se mantém mais presa à língua original, mas se torna ininteligível, justamente por se distanciar da língua de chegada. Daí vem a expressão “belas infiéis”, muito comum nos estudos de tradução. Uma tradução bela, que se aproxima da sintaxe, do estilo e, enfim, do horizonte de expectativa do leitor, será, necessariamente, infiel, já que estará mais afastada do **texto-fonte**. Mas o grande problema é que mesmo uma tradução feia e, portanto, literal, não facilita, necessariamente, o trabalho do historiador, já que justamente por ser literal, pode ocultar, sobretudo em textos separados por muitos séculos, um espectro semântico que deveria estar ao seu alcance. Aliás, quando mais não fosse, reside aí, a meu ver, a inviabilidade de se trabalhar com traduções: ao traduzir um **texto-fonte** para o **texto de chegada**, o tradutor, no processo de negociação, tal como enunciado por Eco, realiza uma miríade de escolhas. Isso porque as palavras, e, sobretudo, as palavras utilizadas na literatura, são polissêmicas, ou seja, comportam vários significados. Em regra, seu significado original, ou seja, o desejado pelo autor do texto-fonte, pode ser reconstituído a partir da economia textual, da relação daquela palavra com as outras palavras do texto. Entretanto, essa tarefa, que pode parecer simples à primeira vista, é extremamente complexa em latim e em grego, de maneira que o que vemos nos textos traduzidos representa tão somente as escolhas semânticas realizadas pelos tradutores, por melhores que sejam. A possibilidade de outras leituras só se descortina, assim, quando nos voltamos para o texto original. Em resumo: trabalhar com uma tradução significa abrir mão de uma série de escolhas semânticas para acatar a escolha estabelecida pelo tradutor, o que não se pode fazer sem algum prejuízo para a compreensão do documento, que é a primeira tarefa do historiador.

Para retomar Potter e suas premissas de viabilidade de uma questão em História antiga, lemos no item 2 que é essencial que o historiador consiga colocar o texto em seu contexto original de produção, ou, se for o caso, em outros contextos e, item 5, que ele entenda problemas na evidência que possam restringir seu uso (POTTER, 1999, p. 18). Obviamente, contexto original de produção de um texto, como o próprio autor deixa entender nos capítulos seguintes do livro, se referem a uma multiplicidade de fatores, dos quais o

⁴ Grifo nosso.

contexto literário certamente não é o menos importante. Digo isso porque uma das instâncias que influenciam o modo pelo qual os autores antigos escreviam seus os textos e o modo pelo qual estes eram recebidos pelos leitores contemporâneos era o **gênero literário**. Este conceito é de relevância capital para o historiador ao estudar seus documentos à medida que, sem prejuízo das características individuais de cada autor, a obra literária antiga é grandemente atrelada aos requisitos de forma e de conteúdo de gêneros pré-existentes. Dessa maneira, por exemplo, um poeta elegíaco estava, *ex ante*, vinculado a uma matéria e a uma forma de tratá-la. Da mesma maneira, Tácito, ao se dispor a escrever a história de Roma, já estava condicionado, por uma exigência de gênero, a tratar de certos assuntos em detrimento a outros, bem como lhe era imposta a prosa como forma padrão.

A própria crítica literária na Antiguidade testemunha bem a existência de gêneros literários à época. Quintiliano, professor de retórica e, podemos dizer, crítico literário do século I d.C., classificava os escritores gregos e latinos em nove gêneros, a saber: epopeia, poesia elegíaca, poesia iâmbica, poesia lírica, poesia dramática, história, eloquência, filosofia e sátira, sendo este último só existente para os latinos (QUINTILIANO, *Institutio Oratoria*, X). Martin e Gaillard (1990, p. 10) percebem algumas falhas da classificação de Quintiliano, como o seu extremo formalismo. Com acerto, argumentam ambos que, por essa divisão tradicional, as fábulas de Aviano, escritas em dísticos elegíacos, pertenceriam a um gênero diferente do das fábulas de Fedro, compostas em versos iâmbicos. Na classificação que propõem, a qual perfilhamos, distinguesse, primeiramente gênero de forma literária. O gênero é universal, definido pela função que ocupa na sociedade, ao passo que as formas são a maneira pelas quais os diferentes gêneros se manifestam em cada sociedade (MARTIN, GAILLARD, 1990, p. 11). Preferimos a grade proposta pelos teóricos modernos à classificação de Quintiliano justamente porque a primeira atende mais ao historiador. Enquanto a divisão de Quintiliano pressupõe um critério estético de identificação, sendo mais conveniente aos estudiosos da literatura latina e grega do ponto de vista formal, a divisão de Martin e Gaillard consideram a função social das obras literárias para classificá-las em cinco gêneros: quatro literários e um paraliterário.

Os autores conceituam, primeiramente, o gênero dramático, em que reúnem todas as obras que foram compostas com o objetivo da encenação (mesmo aquelas que nunca tenham sido, de fato, encenadas). São obras, portanto, em que o elemento textual não prescinde de outros elementos paratextuais – como o cenário, a indumentária, a interpretação do ator – para se fazerem completamente entendidas pelo público. No espaço cultural greco-romano, esse gênero divide-se, tradicionalmente, em tragédia e comédia, conforme queiram “suscitar o terror e a piedade” ou provocar o riso (MARTIN, GAILLARD, 1990, p. 12).

Em seguida, o gênero narrativo, que reúne os textos que apresentam uma história, na forma de relato de acontecimentos que se sucedem em um determinado limite cronológico (diacronia) e que se correlacionam entre si. Distinguem-se do gênero dramático porquanto: 1. Prescindem de uma performance no palco, ou seja, de elementos paratextuais; 2. Os limites cronológicos são muito mais elásticos do gênero

dramático, que, na estética clássica, é de um dia. São formas do gênero narrativo: a epopeia, o romance, a história e a fábula. Em Roma, ainda devemos acrescentar autobiografia, uma forma particular de historiografia, assemelhada ao romance e à fábula (MARTIN, GAILLARD, 1990, p. 12-13).

Em continuação, os autores discutem o gênero demonstrativo. Os textos pertencentes a este gênero têm o objetivo comum de expor e demonstrar um sistema de pensamento. Assim, como características principais, podemos dizer que este gênero é: 1. Sincrônico, por oposição aos dois anteriores, que são diacrônicos; 2. Didático, já que o principal objetivo das várias formas do gênero é o ensino. Quanto ao aspecto formal, esses textos assumem a forma de diálogos, tratados ou poemas (MARTIN, GAILLARD, 1990, p. 13). Assim, a exposição de um sistema filosófico, por exemplo, pode ser levada a cabo por meio de um diálogo, em Platão; de um tratado, em Aristóteles; ou de um poema, em Lucrecio.

Por derradeiro, o gênero afetivo, em que o autor tem como objetivo primordial “expressar uma afetividade”. A temporalidade, nesses textos, é “instantânea”, já que o autor visa a expressar o seu “estado de espírito” naquele exato momento da escrita. Formalmente, os textos reunidos neste gênero são: 1. Poemas, forma tradicionalmente associada à expressão dos sentimentos; 2. Muito mais curtos do que os poemas dos gêneros anteriores. São formas do gênero afetivo: a poesia lírica, a elegia, o epigrama e, no caso de Roma particularmente, a sátira (MARTIN, GAILLARD, 1990, p. 14-15).

Os autores consideram que os discursos oratórios e as cartas não constituem obras literárias e, por isso, agrupam essas duas formas em um domínio paralelo ao literário – paraliterário. Uma dessas formas, a epistolografia, é de expressão reduzida na literatura antiga. Em Roma temos as famosas Cartas de Cícero e as de Plínio⁵e, só depois da obra deste último se pode falar em gênero epistolográfico. Muito mais importante do que este, dadas as suas extensões, está o gênero oratório, seja na versão do discurso judicial, deliberativo ou epidítico. Todos estes eram escritos ou proferidos, estritamente em consonância a retórica, um conjunto de regras que previa sua estrutura, a disposição dos argumentos, a utilização das figuras de linguagem, o grau de emotividade que cabia a cada situação. Os discursos de Ésquines, Demóstenes, Cícero, por exemplo, quer por sua quantidade, quer por sua relevância em determinadas questões, constituem textos quase que incontornáveis para os profissionais de História Antiga. E para se empreender uma primeira leitura, reputo fundamental a análise retórica. Isso porque essas obras, bem como várias outras, como a própria prosa historiográfica de um Tucídides ou de um Tácito, eram compostas de acordo com o código retórico e eram recebidas por um público familiarizado com estas regras. Assim, dominar os conceitos básicos de retórica para uma primeira abordagem de várias obras antigas equivale a dispor de uma gramática básica, que articula e organiza o ato discursivo e, ao mesmo tempo, que permite sua decodificação⁶.

⁵ Omito as cartas filosóficas de Sêneca, por entender que se subsumem melhor ao gênero demonstrativo.

⁶ Para tanto, recomendo obras basilares, como: Barthes (1970), Lausberg(1970) e, sobretudo, Reboul(2000).

E, finalmente, os estilos de época. Se imaginarmos graficamente o conceito de tratamos, poderíamos representar o gênero como uma linha vertical, que atravessa cronologicamente várias épocas. Os estilos de época, por sua vez, poderiam ser imaginados em uma linha horizontal, para representar a progressão temporal. Ora, é justamente na intercessão desses dois vetores que se encontra cada texto literário que se nos apresenta para análise.

Enquanto o gênero, por sua natureza, é diacrônico, o estilo de época é, por óbvio, sincrônico, ou seja, se relaciona a um período determinado. Abordar sincronicamente uma obra não é puramente estabelecer correlações entre esta e o período histórico em que ela se situa; como se, para se ler um poeta augustano, fosse suficiente entender os primeiros anos do Alto Império e a sua sociedade. Este conhecimento baseado no contexto histórico, posto que indispensável, não dá conta de explicar as características comuns da literatura augustana. Estas só podem ser estudadas como integrantes de um sistema, que, embora relacionado à ordem político-social, dela é distinto e tem vida autônoma – é o conceito de “época”, no sentido literário. Tomando isso por base, a literatura latina pode ser dividida por épocas que correspondam à história política de Roma, como literatura da República, literatura augustana, literatura imperial; ou que se liguem a conceitos da história da arte, como literatura arcaica, clássica, pós-clássica. Mesmo a filologia histórica oferece termos, como “período de ouro” e “período de prata”, para separar uma literatura tida como modelo de expressão linguística, de outra, encarada como uma degenerescência da anterior; méritos literários que se representam pela relação de valor entre metais preciosos.

Todas essas divisões apresentam problemas, já que não se originam da própria história da literatura, mas sim de áreas relacionadas com o fenômeno literário. Assim, para Fuhrmann, uma periodização da literatura latina deveria partir do reconhecimento de uma *Epoche*, i.e., pela determinação de suas características intrínsecas e pelo estabelecimento de seus limites (termo inicial e final) (FUHRMANN, 2005, p. 60). Zimmermann insiste no caráter indutivo da periodização da literatura latina, esclarecendo que “tendo como base os testemunhos literários de que dispomos, devem ser identificadas e definidas as marcas típicas (*Epochenmerkmale*) que os textos de um determinado intervalo temporal, inclusive ultrapassando os limites dos gêneros, apresentam em comum” (FUHRMANN, 2005, p. 60). As marcas típicas da época são características comuns, referentes a escolhas formais, estilísticas ou linguísticas, ou a uma preferência por certos temas, ou a uma visão de mundo.

Tais índices apresentam-se associados a outros fenômenos, como a consciência de se pertencer a uma época, os círculos literários, um programa estético definido (seja explicitamente, como na forma de “manifestos” literários; seja de modo implícito, apenas intuído nas obras), resultando tudo isso numa queda dos paradigmas da época anterior (RIEMER, 1998, p. 112). É esta quebra de paradigmas, entendida como mudança de valores e de práticas literárias em relação a uma época imediatamente anterior, que sintetiza o sentido do conceito grego *epoche*, a significar ‘ruptura’. Entendida como tal, a época, ainda que possa ter seu

ponto de partida em um evento histórico, desenvolve-se de forma autônoma, obedecendo a uma lógica interna ao *continuum* literário.

Adotamos uma periodização que, tomando o clássico como referência cronológica, reconhece uma época pré-clássica, ou arcaica, e outra pós-clássica⁷.

O pré-clássico, ou arcaico Romano, começa no século III AEC e se estende até o século I. É marcado por experimentalismo muito grande, por produções muito independentes e, em grande medida, traduções ou adaptações dos autores gregos. Aí estão Lívio Andronico, Ênio, Plauto e Terêncio.

A época clássica em Roma, que vai aproximadamente da morte de Lucílio (102 a.C.) até a morte de Ovídio (*circa* 17), é marcada, no âmbito literário, pela utilização dos modelos gregos (*exemplaria Graeca*) e pela tentativa de superá-los (*aemulatio*) e, no âmbito político-social, pelas guerras civis do fim da República e pelo processo de pacificação entabulado por Augusto. Ela é dita clássica justamente por estabelece os paradigmas para os sistemas literários posteriores, estendendo sua influência até o Renascimento e, em certa medida, até a atualidade.

Já no pós-clássico, prenunciado pela obra de Ovídio, impera a *Pax Romana* e as instituições políticas, salvo em momentos episódicos de crise, são estáveis. Não há mais o conflito entre crise política e a tentativa de superá-la, o que, para Fuhrmann, instiga e mesmo torna possível o processo criativo dos autores clássicos. Os pós-clássicos, por outro lado, têm outros desafios (ou outros rivais) no campo literário, pois já não emulam os modelos gregos, mas sim seus próprios antecessores latinos. Donde o tom geral anticlassicista da primeira geração dos pós-clássicos, composta por Sêneca, Lucano e Petrônio – período cujo termo final coincide com o fim da dinastia júlio-claudiana, já que todos pereceram nos últimos anos do principado de Nero.

Para dar um exemplo da influência do Estilo de Época na interpretação de uma obra, basta dizer que época pós-clássica desenvolveu-se, como dito, em um período histórico de paz e de prosperidade econômica. Entretanto é curioso que, no apogeu político-social do Império Romano, a literatura tenha deixado entrever um tom tão sombrio no que respeita à natureza humana, ao Estado e à sociedade. E precisamente a historiografia capitaneava esse pessimismo, como ensina Fuhrmann:

A literatura do período pós-clássico baseia-se em circunstâncias que pouco mudaram com o passar do tempo; ela se desenvolveu em um período de paz sem interrupção, de segurança e de bem-estar geral. Não obstante, deixa entrever uma surpreendente escala de negatividade e escuridão. Não faltam, é verdade, louvores festivos daquela época, exteriormente tão feliz; o panegírico [...] representava esse tom. Quanto ao resto, entretanto, fazia-se notar frequentemente uma relação polêmica, conquanto ambígua, com o Estado e com a sociedade e, por excelência, com a natureza humana. Na literatura historiográfica, a crítica negativa da existência parece ter predominado. Que esta postura

⁷Esta periodização é adotada por Conte (2008), Paratore (1992) e Schanz e Hosius (1980).

não era ditada somente por razões políticas, provam-no outros gêneros, em que a visão negativa também dominava (FUHRMANN, 2005, p. 73).

Mesmo o romance de Petrônio, o epigrama de Marcial e a sátira de Juvenal, obras associadas ao humor, não distoam deste Leitmotiv. Em todos, o riso se origina de uma profunda crítica à sociedade e, em alguns casos, como no *Satíricon*, o absurdo e precariedade da condição humana são retratados de forma bizarra.

Procuramos oferecer um panorama dos problemas de tradução de textos antigos e dos conceitos-chave de literatura, como gênero e época. Nosso objetivo foi o de possibilitar aos historiadores não familiarizados a estas questões uma primeira abordagem, de maneira a enriquecer o seu contato com a documentação textual. Recomendamos vivamente a leitura dos autores citados, cujas ideias foram resumidas neste artigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARTHES, R. L'ancienne rhétorique. In: *Communications*, n. 16. Paris: Seuil, 1970.
- BERMAN, A. *A prova do estrangeiro*. Bauru: EDUSC, 2002.
- CONTE, G. B. *Letteratura latina: manuale storico dalle origini alla fine dell'impero romano*. 12. ed. Milano: Le Monnier, 2008.
- ECO, U. *Quase a mesma coisa: experiências de tradução*. São Paulo: Record, 2007.
- FUHRMANN, M. *Geschichte der römischen Literatur*. Stuttgart: Reclam, 2005.
- LAUSBERG, H. *Elementos de Retórica Literária*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1970.
- MARTIN, R.; GAILLARD, J. *Les genres littéraires à Rome*. Paris: Nathan, 1990.
- POTTER, D. *Literary Texts and the Roman Historian*. London: Routledge, 1999.
- QUINTILIEN. *Institution oratoire*. Tome VI, Livres X et XI, éd. Jean Cousin. Paris: Les Belles Lettres, 1979.
- REBOUL, O. *Introdução à Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- RIEMER P.; WEISSENBERGER M.; ZIMMERMANN, B. *Einführung in das Studium der Latinistik*. München: C.H. Beck, 1998
- SCHLEIERMACHER, F. D.E. *Hermenêutica: arte e técnica da interpretação*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- SNELL-HORNBY, M. *Translation Studies*. Amsterdam: John Benjamin, 1991.

Recebido em:18/08/2015
Aprovado em:15/09/2015
Publicado em:27/10/2015

**UMA PERSPECTIVA METODOLÓGICA PARA O ESTUDO EPIGRÁFICO:
O CASO DE SAGUNTO NO SÉCULO I D.C.**
A METHODOLOGICAL APPROACH TO THE EPIGRAPHIC STUDIES: THE
CASE OF SAGUNTO IN THE FIRST CENTURY AD

Carlos Eduardo da Costa Campos

Vol. XII | nº24 | 2015 | ISSN 2316 8412



Uma perspectiva metodológica para o estudo epigráfico: O caso de Sagunto no século I d.C.

Carlos Eduardo da Costa Campos¹

Resumo: A proposta deste artigo é apresentar uma metodologia para análise epigráfica que seja útil aos pesquisadores de História, utilizando como exemplo o estudo de caso sobre a cidade romano de Sagunto, no século I d.C.. Em nossa abordagem privilegiamos em segmentar a grade metodológica, com o interesse de proporcionar uma análise mais apurada e com maior detalhe sobre as informações contidas nas inscrições epigráficas.

Palavras-chave: Metodologia, Epigrafia, História Antiga.

Abstract: The paper is a somewhat indirect part of the 'theme essay' around which the present volume is organized. The proposal is to present a methodology for epigraphic analysis that is useful to researchers of history. We focus on segmenting the methodology. Therefore, it has the interest to provide a more thorough analysis and more details about the information contained in the epigraphs.

Keywords: Methodology, Epigraphy, Ancient History.

A dinâmica social e a democratização do conhecimento acadêmico se acentuaram nas últimas décadas, possivelmente devido ao avanço dos sistemas tecnológicos, os quais geraram um amplo desenvolvimento de teorias e perspectivas científicas². No Brasil, o campo de Estudos Clássicos e sobre o Oriente Antigo apresentara notável crescimento de pesquisas e publicações, sobretudo, em decorrência do maior acesso a documentação e historiografia destas áreas de investigação. Todavia, como lidar com essa diversidade documental? Como podemos nos aprofundar nas informações contidas no documento? Em nosso caso, o ponto que nos inquieta consiste sobre os usos documentais de matriz epigráfica, voltados às investigações históricas referentes à área de História Antiga Romana.

François Hartog (2003, p. 190) argumentou que ao analisarmos o nosso *corpus documental*, o mesmo necessita de um tratamento teórico-metodológico para aprimorar nosso olhar, pois não podemos deixar de lembrar que a relação entre o pesquisador e o documento não é simples e nem imediata. Complementando os apontamentos de Hartog, notamos que, ao empregarmos o arcabouço teórico-

¹ Doutorando em História Antiga pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGH-UERJ), Brasil; e bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Orientado pela Profa. Dra. Maria Regina Candido do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGH-UERJ), Brasil; e co-orientado pela Profa. Dra. Marici Martins Magalhães do Museu Histórico Nacional (MHN), Brasil. Membro dos grupos de pesquisa Espaço Interdisciplinar de Estudos da Antiguidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ATRIVM / UFRJ), Brasil; Arqueologia Histórica da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil; Leitorado Antigo da Universidade de Pernambuco (UPE), Brasil; e Laboratório de Estudos sobre a Cerâmica Antiga da Universidade Federal de Pelotas (LECA / UFPel), Brasil. Agradeço aos apontamentos da colega Airan dos Santos Borges da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil; no que tange aos estudos epigráficos.

² Maiores informações vide: CANDIDO, M. R. A pesquisa de Antiguidade Clássica no Brasil. In: ZIERER, A.; XIMENDES, C. A. História Antiga e Medieval: Cultura e Ensino. São Luís: Editora UEMA, 2009. p. 281-294; DOS SANTOS, D. V. C. De tablet para tablet – novas ferramentas para a pesquisa e o ensino da história das culturas cuneiformes na era digital. Tempo e Argumento, v. 6, n. 12, p. 212-241, 2014.

metodológico, evitamos a limitação de nossas análises ou a construção de anacronismos históricos, ou generalizações (CAMPOS, CANDIDO, 2011, p. 13-24). Contudo, Norberto Guarinello (2003, p. 41-61) salienta que tal emprego teórico-metodológico não deve ser feito de forma aleatória e descuidada sobre o objeto. Dessa forma há uma necessidade de flexibilização dos aparatos devido às especificidades da documentação. Logo, como pesquisadores devemos estar atentos à adequação de nossas propostas e aos diversos instrumentos que recorreremos para se tentar entender e interpretar os acontecimentos que permearam o “Mundo Antigo”.

Endossamos a proposta acima ao recorrermos à *cultura material*, que entendemos como tudo aquilo que foi produzido materialmente pela ação humana. É uma documentação que nos proporciona refletir as práticas sociais de uma sociedade, por ser fragmento das *configurações de poder* do passado que chegou até o tempo presente, como destacou os estudos de Penélope Allison (2006, p. 344). Em meio à vastidão de objetos que o estudo da *cultura material* abrange, nos centraremos no domínio da Epigrafia. Tal seleção é oriunda das múltiplas leituras que as inscrições epigráficas proporcionam aos estudiosos³. Deste modo, em nosso caso, notamos que os estudos epigráficos contribuíram de forma sistemática para a compreensão das interações político-religiosas no *municipium*⁴ de *Sagutum*, assim resultando na dissertação de mestrado intitulada *A estrutura de atitudes e referências do imperialismo romano em Sagunto (II a.C. – I d.C.)*.

Mas o que vem a ser a Epigrafia? Segundo José d’ Encarnação (1979, p. 07), a Epigrafia é uma área do saber que se dedica ao estudo das inscrições em materiais duros, tais como pedra, metal, cerâmica e outras variações. O seu foco de análise não se resume à mera decifração e descrição do texto, sendo uma das atividades do epigrafista a contextualização histórica das inscrições epigráficas⁵. Analisando os escritos D’ Encarnação (2010, p. 13), verificamos que esse estudo abrange o domínio das inscrições que se remetem a elementos da religião, culto aos mortos, onomástica, legislação, monumentos importantes, personagens ilustres, vida econômica, cotidiano e, podemos inserir também, os aspectos políticos.

³A dissertação de Carlos Eduardo da Costa Campos foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com orientação da Profa. Dra. Maria Regina Candido - UERJ e Co-orientação do Prof. Dr. Pedro Paulo Funari – UNICAMP. A pesquisa contou com o suporte da Profa. Dra. Marici Martins Magalhães, no que cabe aos estudos epigráficos e o fomento da CAPES. Maiores informações: CAMPOS, C. E. C. *A estrutura de atitudes e referências do imperialismo romano em Sagunto (II a.C. – I d.C.)*. 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

⁴Um município é uma comunidade que foi constituída – organizada – de uma forma determinada e administrativamente, não sendo somente um agrupamento de famílias que foram enviadas por uma metrópole. Os cidadãos que formam os municípios são os *municipes* (CAMPOS, 2013, p. 120).

⁵Segundo José d’ Encarnação, também podemos denominar uma inscrição epigráfica usando a terminologia epígrafe, pois a mesma é considerada como o seu sinônimo entre os epigrafistas, arqueólogos e demais pesquisadores de cultura clássica. Encarnação frisa que esse termo designa “[...] o texto propriamente dito ou o monumento epigráfico no seu conjunto” (1979, p.07). Evidenciamos que no Brasil é recorrente o emprego do termo epígrafe nas produções sobre cultura clássica. Desse modo, indicamos os estudos de Pedro Paulo Funari e Renato Pinto (2004), Marici Martins Magalhães (2006), Norma Musco Mendes (2014) e Airan dos Santos Borges (2014) como exemplos do uso dessa terminologia.

Para José D'Encarnação e Pierre Cabanes, os textos grafados apresentam um contexto histórico sobre o qual se necessita refletir para que se possa problematizar as motivações daquele registro, a seleção do suporte, a inserção em um determinado modelo de monumento, a seleção de um estilo de palavras e a omissão de outras, bem como o espaço em que se encontravam alocadas de forma visível para a sociedade (CABANES, 2009, p. 77; D'ENCARNAÇÃO, 2010, p. 14). Percebemos que, em muitos casos, as inscrições epigráficas denotam a dinâmica das cidades, desvelando os conflitos, acomodações e modificações históricas através do estudo sistemático dos diferentes períodos e regimes políticos (CABANES, 2009, p. 77-8).

Segundo Peter Heather (1988, p. 221), a cultura escrita e as suas inscrições estavam intimamente ligadas ao exercício do poder em diversos níveis da sociedade romana. Logo, o autor frisa que a cultura escrita era um instrumento básico para os segmentos dirigentes do império, quer seja para o quesito fiscal e/ou para a administração dos territórios subjugados. Através dos vestígios arqueológicos, podemos verificar hierarquias e sólidas relações de poder tanto entre Roma e a província, quanto entre os magistrados e a elite local (BUSTAMANTE, 2006, p. 123). Ao prosseguirmos com nossas análises, notamos que Borja Díaz Ariño comenta que a aparição das inscrições epigráficas latinas nas Hispanias foi o resultado das interações culturais dos nativos com as populações romanas que vieram a controlar os territórios hispanos. Para Ariño (2008, p. 29), estudar essas inscrições significa estar atento ao contexto histórico e às transformações pelas quais o sistema político dessa região passou nos longos anos de controle territorial romano, como em Sagunto.

Todavia, para ajustarmos nossas lentes de análise para essa multiplicidade de indícios históricos tivemos de procurar uma metodologia que fosse apropriada para as especificidades das inscrições epigráficas. Desse modo, a partir das leituras efetuadas sobre o conjunto metodológico exposto pelos pesquisadores do NEA/UERJ, e que se encontra na coletânea *A Busca do Antigo* (2011, p.13-24), procuramos tecer um instrumento de catalogação para análise de inscrições epigráficas que fosse apropriado à nossa documentação. Tal procedimento passou a ser elaborado sob a supervisão da Profa. Dra. Maria Regina Candido no período de produção da dissertação entre 2011 e 2013⁶, no Programa de Pós-Graduação em História da UERJ.

As etapas que integram a metodologia serão fragmentadas no texto com intuito de propiciar uma análise mais detalhada de cada fase. Assim, a primeira parte da grade foi desenvolvida *expondo a imagem, o texto em latim e sua interpretação* para o português. Além desses dados, apresentamos também a *referência do catálogo* que recorreremos para obter tais dados e inserimos o *nome do intérprete* do texto original para o idioma de publicação do texto. Como exemplo segue a primeira parte da tabela:

⁶Ressaltamos que essa metodologia também constituiu-se em um trabalho coletivo, no qual as visões expostas nas bancas de qualificação e defesa pelas Professoras Doutoradas Tania Bessone – UERJ e Regina Maria da Cunha Bustamante – UFRJ, bem como as contribuições da Profa. Dra. Marici Martins Magalhães foram preciosas para expandirmos nossos horizontes de expectativas.


Ficha – nº 01		
	<p>Texto no Latim Q(uinto) • Fabio • Cn(aei) • f(ilio) Gal(eria tribu) • Gemino Pontif(ici) • salio d(ecreto) • d(ecurionum)</p>	<p>Interpretação: Quinto Fabio Gemino Filho de Cneu, da tribo Galéria Pontífice e Sálío por decreto dos Decuriões</p>
<p>Catálogo de inscrições epigráficas: CORELL, J. <i>Inscripcions romanes del país Valencià: (Saguntum i el seu territori)</i>. Vol. 1. Valencia: Universidad de Valencia, 2002. nº: 63, p. 142-3</p> <p>Interpretação: Carlos Eduardo da Costa Campos e Marici Martins Magalhães.</p>		

Figura 1: Primeira parte da grade de análise epigráfica.

Ao prosseguirmos com a análise metodológica, entramos na segunda etapa de *identificação* de nossa inscrição. Iniciamos apresentando o número que é conferido a nossa *inscrição*, ou seja, o número um. Após esse processo passamos para o *tipo de suporte* no qual a referida inscrição foi encontrada. Em nosso exemplo, a inscrição epigráfica foi elaborada em um pedestal de calcário. Destacamos que tais inscrições, também, podem ser encontradas em outros tipos de suportes materiais⁷. Outro elemento a ser observado é o *discurso epigráfico* para conseguirmos conferir a *qualificação* de nosso documento e assim classificá-lo como *fúnebre, honorífico, defixiones, doméstico, de caráter descontínuo e votivo* (CAMPOS, 2013, p. 127; CORELL, 2002). Após essa atividade, passamos para a *datação* mais aproximada em que o objeto de análise foi produzido e a sua *manifestação da língua*. No que tange a espacialidade em que a inscrição foi encontrada, temos o *topos* diretamente associado ao local em que o suporte da inscrição epigráfica ficava situado, nesse caso seria um pedestal no fórum romano saguntino, na antiga Hispania Tarraconense. Devemos mencionar que o número de *registro* para acesso e conferência do leitor. Em nossas pesquisas nos centramos no cotejamento de dados presentes no *Corpus Inscriptionum Latinarum (CIL)*, com o livro *Inscripcions romanes del país Valencià: (Saguntum i el seu territori)* que foi publicado em 2002 e elaborado pelo epigrafista Josep Corell. O autor em seu livro apresenta o conjunto de inscrições que por ele foram recolhidas, estabelecidas e catalogadas, em Sagunto. Também nos cabe informar o *tamanho* da inscrição,

⁷ Gregory Rowe argumenta que diversos eram os suportes de inscrição epigráfica como placas de mármore, bem como o bronze ou a liga de outros metais. Além disso, havia inscrições em paredes e demais locais públicos que também devem ser levados em consideração pelos pesquisadores (ROWE, 2009, p. 27-8).

para observarmos a visibilidade que a mesma ocupava diante dos cidadãos, bem como o *material de produção do artefato* para analisarmos os recursos que podem ter sido investidos nesse suporte.

• Identificação	
Inscrição	Nº01
Tipo de Suporte	Pedestal
Qualificação	Inscrição Honorífica
Datação	Século I d.C.
Manifestação da Língua	Latim
Topos	Fórum Romano
Procedente	Sagunto – Espanha
Registro	CIL ² 14.359; Corell (2002: p.142-3, nº63)
Tamanho	Aproximadamente: 1 m e 65 cm comprimento x 55 cm de largura x (?) espessura não informada
Material de Produção do Artefato	Calcário Azul

Figura 2: Segunda parte da grade de análise epigráfica com a identificação da inscrição.

A penúltima parte de nossa tabela foi intitulada de *elementos do discurso*, como um instrumento para a compreensão do *sujeito* que a inscrição epigráfica menciona, bem como a sua *posição na magistratura e no colégio sacerdotal*. Com esses dados em mãos podemos tecer um estudo prosopográfico⁸ que seja capaz de desvelar a proeminência política de determinadas *gentes*⁹ nas áreas provinciais pelo papel que as mesmas ocupavam no *cursus honorum* e nos *collegia sacerdotarum* locais. Ainda podemos agregar o fato da *tribo*, em que tal homem se encontrava inscrito como quesito para compreendermos o estatuto jurídico de sua cidadania.

• Elementos do Discurso	
Sujeito	Quinto Fabio Gemino
Posição na Magistratura	Não mencionada
Posição nos Colégios Sacerdotais	Pontífice e Sálio
Tribo	Tribo Galéria

Figura 3: Terceira parte da grade de análise epigráfica sobre os elementos discursivos contidos na inscrição.

⁸A partir dos escritos da historiadora Tania Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira, foi possível ver as aplicabilidades do método prosopográfico no campo da História. Segundo a autora, a prosopografia nos possibilita selecionar o conjunto de pessoas que vamos estudar e, a partir deste recorte, compreender o perfil e atuação do referido grupo, seu processo de formação, suas relações sociais, econômicas, políticas e religiosas. Logo, frisamos que, no âmbito das oligarquias locais do império romano, as análises prosopográficas são um elemento-chave para compreendermos as alianças e resistências para com Roma (FERREIRA, 2002, p.2).

⁹Analisamos a *gens* como um termo que designa um clã romano, aplicável também aos itálicos e provinciais. As *gentes* são uma conceituação ampla que ainda pode ser definida como uma super família. Tais grupos familiares de homens que integram uma mesma *gens* possuem como elemento identitário o *nomen* que indica a sua matriz familiar e, consequentemente, sua descendência de um ancestral comum (CAMPOS, 2013, p.129).

Os últimos procedimentos que aplicamos metodologicamente no tratamento das inscrições epigráficas consiste na análise da *situação comunicativa* do texto epigráfico e as suas *referências*. Ao analisarmos as inscrições é necessário destacar se há *palavras indecifráveis*, pois, devido a ação do tempo, algumas partes do suporte podem ter sido deterioradas e, com isso, palavras ou letras foram apagadas. Em nosso estudo de caso não foram identificadas palavras indecifráveis. As *referências* ao final da tabela possibilitam a exposição de trabalhos e/ou catálogos sobre as inscrições que se encontram em estudo. Uma forma de democratizar o conhecimento e possibilitar novos estudos sobre o tema, além de fundamentar a nossa abordagem.

• Situação Comunicativa	
Palavras Indecifráveis	Não apresentou
• Referências	
CORELL, Josep. <i>Inscripcions romanes del país Valencià: (Saguntum i el seu territori)</i> . Vol.1. Valencia:Universidad de Valencia, 2002. nº: 63, p.142	
GONZÁLEZ, Véronica Marsá. Inscipciones de Sagunto: Los Sacerdotes de Salios de Roma. In: <i>Revista Millars: Espai i Història</i> , ano 2007, nº:30, pp.21-27.	

Figura 4: Quarta parte da grade de análise epigráfica sobre a situação comunicativa da inscrição.

Mediante a metodologia explicitada, um campo de possibilidades emerge para a pesquisa histórica. Em nosso caso percebemos como as inscrições honoríficas sobre a *gens Fabia*, no século I d.C., demonstram as categorias sacerdotais (pontífices e sális) que tal grupo exercia na dinâmica social de Sagunto. A *Lex Ursonensis*¹⁰, nos capítulos 66-68, nos fornece indícios importantes sobre os privilégios que os pontífices detinham nas Hispanias. Sendo assim, verificamos que a indicação para o cargo de pontífice era emanado de Roma ou de algum governante na área provincial – este último foi mais frequente, o que denota uma *interconexão* política em vários níveis desta sociedade. O texto também deixa explícito que os detentores do alto comando sacerdotal e os seus filhos estavam isentos de atuação militar e das contribuições públicas (*munera publica*), devido à sacralidade contida no referido sacerdócio. Tais pontos apresentam uma posição de proeminência dos pontífices diante dos demais cidadãos, perspectiva essa que se aplica para a *gens Fabia*.

Quanto aos sacerdotes sális (*salii*), George Szemler (1971, p. 113-4) aponta que geralmente era uma função vitalícia, mas, quando um sacerdote ascendia à outra posição sacerdotal, deveria abdicar de

¹⁰A *Lex Ursonensis* foi promulgada no século I a.C. para a regulamentação da *Colonia Iulia Genetiva* em Osuna, na *Hispania Ulterior*. Para Julio Mangas e Jörg Rüpke, a *Lex Ursonensis* é uma base para se compreender as normatizações que possivelmente regiam a organização das colônias e dos próprios municípios romanos nas áreas provinciais das Hispanias que não possuem vestígios de sua *Lex* de fundação. No caso de Sagunto, a *Lex Ursonensis* poderia ser pensada como aplicável, pois a cidade ocupou o estatuto de *colonia latina* no século I a.C.. Desta forma, as normatizações oriundas de Roma para Sagunto poderiam apresentar similaridades com o conteúdo da *Lex Ursonensis*. Todavia, não temos uma *Lex* de fundação ou normatização que seja propriamente saguntina. (MANGAS, 2001, p.32; RÜPKE, 2006, p.14-5). No que tange ao conteúdo da *Lex Ursonensis* ver *Ancient Roman statutes: translation, with introduction, commentary, glossary and index* (1961).

suas atividades enquanto sálío. Segundo Mary Beard, J. North e S. Price (1998, p. 1), os sacerdotes sálíos eram responsáveis por dançar (*tripudium*) em toda a cidade, duas vezes ao ano, carregando seus escudos sagrados especiais e brandindo espadas neles. Segundo Friederike Fless e Katja Moede (2007, p. 253-4), o *tripudium* que os sálíos realizavam poderia estar vinculado a uma antiga forma de dança guerreira. Analisando as características do ritual pela dança, o uso das armas e o caminho por toda a cidade, podemos supor que era voltado para expulsar, de dentro da *urbs* ou da *ciuitas*, elementos como os perigos da guerra ou doenças. Em comparação com as demais inscrições epigráficas da localidade, averiguamos uma inserção de várias *gentes* nas posições de sacerdotes sálíos. A assertiva pode demonstrar que esse foi um dos cargos sacerdotais recorrentemente mais ocupado pela aristocracia saguntina ou de maior acesso para o mesmo.

No que tange as responsabilidades dos sacerdotes retomamos à *Lex Ursonensis*, no capítulo 91, onde verificamos que aqueles que ocupavam as posições de sacerdotes deveriam possuir domicílio dentro do núcleo urbano da cidade ou em até uma milha de distância da mesma. Acreditamos que os sacerdotes poderiam ser requisitados a qualquer momento, em virtude de uma instabilidade na natureza ou no âmbito social. Podemos compreender, com tal exigência, o grau de atuação que os sacerdotes possuíam entre os séculos I a.C. e I d.C.

Na esfera do recrutamento dos sacerdotes saguntinos, observamos que os mesmos integravam a aristocracia local, a qual exercia posições de influência na magistratura. Assim, os colégios sacerdotais selecionavam os novos membros de seu interesse sem demasiado controle externo a eles. Todavia, na escolha de um sacerdote saguntino, podemos apontar que o critério censitário e o estatuto que o mesmo possuía na magistratura eram fundamentais para o alcance das posições de comando religiosas. Nesse caso, as *redes de poder* começam a ser desveladas a partir de um estudo conjectural com outras inscrições epigráficas. Logo, a Epigrafia foi um recurso documental de demasiada utilidade para lançarmos luz sobre as relações entre os detentores da cidadania e o seu território, reforçando hierarquias sociais e demarcando os poderes das *gentes* locais.

Em suma, a partir das leituras sobre Jan Assmann (2003, p. 5), pontuamos que as análises sobre as inscrições são elementos essenciais para compreendermos a produção da *memória cultural* de um evento ou sujeito histórico, a qual se tornou passível de transmissão pelas gerações posteriores, se eternizando, superando a morte física e/ou social e evitando o seu famigerado esquecimento. Sendo assim, quando empregamos uma metodologia de análise epigráfica, também notamos a funcionalidade da escrita como uma forma de *memória* capaz de registrar dados que nenhuma mente humana seria capaz de guardar. As inscrições epigráficas possuíam uma função aproximada a de uma “voz”, devido à sua capacidade de atingir receptores que se encontravam distantes e impossibilitados de ouvir uma determinada ordem ou decreto emitido por seus governantes nas variadas áreas do Império Romano.

Dessa maneira, nos domínios imperiais a escrita epigráfica foi uma forma de fazer uma ordem, ou homenagem, percorrer o espaço territorial¹¹. Logo, as inscrições possibilitavam concretizar e disseminar novas formas de controle, administração e legitimação do *status* político dos magistrados para gerirem os novos territórios conquistados. Sendo assim, a escrita epigráfica possibilitou aos homens do passado, como a comunidade local de Sagunto, transporem as fronteiras do espaço e do tempo, assim perpetuando na *memória* as marcas de sua antiga ordem social. A assertiva pode ser ratificada com o caso da *gens Fabia*, no que tange ao seu papel no sistema político e religioso de Sagunto, desde a época republicana de Roma¹². Dessa forma, reiteramos que diversos elementos se tornaram passíveis de observação quando aplicamos uma análise mais aprofundada, para assim problematizarmos os indícios contidos no conjunto que envolve nosso objeto de pesquisa.

¹¹ Idem.

¹² CAMPOS, C. E. C. *A estrutura de atitudes e referências do imperialismo romano em Sagunto (II a.C. – I d.C.)*. 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

DOCUMENTAÇÃO

CORELL, J. *Inscripcions romanes del país Valencià: (Saguntum i el seu territori)*. Vol.1. Valencia: Universidad de Valencia, 2002.

JOHNSON, A. C.; COLEMAN-NORTON, P. R.; BOURNE, F. C.; PHARR, C. P. (Ed.). *Ancient Roman statutes: translation, with introduction, commentary, glossary and index*. Austin: University of Texas Press, 1961. p. 97-104.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLISON, P. M. Engendering Roman Spaces. In: ROBERTSON, E. C.; SEIBERT, J. D.; FERNANDEZ, D. C.; ZENDER, M. U. (Org.). *Space and spatial analysis in archaeology*. Calgary: University of Calgary Press, 2006. p. 344-50.

ARIÑO, B. D.. *Epigrafía Latina Republicana de Hispania (Colección Instrumenta – 26)*. Barcelona: Publicacions Universitat de Barcelona, 2008.

ASSMANN, J. Para Além da Voz, Para Além do Mito. *Revista Humboldt*, ano 45, p. 3-6, 2003.

BEARD, M.; NORTH, J. A.; PRICE, S. R. F. *Religions of Rome. V. 1 (A History)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

BORGES, A.S. “Entre espaços, representações e agentes: a paisagem imperial em cidades da Lusitânia romana”: uma proposta de pesquisa. *R. Museu Arq. Etn. Supl.*, São Paulo, n.18: 141-149, 2014.

BUSTAMANTE, R. M. C. Práticas Culturais no Império Romano: Entre Unidade e a Diversidade. In: SILVA, G. V.; MENDES, N. M. (Org.). *Repensando o Império Romano – Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural*. Rio de Janeiro: Mauad: Vitória; Espírito Santo: EDUFES, 2006. p. 110-123.

CABANES, P. *Introdução à História da Antiguidade*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2009.

CAMPOS, C. E. C.; CANDIDO, M. R.; DUARTE, A. F.; GOMES, J. R. P. Novas perspectivas sobre a aplicação metodológica em História Antiga. In: ROSA, C. B. *A Busca do Antigo*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2011. p. 13-24.

CAMPOS, C. E. C. *A estrutura de atitudes e referências do imperialismo romano em Sagunto (II a.C. – I d.C.)*. 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CANDIDO, M. R. A pesquisa de Antiguidade Clássica no Brasil. In: ZIERER, A.; XIMENDES, C. A. *História Antiga e Medieval: Cultura e Ensino*. São Luís: Editora UEMA, 2009. p. 281-294.

D’ ENCARNAÇÃO, J. *Introdução ao Estudo da Epigrafia Latina*. Coimbra: Instituto Arqueologia e de História da Arte da Universidade Coimbra, 1979. Cadernos de Arqueologia e Arte, nº: 01.

- D' ENCARNAÇÃO, J. *Epigrafia: As Pedras que Falam*. Coimbra: Ed. da Universidade de Coimbra, 2010.
- DOS SANTOS, D. V. C. De tablet para tablet – novas ferramentas para a pesquisa e o ensino da história das culturas cuneiformes na era digital. *Tempo e Argumento*, v. 6, n. 12, p. 212-241, 2014.
- FERREIRA, T. M. T. B. C. História e prosopografia. *Anais do Encontro Regional de História – ANPUH-RJ*, 2002.
- FLESS, F.; MOEDE, K. Music and Dance: Forms of Representation in Pictorial and Written Sources. In: RÜPKE, J. *A Companion Roman Religion*. Malden-EUA; Oxford-Ingl.: Blackwell Publishing, 2007. p. 253-255.
- FUNARI, P. P. A.; PINTO, R. Inscrições Latinas da Província Romana da Bretanha. *Revista de Letras Clássicas*, n. 8, p. 149-155, 2004.
- GUARINELLO, N. L. Uma Morfologia da História: As Formas da História Antiga. *Revista Politéia: História e Sociologia*, Vitória da Conquista, v. 03, n. 01, p. 41-61, 2003.
- HARTOG, F. *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: Ed. UnB, 2003.
- HEATHER, P. Cultura Escrita e Poder no Período Migratório. In: BOWMAN, A. K.; WOOLF, G. *Cultura Escrita no Mundo Antigo*. São Paulo: Ed. Ática, 1998. p. 221-23.
- MAGALHÃES, M. M.. Apresentação. In: DA SILVA, G. V; MENDES, N. M. Repensando o Império Romano. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória:EDUFES, 2006, p. 9-12.
- MANGAS, J. *Leyes coloniales y municipales de la Hispania Romana*. Madrid: Ed. Arco Libros, 2001.
- MENDES, N.M. A província da Lusitania: sistema econômico global e local. R. Museu Arq. Etn. Supl., São Paulo, n.18: 49-58, 2014.
- ROWE, G. Epigraphical Cultures of the Classical Mediterranean: Greek, Latin, and Beyond. In: ERSKINE, A. (Org.). *A Companion to Ancient History*. Massachusetts-USA; Oxford-UK: Blackwell Publishing Ltd., 2009. p. 27-33.
- RÜPKE, J. Urban religion and imperial expansion: Priesthoods in the *lex Ursonensis*. In: BLOIS, L.; FUNKE, P.; HAHN, J. *The impact of imperial Rome on religions, ritual and religious life in the Roman Empire*. Leiden-Boston: Brill, 2006. p. 14-9.
- SZEMLER, G. Religio, Priesthoods and Magistracies in the Roman Republic. *Numen*, v. 18, Fasc. 2, Aug., 1971.

Anexo:

Metodologia de Análise Epigráfica

Ficha – nº 01



Texto no Latim

Q(uinto) • Fabio • Cn(aei) • f(ilio)
Gal(eria tribu) • Gemino
Pontif(ici) • salio
d(ecreto) • d(ecurionum)

Interpretação:

Quinto Fabio Gemino
Filho de Cneu, da tribo
Galéria
Pontífice e Sálio por
decreto dos Decuriões

Catálogo de inscrições epigráficas:

CORELL, Josep. *Inscripcions romanes del país Valencià: (Saguntum i el seu territori)*. Vol.1. Valencia:Universidad de Valencia, 2002. nº: 63, p.142-3

Interpretação: Carlos Eduardo da Costa Campos e Marici Martins Magalhães.

• **Identificação**

Inscrição	Nº01
Tipo de Suporte	Pedestal
Qualificação	Inscrição Honorífica
Datação	Século I d.C.
Manifestação da Língua	Latim
Topos	Fórum Romano
Procedente	Sagunto – Espanha
Registro	CIL ² 14.359; Corell (2002: p.142-3, nº63)
Tamanho	Aproximadamente: 1 m e 65 cm comprimento x 55 cm de largura x (?) espessura não informada
Material de Produção do Artefato	Calcário Azul

• **Elementos do Discurso**

Sujeito	Quinto Fabio Gemino
Posição na Magistratura	Não mencionada
Posição nos Colégios Sacerdotais	Pontífice e Sálio
Tribo	Tribo Galéria

• **Situação Comunicativa**

Palavras Indecifráveis	Não apresentou
------------------------	----------------

• **Referências**

CORELL, Josep. *Inscripcions romanes del país Valencià: (Saguntum i el seu territori)*. Vol.1. Valencia:Universidad de Valencia, 2002. nº: 63, p.142
GONZÁLEZ, Véronica Marsá. Inscripciones de Sagunto: Los Sacerdotes de Salios de Roma. In: *Revista Millars: Espai i Història*, ano 2007, nº:30, pp.21-27.

Recebido em:14/08/2015
Aprovado em:11/09/2015
Publicado em:27/10/2015

**ARQUEOLOGIA ROMANA EM ISRAEL: O USO DA PETROGRAFIA CERÂMICA PARA
ANÁLISES DE CULTURA MATERIAL**
ROMAN ARCHAEOLOGY AT ISRAEL: PETROGRAPHIC ANALYSIS FOR MATERIAL CULTURE
STUDIES

Marcio Teixeira Bastos

Vol. XII | n°24 | 2015 | ISSN 2316 8412



Arqueologia Romana em Israel: o uso da Petrografia Cerâmica para análises de cultura material

Marcio Teixeira Bastos¹

Resumo: O artigo analisa o uso e a contribuição da metodologia de Petrografia Cerâmica face ao desenvolvimento da Arqueologia Romana, Arqueometria e os Estudos Clássicos no Brasil. Lucernas romanas de três distintos contextos arqueológicos intra-sítio de Cesareia Marítima, Israel, foram amostradas e usadas para aplicação da metodologia abordada nesse ensaio. As considerações do artigo suscitam questões a respeito da manipulação, relações de produção e consumo, assim como comércio e agência dos artefatos nas províncias do Império Romano.

Palavras-chave: Arqueologia Romana, Petrografia Cerâmica, Israel.

Abstract: This paper uses the Ceramic Petrography in a case-study example and analyses the development of Roman Archaeology, Archaeometry, and Classical Studies at Brazil. Caesarea roman oil lamps of three different intra-site contexts were sampled and used for application of the methodology. The relations of production and consumption, as well as trade and agency of the artifacts are taken into account with the aim to shed light to the development of religious groups and practices in the provinces of the Roman Empire.

Keywords: Roman Archaeology in Brazil, Ceramic Petrography, Israel.

ARQUEOLOGIA ROMANA NO BRASIL

O estudo da Arqueologia Romana ainda é muito recente no âmbito acadêmico brasileiro. Foi a partir da década de 1960 como uma maneira de acessar as coleções do Museu Nacional do Rio de Janeiro e do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo que os primeiros estudos científicos nesta área do saber foram realizados. Os arqueólogos brasileiros dedicados a esta especialidade, devido à natureza de seus estudos, logo estabeleceram vínculos de pesquisa com importantes centros europeus de investigação, principalmente italianos, britânicos, espanhóis, franceses e portugueses. A formação de arqueólogos brasileiros dedicados ao estudo da cultura material no mundo romano ocorreu paralelo ao desenvolvimento e a formação dos demais arqueólogos brasileiros. Especialmente durante a década de 1970, período em que mais brasileiros receberam formação científica em Arqueologia, através do programa de estudos

¹ Doutorando co-tutela do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP), Brasil; e do Departamento de Arqueologia e Culturas do Antigo Oriente Próximo da Universidade de Tel Aviv (TAU), Israel. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de S. Paulo (FAPESP), Brasil.

arqueológicos do território nacional, PRONAPA² (MENESES, 1973). Neste período formativo no desenvolvimento da Arqueologia Romana no Brasil, os arqueólogos centraram maiores esforços em analisar os usos ideológicos da cultura material mais do que à prática arqueológica. Os estudos produzidos em Arqueologia Romana, nesse sentido, contribuíram diretamente para disseminação do pós-processualismo no cenário acadêmico nacional (GUARINELLO, 1985, FUNARI, 1988, 1997, 2008a) face ao desenvolvimento abrangente do processualismo no país. No final da década de 1990 e início dos anos 2000, a Arqueologia acadêmica do mundo romano no Brasil experimentou grande vigor (GUARINELLO, 1994, 1995, 2005, 2006; FLEMING, 2001; FUNARI, 2005, 2006, 2008b), e além da participação de alguns brasileiros em escavações de sítios romanos no Ocidente (GARRAFFONI, CAVICCHIOLI, SILVA, 2001); uma equipe brasileira escavou pela primeira vez um sítio romano no Oriente (Marshall 2003). As fronteiras de pesquisa foram dessa forma estendidas para Israel e o trabalho realizado na área E do sítio romano de Apollonia desenterrou um edifício que foi identificado como uma *villa maritima*³ (RECH, 2003; ROLL, TAL, 1999), datada entre o primeiro e início do segundo século CE. Contudo, o mais provável é que se trata de uma *mansio*⁴ construída por volta de 70 CE ao longo da Via romana Jope-Cesareia, estabelecida no contexto da Primeira Guerra Judaica (TAL, TEIXEIRA BASTOS, 2012).

Como pode se observar, cada vez mais pesquisadores brasileiros têm participado de escavações e produzido estudos sobre as coleções e os sítios arqueológicos relacionados à ocupação romana em sua total área de extensão.⁵ A produção teórica para esta área do saber, principalmente relacionada aos cursos de História⁶ no país têm favorecido o aumento da participação ativa dos brasileiros no cenário de pesquisa arqueológica acadêmica (MACHADO, 2006, 2010, 2012; MAGALHÃES DE OLIVEIRA, 2011, 2012; FAVERSANI 2007; PORTO, 2009, 2013; GARRAFFONI, FUNARI, 2011, 2012; MENDES, 2009; MENDES, CORREIA, 2007; BUSTAMANTE, 2002, 2009, 2014; SILVA, 2006, 2010, 2013). Muitas vezes ainda entendida como uma ciência

² O Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) foi patrocinado pelo CNPq e pelo *Smithsonian Institution*. O acordo bi-nacional entre Brasil e Estados Unidos contou com uma abordagem de campo extensiva e aplicação do método Ford. Costa Rica e Peru tiveram o desenvolvimento de programas de pesquisas similar. O projeto teve duração de cinco anos (1965 a 1970) e contribuiu ativamente para ampliação dos quadros de formação dos arqueólogos brasileiros.

³ A *villa* originalmente caracterizava-se como uma moradia de luxo, destinada a elite romana. Desde suas origens a função e ideias a respeito da *villa* transformaram-se consideravelmente. Após o período da República Romana, as *villae* transformaram-se em pequenos entrepostos agrícolas, e durante a Antiguidade Tardia, tornaram-se cada vez mais fortificadas. Em muitos dos casos, sob o domínio Bizantino foi transferida a posse do lugar à Igreja para reutilização como centro religioso, comumente mosteiros.

⁴ A *mansio*, que vem do verbo latino *mansus* e derivada de *manere* (forma verbal), significa "lugar para passar a noite enquanto viajam". Esse entreposto tratava-se de uma parada oficial em uma via romana e era mantida pelo governo central para o uso de oficiais e negociantes ao longo de suas viagens ao redor do Império. Em período posterior foram adaptadas e transformadas para acomodar os mais diversos viajantes e habitantes fixos (como no caso de Apollonia) de todas as esferas da sociedade.

⁵ Tomando como limite final o período de Trajano (53-117 CE) as províncias do Império Romano chegaram a sua máxima extensão, atingindo aproximadamente 6,5 milhões de Km².

⁶ Dentre os principais centros de estudos no país merecem menção: LEIR-MA/USP; UNICAMP; UFES; UFRJ; UERJ; UFPE; UFPR; UFOP; UFRN.

“apolítica e claramente reacionária” (FUNARI, 1997); ou ainda, sem propósito prático na sociedade brasileira, uma vez que “os sítios não estão dentro do território nacional”, a Arqueologia Romana, tributária da Arqueologia “Clássica” no país, cumpre no sentido mais amplo, o papel básico e fundamental de analisar a materialidade, entender as práticas e a ocupação dos espaços; bem como as apropriações das paisagens, as representações culturais, as emergências de poder, as práticas de poder material, a conectividade e a multiplicidade de contatos sociais, religiosos e étnicos no Mundo Antigo. Isto somente para mencionar alguns dos alcances do estudo de Arqueologia Romana no país; além, é claro, do entendimento do uso ideológico da materialidade e do passado por grupos humanos em sociedade, e os estudos sobre Imperialismo e as organizações sociais, como pontos de contribuição ao conhecimento e à educação brasileira. As pesquisas arqueológicas sob a perspectiva do surgimento e consolidação do Laboratório de Arqueologia Romana Provincial do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (LARP-MAE-USP), têm contribuído com a aplicação de novas abordagens metodológicas (incluindo as educacionais) e a ampliação do espaço de discussão das temáticas desta área de pesquisa, visando ao aprofundamento, aprimoramento e desenvolvimento deste ramo da Arqueologia e dos Estudos Clássicos no Brasil (FLEMING, 2014).

A ARQUEOMETRIA E OS ESTUDOS EM PETROGRAFIA CERÂMICA

Para o estudo, o restauro e a conservação de materiais e artefatos arqueológicos, existe sempre a necessidade da aplicação de métodos analíticos capazes de fornecer informações suficientes sobre a natureza (e.g. composição química e mineralógica), o estado de alteração resultante da exposição a curto, médio e longo prazo à determinadas condições ambientais e pós-deposicionais, e o efeito, ou a eficácia das estratégias de restauração/conservação dos artefatos recolhidos nas atividades de campo decorrentes da prática arqueológica.

Durante a última década, considerável progresso tem sido feito nos aspectos instrumentais e metodológicos do estudo composicional de artefatos arqueológicos. Estas melhorias são evidentes e rapidamente se constata os benefícios destes avanços no que diz respeito aos estudos arqueológicos realizados no Brasil (e.g. QUIÑONES *et al.*, 2003; SILVA *et al.*, 2004; LIMA *et al.*, 2007; FLEMING, 2008; IKEOKA *et al.*, 2012; APPOLONI, 2013), propiciando um aumento efetivo na aplicabilidade e diversidade dos métodos e técnicas empregados em Arqueometria.

O método ideal para análise de objetos arqueológicos deveria, em tese, abrigar um conjunto de aspectos analíticos e o caráter não destrutivo (respeitando a integridade do material), ser rápido para analisar um grande número de objetos (conforme o caso-contexto), ser universal de modo que por meio de um único instrumento muitos materiais e objetos de distintas formas e dimensões possam ser analisados, e, por fim,

versátil, com o objetivo de permitir a identificação e análise de materiais heterogêneos (JANSSENS, VAN GRIEKEN, 2004). Contudo, mesmo não havendo um único método ideal, o desenvolvimento de técnicas não destrutivas permite obter a informação analítica sem nenhum dano à amostra. É evidente que no campo do patrimônio cultural quando as técnicas de análise não-destrutivas ou micro-destrutivas são priorizadas, os benefícios tendem a ser maiores. Entre os métodos realmente não destrutivos estão os baseados em espectroscopia de ultravioleta, radiações infravermelha e técnicas multielementares de fluorescência de raios X (e.g. XPF - *X-Ray Fluorescente*, INAA *Instrumental neutron activation analysis*). Quando métodos micro-destrutivos são utilizados, todo o dano visível é evitado e os objetos sob exame permanecem esteticamente perfeitos. O emprego deste tipo de abordagem apresenta maiores benefícios quando existe a possibilidade de realizar amostragem direcionada às questões arqueológicas do contexto ou quando os fragmentos e artefatos sob investigação estão disponíveis para análise por um curto e/ou determinado período de tempo. O pioneirismo de investigação em Arqueometria com métodos atômico-nucleares para caracterização de objetos de arte, arqueológicos e de patrimônio cultural, foi realizado há mais de dez anos através dos métodos da Física (EDXRF, RBS, GRT)⁷ pelo Laboratório de Física Nuclear Aplicada da Universidade Estadual de Londrina - LFNA/UEL (APPOLONI, PARREIRA, 2007).

A utilização da metodologia de Microscopia Petrográfica de Luz Transmitida (MPLT), ou, simplesmente a Petrografia Cerâmica em Arqueologia, é um tipo de análise ainda incipiente no âmbito da Arqueologia Brasileira (e.g. GOULART, 2004; ALVES, 1988, 1997; ALVES, GIRARDI, 1989; GOULART *et al.*, 2006; FIGUEIREDO, 2008; MILHEIRA *et al.*, 2009; MAGALHÃES, 2015); porém, já está muito bem estabelecida e sistematicamente organizada no contexto Internacional, com produção teórica e bibliográfica, manuais e pesquisas atuais direcionadas ao tema (e.g. FITZPATRICK, 1993; WHITBREAD, 1995; MIDDLETON, 1997; FREESTONE, 1995; VELDE, DRUC, 1999; GOREN *et al.*, 2004; REEDY, 2008; PETERSON, 2009; QUINN, 2013; ORTON, HUGHES 2013). O campo de estudos está presente no país, com distintas finalidades e questões, nas disciplinas de Geologia que tratam de Mineralogia Óptica e Óptica Cristalina. A Petrografia Cerâmica, trata, portanto, da análise das rochas e minerais que compõem os artefatos cerâmicos, manipulados pelas sociedades pretéritas no tempo e no espaço, com vistas à caracterização, datação e proveniência dos materiais. Através de lâminas petrográficas ou ceramográficas, também conhecidas nas Ciências Naturais como lâminas de seção delgada, são preparadas as amostras. A partir de um pequeno fragmento do objeto, é possível realizar o estudo composicional do artefato. O microscópio petrográfico permite o estudo composicional desse artefato, sendo o utensílio necessário para obter as informações contidas nas lâminas ceramográficas. A descrição sistemática de materiais cerâmicos, suas composições e organização sob a microscopia de luz polarizada, traz inerente a si as questões do exame e interpretação da seleção das matérias-

⁷ EDXRF - Fluorescência de raios X por dispersão em energia; RBS - Retroespalhamento Rutherford; GRT - Transmissão de raios gama.

primas utilizadas para manufatura dos artefatos, a tecnologia cerâmica empregada e a determinação dos possíveis locais de coleta de argila.

A preparação de lâminas ceramográficas é um processo considerado micro-destrutivo, e por este fato, determinados artefatos não se ajustam a este tipo de procedimento de pesquisa arqueológica, especialmente quando a amostragem pode oferecer perigo à integridade dos objetos sob análise. Entretanto, as lucernas romanas utilizadas neste ensaio são objetos cerâmicos encontrados em suficiente quantidade nas escavações em Israel, de modo que permite a coleta, a preparação de amostras e o emprego da metodologia. Nesse sentido, as amostras cerâmicas preparadas em lâminas de seção delgada representam o registro composicional permanente das peças e podem ser reestudadas outras vezes com fins comparativos e referenciais por qualquer pesquisador, uma vez estabelecido um acervo de referência⁸.



Figura 1: Lucernas romanas para amostragem Petrográfica no Laboratório de Micro-arqueologia Comparativa da *Tel Aviv University*. Foto: Marcio Teixeira Bastos.

A Petrografia Cerâmica pode ser aplicada para um único artefato de interesse ou um amplo número de amostras (seja de um ou mais sítios arqueológicos), independentemente dos períodos ou tipos de

⁸ A Universidade de Tel Aviv possui a maior coleção de lâminas ceramográficas do Mediterrâneo em seu Laboratório de Micro-arqueologia Comparativa. O *Laboratory for Comparative Microarchaeology* é liderado pelo Prof. Dr. Yuval Goren. <http://archaeology.tau.ac.il/?projection=the-laboratory-for-comparative-microarchaeology-and-metal-conservation>

recipiente. O número e a seleção das amostras dependem das questões arqueológicas que envolvem a materialidade e os objetivos do estudo. Para este diminuto ensaio a prioridade foi demonstrar, através do estudo da Petrografia Cerâmica, a relação existente entre três lucernas romanas de Cesareia Marítima no que diz respeito às evidências intra-sítio e de micro-escala e as respectivas evidências de macro-escala. As amostras devem ser coletadas privilegiando a parte 'da parede' da cerâmica. A coleta vertical potencialmente contém mais informação sobre a formação mineral e é preferível à coleta horizontal.

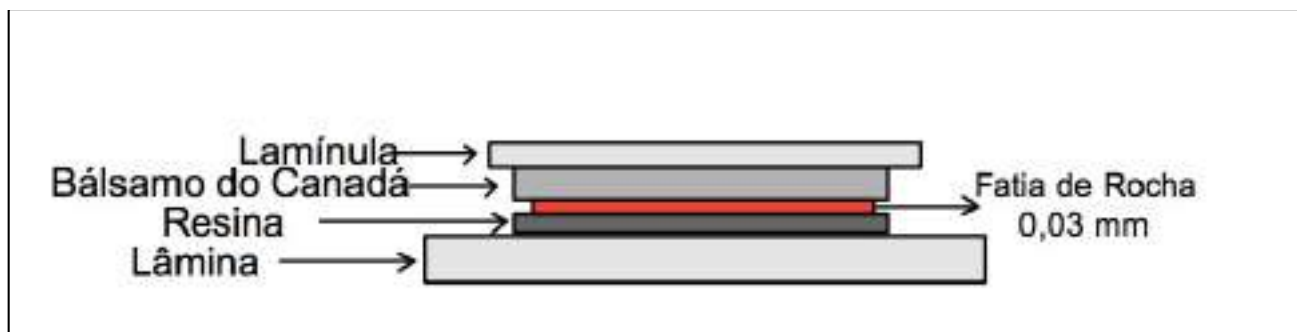


Figura 2: Tipo de preparo de lâminas delgadas conforme Nardy e Machado 2002, p. 12, fig.II.2.

É importante frisar que a identificação da formação mineral e da eventual fonte de coleta da argila manufaturada, depende das características do material parental de onde o solo que compõe o artefato derivou. Se a cerâmica foi feita a partir de um mesmo material parental, logo pertencerá a mesma fábrica e as derivações da composição do material parental original poderão ser reconhecidas na composição da cerâmica, auxiliando a definir e distinguir grupos petrográficos e os locais de formação geológica para a eventual coleta da argila.

A formação dos grupos petrográficos e a caracterização dos materiais são dois passos fundamentais da análise cerâmica através de lâminas delgadas. A identificação composicional dos materiais permite a detecção de padrões relevantes arqueologicamente, nos termos da proveniência dos materiais e da tecnologia cerâmica empregada. Os processos de classificação e caracterização estão intimamente relacionados entre si e podem ser realizados em fases distintas da análise das lâminas ceramográficas. Através de uma abordagem quantitativa estatística petrográfica, as amostras são caracterizadas a fim de permitir a sua classificação subsequentemente. Juntos, os processos de classificação e caracterização são utilizados para encontrar o que poderia ser chamado de 'sentido da variação composicional das amostras' dentro do conjunto de lâminas ceramográficas sob análise. Este tipo de estudo auxilia a identificar sinais culturais e processos arqueológicos específicos empregados na produção do artefato, bem como estipula os parâmetros de variação composicional de cada amostra (QUINN, 2013, p. 71).

As cerâmicas arqueológicas, da maneira como podem ser observadas ao microscópio, são materiais complexos, formados essencialmente por três componentes: as inclusões, a matriz e os vácuos. Cada um destes elementos pode conter uma infinidade de composições diferentes em relação a textura, a forma e as

características microestruturais. A combinação específica de inclusões, argila matriz (a pasta) e os vácuos (espaços vazios) em uma lâmina delgada, são os principais elementos que norteiam a definição composicional para a formação de grupos petrográficos com afinidade particular. Assim, chamamos “estrutura cerâmica” a identificação e descrição destes elementos, a saber: a matriz, as inclusões e os vácuos.

A complexidade das estruturas cerâmicas em termos texturais e microestruturais, envolve a triagem manual ou agrupamento de amostras com a mesma (ou similar) composição estrutural. É pela observação ao microscópio e terminologia de análise pré-definida pelo campo de estudos que este processo ocorre (veja WHITBREAD, 1995; REEDY, 2008; QUINN, 2013). A estimativa visual e as medidas simples são aplicadas no momento da definição de cada grupo petrográfico. A facilidade de agrupamento das lâminas ceramográficas em grupos de similaridade depende em grande medida do conhecimento e da experiência do analista individual. Um analista bem treinado acaba por realizar quase inconscientemente a identificação das inclusões petrográficas e a caracterização das estruturas cristalinas nas lâminas. No entanto, grande parte do agrupamento inicial pode ser realizado através da simples sensação visual da amostra por qualquer observador. Esse tipo de agrupamento visual depende em grande parte da capacidade de cada indivíduo e do cérebro de identificar padrões de similaridade e diferença na observação; ao passo que o agrupamento petrográfico depende da capacidade do analista de identificar os minerais que compõem cada amostra. O armazenamento da impressão mental de cada lâmina ceramográfica sob análise auxilia na identificação das características microestruturais entre as amostras. À medida que os grupos ou pilhas de lâminas passam a crescer, é necessário submeter novamente as amostras à observação, com o objetivo de atualizar a memória sobre a natureza de cada lâmina.

A abundância relativa de inclusões na argila matriz deve ser a primeira categoria de análise a ser abordada e descrita em detalhes. Isto pode ser calculado com precisão relativa, por meio de contagem de pontos ou com maior precisão através da análise de imagem digital (*Digital Image Analysis*, e.g. REEDY, KAMBOJ, 2003; REEDY, 2006). As fotomicrografias das lâminas ceramográficas são realizadas através da captura de imagem com câmeras acopladas ao microscópio petrográfico e softwares específicos de análise disponíveis, e auxiliam à obtenção de dados mais precisos e maiores alcances interpretativos destes mesmos dados obtidos. Entretanto, o processo de descrição tipicamente feito pela observação ao microscópio sem auxílio eletrônico auxilia na prática analítica e a estimativa em pontos utilizando gráfico de percentagem similar à da Sedimentologia é uma ferramenta importante da Petrografia Cerâmica.

Tomando como referência uma área bidimensional da amostra, deve-se descrever todas as suas características observadas. Ao alternar entre ⁹PPL e XPL¹⁰ e utilizar ampliações baixas ou médias (c.x 25-100);

⁹ Plane-polarize light (Luz Refletida): utilizada para análise de minerais opacos, sendo que, a luz incide mineral em sua superfície e é refletida em direção a objetiva, conforme mostra o esquema.

¹⁰ Cros-polarised light (Luz Transmitida): utilizada para a análise de minerais transparentes, onde a luz atravessa o objeto a ser estudado e atinge a objetiva.

ou, ainda, através da polarização circular, é possível estimar a percentagem de inclusões e vácuos da amostra. Pequenas inclusões com tamanhos de grãos, não devem ser incluídas em tais estimativas e, portanto, passam a fazer parte da argila matriz. Da mesma forma, pequenos vácuos são difíceis de distinguir nesta abordagem e eventualmente pode-se subestimar a porosidade da cerâmica em algumas lâminas analisadas.

Contudo, o barro usado (argila) para fazer vasos cerâmicos muitas vezes é heterogêneo e se dois cacos originam-se a partir do mesmo recipiente, elementos petrográficos, tais como a distribuição de grãos (triagem) e a proporção de inclusões não-plásticas e vácuos da argila matriz devem ser em maior ou menor escala equivalentes. Isso implica dizer que o barro utilizado na manufatura do vaso reflete uma origem semelhante geológica (material parental) ou a mesma fonte de obtenção da argila; ou ainda, conforme o caso, que existe a semelhança (ou diferença) de pastas e preparação das mesmas pelos oleiros (QUINN, 2013, p. 102-106; BLANCO-GONZÁLEZ *et al.*, 2014, p. 146-147).

Uma série de programas de software existem para a descrição textural quantitativa de amostras petrográficas (e.g. Jmicrovision, imageJ, FIJI), possibilitando quantificar o número de grãos e vácuos e a sua área total em percentagem dentro da amostra. As fotomicrografias realizadas durante a análise e estudo das lâminas ceramográficas sob investigação permitem esse processamento de imagem.

A procedência dos materiais de um artefato, como um fragmento cerâmico ou um vaso de cerâmica, refere-se ao local onde estes foram produzidos ou manufaturados. O movimento das cerâmicas arqueológicas de seu local de manufatura e produção até o seu lugar achado (cadeia operatória) está relacionado a uma série de diferentes atividades humanas, tais como o comércio, a distribuição, a troca, a migração, a mobilidade de grupo e a manipulação da paisagem. A determinação da proveniência cerâmica, portanto, fornece dados importantes para acessar este tipo de conhecimento e suscita uma série de questões relacionadas as sociedades do passado. A proveniência cerâmica também pode ser indicada a partir de características macroscópicas de análise, incluindo nisto a sua forma, a modificação da superfície e o estilo decorativo associado a seus respectivos locais de achado e dispersão. Estes atributos cerâmicos são, em boa parte das vezes, tidos como referência para o apontamento de tradições e centros culturais específicos, bem como associações étnicas e de produção artefactual relacionados a origem atribuída. Entretanto, as análises de composição cerâmica, examinam as conexões entre as pastas cerâmicas e o ambiente geológico. A combinação de ambas as abordagens, tipológicas e composicionais, recebem o enquadramento de estudos técnico-tipológicos e buscam definir padrões que se relacionam em um determinado grupo amostral cerâmico associados a um local e sua geografia, com o objetivo de rastrear o movimento de artefatos de um lugar para outro e os processos tecnológicos e culturais decorrentes desse movimento no espaço. Neste sentido, são abordagens complementares.

A Petrografia é ajustável à interpretação de proveniência cerâmica, uma vez que ela está preocupada com a caracterização geológica dos artefatos cerâmicos e a natureza das suas matérias-primas. O potencial da

Petrografia Cerâmica para determinação da proveniência dos artefatos foi o responsável direto pela aplicação inicial da técnica de análise em cerâmicas arqueológicas, principalmente levando em consideração o potencial informativo, o caráter micro-destrutivo e as relações de estudo, restauro e conservação de materiais em laboratórios e reserva técnica de Museus. O avanço das técnicas de análise e questões relacionadas à tecnologia cerâmica foram os responsáveis pelo crescimento de seu campo de aplicação na última parte do século passado (QUINN, 2013, p. 117).

As lâminas ceramográficas são registros das peças escavadas nos sítios, com informações sobre seus contextos de achado e suas composições. A ideia de ampliar o acervo de lâminas ceramográficas do LARP certamente contribuirá para o fomento de uma coleção comparativa de referência para as pesquisas arqueológicas realizadas no Brasil; além de ampliar o entendimento da manipulação, relações de produção, consumo, cadeia operatória, comércio e agência dos artefatos arqueológicos nas províncias do Império Romano.

ESTUDO DE CASO: LUCERNAS DE CESAREIA MARÍTIMA E O MITREU DA CIDADE

O principal objetivo da Arqueologia realmente diz respeito à investigação do registro arqueológico no seu sentido mais amplo, isso implica dizer que envolve tanto os registros macroscópicos quanto os microscópicos. Um dos objetivos fundamentais da análise de um produto manufaturado é identificar os materiais a partir dos quais foi feito. O registro de microscopia é composto pelos materiais que representam os artefatos macroscópicos e a respectiva matriz sedimentar em que estes foram enterrados e/ou inutilizados. A informação arqueológica que pode ser extraída deste registro, invisível a olho nu, pode ser referida como Arqueometria e também como Microarqueologia (WEINER, 2010, p. 1-10).

Se levamos em conta que cada ação está relacionada com o tempo e espaço de cada contexto e que a perspectiva de futuro está amparada nas ações passadas, a repleção das ações no espaço e nas paisagens culturais acabam formando cadeias que, por sua vez, formam redes e processos sociais dinâmicos que operam em micro e macro escala. Nesse sentido, determinados processos de micro-escala podem ter contribuído consideravelmente para processos de macro-escala, ajudando a formar quadros de referência (DOBRES, HOFFMAN, 1994, p. 213). Estes quadros de referência formam estruturas em larga escala de ação; escala dentro da qual os indivíduos agem e onde são constituídos socialmente através de atos prescritos entre eles. A conceituação de escalas de análise deve, portanto, abranger o ponto de vista que ambas as escalas (macroscópicas e microscópicas) possam estar em constante interação, afim de obter o proveito correto do conhecimento da Arqueologia e das Ciências Naturais (WEINER, 2010, p. 9).

O estudo contextual de Arqueologia possui a capacidade de fornecer inferências a respeito das estruturas sociais, políticas e mentais dos grupos humanos sob investigação, uma vez que o corpo humano e a cultura material estão entre os meios de comunicação mais importantes na produção das interações sociais e culturais. Mais especificamente, as práticas materiais e tecnológicas estão inequivocamente enraizadas na relação social e sempre fomentam significados. As tecnologias estão amparadas e fundamentadas em relações sociais e materiais que ocorrem em práticas diárias na sociedade. Simultaneamente, as tecnologias estão moldando e sendo moldadas nessa relação. Assim, a identificação da procedência de particular artefato, ou grupo de produtos manufaturados, pode ser usada como um auxílio para acessar uma melhor imagem da dinâmica do conhecimento, das escolhas, dos processos de construção e contestação do poder e identidade, bem como dos contextos e alterações específicas decorrentes das relações sociais e culturais (DOBRES, 2000, p. 127).

As redes de aprendizagem e prática social envolvem a viabilidade e disponibilidade do material específico para a execução e demonstração social e ritualística da prática, bem como todas as relações econômicas (incluindo as de capital simbólico) decorrentes deste processo. A forma física de artefatos incorpora técnicas corporais anteriores e com a produção repetitiva de artefatos ou ações específicas relacionadas a eles, as relações econômicas e de afinidade com objetos, bem como as memórias individuais e coletivas, são evocadas e canalizadas assumindo determinada forma (JONES, 2002, p. 87). As ações técnicas, as ritualísticas, as de poder material e as de produção de artefatos, moldam as representações que os grupos humanos têm sobre o entendimento da tecnologia e sobre si mesmos. Da mesma maneira que formam as ideias sobre os processos, os elementos técnicos e os atores envolvidos no processo de ocupação do espaço e apropriação das paisagens. Estas ações não escapam das relações sociais mais amplas e da lógica que influencia as representações culturais de cada período (e.g. LEMONNIER, 1993, p. 3-4).

Lâmpadas de óleo têm demonstrado ser um artefato representativamente especial nestes casos, devido exatamente a sua capacidade de reter/gerar ação e múltiplos significados simbólicos. A cidade era o ponto de referência no Império romano e era marcada por uma série de cerimônias e rituais que não eram apenas de natureza religiosa. A paisagem rural não ficava isolada de tais atos e também expressam relações sociais específicas. Estes processos de operação são muitas vezes arqueologicamente visíveis e formam pontos nodais nas redes de aprendizagem, comércio e poder.

Durante a escavação da Área C-8 em Cesareia Marítima, foram identificadas 13 edificações contínuas caracterizadas como armazéns próximos a área portuária da cidade. O primeiro armazém (Armazém 1) foi escavado e assim como as demais estruturas similares foi caracterizado sendo parte de um *horreum*¹¹. Originalmente, a estrutura media 31.30m de comprimento, 4.95m de largura e 4.94m de altura. Contudo, o

¹¹ A *horreum* (plural: *horrea*) era um tipo de entreposto público romano que servia para armazenar a cerâmicas (ânforas, vasos, etc) e muitos tipos de materiais de consumo. Embora o termo latino se refira a celeiros, a variada utilização desses espaços ampliou o entendimento do termo.

Armazém 1 sofreu um colapso na Antiguidade e a edificação passou a ter somente 20.50m de comprimento. A abóbada do teto foi cuidadosamente montada com blocos de calcário e arenito que variaram em comprimento entre 0,70-1,00m e 0,50 -0,60m de largura e espessura média de 0,30m. Muitos destes blocos de rochas têm formas curvas para o arco ou abóbada da edificação. Foram utilizadas sete camadas de blocos de rocha para formar as paredes laterais da estrutura e cerca de quarenta blocos menores para formar o raio da abóbada que mede cerca de 2,50m. Uma passagem de 2.80m, medindo 0.86m de altura e 1.26m de largura (Locus C.8.8038), foi construída na parede sul do armazém com objetivo de conectar a estrutura ao armazém vizinho (Armazém 2).

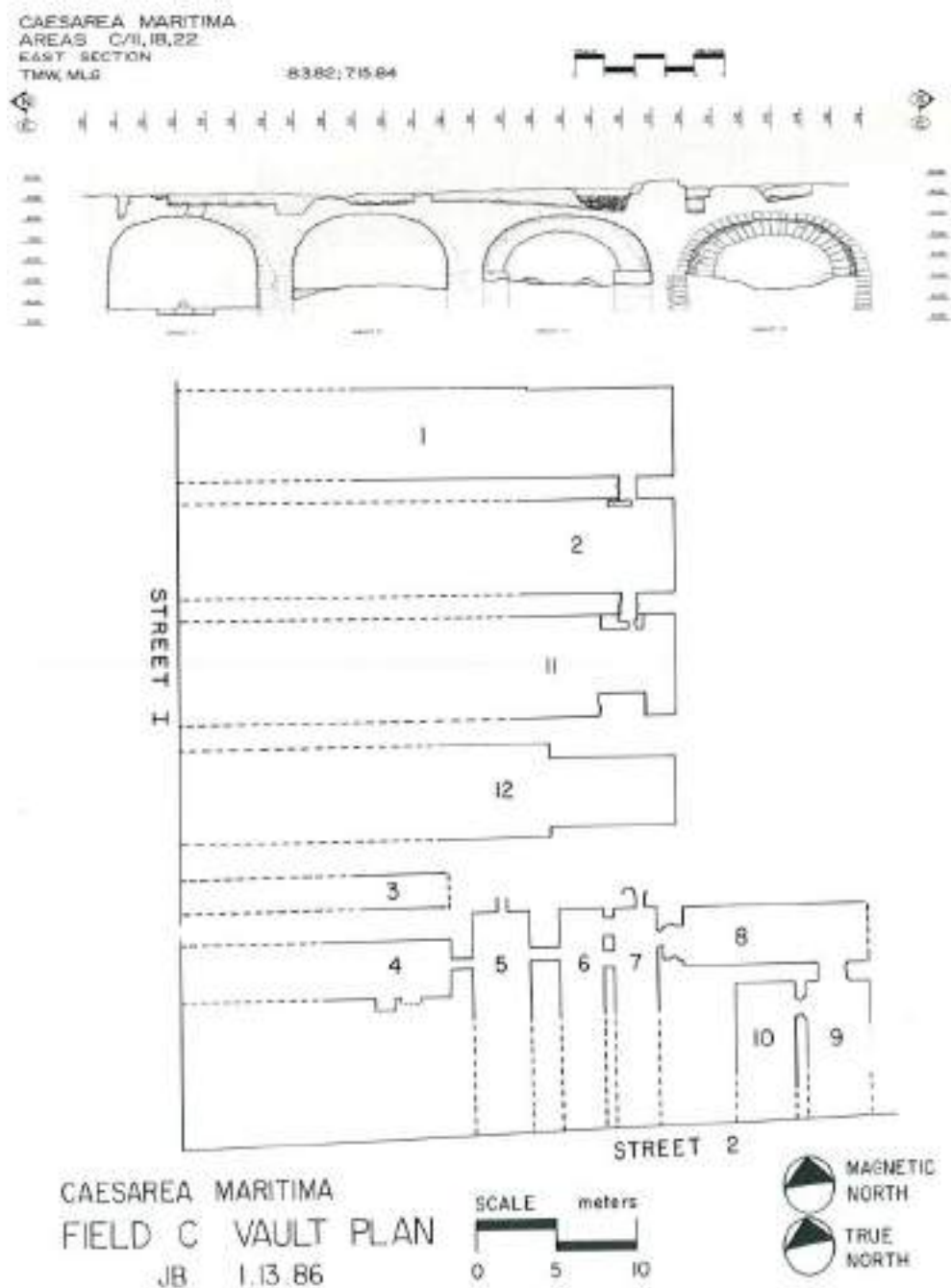


Figura 3: Planta baixa dos Armazéns de Cesareia Marítima. Fonte: BLAKELY (1987, p. 9-10, fig. 6-7).

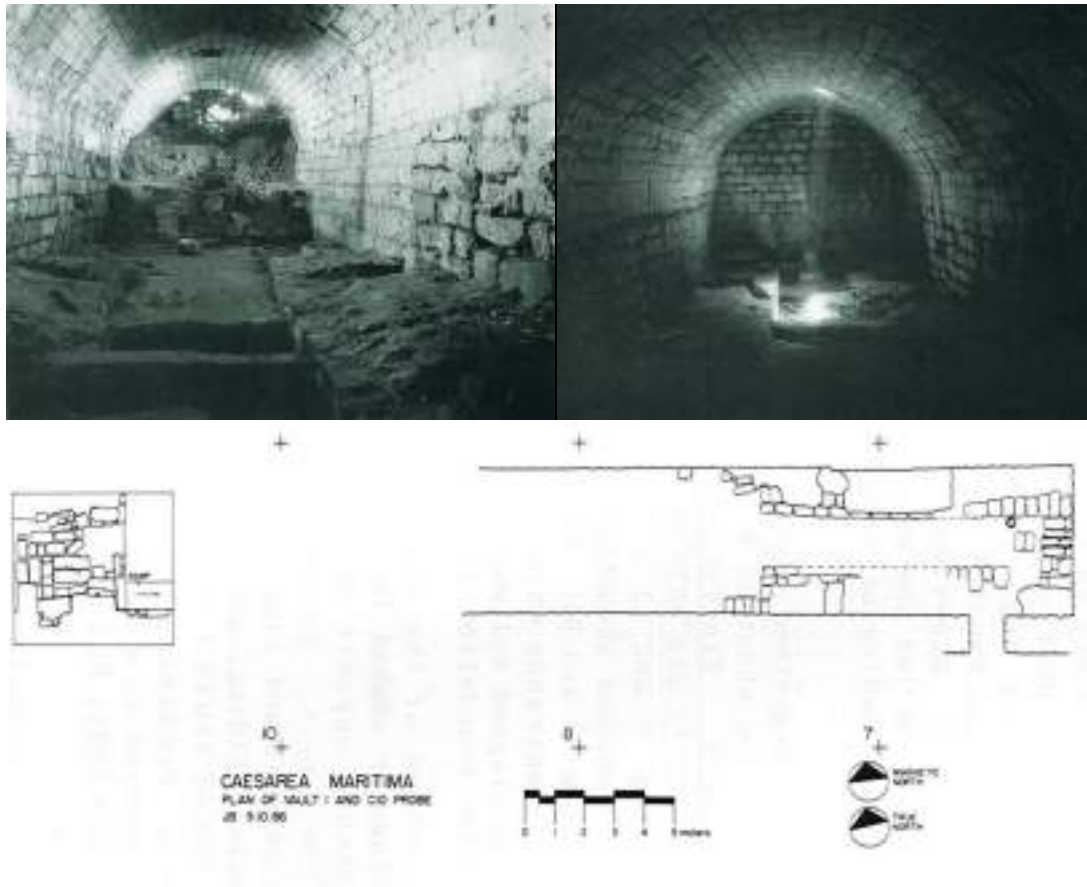


Figura 4: Mitreu de Cesareia e planta da escavação do Mitreu. Fonte: BLAKELY (1987, p. 8,11-12, fig.5,8-9).

Uma rampa de 1m de terra batida (Locus C.10.10211) com ângulo de 35° foi feita a partir do piso interno da estrutura para atingir a rua pavimentada de sentido norte-sul (Locus C.10.10209) que passava em frente ao edifício. A rampa foi construída para conectar o Armazém 1 ao nível superior da rua. A tipologia cerâmica aliada a estratigrafia de escavação do sítio evidenciou treze fases cerâmicas (BLAKELY, 1987, p. 39) e definiu os momentos de ocupação do sítio. Nas definidas fases 1 e 2, grandes quantidades de material cerâmico fragmentado foram encontradas sob um chão de gesso de 0,05m de espessura. Além do próprio piso, não há elementos estruturais associados a esta fase de ocupação e ela foi identificada como o momento em que a edificação serviu como parte do *horreum*. Posteriormente, o piso foi coberto por uma camada de barro avermelhado e recoberto por outro piso de gesso, que corresponde ao piso do período de ocupação do Mitreu¹². A camada 4 é justamente aquela em que se evidencia o piso e o material associado ao Mitreu e a camada 3 está associada a mesma ocupação. Além disso, um altar e bancos laterais foram edificadas sob esse mesmo piso e ao menos duas fases cerâmicas (6-8) estão associadas a esta ocupação, que se estende até a fase cerâmica 8-9, camada em que novo piso de gesso é colocado.

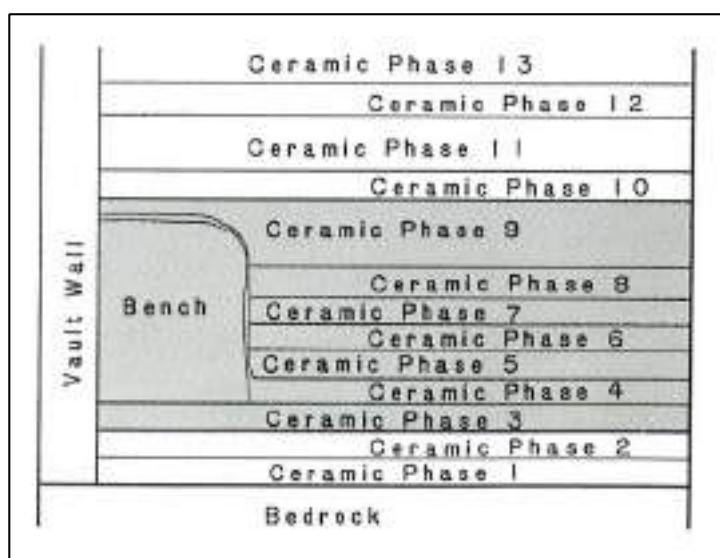


Figura 5: Esquema estratigráfico da escavação do Mitreu de Cesareia. Fonte: BLAKELY (1987, p. 61, fig.19).

¹² Lugar de culto à divindade indo-iraniana (segundo milénio AEC) que surgiu na Índia, difundiu-se pela Pérsia e espalhou-se pelo Oriente Médio. Mitra é o deus dos contratos e nos hinos védicos aparece como deus da luz, associado a Varuna. Mitra também é associado ao Zoroastrismo (religião monoteísta), reconhecida por Dario I como oficial para o Império Aqueménida, e aos deuses *Ahura Mazda* e deusa *Anahita*, como um deus benéfico e juiz das almas. Segundo as imagens dos templos e os escassos testemunhos escritos, o deus Mitra nasceu perto de uma fonte sagrada, debaixo de uma árvore sagrada, a partir de uma rocha, a *petra generatrix* e por isso denominado de *petra natus*. A imagem central do Mitraísmo é a da *tauroctonia*, ou seja, a representação do sacrifício ritual do touro sagrado por Mitra. Em determinado momento do desenvolvimento do Mitraísmo, o rito do *taurobolium* encontra lugar. Consiste na imersão dos adeptos em sangue de touro, prática comum a outras religiões orientais. Durante os rituais, os iniciados dividiam-se em dois grupos: os servidores, abaixo do grau leão (*leo*), e os demais graus, corvo (*corax*), oculto (*cryphius*), soldado (*miles*), persa (*perses*), emissário solar (*heliodromus*), e pai (*pater*). Tertuliano e Juliano, cristãos Apologistas dos primeiros séculos EC criticaram veementemente as práticas do Mitraísmo em seus escritos.

O Mitreu era o local de culto do Mitraísmo geralmente uma caverna natural ou caverna adaptada, como é o caso do edifício de Cesareia Marítima. Essa caverna adaptada era chamada espeleu (*spelaeum*) ou espelunca (*spelunca*), e era composta por bancos que acompanham as extensões das paredes. O santuário ficava no extremo da caverna, local em que estavam o altar na forma de pedestal e a imagem de Mitra matando um touro. No contexto de Cesareia Marítima foi encontrado um medalhão, em outros contextos geralmente trata-se de uma pintura, baixo-relevo ou estátua.



Figura 6: Medalhão de Mitra escavado no Mitreu de Cesareia Marítima. Fonte: FIGUERAS (2013, p. 28).

A ocupação do Mitreu tem pelo menos dois momentos de reparos no piso (6-8) e a evidência numismática e a cerâmica encontrada estabelecem a cronologia de ocupação do sítio para esse momento entre o final do primeiro século até o meio para o fim do terceiro século EC. O chão de gesso branco em torno do altar de pedras a Mitra (Locus C.8.8046) está associado ao mesmo piso branco de gesso correspondente às fases cerâmicas 4, 6 e 8. O motivo da diferença no número de fases para o chão do Mitreu e a disparidade entre as fases no restante da estrutura não diz respeito a novas ocupações, mas é explicado devido ao piso do altar experimentar menos desgaste que o do restante da instalação. A ocupação do espaço como Mitreu compreende desde a fase cerâmica 3 até a fase 9 do sítio, com cerca de 1m de espessura, e atinge a camada de destruição e/ou demolição e subsequentes fases 10-13. As fases de 11 a 13 não contém camadas seladas por pisos de gesso.

É interessante apontar a mudança, além da estratigrafia, na característica estrutural da abóbada relativa às atividades de *horreum* (BLAKELY, 1987, p. 31-32). A uma altura de 3,0m e em intervalos de 1,50m e 1,75m ao longo (norte e sul) das paredes, uma série de furos retangulares foram encontrados e relacionados a esse momento da ocupação. Estes buracos provavelmente serviram de suportes durante a construção do edifício e/ou foram utilizados para auxiliar nas atividades de armazenagem dentro da estrutura.

Quando o uso do *horreum* foi modificado para abrigar o Mitreu, mudanças estruturais foram feitas na edificação. Os furos foram cobertos, afrescos e fragmentos de gesso foram encontrados nas paredes e o fundo da edificação foi adaptado para receber o altar de Mitra; 19 novos furos foram feitos no teto próximo do local onde o altar foi encontrado. Além disso, a abertura de dois alçapões no teto da edificação, um medindo 0.80 x 0.30m e localizado a 14.60m leste-oeste na estrutura e a outro medindo 0.45 x 0.45, localizado a 3.80m da extremidade leste da edificação, permitiam a passagem de luz. A luz do Sol incidiria sobre o altar de Mitra exatamente na época do solstício de verão (BLAKELY, 1987, p. 31-32) e os alçapões desempenhavam importante papel no culto a Mitra. Três bancos (C.8.8065) rebocados com gesso foram erguidos paralelamente às paredes e na extremidade oriental da edificação. Um espaço entre 1,00m e 1,25m norte-sul separa os bancos das paredes do armazém. Os bancos têm 0.50 - 0.30m de largura e 0.35m de altura. O banco se estende rente à parede ao longo da edificação e se conecta com o banco construído na parede do fundo do Mitreu. Este último banco com quase de 1m de largura. Os bancos foram feitos de pedra e barro, e foram cobertos com gesso branco. O altar (C.8.8066), ou a pedra base de um altar, foi encontrado no final da edificação, medindo 0.61m x 0,62 de largura por 0.35m de altura, e tinha um entalhe central em forma de canal em sua superfície. No piso (C.8.8046) de base deste altar foi encontrado o medalhão de Mitra, uma moeda de bronze de Heliogábalo (218/222 EC), afrescos que apresentavam cenas de Mitra e 31 lucernas íntegras, além de outros fragmentos cerâmicos. As lucernas foram datadas entre o segundo e terceiro séculos EC. Interessantemente, algumas lucernas aparecem intencionalmente quebradas, sugerindo um ritual de quebra das peças antes do acendimento das lâmpadas (BLAKELY, 1987, p. 96-97). Essa atitude também poderia estar associada às outras práticas monoteístas do período (Judaísmo, Samaritanismo e Cristianismo) e sugere o desejo comum de vitória monoteísta, nesse caso seria do deus Mitra (associado ao *Sol Invictus*) sobre os demais deuses e religiões do período (TAL, TEIXEIRA BASTOS, 2015).

A amostra para este estudo de caso levou em consideração a relação intra-sítio de Cesareia, procurando estabelecer um pequeno comparativo demonstrativo da aplicação da Petrografia Cerâmica em um estudo de caso exemplo. As lucernas foram amostradas nos depósitos do *Israel Antiquity Authority* em Beth Shemesh, Israel:

	Número Catálogo Sussman	Registro IAA	Contexto	Local Escavação	Tipo	Data
1	456	1972-186 (434)	A-3-31	Locus 3073 1E+10	R26	1 st -3 rd CE
2	475	1973-253 (431)	Area C-8 (A-12)	Locus 6408 1E+10 Suss. 8046	R26	1 st -3 rd CE
3	-	02-2142 (116)	Area KK28	Locus 85, Basket 208	R26	2 nd -3 rd CE

- 1) Lucerna fragmenta (Cesareia72186); a base e parte de bico estão faltando; disco com decoração intacta e palmeiras na decoração da orla; circular, apresenta a representação de Ibis e o caranguejo como ícone central. A largura é 7,3 centímetros por comprimento 8.5+ cm de comprimento e data do final de primeiro ao terceiro séculos EC. A lucerna é proveniente da Área A fora dos muros da fortificação medieval. Sussman (2012, p. 256) sugere que essa lâmpada pode ter vindo de Cnido, Turquia.
- 2) Lucerna fragmentada (Cesareia 73253); a base está faltando e disco intacto decorado também pelo padrão decorativo das palmeiras na orla. Na parte central da lucerna uma cena erótica, uma figura masculina usa um chapéu e a figura feminina com cabelos encaracolados usa um vestido e brincos. O nu masculino está logo atrás da figura feminina com o órgão genital desproporcional ao seu tamanho e existe a sugestão que pode tratar-se de anões na cena (BLAKELY, 1987, p. 72, fig. 23.74). Porém, tratam-se de Eroles. A lucerna tem 8.0+ cm de largura x 10,5 centímetros de comprimento e 3.0+ cm de altura e data do final de primeiro ao terceiro séculos EC. A lucerna é proveniente do Área C, do Mitreu, próxima ao porto da cidade.
- 3) Lucerna fragmentada (Cesareia 02-2142); a base do objeto e parte superior do objeto estão fragmentadas, porém, ainda é possível identificar a decoração da orla com o padrão de óvulos desgastado e o machado-duplo nas bordas. O objeto apresenta vestígios de queima e tem 6,9 cm de largura x 8,2 cm de comprimento e 2,2 cm de altura. A cronologia está estabelecida entre o segundo e terceiro séculos EC. A lucerna é proveniente da Área K de escavação da cidade.

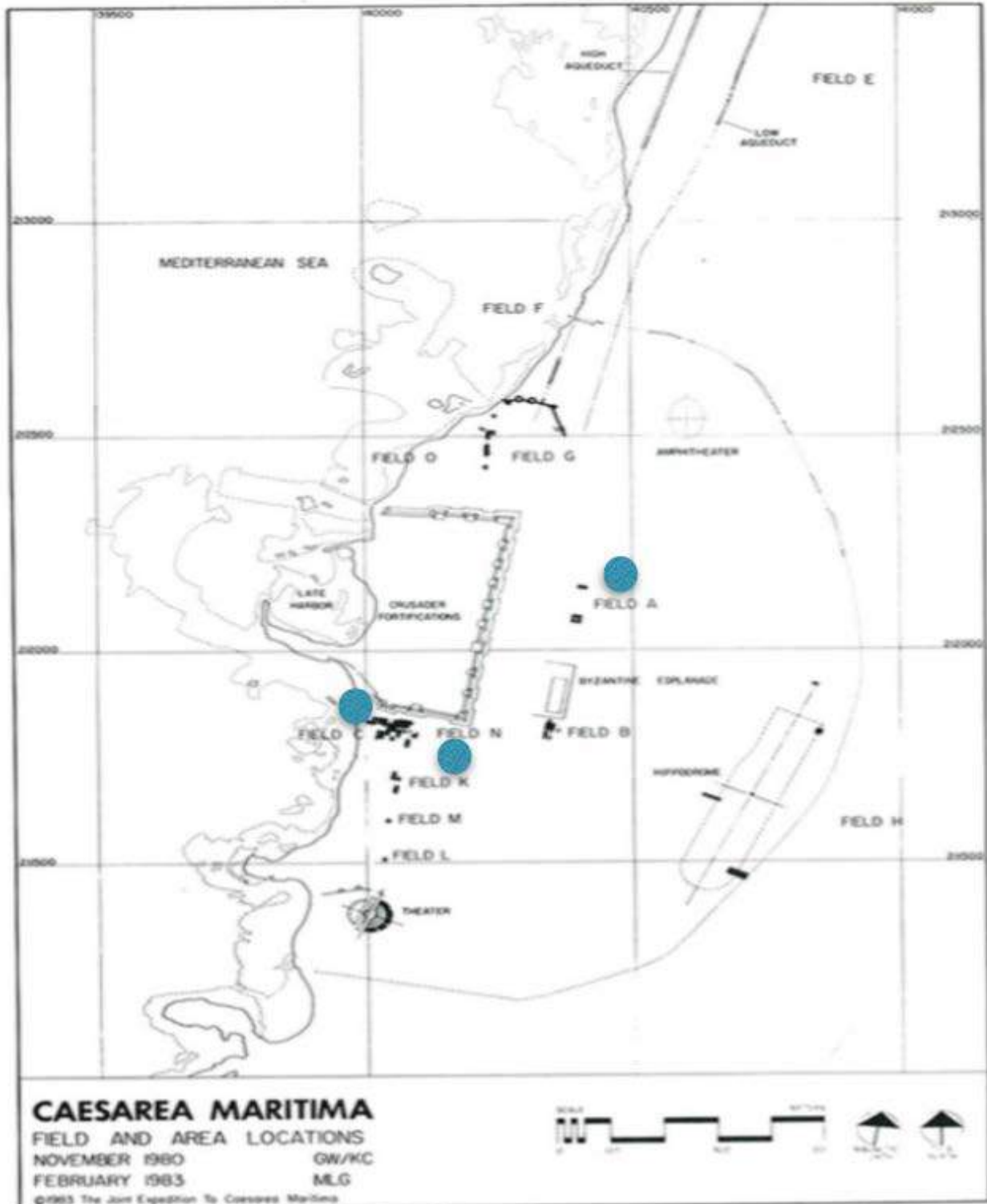


Figura 7: Planta com as áreas de escavação de Cesareia Marítima e os locais onde as lucernas amostras foram encontradas. Fonte: BLAKELY (1987, p. 3, fig.2).

RESULTADOS DA PETROGRAFIA

Apesar de encontradas em distintos pontos do sítio arqueológico de Cesareia Marítima, as três lucernas apresentam materiais semelhantes, caracterizados pela argila rendzina e areia bioclástica costeira. As inclusões consistem de variada quantidade de areia costeira e predominância de bioclastos, que geralmente incluem fósseis de algas coralinhas (*Corallinales*), particularmente do *Amphiroa* genus. As inclusões, portanto, são compostas principalmente de bioclastos, incluindo, assim, muitos clastos de algas *Amphiroa*, e em menor quantidade calcário, giz, quartzo, chert, calcedônia e geode de quartzo (Bourriau et al., 2001: 132-135, 143; Smith et al 2004: 62-63, 71, 73). Quartzo e calcário são arredondados e presentes do muito fino ao grosso. A seleção dos materiais se caracteriza do pouco ao moderado (cf. QUINN, 2013, p. 85-87). Isto quer dizer que o tamanho médio dominante das inclusões (também chamado de “forma”) é variado e não proporcional. A argila parece carecer de inclusões naturais maiores, sugerindo a seleção intencional de uma fonte de argila naturalmente refinada ou o processo de refinamento da argila coletada. A estimativa do processo de queima das amostras é inferior a 850 °C.

A estrutura petrográfica destas amostras é composta de argila carbonática, contendo microfauna e óxidos de ferro. Rendzina foi identificada como a argila utilizada neste grupo de amostras. Solos tipo rendzina com cores que variam do bege ao amarelo avermelhado foram potencialmente usados na manufatura destes artefatos. O conjunto de inclusões compreende bioclastos, calcário, sílex, calcedônia, geode de quartzo, quartzo, quartzo policristalino, feldspato, óxidos de ferro, minerais opacos, pellets de argila. Este grupo petrográfico ainda pode conter em sua composição anfibólios, olivina, e turmalina (cf. WIEDER; ADAN-BAYEWITZ, 2002, p. 412).

A triagem destas inclusões é pobre e tipicamente compreende de 10% da matriz, embora a sua frequência possa variar entre 5% e 30%. A maioria dos grãos são de muito finos ao porte médio, com apenas alguns do grosso ao muito grosso. A escassa frequência de grãos de quartzo/feldspato são geralmente de muito fino ao grosso e do subangular para subarredondado em forma. Os fragmentos de pedra calcária são do subarredondado ao arredondado em forma. Chert aparece do muito fino ao grosso, tipicamente raro e subangular em forma. No plano da luz polarizada (PPL), as lâminas ceramográficas aparecem com coloração entre o médio bege e/ou vermelho médio, enquanto que em luz polarizada cruzada (XPL) as amostras são vermelho ou bege escuro. A maioria das amostras são ligeiramente opticamente ativas

A temperatura de queima é estimada, portanto, entre 700ly e a falta de calcário ou bioclastos decompostos indica esta inferência. A seleção dos componentes de calcário com tamanhos de grão variado (tamanho de 0,06 mm a pouco mais de 1 mm) não foi refinada; em vez disso foram utilizadas argilas com calcário natural existente. O chert, a calcedônia, e o geode de quartzo também estão presentes naturalmente. É possível que as argilas possam ter sido levadas para a costa; onde como um depósito secundário, adquiriram

as inclusões indicativas da planície costeira. Isto explicaria a forma arredondada das inclusões sedimentares e a variabilidade observada na quantidade de bioclastos.

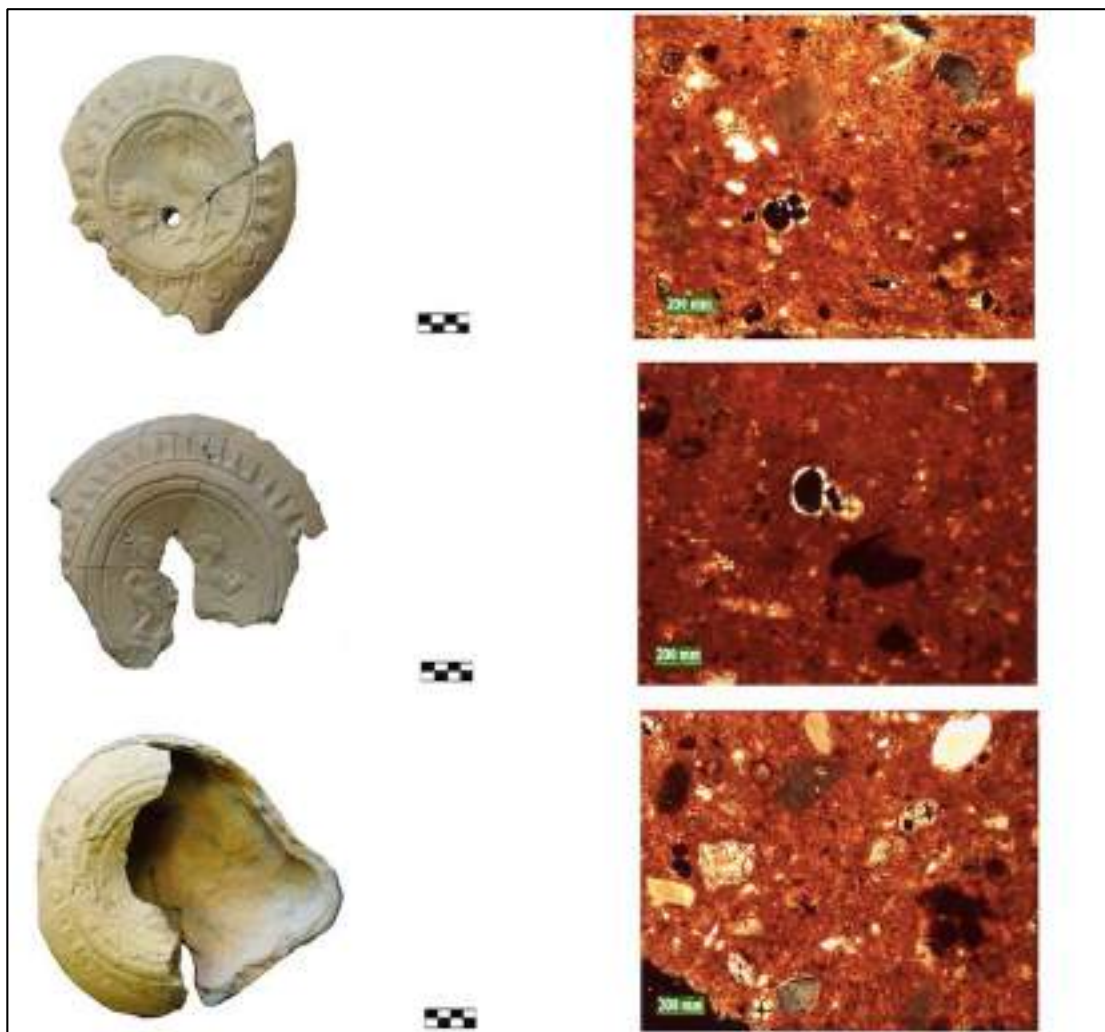


Figura 8: Fotomicrografias das lâminas cerâmográficas de Cesareia Marítima.

A presença de quartzo é abundante ao longo do litoral de Israel, entretanto, diminui significativamente a partir de Haifa e em direção a Akko, ao norte do país. As inclusões sedimentares indicam que a área de coleta das argilas encontra-se perto de afloramentos calcários. O sílex, calcedônia e geode de quartzo decorrem de depósitos do período Senoniano (Cretáceo Superior) ou Eoceno inferior, e idade Cenomaniano-Turoniano na região, indicando, dessa maneira que estas argilas teriam sido coletadas mais ao norte, além de Akko. A região costeira do Líbano surge, então, como provável origem destes sedimentos, uma vez que depósitos do Eoceno contendo sílex são comuns no norte de Trípoli, e na região entre Sídón e Tiro.

Além disso, os sedimentos costeiros da idade do Quaternário no Líbano, muitas vezes contêm quantidades elevadas de bioclastos, incluindo as espécies de alga *Amphiroa* identificadas nas amostras analisadas. As áreas do sul de Tiro, norte de Sídón, arredores de Beirute e Trípoli foram formadas pela drenagem dos rios do interior, respectivamente o *Nahr Litani*, *Nahr Beirut* e *Nahr el-Kebir*, que apresentam

fluxo consistente e transportam quantidades significativas de sedimentos (cf. OWNBY, 2010, p. 135-137, 219). Assim, a caracterização das lâminas delgadas deste grupo aponta para a área costeira do Líbano como origem dos sedimentos e as cidades de Tiro e/ou Sídón como os prováveis centros de produção dos artefatos.

As proveniências foram indicadas com base nas características geológicas das localidades e em acordo com os mapas de solo, argila e minerais constituintes em cada região. A utilização de material cerâmico comparativo publicado, tais como Goren *et al.* (2004), Ownby (2010), Gorzalczany (2006), Lapp (1997), auxiliam no suporte das identificações em termos petrográficos.

CONCLUSÃO

A paisagem do Sharon serviu de espaço de interação das culturas e povos que nela se instalaram e que por ela passaram. Dessa forma, produto das inter-relações sociais e materiais, por consequência, participando da dinâmica de tensão entre o ambiente natural e uma imagem socialmente construída da paisagem (KNAPP, 1999, p. 230). Ao passo que a Planície foi sendo ocupada e manejada conforme as contingências de ordem social, econômica, cultural e simbólica, os indivíduos foram sendo condicionados, influenciados, adaptados e estimulados pela mesma. A reutilização dos armazéns do porto de Cesareia Marítima, localizados em uma parte estratégica da cidade, demonstra a forma como o espaço urbano foi sendo ocupado, adaptado e remodelado atendendo a um propósito ritualístico e a religiosidade de segmentos sociais dos habitantes da cidade. Ao mesmo tempo em que a constatação de que a lucerna amostrada do Mitreu de Cesareia (Cesareia 73253), assim como as outras duas de contextos intra-sítios distintos (uma da Área A da cidade e outra da Área K), foram manufaturadas na região de Tiro e/ou Sidon. Duas observações são pertinentes: a primeira é que esse tipo de lucerna frequentemente é caracterizada como uma produção local (LAPP, 1997; SUSSMAN, 2012); e a segunda é que a lucerna (Cesareia72186) é atribuída como manufatura de Cnido, Turquia.

A lucerna com dois Eroles parece tratar-se de uma imitação, as linhas que definem os anéis do disco, a decoração com folhas estilizadas de palmeira na orla, as volutas e a iconografia de peça apresentam incisão de reparo na superfície da lâmpada, o que demonstra os esforços de um oleiro para melhorar as características de um molde reutilizado e/ou mal produzido a partir da cópia de uma lucerna de interesse.

Nesse sentido, é interessante notar que a Petrografia Cerâmica abre novos e outros encaminhamentos para a interpretação dos processos de interação inter-regionais, mudanças sócio-políticas e culturais na Palestina Romana. A reconstrução de redes intersociais complexas, com destaque para a natureza das conexões religiosas, como representado no caso do Mitreu de Cesareia Marítima, mediada através do significado econômico, ideológico e ritualístico dos artefatos, alerta para a questão da demanda e

consumo de luzes e as ideias a elas associadas. Grupos e redes intersociais se movimentam em termos espaciais e temporais, ou seja, através de trajetórias (MASSEY, 2009, p. 131-176), e o lugar do Mitreu no sítio de Cesareia emerge como portador de práticas materiais ativas, essencialmente como produto de práticas de poder material (tanto para a transformação do local, quanto para o uso e atribuição dos artefatos). O que se impõe são as constantes e mutantes geometrias do poder que a todo o momento estão sendo produzidas e negociadas nessa cartografia e limitam ou ampliam as apropriações espaciais.

A instalação do Mitreu transformou o espaço do sítio e desempenhou relevante papel nas relações estabelecidas entre os grupos sociais e religiosos da cidade. Judeus, Samaritanos e Cristãos, principalmente estes últimos, parecem ter sofrido influência das práticas do Mitraísmo em Cesareia. Em finais do segundo século EC, o Mitraísmo já estava amplamente popularizado no exército romano, bem como entre os comerciantes, os funcionários e os escravos, alcançando inclusive as fronteiras germânicas do Império. Durante o terceiro século EC os imperadores romanos associam-se a Mitra como símbolo de autoridade e triunfo, devido exatamente a estrutura fortemente hierarquizada de organização dos participantes do culto e seu caráter de mistérios e revelações, para reforçar seus poderes. O Mitraísmo em Roma também esteve muito difundido e mais de setenta e cinco peças de escultura, uma centena de inscrições e ruínas de santuários e templos na cidade e subúrbios demonstram o vigor dessa prática religiosa. A religião do *Sol Invictus* (sincretismo entre a religião de Mitra e cultos solares de procedência oriental) foi estabelecida como oficial no Império Romano através do imperador Aureliano em 274 CE.

O ritual no Mitraísmo incluía cerimônias de iniciação em sete estágios, o último firmava o elo místico com Mitra, habilitando o iniciado a participar da refeição sagrada de pão, água e vinho. A ablução cerimonial (batismo) com água santificada, queima de incenso, cânticos sagrados e a guarda de dias também faziam parte da prática. Cada dia da semana era dedicado a um corpo celeste e o Sol, fonte de luz e aliado de Mitra, o mais importantes destes corpos. Nesse sentido, as lucernas, o mais popular objeto para obtenção de luz na Antiguidade não poderia deixar de desempenhar um papel material preponderante nas constituições espaciais e nas práticas materiais relacionadas às identidades de grupos sociais.

O culto a Mitra em Cesareia participou ativamente da troca simbólica e das relações de prática de poder material entre os grupos da cidade. A iconografia relacionada às peças aponta para as inclinações imagéticas do culto. Como é possível perceber, o potencial da aplicação de Petrografia Cerâmica para os estudos e técnicas de análise de cultura material e patrimônio cultural no Brasil emerge como uma ferramenta de análise válida e pertinente, possuindo a capacidade de ampliar o entendimento e suscitar questões a respeito da manipulação, relações de produção e consumo, assim como cadeia operatória, comércio e agência dos artefatos nas províncias do Império Romano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, M. A. *Análise cerâmica: estudo tecnotipológico*. 1988. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.
- ALVES, M. A. Estudo de cerâmica pré-histórica no Brasil: das fontes de matéria-prima ao emprego de microscopia petrográfica, difratometria de raios X e microscopia eletrônica. *CLIO. Série Arqueológica*, Recife, v. 1, n. 12, p. 27-86, 1997.
- ALVES, M. A.; GIRARDI, V. A confecção de lâminas microscópicas e o estudo da pasta cerâmica. *Revista de Pré-História*, São Paulo, v. 6, p. 150-162, 1989.
- APOLLONI, C. R. Doze anos de atividades em Arte e Arqueometria no Laboratório de Física Nuclear Aplicada da Universidade Estadual de Londrina. *Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação*, v. 1, n. 6, p. 301-304, 2007.
- APOLLONI, C. R. Recent developments in atomic/nuclear methodologies used for the cultural heritage objects. *AIP Conf. Proc. 1529*, v. 30, p. 30-39, 2013.
- BOURRIAU, J.; SMITH, L. M. V.; SERPICO, M. The Provenance of Canaanite Amphorae found at Memphis and Amarna in the New Kingdom. In: SHORTLAND, A. (Ed). *The Social Context of Technological Change. Egypt and the Near East, 1650-1550 B.C.* Oxford: Blackwell Publishing, 2001. p. 113-146.
- BLAKELY, J. A. *Caesarea Maritima: the pottery and dating of vault 1*. The Joint Expedition to Caesarea Maritima excavations reports volume 4. New York: The Edwin Mellen Press, 1987.
- BLANCO-GONZÁLEZ, A.; KREITER, A.; BADRESHANY, K.; CHAPMAN, J.; PÁNCZÉL, P. Matching sherds to vessel through ceramic petrography: an Early Neolithic Iberian case study. *Journal of Archaeological Science*, v. 50, p. 139-152, 2014.
- BUSTAMANTE, R. M. da C. Representação do espaço rural em dois mosaicos: Laberii e Dominus Iulius. *Phoenix (UF RJ)*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 328-358, 2002.
- BUSTAMANTE, R. M. da C. 'Ressignificando o lixo': análise de um mosaico de 'asarôtos oïkos' da África Romana. *Phoenix*, v. 15, p. 99-113, 2009.
- BUSTAMANTE, R. M. da C. A construção romana das representações sociais da África através das moedas. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 18, p. 69-77, 2014.
- DOBRES, M-A.; HOFFMAN, C. Social agency and the dynamics of prehistoric technology. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 1, n. 3, p. 211-258, 1994.
- DOBRES, M-A. *Agency in Archaeology*. London: Routledge, 2000.
- FAVERSANI, F. O Estado Imperial e os Pequenos Impérios. *História*, São Paulo, v. 26, p. 53-62, 2007.
- FIGUEIRO, M. T. *Estudo da cultura material mítica e cerâmica dos sítios Silva Serrote e Menezes: análise das cadeias operatórias dos vestígios de culturas pré-coloniais do alto Paranaíba, Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

- FITZPATRICK, E. A. *Soil microscopy and micromorphology*. New York: John & Sons Ltd, 1993.
- FLEMING, M. I. D'A. Poder Político e cultura material: as vasilhas de metal romanas no contexto imperial e nas áreas periféricas da Europa central e do norte. In: BENOIT, H.; FUNARI, P. P. A. (Org.) *Ética e Política no Mundo Antigo*. Campinas: UNICAMP, FAPESP, 2001. p. 101-116.
- FLEMING, M. I. D'A. Aplicação da arqueometria no estudo de coleções arqueológicas. *Revista CPC*, São Paulo, n. 6, p. 219-230, 2008.
- FLEMING, M. I. D'A. Apresentação. *R. Museu Arq. Etn. Supl*, n. 18, Anais do I Simpósio do Laboratório de Arqueologia Romana Provincial "Representações da romanização no mundo provincial romano", p. 11, 2014.
- FREESTONE, I. C. The Petrographic examination of Ceramics. *AM J Archaeol.*, v. 99, n. 1, p. 111-115, 1995.
- FUNARI, P. P. A. Arqueologia: por quê, para quê, em benefício de quem? III REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS CLÁSSICOS, 1988, Rio de Janeiro. Caderno de Resumos. p. 2.
- FUNARI, P. P. A. European archaeology and two Brazilian offspring: classical archaeology and art history. *Journal of European Archaeology*, v. 5, n. 2, p. 137-148, 1997.
- FUNARI, P. P. A. The Economic history of Roman Britain: olive oil contribution to the debate. *História e economia*, v. 1, p. 29-46, 2005.
- FUNARI, P. P. A. Latin epigraphy, an interdisciplinary approach to the ancient world. *Clássica*, São Paulo, v. 17/18, 311-322, 2006.
- FUNARI, P. P. A. Brasileños y romanos: colonialismo, identidades y el rol de la cultura material. In: FUNARI, P. P. A.; PÉREZ-SANCHES, D.; DA SILVA, G. J. (Eds.). *Arqueología e História del mundo antiguo: contribuciones brasileñas y españolas*. Oxford: BAR Internations Series 1791, 2008a. p. 41-45.
- FUNARI, P. P. A. La contribution d'une approche postprocessual pour la compréhension de la consommation d'hile d'olive en Bretagne romaine. *Studio Historica. Historia Antigua*, v. 26, p. 271-302, 2008b.
- GARRAFFONI, R. S.; CAVICCHIOLI, M.; SILVA, G. J. Escavação arqueológica em uma cidade romana: a experiência de três brasileiros. *Boletim do CPA*, ano VI, n. 11, p. 149-153, 2001.
- GARRAFFONI, R. S.; FUNARI, P. P. A. Roman Past and Contemporary Brazil: How Classics Shape Modern Identity. In: *Why does the past matter?* Amherst: University of Massachussets Press, 2011. v. 1, p. 48-48.
- GARRAFFONI, R. S.; FUNARI, P. P. A. The uses of Roman heritage in Brazil. *Heritage and Society*, v. 5, p.53-76, 2012.
- GOREN, Yu.; FINKELSTEIN, I.; NA'AMAN, N. Inscribed in Clay: Provenance study of the Amarna Tablets and other Ancient Near East Texts. *Tel Aviv University, Emery and Clair Yass Publication in Archaeology, Monograph Series*, n. 24, 2004.
- GORZALCZANY, A. *Petrographic Analysis of the Pottery from Nahal Tut*. Israel: 'Atiqot, 2006.

- GOULART, E. P. Técnicas Instrumentais para Caracterização Mineralógica e Microestrutural de Materiais Cerâmicos Arqueológicos. *Revista do Museu de Arqueologia do Xingo*, n. 4, 2004.
- GOULART, E. P.; ALVES, M. A.; FERNANDES, S. C. G.; MUNITA, C. S.; PAIVA, R. P. Caracterização microestrutural e química de amostras de cerâmica pré-histórica do sítio Água Limpa, Monte Alto, São Paulo. *Canindé*, v. 7, p. 187-196, 2006.
- GUARINELLO, N. L. Análise espacial de um Edifício Rural Romano - a vila da localidade de Sette Termini no ager pompeianus. *Dédalo*, São Paulo, v. 24, p. 207-234, 1985.
- GUARINELLO, N. L. L'Architecture Rurale Romaine et les Villas du Vesuve. *Annales Littéraires de l'Université de Besançon*, Besançon, v. 527, p. 117-133, 1994.
- GUARINELLO, N. L. A Economia Antiga e a Arqueologia Rural. *CLASSICA*, SÃO PAULO, v. 7/8, p. 271-283, 1995.
- GUARINELLO, N. L. Archaeology and the Meanings of Material Culture. In: FUNARI, P. P. A.; ZARANKIN, A.; STOVEL, E. (Org.). *Global Archaeological theory, contextual voices and contemporary thoughts*. Nova Iorque: Kluwer/Plenum, 2005. v. 1, p. 19-28.
- GUARINELLO, N. L. O Império Romano e Nós. In: SILVA, G. V.; MENDES, N. M. (Org.). *Repensando o Império Romano*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. v. 1, p. 13-19.
- IKEOKA, R. A.; APPOLONI, C. R.; PARREIRA, P. S.; LOPES, F.; BANDEIRA, A. M. PXRF and multivariate statistics analysis of pre-colonial pottery from northeast of Brazil. *New York: X-Ray Spectrom*, v. 41, p. 12-15, 2012.
- JANSSENS, K.; VAN GRIEKEN, R. *No-destructive microanalysis of cultural heritage materials*. Amsterdam: Elsevier, 2004. p. 1-11.
- JONES, A. *Archaeological Theory and Scientific practice: Topics in Contemporary Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- KNAPP, A. B. Ideational and Industrial Landscape on prehistoric Cyprus. In: ASHMORE, W.; KNAPP, A. B. (Eds.). *Archeologies of Landscape: Contemporary Perspectives*. Oxford: Blackwell, 229-252, 1999.
- LAPP, E. C. *The Archaeology of Light: The cultural significance of the oil lamp from Roman Palestine*. 1997. Thesis (PhD) – Duke University, 1997.
- LEMONIER, P. *Technological Choices. Transformation in Material Cultures since the Neolithic*. New York: Routledge, 1993.
- LIMA, I.; APPOLONI, C. R.; DE OLIVEIRA, L.; LOPES, R. T. Caracterização de Materiais Cerâmicos através da Microtomografia Computadorizada 3D. *Revista Brasileiro de Arqueometria, Restauração e Conservação*, Olinda, v. 1, n. 2, p. 22-27, 2007.
- MACHADO, C. A. Aristocratic Houses and the Making of Late Antique Rome and Constantinople. In: GRIG, L.; GAVIN, K. (Org.) *Two Romes. Rome and Constantinople in Late Antiquity*. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 136-158.

- MACHADO, C. A. Building the Past: Monuments and Memory in the Forum Romanum. In: BOWDEN, W.; GUTTERIDGE, A.; MACHADO, C. A. (Org.). *Social and Political Life in Late Antiquity*. Leiden: Brill, 2006. p. 157-192.
- MACHADO, C. A. The City as Stage: Aristocratic commemorations in late antique Rome. In: REBILLARD, E.; SOTINEL, C. (Org.). *Les frontières du profane dans l'Antiquité Tardive*. Roma: École Française de Rome, 2010. p. 287-317.
- MAGALHÃES DE OLIVEIRA, J. C. *Potestas populi. Participation populaire et action collective dans les villes de l'Afrique romaine tardive (vers 300-430 apr. J.-C.)*. Turnhout: Brepols, 2012.
- MAGALHÃES DE OLIVEIRA, J. C. Travail, habitation et sociabilités populaires dans les villes de l'Afrique romaine: les quartiers commerçants et artisanaux de Carthage et de Timgad. In: FONTAINE, S.; SARTRE, S.; TEKLIINDO (Org.). *La ville au quotidien. Regards croisés sur l'habitat et l'artisanat antiques (Afrique du Nord, Gaule, Italie)*. Aix-en-Provence: Presses Universitaires de Provence, 2011. p. 59-69.
- MAGALHÃES, W. *Estudo arqueométrico dos sítios arqueológicos Inhazinha e Rodrigues Furtado, município de Perdizes/MG: da argila à cerâmica... possíveis conexões entre os vasilhames cerâmicos e as fontes argilosas*. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- MARSHALL, F. (Ed.). História Antiga e Arqueologia. *Dossiê Projeto Apollonia*. Revista Anos 90, Porto Alegre, vol. 10, n. 17, 2003.
- MASSEY, D. *Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- MENDES, N. M. A documentação de cultura material e o sistema de economia imperial romano no litoral sul da Lusitânia. In: LESSA, F. de S.; BUSTAMANTE, R. M. da C. (Org.). *Dialogando com Clio*. Rio de Janeiro: Mauad, 2009. p. 185-204.
- MENDES, N. M.; CORREIA, Y. Epigrafia, Sociedade e Religião: O caso da Lusitânia. *Phoenix (UFRJ)*, v. 12, p. 257-279, 2007.
- MENESES, U. T. Bezerra de. A situação atual da pesquisa arqueológica no Brasil. *Dédalo*, Revista de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, n. 17/18, p. 5-10, 1973.
- MILHEIRA, R. G. Arqueometria em cerâmicas Guarani no sul do Brasil: um estudo de caso. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, v. 19, p. 355-364, 2009.
- MIDDLETON, A. Ceramic Petrography. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, Suplemento 2, p. 73-79, 1997.
- NARDY, A. J. R.; MACHADO, F. B. *Mineralogia Óptica: Óptica Cristalina*. Rio Claro: UNESP, 2002.
- ORTON, C.; HUGHES, M. *Pottery in Archaeology*. 2 ed. Cambridge: Cambridge University, 2013.
- OWNBY, M. F. *Canaanite Jars from Memphis as Evidence for Trade and Political Relationships in the Middle Bronze Age*. 2010. Thesis (PhD) – University of Cambridge, 2010.
- PETERSON, S. E. *Thin-Section Petrography of Ceramic Materials*. Philadelphia: INSTAP Academic Press, 2009.

- PORTO, V. C. A iconografia judaica e as moedas da Judeia. *Lumen et Virtus: revista de cultura e imagem*, v. IV, p. 22-48, 2013.
- PORTO, V. C. O Império Romano e as cidades da Judéia/Palestina: um estudo iconográfico das moedas. In: FUNARI, P. P. A.; SILVA, M. A. O. (Org.) *Política e identidades no mundo antigo*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009. p. 107-130.
- QUINN, P. S. *Ceramic Petrography, The Interpretation of Archaeological Pottery & Related Artifacts in Thin Section*. Oxford: Archaeopress, 2013.
- QUIÑONES, F. R. E.; APOLONI, C. R.; DOS SANTOS, A. O. DA SILVA, L. M.; BARBIERI, P. F.; ARAGÃO, P. H.; FILHO, V. F. do N.; COIMBRA, M. M. EDXRF Study of Tupi-Guarani Archaeological Ceramics. *Revista de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 13, p. 199-210, 2003.
- RECH, R. M. Apollonia Romana e sua Villa Maritima. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, n. 17, 2003.
- REEDY, C. L. Review of digital image analysis of petrographic thin sections in conservation research. *Journal Am. Inst. Conserv.*, v. 45, p. 127-146, 2006.
- REEDY, C. L.; KAMBOJ, S. Comparing comprehensive image analysis packages: research with stone and ceramic thin sections. In: MERRITT, J. (Ed.). *Development of Web-accessible Reference Library of Deterred Fibers Using Digital Imaging and Image Analysis*. Harpers Ferry: National Park Service, 2003. p. 159-166.
- REEDY, C. L. *Thin-Section Petrography of Stone and Ceramic Cultural Materials*. London: Archetype Publications, 2008.
- ROLL, I.; TALL, O. Apollonia-Arsuf. Final Report of Excavations I. Tel Aviv, 1999.
- SMITH, L. M. V.; BOURRIAU, J.; GOREN, Y., HUGHES, M. J., SERPICO, M. The Provenance of Canaanite Amphorae found at Memphis and Amarna in the New Kingdom: results 2000-2002. In: BOURRIAU, J.; PHILLIPS, J. (eds). *Invention and Innovation: The Social Context of Technological Change 2, Egypt, the Aegean and the Near East, 1650-1150 BC*. Oxford: Oxbow Books, 2004. p. 55-77.
- SILVA, G. V. da. As relações entre o judaísmo e o cristianismo no Império Romano: uma nova interpretação a partir do paradigma culturalista. *História da Historiografia*, v. 5, p. 58-70, 2010.
- SILVA, G. V. da. Considérations sur l'intolérance religieuse au IV^e siècle: à propos de la Ve Oratio de Thémisthius de Byzance. *Revue Française d'Histoire des Idées Politiques*, Paris, v. 23, p. 3-20, 2006.
- SILVA, G. V. da. Cristianismo e helenismo na Antiguidade Tardia: uma abordagem à luz dos mosaicos de Antioquia. *Revista Diálogos Mediterrânicos*, v. 5, p. 64-80, 2013.
- SILVA, F. A.; APOLONI, C. R.; QUIÑONES, F. R. E.; SANTOS, A. O.; DA SILVA, L. M.; BARBIERI, P. F. FILHO, V. F. do N. A arqueometria e a análise de artefatos cerâmicos: um estudo de fragmentos cerâmico etnográficos e arqueológicos por fluorescência de Raios X (EDXRF) e transmissão Gama. *Revista de Arqueologia*, v. 17, p. 41-61, 2004.

- SUSSMAN, V. Roman Period Oil Lamps in the Holy Land: collection of the Israel Antiquities Authority. *Archaeopress: BAR International Series*, v. 2447, 2012.
- TAL, O.; TEIXEIRA BASTOS, M. Intentionally Broken Discus Lamps from Roman Apollonia: A New Interpretation. *Tel Aviv*, v. 39/1, p. 105-115, 2012.
- TAL, O.; TEIXEIRA BASTOS, M. More on the Intentionally Broken Discus Lamps from Roman Palestine: Mutilation and Its Symbolic Meaning. In: BLÖMER, M.; LICHTENBERGER, A.; RAJA, R. (Eds.). *Religious Identities in the Levant from Alexander to Muhammed: Continuity and Change. Contextualizing the Sacred* 4. Turnhout: Brepols, 2015. p. 345-368.
- VELDE, B.; DRUC, I. C. *Archaeological Ceramic Materials, Origin and Utilization*. Berlin: Springer, 1999.
- WHITBREAD, I. K. Greek Transport Amphorae: A Petrological and Archaeological Study. *The British School at Athens, Fitch Laboratory occasional paper*, v. 4, 1995.
- WIEDER, M.; ADAN-BAYEWITZ, D. Soil Parent Material and Pottery of Roman Galilee: A comparative Study. *Geoarchaeology*, v. 17, p. 393-415, 2002.
- WEINER, S. *Microarchaeology: Beyond the Visible Archaeological Record*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

Recebido em:26/08/2015
Aprovado em:19/09/2015
Publicado em:27/10/2015

APORTES ARQUEOLÓGICOS NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO
ARCHAEOLOGICAL CONTRIBUTIONS IN THE PRODUCTION OF HISTORICAL KNOWLEDGE

Camila Diogo de Souza

Vol. XII | n°24 | 2015 | ISSN 2316 8412



Aportes arqueológicos na produção do conhecimento histórico

Camila Diogo de Souza¹

Resumo: Este breve artigo visa discutir aspectos da relação entre a História e a Arqueologia por meio de alguns exemplos específicos da contribuição dos estudos da cultura material e de seus diferentes elementos constitutivos e abordagens metodológicas para a produção do conhecimento histórico. Tais exemplos versam sobre a História da Grécia Antiga e têm como objetivo debater e apresentar os aportes da Arqueologia Clássica e, em particular, da Arqueologia Funerária, enquanto disciplina fundamental no entendimento das sociedades antigas, possibilitando questionar e desconstruir determinados “fatos históricos”.

Palavras-chave: Arqueologia, cultura material, fato histórico, Grécia Geométrica.

Abstract: This short article aims to discuss aspects of the relationship between History and Archeology through some specific examples of the contribution of material culture studies and their component parts and methodological approaches for the production of historical knowledge. These examples are related to the History of Ancient Greece and aim to discuss and present the contributions of Classical Archaeology and, in particular, of Funerary Archaeology as a key discipline to understand ancient societies, enabling us to question and to deconstruct certain “historical facts”.

Keywords: Archaeology, material culture, historical fact, Geometric Greece.

A relação entre História e Arqueologia não constitui um tema de debate recente, pelo contrário, há muito tempo é alvo de inúmeras e variadas formas de abordagens e perspectivas (FUNARI, 2005). Podemos afirmar, contudo, que não se trata de um tema obsoleto, ainda levanta questões e argumentos controversos e polêmicos, distante de um consenso e de um ponto final. A “autonomia” e a “independência” da Arqueologia a partir da aquisição do estatuto enquanto “ciência” produtora de conhecimento e enquanto disciplina e área de pesquisa e formação própria que capacita profissionais na área (arqueólogos), isto é, ensinada nos departamentos universitários, constitui uma aquisição relativamente recente, originalmente ocorrida nos centros universitários europeus na primeira metade do século XX (FUNARI, 1988). Isso não significa dizer que escavações “arqueológicas” não ocorriam antes disso e nem que a cultura material não constituía fonte de investigações das sociedades do passado.

Tratar de um tema tão rico e abrangente como este (a relação entre a História e a Arqueologia), nos remete de forma imediata aos respectivos objetos de estudo das disciplinas (texto e a cultura material). A dicotomia fontes textuais *versus* cultura material, para uma grande parte dos pesquisadores, sempre foi considerada como fundamento das diferenças entre as duas disciplinas. O peso atribuído à documentação

¹ Pós-doutoranda do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE – USP), Brasil; líder do Grupo de Pesquisas em Práticas Mortuárias no Mediterrâneo Antigo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (TAPHOS – CNPq), Brasil; coordenadora-pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre a Cerâmica Antiga da Universidade Federal de Pelotas (LECA – UFPel), Brasil.

escrita, pretendida como idônea e, portanto, capaz de produzir conhecimento absoluto e inquestionável, durante muito tempo, moldou os estudos dos vestígios materiais, considerados como meros recursos ilustrativos ou complementares dos textos.

Dessa forma, conseqüentemente, a discussão desse tema também nos remete à antiga questão central: seriam os objetos de estudos de ambas as disciplinas antitéticos ou sintéticos na produção do conhecimento das sociedades do passado? Se sintéticos (combinados, fundidos, entendidos em conjunto), quais seriam, então, as especificidades da História e da Arqueologia? Quais os fundamentos que permitiriam, então, distinguir duas ciências que visam, em última instância, o mesmo objetivo, isto é, a produção do conhecimento das sociedades antigas? Como estabelecer, portanto, as bases das relações entre as duas disciplinas?

Está claro que não pretendemos de forma alguma “resolver” ou “esgotar” tais questões neste breve ensaio. Nossos objetivos nessas poucas páginas visam levantar algumas questões e reflexões sobre contribuições precisas e fundamentais do estudo da cultura material na produção do conhecimento das sociedades antigas. Em outras palavras, visamos discutir não de forma exaustiva, mas pontual, a importância da cultura material no exercício do historiador (o “fazer História”), no processo de produção do conhecimento histórico, apontando reflexões sobre o alcance, os problemas, as especificidades e particularidades das abordagens de leitura do objeto arqueológico. Para isso, pretendemos elencar alguns exemplos de abordagens e perspectivas de estudos arqueológicos, de estudo do registro material, que são fundamentais para a compreensão de determinados “fatos históricos”.

Logo de início, devemos atentar para um fato aparentemente óbvio, porém em princípio, ignorado por muitos estudiosos; isto é, a materialidade do texto. A documentação textual – objeto da História – depende de um suporte físico (material) para existir. Os signos linguísticos, independentemente de sua natureza, de suas características e de sua diversidade de significados, só se tornam visíveis, só adquirem uma existência material, um registro no mundo físico, a partir de uma determinada representação gráfica em um determinado objeto, independente da matéria-prima desse suporte: rocha, cerâmica, papel, plástico, madeira, tecido, metal etc. Tal suporte material pode dizer muito sobre os propósitos e as funções da documentação escrita, denotando intenções e aspectos das relações humanas e da organização da sociedade que a produziu. Podemos exemplificar esse caráter complementar e interdependente entre escrita e suporte material através dos estudos de natureza epigráfica da História da Grécia. As inscrições funerárias, feitas em uma lápide, uma estela funerária especialmente encomendada e confeccionada para fins funerários possuem funções e significados totalmente distintos das inscrições jurídicas, como por exemplo, as *ostraka* na Atenas da Grécia Clássica do séc. V a.C. em que fragmentos cerâmicos provenientes de vasos quebrados são reaproveitados para votação do exílio de um cidadão (FORSDYKE, 2009).

Podemos mencionar ainda as inscrições administrativas, feitas em edifícios públicos, como os decretos e leis que regulavam e normatizavam o comportamento e as relações entre os cidadãos de uma determinada *pólis* grega, ou ainda, inscrições votivas encontradas em templos que apresentavam uma dedicatória a um deus, por exemplo, ou um agradecimento a uma graça. Tais exemplos demonstram de forma evidente que o viés arqueológico de abordagem, de análise do objeto a partir da matéria-prima, do processo de fabricação, da descrição e classificação de seus aspectos morfológicos e decorativos, de suas dimensões e, finalmente, do entendimento de seus usos e funções, associado à interpretação da própria documentação escrita nele contida, contribui de forma efetiva e variada nos estudos das sociedades do passado, sem mencionar estudos de sociedades cuja escrita permanece como um elemento de expressão cultural secundário ou até mesmo ausente.

Neste sentido, não poderíamos deixar de ressaltar as especificidades da cultura material enquanto objeto de estudo da Arqueologia. Há uma extensa bibliografia sobre as definições e conceitos dos artefatos enquanto documento arqueológico, vale dizer, enquanto fonte de informações sobre a sociedade que os produziu. Não nos cabe neste ensaio expor e discutir tais reflexões, contudo enfatizamos que a própria denominação *cultura* material visa ressaltar as características dos artefatos enquanto resultado do trabalho humano, da ação humana no mundo ao seu redor, na natureza e com os demais seres humanos (MATTHEW, 2004). Ou seja, os objetos são entendidos como produto e vetor das relações entre os homens, sejam elas relações de trabalho, sociais, culturais e comerciais, por exemplo. Dessa forma, os artefatos também são compreendidos como suporte de mensagens expressas através de uma linguagem com usos e funções específicas, sejam elas práticas, imediatas e funcionais, como por exemplo, um vaso confeccionado para beber, sejam elas simbólicas, um vaso confeccionado especificamente para ser depositado em uma sepultura, integrando o conjunto de rituais praticados durante as exéquias fúnebres. Os objetos carregam mensagens, assim como os textos, e portanto, são igualmente capazes de mediar, modificar e determinar as relações humanas, isto é, do homem com o homem e com a natureza e os objetos ao seu redor (MENESES, 1983; SCHIFFER, 1996). Da mesma forma que os historiadores com os textos, os arqueólogos se debruçam na decodificação dessas mensagens contidas na cultura material (RENFREW, BAHN, 1993; TRIGGER, 2004; NEUSTUPNÝ, 1993). As formas de abordagem, como dominar, entender e “decifrar” os códigos dessas linguagens para proporcionar as leituras de cada um de seus objetos de estudo, sempre foram e ainda continuam sendo preocupações centrais nas duas disciplinas em relação aos seus fundamentos teórico-metodológicos.

Um exemplo prático, concreto e cabal da relação entre textos e cultura material encontra-se na análise das “obras homéricas”, a *Ilíada* e a *Odisseia*, duas epopeias, uma que retrata a guerra entre gregos e troianos e a outra que narra as aventuras do herói grego Odisseu durante seu retorno da guerra para sua cidade, Ítaca. As duas obras totalizam cerca de 28.000 versos compostos por rima e métrica precisas,

denominadas versos hexâmetros, isto é, compostas de seis versos, sendo o quinto um verso *dátilo* (verso que encerra 4 tempos, uma sílaba longa e duas breves) e o sexto verso do tipo *espondeu* (verso com 4 tempos, mas duas sílabas longas).

Do final do século XIX até quase a metade do século XX, as escavações “arqueológicas”, como por exemplo aquelas conduzidas por H. Schliemann em Troia e Micenas, tinham como objetivo buscar os referentes históricos das obras, encontrar o registro material que comprovasse e ilustrasse os “fatos históricos” descritos nas “obras homéricas”, tidos como “verdades históricas”. As obras eram consideradas como uma fonte incontestável para o conhecimento de todo o período que antecedia os jogos olímpicos, isto é, antes de 776 a.C., marco que delimita tradicionalmente a Proto-História da História da Grécia Antiga por meio da ocorrência dos primeiros jogos olímpicos e, conseqüentemente, da confirmação da existência e legitimação da instituição da *pólis* grega.

Somente na década de 1950, M. Ventris (1958) e J. Chadwick (1956) decifram grande parte da escrita denominada Linear B, registrada nos tabletes de argila encontrados em Micenas e estabelecem as primeiras referências cronológicas absolutas da Idade do Bronze. A “sociedade homérica” com seus heróis e sua riqueza material passa a corresponder à riqueza dos vestígios da “civilização micênica”, balizada cronologicamente entre 1600 e 1200 a.C. aproximadamente. O intervalo entre 1200 e 700 a.C. é, dessa forma, identificado a um período obscuro denominado de “Idade das Trevas” ou “Idade Obscura” (a Idade Média da História da Grécia) e marcado por um retrocesso material, cultural e político, principalmente devido à ausência do registro escrito.

A partir da segunda metade do século XX, alguns pesquisadores se debruçam sobre o estudo “arqueológico” das obras homéricas e demonstram que seus referentes materiais pertencem não só à Idade do Bronze, mas também ao período subsequente, a “Idade Obscura”. As obras passam a ser entendidas como produtos da tradição oral e, no final do século VIII a.C., histórias e mitos cantados, dançados e encenados oralmente são reunidos por vários poetas e compilados em versos escritos. A própria figura de Homero enquanto ser histórico real é questionada². A performance oral das obras implica na compreensão das obras enquanto um amálgama também de aspectos sociais, políticos e econômicos de vários períodos da chamada Proto-história grega, tanto da Idade do Bronze, do Período Micênico, quanto da “Idade Obscura”³.

Ressaltamos ainda o caráter peculiar das obras enquanto documento histórico cujos registros textuais e compilações mais antigas remontam não ao século VIII a.C., mas à Idade Moderna. Os manuscritos mais antigos são datados do século XI a.C. e a primeira edição da *Ilíada* e da *Odisséia* enquanto livro impresso completo data do século XV, em 1488, editado em grego e publicado em Florença, Itália (NIKOLETSEAS, 2012).

² Para discussão detalhada sobre a denominada “Questão Homérica”, isto é, o questionamento de Homero enquanto figura histórica, sobre a autoria das obras e as datações das mesmas, vide Zanon (2008) e Souza (2005), incluindo debates historiográficos e referências sobre o tema.

³ Sobre a discussão das obras homéricas e a Arqueologia, vide Zanon (2008) e Souza (2005).

Nas décadas de 1960 e 1970, C. G. Starr (1961), A. M. Snodgrass (1971), J. N. Coldstream (1968), P. Courbin (1966), entre outros pesquisadores se concentram no estudo sistemático dos vestígios materiais provenientes de sepulturas datadas entre os séculos IX e VIII a.C. em diversos sítios arqueológicos da Grécia, analisando fundamentalmente o *mobiliário funerário* desses túmulos, vale dizer, o conjunto de objetos depositados com o morto na sepultura, principalmente, os artefatos em metal e os vasos cerâmicos. Podemos afirmar que o conhecimento atual que possuímos sobre os diferentes aspectos das sociedades da “Idade Obscura” se deve quase em sua totalidade à Arqueologia, e em particular, aos registros materiais provenientes dos contextos funerários.

As obras de P. Courbin e J. N. Coldstream permitiram o estabelecimento de referências cronológicas absolutas para os diferentes subperíodos da Idade do Ferro, fundamentados em tipologias morfológica e estilísticas das produções cerâmicas dos principais sítios desse Período, sobretudo a argiva e a ática respectivamente (Figura 1). É neste contexto que a Idade do Ferro passa a ser dividida em subperíodos nomeados de acordo com a classificação dos motivos decorativos e pictóricos geométricos dos vasos. Tais estudos são considerados até hoje como referências para o estabelecimento de cronologias e estilos específicos de outras produções cerâmicas do Período Geométrico.

Contudo, os demais elementos da cultura material proveniente dos contextos funerários, como a arquitetura da sepultura e o próprio defunto eram ignorados e até mesmo descartados, ou armazenados nas reservas técnicas dos museus sem qualquer atenção à sua potencialidade no estudo das práticas mortuárias.

Arqueologia Funerária ou também denominada de Arqueologia da Morte⁴, viés da Arqueologia que estuda os contextos funerários, exerce simultaneamente um fascínio e curiosidade, e suscita temas e questões vedadas, proibidas, verdadeiros tabus sociais. Ela também nos remete para o nível da História das Mentalidades e mesmo da História das Emoções no processo de produção do conhecimento das sociedades passadas, pois permite alcançar aspectos da espiritualidade de uma determinada sociedade, suas crenças religiosas, como por exemplo, a crença na vida após a morte, e, ainda, as relações, concepções e sentimentos dos seres humanos em relação à morte e às formas de lidar com tal fenômeno (LE GOFF, 1996).

Quando lidamos com a morte, não importa seus aspectos ou abordagens, a primeira coisa que nos vem à mente é o fato de que ela constitui uma verdade universal: todo ser vivo morre. Todavia, isto não significa dizer que a morte é vista e representada de uma forma homogênea pelas diferentes sociedades. Cada comunidade e agrupamento humano possui suas próprias formas de lidar com a morte na tentativa de confortar os vivos de sua inevitabilidade, da incerteza do porvir, da ausência do morto, atribuindo-lhe um novo papel e uma nova posição na sociedade. Tais formas podem ser observadas a partir do conjunto de crenças, regras, comportamentos e práticas rituais executados pelos vivos que configuram suas atitudes em relação à morte e ao morto caracterizando práticas rituais funerárias específicas. Raros são os exemplos de

⁴ Para maiores detalhes sobre o debate historiográfico com bibliografia sobre a Arqueologia Funerária, vide Souza (2011).

agrupamentos humanos e grupos sociais tanto no passado quanto atualmente em que seus mortos são abandonados e não dispõem de nenhum cuidado após a morte ou simplesmente os corpos são descartados. Tanto o descarte, o abandono do corpo do morto, quanto o canibalismo, por exemplo, são práticas de tratamento aos mortos consideradas como um tabu na sociedade cristã ocidental atual.

Enquanto fenômeno físico e biológico, o foco de análise encontra-se na *causa mortis* e tais tipos de estudo concentram-se em desvendar as circunstâncias através das quais as pessoas teriam morrido; como, de que forma, há quanto tempo, se teriam morrido instantaneamente ou não, de causas naturais ou não, se morreram jovens ou idosos etc. Resumindo, tais estudos tentam traçar aspectos da demografia, das condições de vida e de trabalho, patologias e expectativa de vida de uma sociedade, por exemplo. Enquanto fenômeno social e humano, a morte possui duas características culturais fundamentais que produzem dois tipos de registro. Um deles é visível, ou pelo menos, intencionalmente construído para durar por um longo período, formado por uma série de práticas rituais que produzem um conjunto de vestígios materiais remanescentes; por exemplo, os próprios túmulos, as oferendas depositadas com o morto e os monumentos funerários, como as lápides. Este conjunto de vestígios materiais produto da morte é denominado de *sêma* (σῆμα, τό) e literalmente significa marca, sinal ou túmulo, monumento e constitui o habitat do morto, o espaço físico ocupado pela pessoa após a morte e no mundo dos vivos (BALUT, 1986).

É interessante ressaltar neste ponto a importância da materialidade, do registro material no processo de conhecimento dos aspectos religiosos da sociedade. O habitat, a morada dos mortos denota uma resistência cultural face à morte e, simultaneamente, evidencia a perpetuação simbólica da existência social do indivíduo (do morto), seja por em escala individual, particular, pessoal (por meio da sepultura individual), seja em escala de um grupo familiar ou social (por meio dos jazigos, dos sepultamentos coletivos em um cemitério específico, um local delimitado física e geograficamente para abrigar os mortos ou os locais onde os indivíduos são enterrados coletivamente). Poderíamos ainda incluir nessa escala maior, familiar ou de um grupo, classificações e distinções geográficas por critérios de idade, gênero, religião etc. Enfim, o *sêma*, o contexto funerário enquanto registro material constitui um registro coletivo da memória de um indivíduo e conseqüentemente de um grupo social e contribui de forma efetiva para a formação de identidades (RADLEY, 1992). Trata-se de um espaço físico e um conjunto de objetos que exemplifica de forma característica o que Pierre Nora denomina de “lieux de mémoires” (NORA, 1984; LE GOFF, 1996).

Enquanto fenômeno social e cultural, a morte abrange cerimônias e rituais que nem sempre proporcionam resquícios materiais visíveis, como por exemplo, a lamentação em um velório, rezas, danças, cantos e banquetes. Tais práticas podem ser realizadas não só no momento específico da morte, mas repetidamente como resultado de ações privadas feitas pelos membros da família, do grupo social e pelos amigos do morto ou através de festividades e celebrações públicas com datas sócio-culturalmente definidas pela comunidade, como por exemplo, o dia 2 de novembro, dia de finados para a sociedade cristã. Essas

atividades, independentemente de sua natureza, pública ou privada, podem ser executadas repetidamente no habitat do morto e, dessa maneira, o *sêma* adquire a qualidade de *mnêma* (μνήμα, τό), sendo constituído por formas simbólicas de representação e por funções ideológicas que visam perpetuar a memória do morto e lhe atribuir novos papéis sociais (BALUT, 1986).

Há várias décadas, muitos desses aspectos das práticas mortuárias vem sendo amplamente abordados a partir de perspectivas arqueológicas variadas. O estudo da cultura material lida com os aspectos concretos da morte, enquanto fenômeno humano que produz vestígios passíveis de análise das práticas rituais exercidas por uma determinada sociedade, isto é, os contextos funerários. A bibliografia sobre a natureza e os significados da relação entre os contextos funerários e a organização da sociedade é extensa, controversa e diversificada. A grande maioria dos estudos concentra-se na análise do mobiliário funerário enquanto evidência para se alcançar o status social dos indivíduos e a estruturação sociopolítica da sociedade.

Podemos destacar duas correntes teórico-metodológicas de interpretação dos contextos funerários amplamente debatidas pela historiografia da Arqueologia da Morte. Nos pressupostos da Arqueologia Processual ou Nova Arqueologia, a organização social está diretamente refletida nas práticas e rituais mortuários. Os papéis, as relações sociopolíticas e o status social do indivíduo em vida, denominados de *social persona* por W. Goodenough (1965) e Arthur A. Saxe (1970) são observadas através das práticas funerárias como reprodução da estrutura e das relações sociais cotidianas.

As críticas a tais proposições são frequentemente reunidas em estudos sob a denominação de Arqueologia Pós-processual, ou ainda Arqueologia Contextual ou Interpretativa que entendem a morte como um conjunto de representações simbólicas das práticas sociais responsáveis pelo equilíbrio da sociedade, pois promovem simultaneamente, de um lado, a manutenção da ordem social e, de doutro, demonstram as tensões e as diferenças entre os grupos sociais divergentes. As práticas mortuárias são testemunhos da dinâmica e das mudanças sociais vivenciadas por uma comunidade. Elas são permeadas, dessa forma, por uma série de regras e sanções sociais gerais, e ainda, de comportamentos específicos de um grupo social. Nesse sentido, podemos afirmar que o sistema ritual é “politizado”, pois é formado por um conjunto de representações simbólicas aprovado socialmente, cuja principal função constitui a afirmação e manutenção dos laços sociais, seja pela isonomia das identidades, ou pela marca de suas diferenças, perpetuando ou alterando tradições e a própria estrutura da sociedade. Segundo os autores que seguem tal linha interpretativa, a estrutura social é, na realidade, idealizada e construída por aqueles membros da sociedade que participam das práticas mortuárias. Dessa forma, as práticas mortuárias não devem ser entendidas como um simples espelho das relações sociais da vida real.

Dois características do morto podem ser visualizadas através dos contextos funerários: 1) uma diz respeito às escolhas e às realizações pessoais do morto em vida; 2) a outra diz respeito aos papéis, posições e relações construídas pelo morto em vida e na morte (sua *persona pessoal*). A primeira característica é

exteriorizada pela presença de objetos pessoais nos túmulos, entretanto seus valores pessoais são difíceis de serem alcançados apenas pela análise arqueológica. A segunda conduz exatamente à problemática da relação entre os contextos funerários e a organização da sociedade.

De fato, os vestígios funerários nos dizem sobre as relações entre os homens e dos homens com o mundo material ao seu redor, mesmo se tais relações são caracterizadas por representações simbólicas, manipulação e distorção da organização social. É impossível negar ou negligenciar os aspectos e os significados simbólicos das práticas funerárias, todavia elas representam apenas em parte a estrutura social cotidiana de uma comunidade. As expressões e práticas rituais são produtos da escolha humana e compreendem criação de sentido. Elas servem como símbolos utilizados pelos vivos “consciente e inconscientemente para proclamar suas posições e aspirações sociais” (DICKINSON, 2006, p. 178). Elas podem ser entendidas como estratégias utilizadas intencionalmente para indicar, criar e reafirmar o status social ou a posição política de um indivíduo e/ou de um grupo. Assim, a *persona social* do morto não está diretamente e nem inteiramente reproduzida nos enterramentos.

Nas últimas três décadas, os estudos sobre as práticas mortuárias têm associado a análise do mobiliário funerário com os demais aspectos dos enterramentos, como por exemplo, tipo e orientação da sepultura e distribuição espacial, visando entender características da topografia funerária (BECK, 1995; PARKER-PEARSON, 1993, 1999). Além disso, a difusão do foco de análise dos contextos funerários também gerou contribuições fundamentais a partir de abordagens e perspectivas que procuram reconstituir a “história” do morto em vida. Recentemente, as contribuições das análises osteológicas do defunto fundamentado nas características morfológicas e anatômicas tem buscado ir além das análises de gênero, idade e etnia. Um grande número de estudos foca em informações sobre a expectativa e as condições de vida, como dieta e hábitos de saúde, investigando e traçando possíveis doenças hereditárias ou adquiridas e marcas osteológicas que indiquem condições patológicas e episódios de stress físico decorrente de atividades físicas e de trabalho.

A partir da década de 1990, podemos destacar ainda uma grande intensificação das contribuições da Bioarqueologia ao estudo dos contextos funerários com o objetivo de traçar a “história” do defunto após a morte. A antropologia de campo utiliza métodos meticulosos de identificação da distribuição espacial dos ossos na sepultura permitindo entender os processos pós-deposicionais que teriam interferido nas práticas funerárias originais, por exemplo, reconhecendo como os ossos teriam se movimentado com o processo de decomposição (DUDAY *et al.*, 1990). Está claro que, muitas vezes, a identificação de tais características é restrita e condicionada a diferentes fatores, principalmente àqueles de ordem ambiental, como por exemplo, o alto grau de decomposição de determinados matérias como madeira utilizada para caixões ou como marcadores de túmulos, por exemplo, ou ainda, a preservação de ossos infantis, em particular, recém-nascidos. Todavia, os elementos naturais e as condições ambientais não são os únicos responsáveis pela

desconsideração de tais características numa grande parte dos estudos das práticas mortuárias. Com frequência, escavadores e mesmo arqueólogos não possuem formação e conhecimento especializado para identificar fenômenos de ordem tafonômica. As técnicas e as abordagens da Bioarqueologia aplicadas aos enterramentos têm resultado na adoção de atitudes inovadoras que modificam e redefinem os métodos “tradicionais” da análise funerária e contribuem de forma essencial para uma compreensão mais aprofundada e integrada dos contextos funerários e das práticas rituais como um todo.

Abordaremos um exemplo de estudo dos contextos funerários que buscam a interdisciplinaridade como característica fundamental no processo de produção do conhecimento arqueológico. Trata-se de uma exposição bastante concisa dos resultados de uma pesquisa desenvolvida há anos sobre a análise do conjunto da cultura material proveniente das sepulturas datadas do Período Geométrico em Argos (Fig. 1), sítio localizado na região da Argólida, Peloponeso, Grécia (Figura 2)⁵.

Muitas vezes, os relatórios e crônicas de escavações das campanhas de salvamento mais antigas, datadas do final do século XIX e da primeira metade do XX, realizadas nas áreas habitadas, como a cidade atual de Argos, são bastante lacunares e não apresentam sequer qualquer informação sobre o tipo de sepultura e de enterramento e nem informações sobre o morto, mas trazem apenas a quantidade e o tipo de oferenda encontrada. Tal atitude tem mudado bastante nas últimas décadas a partir de um esforço conjunto entre pesquisadores de diversas especialidades, como antropólogos físicos, ceramólogos, restauradores, zooarqueólogos, bioarqueólogos, especialistas em metais, geólogos etc. e até mesmo em áreas consideradas distantes da Arqueologia e das ciências humanas como matemáticos, arquitetos, químicos e físicos na tentativa de reconstituir a totalidade dos contextos funerários e entender melhor o todo dos elementos que compõem as práticas mortuárias.

Um dos exemplos mais significativos das sepulturas geométricas argivas é um conjunto de 4 túmulos (T. 263, T. 265, T. 266, T. 278) escavados pela Escola francesa de Atenas (École française d’Athènes – Efa) sob a direção de Yvon Garlan nas campanhas de 1966 no Terreno Papaparaskevas (Sondagem 80), localizado na área sul da cidade⁶. Os túmulos são todos grandes cistas construídas e cobertas com placas pequenas e pedras de calcário e continham um total de 25 indivíduos⁷. A inumação mais antiga data do final do Geométrico Antigo

⁵ Tal pesquisa constitui a tese de doutoramento Souza, C. D. de publicada no suplemento da Revista do MAE-USP em 2011. Foram examinados e comparados aproximadamente 800 contextos funerários da região da Argólida datados da Idade do Ferro na Grécia continental. O estudo das sepulturas visou o entendimento das práticas mortuárias, suas modificações e especificidades, executadas nos principais sítios da região e durante as principais fases desse período. Para detalhes e debates historiográficos sobre os recortes cronológicos e as datas absolutas aproximadas de cada fase do Período Geométrico na Grécia continental como um todo e na região da Argólida, vide Souza (2011, p. 27-32).

⁶ A publicação sistemática dessas sepulturas (T. 263, T. 265, T. 266, T. 278) e demais túmulos datados do Geométrico escavados pela Escola francesa de Atenas depois da publicação de P. Courbin, *TGA I*, que corresponde às atividades da escola entre 1958 a 1973, está sendo preparada como resultado da pesquisa de quatro anos de pós-doutorado conduzida por C. Diogo de Souza e financiada pelo CNPq e pela FAPESP a ser entregue à Efa em 2016.

⁷ A cista é constituída por uma cova revestida com placas de pedra de calcário nas paredes e cobertura. Para maiores detalhes sobre a cista, seus tipos e utilizações durante os subperíodos do Geométrico vide Souza (2011).

e durante o Geométrico Médio e principalmente o Geométrico Recente, as cistas foram reutilizadas várias vezes. O número de objetos depositados com os mortos é impressionante, formado por mais de 200 vasos cerâmicos inteiros encontrados no interior das sepulturas e centenas de fragmentos revelados na camada estratigráfica superior da Sondagem, imediatamente associados às sepulturas e por um pouco mais de sessenta objetos em metal (entre eles, principalmente, alfinetes e anéis em ferro e bronze). Os vasos são ricamente decorados com o repertório geométrico argivo típico, como a dupla cavalo e condutor (Fig. 3) e a série de figuras femininas de mãos dadas segurando um ramo de trigo (Fig. 4), considerado como um elemento característico do “ideal heroico da aristocracia argiva” (PAPPI, 2006; PAPPI, TRIANTAPHYLLOU, 2011).

É importante ressaltar que a análise osteológica dos indivíduos enterrados nessas sepulturas indica a presença de homens e mulheres (inúmados juntos, em uma mesma cista) variando entre 40 e 50 anos de idade e com boas condições físicas e de saúde (PAPPI, TRIANTAPHYLLOU, 2011, p. 719). A análise dentária indica o mesmo tipo de dieta rica em carboidratos e proteínas, resultante de uma alimentação abundante em carne e açúcares. Também não há indícios de patologias graves, sejam genéticas, sejam causadas por esforços físicos (HAPIOT, 2015).

Dessa forma, não há evidências que indiquem diferenças no tratamento funerário dispensado aos homens e às mulheres. Ambos são inumados no mesmo tipo de sepultura, muitas vezes juntos, e com o mesmo tipo de mobiliário, o mesmo tipo de artefatos em metal e os mesmos tipos de vasos, tanto no que diz respeito aos aspectos morfológicos, quanto decorativos (o mesmo repertório geométrico argivo). Tais resultados corroboram a ideia de que a mulher de meia-idade deve ter tido um papel ativo na construção da identidade social argiva durante o Geométrico, pois ela participa do mesmo sistema simbólico de práticas funerárias usado para os homens (LANGDON, 2001, p. 591-592).

Faz-se necessário ressaltar ainda que essas cistas reutilizadas não foram originalmente construídas para abrigar inumações coletivas. Os enterramentos originais são datados do Geométrico Antigo, início do Período Geométrico e, durante o Geométrico Recente, as cistas foram visivelmente alargadas para abrigar os novos ocupantes (HÄGG, 1980). Isto demonstra claramente novas atitudes em relação a práticas mortuárias, provavelmente motivadas por mudanças políticas e sociais. A distribuição espacial dessas sepulturas reutilizadas configura uma topografia funerária bastante interessante e significativa neste contexto histórico. Em primeiro lugar, há uma continuidade evidente das áreas utilizadas para enterrar os mortos do final do Geométrico Antigo até o final do Geométrico Recente. Em segundo, constata-se um processo gradual de formação de agrupamentos de sepulturas configurados provavelmente por aspectos familiares, de parentesco e/ou de um determinado grupo social (HÄGG, 1980, 1983; PAPPI, TRIANTAPHYLLOU, 2011, p. 728; SOUZA, 2011, p. 145, 232). Elemento fundamental na configuração de um “fato histórico” de suma relevância e um marco na História da Grécia: o processo de formação da *pólis*.

As práticas funerárias exteriorizam e reforçam os laços familiares e de pertença a um grupo social como uma forma de legitimar e justificar seu status e poder e, conseqüentemente, se manter no topo do processo de formação da *pólis* argiva (SOUZA, 2011). A cultura material se torna, portanto, um meio de representação simbólica coletiva de poder e prestígio coletiva da camada aristocrática argiva. Este breve e particular exemplo de análise das sepulturas geométricas argivas indica a potencialidade do exame do registro arqueológico funerário enquanto fonte para o conhecimento das especificidades desse processo, pois é exatamente através dos contextos funerários que podemos perceber diferenças significativas entre as comunidades desse período que marcam as especificidades das transformações sociais e políticas engendradas por uma nova configuração social resultante da formação da cidade-estado.

Resumindo, a análise da cultura material neste caso em específico se torna um elemento fundamental na construção do conhecimento histórico, no entendimento desse “fato histórico” engendrado pela formação da *pólis*. Trata-se, na realidade, de uma proposta que visa a produção heurística do conhecimento do passado; isto é, uma pesquisa fundamentada na descoberta, na investigação dos documentos enquanto fontes de informações (que sejam textos e objetos) e que ressalta a importância da interdisciplinaridade, do diálogo e da relação dialética entre as disciplinas, uma vez que uma única ciência não traz o conhecimento absoluto, pleno e pretensamente verdadeiro dos aspectos de uma determinada sociedade. Retornamos, dessa maneira, a questão mais ampla levantada no início dessa apresentação sobre a relação entre História e Arqueologia. Independentemente das especificidades de seus objetos de estudo, ambas buscam o conhecimento de sociedades passadas, buscam entender o comportamento humano, suas formas de representações do mundo e suas mudanças. Contudo, é exatamente este aspecto dinâmico da produção de conhecimento nas ciências humanas que faz da pesquisa um domínio interessante, constante e perpetuamente revelador e original.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALUT, P.-Y. Signal de Mort. *RAMAGE*, v. 4, p. 315-349, 1986.
- BECK, L. A. *Regional Approaches to Mortuary Analysis*. New York: Plenum Press, 1995.
- BINFORD, L. R. Archaeology as Anthropology. *AmerAnt*, v. 28, n. 2, p. 217-25, 1962.
- BINFORD, L. R. Mortuary Practices: their study and their potential. In: BROWN, J. Approaches to the social dimension of mortuary practices. *American Antiquity*, n. 36, p. 6-29, 1971.
- BINFORD, L. R. *In Pursuit of the Past: Decoding the Archaeological Record*. New York: Thames and Hudson, 1983.
- CHADWICK, J. *The Decipherment of Linear B*. Cambridge: CUP, 1958.
- COLDSTREAM, J. N. *Greek Geometric pottery. A survey of ten local styles and their chronology*, London: Methuen & Co. Ltd., 1968.
- COLDSTREAM, J. N. *Geometric Greece*. London: Methuen & Co. Ltd., 1976.
- COLDSTREAM, J. N. The Formation of the Greek Polis: Aristotle and Archaeology. *Geisteswissenschaften Forschungen, Vorträge G272*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1984. p. 7-22.
- COURBIN, P. Une tombe géométrique d'Argos. *BCH*, v. 81, p. 322-386, 1957.
- COURBIN, P. *La céramique géométrique d'Argos*, Paris : De Boccard, 1966.
- COURBIN, P. *Les Tombes Géométriques d'Argos, I (1952-1958)*. Études Péloponnésiennes VII, Athènes. Paris : École française d'Athènes, 1974.
- DICKINSON, O. *The Aegean from Bronze Age to Iron Age. Continuity and change between the twelfth and eighth centuries BC*. London and New York : Routledge, 2006.
- DUDAY, H.; COURTAUD, P.; CRUBEZY, E.; SELLIER, P.; TILLIER, A.-M. L'Anthropologie 'de terrain': reconnaissance et interprétation des gestes funéraires. *Bulletins et Mémoires de la Société d'Anthropologie de Paris*, n. 3-4, p. 29-50, 1990.
- FOLEY, A. The Argolid 800-600 B.C. *SIMA*, Göteborg, v. LXXX, 1988.
- FOLEY, A. Ethnicity and the topography of burial practices in the Geometric period. In: PARIENTE, A.; TOUCHAIS, G. *Argos et l'Argolide. Topographie et Urbanisme. Actes de la Table Ronde Internationale 28/4 - 1/5/1990 - Athènes, Argos*. Athènes ; Nauplie ; Paris : Υπουργείο Πολιτισμού; Ecole française d' Athenes; De Boccard, 1998. p. 137-143.
- FORSDYKE, S. *Exile, Ostracism, and Democracy: The Politics of Expulsion in Ancient Greece*. Princeton: Princeton University Press, 2009.
- FUNARI, P. P. A. *Arqueologia*. São Paulo: Editora Ática, 1988.
- FUNARI, P. P. A. Os historiadores e a cultura material. In: PINSKY, C. B. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 81-110

- GOODENOUGH, W. H. Rethinking 'Status' and 'Role'. Toward a General Model of the Cultural Organization of Social Relationship. In: BANTON, M. (Ed.) *The Relevance of Models for Social Archaeology*. ASA. Monographs, London : Tavistock Publications, 1965. p. 1-24.
- HAPIOT, L. *Alimentation, hygiène et environnement sanitaire dans le monde égéen ancien*. 2015. Thèse (Doctorat) – Département d'Archéologie, Université Paris 1, Panthéon-Sorbonne, 2015.
- HÄGG, R. Die Gräber der Argolis in sumykenischer, protogeometrischer und geometrischer Zeit. *BOREAS*, Uppsala, v. 7, p. 1, 1974.
- HÄGG, R. Some Aspects of the Burial Customs of the Argolid in the Dark Age. *AAA*, n. 13, p. 119-26, 1980.
- HÄGG, R. Zur Stadtwerdung des dorischen Argos. In: PAPENFUSS, F.; STROCKA, V. *Palast und Hütte. Beiträge zum Bauen und Wohnen im Altertum von Archäologen, Vor- und Frühgeschichtlern*. Tagungsbeiträge eines Symposiums der Alexander von Humboldt-Stiftung Bonn – Bad Godesberg veranstaltet vom 25-30 November 1979 in Berlin. Berlin: Zaberndruck, Mainz am Rhein, 1982. p. 297-307.
- HÄGG, R. Burial Customs and Social Differentiation in 8th-Century Argos. HÄGG, R.; MARINATOS, N. *The Greek Renaissance of the Eight Century B. C.: Tradition and Innovation. Proceedings of the Second International Symposium at the Swedish Institute in Athens, 1-5 June, 1981*. Stockholm, 1983. p. 27-31.
- HÄGG, R. Sumbycenaean Cremation Burials in the Argolid?, *Aegaeum*, v. 1, p. 207-211, 1987.
- HÄGG, R. Argos and Its Neighbors: Regional Variations in the Burial Practices in the Protogeometric and Geometric Periods. In : PARIENTE, A.; TOUCHAIS, G. *Argos et l'Argolide. Topographie et Urbanisme. Actes de la Table Ronde Internationale 28/4 – 1/5/1990 – Athènes, Argos*. Athènes ; Nauplie ; Paris: Υπουργείο Πολιτισμού; Ecole française d' Athenes; De Boccard, 1998. p. 131-135.
- LANGDON, S. Beyond the Grave: Biographies from Early Greece, *AJA*, v. 105, p. 579-606, 2001.
- LANGDON, S. *Art and Identity in Dark Age Greece, 1100-700 B.C.E*. Cambridge: CUP, 2008.
- LE GOFF, J. *História e Memória*. 4 ed. Campinas: Unicamp, 1996.
- MATTHEW, S. G. Conclusion: wither to, ethnicity? *ARC*, v. 19, n. 2, p. 118-23, 2004.
- MENESES, U. T. B. Cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revista de História*, São Paulo, n. 115, p. 103-117, jul.-dez. 1983.
- NEUSTUPNÝ, E. *Archaeological Method*. Cambridge: CUP, 1993.
- NIKOLETSEAS, M. M. *The Iliad - Twenty Centuries of Translation: a critical review*. USA, 2012.
- NORA, P. *Les Lieux de Mémoire*. Paris: Galimard, 1984.
- PAPPI, E. Argive Geometric figured style: The rule and the exception. In RYSTEDT, E.; WELLS, B. (Eds.). *Pictorial pursuits. Figurative painting on Mycenaean and Geometric pottery. Papers from two seminars at the Swedish Institute at Athens in 1999 and 2001*. Stockholm, 2006. p. 229-237.
- PAPPI, E.; TRIANTAPHILLOU, S. Mortuary Practices and the Human Remains: a preliminary study of the geometric graves in Argos, Argolid. In: MAZARAKIS, A. A. (Ed.). *The "Dark Ages" Revisited. Acts of an*

- International Conference in Memory of William D. E. Coulson, Volos 14-17 June, 2007*. University of Thessaly Press: Volos, 2011. Volume II, p. 673-688.
- PARKER-PEARSON, M. *The Powerful Death: Archaeological Relationships between the Living and the Death*. *CAJ*, v. 3, p. 203-29, 1993.
- PARKER-PEARSON, M. *The Archaeology of Death and Burial*. Stroud: Allan Stun, 1999.
- RADLEY, A. Artefactos, memória e sentido del passado. In: MIDDLETON, D.; EDWARD, D. (Orgs.) *Memória compartida: la naturaleza social del recuerdo y del olvido*. Buenos Aires: Paidós, 1992. p. 63-76.
- RENFREW, C.; BAHN, P. *Arqueología. Teorías, métodos y práctica*. Madrid: Ed. Akal, 1993.
- SAXE, A. *Social Dimensions of Mortuary Practices*. Michigan University: Ann Arbor Microfilm, 1970.
- SCHIFFER, M. B. *Formation Processes of the Archaeological Record*. Salt Lake City: University of Utah Press, 1996.
- SNODGRASS, A. M. *The Dark Age of Greece. An Archaeological Survey of the Eleventh to the Eighth Centuries BC*. New York: Routledge, 1971.
- SNODGRASS, A. M. *Archaeology and the Rise of the Greek State*. Cambridge: CUP, 1977.
- SNODGRASS, A. M. Towards the Interpretation of the Geometric Figure-Scenes. *AM*, v. 95, p. 51-58, 1980.
- SNODGRASS, A. M. *An Archaeology of Greece: the present state and future scope of a discipline*. Berkeley: University of California Press, 1987.
- SNODGRASS, A. M. The Rise of the Polis. In: HANSEN, M. H. (Ed.) *The Ancient Greek City-State. Symposium on the Occasion of the 250th Anniversary of the Royal Danish Academy of Sciences and Letters. July, 1-4, 1992*. *Historisk-filosofiske Meddelelser* 67. Copenhagen, 1993. p. 30-40.
- SNODGRASS, A. M. *Homer and the Artists. Text and Picture in Early Greek Art*. Cambridge: CUP, 1998.
- SNODGRASS, A. M. Centers of pottery production in Archaic Greece. In : VILLANUEVA-PUIG, M.-Chr.; LISSARRAGUE, FR.; ROUILLARD, P.; ROUVERET, A. (Ed.). *Céramique et Peinture Grecques : modes d'emploi*. Actes du colloque international, Ecole du Louvre, 26-27-28 avril 1995. Paris: La Documentation Française, 1999. p. 25-33.
- SNODGRASS, A. M. *Archaeology and the Emergence of Greece: collected papers on Early Greece and related topics (1965-2002)*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2006.
- SOUZA, C. D. As práticas mortuárias na região da Argólida entre os séculos XI e VIII a. C. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, Suplemento 13, 2011.
- SOUZA, C. D. *Estruturas e Artefatos: O culto heroico em sítios gregos da Idade do Ferro (séc. XI ao VIII a.C.)*. 2005. Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- STARR, C. G. *The Origins of Greek Civilization. 1100-650 BC*. New York, 1961.

TRIGGER, B. G. *História do pensamento arqueológico*. Tradução de Ordep Trindade Serra. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

VENTRIS, M.; CHADWICK, J. *Documents in Mycenaean Greek*. Cambridge: CUP, 1956.

ZANON, C. A. *A Ilíada, Homero e a Arqueologia*. 2008. Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ANEXOS

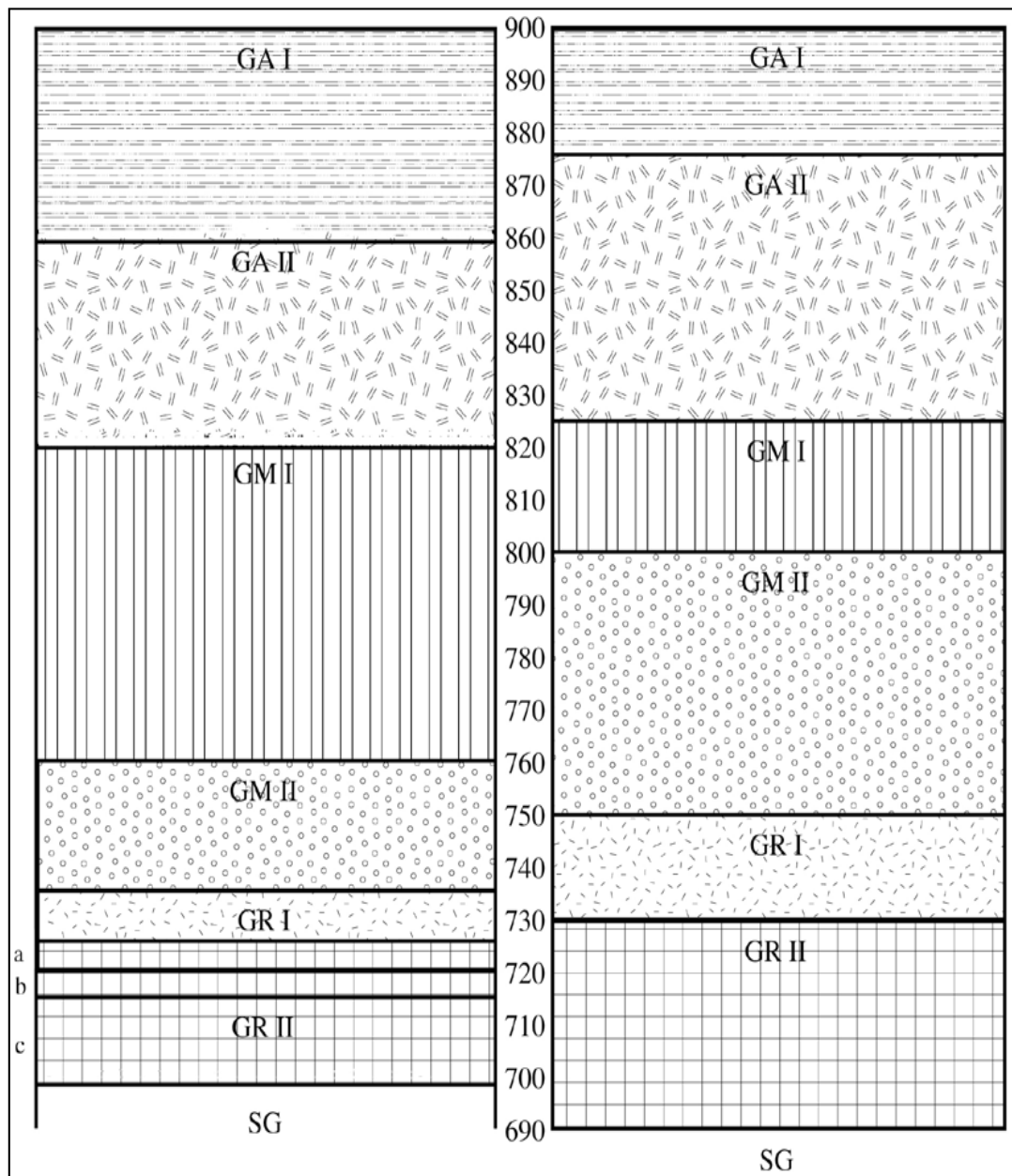


Figura 1: Tabelas cronológicas comparativas entre os sistemas de datações absolutas propostos por P. Courbin e J. N. Coldstream para o Período Geométrico na Argólida. Fonte: Souza, 2011, Fig. 2, p. 25.



Figura 2: Mapa da planície da Argólida com a localização dos principais sítios. Fonte: Souza, 2011, Mapa 2, p. 235.



Figura 3: Detalhe da composição iconográfica formada pela dupla de cavalos com a figura do condutor ao centro, típica do repertório do Geométrico argivo. Fonte: Souza, arquivo pessoal. Cratera C. 26608, proveniente do T. 317. Museu de Argos, Argos, Grécia.



Figura 4: Detalhe da composição iconográfica formada pela série de figuras femininas de mãos dadas segurando um ramo de trigo, típica do repertório do Geométrico argivo (SOUZA, arquivo pessoal). Cratera C. 229, proveniente do T. 45. Museu de Argos, Argos, Grécia.

Recebido em:22/08/2015
Aprovado em:19/09/2015
Publicado em:27/10/2015

**INTERDISCIPLINARITY IN ARCHAEOLOGY AND HISTORICAL LINGUISTICS: THE CASE
OF ALPHA**
INTERDISCIPLINARIDADE EM ARQUEOLOGIA E LINGUÍSTICA HISTÓRICA: O CASO DO
ALPHA

Maria Mertzani

Vol. XII | n°24 | 2015 | ISSN 2316 8412



Interdisciplinarity in Archaeology and Historical Linguistics: the case of ALPHA

Maria Mertzani¹

Abstract: Through a comparative analysis of archaic Greek alphabets with the Minoan hieroglyphs, the Linear A and B signs, the Cypro-Minoan and Classical Cypriot syllabaries, as well as other ancient scripts in Mediterranean and Mesopotamia areas (e.g., Egyptian hieroglyphs), the paper examines (a) the graphical shaping of the letter alpha, and (b) its suggested phonetic value throughout the years. In doing so, an interdisciplinary approach is applied, combining research from the areas of historical linguistics, epigraphy archaeology, and phonosemantics-linguistics. This is an ongoing research and its existing data so far combat the wide spread belief that the archaic Greek alphabet is originated by the Phoenician alphabet, demonstrating evidence of language similarities (in terms of (a), and (b)), even in early Neolithic Greece and the Balkans. The paper proposes the adoption of an interdisciplinary methodology in examining and revisiting research in epigraphy and historical linguistics.

Keywords: Greek Alphabet, History of Alphabet, Letter Alpha, Phonosemantics of Alpha, Interdisciplinary Methodology.

Resumo: Através de uma análise comparativa dos alfabetos gregos arcaicos com os hieróglifos minoicos, os sinais da escritas Linear A e B, Cypro-minóica e cipriotas clássicos, bem como outras antigas escritas no Mediterrâneo e na Mesopotâmia (por exemplo, hieróglifos egípcios), o artigo examina (a) a formação gráfica da letra alfa, e (b) seu valor fonético ao longo dos anos. Uma abordagem interdisciplinar é seguida, combinando a investigação das áreas de linguística histórica, arqueologia, epigrafia e fonosemântica-linguística. Esta é uma pesquisa em andamento e seus dados já existentes combatem até agora a ampla crença de propagação que o alfabeto grego arcaico é originado pelo alfabeto fenício, demonstrando a evidência de semelhanças de linguagem (em termos de (a) e (b)), mesmo no início do Neolítico Grécia e nos Balcãs. Este artigo propõe a adoção de uma metodologia interdisciplinar na análise, a fim de examinar e rever a investigação em epigrafia e linguística histórica.

Palavras-chave: alfabeto grego, história do alfabeto, letra alfa, fonosemântica de alfa, metodologia Interdisciplinar.

INTRODUCTION

The theory that dominates international scholarship (e.g. CLODD, 1900; DEFRANCIS, 1989; HORROCKS, 2010; JEFFERY, 1990; MANDEL, 1982; PORUCIUC, 2009) with regards to the origin of the alphabet is the one that considers Phoenicians the transmitters of the letters to the Greeks, who in turn, invented the vowels, and the following three consonants: Φ, Χ, Ψ, thus, transferring the alphabet in the form and order we know it today. In particular, it is broadly supported that:

¹ Maria Mertzani, PhD, is a Research Associate at the Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas - RS, Brasil; and Director of GreekForYou Ltd, UK. Her current research project is funded by CAPES, Brasil (Programa Nacional de Pós-Doutorado-PNPD/Capes).

(a) The name ‘alphabet’ is derived from the names of the two letters: alpha and beta, which stand at the beginning of the Greek alphabet, and which are identical with the names ‘aleph’ and ‘beth’ born by the corresponding Hebrew characters.

(b) The names ‘aleph’ and ‘beta’ were meaningless in Greek, but significantly meaningful in Hebrew; aleph means an ‘ox’ and beth a ‘house’.

(c) Due to these meanings (that exist in Hebrew), the names of the Greek letters testify to a Semitic origin. The arrangement of the characters evidenced that they were handed over in the form of a complete alphabet by the Semites to the Greeks.

Morpungo Davies (1986, p. 57) position summarizes and explains the above theses²:

[...] it [*the Semitic alphabet*] is the ancestor of our own alphabet. Letter shapes, letter values, letter ordering, and letter names are derived from forms of writing used for Semitic languages (probably Phoenician). We are back again to an Indo-European language which borrows a script used for Semitic. The traditional view is that the Greeks borrowed an alphabet where each sign represented a consonant but the vowels were ignored: their great contribution consisted in adapting some of the old signs or devising new signs for the vowels; a less traditional view is that we ought to understand the so-called Semitic alphabets as syllabaries where each sign indicated a consonant followed by a potential vowel and we ought to attribute to the Greeks the discovery of the alphabetic principle according to which different signs are used in correspondence to different segments, be they vowels or consonants.

Moreover, in support of (a) to (d) theses, usually the Greek alphabet is compared with the letters and/or symbols found north and/or south of Egypt and the Levant (e.g. early Egyptian or proto-Sinaitic script; early Phoenician or proto-Canaanite; Byblos syllabary), which date in the second millennium BCE. Through such comparisons some scholars claimed that: the Greeks changed the alphabet without being aware of the fact that the phonetic symbols of the Phoenicians consisted exclusively of signs for independent consonants (DEFRANCIS, 1989, p. 177; MANDEL, 1982, p. 32). Consequently, Greeks adopted the names of the letters; constructed the vowels through a number of Phoenician consonantal signs; and added a number of non-Phoenician signs, of obscure origins (MANDEL, 1982; PORUCIUC, 2009). This transformation took place during

² Some scholars have criticized such theses. For example, Bernal (1987) argued that in the 1920s, the ‘Aryan model’ was raised as an extreme one, the Phoenicians were very like the Jews (Semites) and the alphabet was seen as the remnant of Semitic cultural influence on Greece. Additionally, Eco (1995) pointed out that language (its sounds and letters) was seen not as a representation of pre-existing things, but the very form by which the elements of the universe are molded. Thus, “the language of creation was perfect not because it merely happened to reflect the structure of the universe in some exemplary fashion; it created the universe. Consequently it stands to the universe as the cast stands to the object cast from it” (ECO, 1995, p. 31-32). Therefore, Hebrew remained the sacred mother (since the names were given by Adam), and in this sense, was considered the proto-language. Also, for a more recent criticism, see Haarmann (2009).

the latter part of the 9th c. BCE when examples of the novel alphabet appear on the 8th c. BCE pottery. Others like Jeffery (1991) supported the transmission of the symbols from Greeks living in Phoenicia (rather than from Phoenicians visiting Greece), hypothesizing that linguistically unsophisticated Greek traders heard alien sounds and saw their equivalent odd-looking scribings, which equally unsophisticated Phoenicians demonstrated them.

However, due to the archaeological discoveries in Egypt and Levant that pushed back the invention and/or use of the alphabet around 2000 BCE, urged some scholars to observe - on purely epigraphic grounds - how little the alphabet changed during the entire first millennium BCE. This latter claim is supported by the fact that there is a remarkable unity of alphabet (from the 13th to the 8th c. BCE) in widely separated countries (e.g. BERNAL, 1987; JENSEN, 1970; ULLMAN, 1934).

Other research focused on comparing the letters of the alphabet with symbols from Egypt and Mesopotamia and thus, favoring the idea of Mesopotamia as the cradle of civilization. Hence, it was also widely believed that many European languages were derived from the Phoenician alphabet through their Sumerian parent. This notion of *ex oriente lux* dominated and produced well-known, wide-spread, misconceived truisms: (i) that the Sumerian civilization is the oldest known in the world (an assumption which does not hold true), thus serving as a prototypical model for research on ancient cultures; and (ii) since Sumerian civilization is canonical, “research looks for a Mesopotamian fabric of high culture, wherever an ancient civilization might have emerged” (HAARMANN, 2009, p. 9).

However, archaeological discoveries in Egypt from the pre-dynastic period, and artefacts with symbols in the Neolithic cultures of South-Eastern Europe, are older than the oldest texts from Uruk, thus calling for a revision of such established conceptions (HAARMANN, 2009; MERLINI, 2011). The present paper takes the following stance, in view of the growing evidence, mainly short inscriptions found in Old Europe (GIMBUTAS, 1982) such as the Vinča–Turdaş tablets ca. 5300– 5000 BCE, that writing emerged independently in Europe. These inscriptions bear not only pictograms but also letters (MERLINI, 2011, p. 274-275) that are detectable in Greek hieroglyphic and linear scripts and archaic alphabets.

It is the aim of this paper to present such a comparison through an interdisciplinary approach (THOMPSON KLEIN, 1990), discussing the case of the letter Alpha and its phonetic value, involving current assessments³ of epigraphic and archaeological outcomes, in conjunction with recent findings in the fields of historical linguistics and phonosemantics.

³ Historical linguistics was always based on the results of epigraphy and archaeology. In this case, when two (or more) different sciences are forced into partnership, “each discipline should in the first place operate independently with its own techniques on its own material. For the linguist this is all the more imperative in the present instance ... He will naturally choose the version more easily reconcilable with his own analyses and conclusions, for a satisfactory answer must match the linguistic and the archaeological evidence” (PALMER, 1980, p. 16). For the purposes of this study, each discipline was approached independently, following its established scholarship. In these, techniques and material of phonosemantics were also added.

A CASE STUDY FOR LETTER ALPHA

Archaeological and palaeographical research after Ventris' decipherment of Linear B script, highlighted a new era in exploring the origin of the alphabet. Therefore, archaeology now proves that during the 2nd millennium BCE, Greeks were using four scripts, for some period even in a parallel fashion: the Minoan hieroglyphic script, Linear A, Linear B, and Cypro-Minoan scripts. In addition, considering the new evidence in Egypt, Anatolia and Mesopotamia, it is shown that alphabetic and syllabic scripts were used concurrently (MORPURGO DAVIES, 1986, p. 62). Some research also indicates the existence of some continuity of old symbolism, since certain symbols are used across the scripts, even when they are compared to the inscriptions from Greece and the Danube basin (without though implying continuity of the scripts too) (PORUCIUC, 2009, p. 39).

Some symbols share geometrical roots inherited by even the rich Mesolithic and Upper Palaeolithic (20000 - 5000 BCE) inventories, thus having the same form (MERLINI, 2005, p. 241). For instance, three types of signs are met: (a) abstract, simple linear signs (e.g. V, M, X, and the cross); (b) signs based on strokes or dots; and (c) naturalistic motifs such as sun, boat, animal heads, ring, star, tree roots, ladder etc. It is the aim of this paper to show the inter-relationship of such symbols, in the aforementioned Greek scripts (and in conjunction with the scripts in Egypt, Anatolia and Mesopotamia), so as to discuss their connection to the letter Alpha. Such similarities are researched in close relation to the cultural context in which they appear, as they might not have the same signification in all encountered cases (ANDREESCU, 2009, p. 79). Part of the present hypothesis is also the assumption that the values of the symbols (see the following sections) were conservative. Once they were established, there was not any radical innovation undertaken, even in the case of the alphabet, thus contradicting the established notion of viewing the alphabet as an overall script innovation.

THE ALPHA IN NEOLITHIC GREECE

Short inscriptions are found in Greece, dating from the Neolithic period. For example, in the Cave of Cyclope on Youra island (Northern Sporades, Greece), an inscribed small-sized ceramic shard (5000–4500 BCE), bears symbols that are aligned in a row and resemble⁴ the classical Greek letters Alpha, Epsilon and Delta.

⁴ Sampson (2008) argues for a proto-script detected on ceramic, stone or wood, in Macedonia, Greece, which is also connected with other inscriptions found in the Balkan area (e.g. in Serbia, Bulgaria and Romania) and in other Neolithic settlements in Greece (e.g. in Yali of Nisyros and Tharrunia of Evia). Their early symbols can be connected with those of Linear A and B, and with the letters (and their variations) of the classical alphabet. Extended information about the inscription (e.g. its chronology and content) is provided in SAMPSON, Adamantios. *The Cyclops Cave on the island of Youra, Greece. Mesolithic and Neolithic networks in the Northern Aegean Basin*. Vol I, Philadelphia: INSTAP Monograph

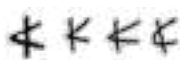
Hence, this fragment proves that (i) the outlines of the letters of the classical Greek alphabet are older than it was believed; and (ii) some symbols remained in use or were remembered down the millennia (MERLINI, 2005, p. 246), thus challenging the traditional theory wanting the origin of the Greek alphabet to be derived from the Phoenician script. In addition, the inscription found at Ftelia is composed of “many symbols/letters made up of geometric abstract signs rather than naturalistic motifs, with uniform dimensions organized in a linear alignment” (MERLINI, 2005, p. 247); the inscription found at Yannitsa (5250–5000 BCE) is made up of geometric abstract⁵ signs rather than naturalistic motifs, linear, expressing X, V or inverted V forms. Interestingly, the signs are conventional, following a standardized model, since some occur more than once.

The Dispilio-Kastoria inscription (ca. 5260 BCE) (HOURMOUZIADIS, 2002), published with another inscribed artefact from the same area, comprises another indication of such an early script. In the “Neolithic Treasure” (confiscated by the Hellenic Police in 1997), possibly from Macedonia and Thessaly in northern Greece, there were 53 gold objects dated to the Final Neolithic period (ca. 4500-3200 BCE). Additionally, from Sesklo, among many clay stamps, there is one which bears incisions of early symbols. Some of these (e.g. no. 12, 16 and 53) have marks “which some would possibly consider to be signs of a script”, which resemble signs from Linear A (OWENS, 2009, p. 195).

In the following comparisons, this study partly accepts Owens’ suggestion (2009, p. 197): that there was a proto-Minoan language, spoken by the first Neolithic inhabitants of Crete (perhaps Pelasgians?), in the Neolithic Aegean (Crete, Hellas, Thrace, and Anatolia). Comparisons among European Neolithic and Minoan scripts also demonstrate similarities; that is, half of the signs are similar to Linear A scripts.

THE ALPHA ACROSS SCRIPTS

For many years the Greek letter Alpha is believed to originate from the Phoenician symbol:



. Its sound was described as a ‘coughed ah’, a glottal stop, thus, a consonantal one (DEFRANCIS, 1989, p. 178). Its putative adoption by the Greeks was seen as their need to represent the vowel /a/, and thus, as mechanically using it. For others, following Taylor’s (1883) theory on the Hebrew origin of the alphabet, the ‘alpha’ originates in the Hebrew word ‘aleph’, which means ‘ox’. This ox symbol is also met in the proto-Sinaitic scripts in Egypt, as well as in Egyptian hieroglyphs.


The present study agrees with the claim that the symbol of the ox/cow/bull head is connected to the letter Alpha, demonstrating that: (i) the symbol is met in Neolithic Greece and later Minoan scripts; (ii) both

Series, 2008. Also in SAMPSON, Adamantios, *The Cave of the Cyclops*, vol. II. Philadelphia: INSTAP Monograph Series, 2011.

⁵ The term “abstract” defines linear symbols rather than pictographic ones (e.g. symbols depicting usually plants and/or animal heads).

the letter Alpha and the bucranium symbol were associated to a divine deity, whose names exist in the earliest Greek alphabetic scripts; (iii) the phonetic value of Alpha involved symbolic variations across the scripts, including mainly quadrilateral and triangular signs; and that (iv) these shapes were connected to the deity depicted in various archaeological artefacts. Such a comparison combats the aforementioned belief regarding the origin of the letter Alpha. The (iii) and (iv) points are supported by current research in historical linguistics and phonosemantics.

THE BUCRANIUM SYMBOL ACROSS SCRIPTS






Table 1 displays the semantic relationship between the bucranium sign, and early syllabary and alphabetic scripts. In the symbol  (and its varied versions) many scholars recognize the likeness of the ox/cow/bull head, mainly an A in a reverse position (horns down).

The above comparison, in others (e.g. DIRINGER, 1948, p. 46), involves the bucranium symbol with the proto-Sumerian pictographic script and later cuneiform scripts (Table 2).

A first comparison of the bucranium symbol with cuneiform signs was demonstrated in Taylor (1883, p. 41), who argued that the Assyrian cuneiform symbol *alpu* (=ox) is also seen in the cuneiform script during the Kassite period (1500-1100 BCE), and that from *alpu* the Hebrew word 'aleph' was derived. However, (i) the cuneiform signs postdate the Linear A and B scripts; and (ii) the bucranium sign is found in both linear scripts (as well as in Neolithic period). Thus, the bucranium symbol is not Hebrew (and hence, Semitic) since it is found in other earlier scripts. Additionally, the claim that the word 'alpha' derives from the Hebrew 'aleph' is no longer valid. Moreover, this study, examines the semantic relationship of *alpu* with Linear A and B scripts. Table 2 is expanded, considering the sign development information by Haarmann (2009, p. 19).

THE BUCRANIUM SYMBOL IN EARLY GREEK SCRIPTS



Following the Neolithic period, the bucranium symbol is met in Minoan hieroglyphs (2200-1700 BCE) and later, in Linear A and B scripts (Table 3).




The following animal-like heads also appear on Phaistos disk, in Crete, with their suggested phonetic values when compared to Luwian: no.29 , its Luwian hieroglyph counterpart no.97 ,  (= /u/, based on the acrophonic principle and internal evidence), and no.30  with its Luwian hieroglyph counterpart no.110  (= /ma/, based on its identical value). It appears that the bucranium sign (in most cases) is related

to plosives (voiced and voiceless) and the nasal /m/, combined with two main vowels: /a/ and /u/. The specific sign was used for at least two millennia (from 3100 to 1100 BCE) across the Aegean, Anatolian, and Mesopotamian areas, in a similar way, so as to depict specific values of plosives, without though distinguishing voiced and voiceless stops, such as /b/ and /p/, /g/ and /k/ etc. This study hypothesizes that, due to the continuity of its symbolism, a similar, generic, value is being transferred and inherited to modern alphabetic scripts. Such relationship is traced in the old scripts, for each letter, (in this case study for the letter alpha), supported by data from archaeology, historical/comparative linguistics, and phonosemantics.



THE BUCRANIUM SYMBOL AND THE NUMBER FOUR

It appears that the bucranium sign was related to number four. As Table 3 displays, the Luwian word for the number four was ‘mauwa’ or ‘miw-’, depicted with four strokes on the cow’s head, which meant /mu/ (MORPURGO DAVIES, 1986, p. 62). Additionally, in cuneiform scripts, quadrilateral signs are seen as the continuity of the bucranium (see Table 2), thus, carrying the numerical value of four, and expressing plosives.

Interestingly, the square symbol existed in Cypro-Minoan syllabary (no.75 ), and in classical Cypriot syllabary  having the nasal value /mu/ (Best and Woodhuizen, 1988: 100-101). Also, in Luwian hieroglyph,

plosives /ku-hu/ were attributed in similar square symbols:    (in the name of the deity Kubaba)

(DEROY, 1954, p. 37). Moreover, the square symbol in pictographic proto-Sumerian script holds the following

meanings, which in their majority, most probably, symbolize a goddess: no. 27  the bosom; no.28  the


womb; no. 29  (the plural of no. 28) the descendants/offspring; no. 46  the ‘dress’; and no. 47 



the woman (DIRINGER, 1948, p. 44). Furthermore, the square symbol is met in Egyptian hieroglyphics, and in Sinai/proto-Canaanite scripts in Egypt and the Levant. Table 4 demonstrates its forms and values.

In most cases it was used to indicate the values /a/ and/or /wa/, thus combined with plosives. The continuity of such quadrilateral symbolism is later seen (from the 9th century BCE and onwards) in pure alphabetic scripts across Greece and Anatolia (Table 5). In these, (i) the vowels /a/ and /o/ (even the longer /o/ - the omega), and (ii) the plosives (voiced and voiceless) were interchangeably symbolized by square-like and/or circular letters. This outcome agrees with Bayley’s (1919) position that the letters A and O were used interchangeably, as well as with Tovar’s (1951) claim that the Iberian scripts, although they did not differentiate voiced and voiceless plosives, they perfectly accommodated both functions according to their position in the syllables. Lastly, square symbols are found throughout the Danube basin and Aegean area during the Neolithic period (MERLINI, 2005, p. 244). However, square graphic forms were not the only ones that depicted the sound /a/.


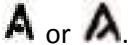
FROM SQUARES TO STAR COGNATES

Concerning the signs no.8 and no.54 of Linear A and B, Best and Woodhuizen, (1988) and Palaima (2011) demonstrated its cognates in Cypro-Minoan and classical Cypriot syllabary (Table 6), thus indicating its relation to the vowel /a/ and subsequent consonantal values referring to (i) plosives (voiced and voiceless); (ii) the nasal /m/; and (iii) fricatives /s/ and /z/. Hence, from a square-like shape, they demonstrated their relationship to star-like forms, which carried similar sound values.

Many forms, similar to the above signs, appear in Neolithic scripts (MERLINI, 2011, p. 305-306), thus indicating another possible symbolic continuity throughout the Neolithic and Bronze Age years, in the specific areas. As Table 6 illustrates, the Linear A and B signs retained their /a/ values in forms that in both classical Cypriot syllabary and archaic Greek approximated a star-like form. This finding corroborates with the star symbol in proto-Sumerian pictographic (no. 192), which had the value ATU (thus carrying a plosive value as well), meant the 'god/goddess', and was considered a solar and/or a vegetation sacred symbol (MERLINI, 2011, p. 294) (Table 7). The star sign is also found in Egypt and Minoan hieroglyphs, as well as inside the Luwian square hieroglyph . Furthermore, for some scholars, the star sign (and its cognates) (Table 8) is seen as the development and/or deployment of the bucranium sign. Usually, no.8 and 54 linear signs, the cross and the Y sign are regarded as the cow's / bull's head (DEROY, 1954; GIMBUTAS, 1982).

In particular, Gimbutas (1982, p. 89) associated the cross symbol (and its complex derivations) with "the moon, the vegetal life-cycle, the rotation of seasons, the birth and growth essential to the perpetuation of life." The cross, with its arms directed to the four cardinal directions, in Neolithic decorations comprised the symbol of birth and growth of plant, animal, human life; it was the symbol of luck, assuring the continuance of the cosmic cycle, and was associated with the Great Goddess of Life and Death, and the Goddess of vegetation, "moon goddesses par excellence". The Great Goddess emerges from the dead bull (GIMBUTAS, 1982, p. 91). Furthermore, the fact that the cross was present on female statues, on breasts or immediately below them, or on arms supporting breasts (in most cases with chevrons, and triple vertical lines), suggests an identification of rain with milk, a widespread belief "which induced people to see women's breasts or cow udders in the clouds" (GIMBUTAS, 1982, p. 116). Considering these symbolism interpretations, the Linear A and B symbols of Tables 6 and 8 are met in the cross and the so-called triple-lines symbol, which this study suggests to connect with the Linear A and B sign no.54. This symbolism also corroborates with Best (1988, p. 6) whose comparisons demonstrate the ox/cow/bull head present in the cognate signs of no. 54, such as no.131 (=Vinum) in Linear A and B. Therefore, the symbols ,  and the bucranium sign appear to relate semantically to each other.

FROM THE OX/COW/BULL HEAD TO MODERN ALPHA A

Apart from the square and star forms, the bucranium symbol is also connected to triangle forms (Table 10). For example, in Best's comparisons (Table 9), the Y, cross, and bucranium signs are replaced by triangle forms, attaining many variations in Neolithic artefacts, many of which are met in Proto-Sumerian, Egyptian, Minoan hieroglyphs and, in archaic Greek alphabet. This continuous symbolism is another evidence of the symbols' pre-existence, prior to early Egypt and/or Phoenician scripts, and perhaps its relation to the sounds under comparison. As table 10 displays, the triangular symbols refer to the value /a/ combined with plosives and the nasal /m/; and to the values /e/ (and/or /ae/), and /i/ combined with plosives and the nasal /m/ as well. Hence, these values corroborate with the previous ones for square and star-like symbols. Across the scripts, the triangular symbols indicate again a feminine anthropomorphic statuette, inclosing, in most cases, the cross symbol, which later appears in the archaic forms of the Greek alphabet next to the letter A. In addition, the Linear A and B signs  are also met in the archaic Greek alphabets in the forms: .




ALPHA IN HISTORICAL LINGUISTICS

So far, it is demonstrated: (a) the graphemic relationship of the letter Alpha throughout the millennia, from the Neolithic down to the 8th c. BCE; and (b) its phonetic relationship with these forms from Mycenaean times (with Linear A and B scripts) down to the 8th c. BCE. Next to these comparisons, data from historical and comparative linguistics can support the above relationships. In doing so, the following Greek words⁶ (mostly Homeric), produced by the root αλφ-, were chosen to depict these relationships: ἀλφάνω (Od.17.250; 15.452; 20.383; and Il.21.79), which means (i) bring in, yield, fetch, and (ii) change; ἀλφαδεῖ to find; ἀλφαίνει, and ἀλφαίει to appear, to be shown; ἄλφα, carpenter's square; ἀλφάριον, plumb-line, level; Ἄλφειός, (i) a river in Arcadia and Elis (flowing past Olympia), and (ii) the river god Alpheus; ἀλφεισίβοιος, bringing in oxen, usually met with the word παρθένοι (=maidens who yield their parents many oxen as presents from their suitors) (Il.18.593, h.Ven.119); and or with the word ὕδωρ, water of the Nile that yields fat oxen (by enriching pastures); ἀλφή, produce, gain; ἄλφησις, gloss; ἀλφησιτής, the earner (from ἀλφάνω), enterprising man, trader or seafarer (Od.1.349; 6.8; 13.261); ἀλφίσκω, (Od.22.57); ἀλφιταμοιβός, dealer in; ἀλφιτεῖον, mill for grinding; ἀλφιτεύω, grind barley; ἄλφιτον, barley-groats (Il.11.631, Od.2.355, 14.429);

⁶ The examples are not exhaustive but they are illustrative of the relationships under study.

Ἀλφῖωος, name of month at Elis; ἀλφός, (i) the one who changes its color, whiteness, and (ii) dull-white leprosy; ἀλφώδης, leprosy; ἀλφῶ, to find.

These words are indicative of their connection with: (i) the bucranium sign and its relation to the above shapes (e.g. the square shape is seen in the meanings of the words: ἄλφα and ἄλφάριον); (ii) the moon and the water life in relation to the Great Goddess (e.g. the river Alpheus⁷ in Greek mythology is connected to Hercules tasks and goddess Artemis); and (iii) the light, the white color and/or whiteness, which are meanings with strong connotations to an early Minoan deity that was associated with the Milky Way and a high pillar, and later with the worship of Zeus⁸ (Cook, 1925: 47); and (iv) the expression of plosives. From these, such as from ἀλφός >albus, comparative and historical linguistics demonstrate current cognates in modern European languages; in English: alb, abele, albino; in Italian: albo, alba; in Spanish: albo, alba; in Romanian: alb, albă, alba; in Portuguese: alvo, alva; in French: aube; which clearly depict the inter-changeability of the plosives /b-w-ph/, and carry similar meanings to the above concepts.

Additionally, based on the inter-changeability of /a/ and /o/, as well as of plosives /p-b-ph-w/, the root ἀλφ- can be traced in the root ολβ- such as in the words: Ὀλβια, an older form for Ἄλπια (= the Alps), thus, indicating the mountain symbol used from the Neolithic period down to Minoan era (see Table 10); ὄλβιος, meaning happy, blessed (e.g. ὄλβιε Ζεῦ) or, only in Odyssey and in neuter, meaning the rich gifts. Furthermore, the root can take the value /t/ instead of /p-ph/, such as in Ἄλτις (in Latin: altus⁹), meaning the sacred precinct of Zeus at Olympia (in Elean for ἄλσος, meaning the sacred grove), as well as in ἄλς, meaning the sea, the shallow water near shore. In this context, is it possible to trace the root ἀλφ- in the Linear A and B symbol: ? It seems that it combines both signs:  /pa/ and  /a/, and thus, it can be read as a-pa (= alpha), carrying four strokes.

ALPHA IN PHONOSEMANTICS RESEARCH

More evidence, in support of the above, comes from the field of phonosemantics¹⁰. For example, Magnus (2001) showed that the /l/ with plosive consonants falls within the Natural Classes of ‘light’ and ‘seeing’ as in the case of the ἀλφ-, ολβ-, αλτ-, αλπ-words. Furthermore, due to the existence of the plosives in these words, and in accordance with Halloran’s study (2012) on Sumerian language, certain sets of abstract

⁷ According to Etymologikon to Mega, the word itself holds the meaning of the one who heals the leprosy; or the one who benefits in general. In Greek mythology the river is connected to Hercules’ task to cleanse the stable of Augeas, by diverting the river Alpheus (BAYLEY, 1919, p. 241).

⁸ The reader is advised to consult the work of Arthur Bernard Cook on ‘Zeus’. Owens (2004) also states that in Minoan religion, the Great Mother Goddess could be seen on the top of the mountain.

⁹ From ‘altus’ see modern ‘altar’ and other derivatives.

¹⁰ In brief, phonosemantics is the non-arbitrary connection between the phonemes of languages and their meanings.

ideas are found to associate with the consonants: /b:p/= cavity, receptacle, container; to take, choose, allocate, choice; /d:t/ = edge; side; to approach; to leave; to interact with; to act, do, perform; /g:k/ = throat; circle; entrance; base; long, narrow; to consume; to kill; to utter; /m/ = female; to cause to be; to be; to make go out; to go; transportation; to speak. All three cases, in this study, seem to occur, but of course more data¹¹ are needed to support such claims. The work is in progress.

Furthermore, this case study also revealed a possible geometrical relationship (and thus, graphemic) between the alpha letter and its combinations with plosives and nasals. In line with this, Parise and Pavani (2011) revealed a relationship between the geometrical shapes and vocalization intensities. They demonstrated that participants vocalized /a/ louder in response to dodecagons (a shape resembling O) as compared to triangles. Also, frequency was higher in response to triangles than to dodecagons. The size of stimuli did not significantly affect the intensity of vocalizations and the frequency of spectral components. Hence, visual information is consistently mapped into features of vocal sounds and, automatically, interacts with basic phonatory behavior even in the absence of explicit linguistic processing. These findings remind Plato's (in *Timaeus*) four constitutive principles of the physical world, which were associated with specific geometric shapes¹²: (i) the earth with the cube; (ii) water with the icosahedron; (iv) air with the octahedron; and (v) fire with the pyramid (LEONARDI, 2013). These shapes are also found in the study's comparisons for the value of /a/ combined mainly with nasals and plosives. But what can research show about articulating words with the above letters (and combinations), and in relation to above semantic relations? Once again, more data is needed to highlight this scientific query.

Interestingly, it was Flinders Petrie who argued the development of both the Phoenician and archaic Greek alphabet, together with those scripts of Anatolia, Egypt and the Levant, and the Cyprian syllabary, from geometric symbols that were employed throughout the Mediterranean (DIRINGER, 1948, p. 198). At his time, though, this theory did not receive general acceptance. Sir John Evans also saw "the possible resemblance of few early alphabetic letters to the objects denoted by their names, that the letters were once pictures used as ideograms" (DIRINGER, 1948, p. 199).

¹¹ Currently (2015), a year after the first submission and review of this paper, more data are available (MERTZANI, 2015a; MERTZANI, 2015b) which indicate the relationship of the closed phonemes (e.g. plosives /k/, /p/, /t/) and graphemes (e.g. cyclic and quadrilinear) with the meanings of earth, cavity, edge, and loss (as in the cases of words discussed in this section).

¹² For example, dodecagon, in mathematics, can be dissected into a central hexagon that alternates triangles and squares, thus carrying both shapes, but its overall shape, approximates that of a circle.

CONCLUSION

This case study is part of an ongoing research project that aims at bridging, through an interdisciplinary approach, data from archaeology, historical/comparative linguistics, and phonosemantics, so as to demonstrate the phonemic, graphemic and semantic relationships between old writing systems, current alphabetic spoken languages (Greek, Portuguese, and English), and sign languages (e.g. LIBRAS). The hypothesis is that old and new systems were and are continually and consistently mapped on the relationships of symbols employed so as to produce common semantic patterns.

REFERENCES

- ANDREESCU, R.-R. The sign: typology, context, meaning. In: LUCA, S. A. (Ed.). *Proceedings of the International symposium 'The Danube script: Neo-Eneolithic writing in Southeastern Europe', May 18-20 2008*. Alba Iulia: Altip, 2009. p. 77-85.
- BAYLEY, H. *The lost language of symbolism*. New York: Barnes and Noble Inc, 1919. V. I.
- BERNAL, M. On the Transmission of the Alphabet to the Aegean before 1400 BC. *Bulletin of the American Schools of Oriental Research*, Boston, v. 267, p. 1-19, 1987.
- BEST, J.; WOODHUIZEN, F. *Ancient Scripts from Greece and Cyprus*. Leiden, the Netherlands: E. J. Brill, 1988.
- LODD, E. *The story of the Alphabet*. New York: The University Society Inc, 1900.
- COOK, A. B. *Zeus- A study in Ancient Religion*. Volume II: Zeus God of the Dark Sky (Thunder and Lightning). Cambridge: Cambridge University Press, 1925.
- DEFRANCIS, J. *Visible Speech. The Diverse Oneness of Writing Systems*. Honolulu: University of Hawaii Press, 1989.
- DEROY, L. Kubaba, Deesse cretoise. *Minos*, v. 2, p. 34-56, 1952.
- DIRINGER, D. *The Alphabet. A Key to the History of Mankind*. London, New York: Hutchinson's, 1948.
- ECO, U. *The Search for the Perfect Language*. Great Britain: Blackwell Publishers Ltd, 1995.
- GIMBUTAS, M. *The Goddesses and Gods of Old Europe 6500-3500 BC. Myths and Cult Images*. Great Britain: Thames and Hudson, 1982.
- HAARMANN, H. Changing the canon: Research on ancient writing systems beyond the Mesopotamian bias. In: LUCA, S. A. (Ed.). *Proceedings of the International symposium 'The Danube script: Neo-Eneolithic writing in Southeastern Europe', May 18-20 2008*. Alba Iulia: Altip, 2009. p. 9-36.
- HALLORAN, J. A. The Proto-Sumerian Language Invention Process. Available at: <<http://www.sumerian.org/prot-sum.htm>>.
- HORROCKS, G. *Greek. A History of the Language and its Speakers*. West Sussex, UK: John Wiley & Sons Ltd, 2010.
- JEFFERY, L. H. *The local scripts of Greece. A study of the origin of the Greek alphabet and its development from the eighth to the fifth centuries B.C.* Oxford: Clarendon Press, 1990.
- JENSEN, H. *Sign, Symbol and Script. An account of man's effort to write*. London: George Allen and Unwin Ltd., 1970.
- LEONARDI, F. M. A Geometric Approach to Phonosemantics. Available at: <https://www.academia.edu/4742702/A_Geometrical_Approach_to_Phonosemantics_2013_>.
- MAGNUS, M. What's in a Word? Studies in Phonosemantics. Unpublished PhD Thesis, NTNU. Available at: <<http://www.trismegistos.com/dissertation/dissertation.pdf>>.

- MANDEL, L. Nouveaux regards sur l'antiquité de notre écriture. *Communication et Langages*, v. 52, p. 29-52, 1982.
- MERLINI, M. Semiotic approach to the features of the 'Danube Script'. *Documenta Praehistorica XXXII*, Ljubljana, v. 32, p. 233-251, 2005.
- MERLINI, M. A comparison between the signs from Tartaria, the Danube script and other early writings. In: LAZAROVICI, C.-M.; LAZAROVICI, G.; MERLINI, M.; MARLER, J. (Eds.). *Tartaria and the Sacred Tablets*. Rome, Italy: Euro Innovanet Srl. Italy – Institute of Archaeomythology, 2011. p. 263-337.
- MERTZANI, M. Iconicity in Mycenaean Greek and its Relationship to Alphabetic Writing. Paper presented at the XII Jornada de História Antiga, 18 - 22 May 2015, NEA (Núcleo de Estudos da Antiguidade) -UERJ, Rio de Janeiro – Brazil, May 22, 2015a.
- MERTZANI, M. Iconicity in Signed and Spoken Languages: Cases in Greek and LIBRAS. Seminar presented at the Deafness Cognition and Language Research Centre, London - U.K., July 3, 2015b.
- MORPUNGO DAVIES, A. Forms of Writing in the Ancient Mediterranean World. In: BAUMANN, G. (Ed.). *The Written Word. Literacy in Transition*. Oxford: Oxford University Press, 1986. p. 51-77.
- OWENS, G. Was there a script in Final Neolithic Greece? In: MARLER, J.; ROBBINS DEXTER, M. (Eds.). *Signs of Civilization. Neolithic Symbol System of Southeast Europe*. Santa Rosa, CA: Institute of Archaeomythology and Serbian Academy of Sciences and Arts, 2009. p. 193-197.
- OWENS, G. The structure of Minoan Language (short discussion). Available at: <https://www.teicrete.gr/daidalika/documents/labyrinth_book/script.pdf>.
- PALAIMA, T. G. Scribes, Scribal hands and Palaeography. In: DUHOUX, Y.; MORPUNGO DAVIES, A. (Eds.). *A companion to Linear B. Mycenaean Greek Texts and their World, Volume 2*. Louvain-La-Neuve-Walpole, MA: Peeters, 2011. p. 33-136.
- PARISE, C. V.; PAVANI, F.. Evidence of sound symbolism in simple vocalizations. *Experimental Brain Research*, Springer Berlin Heidelberg, v. 3, n. 214, p. 373-380, 2011.
- PORUCIUC, A. From Bull-and-Butterfly to Alpha and Psi. In: LUCA, S. A. (Ed.). *Proceedings of the International symposium 'The Danube script: Neo-Eneolithic writing in Southeastern Europe', May 18-20 2008*. Alba Iulia: Altip, 2009. p. 37-40.
- PALMER, L. R. *The Greek Language*. London, Boston: Humanities Press, 1980.
- TAYLOR, I. *The Alphabet. An account of the origin and development of the letters in two volumes – vol. I*. London: Kegan Paul, Trench, and Co., 1883.
- THOMPSON KLEIN, J. *Interdisciplinarity: History, Theory and Practice*. Detroit, Michigan: Wayne State University Press, 1990.
- ULLMAN, B. L. How Old Is the Greek Alphabet? *American Journal of Archaeology*, Boston, v. 3, n. 38, p. 359-381, 1934.

Appendix: Tables 1-10

Egypt	Sinai	Canaanite	Phoenician	Archaic Greek
				

Table 1: The semantic relationship of Alpha and the bucranium sign.





















Proto-Sumerian pictographic (3100-2600 BCE)	Early Sumerian cuneiform (2000-1800 BCE)	Early Babylonian (1900-1800 BCE)	Classic Assyrian (1200-700 BCE)	Meaning
				OX
				COW

Table 2: Semantic relationship between the bucranium symbol and cuneiform scripts.

						/gu ₄ / ox
						/áb/ cow

Extended Table 2






















	/a/	/u/	script	date
∅	aw  1 au  1	uwi-/wawi/ u(wa)  2	¹ Linear B ² Luwian	1450-1100 BC 1300-600 BC
h-		hu  1 hu  1 hu _x  1	Luwian	1300-600 BC
z-	za ₄  4		Luwian	1300-600 BC
m-	ma  1  1  1 ma  2  2 ma  3  3  3	mu /mauwa/miw/ mawa/ mu(wa)*  2	¹ Linear B ² Luwian ³ Linear A	1450-1100 BC 1300-600 BC 2000-1300 BC
p-	p/ba  1 para  1 pte  2		¹ Luwian ² Linear B	1300-600 BC 1450-1100 BC
s-	sà  1		Luwian	1300-600 BC
t-	ta  1		Luwian	1300-600 BC

Table 3: Bucranium and animal-like signs in Linear A and B scripts.

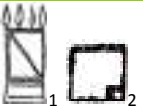






Script	Sign	Value	Date
Egypt Hieroglyph (5 th Dynasty)		¹ /aha/ (king, palace) ² /b/, /p/	2494 to 2345 BCE
Early Egypt (1 st Dynasty ¹ ; 12 th Dynasty ² ; 18 th Dynasty ³)		¹ /a/	¹ 3100 -2180 BC ² 2000-1700 BC ³ 1543–1292 BCE
Minoan hieroglyph		[not deciphered]	2200 – 1700 BCE
Linear A		¹ /wa/ or /w/	2000-1300 BCE
Hittite hieroglyphs		/wa/?	1600 – 1300 BCE
Cypro-Minoan		/wa/	1550–1050 BC
Linear B		/wa/	1450 – 1100 BCE

Table 4: Quadrilateral symbols across scripts.









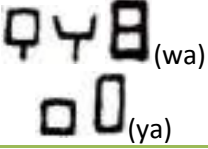


Script	/b/	/o/ - /ay/	longer /o/	/p/ - /w/- /ph/	/a/ - /wa/ - /ya/
Archaic Greek (Thera, Melos)					
Etruscan/Proto-tyrrenhian					
Carian					 (wa) (ya)
Iberian					

Table 5: Quadrilateral and circular letters in alphabetic scripts.

Script	Symbol	Value	Date
Linear A	54	/a/	2000-1300 BC
Linear B	8	/a/	1450–1100 BC
Cypro-Minoan		/a/	1550–1050 BC
Classical Cypriot	1	1 /a/ 2 /fa/, /va/	
	2	3 /ma/ 4 /me/	
	3	5 /mu/	
	4	6 /fi/, /vi/	
	5	7 /ku/	
	6	8 /kha/	
	7	9 /pa/	
	8	10 /za/	
	9	11 /ze/	
	10	12 /su/	
	11	13 /e/	
	12		
	13		
Lycian	1 2 3	1 /q/ 2 /m/ 3 /e/	
Iberian	1 2 3	2 /bo/, /po/ 3 /da/, /ta/	

Table 6: Symbol cognates between Linear and Cypriot-Minoan scripts.

Original pictograph	Pictograph in position of later cuneiform	Early cuneiform	Classic Assyrian	Meaning
				ATU ₁₉₂ heaven, god

Table 7: The star symbol in proto-Sumerian and its deployment in cuneiform scripts.

Script	/a-e-i-o/	/b-p-v-ph/	/k-g-kh-h/	/t-th/	/m/ /n/	/s/	/z/
Linear A							
Linear B							
Cypro-Minoan							
Classical Cypriot							
Archaic Greek							
Iberian							
Lycian							
Lydian							
Carian							

Table 8: Cognate symbols to Linear A and B.

Egypt Hieroglyph	Minoan hieroglyphs	Linear A	Linear B

Table 9: Linear A and B signs cognates to no. 54.

Script	Symbol	Value/meaning
Balkan/Danube script		
Proto-Sumerian pictographic		⁴ ox, ⁸ woman ³⁶ milk
Egypt hieroglyph		¹ /ah/, ² god, ³ heart
Minoan hieroglyph		
Linear A		¹ /e/, ² /ti/, ³ /wi/, ⁴ /mi/, ⁵ /hi-qi/, ⁶ /wa/, ⁷ /pi/
Linear B		¹ /e/, ² /ti/, ³ /ma/, ⁴ /pi/, ⁵ /wi/
Cypro-Minoan		¹ /ha-ka/, ² /di-ti/ ³ /he-ke/, ⁴ /pe-be/
Archaic Greek alphabets		/a/

Table 10: The relationship of triangular forms with the bucranium sign.

Recebido em:22/08/2015
Aprovado em:19/09/2015
Publicado em:27/10/2015

TRAGÉDIA GREGA OU AS FRATURAS DO ESPAÇO POLÍTICO E SOCIAL
TRAGÉDIE GRECQUE OU DES FRACTURES DE L'ESPACE POLITIQUE ET
SOCIAL

Matheus Barros da Silva

Vol. XII | n°24 | 2015 | ISSN 2316 8412



Tragédia Grega ou as fraturas do espaço político e social¹

Matheus Barros da Silva²

Resumo: Os gregos criaram a Tragédia, uma forma de expressão do gênio humano singular. Os antigos helenos também são os inventores de uma nova forma de concepção e organização da vida humana: a política. Esta forma de organização do cosmos humano traz problemas novos, como a questão do humano como agente que delibera sobre seu destino, e, portanto, é posto em cena a responsabilidade dos atos. Nosso objetivo é compreender como a Tragédia trabalha estas questões em forma de drama, mimetiza os conflitos sociais e os apresenta para uma plateia de cidadãos atenienses.

Palavras-chave: Tragédia Grega, Política, Pólis.

Résumé: Résumé: Les Grecs ont créé la tragédie, une forme d'expression du génie humain. Les anciens Grecs sont aussi les inventeurs d'un nouveau mode de modèle/conception et d'organisation de la vie humaine : la politique. Cette forme d'organisation de l'espace humain apporte de nouveaux problèmes telle la question de l'être humain comme un agent agissant sur votre destination et donc il est mis en jeu la responsabilité des actes. Notre objectif est de comprendre comment la Tragédie travaille ces questions sous forme de drame, comment elle imite les conflits sociaux et comment elle les présente à un public de citoyens athéniens.

Mots-clés: tragédie grecque, Politique, Polis.

A QUESTÃO DAS ORIGENS

De fato, nada que tenha existência no cosmos surgiu *ex-nihilo*. E em se tratando do universo humano isto é mais do que certo, ao menos de um ponto de vista lógico-racional ocidental. O fenômeno que nos propomos abordar neste pequeno texto não é diferente. Fala-se da Tragédia Grega, mas para Jean-Pierre Vernant e Pierre Vidal-Naquet perscrutar as origens do trágico é insistir em um falso problema (VERNANT, VIDAL-NAQUET, 1988, p. 8). Para estes autores, assim como para Jacqueline de Romilly em sua obra *A Tragédia Grega*, há sem dúvidas um estrato religioso que subjaz no trágico, afinal as representações de tragédias ocorriam ao longo dos dias da festividade cívico-religiosa em honra ao deus Dioniso, em Atenas, as Grandes Dionisíacas. Mas isto não permitiria seguir uma interpretação que vê nos antigos cantos e ditirambos dionisíacos uma origem da Tragédia

¹ Este artigo é resultado de um minicurso intitulado A Prática Política na Tragédia Grega, ministrado na XV Jornada de História Antiga da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil; em 27 de novembro, de 2014.

² Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Brasil.

Grega. Os rituais de honra ao deus teriam dado a ocasião, e a Tragédia é outra coisa, como afirma Vernant e Vidal-Naquet:

O problema das origens é, pois, em certo sentido, um falso problema. Seria mais válido falar de antecedentes. Dever-se-ia ainda notar que eles se situam em um plano que é bem diferente do plano do fato a explicar. Eles não estão à sua altura; não explicam o trágico como tal. Um exemplo: a máscara sublinharia o parentesco da Tragédia com as mascaradas rituais. Mas, por sua natureza, por sua função, a máscara trágica é coisa bem diferente de um travestimento religioso. É uma máscara humana, não um disfarce animal. Seu papel é estético, não mais ritual (VERNANT, VIDAL-NAQUET, 1988, p. 13-14).

O que nossos autores chamam de antecedentes, Jacqueline de Romilly denomina de “esboços de Tragédia” (ROMILLY, 1999, p. 20). Ou seja, ditirambos, sátiros, festas a Dioniso não são o alimento da Tragédia Grega. Podem ter propiciado o momento, a ocasião. No entanto, um dia a Tragédia nasceu na Ática, para além das tentativas anteriores, o trágico é muito bem delimitado no tempo e espaço. O poeta Téspis teria composto a primeira peça trágica para a Dionisíaca ateniense entre 536-533 (ROMILLY, 1999, p. 17), período em que Atenas era governada pelo tirano Pisístrato, governante que instituiu o culto de Dioniso como data oficial junto ao calendário da cidade.

A ORGANIZAÇÃO DO ESPETÁCULO TRÁGICO

Em um primeiro momento gostaríamos de explicar a utilização do termo espetáculo. Falar em Tragédia ou mesmo Teatro comporta um sentido sensivelmente distinto daquele que os antigos gregos poderiam conceber. Na antiguidade a experiência da Tragédia era também uma experiência políade, ou seja, presenciava-se uma tragédia enquanto cidadão:

As tragédias gregas estavam destinadas aos cidadãos atenienses; não a um público específico de amantes do teatro, mas a todo corpo cívico da cidade mais poderosa do mundo naquele período. A poderosa Atenas da época de Ésquilo, de Sófocles e de Eurípides no V século a. C. (MEIER, 1991, p. 7).

Devido a este fato, denomina-se a Tragédia Grega como espetáculo político, pois, discute no palco as questões que dizem respeito ao universo da cidade. Na Tragédia problematiza-se o poder, a conduta humana, a guerra, a paz, etc.. Mediante os olhares atentos dos cidadãos na plateia.

Aqueles aspectos são representados, mesmo debatidos. Na organização dos concursos de tragédias podemos perceber que a ocasião estava sob a tutela da pólis, se assim podemos dizer. Quatro ritos que antecediam as encenações demonstram o vínculo.

Sacrifícios e libações consistiam o primeiro ritual. No espaço da ὀρχήστρα³ eram feitos os processos em honra ao deus Dioniso. Os executantes deste ritual eram os dez στρατηγοί⁴, ao mesmo tempo líderes políticos e militares. Tal elemento mostra que o festival é colocado sob a autoridade da pólis, que se personifica naqueles homens. Curiosa questão, pois não encontramos o sacerdote de Dioniso tomando a testa do rito⁵. O segundo ato ritualístico é a anunciação dos bem feitos cívico. Os cidadãos escolhidos recebiam uma coroa honorária. Nesta ocasião podemos pensar no elemento de ἀγών⁶, tão presente na sociedade grega, a importância de ser reconhecido sob o olhar público. Simon Goldhill diz que oradores como, por exemplo, Demostenes e Esquines descreviam esta cerimônia como um agradecimento da pólis aos cidadãos que teriam cumprido seu dever cidadão político. Aqui está em uso a retórica democrática em ação. O cidadão agindo em nome e benefício da coletividade. Não seria tanto um momento de glória pessoal, mas sim de expressão de valores coletivos da cidade isonômica (GOLDHILL, 2007, p. 134). O ideal democrático não raro apenas ficava no âmbito do ideal, pois, em uma sociedade da culpa, vergonha e honra, ser considerado um benemérito cívico tinha seu peso de glória pessoal.

Um terceiro momento era o da exibição do tesouro de Atenas. A pólis ática era a líder e organizadora da Liga de Delos⁷, e todas as póleis que faziam parte desta confederação deveriam pagar sua devida quota, em homens para exército ou em tributos que compunham o tesouro. No teatro havia lugares reservados a embaixadores de póleis aliadas. Estes assentos ficavam localizados na parte inferior da arquibancada. O ritual consistia na exibição do tesouro de Atenas, resultado daqueles tributos pagos pelas cidades aliadas, cujos representantes estavam no teatro. Goldhill coloca uma possível interpretação para este fato, ou seja, nesta exibição da opulência de Atenas, seus cidadãos podiam ver os estrangeiros admirando sua própria pólis (GOLDHILL, 2007, p. 137). O quarto, e último ritual era a solenidade de nomeação e apresentação dos efebos, que juravam lutar pela pólis.

³ (Orquestra). Espaço que estava reservado ao Coro de uma tragédia.

⁴ (Strategoí). Com alguma liberdade podemos traduzir general, mas que para além de funções militares, encarnava tarefas políticas.

⁵ Já na Antiguidade havia um dito sobre a ausência da própria figura de Dioniso nas tragédias. “Não há ali nada que diga respeito a Dioniso” (PLUTARCO. *Questões sobre banquetes* 615a).

⁶ (Agon) Podemos traduzir por espírito de rivalidade, em um sentido de embate.

⁷ Após o fim das Guerras Medo-Pérsicas Atenas saiu com a imagem de líder do mundo grego contra os bárbaros, e criou a chamada Liga de Delos, para a qual todas as cidades aliadas deveriam contribuir de alguma forma.

A entrada no teatro se dava mediante pagamento de dois óbolos⁸. Cada cidadão poderia receber uma entrada de acordo com seu δῆμος⁹. Havia também o chamado Fundo Teórico, que pagava aos cidadãos pela sua frequência no teatro¹⁰. Os juizes eram cidadãos escolhidos por sorteio a partir das dez tribos em que Atenas estava dividida, e o próprio teatro de Dioniso transformava-se em assembleia para debater sobre o desempenho do festival. Todos esses eram elementos que mostram o compromisso da cidade com a festividade, pontos que indicam ao pesquisador que a ocasião das encenações de tragédias e seus respectivos rituais que as antecedem seriam um momento de exaltação da cidade. De certo modo isso não é um equívoco. Mas nos aprofundando nas tragédias propriamente ditas, ou seja, no texto trágico, encontramos na visão de mundo e homem trágicos algo muito diferente de uma exaltação, podemos mesmo dizer que é o exato oposto que se verifica.

TENSÕES E AMBIGUIDADES

A Tragédia é criação ateniense e, portanto, deve ser compreendida em seu universo específico. O contexto de nascimento do trágico é aquele em que se elabora uma nova forma de concepção da existência humana entre os gregos, principalmente em Atenas. Esta nova maneira de organização do âmbito humano é a política. Coloca os problemas da convivência sobre outras bases. Doravante, nota-se a criação e instituição de um plano eminentemente humano. Sem negar a existência da influência dos deuses, há sem dúvidas um espaço próprio ao homem, onde se delibera tendo em conta o humano como responsável pelas ações e problemáticas decorrentes e também aquele que pode dar soluções racionais às mesmas. Esta nova forma de convivência, a política, coloca as questões da ἀρχή¹¹ e do κράτος¹² sob um novo ponto de vista. Não mais devem pertencer a um único governante, ou facção restrita e, para tanto, tais conceitos passam por um processo que, não seria exagero, chamar de laicização.

Vejamos bem, em primeiro lugar, ao falar em laicização não estamos nos referindo a algo semelhante ao mundo moderno burguês, onde instituições políticas em tese são completamente apartadas do campo religioso. Em segundo lugar, nem de longe queremos insinuar certo ateísmo entre os gregos, seria por demais anacrônico. Mas tão-somente mostrar que com a criação da

⁸ Equivalente a pouco menos que um dia de trabalho de um ferreiro, pedreiro, curtidor de couro, e demais ofícios desta natureza.

⁹ (Demos). Termo que possui diversas acepções, mas aqui é utilizado no sentido de circunscrição territorial de Atenas, análogo, apenas para fins didáticos, ao que entendemos por bairro.

¹⁰ Fundo que possivelmente foi instituído por Péricles no V século.

¹¹ (Arque). Em uma tradução livre pode ser entendido como princípio de autoridade.

¹² (Kratos). Podemos entender como poder, ou princípio de governabilidade, exercício do poder.

política o que se inaugura é um momento de reflexão humana sobre o próprio homem e os problemas que a existência em comunidade engendra. Mas lá, entre os gregos, isto que chamamos de laicização do pensamento não é algo claramente dado, de fato, é uma via nebulosa ainda, onde os limites da ação humana esbatem-se com algo maior, que lhes escapa e ultrapassa, ou seja, o mundo dos deuses.

A Tragédia Grega trabalha justamente com aqueles limites do humano que não são vistos de forma clara, e assim surgem como espaço de tensão e ambiguidade. O que o trágico apresenta é uma consciência dilacerada do humano, e um constante impasse no que diz respeito à ação do homem e sua responsabilidade. Para podermos esclarecer o sentido do trágico, é preciso situar na história do pensamento grego estes aspectos de tensão e ambiguidade que referimos.

O final do século VI e o V século é o momento em que antigos valores arcaicos míticos debatem-se com outros, aqueles da cidade democrática. Por um lado, os primeiros não são negados, por outro, os segundos são de fato afirmados, pois são os valores da política, da busca pela participação pública dos cidadãos nos desígnios da cidade. Com efeito, no contato entre formas arcaicas de pensamento e organização do cosmos humano a partir de princípios democráticos isonômicos, produz-se uma tensão.

A Tragédia Grega toma como sua matéria o pensamento político, social e jurídico elaborado na e pela pólis, como afirma Louis Gernet em suas lições¹³. Noções como ἀρχή, κράτος, δίκη¹⁴ e νόμος¹⁵, por exemplo, são apresentadas na Tragédia sempre de maneira ambígua. No trágico dá-se um confronto entre tipos de pensamento, e aquelas noções evocadas aparecem sempre sob uma maior ou menor zona de sombra.

Vejamus um exemplo de mais perto, a tragédia *Antígone*¹⁶, de Sófocles. A peça foi encenada por volta de 442 a. C. e premiada no concurso trágico da ocasião. Sabemos que o poeta era premiado de acordo com uma decisão da própria cidade e, assim, podemos inferir que *Antígone* tocou de maneira sensível os cidadãos na ocasião.

O argumento da peça se dá em volta do enterro ou negação deste à Polínices, irmão de Etéocles. Ambos morreram pela mão um do outro. O primeiro lutando contra Tebas das sete portas, o último defendendo esta pólis. Os fraticidas são filhos da relação incestuosa de Édipo e sua mãe-esposa Jocasta. Restam mais dois membros da prole de Édipo, a própria Antígone e sua irmã Ismene.

¹³ Ministradas na École des Hautes Études, mas não publicadas. Jean-Pierre Vernant e Pierre Vidal-Naquet as comentam no primeiro volume de Mito e Tragédia na Grécia Antiga.

¹⁴ (Dike). Justiça.

¹⁵ (Nomos). Lei.

¹⁶ Dado o limite que temos disponível pensou-se em concentrarmo-nos em um exemplo. Fazemos também um breve comentário sobre a tragédia *Édipo Tirano*, de Sófocles.

O drama é composto pela ação que se dá na intersecção dos personagens Antígone¹⁷, Ismene, Creon¹⁸, Hemon, Eurídice, Tirésias, e o Coro.

Antígone já em sua primeira aparição e abrindo a ação da peça, surge adotando uma postura de marcada inflexibilidade, contrasta com sua irmã Ismene, resignada em um luto tímido, submisso e silencioso. Antígone deseja dar honras fúnebres à Polínices, clama pelo que julga ser seu direito e a realização da justiça. Ismene teme tal ação, pois há na cidade o interdito outorgado por Creon proibindo o enterramento daquele cadáver, pois teria ofendido a cidade em sua luta contra a mesma:

Antígone:

Se insistes nesse assunto, ao meu desdém
acrescer o desdém de um morto justo.
Problema meu sofrer as punições,
com meu projeto louco. O que eu suporte
não há de me tornar a morte ignóbil (vv. 93-97).

Antígone tem completa consciência do resultado de sua ação, morte a espreita. O tom deste fato se eleva na medida em que sua irmã é caracterizada como seu exato oposto, ou seja, submissa. O caso de Creon nos impressiona: ele faz sua aparição no drama à altura do verso 162, e até o verso 1108 assume uma posição tácita, condenar Antígone à morte por desrespeitar seu édito. Pinta-se das cores de um tirano e em nenhum momento, até o último verso aludido, é capaz de mostrar outra possibilidade de ação. Hemon, seu filho e noivo de Antígone, surge como figura questionadora do pai¹⁹, suas palavras parecem mostrar outro caminho:

Hemon:

O pensamento, pai, que aflora no homem,
é o dom maior que o deus nos deu [...].
É meu papel notar o que se diz
e o que se faz, as críticas contrárias
a ti. O teu olhar oprime a massa,
a cuja voz me poupo de aludir [...].
Não insistas muito
na ideia de que mais ninguém conhece

¹⁷ Na tradição é comum encontramos duas formas de grafia de seu nome, Antígona, ou Antígone. Utilizamos o segundo, pois é o que aparece na tradução de Trajano Vieira, a qual seguimos em nosso texto.

¹⁸ O mesmo da nota anterior.

¹⁹ Para um estudo atual e de fôlego acerca da figura de Hemon, procurar as pesquisas desenvolvidas por Bruno Paniz Botelho, mestrando em História Antiga na Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

o certo, pois quem imagina ser
o dono da razão, ter a língua e ânima
acima dos demais, quando o examinam,
acham o que? Vazio! O aprendizado
não desmerece o sábio, ou das o braço
a torcer (vv. 683-711).

Nota-se que Hemon traz outro ponto de vista, o da pólis, que se subsume diante do medo da punição. O filho lembra a importância do ouvir, considerar vontades que se inter cruzam e criam espaços de tensão. É justamente este concerto, ou a tentativa do seu alcance que dá o tom do pensamento da cidade isonômica, da qual Atenas constitui o exemplo. Na sequência Creon e Hemon travam interessante diálogo, do qual pinçamos alguns momentos:

Creon:

E desde quando um rapazote ensina
o que é pensar a alguém entrando em anos?

Hemon:

Tão só o que é correto. Se sou novo,
deixa de lado a idade e vê meus méritos.

Creon:

Existe mérito em louvar rebeldes?

Hemon:

Não é do meu feitio louvar o vil.

Creon:

Mas ela não padece de ser vil?

Hemon:

Não, na opinião unânime da pólis.

Creon:

E a pólis dita meu comportamento?

Hemon:

Pareces um novato no palanque

Creon:

Devo ceder meu cetro a um outro ser?

Hemon:

Não há cidade que pertença a um único.

Creon:

A pólis não pertence ao mandatário?

Hemon:

Reinarias sozinho no deserto (vv. 726-739).

Hemon aparece como um canal que veicula o pensamento da cidade, contrário ao de Creon. É como se nesta passagem haveria duas estruturas mentais diferentes. Entre Creon e Hemon vemos dois pontos de vista antagônicos no que concerne aos conceitos de governo ou poder e autoridade. Em seu lugar de autoridade máxima da cidade de Tebas, Creon não aceita, e nem mesmo consegue conceber que sua vontade possa ser questionada, seu poder se confunde com a própria cidade. Já Hemon, por sua vez, está em outro ponto da problemática, para ele a pólis não pode ser de pertença de um único homem. O filho faz a crítica mais severa ao pai, Creon deveria governar em um deserto, visto não considerar aqueles que divergem. Assim, para Hemon, um poder autocrático tirano é a ruína da cidade.

De igual maneira, também vemos na citação, que Creon faz a negação dos três princípios basilares da democracia grega *ἰσονομία*²⁰; *ἰσηγορία*²¹; *ἰσοκρατία*²². A *ἰσονομία* é rompida no momento em que Creon coloca-se como imanando a justiça sobre a pólis. Deveria ver a si mesmo como apenas mais um que está sob o jugo da lei, assim como outro cidadão. A lei, o νόμος, deve ser soberana. A *ἰσηγορία* se quebra quando Hemon diz ao pai que a pólis fala às escondidas e na penumbra discordam do governante. Ora na cidade democrática os cidadãos devem falar abertamente, é uma das características da cidadania antiga. A *ἰσοκρατία* é tensionada, pois, Creon demonstra concentrar em sua figura todo o poder, o κράτος desfazendo o princípio de equidade que deveria manter-se.

Com efeito, a Tragédia Grega é uma manifestação artística e tendo estreito laço com a cidade, sendo mesmo uma instituição da pólis. Expressa e veicula valores próprios àquele universo. Desta forma, é lícito pensar que a peça *Antígone* trabalhe justamente com estes valores, mostrando aos cidadãos na platéia o peso da consideração e da ponderação entre vontades e ações múltiplas.

Sófocles apresenta uma ἀρχή personalizada em dois personagens. Em *Antígone*, quanto a sua decisão tácita de proceder com os trabalhos fúnebres do irmão, mesmo sabendo que disto ocorrerá sua morte, como canta o Coro:

Coro:

Honra e louvor formam teu cortejo
ao antro cadaveroso?
Não é doença voraz que te vitima,
não é golpe de espada que te mata,
mas autônoma, em vida, solitária

²⁰ (Isonomia). Igualdade diante de leis comuns.

²¹ (Isegoria). Igualdade de deter a palavra em reuniões públicas.

²² (Isocratia). Igualdade de direitos no exercício do poder.

de mortais, desces ao Hades (vv. 816-822).

A segunda, e mais densa, personalização da ἀρχή é em Creon. Ao longo da tragédia o rei de Tebas custa até o último segundo a perceber que é um erro manter uma posição e não considerar outros possíveis. Diríamos melhor, passa do último segundo, pois, ao tomar consciência de sua inflexibilidade o trágico já está consumando, seu filho tirara a própria vida, sua mulher seguiu a mesma via, e Antígone também adormece nos íferos, no mundo dos mortos. Ao perceber a ruína que é então sua existência, em sua última interferência implora:

Creon:

Levai embora um homem insensato,
algoz, meu filho, algoz, a contragosto,
também o teu, minha infeliz!
A quem olhar? Tudo, ao meu toque, oscila,
me afunda o caos de fado desconexo! (vv. 1340-1346).

O Coro encerra a peça reafirmando aquilo que justamente por não ter sido considerado levou todos à desgraça e erro trágico:

Coro:

A vida é grata se a ponderação
prepondera. Erra quem ofende o nume.
A mega parolagem da soberba,
o mega açoite pune;
ensina a ponderar na senectude (vv. 1348-1353).

Desta forma, podemos dizer que Sófocles, em *Antígone* aponta para os descaminhos da inflexibilidade, a ruína que a ὕβρις²³ traz ao humano em sua existência, sempre um constante risco, “pois não é o aniquilamento que é trágico, mas o fato de a salvação tornar-se aniquilamento; não é no declínio do herói que se cumpre a tragicidade, mas no fato de o homem sucumbir no caminho que tomou, justamente para fugir da ruína” (SZONDI, 2004, p. 89).

O erro trágico, tanto de Antígone, como de Creon, não está nos valores que ambos preconizam e defendem. Não é uma luta entre morais distintas, ou como em uma leitura hegeliana de valores do οἶκος²⁴, do âmbito do particular versus o τὸ κοινόν²⁵. Antes, a tragicidade se dá na resignação inquebrantável dos personagens, na incapacidade de Creon considerar as palavras de seu

²³ (Hubris). Desmedida, insolência, excesso.

²⁴ (Oikos). Casa, domínio particular, elementos que são considerados posse de um senhor.

²⁵ (To koinon). Conceito que remete a um plano comum, público entre os cidadãos de uma pólis.

filho Hemon. Antigone e Creon, caem, choram e sentem a vida que se esvai por entre os dedos conforme eles avançam em um caminho que julgam o da salvação. Ai está o trágico.

Desta maneira, podemos dizer que a laicização do pensamento que a invenção da política engendra traz aos gregos os problemas da responsabilidade humana. No trágico a cena humana aparece em sua primeira autonomia, mas é um tipo de autonomia que devemos chamar de relativa, pois o estatuto humano ainda não basta a si mesmo, e confronta-se com algo que lhe ultrapassa, o plano das deidades:

O momento da Tragédia é, pois, aquele em que se abre, no coração da experiência social, uma distância bastante grande para que, entre o pensamento jurídico e social de uma lado e as tradições míticas e heroicas de outro, as oposições se delineiem claramente; bastante curta, entretanto, para que os conflitos de valores sejam ainda dolorosamente sentidos e para que o confronto não deixe de efetuar-se. A situação é a mesma no que se refere aos problemas da responsabilidade humana tais como eles se colocam através dos progressos tateantes do direito. Há uma consciência trágica da responsabilidade quando os planos humano e divino são bastantes distintos para se oporem sem que, entretanto, deixem de parecer inseparáveis (VERNANT, VIDAL-NAQUET, 1988 p. 18).

Lembremos por um instante a ruína de Édipo, todos seus movimentos são a tentativa de buscar a salvação de si e da cidade, mas a marcha da vida lhe escapa e o jogo da existência humana é em última instância dado pela maquinaria divina. Sim, de fato, na Tragédia Grega, o humano aparece como agente e responde por si, mas isto configura um interim entre um começo sempre ditado pelos deuses e um fim também orquestrado pelos mesmos.

Com feito, afirmamos que entre os séculos VI e V há a construção de um plano de autonomia humana, mas que, por outro lado, não é forte o suficiente para excluir da mente humana antigas representações míticas e heroicas, e a Tragédia apresenta esta ambiguidade em forma de embate, reflete as fraturas do campo social. O trágico trata o humano como figura problemática, no conflito em cena, os heróis surgem presos a valores arcaicos e nenhum deles é capaz de solucionar sozinho o problema do drama. O que se percebe é o triunfo dos valores na nova cidade democrática (VERNANT, VIDAL-NAQUET, 1998, p. 7-8).

O caso da tragédia *Filoctetes*, também de Sófocles e encenada em 409 a. c., apresenta este universo fraturado que o humano busca reconstruir constantemente. Aqui é através da palavra, do λόγος, que o poeta coloca em cena as tensões que a convivência social engendra. O *Filoctetes* é a tragédia das normas éticas (ROMILLY, 1999, p. 80). É um problema moral que se coloca em cena. Toda ação dá-se ao redor dos contatos entre três personagens que podem muito bem serem

considerados principais, Filoctetes, Odisseu e Neoptólemo. Filoctetes é o herói abandonado, endurecido em uma vida de dez anos de solidão, esquecido por seus pares.

O ponto da peça é o necessário convencimento de Filoctetes em mais uma vez lutar ao lado daqueles que um dia lhe deixaram para trás. Sabe-se desta necessidade daquele convencimento, mas por quais vias deve-se levar isto a termo? É a pergunta que se instaura ao longo do drama. A palavra assume seu papel. Para Odisseu, o necessário neste caso é valer-se de argumentos capciosos, mentirosos. Capturando assim, a alma de Filoctetes, mantendo em sombras as reais intenções do plano. Já Neoptólemo pensa que tal forma de atuação não possui honra ou vergonha alguma. Este personagem sabe que Filoctetes deve ser convencido, isto não é posto sob debate. O problema é natureza de palavras falaciosas. Deste modo, quer aproximar-se do herói abandonado por outra via, aquela que apresenta um argumento as claras. Nega o uso da falsidade, em nome de um convívio onde o λόγος deve mostrar-se em todos seus aspectos, possa ser visto e debatido. Esta oposição entre os personagens mencionados pode ser percebida no seguinte excerto:

Ne. Por que é preferível leva-lo pela astúcia a convencê-lo?

Od. Não será convencido. Pela força não o agarrarias.

Ne. Que confiança tão terrível ele tem em sua força?

Od. Flechas inevitáveis e portadoras da morte.

Ne. Ah! Não é possível contatá-lo com coragem?

Od. Não! A não ser que pela astúcia o agarres, como eu digo.

Ne. E não julgas vergonhoso dizer mentiras? (vv.102 – 109).

Nesta citação aparecem três maneiras possíveis de se conduzir determinada ação e como o argumento deve funcionar. Temos a πειθώ, persuasão, quando no primeiro verso Neoptólemo interroga o motivo de não ser melhor agir a partir de um convencimento que se utilize de argumentos claros; A violência em seu formato de força bruta, βία, aparece como uma possibilidade menor, Odisseu não tem em vista sua utilização, não a deseja; alternativa melhor considerada, ao menos sob os olhos de Odisseu, é o δόλος, aquele tipo de astúcia enganadora, sempre pronta a atingir os fins não importando as vias que se tome para tal e qual fito.

Sófocles em seu *Filoctetes* apresenta o poder do λόγος e o constante perigo do humano ultrapassar seus limites de ação no uso da palavra, a peça como que mostra à plateia de cidadãos uma variedade de se utilizar os argumentos, mas que todos possuem consequências, e é o humano que deve ser responsabilizado, pois, nesta nova experiência da construção de um espaço só seu no mundo, não compreende com clareza até onde vão suas fronteiras, ultrapassá-las é jogar-se em ruína. Na cidade de Atenas o debate e discussões públicas estavam fortemente presentes na vida dos cidadãos, e considerando a importância da Tragédia Grega e sua circulação no tecido social

ateniense, podemos afirmar que uma obra como o *Filoctetes*, espaço de articulação da palavra como uma problemática, causou impacto em uma plateia composta por cidadãos, que em muitos casos estavam cotidianamente envolvidos em debates, onde argumentos e ações deveriam estar bem concatenados.

Em suma, a Tragédia Grega apresenta um mundo dilacerado, permeado de ambiguidades e contradições. Na pólis há uma tensão entre tradições míticas heroicas e novos valores isonômicos, e o trágico tem este embate como alimento. No teatro de Dioniso, o poeta elabora um universo em que nada é unívoco, onde o herói não é capaz de trazer soluções. A Tragédia também mostra os limites de ação do humano, e a punição que lhe cai quando ultrapassa aquelas bordas incorrendo na insolência e desmedida. Os gregos buscaram uma determinada harmonia no espaço político-social, tiveram o objetivo de minimizar as fraturas daquele espaço, e é aí que o trágico opera, desnudando as contradições da existência, apresentando as dificuldades que a intersecção de vontades distintas traz ao convívio políade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GOLDHILL, S. *Amor sexo e tragédia: como gregos e romanos influenciaram nossas vidas até hoje*. Tradução Cláudio Bardella. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2007.
- MEIER, C. *De la tragédie grecque comme art politique*. Traduit Merielle Carlier. Paris: Les Belles Lettres, 1991.
- ROMILLY, J. *A tragédia grega*. Tradução Leonor Sandra Bárbara. Lisboa: Edições 70, 1999.
- SÓFOCLES. *Antigone*. Tradução e introdução Trajano Vieira. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- SÓFOCLES. *Filoctetes*. Tradução e introdução Fernando Brandão dos Santos. São Paulo: Odysseus, 2008.
- SÓFOCLES. *Édipo Rei*. Tradução e notas Trajano Vieira. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- SZONDI, P. *Ensaio sobre o trágico*. Tradução Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2004.
- VIDAL-NAQUET, P.; VERNANT, J.-P. *Mito e tragédia na Grécia antiga*. Tradução Anna Lia A. de Almeida Prado; Filomena Yoshie Hirata Garcia; Maria da Conceição M. Cavalcante. 2 Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

Recebido em:20/08/2015
Aprovado em:15/09/2015
Publicado em:27/10/2015

**POSSIBILIDADES DE TRAJETÓRIA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR EM ESTUDOS
CLÁSSICOS**
POSSIBILITIES FOR MULTIDISCIPLINARY ACADEMIC CAREER IN CLASSICS

Lidiane Carolina Carderaro dos Santos

Vol. XII | n°24 | 2015 | ISSN 2316 8412



Possibilidades de trajetória acadêmica multidisciplinar em estudos clássicos

Lidiane Carolina Carderaro dos Santos¹

Resumo: A proposta deste trabalho é apresentar possibilidades de trajetória acadêmica em Estudos Clássicos no Brasil sustentadas no caráter multidisciplinar que as pesquisas em Antiguidade comumente carregam. Por meio de um exemplo concreto, minha própria trajetória acadêmica, propõe-se a discussão no sentido de que não só é possível uma formação que permeia as várias áreas do conhecimento que abordam a Antiguidade, mas também que essa multidisciplinaridade é benéfica e necessária para uma compreensão aprofundada do objeto de estudo. Por essa via, é proposto então que a História Antiga, a Arqueologia, as Artes, a Literatura, a Filosofia e as demais áreas científicas de humanidades estão em permanente diálogo e são interdependentes, e que é importante considerar essa relação não apenas no âmbito da pesquisa mas também na formação do pesquisador.

Palavras-chave: Estudos Clássicos, Interdisciplinaridade, Multidisciplinaridade, Antiguidade Clássica.

Abstract: The purpose of this paper is to present academic career possibilities in Classical Studies in Brazil, supported on the multidisciplinary character that research in antiquity commonly carry. Through a concrete example, the very academic career, it is proposed to discussion in the sense that it is not only possible training that pervades the various knowledge areas that address the antiquity, but also that this multidisciplinary approach is beneficial and necessary for a depth understanding of the subject matter. In this way, then it is proposed that Ancient History, Archaeology, Arts, Literature, Philosophy and other scientific areas of humanities are in permanent dialogue and interdependence, and it is important to consider this relationship not only within the research but also in the formation of the researcher.

Keywords: Classics, Interdisciplinary, Multidisciplinary, Classical Antiquity.

O discurso pretendido neste trabalho é baseado no minicurso ministrado na XV Jornada de História Antiga – Edição LECA-POIEMA UFPel, ocorrido em novembro de 2014, e versa sobre as possibilidades de se investir em uma formação multidisciplinar com foco na Antiguidade Clássica, configurando uma tentativa de suprir a necessidade que o meio acadêmico brasileiro ainda não aborda: a existência de uma grande área de estudos à qual conhecemos por “Classics”, ou Estudos Clássicos, bastante arraigada internacionalmente.

Os Estudos Clássicos vêm exatamente expor a correlação interdisciplinar que a pesquisa focada em Antiguidade Clássica acarreta, e fazer perceber que História Antiga, Arqueologia, Artes, Letras Clássicas e Filosofia estão intimamente ligados e o estudo focado em um desses âmbitos é indissociável dos outros aspectos. Por fim, os Estudos Clássicos fazem compreender a Antiguidade como um todo que abarca esses

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Brasil; Mestranda em Estudos Clássicos pela Universidade de Coimbra (UC), Portugal.

diversos aspectos e a necessidade de o pesquisador compreendê-la também por sua multidisciplinaridade e imprimir essa visão na sua formação.

Para tanto será relatada uma trajetória baseada em uma experiência acadêmica ainda em curso, procurando enfatizar a escolha pelo aspecto multidisciplinar em detrimento de uma especificidade mais limitadora, como é adotado pela grande maioria dos programas de formação acadêmica no Brasil.

LETRAS

O primeiro passo nessa trajetória foi a decisão de cursar a faculdade de Letras, já focando na habilitação em Latim. Na época, a intenção era utilizar os conhecimentos em latim para posteriormente estudar música barroca e canto gregoriano e, em 2005, portanto, iniciaram-se os estudos em Letras Clássicas com habilitação em Latim pela Faculdade de Letras da Universidade de São Paulo.

O estudo do latim foi a porta de entrada para os Estudos Clássicos. Foram dois semestres de dedicação à habilitação em latim, estudando língua, cultura e literatura latinas. Esses estudos iniciais fizeram perceber a interligação entre as diversas áreas, por meio dos textos antigos e autores abordados. Ainda no segundo semestre, por uma curiosidade desenvolvida a partir das relações identificadas no mundo latino com a cultura grega, comecei a assistir as aulas de língua grega como disciplina optativa, a fim de compreender melhor essa relação entre gregos e latinos e, quando percebi, estava mais envolvida pelo grego do que pelo latim, alterando minha habilitação do latim para o grego, porém já tendo em mente a pretensão de manter uma formação múltipla.

Até então, não tinha ideia de como seria possível esse tipo de formação, conhecendo apenas que, naquela universidade, aqueles que desejavam uma formação mais ampla em línguas clássicas optavam pela habilitação em uma delas e estudavam a outra como formação complementar. Porém não tive conhecimento de experiências de formação multidisciplinar, integrando História ou Filosofia, por exemplo. Pelo contrário, quando levantada a questão com colegas e docentes, a reação comumente era de rechaça à ideia de integração, e uma defesa sistemática de que Letras, História e Filosofia são áreas distintas de conhecimento.

A partir do estudo da língua grega foram abertas diversas perspectivas para estudos futuros. Foi nesse momento que percebi os Estudos Clássicos como uma área única multidisciplinar, ou seja, não somente que as diversas áreas do conhecimento se complementam e se inter-relacionam, mas como uma grande área em que todos esses aspectos coexistem em unicidade. Não apenas que latim e grego estão intrinsecamente relacionados, mas que Literatura, Língua, História, Filosofia, Cultura, Política, Arqueologia e

Artes estão intimamente conectados entre si, de tal forma que compõem um todo, ao qual chamamos Estudos Clássicos.

Foram identificadas, portanto, algumas áreas de interesse cujo estudo acarreta inevitavelmente o conhecimento em outras dessas áreas. A possibilidade de trabalhar com literatura grega, por exemplo, vai além da própria literatura. Dada a vastidão de estilos e temas, tanto na literatura grega quanto na latina, as possibilidades são infinitas.

Essas linhas de pesquisa vão desde estudos aprofundados sobre a própria técnica estilística, que permeia a épica, a tragédia, a comédia, a poesia lírica e a poesia epigráfica, os textos em prosa e o mais tardio romance latino, até a própria escrita filosófica, como por exemplo o conhecido método platônico, baseado na dialética. A literatura se configura, além disso, como importante fonte histórica, aspecto que tem cada vez mais sido abordado.

O estudo comparado, abordando tanto literatura latina quanto literatura grega e a sua recepção em diferentes culturas e tempos históricos, além das diferentes formas de representação e apropriação temática, como as óperas ou as modernas produções cinematográficas, tem sido um importante campo de estudos atualmente, ao passo que amplia imensamente as possibilidades de trabalho com a literatura clássica.

As obras literárias podem, ainda, ser vistas por sua materialidade enquanto registro arqueológico, sendo discutidos seus materiais e formas de produção, suas limitações ou inovações físicas e a relação que estabelece com o local em que foi encontrado, por exemplo.

Portanto, o estudo baseado na literatura vai permear ao menos os campos da Linguística, da Arqueologia, da História, das Artes e da Filosofia, que fornecerão conhecimentos necessários para uma aprofundada análise do objeto literário.

Esse princípio se aplica também ao se abordar o aspecto histórico. O estudo com ênfase na História pode partir desde os textos classificados como historiográficos, com autores como Heródoto e Tucídides em se tratando de historiografia grega, até o estudo a partir da cultura material, permeando as fontes literárias. Nesse sentido, a História e a Arqueologia estão diretamente conectadas.

O estudo direcionado para a História visa, de modo geral, identificar a partir das diferentes fontes, evidências do modo de vida do homem grego e romano, tanto no âmbito social quanto organizacional, político ou econômico e, para isso, os textos ficcionais também operam como importante fonte, seja no seu conteúdo, seja no modo de representação. Sendo assim, essa linha de estudo pode, para a verificação de um único argumento, utilizar as mais variadas fontes possíveis, focando em aspectos sociais, culturais ou políticos e a inter-relação entre eles.

Já o estudo da Filosofia Antiga é por si bastante rico, dado o grande volume de textos chegados até nós por seguidores dessas escolas filosóficas gregas, primordialmente as pré-socrática, socrática, platônica,

estoica, cínica e neoplatônica, ao longo dos séculos. Uma perspectiva é estudar a Filosofia em seu contexto inicial, na maioria dos casos a Atenas Antiga, sua relação com a cultura e a política. Outro viés para o estudo filosófico antigo é focar nas escolas filosóficas (platônica, por exemplo) e sua recepção e apropriação ao longo do tempo. É possível, ainda, relacionar o conteúdo filosófico com o próprio suporte, ou seja, a construção linguístico-textual. O estudo filosófico vai, portanto, estar ligado ao estudo histórico e linguístico.

Esse estudo linguístico, ou o estudo direto das Línguas Clássicas, se dá basicamente por meio da análise de sua construção morfossintática. É um estudo bastante rico, dadas suas muitas possibilidades de variação estrutural que as línguas antigas permitem. Outra via, talvez a mais adotada, é o trabalho focado na tradução e estudo de textos gregos e latinos. Compõe esse estudo as variantes morfológicas e sintáticas e a análise vocabular, dada a complexidade derivada das muitas possibilidades de significado para alguns vocábulos, bem como sua significação enquanto inserido em um contexto histórico, social e político. Como bem se referem Garraffoni & Funari (2010, 3) acerca do estudo das línguas antigas e, a partir delas, a própria compreensão daquela sociedade:

O estudo da escrita dos povos antigos nos faz refletir sobre as constituições culturais, políticas e sociais dessas sociedades, além de ser um campo interessante para pensarmos as relações que cada povo estabelecia com o ato de escrever. Essas diferenças se tornam mais claras quando exploramos sociedades distintas. Tomemos, como exemplo, a Mesopotâmia e Roma, pois as relações destes povos com a escrita se desenvolveram de maneiras distintas: enquanto na Mesopotâmia a escrita era de domínio dos escribas, em Roma, ela foi muito difundida, dada a importância que a ela foi atribuída (GARRAFFONI, FUNARI, 2010, p. 3).

O estudo da língua vai se configurar um componente importante para todo estudo documental que trabalhe diretamente com textos antigos, mesmo aqueles em tradução, diante da necessidade de análise comparativa, neste caso, entre as várias versões existentes de uma mesma obra para se chegar a um consenso sobre uma tradução mais confiável ou fidedigna, levando em conta, também, o contexto em que foi produzida e a interferência que sofre por parte dele e do contexto do próprio tradutor.

Há, ainda, o estudo com vistas a questões políticas que permeavam o mundo antigo, bem como de seus resquícios em modelos políticos posteriores. O estudo da política na Antiguidade se baseia, também, nos diferentes tipos de registros escritos: filosóficos, historiográficos e ficcionais, além do registro material. Duas direções adotadas para esse tipo de estudos atualmente são a análise da confecção e aplicação das leis e o estudo sistemático e mesmo tradutório da biografia dos grandes homens políticos, estes especialmente com relação aos Imperadores romanos, dado que a produção de biografias foi marcadamente difundida entre os autores latinos. Nesse sentido, o estudo sobre a política romana se destaca.

Os estudos culturais talvez sejam os mais abrangentes e vão permear, principalmente, as questões relacionadas à religiosidade e aos rituais cívicos, religiosos e familiares. As relações com outros povos é um tema recorrente, principalmente em estudos sobre a cultura grega, no qual se destaca como pesquisador dos “limites da helenização” o historiador Arnaldo Momigliano, que investigou os contatos entre gregos e celtas, judeus e iranianos, constatando os diferentes modos de contato de acordo com o espaço cultural em que intervinham, assim como a variação da intensidade da intervenção grega (FUNARI; GRILLO, 2014)

Além disso, outro ponto importante é a questão da educação e a importância social que exerce, tanto nas sociedades gregas quanto nas romanas. Para tanto, lança-se mão de análises baseadas em fontes textuais e materiais, e a contraposição dessas fontes. Nesse sentido, o estudo arqueológico é também uma ferramenta importante. A esse respeito, pode-se tomar o exemplo dos estudos sobre grafites em Pompeia, que têm sido realizados por pesquisadores brasileiros como Renata S. Garraffoni, Fabio Favesani e Pedro P. A. Funari, este último que, tratando do letramento nessa sociedade, chama a atenção para o acesso à educação pelas camadas mais populares e a utilização desses grafites para a transmissão de informações cotidianas, tanto em âmbito particular quanto político, por exemplo, e a possibilidade de essa forma de transmissão ser mais acessível às pessoas, embora não se tenham relatos conhecidos de como se dava o ensino formal para essa camada social, diferentemente do ensino aristocrático, bastante relatado (FUNARI, 2003).

O estudo das Artes na Antiguidade é por si uma direção bastante ampla. Pode ser subdividido nas diversas artes conhecidas modernamente: em Arquitetura, Estatuária e Ceramologia, entre as artes manuais; além de Música, Dança e Teatro entre as artes performáticas. São inúmeras as possibilidades de estudo voltadas para a Arte Antiga, e estudos mais recentes têm se dedicado à interpretação e à recepção e reconstrução, sobretudo no cinema, juntamente com o estudo literário.

Por fim, às vezes injustamente colocada como acessória, a Arqueologia assume o papel importantíssimo no estudo focado na cultura material. Compreende o estudo técnico do objeto, imprescindível para a análise, seja ela voltada para a compreensão da organização social e o modo de vida daquela população, seja voltada à interpretação iconográfica. Com respeito ao trabalho com fontes materiais, Renata S. Garraffoni enfatiza bem as dificuldades de se trabalhar nessa perspectiva hoje, no Brasil, ao afirmar a importância de se perceber que não se trata apenas de um problema de acesso às fontes arqueológicas, posto que são acessíveis no país acervos ainda insuficientemente estudados como o do Museu Nacional (Rio de Janeiro) e o do Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE-USP (São Paulo), mas sobretudo às maneiras como é estabelecido o diálogo entre História e Arqueologia (GARRAFFONI, 2008, 49-51), implicando discutir a percepção do pesquisador com relação aos Estudos Clássicos, que está diretamente relacionada à sua formação (GARRAFFONI; FUNARI, 2010, 3).

Diante dessas várias possibilidades de direcionamento para a pesquisa em Estudos Clássicos, o que de início parecia uma solução, ou seja, o pensamento lógico de encarar os Estudos Clássicos como uma

unicidade, se mostrou um problema no que se refere à formalização dessa formação. Embora seja uma grande área que abarca todas essas outras, pelo menos no Brasil o estudante/pesquisador se vê de certa maneira obrigado a optar por uma dessas áreas isoladamente, tratando as outras como acessórias. Não temos no Brasil, ainda, o conceito de Estudos Clássicos bem estabelecido. Temos a História Antiga, as Letras Clássicas, a Arqueologia Clássica, a Filosofia Antiga etc. Todas operando individualmente, embora na prática dos estudos em particular elas, via de regra, dialoguem entre si.

Com tantas possibilidades, e o anseio de trabalhar com tudo e tratar todas as áreas com igual importância, a escolha foi se moldando durante toda a graduação, de modo que ao me formar não havia ainda um foco definido, apenas uma certeza e um direcionamento, desenvolvidos a partir da ideia inicial de estudar a música barroca: trabalhar com a música na Antiguidade.

Mesmo com essa especificidade, as possibilidades eram inúmeras: teorização musical, a música na filosofia, educação musical, instrumentação, papel social da música, poesia lírica etc. Fato que me fez interromper os estudos por um tempo, tomando os seguintes três anos para pensar e escolher o que mais me satisfazia dentre essas possibilidades, permitindo que desenvolvesse uma pesquisa com enfoque com o qual realmente me identificasse.

ESPECIALIZAÇÃO EM ESTUDOS CLÁSSICOS

Após três anos, com a percepção de que havia passado tempo demais, percebi que não só não tinha cumprido o propósito de escolher um tema de estudo, mas que esse tempo acarretou outra problemática: encontrar uma maneira de voltar às atividades acadêmicas, o que se tornara bastante complicado devido ao tempo transcorrido e ao afastamento da universidade.

Nesse momento, em que buscava uma maneira de voltar à universidade, de encontrar uma temática de pesquisa e um programa de pós-graduação cujo mestrado contemplasse o desejo de uma formação multidisciplinar em Antiguidade Clássica, surgiu a indicação de um curso de pós-graduação que se iniciaria em breve na Universidade de Brasília. Dois pontos primordiais para a decisão de fazer esse curso foram a modalidade à distância, que era relativamente nova no Brasil, ou seja, haviam poucos cursos de pós-graduação à distância, e ainda menos nas áreas de Humanidades. O segundo ponto decisivo foi exatamente a especificidade do curso, uma “Especialização em Estudos Clássicos”.

O Curso de Especialização em Estudos Clássicos teve duração de três semestres e ocorreu entre 2012 e 2013, promovido pela Universidade de Brasília em parceria com a Cátedra Unesco ARCHAI². Vi nesse

² O curso de Especialização em Estudos Clássicos é uma parceria entre a UnB, por meio do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, e a Cátedra Unesco ARCHAI, e conta com 15 disciplinas ministradas por professores doutores vinculados a diversas universidades em todo o país e de Portugal. As disciplinas são ministradas por meio de vídeo-aulas, fóruns de

curso duas coisas que me chamaram a atenção. A primeira é o fato de ser, como dito anteriormente, talvez o primeiro curso no Brasil a assumir a abrangência dos Estudos Clássicos como uma unicidade, como uma área única de conhecimento multidisciplinar. A segunda é que, exatamente por essa ampla abrangência, me permitiria olhar os Clássicos de maneira diferente da minha formação em letras na graduação e, a partir daí, escolher um campo de estudo. Foi com esse intuito que iniciei o curso, que contou com disciplinas como Origens Orientais da Cultura Clássica; Arte Antiga; História da Filosofia Antiga; História Grega; História Romana; Judaísmo, Cristianismo e Helenismo; Literatura Grega; Literatura Grega e Cinema; Literatura Latina; Arqueologia; Recepção da Antiguidade na Literatura Contemporânea e Teatro Antigo. A partir dessas disciplinas pode-se perceber que já não há uma divisão exata dos assuntos dentro das áreas convencionais de Humanidades, pode-se compreender, então, essa interação e coexistência dessas áreas.

Entre elas, a disciplina de História Antiga me chamou a atenção para os vasos gregos, que antes me passavam despercebidos enquanto possíveis objetos de estudo. Por fim, em tempos de escolher um tema para o trabalho final, já ao final do segundo semestre do curso, que resultaria em um artigo, optei por escrever sobre a representação da música na cerâmica e seu papel no cotidiano grego. Esse artigo, que está em vias de publicação, traz o título “A imagem do jovem músico em *agones* musicais através da iconografia de vasos áticos”, no qual abordo a representação em cerâmica ática de músicos jovens e meninos em competições musicais dos festivais atenienses entre os séculos V e IV a.C., identificando nas imagens elencadas alguns aspectos de caracterização específicos, como vestimenta e instrumentos especificamente usados nesse tipo de competição, como a cítara de Tamiris; além da identificação que se faz na iconografia desses jovens músicos com a imagem de Apolo citaredo infantilizado, recorrente na cerâmica ática a partir do século V a.C. Para tanto, entre as referências bibliográficas utilizadas, em sua maioria estrangeira, o que é ainda uma condição problemática para o estudante de Mundo Antigo no Brasil – a ainda escassa produção bibliográfica em língua portuguesa – destaco a tese de doutoramento do Prof. Dr. Fábio V. Cerqueira³.

Este não só foi o trabalho final do curso mas principalmente serviu para a definição da temática de estudo que seria ampliada em um mestrado, posteriormente ao término da Especialização, que era a segunda intenção ao decidir fazer esse curso.

Além de uma atualização com relação às teorias e temáticas pertinentes à Antiguidade Clássica, o curso de Especialização foi importante também para entrar em contato com professores pesquisadores das diversas áreas envolvidas, o que proporcionou o acesso a possibilidades de continuidade para a pesquisa em Estudos Clássicos, agora já centrada na cerâmica grega com temática iconográfica musical.

discussão e atividades *online*, além de três avaliações em caráter presencial, e é voltado a todos os interessados que tenham concluído a graduação. Atualmente, o curso inicia sua segunda turma, cujas inscrições iniciam em janeiro de 2015, com previsão para início das atividades em Abril do mesmo ano.

³ Cerqueira, Fábio V. Os instrumentos musicais na vida diária da Atenas tardo-arcaica e clássica (550-400 a.C.). O testemunho de vasos áticos e de textos antigos. Tese de doutoramento. Universidade de São Paulo, 2001.

Dois deles foram primordiais para os passos seguintes dessa trajetória, o Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira, da Universidade Federal de Pelotas, que na Especialização foi professor da cadeira de História Grega e orientou a pesquisa para o trabalho final e cuja temática de pesquisa gira em torno, também, da música e cerâmica gregas; e o Prof. Dr. Delfim Leão, da Universidade de Coimbra, que na Especialização foi professor da cadeira de Introdução aos Estudos Clássicos.

Filtradas então as possibilidades de continuação em um mestrado, decidi tentar o processo de seleção para essas duas universidades, UFPel e Universidade de Coimbra, o que se deu logo que finalizei o curso de Especialização, em agosto de 2013.

MESTRADO EM ESTUDOS CLÁSSICOS

Em Setembro de 2013 comecei, então, o Mestrado em Estudos Clássicos pela Universidade de Coimbra. Dois pontos fundamentais para decidir por este curso foram: primeiro o caráter globalizante cujo nome do curso já deixa bem claro, em Estudos Clássicos, de maneira bastante abrangente, aos moldes de como a área é abordada nas universidades norte-americanas e europeias; o segundo é o fato de o curso ser ministrado em formato *b-learning*, ou seja, semipresencial, o que me permite cursá-lo a partir do Brasil, tendo que estar presente em Portugal, obrigatoriamente, apenas em duas ocasiões por períodos curtos de tempo.

O curso conta com disciplinas como Arte Antiga; Mobilidade no Mundo Antigo; Política e Cidadania no Mundo Antigo; Reescrita do Mito; Temas de Literatura Grega e Tradição Clássica; pelo que se pode perceber uma aglutinação temática ainda maior com relação ao curso anterior.

Para tema de monografia desse Mestrado em Estudos Clássicos, cujas pesquisas estão em fase inicial, foi escolhida a temática “A representação de aspectos musicais de seres mitológicos através da iconografia em cerâmica grega”, a qual abrange aspectos materiais, mitológicos, iconográficos e musicais, enfatizando a análise das fontes materiais por uma abordagem artística. Nesse trabalho pretendo propor uma leitura iconográfica de cerâmicas gregas que trazem seres mitológicos diretamente ligados a habilidades musicais, como as Sereias, Orfeu, Mársias e Tamiris, analisando à luz de seus mitos, conforme relatados por autores antigos, suas formas, os instrumentos, as vestimentas e aspectos de sua expressão em relação com a cena como um todo, além de levantar questões de divergência entre as imagens elencadas. Para tanto, as fontes textuais que compõem a pesquisa figuram, basicamente, na coleção *LEOB Classical Library*, versão bilíngue grego-inglês de textos gregos e latinos, da Harvard University Press.

MESTRADO EM HISTÓRIA

Ainda no segundo semestre de 2013, enquanto iniciava o mestrado em Coimbra, realizei o processo seletivo para o Mestrado em História da Universidade Federal de Pelotas. Embora já estivesse cursando um mestrado, considerei relevante complementar a formação com um curso no Brasil, que seguisse as diretrizes acadêmicas do país, questão importante que será abordada mais adiante. Tão importante quanto isso foi seguir sob a orientação de um professor que é referência em pesquisa dentro dessa temática, essa era uma condição para que seguisse nos dois mestrados, o que afortunadamente foi possível.

No primeiro semestre de 2014, portanto, iniciei o mestrado em História na UFPel, pela linha de pesquisa “Arte e Conhecimento Histórico”, ao qual foi aprovado o projeto de pesquisa “Variações da imagem de Apolo citaredo nas cerâmicas grega e de influência grega produzidas na Campânia (séculos V a III a.C.)”, com bolsa de financiamento de mestrado CAPES.

Esta pesquisa, que está em curso, abrange aspectos materiais, mitológicos, musicais, iconográficos, culturais e históricos, porém com uma abordagem de análise mais voltada para questões históricas e culturais. A proposta é fazer uma análise da iconografia da representação de Apolo citaredo nas cerâmicas campanenses (Campânia, Magna Grécia) relacionando-a com o suporte material em que está inscrita, com o local encontrado e proveniência, além de traçar um paralelo com o mesmo tipo de representação na região Ática, propondo assim uma leitura sobre a forma de colonização e interação cultural entre gregos e não-gregos nessa região da Península Itálica, bem como a inserção da cultura grega naquele local. A cerâmica italiota sob influência grega é bastante estudada por A. D. Trendall, cujas obras *The Red figure vases of Lucania, Campania and Sicily* e *Red figure vases of South Italy and Sicily* compõem a referência bibliográfica da pesquisa.

OBJETO DE PESQUISA

Ambas as pesquisas em curso abordam o mesmo tipo de fonte material, a cerâmica grega. Por si, o acesso às fontes se configura um complicador para o pesquisador brasileiro que, não tendo à mão seu objeto de pesquisa, utiliza de bancos de imagens disponibilizados *online*. Nessas pesquisas utilizo primordialmente o *Beazley Archive* (www.beazley.ox.ac.uk), que dentre os bancos de dados existentes é o mais completo de informações e quantidade de material cerâmico.

Apesar de tratarem do mesmo tipo de objeto, são duas pesquisas com abordagens distintas, o que demonstra essa multiplicidade de que se compõem os Estudos Clássicos, e a necessidade de uma formação

mais abrangente e ampla a fim de empreender análises mais aprofundadas do objeto de estudo, esteja o foco principal no aspecto artístico, esteja no histórico.

Como aspectos comuns, as pesquisas permeiam as áreas de Arqueologia (Ceramologia e Iconografia), Literatura, História e Arte. Porém enquanto a primeira pesquisa (Estudos Clássicos) tem, além desses, especial atenção à interação dos aspectos mitológicos, musicais e culturais, a segunda pesquisa (História) tem a atenção voltada para a inter-relação entre a mitologia, a colonização grega, a cultura ritualística e a música.

CONCLUSÕES

Por meio deste exemplo de trajetória acadêmica fica claro que encarar os Estudos Clássicos como uma área de estudos multidisciplinar é uma necessidade não apenas para o curso das pesquisas mas também para a formação acadêmica do pesquisador, visando uma abordagem mais completa do objeto de estudo.

Contudo, há que se chamar a atenção para os empecilhos impostos, pelo menos até o momento, no que concerne as questões formais e mesmo burocráticas referente a esse tipo de formação por parte das universidades brasileiras.

Por não ser ainda admitida como área científica de estudo, cursos como a Especialização em Estudos Clássicos da UnB e o Mestrado em Estudos Clássicos da Universidade de Coimbra acabam tendo sua certificação e validação vinculadas a departamentos de Filosofia ou de Letras, o que se torna prejudicial, também, no momento de prestar concursos públicos para docência, por exemplo, que comumente exigem a formação integral em uma única área convencional de humanidades: Filosofia ou História ou Letras etc.

Felizmente, essa visão tem se modificado por parte dos profissionais brasileiros, pesquisadores e docentes, que trabalham diretamente com aspectos do Mundo Antigo, o que tem aberto espaço nas instituições de ensino para discussões acerca da abrangência dos Estudos Clássicos e essa necessidade de uma formação multidisciplinar.

Primordial, no entanto, é o pesquisador compreender as próprias atividades e produções acadêmicas como multidisciplinares, e a necessidade de prover a si mesmo uma formação mais abrangente e completa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CERQUEIRA, F. V. *Os instrumentos musicais na vida diária da Atenas tardo-arcaica e clássica (550-400 a.C.). O testemunho de vasos áticos e de textos antigos*. 2001. Tese (Doutoramento) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- FUNARI, P. P. A. *A vida quotidiana na Roma Antiga*. São Paulo: Annablume, 2003.
- GARRAFFONI, R. S. Arqueologia e História: a busca por um diálogo. IN: OLIVEIRA, T. (Org.). *Antiguidade e medievo: olhares históricos-filosóficos da educação*. Maringá: Eduem, 2008. p. 49-60.
- GARRAFONI, R. S.; FUNARI, P. P. A. Considerações sobre o estudo da Antiguidade Clássica no Brasil. *Acta Scientiarum. Education*, Maringá, v. 32, n. 1, p. 1-6, 2010.
- FUNARI, Pedro P. A.; GRILLO, José G. C. Os conceitos de helenização e de romanização e a construção de uma Antiguidade Clássica. In: ALMEIDA, N. B.; NEMI, A. L. L.; PINHIEIRO, R. A. B. (Org.). *A construção da narrativa histórica: séculos XIX e XX*. Campinas; São Paulo: UNICAMP; FAP-UNIFESP, 2014. p. 205-214.
- TRENDALL, A. D. *The Red figure vases of Lucania, Campania and Sicily*. Oxford: Clarendon Press, 1967.
- TRENDALL, A. D. *Red figure vases of South Italy and Sicily. A handbook*. London: Thames and Hudson, Col. World of Art, 1989.

Recebido em:18/08/2015
Aprovado em:10/09/2015
Publicado em:27/10/2015

As atividades do LECA-POIEMA na UFPel (2013 e 2014): colaboração dos pesquisadores discentes

LECA-POIEMA's activities in UFPel (2013 and 2014): the collaboration of the student researchers

Andréia da Rocha Lopes

Dayanne Dockhorn Seger

Diego Souza da Rosa

Lidiane Carolina Carderaro dos Santos

Matheus Barros da Silva

Rafael Oliveira Mansan

Ricardo Barbosa da Silva

Carolina Kesser Barcellos Dias

Vol. XII | n°24 | 2015 | ISSN 2316 8412



As atividades do LECA-POIEMA na UFPel (2013 e 2014): colaboração dos pesquisadores discentes

Andréia da Rocha Lopes¹

Dayanne Dockhorn Seger²

Diego Souza da Rosa³

Lidiane Carolina Carderaro dos Santos⁴

Matheus Barros da Silva⁵

Rafael Oliveira Mansan⁶

Ricardo Barbosa da Silva⁷

Carolina Kesser Barcellos Dias⁸

Resumo: Neste artigo, são reunidos os textos apresentados pelos pesquisadores discentes dos núcleos LECA-POIEMA (Laboratório de Estudos sobre a Cerâmica Antiga e Polo Interdisciplinar de Estudos sobre o Mundo Antigo) durante a mesa de comunicações da XV Jornada de História Antiga. Os textos trazem um breve histórico, o desenvolvimento e alguns resultados dos projetos desenvolvidos pelos núcleos, sobretudo nos anos 2013 e 2014.

Palavras-chave: Projetos, Núcleos de Pesquisa, UFPel.

Abstract: This paper is a collective production presented by the students of LECA - POIEMA (Laboratory of Studies on Ancient Ceramics and Interdisciplinary Studies of the Ancient World) during the communication session at the XV Jornada de História Antiga. Here are discussed a brief history, the development and results of some projects developed by these groups in the years 2013 and 2014.

Keywords: Projects, Research Groups, UFPel.

A Mesa de Comunicações dos Discentes ocorreu no dia 27 de novembro, fechando a programação de comunicações da XV Jornada de História Antiga, e procurou divulgar e discutir alguns resultados dos projetos desenvolvidos sobretudo durante os anos 2013 e 2014 pelo Laboratório de Estudos sobre a Cerâmica Antiga (LECA) e pelo Polo Interdisciplinar de Estudos do Mundo Antigo (POIEMA). A opção em publicar todos os textos em um mesmo artigo é consonante com a ideia de uma apresentação 'em bloco' das

¹ Graduanda no curso de Bacharelado em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Brasil; bolsista de Iniciação Científica pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil.

² Graduada no curso de Bacharelado em Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Brasil; bolsista de Iniciação Científica pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil.

³ Graduando no curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Brasil; bolsista.

⁴ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Brasil; bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Brasil.

⁵ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Brasil; bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Brasil.

⁶ Graduando no curso de Bacharelado em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Brasil.

⁷ Graduando no curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Brasil; bolsista de Extensão Universitária da Universidade Federal de Pelotas (PROBEC/UFPel).

⁸ Pós-doutoranda e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Brasil; bolsista do PROGRAMA DE BOLSAS DE FIXAÇÃO DE DOUTORES da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (DOCFIX-CAPES/FAPERGS), Brasil. Coordenadora e pesquisadora associada do Laboratório de Estudos sobre a Cerâmica Antiga da Universidade Federal de Pelotas (LECA-UFPel), Brasil.

atividades desenvolvidas pelos dois núcleos de pesquisa. A perspectiva interdisciplinar e coletiva do LECA-POIEMA – uma associação dos dois núcleos de pesquisa referentes aos Estudos Clássicos na Universidade Federal de Pelotas, concretizada no início de 2014 – foi representada pela participação de seus pesquisadores discentes na mesa coletiva, trabalhando em conjunto na produção dos textos em tela. A ordem dos textos foi levemente alterada em relação à apresentação para que se observassem algumas particularidades desta produção: alguns projetos estão em uma configuração mais elaborada e, portanto, apresentam resultados já aparentes nos textos. Outros recebem um tratamento mais próximo a um texto-relatório, por apresentar um histórico das atividades desenvolvidas, e perspectivas futuras. Contudo, acreditamos que este formato cumpre o papel acadêmico e científico de reflexões sobre as pesquisas desenvolvidas, assim como apresenta e divulga as atividades ainda em andamento nos dois núcleos.

Evidencia-se, ainda, um caráter particular de resultados pela ótica dos discentes, o que representa novamente os objetivos desta Jornada Especial, em que as trajetórias e as experiências de trabalho em núcleos de pesquisa têm como alvo e agente principal os próprios estudantes.

O GELECA

Por Ricardo Barbosa da Silva e Rafael Oliveira Mansan

O Grupo de Estudos do Laboratório de Estudos sobre a Cerâmica Antiga (GELECA) começou suas atividades no ano de 2012 na Universidade Federal de Pelotas, sob a orientação da Profa. Dra. Carolina Kesser Barcellos Dias.

Após um breve hiato, em abril de 2014, as atividades do GELECA foram retomadas com enfoque voltado para o projeto da criação do Banco de Desenhos do LECA, com encontros voltados às discussões teórico-metodológicas acerca da confecção/utilização de um banco de dados de desenhos do material arqueológico.

Na perspectiva dos discentes, o GELECA tem sido um excelente meio de troca de experiências, contando com alunos que acabaram de ingressar na Universidade em seus cursos de graduação e outros alunos já na pós-graduação, e essa troca de experiências tem sido ponto favorável apontado por pesquisadores de fora que visitam o Laboratório. Além desta multiplicidade de “maturidade” dentro da academia, os discentes que integram o GELECA também vêm de áreas diferentes, tais como Arqueologia, História, Filosofia e Letras (Clássicas).

Apesar de ter-se um projeto como objetivo principal dos encontros do grupo no ano de 2014, com discussões sobre os aportes teórico-metodológicos sobre a produção, utilização e operacionalização dos bancos de dados, o grupo também adentra discussões pertinentes a áreas mais “modernas” da produção do

conhecimento histórico e arqueológico, tais como a própria criação e utilização de bancos de desenhos e de textos, e o campo especializado da ciberarqueologia.

Com uma proposta interdisciplinar, foram organizadas diversas atividades para estimular os diálogos entre discentes do Grupo de Estudos e demais pesquisadores da universidade e de outros núcleos de pesquisa. Dentre as atividades promovidas pelos laboratórios, houve a palestra “Interpretação de Imagens: problemas e métodos”⁹ ministrada pela mestranda do programa de Pós-Graduação em História da UFPel, Diana Silveira de Almeida, que trouxe reflexões sobre a imagem do ponto de vista da História da Arte. A oficina “Desenho de material arqueológico cerâmico”¹⁰, ministrada pelo Prof. Dr. Rafael Guedes Milheira, coordenador do LEPAARQ (UFPel), para instrumentalizar os estudantes nas técnicas e métodos do desenho do material arqueológico, especificamente o cerâmico, com exercícios de desenhos de fragmentos e vasos fragmentários ou inteiros. Uma oficina específica de edição de textos na Wikipédia¹¹, ministrada pela Profa. Dra. Juliana Bastos Marques (UNIRIO), que promoveu exercícios de edição de textos na Wikipédia, atividade que trouxe reflexões acerca da composição de textos informativos e objetivos, além de promover o exercício de colaboração durante a produção de conhecimento. Ainda, uma palestra sobre “A construção de bases de dados na pesquisa histórica”¹², ministrada pelo Prof. Dr. João Júlio Santos Jr. (pós-doutorando e professor no PPGH – UFPel), para demonstrar o potencial e o uso de determinados softwares como um recurso de organização, sistematização de informações e criação de banco de dados, verdadeiras ferramentas para o desenvolvimento da pesquisa histórica.

Da perspectiva discente, este Grupo de Estudos tem contribuído para o desenvolvimento de novos pesquisadores da área de dos estudos clássicos, bem como para a promoção de um espaço de trocas e diálogos, experiências que têm servido enormemente para o desenvolvimento do projeto do GELECA, com debates interessantes e atividades dinâmicas.

O POIEMA

Por Diego Souza da Rosa

⁹ Atividade promovida pelo LECA no dia 26 de junho de 2014.

¹⁰ Atividade promovida pelo LECA e pelo LEPAARQ como atividade programada para o Grupo de Estudos do LECA (GELECA), no dia 05 de setembro de 2014.

¹¹ Atividade promovida pelo LECA nos dias 6 e 7 de outubro de 2014. A Profa. Marques ministrou a palestra “A Wikipédia pode ser confiável? Princípios e fundamento da enciclopédia que todos podem editar”, seguida da oficina de edição na Wikipédia em que os alunos editaram textos ligados aos estudos sobre a cerâmica antiga, em verbetes sobre formas de vasos, museus e biografias de autores especialistas nesta temática e nos Estudos Clássicos. A atividade teve o apoio do Laboratório de Geoprocessamento da Faculdade de Geografia da UFPel.

¹² Atividade promovida pelo LECA no dia 10 de outubro de 2014.

O Polo Interdisciplinar de Estudos do Mundo Antigo é um projeto de pesquisas criado e posto em prática em junho de 2012, com o objetivo de reunir docentes e discentes especializados nos estudos da antiguidade, baseados em métodos interdisciplinares para agregar as mais variadas áreas da Academia, e expandir o interesse das comunidades acadêmica e geral para conhecimento sobre o mundo antigo.

Inicialmente, foram formados dois grupos de estudos no âmbito do POIEMA. O primeiro, de introdução ao latim, promovia o ensino introdutório da língua, voltado para iniciantes, em que noções da gramática e vocabulário básico eram trabalhadas por meio de leitura de pequenos textos e exercícios de tradução. O sucesso do grupo de latim trouxe para a universidade pessoas de fora do meio acadêmico, demonstrando assim o aspecto extensionista das atividades promovidas pelo Polo. O segundo grupo tratava de aspectos gerais da economia antiga, baseado nos estudos da obra de Moses Finley, “A Economia Antiga” (1973). Os dois grupos, liderados pelo Prof. Dr. Deivid Valério Gaia (durante seu período de docência na UFPel), iniciaram os alunos em estudos especializados sobre o mundo romano.

O POIEMA promoveu uma palestra inaugural do projeto no dia 13 de setembro de 2012, nas dependências do Instituto de Ciências Humanas. O Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva (UFES) ministrou a palestra “João Crisóstomo e a cristianização de Antioquia”, com o objetivo de discutir os métodos de cristianização que o Império Romano utilizou nas zonas urbanas, apresentando os relatos de João Crisóstomo na cidade de Antioquia, capital da Síria, durante o século IV.

Ainda em 2012, graças a uma parceria entre o POIEMA e o Prof. Dr. Francisco Marshall (UFRGS), os estudantes Gustavo Ribeiro (graduando do curso de História), Eduarda Peters (graduanda do curso de Antropologia-Arqueologia) e Maicon Einhardt (graduando do curso de Conservação e Restauro) participaram do projeto de escavação no sítio arqueológico de Apollonia-Arsuf, Israel, sob coordenação do Prof. Dr. Oren Tal, da Tel Aviv University. O projeto em questão existe desde meados dos anos 90, sob coordenação de Francisco Marshall. As experiências neste projeto, entre 6 e 31 de agosto, foram relatadas pelo graduando Gustavo Ribeiro na XIII Jornada de História Antiga, na UFPel, no ano seguinte.

Entre os dias 21 e 23 de janeiro de 2013¹³, ocorreu a XIII Jornada de História Antiga da UFPel intitulada “Temas, fontes e métodos em História Antiga: a pesquisa na graduação e pós-graduação”, edição esta realizada em parceria com o Núcleo de Estudos da Antiguidade da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (NEA-UERJ). A Jornada, aberta às comunicações de graduandos e pós-graduandos, teve como objetivo estimular o debate sobre a temática proposta entre discentes e pesquisadores de outras instituições. A conferência de abertura “Atenas e o processo de civilidade no período clássico” foi ministrada pela Profa. Dra. Maria Regina Cândido (NEA/UERJ), e a de encerramento, “Historia Ornata: a invenção da História na literatura romana”, ministrada pelo Prof. Dr. Anderson Martins Esteves (Departamento de Letras Clássicas/UFRJ). Dentre

¹³ A XIII JHA sofreu um atraso em seu calendário devido à greve ocorrida na universidade em 2012. Esta edição corresponde, portanto, às atividades programadas de 2012.

as atividades, ocorreram minicursos, comunicações e uma mesa redonda com o tema “Gênero e Sexualidade no Mundo Antigo”. Além de compor a comissão organizadora, os membros do POIEMA e demais apresentadores tiveram seus artigos publicados na edição nº II, ano VI da Revista Eletrônica Nearco, da UERJ.

Nos dias 03 e 05 de julho de 2013, o Laboratório de Pesquisa do Mundo Antigo da ULBRA e o Programa de Pós-graduação em Artes Visuais da UFRGS, em conjunto com o POIEMA, o LECA e o Programa de Pós-graduação em História (PPGH) da UFPEL, promoveram o I Ciclo de Palestras "Arqueologia e Iconografia no Oriente Antigo Próximo", com a participação do Prof. Dr. Luc Bachelot (Histoire et Archéologie de l'Orient Cunéiforme (HAROC), ArScAn, Maison René-Ginouvès). O II Ciclo de Palestras do POIEMA foi promovido juntamente com o Núcleo de Pesquisa em História Regional (NPHR - UFPEL), no dia 24 de julho, recebendo o Prof. Dr. Pedro Paulo de Abreu Funari (UNICAMP), com a palestra "Questões atuais dos estudos sobre a guerra e o exército no mundo antigo".

Na semana de 12 a 16 de agosto do mesmo ano, o POIEMA, o LECA e o Lepaarq se uniram para promover uma extensa programação que compôs o III Ciclo de Palestras, ministradas pelos professores Dr. Ennio Sanzi (Doutor em Letras e Pesquisa sobre História Religiosa pela Università La Sapienza – Roma) e Dra. Alessandra Carucci (Láurea Magistral em Filologia e Literaturas da Antiguidade e especialista em Paleografia Grega pela Escola Vaticana de Paleografia, Diplomática e Arquivística – Vaticano): "Cultos orientais no mundo helenístico-romano" e "Magia no mundo helenístico-romano", apresentadas pelo Prof. Sanzi e "Tradição Clássica no Mundo Bizantino", pela Profa. Carucci. Além das palestras, os professores também ministraram minicursos sobre as línguas egípcia (gramática e sintaxe) e copta (morfologia e sintaxe).

As edições da Jornada de História Antiga se intercalam entre nacionais e internacionais, e a XIV edição foi de âmbito internacional. Realizada em 29 e 30 de agosto de 2013, teve como tema "Cultura, Religião e Imagem nos Mundos Gregos e Romanos Antigos". Como conferencistas, recebeu os professores Dr. Jean-Michel Carrié (EHESS - França), que apresentou o estudo "Da exegese iconográfica à interpretação político-ideológica: um reexame do afresco do campo romano de Luxor"; a Dra. Denise Bloch (Paris X - França), que discutiu "O conceito de superstitio na Antiguidade Tardia"; e o Dr. Sérgio Ricardo Strefling (Filosofia Medieval, UFPEL), que encerrou o evento com a fala "A gênese do primado pontifício: uma questão entre Império Romano e Cristianismo". Ainda, pesquisadores palestrantes convidados se apresentaram em três mesas temáticas: Estudos sobre Cultura e Religião Romana, Estudos sobre Cultura Grega e Romana e Estudos sobre Imagem e Cultura.

Nos dias 04 e 05 de setembro, o POIEMA organizou a oficina "Atualidades sobre os estudos da Antiguidade Tardia", ministrada pelos acadêmicos Profs. Drs. Jean-Michel Carrié e Denise Bloch, referências internacionais nos estudos de antiguidade tardia. A oficina foi bastante interativa e dinâmica, como uma roda de conversas, e possibilitou aos discentes que pesquisam a História Antiga o contato direto com duas importantes autores da historiografia clássica, ainda em atividade.

Em 22 e 23 de novembro de 2013, o POIEMA, novamente junto com o LECA e o Lepaarq promoveram um ciclo de palestras sobre Arqueologia, História e Ceramologia desenvolvidas em Israel, ministradas pelo doutorando em Arqueologia no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP) e PhD Researcher da Tel Aviv University, Prof. Márcio Teixeira Bastos. Cada palestra foi realizada por um dos núcleos de pesquisa, sendo a primeira delas, intitulada “Estudos Clássicos no Brasil: Arqueologia Romana em Israel”, promovida pelo POIEMA.

No ano de 2014, o POIEMA se uniu com o LECA, e pesquisadores de ambos os grupos passaram a trabalhar em conjunto, contando também com a adesão de alunos ingressantes do primeiro semestre dispostos a seguir as linhas de estudos sobre o mundo antigo propostas pelos núcleos. Os membros da fusão LECA - POIEMA passaram a se reunir para a realização de análises de fontes, debates a respeito da historiografia de estudos clássicos e a arqueologia do mundo antigo no âmbito do GELECA, e mobilizaram-se para a organização da XV Jornada de História Antiga, com o apoio e parceria de núcleos de estudos de outras universidades: o NEA-UERJ, o TAPHOS - Grupo de Pesquisas de Práticas Mortuárias, e o Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga da Universidade de São Paulo (TAPHOS-LABECA/USP), e o Laboratório de Arqueologia Romana Provincial da Universidade de São Paulo (LARP-USP).

Propõe-se para o primeiro semestre de 2015, restaurar o grupo de estudos “Druidas e Nibelungos”, um grupo não-oficial de discussão de textos que tem o intuito de promover o estudo dos povos bárbaros (celtas, celtiberos, germânicos e nórdicos) de forma multidisciplinar, com base em fontes arqueológicas e textos gregos e romanos. A proposta é que o grupo se vincule ao POIEMA, agora com a denominação de “Barbaridade”, um jogo com o termo “bárbaro” e a expressão comumente utilizada na região sul para designar surpresa ou indignação.

O GRUPO DE ESTUDOS DE GREGO

Por Lidiane Carderaro e Matheus Barros da Silva

Durante o segundo semestre de 2013 existiu um grupo de estudo de língua grega alocado no Instituto de Ciências Humanas da UFPel, em que aulas de língua grega antiga eram ministradas pelo mestre em Filosofia Antiga, à época mestrando, Dionatan Tissot. O grupo contava com a participação de acadêmicos do curso de História, Filosofia, Antropologia/Arqueologia. Dentre os participantes, o mestrando em História Matheus Barros da Silva, idealizou o grupo de estudos que se formou em outubro de 2014, configurando uma das atividades promovidas pelo LECA.

Desde o início do primeiro semestre de 2014 alguns alunos manifestaram o desejo e mesmo a necessidade de conhecer a língua grega antiga para melhor compreender seus próprios objetos de estudo. Diante dessa necessidade, no segundo semestre os alunos se articularam e criaram um grupo de estudos de

língua grega. Inicialmente, a ideia se centrava nos discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UFPel, que decidiram se reunir periodicamente na universidade para estudar língua grega, posto que seus objetos de pesquisa são diretamente ligados à Grécia Antiga, tendo por fontes documentações textuais produzidas por autores gregos antigos. No entanto, no início dos encontros, em outubro, outros alunos se mostraram interessados em integrar o grupo e, diante da procura por parte de alunos do curso de história não membros do GELECA, propusemos criar grupos de estudos abertos a todos os interessados, instituindo, assim, um grupo de estudos de língua grega fundamentado no LECA-POIEMA.

Os encontros acontecem uma vez por semana no ICH-UFPel e têm duração de duas horas; durante este período, são lidos textos adaptados para facilitar a compreensão e assimilação dos conceitos gramaticais e do vocabulário grego, por meio de exercícios práticos de tradução.

Foi adotado como método o Reading Greek (Joint Association of Classical Teachers, Cambridge University Press, 1978; 2007), renomado método de ensino de Grego Antigo, de fácil acesso, e o método mais popular para o ensino da língua grega antiga não só no Brasil. Como material complementar o grupo faz uso do método Língua Grega (Ed. Vozes, 2003), desenvolvido em língua portuguesa pelo Prof. Dr. Henrique Murachco. Contudo, esbarra-se ainda na dificuldade de acesso a um bom vocabulário, déficit persistente na língua portuguesa carente de dicionários de grego antigo.

De forma satisfatória, para suprir essa necessidade tem-se adotado o Dicionário Grego-Português organizado pela Profa. Dra. Maria Celeste Dezotti (Ateliê Editorial, 5v., 2006), além de recorrer a dicionários de referência, como o Bailly (Abrégé du Dictionnaire Grec – Français, Hachette Education, 1901) e o LSJ (H. G. Liddell and R. Scott, Liddell and Scott Greek–English Lexicon, Oxford, 1940; 1996).

O grupo tem como mediadora a mestrandia do Programa de Pós-Graduação em História da UFPel, Lidiane Carderaro, bacharel em Letras – Grego Antigo, o que lhe deu um conhecimento básico para mediar esses encontros e auxiliar os demais na compreensão da língua, especialmente no que se refere à estrutura gramatical.

Apesar do pouco tempo de existência o grupo tem obtido bons resultados, sobretudo atingindo um ritmo sistemático nas atividades e um avanço na abordagem dos conteúdos acima do esperado. Com dois meses de atividades, o grupo imprimiu um ritmo de trabalho que permitiu concluir a primeira seção do método Reading Greek. Pensada para ser uma atividade ininterrupta, durante os meses de recesso da universidade o grupo continuará suas atividades *on line*, propondo para esse período atividades mais leves e exteriores ao método, a fim de promover uma melhor fixação do conteúdo estudado e garantir que o bom ritmo de atividades se mantenha no próximo semestre letivo, além de garantir a possibilidade de se integrar outras atividades ao grupo como, por exemplo, o estudo da língua grega moderna.

A intenção do grupo é permitir que o estudante compreenda minimamente a língua grega antiga, que dê um apoio instrumental à leitura de fontes e obras antigas, e que desenvolva de maneira mais direta a

capacidade crítica dos alunos enquanto pesquisadores diante do objeto de pesquisa. Sobretudo, desenvolver uma visão sobre as fontes antigas, sejam elas historiográficas, literárias ou materiais, possivelmente mais próxima daquela que tinham os próprios gregos sobre seu modo de vida, e a percepção da necessidade de encarar suas biografias em tradução como um documento distinto do original. Desse modo, será criada uma sensibilidade crítica para melhor avaliar, questionar e escolher as fontes e bibliografias que comporão suas pesquisas.

O PIPOCA CLÁSSICA

Por Lidiane Carderaro e Matheus Barros da Silva

O projeto Pipoca Clássica nasceu em junho de 2014, em uma reunião informal entre alguns membros do GELECA – Grupo de Estudos do Laboratório de Estudos sobre a Cerâmica Antiga – com a proposta de promover uma discussão interdisciplinar acerca de obras cinematográficas produzidas a partir de temas forjados na Antiguidade.

A ideia central do projeto é proporcionar ao público em geral, familiarizado ou não com os temas antigos, um olhar sobre essas produções a partir de sua origem temática, as obras clássicas, sejam elas ficcionais ou historiográficas.

Para tanto, o projeto traz como proposta a realização de debates, sempre ao final de cada sessão, contando com a participação de pesquisadores convidados de diversas áreas como História, História da Arte, Filosofia, Letras, Arqueologia e Cinema, entre outras. Por meio desses debates o público pode interagir diretamente com a temática proposta e ter contato com os múltiplos argumentos e nuances inseridos em cada produção cinematográfica, abordando assim um mesmo tema com diversas óticas e perspectivas de análise. Essa interação dá margem sobretudo à reflexão acerca da recepção de obras antigas na modernidade, as apropriações e adaptações operadas e a identificação de aspectos atemporais da natureza humana.

Em 11 de julho foi realizada uma sessão-piloto, pensada como um teste para identificarmos qual seria a melhor maneira de realizar as sessões, as problemáticas envolvidas na sua realização, as formas de divulgação possíveis e sua eficiência, a adesão do público, entre outras questões de ordem prática.

A sessão piloto exibiu o filme “Fúria de Titãs”, de Desmond Davis, 1981. Para essa primeira exibição não houve debate mediado, ficando a discussão aberta a todos os presentes. Os pontos centrais levados à discussão centraram na fidelidade e infidelidade do filme à mitologia, as variadas relações entre as personagens no filme com relação ao mito, e as licenças poéticas dadas ao enredo da produção cinematográfica. Essa exibição permitiu o levantamento das possibilidades reais de realização do projeto, especialmente o estabelecimento de uma atividade de cunho acadêmico, por meio dos debates que originarão produções escritas levadas futuramente à publicação.

A partir da sessão-piloto pudemos definir melhor os direcionamentos que seriam dados ao projeto, que se tornou um projeto de extensão renovado para o ano de 2015. O projeto conta, juntamente com a coordenação do LECA na pessoa da Profa. Dra. Carolina Kesser Barcellos Dias, com a coordenação da Profa. Dra. Larissa Patron Chaves, docente do Centro de Artes e do PPGH da UFPel, cuja atuação articula a interação entre os departamentos do Instituto de Ciências Humanas e do Centro de Artes de nossa universidade. Foram, então, definidos alguns ciclos temáticos, cada um com duração e quantidade de filmes estabelecidos individualmente de acordo com seus objetivos particulares, contando com um mediador responsável pelos debates do ciclo, e seus convidados.

O primeiro ciclo temático ocorreu no segundo semestre de 2014, intitulado “O trágico na linguagem cinematográfica”, e composto por três produções baseadas em obras de tragédia gregas: “Antígona”, “Édipo Rei” e “Medeia”. O ciclo teve como mediador o mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da UFPel, Matheus Barros da Silva, que pesquisa aspectos da política grega por meio da tragédia sofocleana.

A primeira sessão ocorreu em 26 de setembro com a exibição do filme “Antígona”, dirigido por Yorgos Javellas (1961). O filme é baseado na tragédia “Antígona”, de Sófocles: ao guerrearem pelo poder em Tebas, os irmãos Etéocles e Polínicos, filhos de Édipo, e irmãos de Antígona morrem, mas a apenas um, Etéocles, é permitida a realização do funeral pelo rei Creonte, sendo o outro destinado a sepultura fora da cidade. Antígona enfrenta o rei, seu tio, reivindicando o direito de velar também ao outro irmão. O debate contou com a participação de Diego Echevengua Quadro, acadêmico de Filosofia da UFPel. A discussão foi longa, bem como um constante ir e vir entre o próprio filme exibido e a peça original, “Antígona”, de Sófocles. A fala do convidado, assim como a do mediador, teve o foco em duas problemáticas que o filme ressalta: o embate entre leis naturais e direito positivo, que tanto o filme como a tragédia em sua forma literária apresentam e a temática que versa sobre os problemas da ação humana e a responsabilidade que recai sobre o homem diante de seus atos; nesta linha problematizaram-se os conceitos de poder e autoridade que aparecem na obra de Yorgos Javellas.

Em 10 de outubro ocorreu a segunda sessão, com a exibição do filme “Édipo Rei”, dirigido por Pier Paolo Pasolini (1967), baseado na tragédia “Édipo Rei”, também de Sófocles. A tragédia conta a história da predestinação do rei Édipo que, por uma revelação oracular de que mataria o pai e desposaria a própria mãe, foi abandonado à morte pelo pai logo após o nascimento. Resgatado, Édipo cresce e cumpre seu destino, terminando por cegar a si mesmo quando descobre que matou o pai e casou-se com a mãe. Para o debate foram convidados a pesquisadora grega e Prof.Dra. Maria Mertzani, pós-doutoranda do Centro de Letras e Comunicação da UFPel e Dionatan Tissot, mestre em Filosofia pela UFPel. Na discussão, foram abordadas noções de responsabilidade e culpabilidade da personagem Édipo através de uma leitura ética aristotélica. Também foi tratada a relação entre mãe e filho no filme, à luz da vida pessoal do diretor Pasolini. Implicações

sociais e políticas do contexto histórico em que a película foi produzida - a Itália de finais da década de 60 do século XX, compuseram o panorama contextual da discussão da obra.

A terceira e última sessão do ciclo ocorreu em 28 de novembro, com a exibição do filme “Medeia”, dirigida também por Pier Paolo Pasolini (1969). A peça “Medeia”, de Eurípedes, conta a história da feiticeira Medeia que ajuda Jasão a apoderar-se do velocino de ouro, casa-se com ele e vai morar em Corinto, assumindo uma vida típica de mulher grega, dona de casa, até que descobre a traição do marido, de quem se vinga provocando a morte da noiva e do rei, futuro sogro de Jasão, e dos dois filhos. A sessão teve como abertura a conferência “Por que Medeia? O processo de ressignificação de um mito”, ministrada pela Profa. Dra. Maria Regina Cândido (NEA/UERJ), em que foi apresentada uma síntese de todo o percurso do mito de Medeia, desde a Grécia Antiga, com Eurípedes, até a contemporaneidade, explorando as apropriações e ressignificações da narrativa de Medeia pelos mais diversos matizes. Esta última sessão do Pipoca Clássica de 2014 encerrou a XV Jornada de História Antiga da UFPEL.

O ciclo “O trágico na linguagem cinematográfica” possibilitou uma nova visão para propostas futuras, em que palestras, workshops, cursos e atividades educacionais do gênero poderão ser incorporados com o intuito de expandir ainda mais o campo de compreensão e as possibilidades de discussão acerca das produções e temas exibidos.

Como resultados do primeiro semestre do Projeto Pipoca Clássica, apontamos a excelente qualidade dos debates ocorridos nas sessões, que têm cumprido a proposta de aproximar o público à Antiguidade Clássica por suas várias nuances e promovendo essa visão interdisciplinar sobre a recepção dos clássicos na modernidade. Pelo aspecto da representação, a impressão de elementos filosóficos e políticos próprios dos próprios diretores e de sua época política e histórica de produção, exprimindo questões sociais modernas por meio de temas da Antiguidade. Pelo aspecto social, suscita a reflexão acerca de permanentes questões inerentes à natureza humana, as ações e reações racionais ou irracionais diante das adversidades impostas pelo mundo em que se insere, e que persistem ao longo do tempo.

Uma das marcas das sessões do Pipoca Clássica imprimidas desde a sessão piloto é o oferecimento de pipoca, à qual creditamos a função de tornar o ambiente mais descontraído e acolhedor, mais próximo das salas de cinema convencionais do que propriamente o ambiente acadêmico.

Para 2015, o Pipoca Clássica propõe os seguintes ciclos temáticos:

No primeiro semestre, o ciclo “Βραζιλία”, exibirá produções nacionais baseadas na Antiguidade Clássica. Os filmes foram escolhidos especialmente por apresentarem em comum uma particularidade da maioria das produções cinematográficas brasileiras: transportar os temas da Antiguidade para a realidade brasileira contemporânea. Para este ciclo foram escolhidos os filmes: “Carnaval Atlântida” (1959), “Orfeu do Carnaval” (1959), “Os 12 Trabalhos” (2006) e “Cleópatra” (2007). Ainda, o ciclo “Pão e Circo”, cujos filmes

exibidos têm a temática baseada na historiografia romana, centrados em biografias. São eles: “Quo Vadis” (1951), “Júlio César” (1953), “Spartacus” (1960) e “A queda do Império Romano” (1964).

No segundo semestre de 2015, o ciclo “Cinema e Ciberarqueologia”, visa abordar a utilização de novas tecnologias e linguagens para a representação da Antiguidade. O ciclo será composto por duas sessões, antecedidas por palestras do pesquisador Prof. Me. Alex da Silva Martire (LARP – MAE/USP). A primeira sessão “Outras realidades arqueológicas – a virtualização do passado” discutirá os conceitos básicos de Realidade Virtual estabelecendo o seu desenvolvimento cronológico com base na cibernética. Pretende-se, assim, chegar ao termo Ciberarqueologia, que utiliza as tecnologias da Realidade Virtual no campo arqueológico, para mostrar, a partir de exemplos práticos, como essa nova área vem se desenvolvendo no âmbito acadêmico. A segunda sessão “Jon Snow sabe algo: a Pompeia de Hollywood e a Pompeia arqueológica” permitirá discussões sobre o uso de tecnologias 3D para a reconstrução arqueológica, e estabelecer um diálogo entre aquilo que os arqueólogos encontram em sítios, e o que os cineastas imaginam para seus filmes.

E, enfim, o ciclo “Pipoca Clássica na Escola”, que propõe a exibição de animações baseadas no Mundo Antigo, com a intenção de promover um contato mais direto do projeto com o público infanto-juvenil. Este ciclo apresentará episódios dos seriados “Hércules” (1998-1999) e “Liga da Justiça” (2001-2006); “Hércules” (1997); “Os doze trabalhos de Asterix” (1976) e “Percy Jackson e o Ladrão de Raios” (2010), de acordo com a disponibilidade de tempo e demanda das escolas. Este ciclo pretende colaborar com as discussões relacionadas à recepção da Antiguidade e preocupa-se, sobretudo, com questões específicas do ensino de História Antiga nos ensinamentos fundamental e médio procurando, assim, estabelecer um diálogo mais próximo entre a comunidade acadêmica e a comunidade em geral.

Desta maneira, podemos ver como a cultura Clássica, mesmo que afastada no tempo e espaço, se mantém presente nas mais variadas formas de expressão do pensamento humano, ao menos no que concerne ao chamado Ocidente. É justamente este caráter de permanência cultural, suas apropriações e ressignificações que nos permitem usar o epíteto “clássico”, pois, em uma das definições de Ítalo Calvino, os Clássicos são aquelas obras que, em maior ou menor grau, transparecem como elementos variados na produção cultural humana. Em suma, no Pipoca Clássica observamos como no cinema a cultura Clássica é apropriada e ressignificada.

O PROJETO “BANCO DE DESENHOS”

Por Dayanne Dockhorn Seger e Andréia da Rocha Lopes

Os projetos dos bancos de dados têm sido desenvolvidos pelos coordenadores, pesquisadores colaboradores e pesquisadores discentes do Laboratório de Estudos sobre a Cerâmica Antiga da Universidade Federal de Pelotas (LECA-UFPel), núcleo criado em 2011 com o objetivo de constituir um espaço acadêmico para os estudos e análises da cultura material, em especial da cerâmica grega antiga, e contribuir para a formação de novos pesquisadores dedicados aos estudos do Mundo Mediterrâneo Antigo.

Estes projetos têm como principal objetivo a constituição de diversos bancos de dados, os quais utilizam a cerâmica antiga clássica como fonte primária de informação. Por meio do estudo das características formais e estilísticas, juntamente ao estudo iconográfico de suas representações visuais, é possível caracterizar os contextos históricos da produção destes objetos, compilando informações pertinentes sobre a cultura material, e compondo uma ferramenta de pesquisa e consulta para os estudos do mundo antigo, através das mais diversas interpretações socioculturais que podemos apreender sobre eles.

Assim, a formulação e publicação de bancos de dados específicos que organizem tais informações, têm como principal objetivo promover o acesso de pesquisadores/as especializados/as em assuntos do mundo antigo a catálogos de material, desenhos e textos disponibilizados livremente em um local virtual, e em língua portuguesa, de forma a contribuir para o crescimento e a disseminação do conhecimento acerca dos estudos sobre a Antiguidade, sobretudo da História, da Arte e da Arqueologia Clássica. Deve-se ressaltar a importância de se constituir um local virtual, plenamente acessível, e de caráter educativo, que fixe dados e informações para livre consulta, e que gere maior visibilidade a trabalhos de pesquisa realizados pela comunidade acadêmica no Brasil.

A proposta de bases virtuais para o desenvolvimento dos estudos do material cerâmico produzido pelas populações mediterrânicas antigas é relevante e indispensável, mas esbarra em uma parcial indisponibilidade de dados de acesso público causada por limitadoras regras de copyright e de direitos de imagens de peças que pertencem tanto às coleções públicas, quanto às privadas.

Atualmente, a base de dados mais rápida e completa para os estudos sobre a cerâmica grega é o Arquivo Beazley, o principal banco de dados para a pesquisa de algumas categorias de vasos gregos, disponível online no endereço: <http://www.beazley.ox.ac.uk>.

O Arquivo Beazley é a inspiração para os projetos de bancos de dados sobre o material cerâmico desenvolvidos pelo LECA, e a disponibilização de fichas de análise e de imagens deste material é um dos objetivos principais da constituição destes bancos. Contudo, o LECA não pretende replicar o trabalho do Arquivo Beazley, já consolidado como a principal referência para os estudos sobre os vasos gregos, mas fornecer o acesso às informações produzidas por pesquisas desenvolvidas em âmbito nacional que dialoguem com as demais ferramentas de referência.

Assim, os pesquisadores do LECA têm trabalhado com as principais questões metodológicas para a constituição de bancos de dados e, no âmbito do Grupo de Estudos do LECA (GELECA), desenvolvido modelos

de fichas de análise por meio de exercícios específicos. Atualmente, o Grupo de Estudos formado pelos coordenadores do laboratório e pela equipe discente, tem trabalhado com uma documentação específica: desenhos e fotografias do material cerâmico delimitado pela cronologia, técnica e contexto de fabricação. Aqui, apresentaremos algumas considerações sobre estes exercícios, demonstrando o percurso da primeira etapa de formação do Banco de Dados de Desenhos do LECA.

Em primeiro lugar, um banco de dados se constitui como uma área de armazenamento, manejada por um programa virtual específico de base de dados. As bases de dados relacionais compõem-se por múltiplas páginas e tabelas, designadas a interagir umas com as outras, para melhor organização da informação reunida. Ainda, para o sistema de gestão das bases de dados criadas servir o seu principal propósito como ferramenta de pesquisa, ele deve ser de fácil manuseio por parte do investigador.

Atualmente, há uma preocupação crescente para que as informações e resultados levantados nas pesquisas acadêmicas, geralmente restritas a uma minoria, fiquem disponíveis em um espaço de livre acesso a todos, espalhando-se para distintos grupos da sociedade. O que se discute atualmente, inclusive, é a formação de um plano de acesso à informação durante a primeira etapa de pesquisa, antes mesmo de problematizar os dados e chegar a resultados. Ossa (s/d) afirma que a formação de uma base de dados deveria ser parte significativa do trabalho prévio de pesquisa, e que este deve incluir cuidadosa consideração sobre os tipos de variáveis que o pesquisador pretende quantificar e analisar virtualmente.

A otimização de informações que as bases de dados propostas pelo LECA estabelecem também não pode passar despercebida. Uma ciência que lida com a materialidade cotidianamente, como a Arqueologia, não deve diminuir o esforço do trabalho quantitativo, de levantamento e catalogação de dados, cujo resultado é de grande importância quando se lida com qualquer tipo de amostra de cultura material.

Podemos - e a Arqueologia Clássica tem feito isso de forma muito natural - identificar o contexto em que esses materiais foram criados, e quais suas serventias, seu uso sociocultural, o qual se perde no momento em que se torna "achado arqueológico". Durante a pesquisa arqueológica, esses objetos ganham novos significados e usos sociais, como acontece, por exemplo, com os artefatos que são musealizados. Através do estudo mineralógico da argila, juntamente à análise formal, técnica e estilística, e posteriormente por análises comparativas, torna-se possível identificar os contextos arqueológicos de cada pedaço de cerâmica encontrado no registro arqueológico. Uma vez identificados os contextos, que representam cortes cronológicos e espaciais, os objetos comunicam, respondem ou propõem mais perguntas, de modo que a pesquisa toma corpo, se propondo a um estudo qualitativo da complexidade de uma sociedade.

A pesquisa arqueológica, deste modo,

[...] obriga à criação de ferramentas auxiliares de análise estatística e de indexação [...], à caracterização tão rigorosa quanto possível do corpus documental compulsado e a análise do léxico espacial documentado, com particular atenção à tripla inscrição (temporal, espacial

e social) de cada vocábulo [...], à preocupação com a integração dos dados para os quais a base foi desenhada, de proveniência escrita, com dados de proveniência outra (geográfica, cartográfica, arqueológica, etc.) (DAVID, MARQUES, 2013, p. 6).

A criação de um banco de dados vem ao encontro de como sanar as dificuldades do livre acesso de informação para a pesquisa, e concerne às possibilidades de publicação de documentos e imagens em decorrência das limitações existentes para se conseguir licenças para as publicações de imagens. Ela também está ligada a duas principais questões de método de pesquisa: a primeira são os critérios de análise de materiais, e as abordagens dadas a este; e a segunda, o suporte de armazenamento desse banco de dados, que é uma questão de infraestrutura.

Para facilitar a capacidade do grupo de pesquisadores ligado a esse projeto de criar descrições objetivas, foram realizadas diversas atividades que possibilitaram a todos discutir critérios diversos de análise, para que estas se tornem mais “universais” possíveis. Exercícios de criação de banco de dados, oficinas de desenho e de utilização de softwares para organização de arquivos, com uso de tecnologias que possibilitam um acesso facilitado e uma ampla divulgação das informações e indicações de leituras foram praticadas nas reuniões do grupo.

O advento das tecnologias eletrônicas tem contribuído para as pesquisas com a utilização de programas de organização e análise de dados, que possibilitam o estudo comparado destes dados, sua projeção e divulgação para diferentes interpretações de um mesmo objeto. Em oficina ministrada pela Profa. Dra. Camila Diogo de Souza (MAE-USP)¹⁴ para os membros do GELECA, aprendemos os princípios básicos para a construção de fichas de análise que irão compor o futuro banco de dados do material cerâmico, e como trabalhar em um arquivo de dados, o FileMaker. Para encontros futuros, teremos o desafio de constituir fichas de análise de material previamente selecionado (desenhos, imagens, réplicas de vasos antigos), compará-las entre si e criar um novo modelo para as fichas que serão registradas nos bancos de dados do LECA.

A maior parte do material remanescente em diferentes contextos arqueológicos é formada por objetos de cerâmica – sobretudo vasos, inteiros, fragmentários ou fragmentos. É comum o desaparecimento de outros objetos, como aqueles fabricados em metal, que podem ser derretidos e reutilizados, enquanto as peças de cerâmica, carecendo de qualquer outra utilização, permanecem no registro arqueológico (BOARDMAN, 1989, p. 238).

As análises dos aspectos morfológicos, técnicos, cronológicos e estilísticos da cerâmica constituem parte fundamental da pesquisa no sentido em que as funções, a decoração, e a temática retratada nesta categoria material, “representam elementos que permitem pensar em um universo repleto de criações, formas de saber e conceber o mundo material” (SARIAN, 1995, p. 31). Para essa análise, a classificação e a

¹⁴ Atividade promovida pelo LECA em 01 de dezembro de 2014.

descrição são fundamentais e constituem os principais métodos para a pesquisa e produção na Arqueologia (DUNNELL, 2007). Contudo, o acesso ao material original delimita em grande parte as pesquisas, de modo que são utilizadas outras maneiras de abordagem e análise das peças, sobretudo por meio de fotografias, ilustrações e desenhos.

Faz-se necessário, portanto, compreender como a utilização desta documentação influencia na pesquisa do material arqueológico. No método arqueológico, a ilustração serve como instrumento de análise e interpretação, uma vez que permite relacionar aquilo que foi observado a outras imagens, ou até mesmo diretamente a outros objetos, criando novos meios para interpretações de um quadro sociocultural mais geral. Mas, o desenho arqueológico é, de certo modo, particular no sentido em que pretende realçar certos aspectos dos objetos em detrimento de outros, escolhidos arbitrariamente de acordo com os interesses do/a pesquisador/a. O que é pretendido com o desenho, seja para fins ilustrativos ou de investigação estilística, depende dos objetivos de cada pesquisa. Assim, o que se torna importante durante a organização dessa documentação é o exercício de sua formulação e o registro detalhado que se mostra superior à fotografia, por exemplo, que não é capaz de destacar detalhes de representação tão comumente esmiuçada pelos arqueólogos durante a análise (FIGUEIREIDO, 2012). Na maior parte dos casos, lidamos com fragmentos, e o exercício de reconstituição do material a partir do desenho propõe uma leitura mais completa e detalhada do objeto.

Existem variados tipos e subtipos de desenhos sendo utilizados nas produções arqueológicas, caracterizando duas principais diferenças: a ilustração e o desenho. A primeira compõe-se como algo que beneficia a imaginação na representação de objetos e sua utilização no passado, propondo-se a “recriar” o contexto social do artefato, seu significado e utilização; enquanto o segundo caracteriza-se como desenho objetivo e descritivo, demonstrando as formas reais, a ação do tempo e a influência antrópica sofridas pelo objeto representado (LIMA, 2007, p. 12).

Para além da descrição textual e da fotografia, o desenho funciona aqui como modo de expressão privilegiado na descrição analítica do objeto, fundamental para a definição da sua natureza e das características específicas que o identificam e particularizam (MADEIRA, 2002, p. 13).

Ao atenuar ou ressaltar determinados aspectos no desenho, direcionamos a visão do observador, orientando sua análise e influenciando-o pela imagem que criamos do objeto. O desenho técnico deve, portanto, representar igualmente os traços das peças arqueológicas, de modo a permitir uma leitura clara de toda a informação que dele pode ser apreendida.

Em oficina ministrada pelo Prof. Dr. Rafael Guedes Milheira (LEPAARQ-UFPeI), aberta ao público acadêmico, mas especialmente direcionada ao GELECA, citada anteriormente neste artigo¹⁵, foram ensinadas técnicas de desenho de peças cerâmicas arqueológicas (fragmentos de borda, em sua maioria, com o objetivo de inferir seu formato e tamanho). Por meio desta oficina foi possível testemunhar, de modo prático, as diferentes perspectivas e abordagens que podemos ressaltar de acordo com a pesquisa que estamos realizando, e a dificuldade de representação da peça arqueológica, vista em nossos próprios desenhos.

Em oficina ministrada pela Profa. Dra. Juliana Bastos Marques (UNIRIO)¹⁶, sobre princípios e funcionamento da Wikipédia, a Enciclopédia Livre, os alunos do GELECA tiveram a oportunidade de criar novas páginas na enciclopédia online relacionadas a vasos gregos antigos, de modo a descrevê-los breve e objetivamente, tendo em vista os propósitos a que serve uma enciclopédia, contribuindo para nossas reflexões sobre descrição formal e facilidade de entendimento por parte dos usuários.

Através desse exercício, surgiram discussões sobre a dificuldade de se descrever um objeto imparcialmente, ou como relatar os detalhes que não se percebem por meio de uma imagem e, principalmente, como articular informações sem contar com qualquer conhecimento prévio por parte do leitor sobre aqueles artefatos (seja cronológico, contextual, decorativo, etc). Essas discussões contribuíram para a fixação da metodologia de criação de nossas próprias fichas de análise que ficarão disponíveis na base de dados.

As atividades práticas de desenho e descrição dos artefatos arqueológicos foram posteriormente ampliadas, quando se abriram as discussões para os projetos pessoais (trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado), e o próprio projeto do LECA sobre as bases de dados, sendo que todos podem ser contemplados e tomar proveito das questões levantadas.

Além das oficinas e palestras promovidas pelo e para o GELECA, durante os encontros semanais do grupo foram realizadas leituras e exercícios práticos com material, com objetivo de reflexão sobre as maneiras como tratamos a imagem e o desenho em nossas pesquisas, e como estes podem influenciá-las. No primeiro deles, observamos e descrevemos a imagem de um selo comemorativo que tinha como imagem a figura de um vaso grego, lançando então possíveis abordagens segundo o que podíamos observar do material e do suporte por meio da imagem.

Durante um segundo exercício, observamos uma fotografia de um vaso, sem qualquer indicação de escala, retratando apenas um lado do vaso, em uma resolução de imagem não muito boa, de modo que nossas inferências sobre o formato e a iconografia ficaram restringidas ao que podíamos enxergar. Pela forma, pudemos dizer que o vaso pertence à classificação “x”, mas não pudemos incluir na análise seu tamanho real. Por meio da iconografia, ao enxergar apenas um lado do vaso, ficamos às cegas sobre a decoração das demais

¹⁵ Ver acima.

¹⁶ Idem.

partes. Pudemos identificar “x” figuras, algumas inscrições, mas não o que ou quem elas representam, visto que a imagem não permitiu tal detalhamento. Poderíamos, inclusive, arriscar inferências quanto ao estado de conservação do vaso: se inteiro, fragmentário, etc; mas através da foto não o víamos completamente nem em detalhes, deixando a questão da conservação inconclusiva.

Durante o mesmo exercício, e após a descrição e discussão da imagem, foi trazido para o grupo o vaso da fotografia, uma réplica de um esquifo grego de figuras vermelhas. Com a chance de analisá-lo em mãos, o objeto ganhou novo sentido, e conseqüentemente a análise feita pelos estudantes obteve diferentes aspectos. Aspectos, estes, antes não imaginados pela delimitação que a foto do objeto colocava. Pudemos descrever, então, de modo detalhado, a forma, os contornos, dimensões, a iconografia, suas cores, inferir sua técnica de pintura, o período cronológico a que pertence, e discutir sua utilização – como vaso grego, originalmente, e como réplica moderna.

Após esse exercício de reflexão sobre o trabalho com as imagens e o trabalho com a peça em si, foi proposta a construção de um pequeno catálogo de vasos escolhidos por cada pesquisador, dentre algumas categorias formais, técnicas e iconográficas com base nas fichas publicadas no Arquivo Beazley. O exercício foi composto por três etapas:

A primeira delas consistiu em pesquisar, classificar e descrever categorias escolhidas segundo interesse próprio de tema iconográfico, forma e técnica de produção. Durante a segunda etapa foi proposta a criação de um pequeno catálogo, de três a cinco vasos, escolhidos de acordo com as categorias previamente escolhidas. O catálogo consistiu em criar uma tabela de aspectos formais da peça, ou seja, descrições objetivas da morfologia e da iconografia, tentando permanecer o mais fiel possível ao que se pôde apreender das imagens providas pelo Arquivo. Em seguida, foi proposta a criação de um desenho de algum dos vasos escolhidos, relatando o processo de sua confecção, de modo a refletir sobre a dificuldade e os problemas de criar um desenho fiel ao documento material, baseando-se apenas nas imagens fornecidas pela publicação. A terceira e última etapa foi o momento para reflexões sobre aquilo que se entende dos temas, formas e técnicas, e como o catálogo nos ajuda a refletir sobre as próprias categorias de análise, quais são importantes e quais os possíveis resultados alcançados. Este foi um exercício crucial para o projeto, na medida em que levantou discussões, propostas e objetivos que queremos alcançar com a conformação dos bancos.

Como a proposta é reunir grande quantidade de dados de maneira a facilitar a parte da pesquisa que lida com o levantamento de material e demais informações, a criação dos bancos de dados especializados será importante na medida em que treina a equipe do LECA, composta em sua maioria por graduandos e mestrandos, a trabalhar e produzir nessa primeira etapa de pesquisa.

Procuramos, sobretudo, criar espaço para os dados recolhidos por pesquisadores de âmbito nacional, criando uma rede de contatos que poderá gerar novas discussões, novas pesquisas, interesses e parcerias. Para atingirmos os preceitos necessários para a criação de um banco de dados de desenhos técnicos,

imagens imparciais e bibliografia referente a eles, as oficinas, palestras, exercícios e reuniões dos membros do GELECA têm contribuído de forma a desenvolver e solucionar as diversas problemáticas que compõem a criação desse espaço virtual. Problemas metodológicos, como as dificuldades em trabalhar com a materialidade através de imagens (inclusive com a proibição de publicá-las nas pesquisas), a dificuldade na realização de desenhos fiéis ao material, que substituiriam essas imagens, em curto prazo, e as diversas maneiras e pontos de vista de descrição do mesmo objeto: todos esses tópicos foram discutidos e trabalhados pela equipe do LECA, de modo a escolher a melhor abordagem que poderemos incorporar nas bases de dados futuramente.

Neste artigo, foram apresentados e discutidos alguns dos projetos e ações desenvolvidos pelo LECA-POIEMA no biênio 2013-2014, pela perspectiva de seus colaboradores discentes. Todas essas atividades evidenciam o constante e crescente interesse por temas relativos à Antiguidade, e a participação de diversos colaboradores, pesquisadores e professores de outras unidades de ensino do país e do exterior, aliada à determinante participação dos colaboradores discentes, demonstram que os núcleos de pesquisa da Universidade Federal de Pelotas devem prosseguir como relevantes espaços de discussão para o fortalecimento dos Estudos Clássicos no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOARDMAN, J. *Athenian Red Figure Vases: The Classical Period*. London: Thames & Hudson Lts., 1989.
- DAVID, G.; MARQUES, A. E. Bases de dados relacionais enquanto ferramenta de investigação em História. Atas do VI Encontro Ibérico EDICIC 2013 – Globalização, Ciência e Informação. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. p. 741-760.
- LIMA, L. C. F. *O Desenho como Substituto do Objecto: Descrição Científica nas Imagens do Desenho e Materiais Arqueológicos*. 2007. Tese (Mestrado) – Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, Portugal, 2007.
- OSSA, A. Basic Archaeological Database Design. School of Human Evolution and Social Change, Arizona; State University Archaeological Research Institute, SHESC. Graduate Workshop Series, s/d. (não publicado).
- SARIAN, H. Ceramografia e Ceramologia: Algumas Reflexões. *Exposição Cerâmicas Antigas do Museu da Quinta da Boa Vista*. Rio de Janeiro. 1995. p. 31-38.

Recebido em:19/08/2015
Aprovado em:09/09/2015
Publicado em:27/10/2015